



XI ENIC

Dias 23 e 24 de outubro

Ciência, Ética e Inovação

XI Encontro Internacional de Iniciação Científica FAMINAS

IX Encontro de Pós-Graduação FAMINAS

XI Encontro de Ciência e Tecnologia FAMINAS

FAMINAS
FACULDADE DE MINAS
Muriaé - MG

**SUPLEMENTO
REVISTA CIENTÍFICA DA FAMINAS**

Volume 11– Número 1 – Suplemento 1 – Jan - Abr 2015

**ANAIS
XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA FAMINAS DA ZONA DA
MATA**

IX ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FAMINAS

23 a 24 de outubro de 2014

Revista Científica da FAMINAS, v. 11, n. 1 (jan./abr.) 2015 - Muriaé - FAMINAS - Faculdade de Minas 2015

Suplemento n. 1 - Anais do XI Encontro de Iniciação Científica FAMINAS da Zona da Mata -IXI Encontro de Pós-Graduação da FAMINAS – 23 a 24 de outubro de 2014 (Editores: Roberto Santos Barbiéri, Alexandre Horacio Couto Bittencourt

Quadrimestral.

ISSN: 1807-6912

1. Revista Científica da FAMINAS - Periódicos. I. FAMINAS - Faculdade de Minas. III. Anais.

Revista Científica da FAMINAS (Faculdade de Minas)

Muriaé (MG) – Volume 11 - Número 1 - Suplemento 1 - Jan-Abr 2015

Publicação quadrimestral

MANTENEDORA: LAEL VARELLA EDUCAÇÃO E CULTURA LTDA.

Diretor presidente - **Misael Artur Ferreira Varella**
Diretor administrativo e financeiro - **Luciano Ferreira Varella**
Diretor executivo – **Luisa Ribeiro Varella**
Diretor de relações legais e institucionais -
Gerente administrativo e financeiro - **Eduardo Goulart Gomes**

MANTIDA: FACULDADE DE MINAS – FAMINAS – Campus Muriaé

Diretor geral - **Luciano Ferreira Varella**
Diretor de Ensino- **Roberto Santos Barbiéri**
Editora executiva - **Lenise Lantelme**

Conselho editorial

Allan Kardec Carlos Dias (UninCor - Três Corações - MG)
Gislene da Silva (UFSC - Florianópolis)
Luiz Ademir de Oliveira (UFSJ- São João Del Rey)
Maria das Graças Cardoso (UFLA - Lavras - MG)
Roberto Santos Barbiéri (FAMINAS - Muriaé - MG / UninCor - Três Corações - MG)
Silvane Vestena- UNIPAMPA- São Gabriel- RS)
Solange Muglia Wechsler (PUCCAMP - Campinas - SP)

Coordenação Acadêmica - **Roberta de Freitas Gouveia**
Coordenação de Extensão – **Nilton Freitas Junior**
Coordenação de Pesquisa – **Alexandre Horacio Couto Bittencourt**

Coordenação de cursos

Administração de Empresas – **Mara Luiza Gonçalves Freitas**
Biomedicina- **Luciana Agostinho**
Ciências Contábeis – **Jorge de Oliveira Daiber**
Direito – **Rejane Soares Hote**
Educação Física – **Guilherme Tucher**
Enfermagem – **Soraya Lucia do Carmo da Silva Loures**
Farmácia – **Micheline Luiza Souza Lopes**
Fisioterapia – **Cristiano Andrade Quintão Coelho Rocha**
Nutrição – **Denise Félix Quintão**
Psicologia – **Gisele Braga de Aquino**
Sistemas de Informação – **Maria Vanderlea de Queiroz**

EDITORA FAMINAS

Av. Cristiano Ferreira Varella, 655 - Bairro Universitário
CEP: 36880-000 - Muriaé - MG
Telefone: 0/xx/32/3729-7555
e-mail: editora@faminas.edu.br


MENSAGEM DA COORDENAÇÃO DO XI ENIC E DO
XI ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FAMINAS

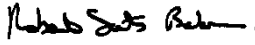
Atualmente a Ciência se preocupa com dois grandes pilares: **ÉTICA E INOVAÇÃO**. A sociedade busca nas pesquisas respostas qualitativas para seus anseios e a partir de inovações conquistar novos modelos, agregar valores científicos á sua vida cotidiana.

A responsabilidade das Instituições de Ensino superior na realização das pesquisas deve primar pela **ÉTICA** em suas pesquisas e incentivar aos seus acadêmicos a busca pelas **INOVAÇÕES** que possibilitem conquistas significativas de melhoria da qualidade de vida.

A FAMINAS MURIAÉ, em seu XI ENIC, sedimenta sua vocação em estimular em seus acadêmicos a realização de pesquisas, com **ÉTICA** e que garantam **INOVAÇÕES**, tornando assim, o cotidiano da população melhor a cada dia.

Até o **XII ENIC**.
Atenciosamente,


Prof. Alexandre Bittencourt
Coord. Pesquisa – FAMINAS


Prof. Dr. Roberto Santos Barbieri
Diretor Acadêmico da FAMINAS

RELAÇÃO DE INSTITUIÇÕES REPRESENTADAS NO
XI ENIC FAMINAS DA ZONA DA MATA E VIII EPGFAMINAS
COM APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS

- 1- FACULDADE DE MINAS – FAMINAS
- 2- FACULDADE SANTA MARCELINA
- 3- IFRJ – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO –
CAMPUS ARRAIAL DO CABO – RJ
- 4- Universidade Estadual do Norte Fluminense.
- 5- UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS – UEMG CARANGOLA
- 6- UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
- 7- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
- 8- UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA – UFV
- 9- UNIVIÇOSA
- 10- FUNDAÇÃO CRISTIANO VARELLA - FCV

COMISSÃO CIENTÍFICA DO XI ENIC e X EPGFAMINAS

Alexandre Horácio Couto Bittencourt

Eustáquio Luiz Paiva

Fernanda Cristina Rocha Abrao

Fernanda Mara Fernandes

Francisco Carvalho Correa

Guilherme Tucher

Lívia Beatriz Almeida Fontes

Luciana de Andrade Agostinho

Micheline Luiza Souza Lopes

Nilton Freitas Junior

COMISSÃO ORGANIZADORA DO XI ENIC E IX EPG FAMINAS

Alexandre Horacio Couto Bittencourt

Cássia Stiti de Paula

Eduardo Goulart Gomes

Nilton de Freitas Junior

Roberta de Freitas Gouveia

Roberto Santos Barbieri

Tatianna Bittencourt

Tatiani de Andrade Rocha

SUMÁRIO TRABALHOS DA ÁREA CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE

CBS 001	Elináia Edna de OLIVEIRA, Diamilla Fernandes Marques da SILVA, Thayanara Donato Finote TOLEDO e Jaquelina Alves NUNES	LEVANTAMENTO ETNOBOTÂNICO DAS ESPÉCIES MEDICINAIS DO HERBÁRIO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS - HUEMG
CBS 002	Lidiane Figueiredo dos SANTOS e Felipe da Silva COSTA	COQUETEL BIOLÓGICO (EM) NO TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS ORGÂNICOS PROVENIENTES DA MERENDA ESCOLAR
CBS 003	Francisnei Pedrosa da SILVA, Lorena Braga Bernardino MADRIAGA, Ana Caroline Ferreira Placides CUNHA, Kátia Gomes da SILVA, Cláudia Gomes da SILVA e Luciana Agostinho ANDRADE	AÇÃO DO FÁRMACO INIBIDOR DE COX 2 NIMESULIDA NO CRESCIMENTO DAS RAÍZES DE <i>Allium cepa</i> (CEBOLA)
CBS 004	Isabella C. de A. VIEIRA, Douglas C. de A. VIEIRA, Letícia A. ROSA, Sílvia M. MATTOS e Raphael de S. VASCONCELLOS	ANÁLISE DAS UROCULTURAS REALIZADAS EM UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA DE MURIAÉ-MG
CBS 005	Graziela A. Ferreira de CARVALHO, Leonardo J. VIEIRA, Luana R. Mendes da SILVA, Jandeli A. Rosa SILVA e Fernanda M. FERNANDES	ANÁLISE DE COLIFORMES TOTAIS E FECALIS EM ÁGUA MINERAL ENVASADA COMERCIALIZADA NA CIDADE DE MURIAÉ-MG
CBS 006	Irene Laysa Demolinari DEMARQUE, Geórgia Cristina Martins BERNARDO, Camila Ferreira PAES, Michel Bevilaqua RESGALA, Thais Maciel de SOUSA e Adriana de Freitas SOARES	ANÁLISE DO TEOR ALCÓOLICO DE ENXAGUANTES BUCAIS COMERCIALIZADOS EM MURIAÉ- MG
CBS 007	Rômulo da Silva GRIPP, Max Jordan de Souza DUARTE, Victor Hugo Ferraz da SILVA, Alanna de Souza GOUVÊA, Carolina Cruz de SOUZA e Fernanda Mara FERNANDES	ANÁLISE MICROBIOLÓGICA DE APARELHOS CELULARES DE ALUNOS E FUNCIONÁRIOS DA FACULDADE DE MINAS, MURIAÉ
CBS 008	Kátia A. M. Simas CAMPOS, Thays A. APOLINÁRIO, Távnia MUNIZ, Bruno TAVARES, Lorena AGOSTINE e Fernanda FERNANDES	ANÁLISE URINÁRIA EM ACAMADOS E CADEIRANTES
CBS 009	Elenice Silvério MOREIRA, Eduarda Pereira Machado DINIZ, Roberta Vieira TEXEIRA, Lívia Novaes da S. GOMES e Fernanda Mara FERNANDES	AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE ANTIMICROBIANA DE EXTRATOS SOBRE CEPAS DE <i>Escherichia coli</i> e <i>Staphylococcus aureus</i>
CBS 010	Emerson Santos da SILVA, Thailane Costa da SILVA, Jose Gustavo P. TAVARES e Afonso Caricati NETO	AVALIAÇÃO DE PARÂMETROS ELETROCARDIOGRÁFICOS E DA LETALIDADE DE RATOS WISTAR SUBMETIDOS À ISQUEMIA E REPERFUSÃO CARDÍACA E TRATADOS COM L-ARGININA
CBS 011	Victor Hugo Ferraz DA SILVA, Rômulo da Silva GRIPP, Max Jordan de Souza DUARTE, Gabriela Maria Riguete RIBEIRO, Marina Matias LEONARDO e Luciana de Andrade AGOSTINHO	AVALIAÇÃO DO POTENCIAL GENOTÓXICO DO EXTRATO AQUOSO DE <i>Plectranthus barbatus</i> SOBRE O CICLO CELULAR DE <i>Allium cepa</i>
CBS 012	Irene Laysa Demolinari DEMARQUE, Thais Maciel de SOUSA, Lorena Agostini MAIA, Geórgia Cristina Martins BERNARDO, Camila Ferreira PAES e Adriana de Freitas SOARES	AVALIAÇÃO IN VITRO DO POTENCIAL ANTIMICROBIANO DE ENXAGUANTES BUCAIS
CBS 013	Luana de Souza Pereira CARMO, Ludmilla Cordeiro RIBEIRO, Mariana Viana ALVARENGA, Emerson Santos da SILVA, Fernanda Mara FERNANDES e Raphael de Souza VASCONCELOS	AVALIAÇÃO MICROBIOLÓGICA E FÍSICO-QUÍMICA DE ÁGUA DE MINA DE CATAGUASES E MURIAÉ-MG
CBS 014	Max Jordan de Souza DUARTE, Victor Hugo Ferraz DA SILVA, Rômulo da Silva GRIPP e Luciana de Andrade AGOSTINHO	EFEITOS DA EXPOSIÇÃO AOS CAMPOS ELETROMAGNÉTICOS DE ROTEADOR WI-FI NO DESENVOLVIMENTO CELULAR DE ALLIUM CEPHA
CBS 015	Thais O. SIMÃO, José C. Bouzada de ANDRADE, Patrick F. da SILVA e Fernanda M. FERNANDES	ESTUDO DO USO DE ANTIINFLAMATÓRIOS NÃO ESTERÓIDES - AINES EM UM GRUPO DE IDOSOS DE MURIAÉ – MG
CBS 016	Rafaela Ferreira da SILVA, Ana Caroline Ferreira Placides da CUNHA, Francisnei Pedrosa da SILVA, Cássia Guerra PUSSENTE, Lorena Braga Bernardino MADRIAGA e Fernanda Mara FERNANDES	INCIDÊNCIA DE INFECÇÕES URINÁRIAS EM PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM EM UMA UNIDADE DE SAÚDE EM MURIAÉ-MG
CBS 017	Rubia A. C. SILVA e Luciana A. AGOSTINHO	INVESTIGAÇÃO GENOTÍPICA E FENOTÍPICA DA SÍNDROME DE STARGARDT
CBS 018	Mariana de Almeida RAMOS, Claudiléia S. de Matos LIMA, Maryna de Azevedo ANDRADE, Iara LAU, Luciana de Andrade AGOSTINHO e Emílio Santana de ABREU	PERFIL DE RESISTÊNCIA DE ENTEROBACTER sp EM AMOSTRAS DE URINA DE PACIENTES INTERNADOS EM UM HOSPITAL ONCOLÓGICO DA REGIÃO DA ZONA DA MATA

CBS 019	Thays A. APOLINÁRIO, Thais S. MACIEL, Carmen L. A. PAIVA e Luciana AGOSTINHO	PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA DOENÇA DE HUNTINGTON NO INTERIOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CBS 020	Irene Laysa Demolinari DEMARQUE, Camila Ferreira PAES, Geórgia Cristina Martins BERNARDO, Michel Bevilaqua RESGALA, Thais Maciel de SOUSA e Adriana de Freitas SOARES	SUSCEPTIBILIDADE IN VITRO DE BACTÉRIAS BUCAIS A EXTRATOS FITOTERÁPICOS
CBS 021	Rafaela Ferreira da SILVA e Luciana AGOSTINHO	USO DE ANTICONCEPCIONAIS APLICADAS AO CÂNCER
CBS 022	Mariana de Almeida AZEVEDO, Camila Ferreira PAES, Georgia Martins BERNARDO, Luciana Andrade AGOSTINHO	INTERPRETAÇÃO DE EXAMES DA MALFORMAÇÃO ARTERIOVENOSA CEREBRAL E SUA ASSOCIAÇÃO COM O TRATAMENTO E CONSEQUÊNCIAS PRÉ-OPERATÓRIAS
CBS 023	Mariana F. NUNES e Rafael Gonzalez de OLIVEIRA	ANÁLISE DA PRESSÃO ARTERIAL ANTES E APÓS PRÁTICA DA GINÁSTICA
CBS 024	Mariana F. NUNES e Rafael Gonzalez de OLIVEIRA	ANÁLISE DA PRESSÃO ARTERIAL ANTES E APÓS PRÁTICA DE AERÓBICA
CBS 025	Mariana F. NUNES e Rafael Gonzalez de OLIVEIRA	ANÁLISE DA PRESSÃO ARTERIAL ANTES E APÓS PRÁTICA DE MUSCULAÇÃO
CBS 026	Mariana F. NUNES e Rafael Gonzalez de OLIVEIRA	ANÁLISE DA PRESSÃO ARTERIAL ANTES E APÓS PRÁTICA DE PILATES
CBS 027	Ana Carolina MARTINS, Hugo Guedes VIANA, Marcela Brum de SOUZA, Milayne Fumian Cruz OLIVEIRA, Thiago Silva de PAULA e Guilherme TUCHER	ANÁLISE DE FATORES MOTIVACIONAIS QUE LEVAM INDIVÍDUOS ADULTOS À PRÁTICA DA HIDROGINÁSTICA
CBS 028	Eliane de Paiva CARVALHO e Guilherme TUCHER	EFEITO DO MÉTODO PILATES NA FLEXIBILIDADE EM IDOSOS
CBS 029	Ana Carolina MARTINS, Hugo Guedes VIANA, Marcela Brum de SOUZA, Milayne Fumian Cruz OLIVEIRA, Thiago Silva de PAULA e Guilherme TUCHER	SATISFAÇÃO DOS PRATICANTES DE HIDROGINÁSTICA COM OS SERVIÇOS PRESTADOS POR UMA ESCOLA DE NATAÇÃO
CBS 030	João Paulo Caldeira BREIJÃO, Vinícius Sabadin MENDONÇA, Gisele de Souza SILVA, Raphael Furlani CUMANI e Mônica Félix de ALVARENGA	AÇÃO DA OXIGENOTERAPIA HIPERBÁRICA NA CICATRIZAÇÃO DE FERIDAS EM PACIENTES NO HOSPITAL SÃO PAULO DE MURIAÉ - MG
CBS 031	Lílian Fernanda Pereira Vaz MACHADO, Ellisson Cerqueira FERREIRA, Mariana Navarro Domingos dos SANTOS, Luciana Aurora SILVA, Taciana Gomes de PAULA e Aline Ribeiro Murta ABREU	AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS ADOLESCENTES SOBRE DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS, EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO INTERIOR DE MINAS GERAIS
CBS 032	Paloma Martins SILVA, Nathany da Rocha NAVAS, Francielle Braga de SOUSA, Mariana Aparecida Gonçalves ARAÚJO, Thamyres Rezende FURTADO e Soraya Lucia do Carmo da Silva LOURES	AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS PRÉ-ADOLESCENTES A RESPEITO DA VACINA CONTRA O PAPILOMA VÍRUS HUMANO
CBS 033	Anália Aparecida de PAIVA, Cauara Souza de OLIVEIRA, Naiara Caroline e SILVA, Lais FERREIRA, Alexandra Aparecida Ribeiro VIEIRA e Soraya Lúcia do Carmo Silva LOURES	AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE PRESTADOS A IDOSOS USUÁRIOS DA UBS DE MIRADOURO
CBS 034	Millena Valdiero MARTINS, Douglas Moreira CAMERINI, Monique Fernandes SILVA, Rogério de Souza da SILVA e Ana Maria Luciano Ligeiro da MATA	FATORES QUE INFLUENCIAM A ADESÃO DA DOENÇA RENAL CRÔNICA: EM TRATAMENTO DE HEMODIÁLISE
CBS 035	Anália Aparecida de PAIVA, Hediane Garcia SILVA, Flávia Fialho CAMPOS, Cauara Souza de OLIVEIRA, Claudinéia Aparecida Pasco de ASSIS e Soraya Lúcia do Carmo Silva LOURES	FATORES QUE INFLUENCIAM NA REALIZAÇÃO DO EXAME PAPANICOLAU NA CIDADE DE MIRADOURO
CBS 036	Gisele de Souza SILVA, Elidiane Aparecida PILLER, Alice FREITAS, Taciana Gomes de PAULA, Wesley Vieira MORAES e Soraya Lucia do Carmo da Silva LOURES	IMPORTÂNCIA DA APLICAÇÃO DA ESCALA DE BRADEN PARA REDUÇÃO DA INCIDÊNCIA DE ÚLCERA POR PRESSÃO
CBS 037	Raquel Luciana RIBEIRO, Marly Cristina FERNANDES, Ana Clara R. Caldas ANDRADE, Kellen Saraiva dos SANTOS, Ana Flávia Freitas DIAS e Ana Maria Luciano LIGEIRO	IMPORTÂNCIA DO ENVOLVIMENTO PATERNO NAS CONSULTAS DE PRÉ-NATAL: PERCEPÇÃO DA GESTANTE
CBS 038	Mariana Aparecida Gonçalves ARAÚJO, Mônica Félix de ALVARENGA	INCIDÊNCIA DE ACIDENTES DE TRABALHO COM PÉRFURO CORTANTE COM PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM NA CASA DE CARIDADE MURIAÉ HOSPITAL SÃO PAULO- MG
CBS 039	Millena Valdiero MARTINS, Douglas Moreira CAMERINI, Monique Fernandes SILVA, Rogério de Souza da SILVA e Ana Maria Luciano Ligeiro da MATA	INSUFICIÊNCIA RENAL CRÔNICA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE TRATAMENTO RENAL

CBS 040	Raquel Luciana RIBEIRO, Marly Cristina FERNANDES, Ana Clara R. Caldas ANDRADE, Kellen Saraiva dos SANTOS, Ana Flávia Freitas DIAS e Ana Maria Luciano LIGEIRO	PARTO NORMAL OU CESÁREO: ANÁLISE DAS CRENÇAS E FATORES CULTURAIS QUE DETERMINAM A SUA ESCOLHA
CBS 041	Elidiane Aparecida PILLER, Gisele de Souza SILVA, Wesley Vieira MORAES, Francielle Braga de OLIVEIRA, Taciana Gomes de PAULA e Aline Ribeiro MURTA	PERFIL EPIDEMIOLÓGICO E ANÁLISE MICROBIOLÓGICA DE PACIENTES COM INFECÇÃO DO TRATO URINÁRIO POR USO CONTÍNUO DE CATETER VESICAL EM HOSPITAL ONCOLÓGICO
CBS 042	Lorena Dornelas Souza de ALBERGARIA, Michely Mirian Rodrigues CARDOSO e Samuel Ferreira da SILVA	ANÁLISE DE ÁCIDO FOSFÓRICO E SACAROSE EM REFRIGERANTES A BASE DE COLA
CBS 043	Randara Caneschi SANTOS, Mila Silva RIBEIRO, Mariana Condé GOMES, Maria Eliza Franzini GONÇALVES e Samuel Ferreira da SILVA	ANÁLISE DE DOSEAMENTO DE LOSARTANA POTÁSSICA POR ESPECTROFOTOMETRIA – UV E TITULAÇÃO
CBS 044	Wesley Vieira MORAES, Fernanda Alves MATHIAS, Amanda Laviola de ANDRADE, Ronaldo José Pacheco JÚNIOR, Micheline Luíza de Souza LOPES e Juliana Maria Rocha e Silva CRESPO	ANÁLISE DO POTENCIAL DE AÇÃO DA ATIVIDADE ANTIMICROBIANA DO GEL DE NATROSOL CONTENDO COMO PRINCÍPIO ATIVO O EXTRATO GLICÓLICO DE <i>Handroanthus impetiginosus</i> FRENTE ÀS CEPAS DE <i>Staphylococcus aureus</i> e <i>Escherichia coli</i>
CBS 045	Ronaldo José Pacheco JUNIOR, Ana Karlla Furtado de MIRANDA, Schirleiny Schimith NOVAES, Wesley Vieira MORAES, Felipe Ferreira de SOUZA e Juliana Maria Rocha e Silva CRESPO	ANÁLISE DO USO DE MEDICAMENTOS POR IDOSOS EM UMA CASA DE ASSISTÊNCIA NA CIDADE DE MURIAÉ
CBS 046	Marcos Peres VICENTE, Felipe Giraldo Dias BAESSO, Aurelio Baesso BICALHO, Gabriel Vicente Coelho da SILVA e Samuel Ferreira da SILVA	ANÁLISE DOS PARÂMETROS DE CONTROLE DE QUALIDADE PARA MATÉRIA-PRIMA DE FLUCONAZOL E FÓRMULA FARMACÊUTICA CÁPSULAS, COMERCIALIZADAS EM RECREIO-MG
CBS 047	Marcos Peres VICENTE, Felipe Giraldo Dias BAESSO, Aurelio Baesso BICALHO, Gabriel Vicente Coelho da SILVA e Samuel Ferreira da SILVA	ANÁLISE DOS PARÂMETROS DE QUALIDADES NOS COMPRIMIDOS DE VITAMINA C COMERCIALIZADOS EM MURIAÉ- MG
CBS 048	Marcos Peres VICENTE, Gabriel Vicente Coelho da SILVA, Felipe Giraldo Dias BAESSO, Aurelio Baesso BICALHO, Samuel Ferreira da SILVA	ANÁLISE DOS PARÂMETROS POTENCIOMÉTRICOS E ESPECTROFOTOMETRIA NA REGIÃO ULTRAVIOLETA DO FLUCONAZOL
CBS 049	Felício BREIJÃO e Gleidson MINARINI	ANÁLISE FÍSICO – QUÍMICA DO SAL DE COZINHA
CBS 050	Samilla Delgado ANTUNES, Adriano Cesar PEREIRA e Samuel Ferreira da SILVA	ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA DE CACHAÇA COMERCIALIZADAS NOS MUNICÍPIOS DE MURIAÉ E DE VIEIRAS-MG
CBS 051	Fernanda Trindade SIQUEIRA, Thainá Veggi de ANDRADE e Samuel Ferreira da SILVA	ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA DE LEITES COMERCIALIZADOS NA CIDADE DE MURIAÉ/MG
CBS 052	Bruna Maria Magro PEREIRA, Amanda Laviola de ANDRADE, José Cláudio Bouzada de ANDRADE, Wesley Vieira MORAES, Alex Santos CARRARO e Alexandre Horácio Couto BITTENCOURT	ANÁLISE FITOQUÍMICA PRELIMINAR DE <i>Galesia integrifolia</i> (PAU D'ALHO)
CBS 053	Ana Karlla Furtado de MIRANDA, Arthur Ouverney de Oliveira MENDONÇA, Jéssica Luíza de Oliveira SILVA e Fernanda Mara FERNANDES	ANÁLISE MICROBIOLÓGICA DE FERIDAS CRÔNICAS DE PACIENTES ATENDIDOS NA CLÍNICA ESCOLA DA FAMINAS- FACULDADE DE MINAS
CBS 054	Werkison Martins VERMELHO, José Cláudio Bouzada de ANDRADE, Thaís de Oliveira SIMÃO, Bruno Tavares COSTA, Amanda Laviola de ANDRADE e Juliana Maria Rocha e Silva CRESPO	ANÁLISE QUANTITATIVA DOS MEDICAMENTOS PRESCRITOS EM RECEITAS A GESTANTES EM UM HOSPITAL DA ZONA DA MATA MINEIRA
CBS 055	Adriana Fialho TEIXEIRA, Ronaldo José Pacheco JÚNIOR, Thamiris Calcagno Vidon BRUNO e Samuel Ferreira da SILVA	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO USO DO ÁCIDO ACETILSALICÍLICO NA CIDADE DE CATAGUASES-MG
CBS 056	Wesley Vieira MORAES, Alex Santos CARRARO, Ronaldo José Pacheco JÚNIOR, Nayra Moreira FERNANDES, Bruna Maria Magro PEREIRA e Samuel Ferreira da SILVA	ATENÇÃO FARMACÊUTICA, FITOTERAPIA E HOMEOPATIA: QUAL O CONHECIMENTO POPULAR SOBRE ESTES CONCEITOS?
CBS 057	Mariana Condé GOMES, Maria Eliza FRANZINI, Randara Caneschi SANTOS, Mila Silva RIBEIRO e Samuel Ferreira da SILVA	AValiação de métodos de doseamento por titulometria para ácido acetilsalicílico 500 mg
CBS 058	Ronaldo José Pacheco JÚNIOR, Ana Karlla Furtado de MIRANDA, Felipe Ferreira de SOUZA, Schirleiny Schimith NOVAES, Fernanda Alves MATHIAS e Juliana Maria Rocha e Silva CRESPO	AValiação do potencial antimicrobiano de um produto farmacêutico contendo como ativo extrato glicólico de ROMÃ

CBS 059	Gabriela Maria Riguete RIBEIRO, Victor Hugo Ferraz da SILVA, Leonardo Luiz de FREITAS, Kamilla Pereira FAZOLO, Thaís de Oliveira SIMÃO e Fernanda FERNANDES	AVALIAÇÃO PARASITOLÓGICA DE ALFACES (Lactuca sativa) COMERCIALIZADAS EM SUPERMERCADOS NA CIDADE DE MURIAÉ-MG
CBS 060	Hygo da Silva BRAGA, Felipe Giralddi Dias BAËSSO e Juliana Maria Rocha e Silva CRESPO	CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA E AS BOAS PRÁTICAS FARMACÉUTICAS: UMA ANÁLISE DOS ASPECTOS LEGAIS DA PRÁTICA PRESCRICIONAL
CBS 061	Maria Eliza FRANZINI, Mariana Conde GOMES, Mila Silva RIBEIRO, Randara Caneschi SANTOS e Samuel Ferreira da SILVA	DETERMINAÇÃO DE TEOR DE IBUPROFENO 600mg POR MÉTODO TITULOMÉTRICO
CBS 062	Danúbia Oliveira SANTOS, Tamara De Fátima Ângelo MILANI e Samuel Ferreira Da SILVA	DETERMINAÇÃO DO TEOR DE FERRO EM AMOSTRAS DE FEIJÕES (Phaseolus vulgaris)
CBS 063	Fernanda Alves MATHIAS, Nayra Moreira FERNANDES, Wesley Vieira MORAES, Ronaldo José Pacheco JUNIOR e Samuel Ferreira da SILVA	QUANTIFICAÇÃO E DOSEAMENTO DA MATÉRIA-PRIMA DO ALBENDAZOL, ATRAVÉS DE MÉTODOS FÍSICOS-QUÍMICOS
CBS 064	Hygo da Silva BRAGA, Aurélio BaêssO BICALHO e Samuel Ferreira da SILVA	DOSEAMENTO POR TITULAÇÃO COLORIMÉTRICA EM MEIO NÃO AQUOSO E ESPECTROFOTOMETRIA DE ABSORÇÃO NO ULTRAVIOLETA/VISÍVEL (UV/VIS) DE METRONIDAZOL COMPRIMIDOS DE 250 mg E MATÉRIA PRIMA
CBS 065	Lorena Dornelas Souza de ALBERGARIA, Michely Mirian Rodrigues CARDOSO, Samuel Ferreira da Silva	ANÁLISE DE ACIDO FOSFÓRICO E SACAROSE EM REFRIGERANTES A BASE DE COLA
CBS 066	Nayra Moreira FERNANDES, Schirleiny Schmitz NOVAES, Marina Matias LEONARDO, Fernanda Alves MATHIAS, Wesley Vieira MORAES e Juliana CRESPO	ESTUDO FARMACOEPIDEMIOLÓGICO DE ANÁLISES DE PRESCRIÇÕES MEDICAMENTOSAS NO MUNICÍPIO DE MURIAÉ - MG
CBS 067	Aurelio Baesso BICALHO, Felipe Giralddi Dias BAËSSO, Marcos Peres VICENTE, Gabriel Vicente Coelho da SILVA e Juliana Maria Rocha e Silva CRESPO	ESTUDO FARMACOEPIDEMIOLÓGICO DE PRESCRIÇÕES DE PSICOTRÓPICOS DA LISTA B1 NUMA UNIDADE PÚBLICA DE SAÚDE EM UM MUNICÍPIO DA ZONA DA MATA MINEIRA
CBS 068	Thamiris Calcagno Vidon BRUNO, Adriana Fialho TEIXEIRA e Samuel Ferreira da SILVA	DETERMINAÇÃO DE ACIDEZ E ÍNDICE DE PERÓXIDO EM AMOSTRAS DE MAIONESE
CBS 069	Paulo Victor de Oliveira SANTOS e Juliana Maria Rocha Silva e CRESPO	EXTRATO GLICÓLICO DAS FOLHAS DE GOSSYPIUM HIRSUTUM L, INCORPORADO A UM PRODUTO FARMACOTÉCNICO NA DETERMINAÇÃO DO POTENCIAL DA ATIVIDADE ANTIBACTERIOLÓGICA POR MEIO DE BIOENSAIOS
CBS 070	Ronaldo José Pacheco JUNIOR e Samuel Ferreira da SILVA	IDENTIFICAÇÃO E DOSEAMENTO DO PRINCÍPIO ATIVO DE CLORIDRATO DE METFORMINA E COMPRIMIDOS
CBS 071	Paulo Victor de Oliveira SANTOS e Samuel Ferreira da SILVA	IDENTIFICAÇÃO E DOSEAMENTO DO PRINCÍPIO ATIVO DE DICLOFENACO DE SÓDIO E DE COMPRIMIDOS ÉTICOS, GENÉRICOS E SIMILARES DE 50mg NA CIDADE DE MURIAÉ - MG
CBS 072	Mila Silva RIBEIRO, Randara Caneschi SANTOS, Maria Eliza Franzini GONÇALVES, Mariana Condé GOMES e Juliana Maria Rocha SILVA	PERFIL DE PARTICIPANTES DO PROGRAMA DE ATENDIMENTO À TERCEIRA IDADE NA CIDADE DE LARANJAL (MG) E A INFLUÊNCIA DA PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICAS SOBRE O CONSUMO DE MEDICAMENTOS
CBS 073	Bruna Maria Magro PEREIRA, Amanda Laviola de ANDRADE, José Cláudio Bouzada de ANDRADE e Samuel Ferreira da SILVA	PARÂMETROS SOBRE O USO DE MEDICAMENTOS BENZODIAZEPÍNICOS NA CIDADE DE ESPERA FELIZ, MINAS GERAIS
CBS 074	Wesley Vieira MORAES, Fernanda Alves MATHIAS, Ronaldo José Pacheco JUNIOR, Gisele de Souza SILVA e Juliana Maria Rocha e Silva CRESPO	PROPAGANDAS DE MEDICAMENTOS EM REVISTAS MÉDICAS: MARKETING OU SEGURANÇA?
CBS 075	Alex Santos CARRARO, Werkison Martins VERMELHO e Samuel Ferreira da SILVA	QUANTIFICAÇÃO DE MATÉRIA PRIMA DE MALEATO DE ENALAPRIL E COMPRIMIDOS DISTRIBUIDOS NOS PSF's E GENÉRICOS DISPENSADOS NAS FARMÁCIAS DO MUNICÍPIO DE MURIAÉ-MG
CBS 076	Paulo Victor de Oliveira SANTOS e Alexandre Horacio Couto BITTENCOURT	TRIAGEM FITOQUÍMICA DOS EXTRATOS AQUOSO E ALCOÓLICO DAS FOLHAS DE GOSSYPIUM HIRSUTUM L
CBS 077	Felippe Tricotti OLIVEIRA, Karen Moreira da SILVA, Ana Paula Soares de SOUZA e Diego Scalla Gonçalves DUTRA	ABORDAGEM DA KINESIOTAPE NO TRATAMENTO CONSERVADOR DA SÍNDROME DO TÚNEL DO CARPO
CBS 078	Felippe Tricotti OLIVEIRA, Karen Moreira da SILVA, Ana Paula Soares de SOUZA e Diego Scalla Gonçalves DUTRA	ABORDAGEM DE TRATAMENTO CONSERVADOR NA FRATURA DE PLATÔ TIBIAL E SUAS COMPLICAÇÕES

CBS 079	Karen Moreira da SILVA, Nitielli Lorryne SANTOS, Jéssica Cristina PIRES, Rhayane Marques da CONCEIÇÃO, Ludimila Assis SILVA e Roberta Xavier BRUNO	ABORDAGEM FISIOTERAPÊUTICA NA GONARTROSE
CBS 080	Hátylla Roberta Carneiro de SOUZA, Pauliane Sousa SILVA, Iramara Laviola CARVALHO, Juliana Rosa RIBEIRO e Roberta Xavier BRUNO	AÇÃO DO LASER DE BAIXA INTENSIDADE NA DPOC INDUZIDA PASSIVAMENTE EM CAMUNDONGOS: UM ESTUDO EXPERIMENTAL
CBS 081	Karen Moreira da SILVA, Felipe Tricotti OLIVEIRA, Marcos Natan Santos COSTA, Poliane de Azevedo PEREIRA, Rhayane Marques da CONCEIÇÃO e Roberta Xavier BRUNO	ANÁLISE DA CONDIÇÃO COGNITIVA DE UM GRUPO DE ORTOPEDIA COM IDOSOS DA CLÍNICA ESCOLA – FAMINAS
CBS 082	Valquíria Eveline RABELO, Amanda Duarte Moreira TOLENTINO, Matheus José da Costa TRINDADE e Diego Scalla Gonçalves DUTRA	ANÁLISE DAS CONDIÇÕES ERGONÔMICAS NO SETOR ADMINISTRATIVO DE UMA PREFEITURA
CBS 083	Estéfane Rufino da SILVA, Patrícia Aparecida da SILVA, Gabriela de Brito SANTOS, Elisa Alves PEREIRA e Cristiano Andrade Quintão Coelho ROCHA	ARTRITE TOFÁCEA CRÔNICA NO SEXO FEMININO
CBS 084	Isabella Netto de Almeida CASTRO, Gabriela de Brito SANTOS, Ana Paula Fernandes de MOURA e Rafael Gonzalez de OLIVEIRA	ATUAÇÃO DA FISIOTERAPIA NO PÓS-OPERATÓRIO DE LIGAMENTO CRUZADO ANTERIOR
CBS 085	Karen Moreira da SILVA, Nitielli Lorryne SANTOS, Kesia Alves de OLIVEIRA, Thais Messias GONÇALVES, Kassia Elisa VARDIERO e Roberta Xavier BRUNO	ATUAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA NA PARALISIA CEREBRAL TIPO TETRAPARESIA ESPÁSTICA
CBS 086	Nitielli Lorryne SANTOS, Karen Moreira da SILVA, Ana Paula Fernandes de MOURA, Isabella Netto de Almeida CASTRO, Marcos Natan SANTOS e Roberta Xavier BRUNO	ATUAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA NA TENOSSINOVITE DE DE QUERVAIN
CBS 087	Nitielli Lorryne SANTOS, Ana Paula Fernandes de MOURA, Karen Moreira da SILVA, Isabella Netto de Almeida CASTRO, Poliane de Azevedo PEREIRA e Roberta Xavier BRUNO	AVALIAÇÃO DA FUNCIONALIDADE, EQUILÍBRIO E MARCHA EM UMA PACIENTE COM CONDROPATIA PATELAR
CBS 088	Amanda Branca BAESSO, Maryana Vargas DONÁ, Juliana Vargas DONÁ, Eustáquio Luiz Paiva de OLIVEIRA e Roberta Xavier BRUNO	AVALIAÇÃO DA MARCHA EM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS COM QUEIXAS DE INSTABILIDADE POSTURAL E QUEDAS
CBS 089	Mayara Maria Fazonato PACHECO, Iasmin Martins GUIMARÃES e Fabrício Monteiro de Castro e CASTRO	AVALIAÇÃO DA MEMÓRIA DE CURTA DURAÇÃO EM PACIENTES NEUROLÓGICOS DA CLÍNICA ESCOLA-FAMINAS
CBS 090	Thatiane Martins Moreira OLIVEIRA, Ana Luiza Riguete NARDE, Naiara de Cássia CAMPOS, Laura Rezende RODRIGUES, Juliana Paschoal NAVAS e Cristiano Andrade Quintão Coelho ROCHA	CAPACIDADE FUNCIONAL EM PACIENTES COM SEQUELAS DE AVC (ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL)
CBS 091	Camilla Lopes do CARMO, Kesia Alves de OLIVEIRA e Roberta Xavier BRUNO	DISTÚRBIOS DO SONO EM CRIANÇAS OBESAS
CBS 092	Mayara Maria Fazonato PACHECO, Iasmin Martins GUIMARÃES e Fabrício Monteiro de Castro e CASTRO	EFEITO DA FISIOTERAPIA EM GRUPO NA MARCHA E EQUILÍBRIO DE PACIENTES NEUROLÓGICOS DA CLÍNICA ESCOLA – FAMINAS
CBS 093	Mayara Maria Fazonato PACHECO, Iasmin Martins GUIMARÃES, Gabriela de Brito SANTOS e Fabrício Monteiro de Castro e CASTRO	EFEITO DA FISIOTERAPIA EM GRUPO NA MARCHA E NO EQUILÍBRIO DE PACIENTES IDOSOS COM DIAGNÓSTICOS ORTOPÉDICOS DA CLÍNICA ESCOLA-FAMINAS
CBS 094	Isabella Netto de Almeida CASTRO, Dalila Cassin COSTA, Iramara Laviola CARVALHO, Gabriela de Brito SANTOS e Rafael Gonzalez de OLIVEIRA	EFEITOS DO LASER DE BAIXA POTÊNCIA NO TRATAMENTO DE ÚLCERA TRAUMÁTICA NO PACIENTE DIABÉTICO
CBS 095	Karen Moreira da SILVA, Felipe Tricotti OLIVEIRA, Ana Paula Soares de SOUZA, Aline Soares de FREITAS, Gustavo Gomes RIBEIRO e Roberta Xavier BRUNO	EFICÁCIA DO PROTOCOLO FUNCIONAL EM IDOSOS DO GRUPO DE ORTOPEDIA DA CLÍNICA ESCOLA – FAMINAS
CBS 096	Kesia Alves de OLIVEIRA, Camilla Lopes do CARMO, Lucilene Imaculada de BARROS, Clarissana Araújo BOTARO e Roberta Xavier BRUNO	FATORES DE RISCO E DOENÇAS ASSOCIADAS A ÚLCERAS DE MEMBROS INFERIORES DOS PACIENTES DE LASERTERAPIA
CBS 097	Camilla Lopes do CARMO, Gabriela de Brito SANTOS e Roberta Xavier BRUNO	IMPACTO DA OBESIDADE NA FUNÇÃO RESPIRATÓRIA DE ADULTOS
CBS 098	Camilla Lopes do CARMO, Gabriela de Brito SANTOS, Gustavo Gomes RIBEIRO e Roberta Xavier BRUNO	IMPACTO DA OBESIDADE NA FUNÇÃO RESPIRATÓRIA DE CRIANÇAS
CBS 099	Estéfane Rufino da SILVA, Elisa Alves PEREIRA, Gabriela de Brito SANTOS, Patrícia Aparecida da SILVA e Cristiano Andrade Quintão Coelho ROCHA	INCAPACIDADE DE MEMBROS SUPERIORES EM PACIENTES COM ARTRITE TOFÁCEA

CBS 100	Pauliane Sousa SILVA, Hátylla Roberta Carneiro de SOUZA, Iramara Laviola CARVALHO, Ana Paula Fernandes de MOURA e Roberta Xavier BRUNO	INCIDÊNCIA DE MORTALIDADE EM UMA UTI NEONATAL DA ZONA DA MATA MINEIRA
CBS 101	Iasmin M. GUIMARÃES, Mayara M. F. PACHECO e Rafael G. OLIVEIRA	ÍNDICE DE MASSA CORPORAL E ATIVIDADE FÍSICA RELACIONADA À PREVALÊNCIA DOS DISTÚRBIOS OSTEOMUSCULARES EM COSTUREIRAS DE CONFECÇÕES
CBS 102	Isabella Netto de Almeida CASTRO, Dalila Cassin COSTA, Iramara Laviola CARVALHO, Gabriela de Brito SANTOS e Fabrício Monteiro de Castro e CASTRO	INTERVENÇÃO FISIOTERAPÊUTICA NA SÍNDROME DE GUILLAIN BARRÉ
CBS 103	Maryana Vargas DONÁ, Samuel Bani SILVA, Julyana Vargas DONÁ, Michely Mirian Rodrigues CARDOSO, Amanda Branca BAESSO e Eustáquio Luiz Paiva OLIVEIRA	LOMBALGIA GESTACIONAL: PREVALÊNCIA, INTENSIDADE DA DOR E INCAPACIDADE FUNCIONAL
CBS 104	Estéfane Rufino da SILVA, Patrícia Aparecida da SILVA, Gabriela de Brito SANTOS, Elisa Alves PEREIRA e Cristiano Andrade Quintão Coelho ROCHA	PERFIL DE PORTADORES DE ARTRITE TOFÁCEA CRÔNICA
CBS 105	Pauliane Sousa SILVA, Hátylla Roberta Carneiro de SOUZA, Iramara Laviola CARVALHO, Ana Paula Fernandes de MOURA, Roberta Xavier BRUNO e Eustáquio Luiz PAIVA-OLIVEIRA	PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS PACIENTES ATENDIDOS EM UMA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL
CBS 106	Silvia Polyana Fazolo SILVA e Rafael Gonzalez OLIVEIRA	PREVALÊNCIA DE DISTÚRBIOS OSTEOMUSCULARES RELACIONADOS AO TRABALHO EM ESTAGIÁRIOS DE FISIOTERAPIA
CBS 107	Valquíria Eveline RABELO, Matheus José da Costa TRINDADE, Amanda Duarte Moreira TOLENTINO e Diego Scalla Gonçalves DUTRA	PREVALÊNCIA DE SINTOMAS OSTEOMUSCULARES RELACIONADOS AO TRABALHO (LER/DORT) NO SETOR ADMINISTRATIVO DE UMA PREFEITURA
CBS 108	Iasmin M. GUIMARÃES, Mayara M. F. PACHECO e Rafael Gonzalez OLIVEIRA	PREVALÊNCIA DOS DISTÚRBIOS OSTEOMUSCULARES RELACIONADOS AO TRABALHO EM AUXILIARES DE PRODUÇÃO DE CONFECÇÕES
CBS 109	Iasmin M. GUIMARÃES, Mayara M. F. PACHECO e Rafael Gonzalez OLIVEIRA	PREVALÊNCIA DOS DISTÚRBIOS OSTEOMUSCULARES RELACIONADOS AO TRABALHO EM COSTUREIRAS DE CONFECÇÕES
CBS 110	Iasmin M. GUIMARÃES, Mayara M. F. PACHECO e Rafael Gonzalez OLIVEIRA	PREVALÊNCIA DOS DISTÚRBIOS OSTEOMUSCULARES RELACIONADOS AO TRABALHO EM BORDADEIRAS
CBS 111	Karen Moreira da SILVA, Flávia Verônica Batista CAMPOS, Elizabele Borges CORREIA, Aline Soares de FREITAS, Gustavo Gomes RIBEIRO e Fabrício Monteiro de Castro e CASTRO	QUALIDADE DE VIDA DE IDOSOS DO GRUPO DE ORTOPEDIA DA CLÍNICA ESCOLA – FAMINAS
CBS 112	Thatiane Martins Moreira OLIVEIRA, Ana Luiza Riguete NARDE, Naiara de Cássia CAMPOS, Laura Rezende RODRIGUES, Juliana Paschoal NAVAS e Cristiano Andrade Quintão Coelho ROCHA	QUALIDADE DE VIDA DE PACIENTES COM SEQUELAS DE AVC (ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL)
CBS 113	Thatiane Martins Moreira OLIVEIRA, Ana Luiza Riguete NARDE, Naiara de Cássia CAMPOS, Laura Rezende RODRIGUES, Juliana Paschoal NAVAS e Cristiano Andrade Quintão Coelho ROCHA	QUALIDADE DE VIDA DE PRATICANTES DE PILATES E INDIVÍDUOS SEDENTÁRIOS
CBS 114	Kesia Alves de OLIVEIRA, Camilla Lopes do CARMO, Silvia Polyana Fazolo SILVA, Clarissana Araújo BOTARO e Roberta Xavier BRUNO	QUALIDADE DE VIDA DOS PACIENTES COM ÚLCERAS VENOSAS DO PROJETO DE LASERTERAPIA
CBS 115	Estéfane Rufino da SILVA, Elisa Alves PEREIRA, Gabriela de Brito SANTOS, Patrícia Aparecida da SILVA e Cristiano Andrade Quintão Coelho ROCHA	QUALIDADE DE VIDA EM PORTADORES DE ARTRITE TOFÁCEA CRÔNICA
CBS 116	Camilla Lopes do CARMO, Kesia Alves de OLIVEIRA, Gabriela de Brito SANTOS e Roberta Xavier BRUNO	QUALIDADE DE VIDA SUBJETIVA DE CRIANÇAS OBESAS
CBS 117	Isabella Netto de Almeida CASTRO, Dalila Cassin COSTA, Gabriela de Brito SANTOS, Ana Paula Fernandes de MOURA e Fabrício Monteiro de Castro e CASTRO	REABILITAÇÃO FUNCIONAL DO JOELHO PÓS LIGAMENTOSCOPIA DO LIGAMENTO CRUZADO ANTERIOR EM FASE AVANÇADA

CBS 118	Karen Moreira da SILVA, Ana Paula Fernandes de MOURA, Felipe Tricotti OLIVEIRA, Jéssica Cristina Pires da SILVA, Elizabele Borges CORREIA e Roberta Xavier BRUNO	RISCO DE QUEDA EM UM GRUPO DE ORTOPEDIA COM IDOSOS DA CLÍNICA ESCOLA – FAMINAS
CBS 119	Gabriela Reis NUNES, Francine Rubim de RESENDE, Poliana Bartole Resende FÓFANO, Nicole Barbosa DRUMOND, Dayse Xavier Amaro LEVATE e Mayla Cardoso Fernandes TOFFOLO	ANÁLISE COMPARATIVA DO VOLUME DE DIETA ENTERAL PRESCRITA COM VOLUME DE DIETA INFUNDIDA EM PACIENTES INTERNADOS EM UM HOSPITAL DO MUNICÍPIO DE MURIAÉ – MG
CBS 120	Poliana Bartole Resende FÓFANO, Francine Rubim de RESENDE, Karine Fumian da SILVA, Nicole Barbosa DRUMOND, Gabriela Reis NUNES e Denise Félix QUINTÃO	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DE LEOPOLDINA – MG
CBS 121	Gabriela Reis NUNES, Francine Rubim de RESENDE, Poliana Bartole Resende FÓFANO, Karine Fumian da SILVA, Brenda Marques de SOUSA e Fernanda Mara FERNANDES	ANÁLISE DO CONHECIMENTO DE DONAS DE CASA MORADORAS DO BAIRRO VALE DO CASTELO, MURIAÉ-MG SOBRE DOENÇAS TRANSMITIDAS POR ALIMENTOS: ESCHERICHIA COLI
CBS 122	Karine Fumian da SILVA, Nicole Barbosa DRUMOND, Brenda Marques de SOUZA, Poliana Bartole Resende FÓFANO, Francine Rubim de RESENDE e Fernanda Mara FERNANDES	ANÁLISE DO CONHECIMENTO DE ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE DIVINO/MG SOBRE DOENÇAS TRANSMITIDAS POR ALIMENTOS E A BACTÉRIA BACILLUS CEREUS
CBS 123	Angela Gabriela Moreira MANSO, Kátia Gomes da SILVA, Cláudia Gomes da SILVA, Nataly Scala ROCHA, Amanda Laviola de ANDRADE e Denise Félix QUINTÃO	ANÁLISE DO HABITO ALIMENTAR E PRESENÇA DE PATOLOGIAS EM IDOSOS DO MUNICÍPIO DE VIEIRAS/MG
CBS 124	Poliana Bartole Resende FÓFANO, Francine Rubim de RESENDE, Karine Fumian da SILVA, Nicole Barbosa DRUMOND, Brenda Marques de SOUSA e Denise Félix QUINTÃO	ANÁLISE DO PERFIL ANTROPOMÉTRICO DE TRABALHADORES DE UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DE LEOPOLDINA – MG
CBS 125	Francine Rubim de RESENDE, Poliana Bártole Resende FÓFANO, Gabriela Reis NUNES, Karine Fumian da SILVA, Brenda Marques de SOUSA e Denise Félix QUINTÃO	ANÁLISE DOS HÁBITOS ALIMENTARES DE ADOLESCENTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE MURIAÉ – MG
CBS 126	Francine Rubim de RESENDE, Bárbara Lucia Morais de Oliveira VIEIRA, Polyana Aparecida da Silva CAMPOS, Poliana Bartole Resende FÓFANO, Josete Amadeu Almeida LAVORATO e Fernanda Mara FERNANDES	ANÁLISE MICROBIOLÓGICA DE ALFACES PRONTAS PARA CONSUMO COMERCIALIZADAS EM RESTAURANTES DE LEOPOLDINA-MG
CBS 127	Alana Maria de Souza MOTTA, Bethania Oliveira Roberto MARINHO, Francine Rubim RESENDE, Graciele Sabino MOREIRA e Denise Félix QUINTÃO	AVALIAÇÃO DA COMPOSIÇÃO CORPORAL DE COLABORADORES DE DUAS UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO LOCALIZADAS EM MURIAÉ – MG
CBS 128	Poliana Bartole Resende FÓFANO, Francine Rubim de RESENDE, Karine Fumian da SILVA, Nicole Barbosa DRUMOND, Gabriela Reis NUNES e Denise Félix QUINTÃO	AVALIAÇÃO DA OBESIDADE ABDOMINAL EM TRABALHADORES DE TRÊS UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DE LEOPOLDINA – MG
CBS 129	Nicole Barbosa DRUMOND, Poliana Bartole Resende FÓFANO, Brenda Marque de SOUSA, Gabriela Reis NUNES e Denise Felix QUINTÃO	AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E PRESENÇA DE DORES EM COLABORADORES DE UMA UNIDADE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO NO MUNICÍPIO DE EUGENÓPOLIS-MG
CBS 130	Lidiane de Andrade LACERDA, Fernanda Antônia da Silva Salgado NEVES, Carla de Souza FERREIRA, Graciele Moreira SABINO e Mayla Cardoso Fernandes TOFFOLO	AVALIAÇÃO DE MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS E RISCO DE COMPLICAÇÕES METABÓLICAS DE TRABALHADORES DE UMA UAN COMERCIAL E UMA UAN ESCOLAR EM MURIAÉ – MG
CBS 131	Nataly Scala ROCHA, Angela Gabriela Moreira MANSO, Cláudia Gomes da SILVA, Kátia Gomes da SILVA e Denise Félix QUINTÃO	AVALIAÇÃO DO PERFIL ANTROPOMÉTRICO E A INFLUÊNCIA DO AMBIENTE DE TRABALHO NA ALTERAÇÃO DE PESO DE COLABORADORES DE UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO COMERCIAIS DA CIDADE DE MURIAÉ- MG
CBS 132	Karine Fumian da SILVA, Nicole Barbosa DRUMOND, Brenda Marques de SOUSA, Poliana Bartole Resende FÓFANO, Gabriela Reis NUNES e Denise Felix QUINTÃO	AVALIAÇÃO DO PERFIL ANTROPOMÉTRICO E PRESENÇA DE PATOLOGIAS EM COLABORADORES DE UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DE EUGENÓPOLIS - MG
CBS 133	Francine Rubim de RESENDE, Gabriela Reis NUNES, Alana Maria de Souza MOTTA, Bethania Oliveira Roberto MARINHO, Nicole Barbosa DRUMOND e Mayla Cardoso Fernandes TOFFOLO	AVALIAÇÃO QUALITATIVA DAS PREPARAÇÕES DO CARDÁPIO DE UMA UNIDADE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DE LEOPOLDINA-MG
CBS 134	Carla de Souza FERREIRA, Graciele Sabino MOREIRA, Lidiane de Andrade LACERDA e Denise Félix QUINTÃO	CONSUMO ALIMENTAR ANTES DO TREINO E HIGIENIZAÇÃO DE ALIMENTOS POR PRATICANTES MUSCULAÇÃO DA ZONA DA MATA MINEIRA

CBS 135	Fernanda Antônia da Silva Salgado NEVES, Lidiane de Andrade LACERDA, Carla de Souza FERREIRA e Mayla Cardoso Fernandes TOFFOLO	ESTADO NUTRICIONAL DE OPERADORES DE DUAS UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO
CBS 136	Nicole Barbosa DRUMOND, Karine Fumian da SILVA, Brenda Marques de SOUSA, Francine Rubim de RESENDE, Poliana Bartole Resende FÓFANO e Denise Felix QUINTÃO	HÁBITOS ALIMENTARES DE FUNCIONÁRIOS DE UM ÓRGÃO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE MURIAÉ-MG
CBS 137	Graciele Sabino MOREIRA, Carla de Souza FERREIRA, Bethania Oliveira Roberto MARINHO, Alana Maria de Souza MOTTA e Denise Félix QUINTÃO	USO DE SUPLEMENTOS E HÁBITOS ALIMENTARES DE PRATICANTES DE MUSCULAÇÃO DA ZONA DA MATA MINEIRA
CBS 138	Carla de Souza FERREIRA, Graciele Sabino MOREIRA, Bethania Oliveira Roberto MARINHO, Lidiane de Andrade LACERDA, Fernanda Antônia da Silva Salgado NEVES e Danielle GUIMARÃES	VERIFICAÇÃO DE CONSUMO ALIMENTAR E FATORES DE RISCOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS EM COLABORADORES DE UNIDADE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DE DUAS ESCOLAS DA CIDADE DE CATAGUASES -MG
CBS 139	Gabriel Vicente Coelho da SILVA, Marcos Peres VICENTE, Felipe Giraldo Dias BAËSSO, Juliana Maria Rocha e Silva CRESPO	ANÁLISE DE PERIÓDICOS COM PUBLICIDADE DE MEDICAMENTOS
Cbs 140	Francisco Gonçalves COSTA, Reniara da Silva SANTANA Luigi Vilela MARIKO , Thailane Costa da SILVA, Letícia Pazotti Castro DIAS , Fernanda Mara FERNANDES	INCIDÊNCIA DE STAPHYLOCOCCUS AUREUS EM TETAS DE VACAS LEITEIRA GIROLANDAS

SUMÁRIO TRABALHOS DA ÁREA CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA

CET 001	Alcides Tadeu de Oliveira JUNIOR, Marcelo José da SILVA, Luis Eduardo Bouzada CALAES, Nilo Sergio de OLIVEIRA, Jessé do Nascimento FARIA e Daniel Clarismundo BORGES	AValiação DA CONFORMIDADE DAS EMPRESAS CARANGOLENSES COM A ISO 27002
CET 002	Alcides Tadeu de Oliveira JUNIOR, Marcelo José da SILVA, Luis Eduardo Bouzada CALAES, Nilo Sergio de OLIVEIRA, Jessé do Nascimento FARIA e Daniel Clarismundo BORGES	CUIDADOS AO ENVIAR UM COMPUTADOR PARA A MANUTENÇÃO
CET 003	Alcides Tadeu de Oliveira JUNIOR, Marcelo José da SILVA, Luis Eduardo Bouzada CALAES, Nilo Sergio de OLIVEIRA, Jessé do Nascimento FARIA e Daniel Clarismundo BORGES	AValiação DA PREOCUPAÇÃO DAS EMPRESAS CARANGOLENSES SOBRE A PROTEÇÃO DE SEUS DADOS UTILIZANDO BACKUPS
CET 004	Alcides Tadeu de Oliveira JUNIOR, Marcelo José da SILVA, Luis Eduardo Bouzada CALAES, Nilo Sergio de OLIVEIRA, Jessé do Nascimento FARIA e Daniel Clarismundo BORGES	AValiação DA UTILIZAÇÃO DE SOFTWARE ANTIVÍRUS PELAS EMPRESAS CARANGOLENSES
CET 005	Damon Perpétuo de Sales PEDROSA, Priscila Ramos RIBEIRO, Arthuro Calzolari de ARAÚJO, Reinaldo Emílio MINARINI, Paulo Arthur Henriques GONZALEZ e Daniel Clarismundo BORGES	DATA WAREHOUSE E OLAP
CET 006	Douglas Souza FREITAS, Watilon Fazolin SANTANA, Ezequiel A. Mázala VIEIRA, Ludmila Helena GUIMARÃES, João P. Moreira GOMES e Daniel Clarismundo BORGES	BYOD: Um estudo sobre o fenômeno “Traga o seu próprio dispositivo” e sua influência no mercado de mobilidade emergente.
CET 007	Fábio José Pacheco dos REIS, Jefinny de Paula Dias SOUZA, Reinaldo MINARINI, Arthuro Calzolari de ARAÚJO e Daniel Clarismundo BORGES	AVANÇOS TECNOLÓGICOS: Influências na sociedade atual
CET 008	José Geraldo da COSTA, Alinne Barbosa CHICARELI, Davi Cândido ROCHA, Willian de Jesus BRAGA, Daniel Clarismundo BORGES e Nilton Freitas JUNIOR	DESCARTE DO LIXO ELETRÔNICO
CET 009	José Geraldo da COSTA, Maycon Lucas Cordeiro EMILIO, Alinne Barbosa CHICARELI, Débora Cristina De PAIVA, Davi Cândido ROCHA e Daniel Clarismundo BORGES	OPORTUNIDADE DE ANÁLISE DADOS UTILIZANDO CONCEITOS DE BIG DATA
CET 010	José Geraldo da COSTA, Willian de Jesus BRAGA, Davi Cândido ROCHA, Victor Arruda Gonçalves RODRIGUES, Lucas Dionísio ROCHA e Nilton Freitas JUNIOR	PROJETO E CONSTRUÇÃO DO SISTEMA CIASDEM
CET 011	José Mauro da COSTA, Douglas Souza FREITAS, Ezequiel A. Mázala VIEIRA, Nilton Freitas JUNIOR e Daniel Clarismundo BORGES	ANÁLISE DO SISTEMA ANTI-PLÁGIO CONTENT ID PARA O YOUTUBE
CET 012	Luis Eduardo Bousada CALAIS, Felipe Rocha do AMARAL, Leandro Dias da SILVA, Wesley Patrick do Amaral OLIVEIRA, Igor Jose de Oliveira GALO e Daniel Clarismundo BORGES	UTILIZANDO O LINKEDIN COMO SUA PORTA PARA O MERCADO DE TRABALHO
CET 013	Luis Eduardo Bousada CALAIS, Igor José de Oliveira GALO, Alcides Tadeu de Oliveira Junior, Felipe Rocha do AMARAL, Leandro Dias da SILVA e Daniel Clarismundo BORGES	O CRM E SUA ATUAÇÃO NO SEGMENTO DO VAREJO.
CET 014	Luis Eduardo Bouzada CALAES, Felipe Rocha do AMARAL, Alcides Tadeu de Oliveira JUNIOR, Leandro Dias da SILVA, Wesley Patrick do Amaral OLIVEIRA e Nilton Freitas JUNIOR	BUSINESS INTELIGENCE, A INTELIGENCIA DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO ALIADA AOS NEGOCIOS
CET 015	Luis Eduardo Bouzada CALAES, Wesley Patrick do Amaral OLIVEIRA, Alcides Tadeu de Oliveira JUNIOR, Leandro Dias da SILVA, Igor Jose de Oliveira GALO e Nilton Freitas JUNIOR	IMPLICAÇÕES DA INTERNET DAS COISAS NO COTIDIANO DA SOCIEDADE
CET 016	Luis Eduardo Bouzada CALAES, Wesley Patrick do Amaral OLIVEIRA, Alcides Tadeus de Oliveira JUNIOR, Igor Jose de Oliveira GALO, Leandro Dias da SILVA e Nilton de Freitas JUNIOR	A ESCOLHA DE UM ERP BASEADO NA ANÁLISE DA ADERÊNCIA DO SOFTWARE APOIADO NA MODELAGEM DE PROCESSOS
CET 017	Paulo Gilberto dos Santos JUNIOR, Davi Cândido ROCHA, Lucas Dionísio ROCHA, Nilo Sergio de OLIVEIRA, Mauricio de Lima SANTOS e Daniel Clarismundo BORGES	DESENVOLVIMENTO DE UM DRONE PARA PERÍCIA AMBIENTAL

CET 018	Nilo Sergio de OLIVEIRA, Alcides Tadeu de Oliveira JUNIOR, Isaias Zeferino de FARIA, Jessé do Nascimento FARIA e Daniel Clarismundo BORGES	IMPORTÂNCIA DO BUSINESS INTELLIGENCE COMO ESTRATÉGIA EMPRESARIAL
CET 019	Nilo Sergio de OLIVEIRA, Alcides Tadeu de Oliveira JUNIOR, Isaias Zeferino de FARIA, Jessé do Nascimento FARIA e Daniel Clarismundo BORGES	SEGURANÇA EM REDES WIRELESS
CET 020	Nilo Sergio de OLIVEIRA, Isaias Zeferino de FARIA, Jessé do Nascimento FARIA, Alcides Tadeu de Oliveira JUNIOR e Daniel Clarismundo BORGES	SISTEMAS EMBARCADOS E SISTEMAS MULTIPLEXADOS
CET 021	Nilo Sergio de OLIVEIRA, Jessé do Nascimento FARIA, Isaias Zeferino de FARIA, Alcides Tadeu de Oliveira JUNIOR e Daniel Clarismundo BORGES	SEGURANÇA NO COMERCIO ELETRÔNICO
CET 022	Paulo Gilberto dos Santos JUNIOR, Marcelo José da SILVA, Lucas Dionísio ROCHA, Gideone Rodrigues MATTA, Igor José de Oliveira GALO e Daniel Clarismundo BORGES	CONFIGURAÇÃO DE ROTEADOR PARA USUÁRIO DOMÉSTICO
CET 023	Paulo Gilberto dos Santos JUNIOR, Davi Cândido ROCHA, Jean Carlos Barbosa da SILVA, Gideone Rodrigues MATTA, Mauricio de Lima SANTOS e Daniel Clarismundo BORGES	DESENVOLVIMENTO DE COMPONENTES PARA SEGURANÇA AUTOMOTIVA
CET 024	Paulo Gilberto dos Santos JUNIOR, Davi Cândido ROCHA, Lucas Dionísio ROCHA, Nilo Sergio de OLIVEIRA, Mauricio de Lima SANTOS e Daniel Clarismundo BORGES	DESENVOLVIMENTO DE UM DRONE PARA PERÍCIA AMBIENTAL
CET 025	Paulo Gilberto dos Santos JUNIOR, Graciele Cardoso MILANE, Gideone Rodrigues MATTA, Isaias Zeferino de FARIA, José Clovis de Oliveira Guimaraes BRETAS e Daniel Clarismundo BORGES	GOOGLE GLASS: APLICATIVO DE AUXILIO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL
CET 026	Paulo Gilberto dos Santos JUNIOR, Igor José de Oliveira GALO, Isaias Zeferino de FARIA, Gideone Rodrigues MATTA, Luani Simtob de CARVALHO e Nilton Freitas JUNIOR	BRASVAGA: BANCO DE DADOS DE CURRÍCULOS VOLTADO PARA EMPRESAS DA REGIÃO DA MATA DE MINAS GERAIS
CET 027	Maycon Lucas Cordeiro EMILIO, Paloma Aparecida Pacheco LUCARELI, José Geraldo da COSTA, Douglas Souza FREITAS e Daniel Clarismundo BORGES	USO DOS NOVOS CONSOLES DA NINTENDO NOS PACIENTES COM AVC
CET 028	Fábio José Pacheco dos REIS, Jefinny de Paula Dias SOUZA, Reinaldo MINARINI, Arturo Calzolari de ARAÚJO e Daniel Clarismundo BORGES	AVANÇOS TECNOLÓGICOS: Influências na sociedade atual
CET 029	Rômulo C. MELO, Arthur Freitas V. PEREIRA, Thalison C. RESENDE, Crislan B. GUEDES, Jefferson B. OLIVEIRA e Nilton Freitas JUNIOR	A ANÁLISE SWOT COMO BASE ESTRATÉGICA PARA ÁREA DE FABRICAÇÃO DAS PANIFICADORAS E CONFECÇÕES DE MURIAÉ
CET 030	Washington Luiz de BARROS, Pedro de Paula CORRÊDO, Victor Lins Cunha NARDE, Jorge José DOS SANTOS e Daniel Clarismundo BORGES	A INFRAESTRUTURA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
CET 031	Willian de Jesus BRAGA, Débora Cristina de PAIVA, Franklin Sanches NOGUEIRA, Thiago Andrade MENDONÇA, Marcelo de Castro PEREIRA e Daniel Clarismundo BORGES	PLC, PROPORCIONANDO ACESSO À INTERNET PELA REDE ELÉTRICA
CET 032	Willian de Jesus BRAGA, Marcelo de Castro PEREIRA, Franklin Sanches NOGUEIRA, Thiago Andrade MENDONÇA, Renata de Prado SOUSA e Daniel Clarismundo BORGES	CRIOGRAFIA: CODIFICANDO PARA GARANTIR A SEGURANÇA
CET 033	Willian de Jesus BRAGA, Thiago Andrade MENDONÇA, Franklin Sanches NOGUEIRA, Marcelo de Castro PEREIRA, Mateus de Moraes DIAS e Daniel Clarismundo BORGES	MAIS SEGURANÇA NA INTERNET COM O IPv6
CET 034	Priscila Ramos RIBEIRO, Renan Pereira PIRES, Damon Perpétuo de Sales Pedrosa e Nilton Freitas JUNIOR	E-GOVERNMENT E AS DIFICULDADES DE ACESSIBILIDADE
CET 035	Willian de Jesus BRAGA, Bruno Estevam PEREIRA, Franklin Sanches NOGUEIRA, Thiago Andrade MENDONÇA, Marcelo de Castro PEREIRA e Daniel Clarismundo BORGES	WIMAX, A INTERNET SEM FIO DE LONGO ALCANCE
CET 035	Willian de Jesus BRAGA, Bruno Estevam PEREIRA, Franklin Sanches NOGUEIRA, Thiago Andrade MENDONÇA, Marcelo de Castro PEREIRA e Daniel Clarismundo BORGES	WIMAX, A INTERNET SEM FIO DE LONGO ALCANCE

CET 036	Jefinny de Paula Dias SOUZA, Fábio José Pacheco dos REIS, Vittoria Silva LACERDA, Reinaldo MINARINI e Daniel Clarismundo BORGES	TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO NO GOVERNO FEDERAL
CET 036	Jefinny de Paula Dias SOUZA, Fábio José Pacheco dos REIS, Vittoria Silva LACERDA, Reinaldo MINARINI e Daniel Clarismundo BORGES	TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO NO GOVERNO FEDERAL

SUMÁRIO TRABALHOS DA ÁREA CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

CSA 001	Juberlana A. FERREIRA, Aline C. B. da SILVA, Tamara P. R. SILVA, Lilian S. de ARAÚJO, Luciana R. COSTA e Nilton Freitas JUNIOR	ANÁLISE DE ADESAO DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO COMO AUXILIO NA GESTÃO DE UMA PROPRIEDADE RURAL
CSA 002	Juberlana A. FERREIRA, Aline C. B. da SILVA, Tamara P. R. SILVA, Lilian S. de ARAÚJO, Janainy P. FERREIRA e Aline Reis AMIM	RESPONSABILIDADE SOCIAL COMO FATOR DE COMPETITIVIDADE PARA AS EMPRESAS
CSA 003	Arthur Freitas V. PEREIRA, Thalison C. RESENDE, Rômulo C. MELO, Crislan B. GUEDES, Maria da P. MACHADO e Aline Reis AMIM	RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL COMO VANTAGEM PARA EMPRESAS DO RAMO TÊXTIL DE MURIAÉ
CSA 004	Juliana CORDEIRO, Maria das Graças Lopes SOUZA, Sara Linhares Belinato da SILVA e Alexandre Horácio Couto BITTENCOURT	DESTINO E TRATAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NA CIDADE DE MURIAÉ- MG
CSA 005	Jéssica de Almeida BRAGA, João Pereira Motta JÚNIOR, Marilene do Nascimento ARAÚJO, Roberta Lopes FERREIRA, Kerolaine Maia FERREIRA e Pedro Paulo de Andrade CAVALHER	IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE CUSTOS NO SETOR DE RADIOTERAPIA EM UM HOSPITAL ONCOLÓGICO
CSA 006	Jefferson Braz de OLIVEIRA, Pedro Henrique BELAN, Romullo Carneiro de MELO e Mara Luiza Gonçalves FREITAS	SIMPLES NACIONAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA
CSA 007	Thalison Custodio RESENDE, Romulo Carneiro MELO, Arthur Freitas Varizi PEREIRA, Crislan Barbosa GUEDES, Maria da Penha MACHADO e Aline Reis AMIM	ANÁLISE DA CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DOS JOVENS ENTRE 18 E 24 ANOS DA CIDADE DE MIRAÍ PARA O MERCADO DE TRABALHO
CSA 008	Maria Clara F. FERREIRA, Lílian Souza de ARAÚJO, Janainy Pereira FERREIRA, Rômulo C. de MELO, Tamara Priscila Ribeiro. SILVA e Nilton Freitas JUNIOR	USO DE REDES SOCIAIS PARA AÇÕES DE ENDOMARKETING NAS EMPRESAS
CSA 009	Crislan B. GUEDES, Maria Olívia M. CALAIS, Rômulo C. de MELO, Arthur F. V. PEREIRA, Thalison Costa RESENDE, Aline Reis AMIM	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O MEIO SOCIAL NOS DIAS ATUAIS
CSA 010	Maria das Graças Lopes SOUZA, Sara Linhares Belinato da SILVA, Juliana CORDEIRO e Alexandre Horácio Couto BITTENCOURT	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA PERSPECTIVA DE GESTÃO AMBIENTAL EM MURIAÉ- MG
CSA 011	Nayara Aparecida Bagle FRANCISCO, Luiz Augusto Bagle FRANCISCO, Helena Clélia Bouzada FRAGA, Pedro Paulo de Andrade CAVALHER	APLICAÇÃO DE MÉTODOS DE ADMINISTRAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO E PROTOCOLOS PARA INICIO DO TRATAMENTO DO CÂNCER DE ESÔFAGO
CSA 012	Sara Linhares Belinato da SILVA, Juliana CORDEIRO, Maria das Graças Lopes SOUZA e Francisco de Assis FERREIRA	FAMÍLIA E EMPRESA: O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO ENTRE COLABORADORES E FAMILIARES COMO FATOR MOTIVACIONAL NA EMPRESA CONFECCIONISTA “CHINELOS PUFF”
CSA 013	João Pereira Motta JÚNIOR, Jéssica de Almeida BRAGA, Fernanda Sarah BECALITO, Thamara Veríssimo Campos Silva MELO e Pedro Paulo de Andrade CAVALHER	GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS HOSPITALARES: RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL
CSA 014	Fabio Jose COUTINHO, Stanley Carneiro SANTOS, Airton Bouzada LOPES, Alberione Coelho MARTINS, Wesley Bruno OLIVEIRA e Francisco Carvalho CORRÊA	NOVO MODELO DA FORÇA POLICIAL COM O FOCO NO INTERESSE PÚBLICO
CSA 015	Fabio Jose COUTINHO, Jozadak de Oliveira MENDES, Edson de Paula Lima JUNIOR, Felipe Paula da SILVA, Cesar Gonçalves de CARVALHO e Francisco Carvalho CORRÊA	ANÁLISE DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESITÊNCIA ÀS DROGAS SOB A ÓTICA DO POLICIAL MILITAR: EXPERTISE OU UTOPIA?
CSA 016	Fabio Jose COUTINHO, Raimundo Nonato de Oliveira NETO, Alberione Coelho MARTINS, Wesley Bruno Oliveira ALMEIDA, Edson de Paula Lima JUNIOR, Stefanine Michaelle Alvim Lacerda GOMES	PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE FRENTE AO CRIME PRETERDOLOSO
CSA 017	Tayná Porfiro COSTA, Mayra Fonseca da Silva FREITAS, Luísa Souza BITTENCOURT, Isabela Carvalho LOURENÇO, Fernanda Carolina OLIVEIRA e Francisco Carvalho CORREA	ABORTO DE ANENCÉFALOS: DIREITO À VIDA E IMPACTOS SUCESSÓRIOS
CSA 018	Tayna Porfiro COSTA, Mayra Fonseca da Silva FREITAS, Felipe Delano Ferreira SENA, Isabela Carvalho LOURENÇO, Fernanda Carolina OLIVEIRA e Francisco Carvalho CORREA	DESAPOSENTAÇÃO: RENÚNCIA A DIREITO PATRIMONIAL DISPONÍVEL

CSA 019	Helena de A. R. BENEDITO, Hellen B. RESENDE, Camila de P. GRUPPI, Thaís R. VARGAS, Matheus M. Bastos, Stefanine LACERDA	REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL COMO SOLUÇÃO DA DIMINUIÇÃO DA CRIMINALIDADE
CSA 020	Hellen B. RESENDE, Camila de P. GRUPPI, Helena A. R. BENEDITO, Thaís R. VARGAS, Matheus M. BASTOS e Stefanine Michaelle Alvim LACERDA	MEDIDAS PROTETIVAS AS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
CSA 021	Helena de A.R. BENEDITO, Camila de P. GRUPPI, Hellen B. RESENDE, Thaís R. VARGAS, Ana Paula VEGI e Stefanine Michaelle Alvim LACERDA	INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA NO DIREITO AMBIENTAL COM FUNDAMENTO NO PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO
CSA 022	Fabício de Paula GRUPPI, Osmarina de Oliveira MEDEIROS, Mateus Guarçoni Almeida SILVA, Wesley Carneiro SANTOS, Vitor de Oliveira FARIA e Stefanine Michaelle Alvim LACERDA	ANÁLISE DA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE NO DIREITO DO CONSUMIDOR
CSA 023	Fabício de Paula GRUPPI, Osmarina de Oliveira MEDEIROS, Silas FILGUEIRA, Wesley Carneiro SANTOS, Vitor de Oliveira FARIA e Julio Cesar SIMBRA	ESTUDO SOBRE OS TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA LAVRADOS NA 31ª DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE MURIAÉ - MG
CSA 024	Romagno de Oliveira FREITAS, Roberto Furtado de MIRANDA NETO e Margarida Maria ESPOSITO	DIREITO FUNDAMENTAL DO ANALFABETO À CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO
CSA 025	Riviane Mª F. F. LAVIOLA, Isabela C. LOURENÇO, Pedro H. S. COSTA, Adrielle Mª S. COSTA, Hellen B. RESENDE e Ricardo Resende BERSAN	INCIDÊNCIA DO CRIME DE DESOBEDIÊNCIA ANTE O DESCUMPRIMENTO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI 11.340/06
CSA 026	Cássia Stiti de PAULA e Francisco Carvalho CORREA	ESTADO, O DIREITO E A CULTURA, QUANDO O ASSUNTO É PAZ
CSA 027	Cássia Stiti de PAULA, Adrielle Maria de Souza COSTA, Romina Malafaia SOUZA e Francisco Carvalho CORREA	PROSTITUIÇÃO INFANTIL NA SOCIEDADE MODERNA
CSA 028	Cássia Stiti de PAULA e Francisco Carvalho CORREA	SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL
CSA 029	Karina de Carvalho PARDÓCIMO, Paulo Henrique Teixeira de OLIVEIRA, Dayane Nogueira SOARES, Fabíola Martins CASTRO, Maria Júlia ZANELA e Stefanine LACERDA	CRIMES AMBIENTAIS: A RESPONSABILIDADE PENAL DAS PESSOAS JURÍDICAS
CSA 030	Keila Dias de OLIVEIRA, Giselle Aparecida de Oliveira FONSECA, Mariana Rodrigues MIRANDA, Rafael Guarçoni Almeida SILVA, Kennia Neves CIULDIN e Marcelo Alexandre do Valle THOMAZ	MAL QUE VAI ALÉM DE UMA REDE SOCIAL: "CYBERBULLYING"
CSA 031	Mariana Rodrigues MIRANDA, Silvério Rodrigues MIRANDA, Simone da Silva ELIS, Rafael Guarçoni Almeida SILVA, Mateus Guarçoni Almeida SILVA e Sônia Maria Dal SASSO	TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO: ANOMALIA DA INTERNET DELITOS E RESPONSABILIDADE CIVIL DO AUTOR
CSA 032	Luciana Dinar da SILVA, Wilson RIBAS, Taylor FREITAS, Simone ELIS, Alcione OLIVEIRA e Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA	ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE DA MINERAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MIRAÍ
CSA 033	Luciana Dinar da SILVA, Wilson RIBAS, Alcione OLIVEIRA, Simone ELIS, Taylor FREITAS e Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA	RESPONSABILIDADE CÍVIL DO CONTADOR
CSA 034	Bárbara Cerqueira da ROCHA, Rafaela CARNEIRO, Paula Fernandes Meneguete Dala PAULA, Kamilla Neves Ciuldin SILVA, Anderson Corrêa RODRIGUES e Stefanine LACERDA	ADOÇÃO NO ÂMBITO DA RELAÇÃO HOMOAFETIVA E A NOVA CONCEPÇÃO DA FAMÍLIA BRASILEIRA
CSA 035	Bárbara Cerqueira da ROCHA, Rafaela CARNEIRO, Paula Fernandes Meneguete Dala PAULA, Kamilla Neves Ciuldin SILVA, Anderson Corrêa RODRIGUES e Stefanine Michaelle Alvim LACERDA	RESERVA LEGAL DE ACORDO COM O NOVO CÓDIGO FLORESTAL
CSA 036	Henrique Manoel Freitas de CARVALHO, Maycon Ariel da SILVA e Stefanine Michaelle Alvim LACERDA	REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL: UM FOCO NA ESTRUTURA EDUCACIONAL E CARCERÁRIA DO BRASIL
CSA 037	Genuzi Franchine GOMES, Mauro Sérgio de Paula SANTOS, Camila de Paula GRUPPI, Ana Caroline de Oliveira PRADO, Raquel Silva CARNEIRO e Marcelo Alexandre do Valle THOMAZ	TUTELA CONSTITUCIONAL DO MEIO AMBIENTE E OS DEVERES DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO
CSA 038	Keila Dias de OLIVEIRA, Giselle Aparecida de Oliveira FONSECA, Stanley Carneiro dos SANTOS, Erick Flávio Gonçalves BARBOSA, Jorge CAMPOS e Marcelo Thomaz do Valle THOMAZ	AIDS NOS PRESÍDIOS: "PENA DE MORTE"

CSA 039	Genuzi Franchine GOMES, Mauro Sérgio de Paula SANTOS, Camila de Paula GRUPPI, Ana Caroline de Oliveira PRADO ¹ , Raquel Silva CARNEIRO e Marcelo Alexandre do Valle THOMAZ	RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO MORAL AO CONSUMIDOR
CSA 040	Pablo Lemuel Emerick de ANDRADE, Luisa Souza BITTENCOURT, Emanuely Cristina OLIVEIRA, Pedro Henrique de Souza COSTA, Mauro Sergio de Paula SANTOS e Marcelo Alexandre do Valle THOMAZ	TEORIA FINALISTA MITIGADA E SUA APLICAÇÃO DO DIREITO DO CONSUMIDOR
CSA 041	Letícia do Carmo FERREIRA, Jordana Archetti Duarte VICENTE, Marlon Vicente Citrangulo FERREIRA, Drieli Pedrosa SILVA, Vitor Farage Machado da ROCHA e Stefanine LACERDA	INTERRUPÇÃO TERAPÊUTICA DA GESTAÇÃO COM FETO ANENCÉFALO
CSA 042	Ana Carolina Pereira SOUZA, Brenno De Paiva FAGUNDES, Gabriella de Souza Azevedo, Pedro Henrique Rodrigues de Arêdes e Anderson K. R. LOURENÇO	LEI MARIA DA PENHA E AS UNIÕES HOMOAFETIVAS
CSA 043	Ana Beatriz Lacerda SIMÃO, Rômulo Simão RIBEIRO, Matheus Carvalho Bittencourt FERREIRA, Gabriel Rodrigues DE OLIVEIRA, Paulo César dos Santos JÚNIOR e Julio César Simbra SOARES	ESTATUTO DO NASCITURO: O FIM DOS DIREITOS DA MULHER
CSA 044	Ana Beatriz Lacerda SIMÃO, Rômulo Simão RIBEIRO, Matheus Carvalho Bittencourt FERREIRA, Gabriel Rodrigues DE OLIVEIRA, Paulo César dos Santos JÚNIOR e Júlio César Simbra SOARES	DIREITOS HUMANOS DO CIDADÃO-PRESO
CSA 045	Thaís Priscila Evaristo BRAZ, Vítor Farage Machado da ROCHA, Drieli Pedrosa SILVA, Rosângela Freitas STOQUE, Jailton Loures da Rocha JÚNIOR e Júlio Cesar Simbra SOARES	POLÍTICA DE COTAS À LUZ DOS PRECEITOS DA CONSTITUIÇÃO
CSA 046	Thaís Priscila Evaristo BRAZ, Rosângela Freitas STOQUE, Vítor Farage Machado da ROCHA, Drieli Pedrosa SILVA, Jailton Loures da Rocha JÚNIOR e Júlio Cesar Simbra SOARES	ADPF E LEI DA ANISTIA (LEI 6683-79)- ADPF 153/DF
CSA 047	Thaís Priscila Evaristo BRAZ, Drieli Pedrosa SILVA, Vítor Farage Machado da ROCHA, Rosângela Freitas STOQUE, Jailton Loures da Rocha JÚNIOR e Júlio Cesar Simbra SOARES	ADPF N. 54/DF - VIABILIDADE DA INTERRUPÇÃO TERAPÊUTICA DA GESTAÇÃO DE FETOS ANENCEFÁLOS
CSA 048	Keila Dias de OLIVEIRA, Stanley Carneiro dos SANTOS, Giselle Aparecida de Oliveira FONSECA, Erick Flávio Gonçalves BARBOSA, Jorge CAMPOS e Fernando Gomes SCHETTINI	PROTEÇÃO JURÍDICA DO MENOR ABANDONADO: "CAMINHO DO CRIME"
CSA 049	Keila Dias de OLIVEIRA, Erick Flávio Gonçalves BARBOSA, Augusto Gomes da NÓBREGA, Giselle Aparecida de Oliveira FONSECA, Stanley Carneiro dos SANTOS e Francisco Carvalho CORRÊA	CONTRATOS CELEBRADOS NA INTERNET FRENTE AO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO
CSA 050	Luísa Souza BITTENCOURT, Lays Vieira SILVA, Tayná Porfiro COSTA, Elisa Caroline DARBY, Pedro Henrique de Souza COSTA e Stefanine Michaelle Alvim LACERDA	VIOLÊNCIA E QUESTOES DE GÊNERO ÉTNICO: CASO INDÍO GALDINO JESUS DOS SANTOS
CSA 051	Luísa Souza BITTENCOURT, Fabio Jose COUTINHO, Juliana de Castro RODRIGUES, Elisa Caroline DARBY, Pedro Henrique de Souza COSTA e Stefanine Michaelle Alvim LACERDA	TUTELA JURÍDICA CONTRA A HOMOFOBIA E DISCRIMINAÇÃO SEXUAL
CSA 052	Rômulo Simão RIBEIRO, Ana Beatriz Lacerda SIMÃO, Paulo César dos Santos JUNIOR, Matheus Carvalho BITTENCOURT, Rodolfo Ribeiro BERNARDO, Julio César Simbra SOARES	POSITIVAÇÃO CONSTITUCIONAL DA CELERIDADE PROCESSUAL E O CONTRASTE COM A MOROSIDADE DA JUSTIÇA
CSA 053	Pablo Lemuel Emerick de ANDRADE, Emanuely Cristina de OLIVEIRA, Luisa Souza BITTENCOURT, Mauro Sergio de Paula SANTOS, Ana Caroline de Oliveira PRADO, Thaís Miranda de OLIVEIRA	PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO NO PROJETO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL
CSA 054	Maycon Ariel da SILVA, Henrique Manoel Freitas de CARVALHO e Margarida Maria ESPOSITO	RESPONSABILIDADE CIVIL PELA PERDA DE UMA CHANCE NO DIREITO BRASILEIRO
CSA 055	Brenno de Paiva FAGUNDES, Philipe Ouverney Oliveira MENDONÇA, Ana Carolina PEREIRA, Pablo Lemuel Emerick de ANDRADE, Gabriella de Souza AZEVEDO e Ricardo Resende BERSAN	JUDICIALIZAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE

CSA 056	Pedro Henrique Rodrigues de ARÊDES, Diego Henrique MACHADO, Fernanda Carolina OLIVEIRA, Juliana de Castro RODRIGUES, Pedro Gabriel de Arêdes JÚNIOR e Anderson Kristhian Reis LOURENÇO	PREÇO DO AFETO
CSA 057	Pedro Henrique Rodrigues de ARÊDES, Diego Henrique MACHADO, Fernanda Carolina OLIVEIRA, Cintia Aparecida Fernandes de PAULA, Pedro Gabriel de Arêdes JÚNIOR, Anderson Kristhian Reis LOURENÇO	CONFLITO DA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL NO BRASIL
CSA 058	Pedro Henrique Rodrigues de ARÊDES, Diego Henrique MACHADO, Fernanda Carolina OLIVEIRA, Flávia Lúcia Estevam da Costa FRANCO, Pedro Gabriel de Arêdes JÚNIOR e Anderson Kristhian Reis LOURENÇO	VIABILIDADE DA PRIVATIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO
CSA 059	Grazielle Gonçalves SOUZA, Paulo Vicente Goulart MONTEZANO, Fabrício Corrêa PROCÓPIO, Glaydson de Souza FERREIRA e Margarida Maria ESPOSITO	PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE COMO PARÂMETRO DE MENSURAÇÃO DO DANO MORAL
CSA 060	Marina Penna COUT, Patrícia Penna COUTO, Lívia Fonseca Gomes da SILVA, Tatiane Aparecida Pereira e SILVA, Debora Dornelas Gomes PEREIRA e Francisco Carvalho CORREA	PONDERAÇÃO DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS À VIDA E À LIBERDADE RELIGIOSA, SOB O PONTO DE VISTA DOS TESTEMUNHAS DE JEOVÁ
CSA 061	Mariana Rodrigues MIRANDA, Silvério Rodrigues MIRANDA, Simone da Silva ELIS, Rafael Guarçoni Almeida SILVA, Mateus Guarçoni Almeida SILVA e Sônia Maria Dal SASSO	PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS E O DIREITO À EDUCAÇÃO (CASOS EM ESCOLAS)
CSA 062	Simone da Silva ELIS, Silvério Rodrigues MIRANDA, Mariana Rodrigues MIRANDA, Rafael Rodrigues MIRANDA, Fábio José COUTINHO e Stefanine Michaelle Gomes Alvim LACERDA	ARMA DE FOGO COMO ITEM QUALIFICADOR DO CRIME DE ROUBO: ARMA DE BRINQUEDO
CSA 063	Marina Penna COUTO, Patrícia Penna COUTO, Mayra Fonseca da Silva FREITAS, Marcos Vinicius da Silva PALADINI, Debora Dornelas Gomes PEREIRA e Francisco Carvalho CORREA	IMPORTÂNCIA DO INSTITUTO DO BEM DE FAMÍLIA VOLUNTÁRIO E SUA UTILIDADE PRÁTICA NA ATUALIDADE
CSA 064	Simone da Silva ELIS, Silvério Rodrigues MIRANDA, Mariana Rodrigues MIRANDA, Rafael Guarçoni Almeida SILVA, Mateus Guarçoni Almeida SILVA e Stefanine Michaelle Gomes Alvim LACERDA	VIOLÊNCIA NO CAMPO POLÍTICO, SOCIAL E ECONÔMICO
CSA 065	Luana Laureano da SILVA, Taylor FREITAS, Joseane LOURENÇO, Ana MONTEIRO, Geovani BARBOSA e Stefanine Michaelle Gomes Alvim LACERDA	INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA
CSA 066	Alessandra Aparecida MARTINS, Franciane Demarque TEIXEIRA, Nilvanda BARROS, Rosângela Vilela MONTEIRO, Luciana Aurora SILVA e Pollyane A. de Carvalho PAIVA	AVALIAÇÃO E ORIENTAÇÃO SOBRE HPV AOS PAIS DE ALUNOS DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR GONÇALVES COUTO, NA CIDADE DE MURIAÉ-MG
CSA 067	Alyne Vieira PINHEIRO, Vanessa Macedo de SOUZA, Haydée Cecília Thurler SECUNHO, Eloá Pedrosa FURTADO, Bianca Garbeline JABOUR e Giselle Braga de AQUINO	OLHAR DA VÍTIMA SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER
CSA 068	Camila Marques Silva DAHER, Giselle Braga de AQUINO e Lenise LANTELME	PUBLICIDADE TELEVISIVA INFANTIL E O IMPACTO NO CONSUMISMO
CSA 069	Cristiane Duarte REIS, Cibelly Lúcia dos SANTOS, Luana Ferreira dos SANTOS, Ellen de Souza FREITAS, Isabella Cristina Procópio da SILVA e Sanyo Drummond PIRES	QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DE PROFISSIONAIS DE CALL CENTER
CSA 070	Eliza de Oliveira MACEDO, Vinicius R. de ALMEIDA, Eloá P. FURTADO, Vanessa SOUZA, Giselle Braga de AQUINO e Luciana Xavier SENRA	CONTRIBUIÇÕES DA ASSISTÊNCIA PSICOLÓGICA EM UMA U.P.A. ONCOLÓGICA DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS
CSA 071	Geisiane de Paiva TEIXEIRA, Thais Alves da SILVA, Vanessa Macedo de SOUZA, Daniela da Silva PEDROSA, Naiara Aparecida de LAIA e Ana Lúcia CONTINO	MORTE E PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO LUTO
CSA 072	Isabella Cristina Procópio da SILVA, Cristiane Duarte REIS, Luana Ferreira SANTOS, Ellen Souza FREITAS, Mateus Souza SILVA e Lara Brum de CALAIS	BOLSA FAMÍLIA: PROMOVEDO AUTONOMIA?
CSA 073	Jaqueline dos Santos Oliveira, Dayane Lopes BARBOSA, Pâmela Ventura da COSTA, Amanda Santana SALLES e Fabrícia Creton NERY	DEPRESSÃO EM UM GRUPO DE IDOSOS ASILADOS

CSA 074	Kalícia Ingrid de Lacerda RABELO, Marina de Oliveira REIS, Laís de Oliveira COMINI, Dayane Ribeiro SERAFIM, Harry Brandão FERREIRA e Giselle Braga de AQUINO	RELEVÂNCIA DA PSICOMOTRICIDADE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MIRADOURO-MG
CSA 075	Layra Ferreira ALMEIDA, Lenice Aparecida de OLIVEIRA, Juliana Braga FALCAO, Joice Hellen da SILVA, Camila Cavalcanti PORTES e Lara Brum de CALAIS	ENVELHECER NÃO É MORRER: QUALIDADE DE VIDA NA TERCEIRA IDADE
CSA 076	Maira Ribeiro de SOUZA, Cássia Ribeiro de SOUZA, Bianca Garbelini JABOUR, Haydeê Cecília Thureler SECUNHO e Lara Brum de CALAIS	CONSCIENTIZAÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA: EXPERIÊNCIA DE INTERVENÇÃO JUNTO AOS JOVENS DO CONDOMÍNIO NOVA MURIAÉ
CSA 077	Natalia Aparecida Aguiar, Tiago Nunes SOUZA e Orientador Sanyo Drummond PIRES	SÍNDROME DE ALIENAÇÃO PARENTAL E SUA PRINCIPAL VÍTIMA
CSA 078	Priscilla Lima Barbosa, Alcides Tadeu de Oliveira Junior e Sanyo Drummond Pires	ANÁLISE DO NÍVEL DE ATENÇÃO DOS INICIANTES NO PROCESSO DE HABILITAÇÃO DA CNH CATEGORIA "B"
CSA 079	Roberta Furlani do E. SANTO, Tallys G. A. BASTOS, Simone L. SIDNEI, Joyce K. G. ANDRADE, Pollyane Andrade de Carvalho PAIVA	ENSINO REGULAR E A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN
CSA 080	Simone L. SIDNEI, Roberta Furlani do E. SANTO, Tallys G. Andrade BASTOS Loyslayny S. SOARES, Pollyane Andrade de Carvalho PAIVA	IMPORTÂNCIA DO PSICÓLOGO NO CONTEXTO ESCOLAR: NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO SOCIAL
CSA 081	Tallys G. Andrade BASTOS, Simone SIDNEI, Roberta SANTO, Kalista FREITAS e Pollyane A. Carvalho PAIVA	PERSPECTIVA DA DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM NO CONTEXTO ESCOLAR
CSA 082	Tamires Maria SOBRINHO, Alyne Vieira PINHEIRO, Tânia Maria Moreira de LIMA, Hugo Borges FINOTTI, Luciana de Andrade AGOSTINHO e Giselle Braga de AQUINO	DOENÇA DE HUNTINGTON: UMA INVESTIGAÇÃO DA PERCEÇÃO DA DOENÇA PELO GRUPO DE RISCO
CSA 083	Thais Alves da SILVA, Geisiane de Paiva TEIXEIRA, Juliana Maria Rocha e Silva CRESPO	INSTITUCIONALIZAÇÃO E A INCIDÊNCIA DO USO DE PSICOFÁRMACOS- MG
CSA 084	Thais Alves da SILVA, Geisiane de Paiva TEIXEIRA, Thamara Márcia de Paula Pereira de CARVALHO, Gabriela dos Passos Carneiro Batista e Juliana Maria Rocha e Silva CRESPO	PERCEÇÃO DA SAÚDE POR IDOSOS ASILADOS SEGUNDO O QUESTIONÁRIO SF- 36- MG
CSA 085	Vanessa Macedo de SOUZA, Haydee CECILIA, Vinicius ROQUE, Eloá FURTADO, Hugo BORGES e Lara Brum de CALAIS	INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS PORTADORES DE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: UMA CONTRAPOSIÇÃO ENTRE O REAL E O IDEAL NA PERSPECTIVA DOS EDUCADORES
CSA 086	Vanessa MACEDO, Bianca GARBELINI, Vinicius ROQUE, Eliza MACEDO, Lais COMINI e Hugo VALENTE	EUTANÁSIA E PSICOLOGIA: REFLEXÕES FRENTE À FINITUDE
CSA 087	Maria Tereza Ferreira SOUZA e Elizete Oliveira de ANDRADE	CONHECIMENTO LÓGICO MATEMÁTICO CONSTRUÍDO PELAS CAMADAS POPULARES
CSA 088	Amanda Monteiro LEITE, Sérgio Carvalho PORTILHO e Anna Carolina Ferreira CARRARA	REVISITANDO A MORFOLOGIA NOS LIVROS DIDÁTICOS: UMA REFLEXÃO ACERCA DA ABORDAGEM CONFERIDA AOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS
CSA 089	Grazielle Gonçalves SOUZA, Paulo Vicente Goulart MONTEZANO, Fabrício Corrêa PROCÓPIO, Glaydson de Souza FERREIRA e Margarida Maria ESPÓSITO	PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PORPORCIONALIDADE COMO PARÂMETRO DE MENSURAÇÃO DO DANO MORAL
CSA 090	Grazielle Gonçalves SOUZA, Glaydson Silva SOUZA, Paulo Vicente Goulart MONTEZANO, Fabrício PROCÓPIO e Júlio César SIMBRA	ANÁLISE DO REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

SUMÁRIO TRABALHOS DO ENCONTRO DE PÓS GRADUAÇÃO

EPG 001	Gilmar Lopes de FARIA, Luciana Dinar da SILVA e Jorge Luís de Oliveira DAIBES	INFORMAÇÃO CONTÁBIL PARA O PROCESSO DECISÓRIO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NOS MUNICÍPIOS DE MIRAI E MURIAÉ
EPG 002	Marciel SOUZA e Jorge Luís de Oliveira DAIBES	AVALIAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO ESOCIAL DO SPED - SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL, NOS ESCRITÓRIOS DA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO DO RJ (ITAOCARA, SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA, MIRACEMA)
EPG 003	Edjane Aparecida Ramos FORTINI, Horiana Marquezzine FERRARA e Jorge Luís de Oliveira DAIBES	ANÁLISE DAS ORGANIZAÇÕES DE COOPERATIVAS: SEUS DESAFIOS E TENDENCIAS
EPG 004	Bruna do Carmo SOUZA e Jorge DAIBES	ANÁLISE DO PROCESSO DE RECRUTAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS EM TRÊS REDES DE SUPERMERCADO LOCALIZADAS NA CIDADE DE MURIAÉ/MG
EPG 005	Ana Carolina Leite MENDONÇA e Alexandre Horácio Couto BITTENCOURT	PRÁTICA DA AUTOMEDICAÇÃO NO MUNICÍPIO DE TOMBOS-MG
EPG 006	Horiana Marquezzine FERRARA, Edjane Aparecida Ramos FORTINI e Jorge Luís de Oliveira DAIBES	MEMORIAL DA FUNDAÇÃO CRISTIANO VARELLA: UM ESTUDO DE SUA RELEVÂNCIA À SOCIEDADE
EPG 007	Raphael Henriques e SOUZA, Núbia Fernandes TRANIN, Alessandra Aguiar POGGIANELLA e Marcelo Silva SILVÉRIO	AVALIAÇÃO DA PRESCRIÇÃO DE BENZODIAZEPÍNICOS NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2011
EPG 008	Fabiano Alves e OLIVEIRA e Jorge Luis de Oliveira DAIBES	MOTIVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UM DEBATE À LUZ DE OUTROS AUTORES
EPG 009	Ana Carolina de Paula BITTENCOURT, Lílian Souza de ARAÚJO, Juberlana Almeida FERREIRA, Janainy Pereira FERREIRA, Aline Cristina Barbosa da SILVA e Daniel Clarismundo BORGES	IMPORTÂNCIA DA DELEGAÇÃO DE FUNÇÃO E DA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS ERP NA GESTÃO EMPRESARIAL
EPG 010	Jeanne Aparecida Medeiros FERREIRA e Jorge Luís de Oliveira DAIBES	CONTROLES INTERNOS: UM ESTUDO DA PERCEPÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DOS SERVIÇOS DE CONTABILIDADE DA FAMINAS-MURIAÉ
EPG 011	Felipe Lobato PEREIRA e Francisco de Assis FERREIRA	EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS (ARH) EM ORGANIZAÇÕES NA CIDADE DE MANHUAÇU NO LESTE DE MINAS GERAIS
EPG 012	Luciana de Freitas SOUZA e Paulo André LOPES	IMPORTÂNCIA DO PROTOCOLO DE CIRURGIAS SEGURAS EM PACIENTES SUBMETIDAS À MASTECTOMIA NO HOSPITAL DO CÂNCER DE MURIAÉ
EPG 013	Fernando Carvalho LEITE e Jorge Luís de Oliveira DAIBES	INCLUSÃO DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO
EPG 014	Paulo Gilberto dos Santos JUNIOR, Jean Carlos Barbosa da SILVA, Gideone Rodrigues MATTA, Isaias Zeferino de FARIA, Lílian Souza de ARAÚJO e Daniel Clarismundo BORGES	IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DE CONTEÚDO E DA PESQUISA AÇÃO PARA A TOMADA DE DECISÃO NO CONTEXTO ADMINISTRATIVO
EPG 015	Paulo Gilberto dos Santos JUNIOR, Isaias Zeferino de FARIA, Gideone Rodrigues MATTA, Mauricio de Lima SANTOS, Juberlana Almeida FERREIRA e Daniel Clarismundo BORGES	ENGENHARIA SOCIAL: FATOR HUMANO NA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO – COMO SE PROTEGER
EPG 016	Rosiléa Aparecida de Oliveira MUNIZ e Jorge Luís de Oliveira DAIBES	UM DEBATE À LUZ DAS TEORIAS E MÉTODOS QUE PODEM AUXILIAR AS PRÁTICAS DE GESTÃO EMPRESARIAL
EPG 017	Álvaro Gonçalves de BARROS	UNIVERSIDADES CORPORATIVAS E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL E FORMADORA DE MÃO-DE-OBRA PARA A ÁREA DE PETRÓLEO, GÁS, ENERGIA E BIOCOMBUSTÍVEIS
EPG 018	Álvaro Gonçalves de BARROS	AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM MOODLE COMO FERRAMENTA DE APOIO AO ENSINO PRESENCIAL NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO – CAMPUS ARRAIAL DO CABO: UMA ANÁLISE INICIAL FRENTE AOS DOCENTES

EPG 019	Álvaro Gonçalves de BARROS	PLC – POWER LINE COMMUNICATIONS - TRANSMISSÃO DE DADOS VIA REDE ELÉTRICA. UMA ANÁLISE DE POSSÍVEIS PROBLEMAS NO TRÁFEGO E FLUXO DE DADOS
EPG 020	Eliene Barbosa de OLIVEIRA e Jorge Luís de Oliveira DAIBES	VERIFICAÇÃO DO USO DA CONTABILIDADE GERENCIAL NUMA ENTIDADE DO TERCEIRO SETOR: O MODELO DE GESTÃO DE RESULTADO PROPOSTO PELO TERMO DE PARCERIA
EPG 021	Agnaldo Marques LEMOS e Alexandre Horácio Bittencourt	APLICAÇÃO DE “NOC” COMO MONITORAMENTO PROATIVO DE INFRAESTRUTURA, SEGURANÇA E COMO INDICADOR DE DESEMPENHO DE HARDWARE/SOFTWARE E SERVIÇOS EM EMPRESAS COM UMA DIVERSIDADE TECNOLÓGICA
EPG 022	Kelly Cristina da SILVA, Amanda Marini da SILVA, Leonardo Luiz de FREITAS, Aline Araujo LOPES e Alexandre Horácio Couto BITTENCORT	AValiação DO ÁCIDO ASCÓRBICO (VITAMINA C) NA CICATRIZAÇÃO CUTÂNEA DE CAMUNDONGOS
EPG 023	Pollylian Assis MADEIRA e Constança Maria Leite RODRIGUES	IMPORTÂNCIA DA LIBRAS PARA INCLUSÃO SOCIAL E TURISMO – MG
EPG 024	Alice Rodrigues Borges LAZARONI, Gilberto Maurício Frade da MATA, Magnus Luiz EMMENDOERFER, e Jorge Luís de Oliveira DAIBES	ANALISE DO ICMS TURÍSTICO EM MINAS GERAIS NO PERÍODO DE 2009-2013 SOB A PERSPECTIVA DO CICLO POLÍTICO
EPG 025	Carla NICIA e Alexandre Horácio Couto BITTENCOURT	FISIOLOGIA, PRINCIPAIS PATOLOGIAS E TRATAMENTO PARA DISTÚRBIOS DO CÁLCIO
EPG 026	Aline Boalento CAMERINI, Soraya Lúcia do Carmo da Silva LOURES	PERCEPÇÃO DO ENFERMEIRO FRENTE A CONTAMINAÇÃO POR ACIDENTE DE TRABALHO COM MATERIAL PERFUROCORTANTE ENTRE TRABALHADORES DE ENFERMAGEM

CBS
TRABALHOS DA ÁREA
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE

CBS 001

LEVANTAMENTO ETNOBOTÂNICO DAS ESPÉCIES MEDICINAIS DO HERBÁRIO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS - HUEMG

Elináia Edna de OLIVEIRA¹ (IC – elinaiaivr02@gmail.com), Diamilla Fernandes Marques da SILVA¹ (IC), Thayanara Donato Finote TOLEDO¹ (IC), Jaqueline Alves NUNES²(PQ)

1. Curso de Ciências Biológicas; 2. Professora Universidade do Estado de Minas Gerais Unidade Carangola - UEMG – 36.800-000 – Carangola-MG

Palavras-chave: Plantas medicinais, biodiversidade e flora

INTRODUÇÃO: No Brasil os primeiros indícios da utilização de plantas medicinais, foram datados em 1957 com a publicação do livro “*Tratado Descritivo no Brasil*”. Nesse período os primeiros médicos portugueses chegaram à colônia e devido à escassez de medicamentos europeus começaram a utilizar tais plantas, as mesmas usadas pelos índios. Pesquisas realizadas comprovam que o uso de fitoterápico tanto contribuiu para a profilaxia, como também para o tratamento. Entretanto, algumas espécies como a *Cannabis sativa* ainda têm o uso restrito. Diversas comunidades têm como único recurso terapêutico o conhecimento tradicional, servindo como alternativa de tratamento mais viável. Assim, plantas medicinais são frequentemente comercializadas em mercados populares ou cultivadas em quintais. Em 2005 o Brasil propôs a inserção de plantas medicinais como opções de tratamento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). O Brasil é reconhecido pela ampla biodiversidade florística, no entanto, não possui pesquisas básicas suficientes nesta área. [1] ressaltam que a exploração de espécies medicinais tem levado a reduções drásticas em suas populações, principalmente pelo desconhecimento dos mecanismos de perpetuação. Neste contexto, os herbários são de suma importância social, científica e cultural, permitindo o acesso a espécies nativas. Logo, a preservação e manutenção constante, do mesmo permitem a maior difusão de conhecimento ao mundo científico. Este trabalho teve como objetivo quantificar e identificar as espécies medicinais depositadas no Herbário da Universidade do Estado de Minas Gerais - HUEMG. **MATERIAL E MÉTODOS:** Foi realizado um levantamento na coleção do HUEMG, onde as plantas estão catalogadas por família. Inicialmente foi realizada uma investigação etnobotânica das espécies do HUEMG onde foram levantados os nomes populares, registros, e exsiccatas das plantas medicinais, dentre as seis mil espécies depositadas no HUEMG. Foram também consultados previamente os nomes científicos das espécies encontradas nos sites [2] e [3]. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Na coleção, foram encontradas 72 exsiccatas representadas por 39 espécies de plantas medicinais, oriundas dos municípios de Carangola, de Alto Caparaó e Alto Jequitibá, Minas Gerais. As famílias que possuem espécies medicinais encontradas no HUEMG foram: Acanthaceae, Amaranthaceae, Aristolochiaceae, Asteraceae, Caprifoliaceae, Capparaceae, Cruciferaeae, Lamiaceae. Dentre essas, a Lamiaceae apresentou maior riqueza, com 21 espécies em 31 exsiccatas. Trata-se de uma família cosmopolita, cuja característica principal das espécies é o aroma, sendo conhecida como a “família menta” empregado na extração de óleos essenciais e na medicina popular, incluindo a população de Carangola. **CONCLUSÕES:** As plantas medicinais são amplamente utilizadas na cidade de Carangola e região, tendo muitos exemplares registrados na Coleção do Herbário da Universidade do Estado de Minas Gerais. **BIBLIOGRAFIA:** [1] PARENTE, C. E. T. & Rosa, M. M. T. da. **Plantas comercializadas como medicinais no município da Barra do Pirai, RJ.** Rodriguésia, 52 (80): 47-59, 2001; [2] **Lista de Espécies da Flora do Brasil.** Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://floradobrasil.jbrj.gov.br/>>. Acesso em: 10 Jun. 2014; [3] **The PlantList (2013).** Version 1.1. Published on the Internet. Available in: <<http://www.theplantlist.org/>>. accessed on: 10st June, 2014; HOEFFEL, J. L. M.; et al. **Conhecimento tradicional e uso de plantas medicinais nas APAS's da Cantareira/SP e Fernão Dias/SP.** Revista VITAS – Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade – www.uff.br/revistavitas Nº 1, setembro de 2011; e ARGENTA, S.C.; et al. **Plantas medicinais: cultura popular versus ciência.** Vivências. Vol.7, N.12: p.51-60, Maio/2011 **Área do Conhecimento (CNPq): 2.03.00.00-0 – Botânica**

CBS 002

COQUETEL BIOLÓGICO (EM) NO TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS ORGÂNICOS PROVENIENTES DA MERENDA ESCOLAR

Lidiane Figueiredo dos SANTOS (IC – lidianefigueiredosantos@hotmail.com)¹ e Felipe da Silva COSTA (PQ)²

1-Curso de Ciências Biológicas; 2. Professor Faculdade Santa Marcelina-FAFISM-36.880-000 – Muriaé-MG.

Palavras-chave: Microrganismos, Lixo Orgânico, Fermentação.

INTRODUÇÃO: Em relação a todo lixo urbano, 60% são formados por resíduos orgânicos que podem se transformar em fontes de nutrientes para o cultivo de vegetais. A utilização de um coquetel biológico chamado de EM (Microrganismos Eficientes ou *Effective Microorganisms*) nos resíduos sólidos orgânicos pode acelerar a decomposição da matéria orgânica por meio da fermentação e transformá-la em adubo que, quando adicionado ao solo, melhora as suas características físicas, químicas e biológicas. O EM consiste em uma composição líquida contendo lactobacilos, leveduras, actinomicetos, bactérias fotossintéticas e fungos filamentosos, com a função de produzir substâncias úteis aos vegetais [1]. Neste projeto, o EM foi utilizado para acelerar a decomposição da matéria orgânica gerada pelos resíduos da merenda escolar e posteriormente a utilização deste produto como adubo orgânico para hortaliças. **MATERIAL E MÉTODOS:** A pesquisa foi realizada em uma escola do município de Muriaé, MG. Foi adotado delineamento com dois tratamentos e uma repetição. O primeiro tratamento (T1) consistiu na aplicação de EM nos resíduos sólidos para a decomposição por fermentação, e o segundo tratamento (T2) na decomposição natural dos resíduos sólidos da merenda escolar. Para preparação do EM, foram cozidos 700 gramas de arroz puro e colocado em uma bandeja de plástico coberta por tela fina. Após dois dias a bandeja foi colocada na superfície de solo numa área de mata atlântica para captura dos microrganismos. Após 18 dias foram coletadas as partes do arroz com coloração típica de proliferação. O arroz colorido foi distribuído em 5 garrafas de plástico de 2 litros, em seguida, adicionou-se 200mL de melão em cada garrafa e as completou com água (sem cloro). As garrafas foram fechadas e deixadas à sombra por 15 dias [1]. Após este período, adicionou-se em um galão de 20L, 1L de EM concentrado, 1L de melão e completou o restante do recipiente com água não clorada. Foram fabricados 80L de EM ativado. Para preparação do lixo biológico na montagem do tratamento com EM, por meio de um recipiente foram recolhidos os restos de alimentos gerados da merenda e logo depois, adicionou-se o EM ativado no lixo orgânico. Na montagem do tratamento sem EM adicionou somente o lixo biológico em um recipiente sem tampa. No tratamento com EM, foram aplicados no material biológico 50ml de EM diluídas em 150ml de água para cada kg. Após a montagem do experimento foi observado por análise macroscópica a ação do EM em T1 e a ação natural em T2. **CONCLUSÕES:** Foi observado que o T1 se decompôs mais rapidamente que o T2. O T1 se decompôs em 15 dias, já T2 ao fim deste mesmo período, não apresentou aspectos visuais de alimento degradado. O tempo de decomposição foi de duas semanas. Estatisticamente, observou-se que em T1 o peso inicial do lixo orgânico era de 1000g, após a aplicação do EM o peso reduziu para 325g em 15 dias, ou seja, 67,5% de 100% do material foi decomposto em 15 dias. Em T2 o peso inicial do material a ser decomposto naturalmente também era de 1000g, e após os 15 dias de decomposição natural o peso final apresentou o valor de 600g, 40% de 100% em 15 dias. O produto da decomposição do lixo orgânico foi aplicado nas hortaliças assim que o material alcançou um nível ideal de degradação. Os resultados foram significativos, tanto os macroscópicos, quanto os estatísticos, ou seja, o EM ativado acelerou o processo de decomposição do lixo orgânico, se comparado com o processo de decomposição natural. Essa comprovação se deu através da medida da porcentagem de perda de peso ao longo do tempo de decomposição. Os alunos obtiveram uma merenda escolar mais saudável com consumo de hortaliças livres de agrotóxicos. **BIBLIOGRAFIA:** [1] UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Microrganismos eficientes.** Viçosa, 2009; [2] MOREIRA, Leonardo. **Orgânicos.** Belo Horizonte: EMATER, 2003; **Área do Conhecimento (CNPq): 12.00.00-9 – Microbiologia**

AÇÃO DO FÁRMACO INIBIDOR DE COX 2 NIMESULIDA NO CRESCIMENTO DAS RAÍZES DE *Allium cepa* (CEBOLA)

Francisnei Pedrosa da SILVA (IC)¹; Lorena Braga Bernardino MADRIAGA (IC)¹; Ana Caroline Ferreira Placides CUNHA (IC)¹; Kátia Gomes da SILVA (IC)²; Cláudia Gomes da SILVA (IC)²; Luciana Agostinho ANDRADE (PQ)³

1. Curso de Biomedicina; 2. Curso de Nutrição; 3. Professores - Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé - MG

Palavras-chave: *Nimesulida*, *Allium cepa*, proliferação.

INTRODUÇÃO: A Nimesulida é um fármaco atualmente muito utilizado devido sua ação antiinflamatória [1], sendo inibidor mais seletivo para enzima ciclo-oxigenase tipo 2 (COX-2) onde atua na inibição da biossíntese de prostaglandinas [1]. Informações obtidas de diversos estudos evidenciaram a participação da COX-2 no desenvolvimento de processos neoplásicos, abrindo a perspectiva de uso dos AINEs capazes de inibi-la na prevenção e no tratamento do câncer [3]. Nishimura et al. [17] (1999) avaliaram os efeitos antineoplásicos de um inibidor seletivo da COX-2 e evidenciaram no processo ação antiangiogênica e capacidade de interromper o ciclo celular [4]. As células vegetais não expressam COX em sua membrana celular como as células animais, porém possuem estruturas de membranas semelhantes. Este trabalho teve por objetivo analisar estatisticamente a ação do Nimesulida durante crescimento de células da raiz de *Allium cepa* para determinação de possível atividade independente da inibição da COX.

METODOLOGIA: Foram utilizadas 100 cebolas de tamanhos aproximados, onde foi colocada água destilada em contato com os bulbos durante dois dias. Em seguida os bulbos foram submetidos as soluções de benzoato de sódio 100ppm como controle positivo, água destilada como controle negativo e diferentes concentrações de Nimesulida sendo elas 25mg, 50mg e 75mg por três dias. Logo após as raízes foram coletadas e em seguida foram submetidas ao teste adaptado com base na técnica de esmagamento (Guerra & Souza, 2002). Em seguida, foram realizados os preparos histológicos [2] e após a coleta dos registros realizou-se análise estatística pelo software SPSS. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Dos dados tabuados foram analisados os tamanho das raízes das 100 cebolas (20 para cada grupo), o qual o total das amostras observadas em concentração de 25 mg apresentou média (1,8 ± 1,0); 50 mg média (2,0 ± 0,6); 75 mg média (1,6 ± 0,6); controle positivo (1,3 ± 0,5) e controle negativo (2,4 ± 1,2), sendo este o que apresentou o maior índice mitótico (IM = 0,09) e a concentração de 75 mg apresentou o menor (IM = 0,04). As raízes de concentração 25 e 50 mg não apresentaram índice de significância em relação ao controle negativo ([25]p = 0,19; [50] p = 0,23), porém a correlação realizada entre as raízes da concentração de 75 mg com o controle negativo teve uma relação estatisticamente significativa (p < 0,05), o qual inibiu o crescimento da raiz quando comparado ao controle negativo (t = 2,38). As raízes de concentração de 25 e 75 mg não apresentaram índice de significância em relação ao controle positivo (p = 0), a concentração de 50 mg interferiu na variação do aumento do tamanho da raiz em relação ao controle positivo (t = 4,18 e p < 0,05). **CONCLUSÃO:** Após análises dos resultados, foi possível concluir que o fármaco na concentração de 75 mg inibiu o crescimento das raízes independente da ação da enzima COX-2 quando comparado ao controle negativo e as concentrações de 25 e 50 mg não apresentaram efeitos significativos sobre a inibição das células meristemáticas da raiz de cebola.

BIBLIOGRAFIA: [1] ISSY, A. M.; SAKATA, R. K; **Fármacos para o tratamento da dor**, 2008. [2] GUERRA, M.; SOUZA, M.J. **Como Observar Cromossomos: um guia de técnica em citogenética vegetal, animal e humana**. São Paulo: FUNPEC, 2002.131p. [3] Carvalho WA, Carvalho RDS, Rios-Santos F. **Speciic cyclooxygenase-2 inhibitor analgesics: therapeutic ad-vances**. Rev Bras Anestesiol. 2004; 4: 448-64. [4] Nishimura G, Yanoma S, Mizuno H, Kawakami K, Tsukuda M. **A selective cyclooxygenase-2 inhibitor suppresses tumor growth in nude mouse xenografted with human head neck squamous carcinoma cells**. Jpn J Cancer Res. 1999; 90: 1152-62.

Área do Conhecimento (CNPq): 2.10.00.00-0 - Farmacologia

ANÁLISE DAS UROCULTURAS REALIZADAS EM UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA DE MURIAÉ-MG

Isabella C. de A. VIEIRA (IC)¹; Douglas C. de A. VIEIRA (IC)¹; Letícia A. ROSA (IC)¹; Sílvia M. MATTOS (IC)¹; Raphael de S. VASCONCELLOS (PQ)².

1. Curso de Biomedicina; 2. Professor Faculdade de Minas-FAMINAS-36880-000 – Muriaé-MG.

Palavras-chave: ITU; Urocultura; micro-organismos

INTRODUÇÃO: A infecção do trato urinário (ITU) consiste na invasão e multiplicação de micro-organismos na mucosa do trato urinário em qualquer segmento, desde a uretra até o rim [1]. Está entre as doenças infecciosas mais comuns na prática clínica, particularmente em crianças, adultos, jovens e mulheres sexualmente ativas [2]. O objetivo deste trabalho foi realizar uma análise do perfil epidemiológico de pacientes de um laboratório privado de Muriaé – MG. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de uma pesquisa descritiva em que os dados coletados por meio de fichas arquivadas, foram estudados e interpretados, respeitando o sigilo sobre a identidade dos pacientes, no mês de Janeiro de 2014. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Durante o período de Janeiro de 2014 foram feitas 291 uroculturas no laboratório de Análises Clínicas. Dentre elas, 43 apresentaram resultados positivos para micro-organismos causadores de infecção, ou seja, contagem de colônia acima de 100 UFC/mL, correspondendo a 14,78% (Fig. 1). Analisando a incidência de micro-organismos mais isolados, nota-se que houve uma preponderância da *Escherichia coli*. A mesma mostrou-se com o índice de 90,70%, enquanto que *Staphylococcus* sp e *Enterococcus* sp obtiveram 7,00% e 2,30%, respectivamente, de porcentagem (Fig. 2). A *E. coli* pertence à flora normal do intestino humano e pode contaminar, colonizar e, subsequentemente, causar infecções extra intestinais, sendo um dos principais agentes etiológicos de infecções do trato urinário [3]. Em relação ao sexo houve uma maior predominância do sexo feminino. Do total de 43 positivas, 39 pertenciam às mulheres e 4, aos homens (Fig. 3). Isso se deve a algumas condições anatômicas (uretra mais curta e sua maior proximidade da vagina com o ânus) e a outros fatores como cistite, ato sexual, uso de geleias espermicidas, gestação, diabetes e a higiene deficiente, mais frequente em pacientes com piores condições socioeconômicas e obesas [4]. Como o principal grupo atingido é composto por mulheres, algumas recomendações são propostas para que o número de ITU reduza, são elas: evitar ducha após coito, realizar a higiene perineal corretamente, urinar após a relação sexual, evitar uso de espermicidas, praticar abstinência sexual [5,6].

CONCLUSÃO: Pode-se concluir que a ITU é uma infecção bastante presente no dia a dia da população feminina de Muriaé-MG e que possui a *Escherichia coli* como a bactéria que mais incide na região.

BIBLIOGRAFIA: [1] HASENACK, B.S. et al. Disúria e polaciúria: sintomas realmente sugestivos de infecção do trato urinário? *Revista Brasileira de Análises Clínicas*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, jan./mar. 2003. [2] Disponível em <http://www.anvisa.gov.br/servicos/audemicrobiologia/mod_1_2004.pdf> Acesso em 20/08/14. [3] DIAS, A.M.; KANO, E.; NAKAHARA, L.K. et al. Virulence factors in *Escherichia coli* isolated from blood and cerebrospinal fluid. *Rev. Microbiol.*, vol. 25 (2): 77-82, 1998. [4] LOPES, H.V.; TAVARES, W. Diagnóstico das infecções do trato urinário. *Rev. Assoc. Med. Bras.* v. 51 n°6. São Paulo Nov./Dec. 2005. [5] GRABE, M. et al. **Guidelines on urological infections**. European Association of Urology, 2009. [6] HOOTON, T.M. Uncomplicated Urinary Tract Infection. *N. Engl. J. Med.*, v. 366, March 2012.

Área do Conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2 – Biomedicina

CBS 005

ANÁLISE DE COLIFORMES TOTAIS E FECAIS EM ÁGUA MINERAL ENVASADA COMERCIALIZADA NA CIDADE DE MURIAÉ-MG

Graziela A. Ferreira de **CARVALHO** (IC)¹, Leonardo J. **VIEIRA** (IC)¹, Luana R. Mendes da **SILVA** (IC)¹, Jandeli A. Rosa **SILVA** (IC)¹, Fernanda M. **FERNANDES** (PQ)².

1. Curso de Biomedicina; 2. Professor - Faculdade de Minas-FAMINAS 36880-000 - Muriaé-MG.

Palavras-chave: coliformes totais e fecais, água mineral, análise microbiologia.

INTRODUÇÃO: A abundância de água no planeta causa uma falsa sensação de recurso inesgotável, mas de acordo com especialistas em meio ambiente, 95,1% da água é salgada, sendo imprópria para consumo humano. Dos 4,9% restantes, somente 0,147% estão aptos para o consumo em lagos, nascentes e em lençóis subterrâneos [1]. No que diz respeito à qualidade microbiológica da água há um destaque ao grupo dos coliformes, entre eles os coliformes totais que incluem as bactérias na forma de bastonetes Gram-negativos, não esporogênicos, aeróbios ou aeróbios facultativos, capazes de fermentar a lactose com produção de gás, em 24 a 48 h a 35°C. Apresentam cerca de 20 espécies, dentre as quais encontram-se tanto bactérias originárias do trato intestinal de humanos quanto de outros animais de sangue quente [2]. Um indicador da qualidade da água é a bactéria *Escherichia coli* (*E. coli*), pertencente ao grupo dos coliformes fecais e um dos habitantes mais comuns do trato gastrointestinal. Sua presença na água e alimentos é um indicativo de contaminação fecal. Dessa forma estas bactérias devem estar ausentes nas águas destinadas ao consumo humano [3]. O presente trabalho teve como objetivo realizar uma análise da presença de coliformes totais e fecais na água mineral envasada comercializada na cidade de Muriaé-MG.

METODOLOGIA: A pesquisa foi realizada com amostras de água de dez marcas diferentes, em triplicata, totalizando 30 amostras comercializadas em embalagens originais, lacradas, da cidade de Muriaé-MG. As análises para determinação da qualidade microbiológica das águas foram realizadas no Laboratório de Microbiologia da Faculdade de Minas-FAMINAS, com utilização de EPI's. Primeiramente as garrafas foram limpas assepticamente com álcool 70%, em seguida foi retirada da embalagem por meio de pipeta estéril 1ml de cada amostra e colocada em tubos de ensaios contendo Caldo Lauril. Após o procedimento foram incubados em temperatura de 37°C, por 24 h. No Caldo Lauril a presença presuntiva de coliformes é evidenciada pela formação de gás nos tubos de Durham e pela turvação do meio. Das amostras positivas foram transferidos 100 µl para tubos contendo caldo *E. coli* e um segundo tubo com caldo verde brilhante. Posteriormente foram incubados em estufa a uma temperatura de ± 37°C e ± 40°C respectivamente por mais 24 h.

DISCUSSÃO: Para o teste presuntivo após as 24 h, 7% (2) das amostras apresentaram resultados positivos, observou-se que nessas amostras houve a produção de gás confirmando a existência de bactérias fermentadoras. No teste confirmativo das amostras positivas, após 24 h, realizado com o caldo verde brilhante, houve fermentação e formação de bolhas em 100% das amostras, apresentando resultados positivo indicando a presença de coliformes totais. Com as amostras positivas, no caldo de *E. coli*, após as 24 h, foi observada a presença de gás nos tubos de Durham e a turvação do meio, indicando a presença de *E. coli*. Semelhante com o trabalho de Pupile et al. (2010), os resultados para coliformes totais encontravam-se acima dos padrões estabelecidos pela Vigilância Sanitária.

CONCLUSÃO: Confirmado a presença de coliformes totais e fecais, acredita-se que houve falhas no processo de fabricação havendo a contaminação dessas águas, sendo necessária melhor fiscalização sanitária, a fim de diminuir os índices de doenças transmitidas pela a mesma. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BETTEGA, J. M. P. R. et al. **Métodos analíticos no controle microbiológico da água para consumo humano**. Ciências Agro Tecnológicas, v. 30, n. 5, 2006. [2] SILVA, Neusely da. **Manual de métodos de análise microbiológica de alimentos**. Valéria Christina Amstalden - São Paulo :LivrariaVarela,1997. [3] TORTORA, G. J. et al. **Microbiologia**. 8. ed. Porto Alegre, Brasil: Artmed, 2005.

Área do Conhecimento (CNPq): 2.12.00.00-9 – Microbiologia

CBS 006

ANÁLISE DO TEOR ALCOÓLICO DE ENXAGUANTES BUCAIS COMERCIALIZADOS EM MURIAÉ- MG

Irene Laysa Demolinari **DEMARQUE** (IC-lay2_demolinari@hotmail.com)¹, Geórgia Cristina Martins **BERNARDO** (IC)¹, Camila Ferreira **PAES** (IC)¹, Michel Bevilacqua **RESGALA** (IC)¹, Thais Maciel de **SOUSA** (IC)¹, Adriana de Freitas **SOARES** (PQ)².

1-Curso de Biomedicina; 2. Professora da Faculdade de Minas - FAMINAS, 36880-000 – Muriaé - MG.

Palavras-chave: enxaguatórios bucais, biofilme dental, teor alcoólico.

INTRODUÇÃO: O enxaguante bucal é usado de forma auxiliar na manutenção da saúde oral [1] representando o meio mais simples para a veiculação de substâncias antissépticas, sendo uma mistura do componente ativo, água, álcool, surfactantes, umectantes e flavorizantes [2]. Estudos associam a ação do álcool sobre a mucosa oral como um promotor da carcinogênese, uma vez que a maioria dos anti-sépticos bucais contém álcool, sua utilização possui ação tóxica mais duradoura em comparação com a ingestão de bebidas alcoólicas [3], aumentando os riscos de câncer da orofaringe [2]. O objetivo do presente estudo é determinar o teor alcoólico de enxaguantes bucais. **MATERIAL E MÉTODOS:** A amostra foi composta por cinco enxaguantes bucais comercializados na cidade de Muriaé – MG que informavam não apresentar álcool, conforme as embalagens. Para dosagem do álcool nas amostras foi utilizado o método adaptado de Cordebard. Determinação do teor de álcool nas amostras: 250 microlitros do destilado foi colocado em Erlenmeyer, adiciona-se um 1,0 mL de solução nitrocromica, que ficou em contato por vinte minutos. Em seguida adiciona-se 20 mL de água destilada, 5 mL de solução de iodeto de potássio a 1%, que ficou em contato por dois minutos. Em seguida titulou-se com a solução padrão de tiossulfato de sódio 0,1 mol/L até descoloração a amarelo claro, adiciona-se 0,5 mL de solução indicadora de amido e continua-se a titulação até que coloração azul passa a incolor. Anotou-se o volume gasto de tiossulfato de sódio 0,1 mol/L padrão e calculou-se o teor de álcool considerando a estequiometria das reações envolvidas em todo o processo. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A análise das amostras foi feita em triplicata. Cada amostra foi constituída de 100 mL dos enxaguantes bucais, sendo calculado o valor estimado para 250 mL. Os valores de álcool (etanol) dos enxaguatórios bucais analisados das amostras A, B, C, D e E foram respectivamente 28,7 mg / 100 mL (2,87%); 14,9 mg / 100 mL (1,49%); 23 mg / 100 mL (2,3%); 41,4 mg / 100 mL (4,14%) e 29,9 mg / 100 mL (2,99%). Conforme Cardoso, et al [3] há evidências suficientes para aceitar a proposta que o desenvolvimento de câncer oral é aumentada com o uso de bochechos contendo álcool. Segundo Soares, et al [1] um teor alcoólico maior que 10% é considerado nocivo à integridade da mucosa oral. Sendo assim, o teor alcoólico dos enxaguantes bucais testados está abaixo do limite que causa prejuízos ao ser humano.

CONCLUSÕES: Com base na metodologia adotada, as amostras apresentaram teor alcoólico estimado em intervalo de variação entre 14,9 mg / 100 mL (1,49%) e 41,4 mg / 100 mL (4,41%). Conclui-se que os enxaguantes bucais que declaram apresentar zero álcool, apresentam álcool (etanol). Porém esse valor não ultrapassa o teor alcoólico de 10%, considerado já nocivo a integridade da mucosa oral. Segundo Cardoso, et al [3] os enxaguantes bucais zero álcool podem ser utilizados como substitutos dos enxaguantes tradicionais que apresentam teor alcoólico mais elevado. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SOUSA, P. R. F. de. et al. Determinação do teor alcoólico em enxaguantes bucais. In: 4 CONGRESSO NORTE-NORDESTE DE QUÍMICA/ 2 ENCONTRO NORTE NORDESTE DE ENSINO DE QUÍMICA, 2011, Natal-RN. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <http://www.annq.org/congresso2011/arquivos/1300402844.pdf>. Acesso em: 07/08/2014. [2] TORRES, C.R.G. et al. Agentes antimicrobianos e seu potencial de uso na Odontologia. **Pós-Grad Rev. Fac. Odontol.**, São José dos Campos, v.2, n.2, p.43-52, 2000. [3] CARDOSO, Camila Lopes; PRADO, Renata Falchete do; TAVEIRA, Luís Antônio de Assis. Macroscopic and microscopic study of tissue response to oral antiseptics and its influence on carcinogenesis. **J. Appl. Oral Sci.**, Bauru, v. 13, n. 3, 2005.

Área do Conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2 – Biomedicina

ANÁLISE MICROBIOLÓGICA DE APARELHOS CELULARES DE ALUNOS E FUNCIONÁRIOS DA FACULDADE DE MINAS, MURIAÉ

Rômulo da Silva **GRIPP** (IC-romulo_gripp@hotmail.com)¹, Max Jordan de Souza **DUARTE** (IC)¹, Victor Hugo Ferraz da **SILVA**(IC)¹, Alanna de Souza **GOUVÊA**(IC)¹, Carolina Cruz de **SOUZA**(IC)¹,Fernanda Mara **FERNANDES**(PQ)²

1-Curso de Biomedicina; 2 Professora Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé

Palavras-chave: Aparelhos celulares, Bactérias e Análise Bacteriologia.

INTRODUÇÃO: O fato dos telefones celulares serem objetos pequenos, portáteis, facilmente carregados em bolsas ou bolsos e, pelo modo de usá-lo fica em contato próximo com nosso rosto, expondo várias partes do nosso corpo à contaminação. A superfície dos celulares proporciona um ambiente propício para o crescimento de diversas espécies microbianas que proliferam a partir de resíduos e substâncias graxas das mãos. [2] Os microrganismos são, geralmente, causadores de diversas patologias graves em uma ampla gama de infecções. Entretanto, alguns deles contribuem para a boa manutenção do organismo, vivendo em harmonia com o homem, sendo, portanto, constituintes da microbiota normal dos seres humanos. Considerando o grande uso de celulares por jovens e adultos, o objetivo desse trabalho foi pesquisar a existência de agentes possivelmente patogênicos nos aparelhos celulares de alunos e funcionários da Faculdade de Minas – FAMINAS. [3]

METODOLOGIA: As coletas das amostras aconteceram na FAMINAS, onde aleatoriamente foram escolhidos 30 celulares de voluntários, entre eles alunos e funcionários devidamente informados da pesquisa. A coleta foi feita por swab, esterilizados em autoclave, acondicionados em tubos de rosca com solução salina 0,9%, passando o swab na parte anterior e posterior do aparelho celular e deixado em repouso no caldo BHI, (brain heart infusion) para crescimento de diversos tipos de bactérias, no qual, ficaram em repouso 24hs em estufa à 36,7°C. A partir das 24hs com swab em caldo BHI foi feita a semeadura em placas contendo agar MacConkey e Manitol. Dos tubos positivos de caldo BHI foi passado um 1mL para tubos contendo caldo verde brilhante bile 2% e 1mL para tubos contendo caldo E.C, deixados em repouso em banho-maria por 24hs a 44,5°C. Após as 24hs foi anotado os resultados.[1,2]

DISCUSSÃO: Das 30 amostras, 100% obtiveram resultado positivo no caldo BHI, dessas amostras positivas apenas 3 % apresentou crescimento no Agar MacConkey, sugere a presença de bactérias da família *Enterobacteriaceae*, um exemplo disso é a *Salmonella* [aparência dos sintomas (diarreia, vômito, náuseas intensas) ocorre em menos de um dia após o contato com o patógeno. No Agar manitol todas as amostras apresentaram crescimento, 43 % delas ocorreu a fermentação do manitol com formação de colônias com bordas amareladas sugerindo a presença de *Staphylococcus aureus* e outras 57 % não houve fermentação do manitol, com crescimento de microrganismos em cor avermelhada sugere o crescimento de *Staphylococcus epidermidis*. Dos tubos contendo caldo verde brilhante bile 2%, apenas 6 % amostras formaram gás confirmando a presença de coliformes totais. Dos tubos com caldo E.C apenas 6 % amostras formaram gás confirmando a presença de coliformes fecais.[2] ARAUJO. J. S. et al, 2013 encontrou resultados semelhantes em análise de celulares.[3]

CONCLUSÃO: Os dados obtidos mostram a importância de uma boa higiene tanto do aparelho celular quanto das mãos, a aplicação de álcool gel seria uma boa alternativa para redução da contaminação, pois, algumas bactérias gram-negativas assim como as gram-positivas podem ser um patógeno em potencial.[2,3]

BIBLIOGRAFIA: [1] FILHO. G. N. S **Microbiologia Manual de Aulas Práticas**. Florianópolis. Editora da UFSC: 2004[2] REIS. G. M; DALTROZO. F. **Contaminação microbiana de telefones celulares de acadêmicos de uma universidade do sul do Brasil**. Seminário interinstitucional de ensino, pesquisa e extensão. Revista eletrônica da Unicruz 2004. [3] ARAUJO. J. S; CÂMARA. R. K. **Contaminação microbiana de aparelhos celulares de alunos do ifma-campus zé doca-ma**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, 2013.

Área do Conhecimento (CNPq): 12.00.00-9 – Microbiologia
Área do Conhecimento (CNPq): 06.00.00-2 – Biomedicina

ANÁLISE URINÁRIA EM ACAMADOS E CADEIRANTES

Kátia A. M. Simas **CAMPOS** (IC-katcamp_76@hotmail.com)¹, Thays A. **APOLINÁRIO** (IC)¹,Távia **MUNIZ** (IC), Bruno **TAVARES**(IC)¹,Lorena AGOSTINE(IC)¹, Fernanda **FERNANDES** (PQ)²

1. Curso de Biomedicina. 2. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Análise Urinária, acamados, cadeirantes.

INTRODUÇÃO: Infecção do trato urinário (ITU) é uma infecção causada pela presença e crescimento de microorganismos em qualquer parte do trato urinário. É geralmente devido a bactérias do trato digestivo que ao subir a abertura da uretra começam a multiplicar-se causando assim a infecção [1]. O presente estudo teve por objetivo a pesquisa de ITU em pacientes acamados ou cadeirantes. **METODOLOGIA:** O estudo foi realizado com 25 pessoas acamadas ou cadeirantes no município de Muriaé-MG. Os participantes preencheram termo de consentimento livre esclarecido para inclusão no estudo. Um questionário pré-concebido foi utilizado para a coleta de dados sobre os pacientes. Analisou-se a primeira amostra da manhã, a qual foi feitos testes químicos, físicos, análise de sedimento e antibiograma quando necessário. **RESULTADO E DISCUSSÃO:** Observou-se que 100% dos pacientes analisados, sendo 53% homens e 47% mulheres foi necessário a realização de urocultura e antibiograma em 40% destes. A infecção do trato urinário (ITU) é comum e acomete homens e mulheres de todas as idades, em pacientes que apresentam falta de mobilidade a ITU se torna mais comum e alguns fatores agravantes fazem parte do dia a dia destes pacientes, são eles: uso de fraldas em 24% destes pacientes, 16% fazem uso de sonda vesical, uso de medicamentos é comum em 72%, enquanto 52% declaram tomar banho após o ato de defecar. O uso de fraldas geriátricas e o uso frequente de medicamentos são responsáveis por alterações significativas na urina analisada como alteração na cor e presença de bactérias no exame físico. O maior índice de ITU e por falta de assepsia adequada na manipulação de pacientes com uso crônico ou mesmo eventual de sondagem vesical [2]. Os testes de sensibilidade aos antimicrobianos foram realizados no laboratório de microbiologia da FAMINAS, sendo as bactérias classificadas como resistentes, sensíveis ou pouco sensíveis. O índice de sensibilidade para Norfloxacin e Cefalexina foi mais frequente de forma geral. Ainda de acordo com os valores dos halos inibitórios esperados, a Gentamicina e Vancomicina apresentaram maior incidência de resistência se comparados a Nitrofurantoina, que manteve um índice significativo de sensibilidade intermediária [3]. **CONCLUSÃO:** Cabe aos profissionais de saúde atuação preventiva, caracterizada pela educação continuada de acompanhamento às necessidades especiais dos acamados e cadeirantes, preservando sua autonomia e independência para melhorar a sua qualidade de vida. O despreparo dos familiares diante do cuidado com o paciente acamado e cadeirante revela a necessidade urgente de criação de formas de orientação aos cuidadores e de condutas fundamentais para o paciente. Como se observa no estudo um elevado grau de infecção urinária em 40% dos pacientes.

BIBLIOGRAFIA: [1] DEMILIE T.; BEYENE G.; MELAKU S.; Tsegaye W.; **Perfil bacteriano urinário e padrão de suscetibilidade a antibióticos entre as mulheres grávidas no Noroeste Etiópia** Ethiop J Saúde . Sci 2012 Julho; 22 (2): 121-128. [2] DALLACORTE,R.R.; SCHNEIDER,R.H.; BENJAMIN, W. W.;**Perfil das infecções do trato urinário em idosos hospitalizados na unidade de geriatria do hospital São Lucas da PUCRS**. *Scientia Medica*, Porto Alegre, v. 17, n. 4, p. 197-204, out./dez. 2007. [3] LABORCLIN. **Manual para Antibiograma**, Difusão em disco (Kirby & Bauer) Rev.: 05/04/2011.

Área do Conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2- Biomedicina

AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE ANTIMICROBIANA DE EXTRATOS SOBRE CEPAS DE *Escherichia coli* e *Staphylococcus aureus*

Elenice Silvério MOREIRA (elenicemoreira.ita@hotmail.com)¹
Eduarda Pereira Machado DINIZ¹ Roberta Vieira TEXEIRA¹ Lívia Novaes da S. GOMES¹ Fernanda Mara FERNANDES²

1. Curso de Biomedicina 2. Professora Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 – Muriaé-MG

Palavras-Chave: bactérias; extratos; diluição.

INTRODUÇÃO: Os efeitos indesejáveis causados pelo uso abusivo dos medicamentos sintéticos e o elevado custo dos mesmos ocasionaram o aumento do consumo de medicamentos de origem vegetal [1]. O *S. aureus* é uma bactéria esférica, aeróbia ou anaeróbia facultativa, gram (+), já a *E. coli* apresenta a forma de um bacilo, é uma bactéria gram (-), encontra-se largamente difundida na natureza, tendo como habitat principal o trato intestinal de animais de sangue quente [2]. O objetivo deste trabalho é avaliar a ação antimicrobiana de extratos de plantas, sendo eles: *Rosa Alba L.*, *Nihil* e *Punica granatum* sob cepas ATCC de *S. aureus* e *E. coli*.
MATERIAL E MÉTODOS: Foram preparados no laboratório da Faminas, extratos de *P. granatum*, *R. Alba L.* à 10% e *Nihil* à 80%, todos feitos à base de água pelo método de infusão de acordo com a Farmacopeia Brasileira 5ª Ed.. Em 2 tubos de ensaio contendo 10mL de água destilada foram realizadas as diluições com 3 alças de *E. coli*, comparando sua turvação com a escala de Mac Farland 0,5. O mesmo procedimento foi realizado para o *S. aureus*. As bactérias foram semeadas em placas contendo ágar mueller hington, onde foram feitos pequenos furos preenchidos com os extratos, além de um controle(+) amoxicilina triidratada à 20% e um controle(-) água destilada, incubados à 37°C por 24 horas, os resultados foram medidos com um paquímetro. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Observou-se nos extratos aquosos a presença de halos de inibição. Para *E. coli* observou-se que o extrato de *P. granatum* apresentou halo de inibição, mostrando a sensibilidade da bactéria. Os extratos de *R. Alba L.* e *Nihil* não foram eficientes para essa bactéria nas concentrações testadas. De acordo com VARGAS e cols, o extrato de *Nihil* tem como uma de suas funções o poder antibacteriano, porém ele pode não ser eficiente em determinadas concentrações principalmente quando se trata da bactéria *E. coli*. De acordo com MENEZES, extrato aquoso de *P. granatum* apresentou um efeito antibacteriano se mostrando muito ativo contra as linhagens de *S. aureus*, *E.coli* e demais bactérias. Os dados estatísticos foram feitos pelo *T-teste stundant* para amostras dependentes. As medidas dos halos formados pelo extrato de *P. granatum* testado em *E. coli* apresentaram uma média de 17,90mm, desvio padrão de 2,82 e variância de 7,955. No controle(+) da *E. coli* os halos obtiveram uma média de 16,10mm, desvio padrão de 2,412 e variância de 5,817. Para *S. aureus*, a medida dos halos apresentados para o *P. granatum* nas 30 amostras obteve uma média de 15,83mm, desvio padrão 1,802mm e variância 3,247. Nos halos apresentados para o extrato de *R. Alba L.* obteve uma média de 1,07mm, desvio padrão de 4,059 e variância de 16,478. Nos halos formados para o extrato de *Nihil*, obteve-se uma média de 1,80mm, desvio padrão de 4,059 e variância de 16,855. Os halos formados no controle(+) obteve uma média de 34,27mm, desvio padrão de 2,912 e variância de 8,478. **CONCLUSÃO:** Os extratos eficientes para as bactérias em teste apresentam-se uma eficaz alternativa terapêutica para infecções provocadas por *S. aureus* e *E. coli*, de baixo custo e fácil acesso a população. **BIBLIOGRAFIA:**[1] Zaroni, M.et al; Qualidade microbiológica das plantas medicinais produzidas no Estado do Paraná; Rev. Bras. de Farmacog; V.14; nº1;2004. [2] WIEST; J. M. et al. *E.coli* inhibition and inactivation by extracts from plants with medicinal and spice ethnographic indicative. Ciênc.Tecnol. Aliment.,Campinas,jul.-set.2009.[3]VARGAS A. C; Alcoholic propolis extract: antimicrobial activity;Ciência rural; Santa Maria; v. 34; n. 1; 2004. [4] MENEZES, S. M. S. Evaluation of the antimicrobiana effectiveness of the hidroalcoólico extract of the *P. fruits granatum*;2004.

Área do Conhecimento (CNPq): 2.12.00.00-9 - Microbiologia

AVALIAÇÃO DE PARÂMETROS ELETROCARDIOGRÁFICOS E DA LETALIDADE DE RATOS WISTAR SUBMETIDOS À ISQUEMIA E REPERFUSÃO CARDÍACA E TRATADOS COM L-ARGININA.

Emerson Santos da SILVA (IC – emerson.biomed@outlook.com) ¹,
Thailane Costa da SILVA(IC)¹, Jose Gustavo P. TAVARES (PQ)²,
Afonso Caricati NETO (PQ)³

1-Curso de Biomedicina; 2. Professores 2. Professor - Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG. 3. Professor - Farmacologia/Universidade Federal de São Paulo, São Paulo – SP, Brasil. Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG Universidade Federal de São Paulo, São Paulo – SP, Brasil.

Palavras-chave: L- arginina; isquemia; reperfusão; antiarrítmico
INTRODUÇÃO: A principal causa de morte corresponde às doenças cardiovasculares. Dentre elas, a principal é o infarto agudo do miocárdio que é definido como um foco de necrose decorrente da inadequada perfusão tissular cardíaca. A diminuição do aporte de oxigênio provoca déficit de adenosina trifosfato (ATP), reduzindo a atividade das proteínas transportadoras de ions dependentes de Ca²⁺ no citosol dos cardiomiócitos. Esta sobrecarga de Ca²⁺ aliada ao colapso da bioenergética mitocondrial durante a reperfusão cardíaca interfere no acoplamento excitação-contracção, aumentando a incidência de arritmias cardíacas e a letalidade. Estudos sugerem que o Óxido Nítrico (NO) participa da regulação da atividade contrátil dos cardiomiócitos, interfere na homeostase celular Ca²⁺ e estimula mecanismos cardioprotetores em situações de isquemia e reperfusão (I/R) cardíaca. Para testar a hipótese de que o aumento da produção de NO poderia reduzir a incidência de arritmias ventriculares (AV) e bloqueio átrio-ventricular (BAV), e também da letalidade (LET), causada pela I/R cardíaca em ratos, estudamos o efeito do aminoácido precursor da biossíntese de NO, a L-arginina (LARG) (100 mg/kg - IV) administrada antes (pré-I) ou após a isquemia (pós-I) cardíaca. **MÉTODOS:** 51 ratos Wistar machos EPM-1(3-4 meses) com peso médio de 290 ± 20g foram divididos em 3 grupos (controle n=33, I/R+LARG/pré-I n=10, I/R+LARG/pós-I n=8). Os animais foram anestesiados (uretana, 1,25 g/kg, I.P) e mantidos sob ventilação mecânica. Os animais foram submetidos ao procedimento cirúrgico de I/R, por meio de oclusão da artéria coronária descendente anterior esquerda por 10 min e reperfusão por 120min. Para avaliar os efeitos da lesão por I/R sobre a atividade cardíaca, os ratos foram acoplados ao sistema de eletrocardiograma para avaliar a incidência de AV, BAV e LET. **RESULTADOS:** Nos animais submetidos ao procedimento I/R e tratados com LARG/pré-I e LARG/pós-I, foi observada significativa redução da incidência de BAV e LET, porém estas estratégias não foram eficazes em reduzir a incidência de AV. No grupo controle, a incidência de BAV foi de 79% e a LET foi de 70%. A comparação do grupo I/R+LARG/pré-I com o grupo controle mostrou uma redução significativa da incidência de BAV para 20% e da LET para 30%. A comparação do grupo I/R+LARG/pós-I com o grupo controle mostrou redução significativa da incidência de BAV para 12,5% e da LET para 25%. **CONCLUSÃO:** Estes resultados indicam que o tratamento com L-arginina induz o aumento da biossíntese de NO na isquemia ou na reperfusão, podendo constituir-se em uma estratégia cardioprotetora de alta eficácia contra lesões associadas às doenças cardíacas isquêmicas como o infarto agudo do miocárdio. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS e a UNIFESP pela realização do trabalho.

Área do Conhecimento (CNPq): 2.10.00.00-0 – Farmacologia.

Área do Conhecimento (CNPq): 2.08.00.00-2 – Bioquímica

CBS 011

AVALIAÇÃO DO POTENCIAL GENOTÓXICO DO EXTRATO AQUOSO DE *Plectranthus barbatus* SOBRE O CICLO CELULAR DE *Allium cepa*.

Victor Hugo Ferraz **DA SILVA** (IC – vhferraz@gmail.com)¹; Rômulo da Silva **GRIPP** (IC)¹; Max Jordan de Souza **DUARTE** (IC)¹; Gabriela Maria Riguete **RIBEIRO** (IC)²; Marina Matias **LEONARDO** (IC)²; Luciana de Andrade **AGOSTINHO** (PQ)³

1-Curso de Biomedicina; 2. Curso de Farmácia; 3.Professora Faculdade de Minas - FAMINAS – 36880-000 – Muriaé

Palavras-chave: *Allium Cepa*, *Plectranthus barbatus*, Genotoxicidade.

INTRODUÇÃO: O *Plectranthus barbatus* popularmente conhecido como boldo-de-jardim tem seu uso medicinal amplamente difundido em território nacional sendo bastante utilizada para males do fígado e problemas digestivos por estimular a produção e liberação de secreções gástricas, facilitar a digestão e auxiliar no tratamento de cálculos biliares e cistite [1]. No entanto, apesar de suas propriedades terapêuticas pouco tem sido estudado acerca da presença de substâncias citotóxicas e mutagênicas que podem causar danos à saúde da população. O objetivo deste estudo foi avaliar o efeito do extrato aquoso de *P.barbatus* sobre o desenvolvimento inicial e índice mitótico de células meristemáticas radiculares de *Allium Cepa*. **METODOLOGIA:** Os ensaios foram realizados nos laboratórios da FAMINAS – Muriaé. No extrato, realizado por infusão, foram utilizadas folhas verdes, as concentrações utilizadas foram 3g/500 mL e 13g/500 mL. Foram utilizados 3 grupos com 5 bulbos cada, submetidos aos seguintes tratamentos: T1-Controle negativo em água destilada; T2- Extrato aquoso 3g/500mL; T3- Extrato aquoso 13g/500mL. Todos os grupos ficaram em tratamento por 72 horas. Com auxílio de uma régua foi medido o comprimento das duas maiores raízes de cada bulbo e determinado o comprimento médio. Foi realizada a avaliação do potencial genotóxico em *Allium cepa* conforme Babich et al (1997) [4]. O índice mitótico (IM) foi obtido pela equação $IM = (m/T) \times 100$. Sendo que m=número de células em mitose; T = número total de células [2]. Foram contadas 500 células por lâmina e observadas duas lâminas por cebola. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** No teste de toxicidade o grupo T1 apresentou uma média de protusão radicular de 3,1 cm, enquanto o grupo T2 apresentou uma média de 1,0 cm e T3 apresentou 0,8 cm. O índice mitótico observado foi de 2,4% para o T1; 1,47% para T2 e 1,1% para T3. Os valores dos índices mitóticos obtidos mostraram que ambos os tratamentos diferiram significativamente ($p < 0,5$) do controle em água, o qual apresentou o maior valor de índice mitótico. Outros estudos sobre proliferação celular com o teste de *Allium cepa* tem mostrado que muitos extratos de plantas possuem capacidade de inibir a divisão celular, ou seja, atuam com ação antiproliferativa e que podem induzir genotoxicidade [3]. **CONCLUSÃO:** Constatou-se que os extratos aquosos de *Plectranthus barbatus* inibiram a divisão celular *Allium cepa*, em ambas as concentrações estudadas, sendo considerado com potencial antiproliferativo das células. Mais estudos serão necessários para estabelecer a utilização segura desta espécie pela população. **BIBLIOGRAFIA:** [1] COSTA, M.C.C.D. Uso popular e ações farmacológicas de *Plectranthus barbatus* Andr. (Lamiaceae): revisão dos trabalhos publicados de 1970 a 2003. In: <https://arosa.websitewelcome.com/~oficina/arquivos/Usopopula_reacoesfarmacologicasdePlectranthusbarbatus.pdf>. Acesso em 10 agosto. 2014. [2] PIRES, N.M.; SOUZA, I.R.P.; PRATES, H.T. Efeito do extrato aquoso de leucena sobre o desenvolvimento, índice mitótico e atividade da peroxidase em plântulas de milho. *Revista Brasileira de Fisiologia Vegetal*, v.13, n.1, p.55-65, 2001. [3] VICENTINI, V. E. P. et al. Averrhoa carambola L., *Syzygium cumini* (L.) Skeels and *Cissus sicyoides* L.: medicinal herbal tea effects on vegetal and animal test systems. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 23,n. 2, p. 593-598, abr/jun. 2001. [4] BABICH, H.; SEGALL, M. A; FOX, K.D. *The Allium Test – A Simple, Eukaryote Genotoxicity Assay*. New York: The American Biology Teacher, 1997, 59 (9), p.580-83.

Área do Conhecimento (CNPq): 2.09.02.00-0 - Biofísica Celular
Área do Conhecimento (CNPq): 06.00.00-2 – Biomedicina

CBS 012

AVALIAÇÃO *IN VITRO* DO POTENCIAL ANTIMICROBIANO DE ENXAGUANTES BUCAIS

Irene Laysa Demolinari **DEMARQUE** (IC– lay2_demolinari@hotmail.com)¹, Thais Maciel de **SOUSA** (IC)¹, Lorena Agostini **MAIA** (IC)¹, Geórgia Cristina Martins **BERNARDO** (IC)¹, Camila Ferreira **PAES** (IC)¹, Adriana de Freitas **SOARES** (PQ)².

1-Curso de Biomedicina; 2. Professora da Faculdade de Minas - FAMINAS, 36880-000 – Muriaé - MG.

Palavras-chave: enxaguatórios bucais, biofilme dental, potencial antimicrobiano.

INTRODUÇÃO: A placa bacteriana é apontada como importante fator etiológico da doença periodontal e da cárie dentária, podendo causar alterações de maior ou menor intensidade, em função da susceptibilidade e da informação genética de cada indivíduo [1]. O sucesso tanto da prevenção quanto da terapia destas doenças está diretamente relacionado ao controle do biofilme, realizado por meio de sua remoção mecânica, entretanto, uma grande parcela dos indivíduos falha no controle mecânico do biofilme, assim, o uso complementar de agentes químicos contidos em enxaguatórios bucais poderia ser uma forma de amenizar a deficiência mecânica [2]. A maioria dos agentes antimicrobianos veiculados no mercado promovem o rompimento da parede celular, vindo a inibir, dessa forma, os complexos enzimáticos, o que culmina no comprometimento das atividades metabólicas bacterianas [3]. O trabalho teve como objetivo avaliar *In Vitro* o potencial antimicrobiano de enxaguantes bucais comercializados em Muriaé - MG sobre as cepas de *Staphylococcus aureus* e *Pseudomonas aeruginosa*. **MATERIAL E MÉTODOS:** A amostra foi composta por cinco enxaguantes bucais comercializados na cidade de Muriaé - MG. Todos os produtos foram avaliados quanto à sua atividade antimicrobiana sem diluição, conforme a indicação de uso. Para avaliar a atividade antimicrobiana foi empregada a técnica de difusão em Agar Müller Hinton. Cinco discos de papel filtro de 6 mm de diâmetro foram colocados em pontos equidistantes, e as substâncias a serem testadas foram padronizadas em um volume 20 µL, sendo feito em triplicatas. Foi utilizado o controle negativo com soro fisiológico e o controle positivo com clorexidina 0,2%. O experimento foi realizado com a cepas padrão de *Staphylococcus aureus* ATCC 25923 e *Pseudomonas aeruginosa* ATCC 27853. As placas foram incubadas em estufa a 37°C por 48 horas. Após 48 horas, foram medidos os halos de inibição. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os resultados apresentados referem-se à média dos valores obtidos na leitura dos halos de inibição. Frente a *S. aureus*, o enxaguante C e o controle negativo não apresentaram halos de inibição e a média dos enxaguantes bucais A, B, D, E e controle positivo; foram respectivamente 14 mm, 13 mm, 16 mm, 13 mm e 22 mm. Em relação à *P. aeruginosa*, o controle negativo e os enxaguantes testados não apresentaram atividade antimicrobiana, já o controle positivo apresentou um halo de 14 mm. Esse resultado contrasta com o exposto no trabalho de Simões, et al [1], no qual foi empregado a mesma metodologia e cepa padrão, e os enxaguantes testados apresentaram halos de inibição à *P. aeruginosa*. Este mesmo trabalho apresentou enxaguantes bucais que não inibiram o crescimento bacteriano, indo de encontro com os resultados obtidos pelo enxaguante C, que indicaram que o enxaguante não conseguiu inibir o crescimento bacteriano em nenhum inóculo testado. **CONCLUSÕES:** De acordo com a metodologia utilizada neste estudo, pode-se concluir que os enxaguantes bucais testados apresentaram diferentes potenciais antimicrobianos, o que provavelmente se deve a diferente composição química dos enxaguantes testados. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SIMOES, R. C. S. et al. Avaliação *in vitro* da atividade antimicrobiana de enxaguatórios bucais. *Rev. Bras. Odontol.*, Rio de Janeiro, v. 68, n. 4, p.91-94, 2011. [2] MOREIRA, M. J. S., FERREIRA, M. B. C., HASHIZUME, L. N.. Avaliação *In Vitro* da atividade antimicrobiana dos componentes de um enxaguatório bucal contendo Malva. *Pesq Bras Odontoped Clin Integr*. João Pessoa, v. 12, n. 4, p.505-09, 2012. [3] DE ARAÚJO, D., MACHADO DIAS, L., ARAUJO, M.. Análise dos enxaguatórios e dentifrícios comercializados na Cidade do Salvador, Bahia. *Rev. de Ciências Médicas e Biológicas*, Salvador, v. 12, n. 3, p.344-349, 2013.

Área do Conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2 – Biomedicina

CBS 013

AValiação MICROBIOLÓGICA E FÍSICO-QUÍMICA DE ÁGUA DE MINA DE CATAGUASES E MURIAÉ-MG

Luana de Souza Pereira **CARMO**¹(IC - luanaspcarmo@gmail.com), Ludmilla Cordeiro **RIBEIRO**(IC)¹, Mariana Viana **ALVARENGA**(IC)¹, Emerson Santos da **SILVA**(IC)¹, Fernanda Mara **FERNANDES**²(PQ), Raphael de Souza **VASCONCELOS**(PQ)².

1. Curso de Biomedicina 2. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chaves: Água ; Análise microbiológica; Coliformes fecais

INTRODUÇÃO Essencial para a manutenção da vida, a água, apesar de todos os esforços para armazenar e diminuir seu consumo vem se tornando, um bem escasso e sua qualidade se deteriora [1]. Além das características físico-químicas, as características biológicas são de extrema importância na sua avaliação [2]. No sistema de distribuição, sua qualidade pode sofrer uma série de mudanças. A água não deve conter micro-organismos patogênicos e deve estar livre de bactérias indicador de coliformes fecais [3]. O presente estudo teve por objetivo avaliar a qualidade microbiológica e físico-química da água de mina de alguns pontos da cidade de Cataguases e Muriaé- MG. **MATERIAIS E MÉTODOS** Foram coletadas 6 amostras em postos de abastecimento de água de mina na cidade de Cataguases e Muriaé – MG. As amostras foram armazenadas em coletores estéreis identificados e anotados o endereço e hora da coleta e devidamente transportadas para o laboratório da FAMINAS. Para o teste microbiológico foi pipetado 1 ml de cada amostra que foi adicionada em tubos contendo caldo lactosado. Posteriormente foram incubados em estufa bacteriológica à 36°C por 48h. Dos tubos que apresentaram turvação foram inoculados 100µL de cada amostra em caldo verde brilhante (coliforme totais) e caldo EC (E. coli) que foram incubados por mais 24h. Os testes físico-químicos realizados foram a de determinação de cloreto e CO₂ por meio de titulações. **RESULTADOS E DISCUSSÕES** Observaram-se que dos 6 tubos 3 turvaram indicando a presença de bactérias do grupo coliformes totais e E.coli. A presença de coliformes na água indica poluição, com o risco potencial da presença de organismos patogênicos, enquanto a E.coli, pode acometer uma gastroenterite ou evoluir até casos letais [4]. As amostras avaliadas não apresentaram teor de cloreto superior a 250 mg/l valor máximo preconizado pelo Ministério da Saúde de potabilidade da água. Concentrações altas de cloretos podem restringir seu uso em razão do sabor. O CO₂ pode contribuir significativamente para a corrosão das estruturas metálicas e de materiais à base de cimento [3]. **CONCLUSÃO** O exame da água é fundamental, por ele pode se ter certeza que sua distribuída é de confiança e isenta de micro-organismos ou substâncias químicas que são prejudiciais a saúde. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS** 1 – FREITAS, Marcelo Bessa de; BRILHANTE, Ogenis Magno and ALMEIDA, Liz Maria de. Cad. Importância da análise de água para a saúde pública em duas regiões do Estado do Rio de Janeiro : enfoque para coliformes fecais, nitrato e alumínio. 2- FILHO, Germano Nunes Silva; OLIVEIRA, Vetúria Lopes de. Microbiologia : manual de aulas práticas – Florianópolis : Ed. Da UFSC, 2004.3- Brasil. Fundação Nacional de Saúde. Manual prático de análise de água. 2ª ed. rev. -Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2006.4- SIQUEIRA, Leonardo Pereira de et al. Avaliação microbiológica da água de consumo empregada em unidades de alimentação Ciênc. saúde coletiva [online]. 2010, vol.15, n.1, pp. **Área do Conhecimento (CNPq): 1.06.00.00-0 – Química.** **Área do Conhecimento (CNPq): 2.12.00.00-9 – Microbiologia.**

CBS 014

EFEITOS DA EXPOSIÇÃO AOS CAMPOS ELETROMAGNÉTICOS DE ROTEADOR WI-FI NO DESENVOLVIMENTO CELULAR DE *ALLIUM CEP*A.

Max Jordan de Souza **DUARTE** (IC - maxjordanmeister@gmail.com)¹; Victor Hugo Ferraz **DA SILVA** (IC)¹; Rômulo da Silva **GRIPP** (IC)¹; Luciana de Andrade **AGOSTINHO** (PQ)²

1-Curso de Biomedicina; 2. Professor Faculdade de Minas FAMINAS – 36880-000 – Muriaé

Palavras-chave: *Allium Cepa*, Wi-Fi e Genotoxicidade.

INTRODUÇÃO: A comunicação sem fio sem dúvida foi uma das mais poderosas e importantes invenções tecnológicas dos últimos anos [1]. Recentemente dois estudos realizados com roteadores Wi-Fi (IEEE 802.11) constataram que esse tipo de tecnologia influência no crescimento de plantas e na motilidade de espermatozoides humanos [2]. O objetivo desse trabalho é avaliar a influência da radiação emitida por roteadores Wi-Fi sobre o crescimento e fases do ciclo celular de *Allium Cepa*. **METODOLOGIA:** As análises foram realizadas nos laboratórios da FAMINAS – Muriaé. Foi utilizado um roteador Wi-Fi TP-LINK TD-W8951ND ligado em permanência durante um período de 72 horas como um emissor de ondas. Visando isolar parte das amostras da incidência de Wi-Fi, uma gaiola de Faraday foi dimensionada e construída. Como amostras, foram utilizadas 40 cebolas divididas igualmente em grupo teste e controle, sendo colocadas em frascos com água, a temperatura ambiente, para enraizar. O grupo teste exposto a Wi-Fi permaneceu durante a totalidade do experimento ao lado do roteador, enquanto o conjunto isolado permaneceu no interior da gaiola nas mesmas condições. Para o teste de toxicidade com auxílio de uma régua foi medido o comprimento das três maiores raízes de uma cebola, feito logo após o comprimento médio. Para o teste de genotoxicidade foram cortadas 2 raízes de cada cebola (na parte terminal da raiz) e fixadas em etanol ácido acético 3:1 (fixador de Carnoy) por aproximadamente 6 horas em temperatura ambiente. Então armazenada em álcool 70% a aproximadamente 4 °C para posterior preparo das lâminas. Retiradas as raízes do álcool 70% foram lavadas e deixadas em hidrólise ácida em HCl 0,1 Mol/L, por oito minutos em estufa a 60°C, retiradas as raízes do HCl, foram lavadas e deixadas em orceína acética 2% por 30 minutos, passado esse tempo as raízes foram fixadas em lâminas e foi utilizado a técnica de esmagamento com laminulas, e seladas com entelan, as lâminas prontas foram armazenadas aguardando a visualização em microscópio óptico. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** No teste de toxicidade o grupo controle apresentou uma média de protrusão radicular de 6,56 cm, enquanto o grupo teste apresentou uma média de 8,12 cm. No entanto a partir da análise estatística podemos verificar que não houve diferença significativa (p > 0,5). O teste não mostrou diferenças estatisticamente significativas para um intervalo de 95% de confiança (a significância associada ao teste t foi superior a 0,05). A exposição direta de *Allium Cepa* durante 72 horas ao roteador Wi-Fi mostrou a existência de anormalidades na segregação das cromátides-irmãs indicando aberrações mitóticas em células meristemáticas de raiz de A. cepa. Um estudo realizado em 2009, apresentou resultados semelhantes e mostrou que a exposição não-térmica para os campos de radiofrequência investigados induziram a alterações mitóticas. Outro experimento mostrou que a exposição de sementes de grão-de-bico (*Cicer Arietinum*) a campos estáticos acelerou a velocidade de germinação [3]. **CONCLUSÃO:** Constatou-se que diversas alterações celulares ocorreram no desenvolvimento de *Allium Cepa* em presença de Wi-Fi. Devemos adotar o “princípio da precaução” também recomendado pela OMS (Organização Mundial de Saúde), e reduzir ao máximo a radiação recebida no dia-a-dia evitando o uso exacerbado de celulares e exposição constante a redes sem fio de computadores. **BIBLIOGRAFIA:** [1] DANIELS, N. **Wi-Fi: should we be worried? The Times.** 2006. [2] CONRADO, M.S. **Use of laptop computers connected to.** [3] TKALEC, M.; et al; **Effects of radiofrequency electromagnetic fields on seed germination, root meristematic cells of *Allium Cepa* L. Mutation Research,** v. 672, n. 2, p. 76–81, 2009.

Área do Conhecimento (CNPq): 2.09.02.00-0 - Biofísica Celular
Área do Conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2 – Biomedicina

ESTUDO DO USO DE ANTIINFLAMATÓRIOS NÃO ESTERÓIDES - AINES EM UM GRUPO DE IDOSOS DE MURIAÉ - MG.

Thaís O. **SIMÃO** (IC – thaajsoliveirasimao@hotmail.com)¹, José C. Bouzada de **ANDRADE** (IC)¹, Patrick F. da **SILVA** (IC)¹, e Fernanda M. **FERNANDES** (PQ)²

1-Curso de Biomedicina; 2. Professor Faculdade de Minas – FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Prescrição; Idosos; Automedicação.

INTRODUÇÃO: O uso de substâncias químicas para melhorar a dor e a inflamação é uma das necessidades mais antigas da humanidade. Os AINEs (antiinflamatórios não esteróides) têm sido uma das classes de medicações mais prescritas, porém algumas preocupações a respeito da segurança desses tornam esta prática desafiadora [1]. Os AINEs, algumas vezes chamados fármacos semelhantes às aspirinas, estão entre os mais usados de todos os medicamentos. Atualmente existem mais de 50 tipos diferentes no mercado global, que agem proporcionando alívio sintomático da dor e edema. Como vários destes medicamentos estão à disposição para venda livre, podem ser tomados sem prescrição médica para outros tipos de dores. Há muitas e diferentes formulações disponíveis, incluindo comprimidos, injeções e géis. Geralmente todos eles, particularmente os "clássicos", podem causar efeitos indesejáveis, especialmente em idosos [2]. Eles funcionam principalmente através do bloqueio da produção de moléculas chamadas prostaglandinas. Estas moléculas são os produtos finais da decomposição de uma substância designada por ácido araquidônico, que é uma parte integrante da maior parte das células. Em geral, os AINEs podem afetar a produção da medula óssea das células, podendo resultar em anemia, baixa contagem de células brancas do sangue, ou baixa contagem de plaquetas [3]. Os idosos, de acordo com a farmacocinética clínica, possuem uma série de alterações que interferem diretamente nos processos de absorção, distribuição, metabolização e eliminação dos medicamentos, portanto os efeitos tóxicos nesses pacientes podem ocorrer de maneira mais proeminente [4]. O objetivo deste trabalho é alertar a população de idosos sobre os possíveis riscos à saúde relacionada ao uso indevido de antiinflamatórios não esteróides, os AINEs. **MATERIAL E MÉTODOS:** Foram selecionados aleatoriamente 20 idosos, 10 mulheres e 10 homens, com idade entre 55 à 85 anos. Realizou-se uma pesquisa por meio da aplicação de um questionário padronizado que ressaltava o uso de AINEs e os possíveis problemas relacionados a estes grupo de medicamentos. Após a coleta dos dados, foi ministrada uma palestra aos entrevistados alertando sobre os possíveis riscos da administração indevida destes fármacos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foi possível observar que grande parte dos idosos (77,8%) tomam medicamentos do tipo AINEs sem receita médica. Já 22,2% dos entrevistados seguem as orientações médicas, não tomam qualquer tipo de remédio sem receita médica pelo fato de já terem uma doença que exige o acompanhamento médico constante e rigoroso. 44,4% dos entrevistados não se preocupam em ler a bula ou saber sobre efeitos colaterais dos AINEs. De acordo com Sarmiento e cols 2010, discute o fato de que vários estudos publicados discutem várias questões importantes sobre os problemas relacionados com hemorragias digestivas associadas ao uso de AINEs, assunto de grande importância, dada a prescrição cada vez mais frequente destas medicações, sobretudo em doentes mais idosos. **CONCLUSÃO:** De acordo com os dados coletados, concluiu-se que a população não se intimida com a auto medicação, porém, com a palestra realizada, cerca de 40% dos entrevistados se comprometeram a dar mais importância a receita médica ou a leitura da bula. **BIBLIOGRAFIA:** [1] MONTEIRO, E. C. A.; TRINDADE, J. M. F.; DUARTE, A. L. B. P.; CHAHADE, W. H. **Os antiinflamatórios não esteroidais (AINEs).** GOOGLE ACADÊMICO. TEMAS DE REUMATOLOGIA CLÍNICA - VOL. 9 - Nº 2 - MAIO DE 2008; [2] RANG, H. P.; DALE, M. M.; **Farmacologia.** Rio de Janeiro, v. 8, 2008. [3] Disponível em < <http://www.diagnosticclinic.com/?q=nsaids> > Acesso em: 20 de out. 2013. [4] PEREIRA, L. R. L.; VECCHI, L. U. P.; BAPTISTA, M. E. C.; CARVALHO, D. **Avaliação da utilização de medicamentos em pacientes idosos por meio de conceitos de farmacoepidemiologia e farmacovigilância.** SCIELO. DEZEMBRO – 2013.

Área do Conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2 - Biomedicina

INCIDÊNCIA DE INFECÇÕES URINÁRIAS EM PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM EM UMA UNIDADE DE SAÚDE EM MURIAÉ-MG

Rafaela Ferreira da **SILVA** (IC – ferreira.rafaela17@yahoo.com.br)¹, Ana Caroline Ferreira Placides da **CUNHA** (IC)¹, Francisnei Pedrosa da **SILVA** (IC)¹, Cássia Guerra **PUSSENTE** (IC)², Lorena Braga Bernardino **MADRIAGA** (IC)¹ e Fernanda Mara **FERNANDES** (PQ)¹.

1. Curso de Biomedicina; 2. Curso de Farmácia; 3. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Enfermagem; infecção urinária; saúde.

INTRODUÇÃO: A enfermagem é uma ciência indispensável na assistência da preservação da saúde e da vida dos seres humanos, executando ações de caráter preventivo, curativo ou de reabilitação dos pacientes, porém a sobrecarga de atividades diárias pode afetar a qualidade de vida do próprio profissional de saúde. Desse modo, a assistência prestada pelo profissional enfermeiro pode se apresentar vulnerável [1]. Diante dos problemas da Saúde Pública nos deparamos com a prevalência de uma gama de sintomas urinários que pode afetar cronicamente o cotidiano feminino [2]. Este estudo teve como objetivo verificar a presença de micro-organismos causadores de infecções urinárias. **MATERIAL E MÉTODOS:** No período de Março a Maio de 2014 foram aplicados questionários que contava com o consentimento livre e esclarecido dos participantes, além da coleta de amostras urinárias de um grupo de 26 mulheres incluindo enfermeiras e técnicas de enfermagem. Foi coletada a amostra do jato médio em um recipiente específico estéril, sendo transportadas em caixas térmicas para o Laboratório de Análises Clínicas da FAMINAS de Muriaé - MG, para a realização do Exame de urina de rotina, que consiste na análise de características físicas, químicas e de sedimentoscopia. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Este estudo contou com uma amostra de 26 profissionais com uma faixa etária variada, o qual avaliou a incidência de infecção neste grupo. No requisito ingestão hídrica diária 54% das participantes relataram ingerir volume de 1 a 1,5 litros de água; 24% ingerem menos de 1 litro e apenas 4% ingerem diárias acima de 2 litros. Desde grupo de mulheres 61,5% relataram que apresentam uma frequência de desconforto no trato urinário pelo menos 2 vezes ao ano e 15% mais de 2 vezes ao ano. Os sintomas mais observados são: ardência no ato da micção (95%), odor forte (47%), coloração anormal (37%), queixa de dores nas costas (26%) e presença de sangue na urina (5%). Na sedimentoscopia foi possível observar que em 54% das amostras havia presença de células epiteliais incontinentes, 46% de incontinentes piócitos, 15% de muco, presença também em 8% cristais de oxalato de cálcio e 4% de agrupamentos de leucócitos. É possível observar uma alta prevalência de ITU na população feminina, em todas as idades, pois existem diversos fatores que contribui como a própria anatomia feminina, hábitos diários inadequados, entre outros [3]. Adicionalmente, a exposição a fatores de risco mecânicos e ambientais proporcionado por longas jornadas de trabalho pode promover efeitos específicos sobre a saúde da mulher [4]. **CONCLUSÃO:** O presente estudo demonstrou a necessidade de ter um olhar preventivo não somente nos pacientes mais também na saúde do próprio profissional de saúde. Somente com a estimulação de novos hábitos diários é possível culminar em melhorias nas condições de saúde do próprio profissional de saúde. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SILVA, B.M.; LIMA, F.R.F.; FARIAS F. S. A.B; CAMPOS, A.C.S. **Jornada de Trabalho: Fator que interfere na qualidade da Assistência de Enfermagem.** Texto Contexto Enferm. Florianópolis, 2006 Jul- Set; 15 (3): 442-8. [2] DELLU, M.C.; ZÁCARO, P.M. D; SCHMITT, A.C.B. **Prevalência de sintomas urinários e fatores obstétricos associados em mulheres adultas.** Revista Brasileira de Fisioterapia, 2008 ISSN 1413-3555. [3] JUNIOR, A. N. et al. **Urologia Fundamental.** SP: Planmark, 2010. ISBN 978-85-60566-17-4. [4] AQUINO, E. M. L. et al. **Mulher, Saúde e Trabalho no Brasil: Desafios para um Novo Agir.** Caderno Saúde Pública, Rio de Janeiro, 11 (2): 281-290, abril/jun, 1995.

Área do Conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2 – Biomedicina

INVESTIGAÇÃO GENOTÍPICA E FENOTÍPICA DA SÍNDROME DE STARGARDT

Rubia A. C. SILVA (IC - rurubia@hotmail.com.br)¹ e Luciana A. AGOSTINHO (PQ)²

1. Curso de Biomedicina; 2. Professora Faculdade Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Stargardt, Genótipo, Fenótipo.

APRESENTAÇÃO: A Síndrome de Stargardt (STGDT) é uma distrofia hereditária relacionada à visão, com rara prevalência [1]. A maior parte dos casos são de caráter autossômico recessivo, embora alguns casos sejam dominantes [2]. O gene causador de STGD é o ABCA4 localizado no cromossomo 1p21-22 e no 1p13-p21, envolvido com cones e bastonetes, e possuindo grande heterogeneidade genética [3]. Os fotorreceptores são os sítios mais comprometidos, nos quais o aspecto fundoscópico clássico são lesões maculares, como *flecks* e silêncio de coróide [4]. A lipofuscina tem efeito tóxico sobre o epitélio pigmentar da retina (EPR) [5]. O objetivo da pesquisa foi investigar a correlação genótipo fenótipo em indivíduos portadores de (STGD). **DESENVOLVIMENTO:** Foram encontrados três portadores de STGD desde 2013. Todos assinaram o termo de consentimento e enviaram os exames para a construção dos relatos de caso. O indivíduo 1 tem 19 anos, sexo feminino, sem histórico familiar, diagnosticada clinicamente com 2 anos, aos 7 relatou alteração visual como falta de nitidez ao ler. A paciente relata vida normal e não faz nenhum tipo de tratamento, com exceção do uso dos óculos para correção parcial. O indivíduo 2 tem 16 anos, sexo masculino e sem histórico familiar. A determinação do diagnóstico aos 7 anos, foi por meio de Angiografia fluoresceínica (AFG) com aparecimento de *flecks* e silêncio de coróide. Em um intervalo de oito anos a alteração da visão progrediu para degeneração epitelial, distrofia de cones e bastonetes aumentando do risco de perda da visão. O indivíduo não faz tratamento e apenas utiliza óculos. Indivíduo 3 é mulher, 33 anos, sem histórico familiar, relatando uma dificuldade para enxergar a distancia desde os 10 anos de idade, onde surgiu as primeira características da Síndrome, relata vida normal. A AFG, firma o diagnóstico de STGD pelos *flecks* [6]. Mutação em ABCA4, foi encontrada em pacientes com retinite pigmentosa, degeneração progressiva que afeta inicialmente os bastonetes [7]. Para cada fenótipo pode haver um medicamento ou forma de abordagem, portanto a importância de se classificar as distrofias a partir da genotipagem, devido aos temas apresentados sobre terapia genética e biologia molecular [8]. A terapia gênica demonstra resultados promissores [9]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** É difícil determinar o diagnóstico de Stargardt pelo fenótipo, uma vez que existem doenças relacionadas à visão com manifestações clínicas semelhantes. Sugere-se que sejam realizadas investigações genéticas para determinação do diagnóstico de STGD e diagnósticos diferenciais para um melhor prognóstico e qualidade de vida do paciente. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:** [1] ALLIKMETS, R., et al. A photoreceptor cell-specific ATP-binding transporter gene (*ABCR*) is mutated in recessive Stargardt macular dystrophy. *Nat Genet*, v. 15, 1997. [2] RIVERA, A., et al. A comprehensive survey of sequence variation in the ABCA4 (*ABCR*) gene in Stargardt disease and age-related macular degeneration. *Am J Hum Genet*. 2000;67:800-813. [3] ZHANG, K., et al. The ABCR gene in recessive and dominant Stargardt diseases: a genetic pathway in macular degeneration. *Genomics* 1999;60:234-7. [4] NOBLE, K.G.; CARR, R.E. Stargardt's disease and fundus flavimaculatus. *Arch Ophthalmol*. 1979;97(7):1281-5. [5] CIBIS, G.W.; MOREY M; HARRIS, D.J. Dominantly inherited macular dystrophy with flecks (Stargardt). *Arch Ophthalmol* 1980;98:1785-9.[6] KRETSCHMANN, U; et al. Multifocal electroretinography in patients with Stargardt's macular dystrophy. *Br J Ophthalmol*. 1998;82(3):267-75 [7] MAUGERI, A; et al. Mutation in the ABCA4 (*ABCR*) gene are the major cause of autosomal recessive cone-rod dystrophy. *Am J Hum Genet* 2000. [8] WIRTITSCH, M.G.; et al. Ultrahigh resolution optical coherence tomography in macular dystrophy. *Am J Ophthalmol*. 2005;140(6):976-83 [9] MALCUIT, C; et al. Long-term safety and function of RPE from human embryonic stem cells in preclinical models of macular degeneration. *Stem Cells* 2009;27(9):2126-2135

Área do conhecimento 9.06.00.00-2- Biomedicina

PERFIL DE RESISTÊNCIA DE *ENTEROBACTER sp* EM AMOSTRAS DE URINA DE PACIENTES INTERNADOS EM UM HOSPITAL ONCOLÓGICO DA REGIÃO DA ZONA DA MATA

Mariana de Almeida RAMOS (IC)¹, Maryna de Azevedo ANDRADE (IC)¹, Iara LAU (IC)¹, Luciana de Andrade AGOSTINHO (PQ)² e Emílio Santana de ABREU (PQ)³

1-Curso de Bacharelado em Biomedicina; 2. Professor curso de Biomedicina Faminas; 3. Farmacêutico – FCV Faculdade Minas - FAMINAS - 36880-000 – Muriaé - MG

Palavras-Chave: *Enterobacter sp*, perfil de resistência, urina

INTRODUÇÃO: As bactérias *Enterobacter sp* raramente causam enfermidade primária em humanos, mesmo sendo frequentes colonizadoras de pacientes hospitalizados, particularmente aqueles tratados com antimicrobianos [1]. Além de serem associadas a feridas, queimaduras, infecções respiratórias e do trato urinário. Quanto à resistência aos antibióticos, tem-se a comprovação de que o seu desenvolvimento pode ser uma consequência inevitável do uso clínico desses medicamentos, sendo a *Enterobacter sp* patógenos resistentes a diversos antimicrobianos, gerando problemas de saúde pública [2]. O objetivo deste estudo foi investigar o perfil de resistência antimicrobiana em relação aos principais antimicrobianos utilizados para o tratamento dessa bactéria no Hospital do Câncer de Muriaé – Fundação Cristiano Varella (FCV), hospital oncológico. **MATERIAL E MÉTODO:** Foi realizado um estudo transversal retrospectivo na FCV entre o período de 01/01/2014 a 31/07/2014, no qual foram analisadas culturas de urinas positivas para *Enterobacter sp* com perfil de multirresistência frente aos antibióticos Imipenem, Meropenem e Cefepima nas unidades de internação da FCV. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Na Unidade de Internação Quimioterápica (UQT) foi encontrada uma cepa resistente a Cefepima e não ocorreu resistência a Meropenem e Imipenem. Na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) foram encontradas duas cepas resistentes a Cefepima e não ocorreu resistência à Imipenem e Meropenem. Na Unidade de Internação Cirúrgica (UCI), observou-se uma cepa resistente a Cefepima e não ocorreu resistência a Meropenem e Imipenem. Na Unidade de Internação Clínica (UCL) foram encontradas cepas resistentes para os três antibióticos testados: duas cepas para Cefepima, uma cepa para Imipenem e uma cepa para Meropenem. Uma das possíveis causas com maior resistência da *Enterobacter sp* na UCL, comparada às outras unidades investigadas, deve-se ao maior tempo de tratamento e por ser um setor com perfil de pacientes mais debilitados que já passaram pelas outras unidades de internação e que possivelmente já foram medicados com antimicrobianos. Dos 20 antibióticos testados, todos apresentaram resistência frente a uma cepa de *Enterobacter sp*, exceto com Meropenem e Imipenem para UTI, UQT, UCL e UCI que foram sensíveis a todas as cepas testadas nessas unidades. A realização de terapia não respeitando horários e dosagens podem acarretar num quadro de resistência bacteriana [2]. Espécies de *Enterobacter* possuem um gene cromossômico para B lactamases que podem ser induzidos por certos antibióticos, aminoácidos e líquidos corpóreos [2]. Periodicamente, são realizados treinamentos e sensibilizações para os colaboradores da FCV, alertando sobre os riscos de multirresistência, incentivando práticas de lavagem das mãos e uso correto de antibióticos. Devido ao fato de ser um Hospital de caráter oncológico a baixa imunidade de muitos pacientes favorecem as infecções por microrganismos [2]. **CONCLUSÃO:** A *Enterobacter sp* deve ser tratada com atenção devido ao seu perfil causador de multirresistência, sendo importante o levantamento de dados como estes para elaboração de condutas e ações para resultarem em seu controle. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ROCA, D. A. L., ROCA, L. M. L., HUAMÁN, E. M. Padrão de suscetibilidade antimicrobiana de *Enterobacter ssp.* isolada de infecções urinárias em pacientes ambulatoriais em um hospital da cidade de Lima, Peru. *Perspectivas Médicas*, Jundiaí, v. 20, n. 2, p. 16-18, jul-dez. 2009. [2] KONEMAN, E. W. *Diagnóstico Microbiológico: Texto e Atlas Colorido*. São Paulo: Guanabara Koogan, 2001.

Área do conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2 – Biomedicina

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA DOENÇA DE HUNTINGTON NO INTERIOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Thays A. APOLINÁRIO (IC –thays_apolinario@hotmail.com)¹, Thais S. MACIEL (IC)¹, Carmen L. A. PAIVA (PQ)², Luciana AGOSTINHO (PQ)^{1,2}

1. Curso de Biomedicina. 2. UNIRIO- 20211-040 – Rio de Janeiro

Palavras-Chave: Huntington, CAG e fármacos.

INTRODUÇÃO: A doença de Huntington (DH) é uma desordem neurodegenerativa causada por uma mutação genética no cromossomo 4p16.3, no gene *HTT* [1]. Não existe cura para a DH e o tratamento é paliativo [2]. O objetivo desse estudo foi investigar os fármacos utilizados por portadores da DH em um município da Zona da Mata Mineira. **MATERIAL E MÉTODOS:** Foram entrevistados seis portadores da DH, e seus cuidadores, residentes em um município da Zona de Mata Mineira. Ambos com histórico familiar e idade de início da DH. O questionário aplicado interrogou sobre os medicamentos utilizados pelos pacientes. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os seis indivíduos investigados fazem uso de antipsicóticos típicos e atípicos, ansiolíticos benzodiazepínicos e antidepressivos. O tempo de uso da medicação variou de 1 mês a 12 anos. Com relação ao quadro clínico dos pacientes e o uso dos fármacos, dois pacientes relataram que o uso de Haloperidol trouxe redução na agitação e rigidez muscular. Um dos pacientes relatou melhora nos sintomas de agressividade e agitação com o uso de Olanzapina e aumento de apetite. O uso de fluoxetina apresentou melhora no quesito aumento de iniciativa própria e diminuição da tristeza, além de disfunção sexual. A classe dos antipsicóticos apresenta uma maior frequência de prescrição para tratamento paliativo relacionado à demência [3]. Os antipsicóticos são utilizados cronicamente, inclusive pelos indivíduos deste estudo. Dentre os antipsicóticos atípicos, a Olanzapina é um forte bloqueador dopaminérgico não seletivo. Em comparação com Haloperidol, este fármaco é menos eficiente para bloquear receptores D2, apesar de existirem efeitos adversos como o aumento de peso, sonolência e/ou insônia [4]. Os antidepressivos indicados são a Fluoxetina e Imipramina, que agem contra perturbações afetivas [5]. Os benzodiazepínicos têm sido usados para melhorar os movimentos coreiformes associados a esses transtornos [6]. O difícil acesso aos profissionais especializados para atender os indivíduos acometidos pela DH faz com que muitos portadores da doença utilizem a mesma medicação durante vários anos. **CONCLUSÃO:** As classes farmacológicas com maior e menor frequência utilizadas pelos portadores foram respectivamente antipsicóticos e ansiolíticos benzodiazepínicos, sendo a primeira classe mais indicada para o tratamento de distúrbios de movimentos e cognitivos. A segunda classe tem como maior indicação para tratamento de sintomas comportamentais. **BIBLIOGRAFIA:** [1]: BARSOTTINI, O. G. P. Doença de Huntington: O que é preciso saber? Revista Einstein: Ponto e Contraponto, 5. ed. São Paulo, p. 85-87, 2007.141-53, fev./2007. [2]: LIU, J., H. PENDERGRAFF, et al. (2013). "RNA duplexes with abasic substitutions are potent and allele-selective inhibitors of huntingtin and ataxin-3 expression." *Nucleic Acids Res* 41(18): 8788-801. [3]: PRATT, N. L., E. E. ROUGHEAD, et al. Risk of hospitalization for stroke associated with antipsychotic use in the elderly. *Drugs & aging*, v.27, n.11, p.885-893. 2010. [4]: BARON, A. L. D. (2001). Diferenças de efeito agudo sobre a perfusão regional cerebral entre neurolépticos convencionais (haloperidol) e de nova geração (olanzapina) em portadores de esquizofrenia. *Programa de Pós-Graduação em Medicina: Clínica Médica*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Master:** 167. 1. [5]: SWERTS, C. A. S. et al. Effects of fluoxetine and imipramine in rat fetuses treated during a critical gestational period: a macro and microscopic study. *Rev. Bras. Psiquiatr.* [online]. 2010, vol.32, n.2, pp. 152-158. Epub Dec 18, 2009. [6]: STEWART, J. T. Treatment of Huntington's disease with clonazepam. *South Med J*, v.81, n.1, Jan, p.102. 1988.

Área do Conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2- Biomedicina

SUSCEPTIBILIDADE *IN VITRO* DE BACTÉRIAS BUCAIS A EXTRATOS FITOTERÁPICOS

Irene Laysa Demolinari **DEMARQUE** (IC–lay2_demolinari@hotmail.com)¹, Camila Ferreira **PAES** (IC)¹, Gérgia Cristina Martins **BERNARDO** (IC)¹, Michel Bevilaqua **RESGALA** (IC)¹, Thais Maciel de **SOUSA** (IC)¹, Adriana de Freitas **SOARES** (PQ)².

1-Curso de Biomedicina; 2. Professora da Faculdade de Minas - FAMINAS, 36880-000 - Muriaé-MG.

Palavras-chave: extratos glicólicos, atividade antimicrobiana, biofilme dental.

INTRODUÇÃO: Biofilme dentário é o termo utilizado para descrever os microrganismos da superfície do dente. O controle químico do biofilme auxilia a remoção mecânica, porém apresenta efeitos adversos quando utilizado por tempo prolongado. Desta forma, vê-se a necessidade de se desenvolver uma substância com potente atividade antimicrobiana, que apresente efeitos colaterais reduzidos [1]. O Brasil possui uma infinidade de plantas com fins medicinais, dentre elas estão camomila, erva-doce, que possuem importantes atividades farmacológicas [2]. O própolis apresenta ação cicatrizante, antiinflamatória e antimicrobiana, indicando o uso desta substância sob a forma de bochechos [1]. O trabalho teve como objetivo avaliar *In Vitro* a susceptibilidade de bactérias bucais a extratos de camomila (*Matricaria recutita* L.), própolis e erva-doce (*Pimpinella anisum* L.) frente a cepas de *Staphylococcus aureus* e *Pseudomonas aeruginosa*. **MATERIAL E MÉTODOS:** Os extratos glicólicos de camomila, própolis e erva-doce foram adquiridos em farmácias de manipulação. Como controle positivo utilizou-se clorexidina 0,2% e como controle negativo soro fisiológico. O experimento foi realizado com as cepas padrão de *Staphylococcus aureus* ATCC 25923 e *Pseudomonas aeruginosa* ATCC 27853. Para avaliar a atividade antimicrobiana, foi empregada a técnica de difusão em Agar Müller Hinton. Sete discos de papel filtro de 6 mm de diâmetro foram colocados em pontos equidistantes. As amostras foram padronizadas em um volume de 20 µL e analisadas nas concentrações de 1:0 até 1:32, sendo feito em triplicatas. As placas foram incubadas em estufa a 37°C por 48h. Após 48 horas, foram medidos os halos de inibição. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os resultados apresentados referem-se à média dos valores obtidos na leitura dos halos de inibição. Em relação à *S. aureus*, o controle negativo e os extratos de camomila e erva-doce não apresentaram formação de halo. O controle positivo apresentou um halo de 20 mm e o extrato de própolis apresentou halo de inibição nas diluições 1:0, 1:1 e 1:2 sendo os diâmetros respectivamente 13 mm, 8 mm e 5 mm. Frente a *P. aeruginosa*, o controle negativo e os extratos não apresentaram ação antimicrobiana já o controle positivo apresentou um halo de 12 mm. Nascimento, et al [2] alega que a erva-doce possui notável ação antibacteriana, no presente estudo, a erva-doce não apresentou ação antibacteriana. Albuquerque, et al [3] constatou a atividade antimicrobiana do extrato alcoólico de camomila, o que não ocorreu neste estudo, provavelmente devido a diferença do tipo dos extratos estudados. Segundo Soares, et al [1], o própolis possui atividade antibacteriana variada sobre *S. aureus* de acordo com a região de coleta, podendo ser a causa da divergência dos resultados. **CONCLUSÕES:** De acordo com a metodologia utilizada, pode-se concluir que os extratos de camomila e erva-doce não apresentaram potencial antimicrobiano, porém o extrato de própolis apresentou atividade antimicrobiana nas diluições de 1:0, 1:1 e 1:2. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SOARES, D. G. S. et al. Susceptibilidade *in vitro* de bactérias bucais a tinturas fitoterápicas. *Rev. Odonto Ciência*; Fac. Odonto/PUCRS, v.21 n.53 p.232-7, 2006. [2] NASCIMENTO, V. T. et al. Controle de qualidade de produtos à base de plantas medicinais comercializados na cidade do Recife-PE: erva-doce (*Pimpinella anisum* L.), quebra-pedra (*Phyllanthus spp.*), espinheira santa (*Maytenus ilicifolia* Mart.) e camomila (*Matricaria recutita* L.). *REV. BRAS. PL. MED.*, Botucatu, v.7, n.3, p.56-64, 2005. [3] ALBUQUERQUE, A. C. L. de; et al. Efeito Antimicrobiano do extrato da *Matricaria recutita* Linn (camomila) sobre microrganismos do biofilme dental. *Pesq Bras Odontoped Clin Integr*. João Pessoa, v.10, n.3 p.451-455, 2010.

Área do Conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2 – Biomedicina

Rafaela Ferreira da SILVA (IC – ferreira.rafaela17@yahoo.com.br)¹
e Luciana AGOSTINHO (PQ)²

1. Curso de Biomedicina; 2. Professor Faculdade Minas -FAMINAS
- 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chaves: ACO, mutação, carcinogênese

INTRODUÇÃO: A cada ano cresce o número de pessoas acometidas por neoplasias, segundo projeção da OMS é que até o ano de 2030, terão no mundo mais de 27 milhões de novos casos de câncer. Sendo este uma das principais causas de morte no mundo [1]. Segundo o Instituto Nacional de Câncer (INCA) um dos fatores alvo de pesquisa atualmente é a associação do uso de anticoncepcionais com o aumento de risco na proliferação celular anormal [2]. Os hormônios endógenos e os exógenos estão dentre os vários fatores indutores ou promotores da carcinogênese [3], ocasionado um defeito genético [4]. O objetivo deste estudo é verificação a interação exógena hormonal na carcinogênese feminino. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Para este presente estudo foram utilizados duas metodologia distintas. No período de Outubro de 2013 a Fevereiro de 2014, foram aplicados questionários que contava com o consentimento das participantes de um grupo de 54 mulheres que foram diagnosticadas com câncer. A segunda metodologia contou com a realização de um teste utilizando 50 bulbos de *Allium cepa* distribuídos em cinco grupos controles, sendo submetidas as respectivas soluções: Benzoato de Sódio 100ppm; Água Destilada; Estradiol 1mg; Desogestrel 0,75 mg e Levonorgestrel 0,15mg + Etinilestradiol 0,03mg. Sendo realizados análises macro e microscópica das radículas. O índice mitótico de cada tratamento foi calculado: nº de células em divisão/1000, multiplicado por 100 [5]. **RESULTADO E DISCUSSÃO:** Diante do estudo com 54 mulheres: 14 (26%) mulheres nunca utilizaram qualquer tipo de anticoncepcional; 78,6% deste grupo obtiveram diagnóstico de malignidade do tumor e 21,4% não sabia informar. Em comparação 40 (74%) mulheres utilizaram alguma categoria de AC, destas 87% foram diagnosticadas com câncer malignos, 10% benignos e 3% não sabia informar. Deste grupo 32,5% utilizaram este método contraceptivo por mais de 10 anos. Para dados estatístico foram utilizados programa o PASW Statistics 18 T-Teste para Estudos Estatísticos Dependentes considerando o intervalo de confiança de 95%. Diante da análise da atividade proliferativa das amostras com Estradiol foi obtido um t = 6,19 com índice mitótico de 6,7 o qual demonstrou alterações estruturais, tais como aumento nuclear e presença de células binucleadas. Os hormônios esteróide possuem mecanismo de alterações celulares, possibilitando assim um maior número de erros genéticos aleatórios [3] e, consequentemente, contribuindo para o desenvolvimento do câncer [6]. As amostras com Desogestrel apresentou um t = 5,90 e um índice mitótico de 2,9 observou-se que também ocorreu alterações celulares significativas. Pois fármacos com teor de progesterona atua como antagonista da proliferação celular [4]. Em comparação ao anticoncepcional conjugando as duas substância pode se observar um t = 4,14 com índice mitótico de 2,8 demonstrando também alterações celulares. **CONCLUSÃO:** Este estudo evidenciou associação positiva em conjunto com outros fatores genéticos e exógenos, pois os AC atuam como co-fator principalmente para mutação gênica da células. **BIBLIOGRAFIA:** [1] World Health Organization - Folha de Dados N° 297 **Cancer** - Avaliado Janeiro 2013. [2] Disponível em: <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/acoef_programas/sit e/home/nobrasil/programa_controle_cancer_mama/fatores_risco>. Acesso em: 30 maio de 2014. [3] HENDERSON, B.E.; FEIGELSON, H.S. Hormonal carcinogenesis. **Carcinogenesis**, v.21, n.3, p.427-433, 2000. [4] BRENTANI, Maria Mitzi; KOWALSKI, Luiz Paulo; COELHO, Francisco Ricardo Gualda. **Bases da Oncologia**. 2. ed. São Paulo: Editora Marina e Tecmedd, 2003. [5] AIUB, C.A.F.; FELZENZWALB. **O uso de Allium cepa como modelo experimental para investigar genotoxicidade de substâncias usadas em conservantes alimentares**. Genética na Escola. Rio de Janeiro. ISSN 1980-3540. [6] THULER, Luiz Cláudio. **Considerações sobre a prevenção do câncer de mama feminino**. Revista Brasileira de Cancerologia, 2003, 49(4): 227-238.

Área do Conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2 - Biomedicina

Mariana de Almeida AZEVEDO(IC)¹; Camila Ferreira PAES(IC)¹;
Georgia Martins BERNARDO(IC)¹; Luciana Andrade
AGOSTINHO(PQ)^{1,2}

1-Curso de Biomedicina 2. Professor Faminas - Muriaé

Palavras-chave: malformação arteriovenosa, imagem, congênita

INTRODUÇÃO: A malformação arteriovenosa cerebral (MAV-C) é uma conexão anormal entre artérias e veias que modifica o fluxo normal de sangue entre elas. Qualquer alteração no decorrer do desenvolvimento embrionário pode resultar em anomalias congênitas que podem variar desde pequenas assimetrias até defeitos com maiores comprometimentos estéticos e funcionais[1]. O objetivo do presente estudo foi interpretar e analisar os exames correlacionando com a patologia e as áreas de atuação do Biomédico. **DESENVOLVIMENTO:** Paciente W.T.A., 42 anos, masculino, começou a apresentar sintomas de pequenos tremores no braço, que evoluíram e acometeram a perna se restringindo apenas ao lado esquerdo, chegando a curtas convulsões sem perda de consciência. Para avaliar a possível causa dos sintomas foi realizada uma tomografia computadorizada (TC) com contraste da região da coluna, crânio e cérebro, observando assim um “bolo” na região direita do cérebro sendo então necessário um exame específico (angiografia cerebral dos quatro vasos), pelo qual o diagnóstico foi determinado em MAV-C, a localização desta neste paciente por ser do lado direito justifica seus sintomas se manifestavam do lado esquerdo, uma vez que a transmissão sensorial do cérebro com o resto do corpo são cruzados. Imediatamente, foi solicitado o uso de medicamentos Fenitoina e Fenobarbital. O tratamento foi feito com embolizações com Lipiodol, abertura do crânio do lado direito, remoção das veias, cauterização e clipagem. As características anátomo-vasculares associadas à localização e ao tamanho de uma MAV são geralmente os principais fatores a considerar na decisão do tratamento a ser oferecido, mas deve se levar em conta que estes não são os fatores preditivos exclusivos do risco de sangramento[2]. Por ser uma cirurgia de risco uma vez que envolve uma área sensível não foi retirada a quantidade necessária de veias para evitar possíveis consequências. A MAV-C do presente estudo esta localizada sobre a área do cérebro responsável pelos movimentos resultando assim após a cirurgia, em uma hemiparesia. Devido a manipulação de um pedaço do crânio para ter acesso as veias, há risco de infecção, o que ocorreu com o paciente diagnosticado com osteomielite (inflamação ou inchaço do tecido ósseo), e para determinação foi feita biópsia do osso, observando-se a presença de *Staphylococcus aureus*, bactéria muito comum nas infecções hospitalares, sendo necessário então a remoção imediata e a raspagem do osso ao redor. O paciente ficou anos sem o osso utilizando uma ortese para proteção cerebral até uso da prótese. Durante todo o pós-operatório o paciente foi submetido a fisioterapia para retorno de movimentos, Ciplofloxacino, Fenobarbital. Atualmente, o paciente utiliza apenas uma ortese no membro inferior para manter a articulação do tornozelo na posição funcional, controlando a motricidade e qualidade da marcha. **CONCLUSÃO:** Uma doença congênita pode por vezes ser assintomática, ou levar a danos maiores, como hemorragia, por isso um bom diagnóstico clínico e laboratorial é de extrema importância para um bom prognóstico e melhora de qualidade de vida. Com o avanço da tecnologia os aparelhos e exames cada vez mais sofisticados, como os de imagem, proporcionam um melhor entendimento e visualização das alterações do corpo humano sendo importantes ferramentas de diagnóstico e o primeiro passo para um tratamento bem sucedido. **REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS:** [1]SANTOS, Rosângela da Silva; DIAS, Iêda Maria Vargas. Refletindo sobre a malformação congênita. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 58, n. 5, Oct. 2005. [2]Brown RD Jr, Wiebers DO, Torner JC, O’Fallon WM. Frequency of intracranial hemorrhage as a presenting symptom and subtype analysis: a population-based study of intracranial vascular malformations in Olmsted County, Minnesota. **J Neurosurg** 1996;85:29-32.

Área do conhecimento – (CNPq) 9.06.00.00-2:Biomedicina

CBS 023

ANÁLISE DA PRESSÃO ARTERIAL ANTES E APÓS PRÁTICA DA GINÁSTICA

Mariana F. NUNES (IC – marianafurtado90@hotmail.com)¹, Rafael Gonzalez de OLIVEIRA(PQ),

1-Curso de Licenciatura em Educação Física; 2. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Atividade física; Hipertensão arterial; Ginástica.

INTRODUÇÃO: A prática regular de uma atividade física (AF) tem demonstrado prevenir e controlar a hipertensão arterial (HÁ), contribuindo assim para uma melhor qualidade de vida do indivíduo. Os benefícios de um AF vão além de uma melhora no condicionamento físico e aptidão física, porque ao exercitar periodicamente, reduz a ansiedade e a tensão muscular, contribuindo para o controle da pressão arterial. Além do auxílio no controle do peso e redução de complicações cardiovasculares, também é comprovado que ao exercitar-se a tensão diminui, e ficando a pessoa mais calma, os fatores psicológicos que é também um dos principais responsáveis pela HA também são diminuídos [1]. A prescrição de um exercício físico regular pelos médicos de família deve ser usado como primeira linha terapêutica [2]. O Objetivo do trabalho foi verificar a PA antes e depois da realização da ginástica.

MÉTODOS: Foi realizado um estudo longitudinal na cidade de Eugenópolis - MG, foi aplicado um questionário semi-estruturado em dez mulheres para coleta de dados como idade, altura, peso, uso de medicamentos para controle da PA, motivo da prática da atividade física e uso de tabaco e ingestão de bebidas alcoólicas. A aferição da PA foi realizada 15 minutos antes e 15 minutos após a prática de musculação, utilizando um aparelho digital de marca Visomat Confort. Todas as participantes assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido e a pesquisa foi previamente aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da FAMINAS.

RESULTADOS: A média de idade das participantes foi de 54 anos, o peso médio das participantes era de 64kg e altura média de 1,61m. O Índice de Massa Corporal (IMC) é importantíssimo para se calcular se o peso está dentro dos parâmetros normais em relação à altura, o mesmo foi calculado pelo peso em relação à altura ao quadrado [1], sendo que 20% das entrevistadas estavam com sobrepeso e os 80% restantes se encontravam dentro da faixa normal (IMC= 18,5 – 24,9). Em relação ao motivo de se realizar a musculação, 20% das mulheres responderam ser por indicação médica, 10% pela estética, 60% por necessitar de um exercício e 10% por indicação médica junto à estética e por precisar realizar um exercício. Das entrevistadas, 30% não possuem problemas relacionados à pressão arterial, 60% administram medicamentos de uso contínuo para o problema e 10% possuem pressão alterada às vezes, e quando tem, procuram um médico. Todas as entrevistadas alegaram não fazer uso do tabaco e ingestão de bebidas alcoólicas. Primeira entrevistada manteve sua pressão arterial em 160/80 mmHg; a segunda também manteve em 130/80 mmHg; terceira aumentou de 90/80 mmHg para 100/60 mmHg; a quarta diminuiu de 150/80 mmHg para 130/80 mmHg; a quinta diminuiu de 210/10 mmHg para 180/90mmHg; sexta diminuiu de 120/90mmHg para 110/80 mmHg; sétima entrevistada diminuiu de 140/80 mmHg para 120/70 mmHg; a oitava teve uma redução de 150/70 mmHg para 120/60 mmHg; a nona diminuiu sua PA de 130/90 mmHg para 130/70mmHg e a décima aumentou de 90/70mmHg para 90/80 mmHg. **CONCLUSÕES:** Verificou-se que das dez mulheres entrevistadas 20% manteve sua PA antes e após o exercício físico, 20% apresentou um aumento da PA e 60% apresentaram queda da PA. Há necessidade de uma amostra maior para obter resultados significativos na influência da prática de musculação nos níveis de PA. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SILVA, C. Maria Moura da. A prática de exercícios físicos e hipertensão arterial. 2012. 71 f., il. Monografia (Licenciatura em Educação Física)— Universidade de Brasília, Brasília, 2012. [2] CRUZ-FERREIRA, A.; LOUREIRO, E.; PIMENTEL, I.. Exercício físico no tratamento da hipertensão: a propósito de um caso. *Rev Port Med Geral Fam* [online]. 2013, vol.29, n.2, pp. 126-130. ISSN 2182-5173.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.00.00.00-1 – Ciências da Saúde

CBS 024

ANÁLISE DA PRESSÃO ARTERIAL ANTES E APÓS PRÁTICA DE AERÓBICA

Mariana F. NUNES (IC – marianafurtado90@hotmail.com)¹, Rafael Gonzalez de OLIVEIRA(PQ),

1. Curso de Licenciatura em Educação Física; 2. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Aeróbica; Atividade física; Hipertensão arterial.

INTRODUÇÃO: A hipertensão arterial (HA) é uma doença caracterizada pela elevação dos níveis tensionais no sangue, ela pode ocorrer quando as artérias sofrem algum tipo de resistência, não contraindo e dilatando normalmente e também quando o volume sanguíneo fica muito alto, aumentando a velocidade de circulação do mesmo. [1]. Para prevenir a HA o indivíduo deve diminuir o sal de cozinha da comida, ter uma alimentação mais saudável, evitar o sedentarismo realizando algum tipo de atividade física, evitar bebida alcoólica, procurar não se estressar, evitar obesidade, dentre outros fatores [2]. Está comprovada que a prática regular de um exercício físico e lazer é capaz de reduzir em 30% os riscos de HA. Um dos exercícios comuns é a ginástica aeróbica que envolve uma ginástica clássica com dança e é caracterizada por possuir movimentos rítmicos e intensos com elevado gasto de calorias e grande impacto sobre as articulações [3]. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo longitudinal realizado na cidade de Eugenópolis – MG. Foi aplicado um questionário semi-estruturado em dez mulheres para coleta de dados como idade, altura, peso, Índice de Massa Corporal (IMC), uso de medicamentos para controle da PA, motivo da prática da atividade física e uso de tabaco e ingestão de bebidas alcoólicas. A aferição da PA foi realizada 15 minutos antes e 15 minutos após a prática da aeróbica, utilizando um aparelho digital de marca visomat confort. Todas as participantes assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido e a pesquisa foi previamente aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da FAMINAS. **RESULTADOS:** A faixa etária média foi de 33 anos, todas do sexo feminino com peso médio 66 kg e altura média de 1,62 m. Em relação ao IMC, 20% das entrevistadas estão com sobrepeso e as 80% restante estão dentro da faixa normal (IMC= 18,5 – 24,9). Em relação ao motivo de se realizar a musculação 10% das mulheres responderam ser por indicação médica, 30% por necessitar de uma atividade física e 60% pela estética e saúde física e mental. Das entrevistadas 90% não possuem problemas relacionados à pressão arterial e 10% administram medicamentos de uso contínuo para o problema. Todas as entrevistadas alegaram não possuir nenhum tipo de vício. A primeira entrevistada teve sua pressão aumentada de 110/70 mmHg para 110/90mmHg; a segunda diminuiu de 120/70mmHg para 110/70mmHg; terceira aumentou de 120/70mmHg para 120/80mmHg; a quarta diminuiu de 120/80mmHg para 100/70mmHg; a quinta teve um aumento de 110/90mmHg para 130/60mmHg; sexta aumentou sua PA de 130/90mmHg para 150/80mmHg; sétima entrevistada aumentou de 110/60mmHg para 110/70mmHg; a oitava teve um aumento de 100/70mmHg para 110/70mmHg; a penúltima aumentou sua PA de 120/70mmHg para 120/80mmHg e a última de 110/80mmHg para 120/80mmHg.

CONCLUSÕES: Em relação aos valores aferidos da pressão, 80% obteve um aumento após a realização do exercício e 20% obteve uma redução na pressão após o exercício, o que pode ser explicado pelo fato da aeróbica ser uma atividade onde o ritmo é muito acelerado e intenso, elevando os batimentos cardíacos e a respiração durante algum tempo, o que aumenta os valores da PA. Há necessidade de estudos com amostra maior e tempos de aferição da PA mais longos após a prática da aeróbica. **BIBLIOGRAFIA:** [1] NASCENTE, F.M.N., *et al.* Hipertensão arterial e sua associação com índices antropométricos em adultos de uma cidade de pequeno porte do interior do Brasil. *VER ASSOC MED BRAS*, 2009. [2] MONTEIRO, M.F.; FILHO, D.C.S. Exercício Físico e o controle da pressão arterial. *REV BRAS MED ESPORTE*. Vol 10, nº6 nov/dez 2004. [3] LINS, E.M.C.L.; GALLOTE, S.M.L.B., NAVARRO, A.C. Índice de Massa Corporal como preditor da Hipertensão em Idosos. *REVISTA BRASILEIRA DE OBESIDADE, NUTRIÇÃO E EMAGRECIMENTO*. São Paulo Vol 3, nº 13 jan/fev 2009.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.00.00.00-1 – Ciências da Saúde

ANÁLISE DA PRESSÃO ARTERIAL ANTES E APÓS PRÁTICA DE MUSCULAÇÃO

Mariana F. NUNES (IC – marianafurtado90@hotmail.com)¹, Rafael Gonzalez de OLIVEIRA(PQ),

1. Curso de Licenciatura em Educação Física; 2. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Atividade física; Hipertensão arterial; Musculação. **INTRODUÇÃO:** A musculação, que é uma forma de exercício contra-resistência, onde ocorre o treinamento e desenvolvimento dos músculos esqueléticos, é uma forma de atividade física para fins atléticos, estéticos e para saúde [1]. A musculação associada a exercícios aeróbios são excelentes para pacientes hipertensos, porque aumentam a força cardíaca e muscular, diminuem a pressão arterial (PA) após a atividade física, além de ajudar a reduzir a gordura corporal [2]. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) a PA é considerada ótima (<120/80), normal (120-129/80-84), limítrofe (130-139/85-89); hipertensão estágio 1 (140-159/90-99), estágio 2 (160-179/100-109) e estágio 3 (> 180/110). O objetivo desse trabalho foi analisar os valores de pressão arterial sistêmica antes e após a prática de musculação [3]. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo longitudinal realizado na cidade de Eugenópolis – MG. Foi aplicado um questionário semi-estruturado em dez mulheres para coleta de dados como idade, altura, peso, uso de medicamentos para controle da PA, motivo da prática da atividade física e uso de tabaco e ingestão de bebidas alcoólicas. A aferição da PA foi realizada 15 minutos antes e 15 minutos após a prática de musculação, utilizando um aparelho digital de marca Visomat Confort. Todas as participantes assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido e a pesquisa foi previamente aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da FAMINAS. **RESULTADOS:** A média de idade das participantes foi de 20 anos, o peso médio das participantes era de 63,5kg e altura média de 1,66m. Em relação ao motivo de se realizar a musculação, 10% das mulheres responderam ser por indicação médica, 10% por necessitar de uma atividade física, 20% por indicação médica junto a estética e por precisar realizar um exercício, 50% pela estética e saúde física e mental, os 10% restantes possuem outros motivos. Das entrevistadas 80% não possuem problemas relacionados à pressão arterial, 10% administram medicamentos de uso contínuo para o problema e 10% possuem pressão baixa às vezes. Todas as entrevistadas alegaram não fazer uso do tabaco e ingestão de bebidas alcoólicas. Primeira entrevistada teve sua pressão arterial aumentada de 120/60 mmHg para 130/70 mmHg; a segunda diminuiu de 130/70 mmHg para 120/70 mmHg; terceira aumentou de 140/70 mmHg para 140/80 mmHg; a quarta diminuiu de 120/70 mmHg para 110/70 mmHg; a quinta manteve em 110/90 mmHg; sexta diminuiu de 110/70mmHg para 100/70 mmHg; sétima entrevistada aumentou de 100/60 mmHg para 120/60 mmHg; a oitava teve um aumento de 110/60 mmHg para 120/70 mmHg; a nona diminuiu sua PA de 140/80 mmHg para 130/70mmHg e a décima reduziu de 170/100mmHg para 160/90 mmHg. **CONCLUSÕES:** Verificou-se que das dez mulheres entrevistadas 10% manteve sua PA antes e após o exercício físico, 40% apresentou um aumento da PA e 50% apresentaram queda da PA. Há necessidade de uma amostra maior para obter resultados significativos na influência da prática de musculação nos níveis de PA. **BIBLIOGRAFIA:** [1] CARVALHO, T.. Posição oficial da Sociedade Brasileira de Medicina do Esporte: atividade física e saúde. *Ver Bras Med Esport* – vol 2, nº4 – out/dez 1996. [2] ANICETO, R. R.; ALMIRANTE, C. M.; QUEIROGA, E.D.F.P.; SILVA, R.S.B.; SOUSA, M. S. C. Estilo de vida de comerciantes praticantes de musculação no SESC Paraiba. *REVISTADE EDUCAÇÃO FÍSICA – UNESP*. Motriz, Rio Claro, v.15, n.2 (supl.1), p.s1-s456, abr./jun.2009. [3] SILVA, J.L.L. Considerações sobre a classificação da pressão arterial: implicações para o enfermeiro em <http.uff.br/promocaodasaude/informe. Acesso em 12 de agosto de 2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.00.00.00-1 – Ciências da Saúde

ANÁLISE DA PRESSÃO ARTERIAL ANTES E APÓS PRÁTICA DE PILATES

Mariana F. NUNES (IC – marianafurtado90@hotmail.com)¹, Rafael Gonzalez de OLIVEIRA(PQ),

1. Curso de Licenciatura em Educação Física; 2. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Atividade física; Hipertensão arterial; Pilates. **INTRODUÇÃO:** Atualmente muito se escuta a respeito da “geração saúde”, onde a busca por uma qualidade de vida melhor vem sendo falada e discutida diariamente na mídia e entre as pessoas. Uma atividade física voltada para saúde que vem crescendo e sendo reconhecida a cada dia mais, é o Método Pilates, caracterizado por ser um exercício que estimula a circulação, melhora condicionamento físico, flexibilidade, alongamento e alinhamento postural [1]. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) a Pressão Arterial (PA) é considerada ótima (<120/80), normal (120-129/80-84), elevada (130-139/85-89); hipertensão estágio 1 (140-159/90-99), estágio 2 (160-179/100-109) e estágio 3 (> 180/110). Os sintomas da Hipertensão arterial ainda não são bem definidos e às vezes nem existem, porém as causas podem variar, como: hereditariedade, obesidade, estresse, sedentarismo, alta ingestão de sódio, uso de drogas e álcool, dentre outras [2]. O objetivo desse trabalho foi analisar os valores de pressão arterial sistêmica e diastólica antes e após a prática do Pilates. **MATERIAL E MÉTODOS:** Foi realizado um estudo longitudinal na cidade de Eugenópolis - MG, foi aplicado um questionário semi-estruturado em dez mulheres para coleta de dados como idade, altura, peso, Índice de Massa Corporal (IMC), uso de medicamentos para controle da PA, motivo da prática da atividade física e uso de tabaco e ingestão de bebidas alcoólicas. A aferição da PA foi realizada 15 minutos antes e 15 minutos após a prática de musculação, utilizando um aparelho digital de marca Visomat Confort. Todas as participantes assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido e a pesquisa foi previamente aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da FAMINAS. **RESULTADOS:** A média de idade das participantes foi de 39 anos, o peso médio das participantes era de 64,5kg e altura média de 1,62m. O IMC foi calculado pelo peso em relação à altura ao quadrado, 80% das participantes da pesquisa se encontravam dentro da faixa normal (IMC= 18,5 – 24,9) e 20% acima do peso ideal. Em relação ao motivo de se realizar a musculação, 20% das mulheres responderam ser por indicação médica, 10% apenas pela estética, 10% por necessitar de uma atividade física, 10% por indicação médica junto à estética e por precisar realizar um exercício e 50% pela estética e saúde física e mental. Das entrevistadas, 90% não possuem problemas relacionados à pressão arterial e 10% possuem algumas vezes problemas e quando o tem, procuram o médico. Todas as entrevistadas alegaram não fazer uso do tabaco e ingestão de bebidas alcoólicas. Primeira entrevistada teve sua pressão arterial diminuída de 100/60 mmHg para 90/60 mmHg; a segunda diminuiu de 120/80 mmHg para 120/70 mmHg; terceira diminuiu de 130/90 mmHg para 120/80 mmHg; a quarta diminuiu de 130/80 mmHg para 120/80 mmHg; a quinta reduziu sua PA de 120/60 mmHg para 100/70mmHg; sexta aumentou de 140/90mmHg para 150/80 mmHg; sétima entrevistada aumentou de 120/90 mmHg para 130/90 mmHg; a oitava teve um aumento de 110/70 mmHg para 120/70 mmHg; a nona aumentou de 110/80 mmHg para 130/80mmHg e a décima reduziu de 110/80mmHg para 100/70 mmHg. **CONCLUSÕES:** Verificou-se que das dez mulheres entrevistadas 40% apresentou um aumento da PA e 60% apresentaram queda da PA. Apesar de o resultado mostrar que o Método de Pilates pode alterar a PA, estudos mais específicos devem ser realizados mostrar a verdadeira influência do método na PA do indivíduo. **BIBLIOGRAFIA:** [1] . SACCO, I.C.N.; ANDRADE, M.S.; SOUZA, P.S.; NISIYAMA, M.; CANTUÁRIA, A.L.; MAEDA, F.Y.I.; PIKEL, M. Método Pilates em revista: **Aspectos biomecânicos de movimentos específicos para reestruturação postural** – Estudos de caso. R. bras. Ci e Mov. 13(4): 65-78. 2005. [2] LOLIO, C. A. de. Epidemiologia da hipertensão arterial. *Rev. Saúde públ.*, S. Paulo, 24:425-32,1990. **Área do Conhecimento (CNPq): 4.00.00.00-1 – Ciências da Saúde**

CBS 027

ANÁLISE DE FATORES MOTIVACIONAIS QUE LEVAM INDIVÍDUOS ADULTOS À PRÁTICA DA HIDROGINÁSTICA

Ana Carolina **MARTINS** (IC – carolinaanamartins@hotmail.com)¹, Hugo Guedes **VIANA** (IC)², Marcela Brum de **SOUZA** (IC)¹, Milayne Fumian Cruz **OLIVEIRA** (IC)¹, Thiago Silva de **PAULA** (IC)¹, Guilherme **TUCHER** (PQ)³

1-Curso de Educação Física; 2. Curso de Fisioterapia; 3. Professores Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

Palavras-chave: Hidroginástica, Motivação, Atividade Física.

INTRODUÇÃO: Como consequência do envelhecimento diversas modificações ocorrem no corpo humano. Como exemplo cita-se a dificuldade para caminhar devido à perda da força muscular, diminuição da memória e da visão e maior vulnerabilidade às doenças crônicas degenerativas. Essas alterações podem repercutir na vida cotidiana [1]. Visando diminuir o impacto destas alterações negativas, a prática de atividade física regular tem sido recomendada [2]. Segundo Alves et al (2003), os exercícios da hidroginástica trabalham a coordenação motora, o sistema cardiorrespiratório, a flexibilidade, a força, e promovem a socialização - pois é feita em grupos [3]. Ao iniciar a prática da hidroginástica destaca-se a sensação de bem estar como um dos seus benefícios. Essa satisfação pode dever-se as aulas diferenciadas e a satisfação com os resultados obtidos [2]. Muitos fatores influenciam as pessoas a iniciarem uma atividade física. De uma maneira geral sabe-se que variáveis como a idade, o gênero, as características da personalidade, as circunstâncias ambientais e o meio social podem influenciar [1]. Entretanto, é importante que se conheçam os motivos específicos que levam a prática de um exercício físico para que as intervenções dos professores sejam feitas de forma mais positiva. Assim, o objetivo deste estudo foi avaliar qual o motivo que levou adultos de ambos os sexos a realizarem a prática regular de hidroginástica. **MATERIAL E MÉTODOS:** Foram avaliados 20 alunos que praticam hidroginástica em um mesmo estabelecimento localizado na cidade de Muriaé-MG. Os indivíduos possuem 15,61 ± 55,55 anos, fazem hidroginástica a pelo menos 3 anos e foram avaliados por meio de um questionário contendo 5 perguntas fechadas. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Entre os motivos que levaram os indivíduos avaliados a prática da hidroginástica constatou-se que 35% buscavam sentir-se bem fisicamente e emocionalmente, 25% estavam preocupados em evitar problemas de saúde, 20% praticavam a modalidade por orientação médica, 15% buscavam qualidade de vida e apenas 5% procuravam obter novas amizades. **CONCLUSÕES:** Conclui-se que o principal critério que motivou os indivíduos avaliados a prática da hidroginástica foi a busca por sentir-se bem fisicamente e emocionalmente. Esta característica, além daquelas relativas ao próprio exercício físico, deveriam ser levadas em consideração pelos professores de educação física na condução das aulas. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SANTOS, M. A. G. N.; VECCHIA, G. M. G. **Fatores motivacionais que levam mulheres da terceira idade à prática da hidroginástica**, Chavantes: Revista Hórus, v. 5, n. 1, jan.-mar, 2011; [2] SOARES, P. G.; **Motivos que levam à prática e à permanência na hidroginástica de pessoas na meia idade e idosos em Viçosa, MG**, Buenos Aires: Revista Digital, ano 18, n. 189, fev. 2014; e [3] OLIVEIRA, C. F. **Percepção na melhoria da qualidade de vida por idosos praticantes de hidroginástica**, Formiga, Centro Universitário de Formiga–UNIFOR, 2013.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 – Educação Física
Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional

CBS 028

EFEITO DO MÉTODO PILATES NA FLEXIBILIDADE EM IDOSOS

Eliane de Paiva **CARVALHO** (IC – elianepaivacarvalho@hotmail.com)¹ e Guilherme **TUCHER** (PQ)²

1. Curso de Educação Física; 2. Professores Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Pilates, idosos, flexibilidade.

INTRODUÇÃO: O método Pilates tem sido aplicado no condicionamento dos idosos, visando a reabilitação em casos de perdas associadas ao envelhecimento natural. Esses fatores afetam a capacidade de locomoção, o equilíbrio corporal e a força muscular [1]. O método Pilates apresenta-se como uma alternativa importante para a melhoria da qualidade de vida de pessoas idosas tendo em vista que possui como características principais o trabalho de resistência muscular localizada aliado ao alongamento [2]. A utilização de exercícios com enfoque no Método Pilates permite a melhoria na força do tronco, maior mobilidade da coluna vertebral e articulações, em especial quando utilizados por pessoas idosas [3]. Com base nessas afirmações, pode-se inferir que o aumento no tônus muscular e na flexibilidade pode contribuir na prevenção de acidentes que por vezes acometem os idosos. Esse estudo, portanto, objetivou avaliar se há diferença significativa na flexibilidade de idosos antes e após treinamento com o método Pilates. **MATERIAL E MÉTODOS:** Foram avaliados 13 idosos de ambos os sexos com 65 ± 2,7 anos de idade, não praticantes de exercício físico anterior ao Pilates. Para avaliação da flexibilidade aplicou-se o Teste de Medida Linear de Wells [4], que permite o avaliador medir a flexibilidade da parte posterior do tronco e pernas. O indivíduo senta-se de frente para o banco, colocando os pés no apoio com os joelhos estendidos. Depois ergue os braços e sobrepõe uma mão a outra. Flexionando o tronco, eleva as duas mãos para frente até que toque uma régua do banco, responsável pela marcação do desempenho no teste. O primeiro teste foi aplicado ao iniciarem a modalidade e o último após 36 sessões. Somente os exercícios de solo foram utilizados com uma frequência de três sessões semanais e com duração de 50 minutos. O efeito do treinamento na flexibilidade foi avaliado por meio do Teste T Paramétrico. Em todos os casos considerou-se p < 0,05. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os indivíduos avaliados apresentaram desempenho inicial de 20,3 ± 1,2 cm. No re-teste o desempenho foi de 24,6 ± 1,2 cm. De acordo com a tabela de Wells e Dillon [5], o desempenho pode ser classificado inicialmente como fraco e, posteriormente, como regular. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que a prática do método Pilates contribuiu com o aumento da flexibilidade em idosos. **BIBLIOGRAFIAS:** [1] FREITAS, F. S.; IBIAPINA, C. C.; ALVIM, C. G.; BRITTO, R. R.; PARREIRA, V. F. **Relação entre força de tosse e nível funcional em um grupo de idosos**. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, v. 14, n. 6, nov./dez. 2010. [2] Rodrigues BGS, Cader SA, Torres NVOB, et al. **Autonomia funcional de idosos praticantes de Pilates**. *Fisioterapia e Pesquisa* 17(4), 300-5, 2010. [3] Smith K, Smith E. **Integrating Pilates-based Core Strengthening Into Older Adult Fitness Programs: Implications for Practice**. *Top in Ger Rehab. Bone Health* 2005; 21(1): 57-67. , 1999. [4] ROCHA, Paulo Eduardo C. P. **Medidas e Avaliação: em ciências do esporte**. 4º Ed. Rio de Janeiro: SPRINT, 2000. NOGUEIRA, Écio M. **Alongamento para todos os esportes**. 2º Ed. Rio de Janeiro: SPRINT, 1998. [5] DANTAS, Estélio H. M. **Flexibilidade: alongamento, flexionamento**. 4. ed. Rio de Janeiro: Shape, 1999.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 – Educação Física

CBS 029

SATISFAÇÃO DOS PRATICANTES DE HIDROGINÁSTICA COM OS SERVIÇOS PRESTADOS POR UMA ESCOLA DE NATAÇÃO

Ana Carolina **MARTINS** (IC – carolinaanamartins@hotmail.com)¹, Hugo Guedes **VIANA** (IC)², Marcela Brum de **SOUZA** (IC)¹, Milayne Fumian Cruz **OLIVEIRA** (IC)¹, Thiago Silva de **PAULA** (IC)¹, Guilherme **TUCHER** (PQ)³

1-Curso de Educação Física; 2. Curso de Fisioterapia; 3. Professores Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

Palavras-chave: Satisfação, Qualidade de vida, Hidroginástica.

INTRODUÇÃO: As atitudes e os comportamentos físicos, psicológicos e sociais influenciam a qualidade de vida de um indivíduo. Cita-se como exemplo influenciador desses fatores a prática de exercícios físicos, a nutrição, o nível de relacionamento social e controle do estresse (GUISELINI, 1996) [1]. Tem-se aumentado o número de pessoas que buscam por uma vida saudável. Com isso as empresas veem uma necessidade de compreender o que seus clientes necessitam, afim de que possam garantir a satisfação e a sua permanência [2]. A prática de exercício físico realizado na água é uma forma de atividade física que sempre deu certo. (BONACHELA, 2004) [1]. Neste caso destaca-se a escolha pela hidroginástica por ser considerada uma atividade segura, prazerosa e de eficiente efeito terapêutico [4]. A procura por ações de qualidade pelos clientes que fazem exercício físico regular exige uma melhoria constante nas empresas que prestam este tipo de serviço. E esta qualidade começa na recepção, na qualidade das instalações físicas, simpatia e competência técnica dos funcionários [2]. Sabendo dessa complexa relação, o objetivo deste estudo foi avaliar a satisfação dos praticantes de hidroginástica com os serviços prestados por uma escola de natação. **MATERIAL E MÉTODOS:** Foram avaliados 23 praticantes de hidroginástica, de ambos os sexos. Os indivíduos possuem 14,24 ± 51,87 anos e fazem hidroginástica a pelo menos 3 anos. Os indivíduos foram avaliados por meio de um questionário com 5 perguntas fechadas relativas a satisfação com o serviço prestado pela escola de natação. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** De acordo com a satisfação constatou-se que 87% a melhoria da qualidade de vida é ótima, 13% acharam boa, 74% consideram seus professores e instrutores ótimos, 26% bons, 65% consideram conteúdos e atividades aplicadas nas aulas ótima, 35% bons, 43,5% considera as instalações e equipamentos ótimos, 43,5% bons, 13% regulares, 74% consideram a recepção da academia ótima, 14% boa e 12% regular. **CONCLUSÕES:** Conclui-se que são adequados os níveis de satisfação dos alunos com os serviços prestados pela escola de natação. Acredita-se este fator possa contribuir com sua permanência na prática da atividade. **TBIBLIOGRAFIA:** [1] VASCONCELOS, L. L.; CASTILHO, A. C.; VIEIRA, D.; GOMES, H. A.; CUSTÓDIO, M. V.; JUNIOR, G. B. V. **A hidroginástica na qualidade de vida.** Revista CPAQV - Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida - ISSN: 2178-7514 - v.1, n. 1, 2009; [2] TRAINOTI, M. C. **Análise da satisfação do cliente de uma academia de ginástica.** Socorro, Faculdades XV de Agosto – FAQ, 2006; [3] OLIVEIRA, C. F. **Percepção na melhoria da qualidade de vida por idosos praticantes de hidroginástica.** Formiga, Centro Universitário de Formiga – UNIFOR, 2013; e [4] ASSIS, E. L.; RABELO, H. T. **Percepção da capacidade funcional de mulheres idosas praticantes de hidroginástica.** Ipatinga: Revista Digital de Educação Física, v.1, ago.-dez. 2006. **Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 – Educação Física** **Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 - Fisioterapia e Terapia Ocupacional**

CBS 030

AÇÃO DA OXIGENOTERAPIA HIPERBÁRICA NA CICATRIZAÇÃO DE FERIDAS EM PACIENTES NO HOSPITAL SÃO PAULO DE MURIAÉ - MG

João Paulo Caldeira **BREIÃO** (IC – joaopaulo_breijao@hotmail.com)¹, Vinícius Sabadin **MENDONÇA**, Gisele de Souza **SILVA**, Raphael Furlani **CUMANI** (IC)¹, Mônica Félix de **ALVARENGA** (PQ)²

1-Curso de Enfermagem; 2. Professor Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé-Mg

Palavras-Chave: Hiperbárica, feridas, tratamento

INTRODUÇÃO: A oxigenoterapia hiperbárica é um método terapêutico através do qual o cliente respira oxigênio a 100% dentro de uma câmara, em uma pressão maior de até três vezes superior à pressão do ar atmosférico normal, que induz alterações positivas e significantes no processo de reparação tecidual [1] [3]. É um trabalho realizado por médicos, enfermeiros e técnicos especializados, com indicação nas doenças vasculares (adjuvante ao tratamento clínico ou cirúrgico), traumas (ortopedia), infecções, cirurgia geral, cirurgia plástica, entre outros [2]. A enfermagem possui um papel importante em pleno funcionamento de uma Unidade de Medicina Hiperbárica [3]. Foi realizado um estudo com três pacientes com feridas graves que foram submetidos à oxigenoterapia hiperbárica, com o objetivo de mostrar a efetividade deste tratamento na recuperação dos clientes e a relação da enfermagem com os mesmos. **MATERIAL E MÉTODOS:** O trabalho foi realizado no Hospital São Paulo e na empresa Serviço de Imagem por Diagnóstico (SEDIM), ambos na cidade de Muriaé – MG. Foram analisados o histórico e movimentação dos pacientes através de boletins de atendimentos e as imagens obtidas durante o tratamento. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O estudo foi realizado abordando três pacientes com diferentes tipos de patologias que submeteram ao tratamento de câmara hiperbárica. O primeiro cliente é portador de “pé diabético”, apresentando no início extensa lesão com perda de substância na região do calcâneo, tecido infectado, esfacelos e exposição de tendão, com possibilidades de amputação do pé. Permaneceu em terapia realizando sessenta e cinco sessões durante seis meses, gerando proliferação do tecido de granulação até cobrir toda a área ferida eliminando o risco de remoção do membro. A segunda paciente (pós-operatório de fratura exposta do tornozelo) apresentou ferida aberta com exposição de tendão. Foi submetida a trinta e cinco sessões durante cinquenta dias obtendo cobertura do tendão e completa cicatrização dos tecidos. A terceira cliente é diabética e foi acometida por úlcera de pressão na perna, apresentando a princípio ferida aberta com tecido de granulação e presença de secreção. Passou por oitenta sessões em um período de quatro meses, acarretando na extinção da secreção e completa cicatrização com aparecimento do tecido de epitelização. Juntamente com a hiperbárica, foi observado o trabalho da enfermagem realizando os curativos específicos sendo fundamental para o processo de cicatrização das feridas. **CONCLUSÕES:** Através deste estudo verifica-se que todos os pacientes submetidos a tratamento com câmara hiperbárica tiveram suas feridas cicatrizadas onde a atuação da enfermagem foi imprescindível neste processo através da troca eficaz de curativos. **AGRADECIMENTO:** Ao Hospital São Paulo, a empresa SEDIM pela coleta informações, a enfermeira Renata Calheiros da Comissão de Curativos do Serviço de Ortopedia e o Hiperbarista Dilcemar Antônio. **BIBLIOGRAFIA:** [1] LACERDA, E.P *et al.* Atuação da enfermagem no tratamento com oxigenoterapia hiperbárica. Rev. Latino-am Enfermagem 2006 janeiro – fevereiro; 14 (1):118-23. [2] Panfleto Informativo SEDIM, 2013. [3] MELO, N. R *et al.* Oxigenoterapia hiperbárica: evolução terapêutica no tratamento de feridas críticas – um estudo de caso, 2010.

Área do conhecimento: CNPq 4.04.00.00-0 – Enfermagem

CBS 031

AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS ADOLESCENTES SOBRE DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS, EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO INTERIOR DE MINAS GERAIS.

Lílian Fernanda Pereira Vaz **MACHADO** (IC-lilianfernanda80@yahoo.com.br)¹, Ellisson Cerqueira **FERREIRA** (IC)¹, Mariana Navarro Domingos dos **SANTOS** (IC)¹, Luciana Aurora **SILVA** (IC)¹, Taciana Gomes de **PAULA** (IC)¹, e Aline Ribeiro Murta **ABREU** (PQ)²

1. Curso de Enfermagem; 2. Professora Faculdade de Minas FAMINAS – 36878-000- MURIAÉ-MG.

Palavras-chave: Adolescência; Prevenção; Doenças sexualmente Transmissíveis.

INTRODUÇÃO: Antigamente as doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) eram conhecidas como doenças venéreas, onde um dos parceiros é o portador. Dentre todos os tipos existentes, muitas tem cura, outras no entanto, acompanham o portador pelo restante de sua vida, interferindo na saúde física e emocional. Um de seus principais agravantes é o preconceito. [1] A adolescência é o período de desenvolvimento que marca uma transição entre a infância e a fase adulta, caracterizada por mudanças fisiológicas, corporais, psicológicas e também sociais. Neste processo, os jovens estão vulneráveis, por suas características próprias, pela falta de experiência em lidar com seus próprios sentimentos e por nem sempre possuírem habilidades para a tomada de decisões importantes. Com isso, é durante a adolescência que se verifica a maior incidência de DSTs. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde, grande parte dos adolescentes tem iniciado sua vida sexual precocemente. [2]. Geralmente a atividade sexual na adolescência não é planejada e na maioria das vezes é escondida, o que torna mais difícil o acompanhamento e o uso de medidas para a prevenção, diminuindo consequentemente o conhecimento dos jovens a respeito dessas doenças, como lidar e como se prevenir. [3]. Este estudo analisou o conhecimento adquirido pelos adolescentes sobre doenças sexualmente transmissíveis, suas formas de transmissão, prevenção, e consequências, em uma escola pública do interior de Minas Gerais. **MATERIAL E METODOS:** Os dados foram coletados no município de Muriaé, MG, na escola Estadual Professor Mário Macedo, os sujeitos da pesquisa foram adolescentes na faixa etária de 14 a 19 anos, que responderam a um questionário elaborado exclusivamente para esta pesquisa, contendo 7 questões sobre DSTs. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Dos entrevistados, a maioria tem entre 14 e 15 anos 75% seguido de 25% que tem entre 16 a 19 anos. Predominou-se o sexo feminino 65% em relação ao masculino 25%. 52,5% afirmam saber o que é uma DST enquanto 47,5% não souberam identificar. Sobre a forma de se adquirir 60% afirmam conhecer e 40% desconhecem. Ao serem questionados sobre as formas de prevenção 67,5% sabem e 32,5% não conhecem. Sobre as consequências de uma DST, a maioria 55% não tem nenhum conhecimento, mas 45% relatam saber. O estudo revela que ainda falta muita informação, o que interfere no aumento dessas patologias. Embora a maioria saiba como adquirir e como se prevenir, poucos colocam em prática seus conhecimentos. **CONCLUSÃO:** Quando o assunto é uma doença sexualmente transmissível, o diagnóstico precoce é fundamental para o tratamento. Muitas podem ser curadas e as que não podem ser saradas, são plenamente controladas, para que a doença não afete efetivamente a vida do indivíduo. Para tais diagnósticos é preciso que as pessoas estejam sempre atentas aos sintomas. Grande parte dos entrevistados desconhecem as consequências de uma DST, e ainda há muitos que não sabem informações básicas, como adquirir e como se prevenir. É preciso intervenções educativas, que divulguem a necessidade da prevenção e as consequências que uma DST pode causar na vida do indivíduo. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Disponível em: <<http://proporcaodevida.blogspot.com.br/2011/03/tudo-sobre-doenças-sexualmente.html>> Acessado em 24/07/2014. [2] Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v43n3/a08v43n3.pdf>> Acessado em 24/07/14. [3] Disponível em: <http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=103> Acessado em 25/07/14.

Área do conhecimento (CNPq): 4.04.00.00-0 - Enfermagem

CBS 032

AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS PRÉ-ADOLESCENTES A RESPEITO DA VACINA CONTRA O PAPILOMA VÍRUS HUMANO

Paloma Martins **SILVA** (IC – martinssilvapaloma@yahoo.com.br)¹, Nathany da Rocha **NAVAS** (IC)¹, Francielle Braga de **SOUSA** (IC)¹, Mariana Aparecida Gonçalves **ARAÚJO** (IC)¹, Thamyres Rezende **FURTADO** (IC)¹, Soraya Lucia do Carmo da Silva **LOURES** (PQ)²

1-Curso de Enfermagem; 2. Professor Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000

Palavras-Chave: Alunos; Papiloma Vírus Humano; Vacina.

INTRODUÇÃO: O Papiloma Vírus Humano (HPV), agente infeccioso de transmissão sexual comum e membro da família *Papovaviridae*, é frequente na região ano-genital, causando lesões verrugosas cutâneas ou mucosas e é o principal fator etiológico da neoplasia do colo de útero [1]. A vacina contra o HPV é importante para reduzir a incidência do câncer cervical uterino e poupar gastos referentes à saúde, mas é indispensável que a vacina seja aceita pela população, para tal tarefa será necessário o envolvimento dos conhecimentos e habilidades dos profissionais de saúde [2]. O objetivo deste trabalho foi avaliar o conhecimento dos pré-adolescentes a respeito da vacina contra o HPV. **MATERIAL E MÉTODOS:** O levantamento foi realizado na Escola Estadual Engenheiro Orlando Flores (EEEOF) em Muriaé-MG através da aplicação de um questionário semiestruturado, contendo 10 questões objetivas e 3 discursivas, abordando o conhecimento de 80 alunos entre 11 e 13 anos a respeito da vacinação contra o HPV. A pesquisa ocorreu em julho de 2014. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O ministério da saúde iniciou nas escolas a campanha de vacinação em março de 2014, apenas para meninas na faixa etária entre 11 a 13 anos, sendo que todas as meninas entrevistadas foram vacinadas. Com a pesquisa constatou-se que dos alunos e alunas entrevistadas apenas 3,75% possuíam conhecimento prévio sobre a vacina, 26,25% descobriram sua existência na escola, 17,5% na televisão, rádio ou jornal e 6,25% no posto de saúde, no período da campanha. Quando questionados sobre o vírus HPV apenas 12,5% disseram conhecer suas características e 87,5% não souberam contra quais subtipos virais a vacina protege, o que revela a falta de informação dos alunos sobre o assunto. Quanto à vacina, 26,25% responderam corretamente em quantas doses é administrada, 32,5% sabem seu efeito sobre o sistema imunológico, 23,75% afirmaram que ela mata o vírus, 3,75% responderam que é tratamento para pessoas infectadas e 40% não souberam responder, em contra partida, 47,5% dos alunos sabem que uma pessoa infectada pelo HPV pode receber a vacina, mas apenas 5% explicaram corretamente o porquê. Em relação à faixa etária alvo do ministério da saúde para vacinação, 63% dos alunos acertaram, mas 90% não sabem que a vacina é disponível em clínicas particulares para pessoas em qualquer faixa etária, essa falta de conhecimento pode impedir indivíduos de adquirirem a vacina e apesar de 88,75% dos alunos considerarem a vacinação uma iniciativa importante para melhoria da qualidade de vida, apenas 62,5% deles sabem o objetivo da campanha. **CONCLUSÕES:** A partir do estudo realizado, conclui-se que o nível de conhecimento dos pré-adolescentes sobre a vacina contra o HPV é insatisfatório e deficiente, pois muitos conhecem o mínimo sobre a vacina e o vírus HPV ou possuem informações errôneas. Para mudar esse quadro podem ser realizadas palestras e campanhas para divulgação da vacina. **AGRADECIMENTO:** À EEEOF pelo apoio concedido. **BIBLIOGRAFIA:** [1] CASTRO, Therezita M.P.G. et al. Manifestações orais associada ao papilomavírus humano (hpv) conceitos atuais: revisão bibliográfica. **Rev. Bras. Otorrinolaringol.**, São Paulo, v. 70, n. 4, Aug. 2004. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-72992004000400017](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-72992004000400017&lng=en&nrm=iso)>. access on 25 July 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-72992004000400017>. [2] ALIGIERI, Paulo. Pais e médicos precisam conhecer e recomendar as vacinas contra HPV. **Rev. Assoc. Med. Bras.**, São Paulo, v. 53, n. 4, Aug. 2007. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-42302007000400001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-42302007000400001&lng=en&nrm=iso)>. access on 25 July 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-42302007000400001>.

Área do conhecimento: CNPq 4.04.00.00-0 – Enfermagem

Anália Aparecida de **PAIVA** (IC - analiapaiva1@gmail.com)¹, Caiana Souza de **OLIVEIRA** (IC)², Naiara Caroline e **SILVA** (IC)², Lais **FERREIRA** (IC)², Alexandra Aparecida Ribeiro **VIEIRA**(IC)², Soraya Lúcia do Carmo Silva **LOURES** (PQ)³.

1. Enfermagem; 2. Ciências Contábeis; 3. Professor. Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Serviços de Saúde; SUS; Saúde do Idoso.

INTRODUÇÃO: O crescimento da população idosa tem provocado grandes alterações no Sistema Único de Saúde (SUS), devido ao aumento das demandas, marcadas pelos problemas de saúde de longa duração e a utilização de procedimentos terapêuticos de alto custo. Este impacto será ainda maior no futuro, no sentido da economia, do mercado de trabalho e nas relações sociais [1]. O cuidado com os idosos implica ofertar serviços cuja estrutura apresente características que possibilitem o acesso e o acolhimento adequado, respeitando as limitações desses idosos [2]. Os funcionários da Unidade Básica de Saúde (UBS) devem estar capacitados para elaborar e executar ações para este grupo populacional. Esta exigência se torna mais relevante quando se identifica a carência de especialistas e de serviços especializados neste núcleo de conhecimento à disposição do SUS [3]. O objetivo deste trabalho foi avaliar a efetividade dos acessos dos serviços de saúde aos idosos. **MATERIAL E MÉTODOS:** Realizado uma pesquisa quali- quantitativa, através de um questionário com 10 questões abordando à satisfação da oferta e utilização dos serviços de saúde, com amostra de 20 idosos usuários da UBS de Miradouro-MG, que assinaram o termo de consentimento livre esclarecido segundo a Resolução 196 da FAMINAS- Faculdade de Minas **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Dos 20 idosos estudados 45% apresentam idade entre 70 e 80 anos, e relatam o principal motivo para a não utilização dos serviços, mesmo precisando, é a demora da solicitação até a marcação da consulta. 25% desses idosos de 70 a 80 anos questionam a distância para chegar ao local da consulta pela dificuldade de caminhar cerca de um quilômetro. 100% dos idosos relatam ainda o problema de esperar horas para ser atendido no local da consulta, as adequações da estrutura física e falta de cadeira de rodas nas unidades de saúde, devido a suas dificuldades de ajoelhar, subir degraus e curvar-se. Dos 55% de idosos que estavam entre 60 a 70 anos reclamam da qualidade do atendimento, a falta de especialistas e os poucos exames ofertados pelo SUS. Quanto aos tratamentos especializados, apenas 33% dos 20 idosos tratam no SUS e estão no grupo de 60 a 70 anos, os outros 67%, não o fazem devido à dificuldade para conseguir fichas e para realizar o tratamento, além de poucos especialistas. Todos os 20 idosos relatam precisar dos serviços de saúde e que o serviço que mais utilizam é o da farmácia pública onde pegam medicações, afirmando que o fato de não comprar os remédios ofertados pelo SUS representa uma grande ajuda financeira no orçamento de casa. Tais fatos comprovam o quanto é importante uma maior e melhora das ofertas de serviços a essa população idosa na unidade de saúde pública.

CONCLUSÕES: Conclui-se através deste estudo, que apesar de vários estratégias e programas estarem sendo implantados, afins da melhoria da saúde do idoso, percebe-se a vulnerabilidade e insatisfação dos idosos frente ao tratamento recebido nas unidades básicas de saúde. O SUS encontra-se despreparado de um atendimento dentro das necessidades e capacidades funcionais dos idosos, deparando-se com a inadequação do modelo de atenção, indo principalmente contra os princípios de humanização, do acolhimento, da equidade e do direito aos serviços, indicando a necessidade de ampliar e qualificar o acesso dos idosos as UBS's, frente as suas particularidades e vulnerabilidades. **BIBLIOGRAFIA:** [1] LUECKENOTTE, Annette Giesler. **Avaliação em Gerontologia**. 3 ed. Rio de Janeiro. Reichamann & Affonso, 2002 [2] PAPALEO Netto, Matheus. **Tratado de Gerontologia**. 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2007. [3] BRASIL. **Atenção a Saúde da Pessoa Idosa e Envelhecimento**. 1 ed. Brasília, 2010.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.04.00.00-0 – Enfermagem

Millena Valdiero **MARTINS** (IC – millenavaldiero@yahoo.com.br)¹, Douglas Moreira **CAMERINI** (IC)¹, Monique Fernandes **SILVA** (IC)¹, Rogério de Souza da **SILVA** (IC)¹, Ana Maria Luciano Ligeiro da **MATA** (PQ)²

1-Curso de Enfermagem; 2. Professor- Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé-M

Palavras-Chave: Insuficiência Renal Crônica, Hemodiálise, Qualidade de Vida.

INTRODUÇÃO: A insuficiência renal crônica (IRC) é um sério problema de saúde pública no Brasil, caracterizada pela perda progressiva e irreversível da função renal, tendo como principal causa o diabetes mellitus e a hipertensão arterial, sendo diagnosticada com dados de anamnese, exame físico e exames complementares [1]. A hemodiálise surge como tratamento para remover as substâncias não suportáveis como a creatinina e a ureia, além de eliminar o excesso de água no organismo [1]. O objetivo desta pesquisa foi identificar os principais fatores que influenciam a adesão ao tratamento de IRC em hemodiálise.

MATERIAIS E MÉTODOS: A pesquisa foi realizada no setor de Hemodiálise da Casa de Caridade Muriaé Hospital São Paulo, na cidade de Muriaé – MG. O roteiro da entrevista foi usado, contendo um questionário com dezoito perguntas abertas e fechadas, em sorteio aleatório dos pacientes visando atingir os objetivos propostos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram incluídos neste estudo, 30 pacientes, destes 80% do sexo masculino, sendo 66,7% na faixa etária inferior a 60 anos de idade, variando de 25 a 59 anos. Dos entrevistados, quanto a escolaridade 46.6% tem ensino fundamental incompleto; 13.3% ensino fundamental completo; 13.3% ensino médio incompleto; 20% ensino médio completo; 6.66% foram para ensino superior mais não concluíram. Os resultados estão expressos na tabela abaixo. Tabela 1 - Distribuição dos fatores que dificultam a adesão ao tratamento de hemodiálise dos 30 pacientes entrevistados. Casa de Caridade de Muriaé – Hospital São Paulo, Muriaé - MG, 2014.

Fatores	N	%
Transporte	06	20,0
Horário do tratamento	17	56,6
Frequência das sessões	14	46,6
Tempo de duração da diálise	17	56,6
Dor na punção da fístula arteriovenosa	12	40,0
Distância	06	20,0
Fatores financeiros	15	50,0
Limitação do laser	30	100
Depressão	07	23,3
Restrição hídrica	23	76,6
Não trabalhar	24	80,0
Dependência de acompanhantes	08	26,6
Dificuldade em entendimento do tratamento	23	76,6
Uso de Cateter Duplo Lúmen	05	16,6
Complicações durante diálise	08	26,6
Aceitação da doença	27	90,0
Medo da morte	02	6,6

***Mais de uma dificuldade por paciente**

As limitações impostas por este procedimento interferem na qualidade de vida dos portadores de IRC [2]. Com relação as características, os achados condizem que a baixa escolaridade apresentada pela grande maioria pode estar ligada a falta de conhecimento e informação sobre a doença, o que gera a não aceitação ao tratamento, interferindo diretamente na qualidade de vida desses pacientes. **CONCLUSÕES:** Os portadores de IRC apresentam limitações impostas pela doença, que influenciam a adesão ao tratamento de hemodiálise, sendo os principais a limitação ao lazer, aceitação da doença, restrição hídrica, não trabalhar, dificuldade de entender sobre o tratamento, horário e tempo de duração da diálise. **AGRADECIMENTOS:** Ao Hospital São Paulo pela coleta de dados. **BIBLIOGRAFIA:** [1] www.sbn.org.br [2] MADEIRO, Antônio Cláudio et al. Adesão de portadores de insuficiência renal crônica ao tratamento de hemodiálise. Acta paul. enferm. [online]. 2010, vol.23, n.4, pp. 546-551. ISSN 0103-2100. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21002010000400016>>. Acesso em 12/04/2014.

Área do conhecimento: CNPq 4.04.00.00-0 – Enfermagem

CBS 035

FATORES QUE INFLUENCIAM NA REALIZAÇÃO DO EXAME PAPANICOLAU NA CIDADE DE MIRADOURO

Anália Aparecida de **PAIVA** (IC - analiapaiva1@gmail.com)¹, Hediane Garcia **SILVA** (IC)¹, Flávia Fialho **CAMPOS** (IC)¹, Cauara Souza de **OLIVEIRA**(IC)², Claudinéia Aparecida Pasco de **ASSIS** (IC)², Soraya Lúcia do Carmo Silva **LOURES** (PQ)³.

1. Enfermagem; 2. Ciências Contábeis; 3. Professor. Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Exame Papanicolau; Saúde da Mulher; Câncer Uterino.

INTRODUÇÃO: O câncer de colo de útero é um importante problema na saúde pública e sua identificação precoce aumenta a probabilidade de cura. O principal instrumento utilizado na detecção precoce deste câncer é o Exame Papanicolau [1]. O Exame Papanicolau é um teste realizado para detectar alterações nas células do colo do útero, em geral, se não houver alteração, o exame poderá ser feito no intervalo de 1 ano ou a cada 3 anos, devendo considerar o resultado e a periodicidade com que a mulher vem realizando seu exame [2]. - Considerando que o câncer uterino é uma neoplasia que apresenta elevada taxa de incidência e de mortalidade, passível de detecção precoce e de cura quando realizado diagnóstico em seu início, é interessante compreender o que leva a mulher a não fazê-lo [3]. O objetivo deste estudo foi analisar os motivos que influenciam as mulheres na realização do Exame Papanicolau. **MATERIAL E MÉTODOS:** Foi realizada uma pesquisa quali- quantitativa, através da aplicação de um questionário com 10 perguntas sobre a realização do Exame Papanicolau, com amostragem de 30 mulheres mediante assinatura do termo de consentimento livre esclarecido segundo a Resolução 196 da FAMINAS- Faculdade de Minas na cidade de Miradouro - MG. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Das 30 mulheres entrevistadas, 7 (23,4%) tinham idade de 18 a 23 anos e não haviam realizado o Exame Papanicolau, por sentimento de medo e vergonha na realização do exame. 13 (43,3%) mulheres estavam na faixa etária de 25 a 30 anos e apenas 7 já haviam realizado o exame porém, o faz em espaços de tempo maior que o padronizado por sentimento de vergonha e constrangimento, as outras 6 mulheres desta faixa etária que ainda não tinham realizado o exame preventivo relatam que o maior motivo da não realização é de se despir e expor as partes íntimas na frente de uma pessoa estranha, principalmente de um homem (médico ou enfermeiro). As outras 10 (33,3%) mulheres de idade entre 31 e 35 anos já haviam realizado o exame, porém acha desnecessário e relatam que na família tem mulheres que nunca fizeram o exame preventivo e ninguém teve câncer. 100% das mulheres abordam as dificuldades do acesso ao serviço no SUS (Sistema Único de Saúde) e a demora do resultado a chegar. É notável neste estudo que quanto mais jovens as mulheres menos elas realizam o Exame Papanicolau, seja por medo, vergonha, constrangimento ou mesmo a dificuldade de acesso ao serviço. No entanto as mulheres que apresentam maior idade apesar de já terem realizado o exame, não o fazem regularmente pelos mesmos motivos das mulheres mais jovens. **CONCLUSÕES:** Conclui-se neste estudo que apesar de diferentes idades entre as mulheres, quando se trata da realização do Exame Papanicolau os fatores que influenciam na efetivação do exame são os mesmos. Constatando-se o quanto é importante o profissional da saúde (enfermeiro) definir estratégias e intervenções mais eficientes e adequadas para desmistificar medos e preconceitos das mulheres quanto exame, através de medidas educativas, na melhora da cobertura dos exames e do rastreamento daquelas que nunca o realizaram ou que não o realizam nos períodos recomendados. Só através da conscientização da importância do exame a cerca de sua saúde, que haverá a diminuição da mortalidade por câncer de colo de útero e melhora da qualidade de vida das mesmas. **BIBLIOGRAFIA:** [1] COSTA, Edson Lisboa Ferreira da. **1800 Testes em Ginecologia e Obstetrícia**. São Paulo: Atheneu, 2000 [2] TOY, Eugene C. et al. **Casos Clínicos em Ginecologia e Obstetrícia**. Porto Alegre: Artmed, 2004; [3] SAMPAIO J.G, Diógenes M.R.A, Rodrigues D.P. **Prevenção do Câncer Ginecológico: Fatores que Interferem na Sua Realização**. Enfermagem Atual, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6: p. 37-42, 2001.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.04.00.00-0 – Enfermagem

CBS 036

IMPORTÂNCIA DA APLICAÇÃO DA ESCALA DE BRADEN PARA REDUÇÃO DA INCIDÊNCIA DE ÚLCERA POR PRESSÃO

Gisele de Souza **SILVA** (IC- gisele_souza15@hotmail.com)¹, Elidiane Aparecida **PILLER** (IC)¹, Alice **FREITAS** (IC)¹, Taciana Gomes de **PAULA** (IC)¹, Wesley Vieira **MORAES** (IC)², Soraya Lucia do Carmo da Silva **LOURES** (PQ)¹.

1-Curso de Enfermagem; 2. Curso de Farmácia; 3. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras- chaves: Úlcera por pressão; Escala de Braden; incidência.

INTRODUÇÃO: A prevalência de úlceras por pressão (UP) nas instituições hospitalares representa maiores gastos para estas, maior tempo de internação, piora na qualidade de vida e aumento da morbimortalidade desses pacientes. Úlcera por pressão é definida como uma lesão localizada na pele e/ou no tecido ou estrutura subjacente, geralmente sobre uma proeminência óssea, resultante de pressão isolada ou de pressão combinada com fricção e/ou cisalhamento [1]. O instrumento utilizado para avaliação dos pacientes é a Escala de Braden [2]. As prescrições de enfermagem são realizadas pelo enfermeiro, visando a monitorar o estado de saúde do paciente. O objetivo deste estudo é avaliar a utilização e aplicação desta escala, a redução da incidência do desenvolvimento de úlcera por pressão e medidas preventivas através da realização da prescrição de enfermagem em pacientes avaliados com alto risco e risco muito alto para desenvolver UP. **MATERIAL E MÉTODOS:** O estudo foi realizado no Hospital do Câncer Fundação Cristiano Varella, no setor da Unidade de Internação Clínica, com pacientes entre os sexos masculino e feminino no período de julho a novembro do ano de dois mil e treze. Trata-se de uma pesquisa de campo de caráter descritivo e análise quantitativa. Os dados foram coletados através de um programa informatizado da Instituição com o nome de INTERACT SA e SISTEMA MV2000i. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A pesquisa realizada se baseia na escala de Braden que fornece parâmetros para avaliação e suas subescalas como: percepção sensorial, umidade, atividade, mobilidade, nutrição, fricção e cisalhamento. Cada subescala tem pontuação que varia de um a quatro, com exceção do domínio fricção e cisalhamento (varia de um a três). Os escores totais da Escala de Braden variam de seis a vinte e três pontos (sem risco, baixo risco, risco moderado, alto risco, risco muito alto), sendo que valores mais altos indicam baixo risco de formação de UP e valores baixos indicam alto risco de ocorrência desse tipo de lesão [2]. Foram admitidos e avaliados um total de trezentos e vinte pacientes, dentre os quais cento e cinquenta pacientes apresentaram escore com alto risco e/ou risco muito alto. Destes, somente treze desenvolveram úlcera por pressão durante o período de internação que foi superior a quinze dias, sendo nove pacientes do sexo masculino e quatro pacientes do sexo feminino, com prevalência de idade acima de 50 anos. Apresentaram úlceras com estágio 1, 2, 3 e 4 nas regiões sacral e trocanter. **CONCLUSÕES:** Através dos estudos realizados conclui-se que, os resultados obtidos nos deram uma impressão positiva sobre uma unidade em questão, percebendo a importância da utilização da Escala de Braden pelo profissional enfermeiro como ferramenta para o planejamento da assistência de enfermagem, prestada juntamente com as ações já implementadas e aderidas por toda equipe minimizando os riscos e promovendo a saúde. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ROGNSKI NM, SANTOS VLGC. Estudos sobre a incidência de úlceras por pressão em um hospital universitário. Rev Latino-Am Enfermagem. 2005; 13:474-80; [2] SOUZA, CA; SANTOS, I; SILVA, LD Lolita. Aplicando recomendações da escala de Braden e prevenindo úlceras por pressão – evidências do cuidar em enfermagem. Revista Brasileira de Enfermagem, v.59, n 3, p. 279-84, 2006; [3] INTERACT SA 6.4. INTERACT- Sistema informatizado SA 6.4 (Produção). Fundação Cristiano Varella. Acesso em 19 de fevereiro de 2014; [4] SISTEMA MV2000i- Sistema Informatizado. Fundação Cristiano Varella. Acesso em 12 de dezembro de 2013.

Área do conhecimento do (CNPq): 4.04.00.00-0 - Enfermagem

CBS 037

IMPORTÂNCIA DO ENVOLVIMENTO PATERNO NAS CONSULTAS DE PRÉ-NATAL: PERCEPÇÃO DA GESTANTE

Raquel Luciana RIBEIRO (IC – rachel.enfer@hotmail.com)¹, Marly Cristina FERNANDES (IC)¹, Ana Clara R. Caldas ANDRADE (IC)¹, Kellen Saraiva dos SANTOS (IC)¹, Ana Flávia Freitas DIAS (IQ)², Ana Maria Luciano LIGEIRO (PQ)⁴.

1. Curso de Enfermagem; 2. Curso de Fisioterapia; 3. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé- MG.

Palavras-Chave: Pré-natal; Pai; Saúde.

INTRODUÇÃO: A gravidez é um momento de mudanças, transformações e incertezas que ocorrem não só na vida da mãe mais também do pai, tanto em nível biológico, psicológico e social [1]. A gestação deveria representar para o casal um período de adaptação e preparo para os novos papéis que deverão assumir, no entanto, inúmeros são os fatores que dificultam e até impedem esse envolvimento. O envolvimento do pai no período do pré-natal é muito importante não só como apoio emocional para a gestante, mas também para a construção de vínculo afetivo com o bebê [2]. Gestantes revelam que o distanciamento do homem no processo de gestação gera sentimentos de solidão e vazio [3]. O objetivo deste estudo é avaliar a percepção das gestantes em relação à importância do pai na participação das consultas de pré-natal, e caracterizar os fatores que interferem na participação ou não dessas consultas. **MATERIAL E MÉTODOS:** O estudo foi realizado no bairro São Cristóvão na cidade de Muriaé-MG, de março a abril de 2014, com aplicação de um questionário semi-estruturado a 12 gestantes. As participantes foram informadas sobre o objetivo da pesquisa e concordaram com a participação, assinando um termo de consentimento livre esclarecido conforme Conselho Nacional Saúde 196/96. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Das 12 gestantes que responderam o questionário, com idade de 18 a 36 anos, (33%) relataram ser a primeira gestação, (58%) haviam completado o ensino médio e nenhuma tinha nível superior. Todas as gestantes realizaram o pré-natal no SUS. Em relação ao comparecimento à consulta do pré-natal, (33%) relataram estarem sozinhas e (67%) acompanhadas por pessoas da família, sendo (16%) a minoria pelo marido. A participação nas consultas do pré-natal constitui uma oportunidade para os pais se sentirem mais próximos. Todas as gestantes alegaram saber que os pais podem participar da consulta, (75%) acham importante a participação do pai, e (25%) não acham importante. Dentre os motivos que influenciaram a não participação do pai na consulta de pré-natal, destaca-se (78%) a coincidência do horário de trabalho do pai com a consulta, tempo disponível, e até mesmo a não aceitação da gestante. **CONCLUSÕES:** Conclui-se que a participação do pai nas consultas de pré-natal ainda é pouca e que, mesmo a maioria das gestantes relataram que é importante a participação pouco é feito para incentivar. Os profissionais de saúde precisam sensibilizar os futuros pais, para o envolvimento deles no acompanhamento das gestantes e no cuidado dos bebês, tornando o processo de viver a paternidade mais participativo e presente. E até mesmo conhecer os motivos da não aceitação das gestantes em relação à participação, trabalhando este processo. A participação ativa desse momento permite compreender melhor o que está acontecendo com o bebê e com eles próprios.

AGRADECIMENTOS: À FAMINAS, pela oportunidade.

BIBLIOGRAFIA: [1] Disponível em <<http://www.unifra.br/eventos/sepe2012/Trabalhos/6715.pdf>>

acesso em: 15 janeiro 2014; Pai presente: A importância da presença do pai na gestação e no nascimento de seu filho. [2] PESAMOSCA, Lucélia Garlet; et. al. Percepção de gestantes acerca da importância do envolvimento paterno nas consultas pré-natal: um olhar de gênero. *Rev. Reme*, vol.12.2; ISSN: 1415-2762; 2008. [3] FREITAS, Waglânia de Mendonça Faustino. *Sentir-se pai: a vivência masculina sob o olhar de gênero*. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23(1):137-145, jan, 2007.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.04.00.00-0 - Enfermagem

CBS 038

INCIDÊNCIA DE ACIDENTES DE TRABALHO COM PÉRFURO CORTANTE COM PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM NA CASA DE CARIDADE MURIAÉ HOSPITAL SÃO PAULO- MG

Mariana Aparecida Gonçalves ARAÚJO (IC – marianatec@hotmail.com)¹, Mônica Félix de Alvarenga (PQ)²

1-Curso de Enfermagem; 2.Professor Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000

Palavras-Chave: Perfuro cortante, Acidente, Enfermagem

INTRODUÇÃO: O ambiente hospitalar oferece vários riscos para saúde dos trabalhadores, principalmente os de enfermagem onde são expostos a fatores químicos, físicos, ergonômicos, mecânicos e biológicos podendo acarretar doenças ocupacionais e acidentes, principalmente os perfuro cortantes [2]. Estes emitem riscos nas transmissões de HIV e Hepatites B e C através de fluidos corporais como o sangue [1]. Segundo o CDC (Centers for Disease Control), a avaliação anual de acidentes com perfuro cortantes em trabalhadores da saúde nos hospitais é de 384.325 casos, o risco de contaminação com o vírus HIV é de 0,3%, vírus Hepatite B é de 6% a 30%, e o risco de contaminação é de 0,5% a 2% para Hepatite C [2]. A carência de estatísticas sobre estes acidentes impedem que medidas preventivas sejam implantadas [1]. O objetivo foi levantar o número de acidentes ocorridos com profissionais de enfermagem entre janeiro/2010 a maio/2014 na CCM-HSP (Casa de Caridade Muriaé Hospital São Paulo) no município de Muriaé – MG. **MATERIAL E MÉTODOS:** Realizou-se um estudo descritivo de caráter retrospectivo, com análise dos acidentes ocupacionais ocorridos entre janeiro/2010 a maio/2014, notificados ao SESMT ocorridos na CCM-HSP em Muriaé – MG. A pesquisa ocorreu de abril a junho de 2014. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A CCM-HSP conta atualmente com 355 funcionários no quadro de enfermagem, dentre eles auxiliares, técnicos e enfermeiros expostos interruptamente a cuidados diretos aos pacientes. Analisando os acidentes de trabalho notificados pelo SESMT no período de janeiro de 2010 até maio de 2014, ocorreram 190 acidentes de trabalho, 84 (44,21%) foi com perfuro cortante uma média de 1,58 acidentes/mês; 106 (55,79%) correspondem aos demais sendo graves, biológico, trajeto e outros. Segundo a categoria profissional dos acidentados com perfuro cortante, 7,15% correspondem aos enfermeiros, 10,71% aos auxiliares e 82,14% aos técnicos de enfermagem. Esta última categoria representa maior contingente, sua exposição direta com o paciente aumenta os riscos de sofrer acidentes. Em relação ao material, 61 (72,69%) ocorreram por meio de agulhas, 8 (9,52%) por scalp, 7 (8,33%) causados por lâminas de bisturi e os demais 8 (9,46%) incidiram por meio de ampolas, vidros, pinças e fios. **CONCLUSÕES:** Diante dos resultados, conclui-se que o índice de acidente com perfuro cortantes é alto comparado aos demais. Observa-se que todas as categorias estão propícias a acidentes de trabalho e que os técnicos foram os que mais se acidentaram devido à maior exposição ao paciente. Faz-se necessário a realização de treinamentos aos trabalhadores, expondo riscos iminentes e buscando alternativas de minimizar os acidentes, investindo em dispositivos de segurança proporcionando melhor manipulação e descarte dos materiais de risco. **AGRADECIMENTO:** À CCM- Hospital São Paulo por proporcionar a realização do trabalho. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRANDI, Simone; BENATTI, Maria Cecília Cardoso; ALEXANDRE, Neusa Maria Costa. Ocorrência de acidente do trabalho por material perfurocortante entre trabalhadores de enfermagem de um hospital universitário da cidade de Campinas, estado de São Paulo. *Rev. esc. enferm. USP*, São Paulo, v. 32, n. 2, Aug. 1998. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62341998000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso 22/07/2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-62341998000200005>. [2] MARZIALE, Maria Helena Palucci; RODRIGUES, Christiane Mariani. A produção científica sobre os acidentes de trabalho com material perfurocortante entre trabalhadores de enfermagem. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 10, n. 4, July 2002. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692002000400015&lng=en&nrm=iso>. Acesso 22/07/2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692002000400015>.

Área do conhecimento: CNPq 4.04.00.00-0 – Enfermagem

INSUFICIÊNCIA RENAL CRÔNICA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE TRATAMENTO RENAL

Millena Valdiero **MARTINS** (IC – millenavaldiero@yahoo.com.br)¹, Douglas Moreira **CAMERINI** (IC)¹, Monique Fernandes **SILVA** (IC)¹, Rogério de Souza da **SILVA** (IC)¹, Ana Maria Luciano Ligeiro da **MATA** (PQ)²

1-Curso de Enfermagem; 2. Professor Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé-Mg

Palavras-Chave: Insuficiência Renal Crônica, Transplante Renal, Qualidade de Vida

INTRODUÇÃO: A insuficiência renal crônica (IRC) consiste na redução da capacidade dos rins em filtrar substâncias tóxicas, acarretando alterações metabólicas e hormonais [1], frequentemente ligada a condições intra-renais ou pela complicação de doenças sistêmicas como diabetes mellitus e hipertensão arterial, sendo diagnosticada com dados de anamnese, exame físico e exames laboratoriais [2]. Os portadores são submetidos a tratamentos de substituição desta função através de diálise ou transplante renal, para que haja manutenção da vida [3]. Foi realizado um estudo de caso com um portador de IRC após apresentar quadro clínico de anasarca e dispneia associada com diabetes mellitus tipo 1 e hipertensão arterial sistêmica, ao ser submetido ao tratamento de hemodiálise por alguns anos, foi contemplado com transplante renal. O objetivo desta pesquisa é fazer uma relação entre a doença, o tratamento e a qualidade de vida do paciente. **MATERIAIS E MÉTODOS:** A pesquisa foi realizada no Município de Muriaé - MG, com um paciente transplantado renal, residente no mesmo, através de entrevista, dados de anamnese e exame físico visando atingir objetivos propostos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O estudo de caso foi realizado com o paciente M.P.P.P, 37 anos, solteiro, trabalhava como cobrador de ônibus, morador da cidade de Muriaé – MG. Paciente apresenta como fator de risco diabetes mellitus do tipo 1 e HAS (Hipertensão Arterial Sistêmica) com antecedentes morbidos de risco. Há 4 anos atrás, apresentou retinopatia diabética associada com quadro de anasarca, dispneia e alteração da função renal, diagnosticado como portador de IRC, sendo submetido a tratamento de hemodiálise, colocando sua esperança de vida na possibilidade de transplante. Após quatro anos em hemodiálise, submeteu-se a um transplante renal de um cadáver, não havendo mais a necessidade de tratamento de hemodiálise, mantendo seu bem-estar biopsicossocial. Entretanto, mesmo com um transplante bem sucedido, após a alta e com o enxerto funcionando, o paciente continua a viver com uma doença crônica. Consultas hospitalares com regularidade são necessárias e podem gerar estresse, especialmente nos primeiros seis meses, quando são mais frequentes. Quando o intenso contato com sistema de saúde diminui, o retorno a um estilo de vida normal (diferente, entretanto do estilo de vida anterior à doença renal) traz esperanças na retomada à vida profissional, o convívio com a família e outras responsabilidades. **CONCLUSÕES:** A incidência de IRC tem aumentado em todo mundo, porém, à melhora dos recursos disponíveis para tratamento da substituição da função renal e de diversas doenças, como diabetes, problemas cardiovasculares e câncer, obteve grande avanço com o rápido crescimento e aprimoramento dos métodos [3]. Os tratamentos atualmente disponíveis substituem a função renal aliviando os sintomas da doença e podem preservar a vida do paciente melhorando a qualidade de vida. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde (2002). Estudo epidemiológico brasileiro sobre terapia renal substitutiva [Versão Preliminar]. Brasília, DF: Autor. [2] www.sbn.org.br [3] RAVAGNANI, Leda Maria Branco; DOMINGOS, Neide Aparecida Micelli and MIYAZAKI, Maria Cristina de Oliveira Santos. Qualidade de vida e estratégias de enfrentamento em pacientes submetidos a transplante renal. *Estud. psicol. (Natal)* [online]. 2007, vol.12, n.2, pp. 177-184. ISSN 1413-294X. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2007000200010>. 06 de Junho 2014

Área do conhecimento: CNPq 4.04.00.00-0 - Enfermagem

PARTO NORMAL OU CESÁREO: ANÁLISE DAS CRENÇAS E FATORES CULTURAIS QUE DETERMINAM A SUA ESCOLHA

Raquel Luciana **RIBEIRO** (IC – rachel.enfer@hotmail.com)¹, Marly Cristina **FERNANDES** (IC)¹, Ana Clara R. Caldas **ANDRADE** (IC)¹, Kellen Saraiva dos **SANTOS** (IC)¹, Ana Flávia Freitas **DIAS** (IQ)², Ana Maria Luciano **LIGEIRO**(PQ)³.

1- Curso de Enfermagem; 2. Curso de Fisioterapia; 3. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé- MG.

Palavras-Chave: Gestante; Tipo de Parto; Pré-Natal.

INTRODUÇÃO: No Brasil o Ministério de Saúde tem incentivado o parto normal por meio de campanhas, programas e outros, por defender que este tipo de parto oferece menor risco para mãe/filho, menor risco de infecção e complicações, dentre outras vantagens, mesmo assim os índices de cesáreas no Brasil mantêm-se elevados. Antes as cesáreas eram realizadas apenas em situações em que o parto vaginal colocasse a vida materna ou fetal em risco [1]. As expectativas da mulher quanto à via de parto são conseqüência de como as informações estão disponíveis ou são acessíveis a ela. Estes elementos são interpretados de acordo com a história de vida de cada uma, crenças e fatores culturais. Nesse sentido, a orientação pré-natal tem alto potencial educativo [2]. O objetivo deste estudo é analisar as crenças e fatores culturais apresentados pelas gestantes que determinam a escolha pelo parto normal ou cesariano. **MATERIAL E MÉTODOS:** O estudo foi realizado no bairro São Cristóvão na cidade de Muriaé-MG, de março a abril de 2014, com aplicação de um questionário semi-estruturado a 12 gestantes. As participantes foram informadas sobre o objetivo da pesquisa e concordaram com a participação, assinando um termo de consentimento livre esclarecido conforme Conselho Nacional Saúde 196/96. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Das 12 gestantes que responderam o questionário, com idade de 18 a 36 anos, 4 são nulíparas e 8 múltíparas, 58% haviam completado o ensino médio e nenhuma tinha nível superior. Todas as gestantes realizaram o pré-natal no SUS. Em relação à preferência pelo tipo de parto verificamos que a maioria (58%) apresentava preferência pelo parto normal, em geral a maioria temem em sentir dor e sofrer. A dor permanece como item mais recordado na parturição, as gestantes a descrevem como presente em todo momento, porém a relatam como tolerável, e que permite o retorno das atividades diárias mais cedo em relação ao parto cesariano. Por outro lado, percebem que, no parto cesário, a dor está ausente, inicialmente, mas surge como conseqüência do procedimento, ocasionando incapacidade, (42%) optaram por cesariana e relataram a escolha devido a laqueadura tubárea ou por não terem passagem e por último foi citado a dor. As maiores fontes de informações da gestação/parto apresentadas pelas gestantes foram família e internet. Ao indagarmos se as dúvidas existentes estão sendo respondidas e esclarecidas pelos médicos, todas disseram que sim e que estão satisfeitas com o acompanhamento ao pré-natal. **CONCLUSÕES:** Conclui-se com este trabalho que apesar do índice das cesarianas estarem aumentando no Brasil, percebesse que as crenças e fatores culturais são importantes e influenciam na escolha do parto, demonstrando que a educação em saúde poderia ser mais intensificada com as gestantes durante o programa de pré-natal, uma vez que as mesmas relatam que se houvessem palestras outras dúvidas em relação à gestação poderiam ser esclarecidas, pois a falta de tempo e o rápido atendimento médico impedem que isso ocorra. É de fundamental importância que o profissional de saúde respeite a bagagem cultural de cada gestante, sem desqualificar sua crença a respeito da vida e do parto, cabe ao profissional prestar assistência adequada no período gestacional, passando tranquilidade, e esclarecendo as dúvidas e anseios. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS, pela oportunidade. **BIBLIOGRAFIA:** [1] MELCHIORI, Lígia Ebner, et.al; **Preferência de Gestantes pelo Parto Normal ou Cesariano.** Interação em Psicologia, 2009, 13(1), p. 13-23. [2] Aspectos relacionados à preferência pela via de parto em um hospital universitário. *Rev. da AMRIGS*, Porto Alegre, 55 (3): 260-268, jul.-set. 2011. **Área do Conhecimento (CNPq): 4.04.00.00-0 – Enfermagem**

CBS 041

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO E ANÁLISE MICROBIOLÓGICA DE PACIENTES COM INFECÇÃO DO TRATO URINÁRIO POR USO CONTÍNUO DE CATETER VESICAL EM HOSPITAL ONCOLÓGICO

Elidiane Aparecida **PILLER** (IC - elidianepiller@hotmail.com)¹, Gisele de Souza **SILVA** (IC)¹, Wesley Vieira **MORAES** (IC)¹, Francielle Braga de **OLIVEIRA** (IC)¹, Taciana Gomes de **PAULA** (IC)¹, Aline Ribeiro **MURTA** (PQ)²

1. Curso de Enfermagem; 2. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Infecção do trato urinário, cateter vesical, bactérias.

INTRODUÇÃO: A infecção do trato urinário (ITU) é considerada a mais frequente infecção relacionada assistência à saúde, correspondendo aproximadamente 30 a 40% dos casos e cerca de 80% delas geralmente são associadas ao uso de cateter urinário ou realização de procedimentos para diagnósticos ou terapêuticos de patologias urinárias [1]. Estima-se que cerca de 20% a 50% dos pacientes hospitalizados são submetidos a cateterismo vesical e alguns estudos sugerem que até de 38% dos médicos desconhecem que o seu paciente está sondado, o que contribui para que o cateter vesical (CV) seja mantido além do tempo necessário [2]. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa de campo de caráter descritivo e análise quantitativa dos dados. Os dados foram coletados na Fundação Cristiano Varella (FCV) na cidade de Muriaé – MG, sendo este, um hospital de grande porte com aproximadamente 146 leitos que oferece serviços especializados em oncologia. A amostra foi constituída a partir da análise dos 3.156 pacientes hospitalizados submetidos ao cateterismo vesical no período de janeiro a dezembro de 2013, sendo todos contabilizados e acompanhados pelo Serviço de Controle de Infecção Hospitalar (SCIH) da própria instituição. **RESULTADOS:** Mediante a análise dos dados observa-se que o processo de Infecção Trato Urinário (ITU), classificado como hospitalar, ocorreu em apenas 12 casos (0,39%). Sendo que 7 casos (58,3%) ocorreram em mulheres com faixa etária de 55 aos 77 anos, 6 casos ocorreram em mulheres com faixa etária de 50 a 60 anos e 01 caso ocorreu na faixa etária de 70 a 80 anos. Quanto ao sexo masculino a prevalência foi de apenas 5 casos de ITU (41,6%), a faixa etária acometida ocorreu da seguinte forma: 03 casos entre 60 a 70 anos e 02 casos de 70 a 80 anos. Quanto aos fatores que desencadearam as infecções observamos que 75% (n=9) dos casos de ITU estão relacionados ao tempo prolongado do uso do cateter enquanto 25% (n=3) estão relacionados à possível contaminação durante o cateterismo vesical, múltiplas sondagens, obstrução urinária ou patologia de base. Ao analisar os microrganismos observa-se que as bactérias prevalentes na coleta de dados foram *Enterobacter spp* com 50% (n=6), *Escherichia coli* com 33,33% (n=4) e *Klebsiella spp* com 16,6% (n=2). **CONCLUSÃO:** Os resultados analisados nos mostram excelentes dados mediante as barreiras implantadas pela instituição. A taxa obtida encontra-se abaixo dos parâmetros relatados em alguns estudos sobre incidência de ITU. Foi possível prevenir um percentual de infecções de 99,61%. Com o aumento de bactérias multiresistentes torna-se necessário a implantação de medidas para seu controle, já que é problema bastante atual e muito prevalente. Portanto, a Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH) deve definir, divulgar e monitorar o que é aceitável como uso apropriado do cateterismo vesical de demora, realizando um processo educativo permanente junto às equipes médicas-cirúrgicas e profissionais de enfermagem. **REFERÊNCIAS:** [1] PERDIZ, L. B. PARREIRA, F. C. **Prevenção e Controle de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde.** Sarvier, 2012. [2] CONTERNO, L. D. LOBO, J. A.; MASSON, W. Uso excessivo do cateter vesical em pacientes internados em enfermarias de hospital universitário. **Rev Esc Enferm, USP 2011; 45(5):1089-96.** [3] BARROS, S. D. A. et al. Infecção do trato urinário relacionada ao cateter: perfil de sensibilidade antimicrobiana. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, vol. 14, núm. 5, 2013, pp. 1005-1013 Universidade Federal do Ceará Fortaleza, Brasil. [3] INTERACT SA 6.4. INTERACT- Sistema informatizado SA 6.4 (Produção). Fundação Cristiano Varella. Acesso em 24 de abril de 2014. **Área do Conhecimento (CNPq): 4.04.00.00-0 – Enfermagem**

CBS 042

ANÁLISE DE ÁCIDO FOSFÓRICO E SACAROSE EM REFRIGERANTES A BASE DE COLA.

Lorena Dornelas Souza de **ALBERGARIA** (IC - lorenad.albergaria@hotmail.com)¹ Michely Mirian Rodrigues **CARDOSO** (IC)¹, Samuel Ferreira da Silva (PQ)²

1. Curso de Farmácia; 2. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: Refrigerante é uma bebida não alcoólica, carbonatada, com alto poder refrescante[1]. Entre os ingredientes que compõem o refrigerante podemos citar: metais, ácido cítrico, água, ácido fosfórico, açúcar, entre outros[1]. Objetivo deste trabalho foi realizar análises físico-químicas para verificação da qualidade dos refrigerantes. **MATERIAL E MÉTODOS:** Adquiriu-se uma amostra de ácido fosfórico PA (A) e oito amostras de refrigerantes a base de cola na cidade de Muriaé/MG entre meses de abril e maio de 2014, sendo amostras (B), (C), (D), (E) e (F) do tipo comum; (G) e (H) tipo light, e amostra (I) diet. As amostras foram submetidas a análises qualitativas de sacarose e (%) de ácido fosfórico por titulação potenciométrica (utilizando derivadas primeira e segunda no OringimPro8). e titulação colorimétrica seguindo el[2] e [3]. **RESULTADO E DISCUSSÃO:** Análise de sacarose em refrigerante tipo cola: As amostras B à F apresentaram tonalidade preta, aspecto viscoso e aumento de temperatura, amostras G, H e I, não apresentaram mudanças, estando dentro do padrão estabelecido, inclusive as amostras G, H e I que não possuíam sacarose em sua composição. Titulações colorimétrica e potenciométrica do ácido fosfórico P.A e em refrigerantes a base de cola. Os valores em percentual obtidos para ácido fosfórico PA foram 80% e 85% (%m/V) respectivamente, demonstrando a eficácia da titulação potenciométrica em relação a colorimétrica, uma vez que o ácido fosfórico P.A tem pureza de 85% (descrito no rótulo). Na determinação de ácido fosfórico nas amostras B, utilizou o mesmo procedimento potenciométrico da amostra (A) pois a titulação potenciométrica mostrou-se mais precisa e confiável. Os resultados estão mostrados no quadro 1.

Quadro 1: Valores obtidos através de titulação potenciométrica de refrigerantes a base de cola.

Amostras	Volumes de NaOH 0,1 M consumidos em mL				H ₃ PO ₄ (%m/v)
	1ª derivada		2ª derivada		
	1º PE	2º PE	1º PE	2º PE	
B	1,9	4,49	1,99	4,49	0,0550
C	1,5	4,01	1,51	4,01	0,0491
D	2,0	3,5	2,0	3,5	0,0428
E	-	-	1,5	3,5	0,0428
F	-	-	1,5	3,5	0,0427
G	1,5	3,98	1,5	3,49	0,0487
H	1,0	2,99	1,0	2,99	0,0366
I	1,5	3,47	1,5	3,47	0,0425

*PE=Ponto de Equivalência

Os percentuais obtidos de H₃PO₄ para as amostras mostra que as mesmas estão dentro percentual estipulados pela ANVISA, 0,07% m/v. **CONCLUSÃO:** As amostras se mostraram dentro dos padrões descritos em seus rótulos originais, tanto para as análises de sacarose e titulações, mas a titulação potenciométrica mostrou-se mais eficientes quando comparada com a titulação colorimétrica. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS e ao professor Samuel pela dedicação. **BIBLIOGRAFIA**[1] PALHA, P.G. Tecnologia de refrigerantes. Rio de Janeiro: AmBev, 2005. [2] INSTITUTO ADOLFO LUTZ. **Normas Analíticas do Instituto Adolfo Lutz**. v.1. Métodos químicos e físicos para análise de alimentos. 3.ed. São Paulo: IMESP, 1985. p.406; [3] **Pesquisa de sacarose em refrigerantes “zero açúcar”**. Disponível em: <<http://www.abq.org.br/cbq/2010/trabalhos/10/10-417-7054.htm>> acesso em 10. abr. 2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.03.00.00-5- Farmácia

ANÁLISE DE DOSEAMENTO DE LOSARTANA POTÁSSICA POR ESPECTOFOTOMETRIA – UV E TITULAÇÃO

Randara Caneschi **SANTOS** (IC –randaracaneschi@hotmail.com)¹
Mila Silva **RIBEIRO**¹ Mariana Condé **GOMES**¹ Maria Eliza Franzini
GONÇALVES¹ Samuel Ferreira da **SILVA** (PQ)²

1-Curso de Farmácia 2. Professores Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Validação, Losartana potássica, controle de qualidade

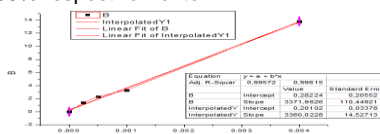
INTRODUÇÃO: Losartana é fármaco anti-hipertensivo de uso extensivo, onde esse se expande para outras doenças de ordem cardíaca, cujo efeito se assemelha com os inibidores da ECA. O objetivo deste trabalho é realizar o doseamento de Losartana 50mg por titulação em meio anidro, e pelo método espectrofotometria/UV. **MATERIAL E METODOS:** Foram analisadas a matéria-prima e duas marcas diferentes, referência e genérica de Losartana na forma farmacêutica comprimidos 50 mg, que foram submetidas ao doseamento por métodos de titulação potenciométrica com ácido perclórico 0,1 M SV, utilizando as derivadas primeira e segunda com gráficos plotados no OriginPro8, para detecção do volume exato no ponto de equivalência e da espectrofotometria/UV em 290nm. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** No método Titulométrico, foi analisada a matéria prima, onde serviu de parâmetro para as análises realizadas posteriormente nos comprimidos. No doseamento dos comprimidos foram utilizados 20 comprimidos para a realização do peso médio, onde foram pesados individualmente em uma balança analítica. Ao determinar o teor de pureza, determinou-se o valor de 98% respectivamente entre as duas amostras. Tal resultado pode ser demonstrado pela determinação da derivada primeira (Gráfico 1), onde determina que é satisfatório o resultado ao verificar a monografia de Losartana devendo conter de 98% a 101,0% de pureza.



(GRÁFICO 1) Derivada primeira

de Losartana potássica

A partir da realização espectrofotométrica/UV foram preparadas cinco soluções, utilizando o Metanol, nas concentrações de 0,0025, 0,0005, 0,001, 0,002 e 0,004 mg/mL, determinou-se a pureza de 99,8% na matéria -prima, dados obtidos a partir da absorbância e do cálculo da equação da reta $Y = 0,28224 + 3371,9626.X$ obtendo um $r = 0,998$. A partir da varredura realizada do solvente e de soluções amostra e padrão, comprovou-se a especificidade do método, uma vez que o mesmo não sofreu interferência do solvente utilizado no comprimento de onda de detecção. Os espectros da varredura das soluções padrão e amostra foram idênticos, com pico em 290nm. Ao realizar a curva de calibração (Gráfico 2) nas amostras obteve-se resultados satisfatórios em relação a matéria prima, obtendo-se valores de 98% respectivamente.



(GRÁFICO 2) Gráfico espectrofotométrico UV de Losartana

CONCLUSÃO Conclui-se que os métodos de validação para Losartana, se mostraram eficientes. A partir deste trabalho é válido constatar que as amostras A e B analisadas obtiveram resultados satisfatórios de qualidade pelos métodos analisados. Tanto a amostra A quanto B se enquadraram no teor de doseamento ao comparar com a monografia de Losartana potássica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: [1] SGARBOSA Raul, PASCHOL José, **Validação do método titulométrico em meio não – aquoso, para determinação de losartan potássico.** UNESP 2011. [2] **Desenvolvimento de procedimentos analíticos em sistemas de análise em fluxo empregando multicomutação para a determinação de anti-hipertensivos,** SANCHEZ Amorim Mariana, Universidade de São Paulo Instituto de Química 2011. [3] **Farmacopeia brasileira 5ª Edição,** ANVISA, 2010. [4] **TECNICAS DE CARACTERIZAÇÃO ESPECTROSCOPIA DE INFRAVERMELHO,** 2012.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.03.00.00-5- Farmácia

ANÁLISE DO POTENCIAL DE AÇÃO DA ATIVIDADE ANTIMICROBIANA DO GEL DE NATROSOL CONTENDO COMO PRINCÍPIO ATIVO O EXTRATO GLICÓLICO DE *Handroanthus impetiginosus* FRENTE ÀS CEPAS DE *Staphylococcus aureus* e *Escherichia coli*

Wesley Vieira **MORAES**, (IC – owenmoraes@hotmail.com)¹,
Fernanda Alves **MATHIAS** (IC)¹, Amanda Laviola de **ANDRADE** (IC)¹, Ronaldo José Pacheco **JÚNIOR** (IC)¹, Micheline Luiza de Souza **LOPES** (PQ)² e Juliana Maria Rocha e Silva **CRESPO** (PQ)²

1. Curso de Farmácia; 2. Professor/Orientador Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Plantas Medicinais; *Staphylococcus aureus*; *Escherichia coli*

INTRODUÇÃO: As plantas são o único recurso terapêutico utilizado por mais de 2/3 da população mundial devido a fatores interferentes ligados ao baixo nível de vida da população mundial e o alto valor dos medicamentos, evidenciando em voga o consumo de fitoterápicos [1]. Desde o século XVII, agentes antimicrobianos vêm sendo utilizados com finalidade de tratar doenças infecciosas [2]. Os *Ipês* são encontrados geralmente nas regiões neotropicais e segundo a medicina popular, a entrecasca do ipê é que possui atividades terapêuticas, sendo a mais comum, anti-inflamatória [3]. Este estudo objetivou analisar e verificar o potencial de ação antimicrobiana do Gel de Natrosol a 1% contendo como princípio ativo o extrato glicólico de *Handroanthus impetiginosus* nas concentrações de 5%, 3%, 1% e extrato bruto, frente a cepas de *S. aureus* e *E. coli*. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Para a obtenção do extrato glicólico da planta seca foi utilizado o Processo B de obtenção de Extratos Fluidos da Farmacopeia Brasileira 5ª Ed. A planta utilizada foi o ipê roxo rasurado. Foi preparado o Gel de Natrosol a 1%. Não foi utilizado nenhum tipo de conservante para evitar interferência nos resultados. O extrato foi incorporado ao gel nas concentrações de 5%, 3% e 1%. Foram preparadas placas de Petri contendo Agar Müller-Hinton. As placas foram identificadas e inoculadas em toda sua superfície com *S. aureus* e *E. coli*. Os extratos foram adicionados em poços equidistantes nas diferentes concentrações e o extrato bruto. O controle positivo foi realizado com Triclosan 1% e para o negativo, somente o gel. **RESULTADO**

E DISCUSSÃO: Estudos anteriores apontam para atividade antimicrobiana do Ipê roxo utilizando um líquido extrator etanólico [3]. O gel de Natrosol contendo o extrato glicólico de Ipê Roxo a 5% mostrou-se mais eficaz contra *S. aureus* (gram-positivo), não mostrando diferença significativa para a concentração dos extratos a 3% e 1%. Já o extrato puro, evidenciou praticamente inibição completa da placa. Entretanto, as concentrações de 5%, 3% e do extrato puro se mostraram mais eficaz para a *E. coli* (gram-negativo). **CONCLUSÕES:** Este estudo evidenciou atividade antimicrobiana com presença de halos de inibição nas diferentes concentrações e no extrato bruto, corroborando com resultados satisfatórios; mostrando que o Ipê Roxo é mais seletivo para as bactérias gram-positivas do que para as gram-negativas. Sendo assim verifica-se a necessidade de realizar novos testes para corroborar o potencial antimicrobiano da planta *Handroanthus impetiginosus* (Ipê Roxo). Contudo, as doenças infecciosas ainda são uma das principais causas de morte no mundo, sendo de significativa importância o desenvolvimento de novos compostos antimicrobianos. Nesse contexto as plantas podem ser uma boa fonte para direcionar a busca por compostos promissores. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ARGENTA, S. C. et al. Plantas medicinais: Cultura popular versus Ciência. **Vivências:** Revista Eletrônica de Extensão da URI - Vol.7, N.12: p.51-60, Maio/2011. [2] SOFIATI, F. T. **Estudo fitoquímico e atividades biológicas preliminares de extratos de polygonum acre h.b.k. (polygonaceae) e Synadenium carinatum boiss (euphorbiaceae).** Dissertação (mestrado) - universidade estadual paulista "Julio de Mesquita Filho" Faculdade de Ciências Farmacêuticas - Câmpus de Araraquara/SP, 2009. [3] FERREIRA, L. M. D. A. **Isolamento de microorganismos endofíticos do ipê roxo (tabebuia avellanadae) e avaliação da atividade antimicrobiana.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Biológicas, Biotecnologia Industrial, 2012.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.03.00.00-5 – Farmácia

CBS 045

ANÁLISE DO USO DE MEDICAMENTOS POR IDOSOS EM UMA CASA DE ASSISTÊNCIA NA CIDADE DE MURIAÉ

Ronaldo José Pacheco JUNIOR (IC – ronaldojr_pacheco@hotmail.com)¹, Ana Karlla Furtado de MIRANDA (IC)¹, Schirleiny Schmith NOVAES (IC)¹, Wesley Vieira MORAES (IC)¹, Felipe Ferreira de SOUZA (IC)¹, Juliana Maria Rocha e Silva CRESPO (PQ)²

1-Curso de Bacharelado em Farmácia; 2. Professor Orientador Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Medicamentos, Perfil, Idosos.

INTRODUÇÃO: A proporção de idosos vem crescendo mais rapidamente que a proporção de crianças, seguindo uma tendência mundial. Se em 1980 existiam 16 idosos para cada 100 crianças, em 2000 essa relação passou para quase 30 idosos para cada 100 crianças [1]. A população idosa apresenta níveis de morbidade maiores que o da população em geral, com maior consumo de medicamentos e procura por serviços de saúde. Os medicamentos estão entre as intervenções mais utilizadas e de grande valor no tratamento de doenças nesse grupo etário, aumentando a sobrevida e melhorando a qualidade de vida [2]. Diante do exposto, o objetivo desse estudo é avaliar o uso de medicamentos por idosos pertencentes a uma casa de assistência a idosos de Muriaé – MG.

MATERIAL E MÉTODOS: O presente trabalho se baseou em um estudo transversal, comparativo e descritivo das classes terapêuticas de medicamentos dos prontuários e receituários de 42 idosos pertencentes a uma casa de assistência a idosos da cidade de Muriaé – MG. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Após a análise dos dados pode-se perceber que do total de 42 idosos 64,2% são do sexo feminino e 36,8% do sexo masculino, com média de idade de aproximadamente 69,7 anos. Quanto a classe terapêutica dos medicamentos utilizados pelos mesmos, constatou-se que 68,9% dos idosos fazem uso de medicamentos cardiovasculares, 37,4% sistema nervoso, 12% antiinflamatórios, 10,15% gastrointestinais, 29,12% hipoglicemiantes orais, 25% analgésicos, 19% usavam outras classes terapêuticas e 8% não utilizavam nenhum medicamento. As classes terapêuticas mais utilizadas por idosos são os medicamentos cardiovasculares e de ação no sistema nervoso, sendo amplamente prescritos pelos médicos, visto que as doenças cardiovasculares e neurológicas vem liderando as causas de morbi-mortalidade em indivíduos com idade acima de 65 anos [3]. Além disso, observou-se elevado consumo de analgésicos e de gastrointestinais, revelando o desconforto eminente dos idosos em aliviar ou eliminar suas dores agudas. Tal fato merece atenção dos profissionais de saúde no sentido de orientar quanto a possíveis casos de interações medicamentosas e redundância.

CONCLUSÕES: Conclui-se que as classes de medicamentos mais utilizadas pelos idosos seriam os cardiovasculares e os neurológicos o que já se era previsto devido a grande incidência presente na literatura [4]. Considera-se também a partir dos estudos que a grande maioria dos idosos pertencentes a casa de assistência em estudo fazem uso concomitante de cinco ou mais fármacos o que se torna indispensável a presença do profissional farmacêutico auxiliando no tratamento dos pacientes evitando complicações como interações medicamentosas e administração incorreta.

AGRADECIMENTO: À FAMINAS pela oportunidade, e a Orientadora JULIANA CRESPO pelo incentivo a pesquisa científica, apoio e orientações. **BIBLIOGRAFIA:** [1] JACOB FILHO, W. **Promoção da saúde do idoso: um desafio interdisciplinar.** In: JACOB FILHO, W.; CARVALHO FILHO, E. T. (Org.). *Promoção da saúde do idoso.* São Paulo: Lemos, 1998. p. 1-7. [2] LOYOLA FILHO, A. L. et al. **Influência da renda na associação entre disfunção cognitiva e polifarmácia: Projeto Bambuí.** Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 89-99, 2008. [3] Travassos C, Viacava F. **Acesso e uso de serviços de saúde em idosos residentes em áreas rurais, Brasil, 1998 e 2003.** Cad Saúde Pública 2007; 23:2490-502. [4] Cesar JA, Oliveira-Filho JA, Bess G, Cegielka R, Machado J, Gonçalves TS, et al. **Perfil dos idosos residentes em dois municípios pobres das regiões Norte e Nordeste do Brasil: resultados de estudo transversal de base populacional.** Cad Saúde Pública 2008; 24:1835-45.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.03.00.00-5 – Farmácia

CBS 046

ANÁLISE DOS PARÂMETROS DE CONTROLE DE QUALIDADE PARA MATÉRIA-PRIMA DE FLUCONAZOL E FÓRMULA FARMACÊUTICA CÁPSULAS, COMERCIALIZADAS EM RECREIO-MG

Marcos Peres VICENTE (IC – marcospvicente@gmail.com)¹, Felipe Giraldo Dias BAESSO (IC)¹, Aurelio Baesso BICALHO (IC)¹, Gabriel Vicente Coelho da SILVA (IC)¹- Samuel Ferreira da SILVA(PQ)²

1-Curso de Farmácia; 2. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Fluconazol e qualidade.

INTRODUÇÃO: O fluconazol é caracterizado como um pó branco ou quase branco, inodoro, de massa molecular de 306,27 g/mol. Apresenta faixa de fusão de 138°C a 140°C, é facilmente solúvel em metanol, pouco solúvel em água, muito pouco solúvel em tolueno, solúvel em álcool, solúvel em acetona, ligeiramente solúvel em isopropanol e clorofórmio. Possui identificação por espectrofotometria no infravermelho e no espectrofotômetro no UV-visível [1]. O fluconazol é um antifúngico que é derivado triazólico resultante da substituição do anel imidazólico por triazólico, o que proporciona um amplo espectro de ação e seletividade [2]. Possui grande atividade sobre várias espécies de fungos causadores de micoses cutâneas e mucocutâneas, como tratamento de histoplasmose, blastomicose, candidíase e utilizado também em vários casos de meningites fúngicas [3]. O objetivo deste trabalho, foi analisar os parâmetros de controle de qualidade para matéria prima de fluconazol e forma farmacêutica cápsula, de acordo com as técnicas descritas na farmacopeia brasileira 5ª edição (2010).

MATERIAL E MÉTODOS: Foi analisado o fluconazol de referência, similar, genérico e a matéria-prima, que foi adquirida juntamente com seu certificado de análise do controle de qualidade, e tomada como objeto de comparação para as amostras. Os testes de caracterização, para a matéria-prima, foram efetuados de acordo com a farmacopeia 5ª edição, utilizando os métodos de ponto de fusão, solubilidade e perda por dessecação. Além do percentual de princípio ativo, que contém cada amostra. Para a determinação do teor de fluconazol, preparou-se uma solução de fluconazol padrão de acordo com a farmacopeia 5ª edição, diluiu-se em 10 réplicas com concentrações finais de 200mg/mL para cada amostra de medicamento, suas leituras de absorvâncias foram efetuadas contra o branco de hidróxido de sódio 0,1M a 261nm, e os seus valores foram calculados a partir da absorvâncias em relação ao padrão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Os testes de caracterização da matéria-prima, estão dentro dos valores fornecidos pelo laudo e de acordo com a Farmacopéia Brasileira 5ª edição. Além do percentual encontrado, que esta dentro do esperado, que é de 98% a 102% de princípio ativo. **CONCLUSÃO:** De acordo com as amostras analisadas, a matéria-prima apresentou uma qualidade satisfatória. Todos os lotes dos medicamentos analisados, estão de acordo com as especificações estabelecidas pela farmacopeia brasileira 5ª edição. De acordo os testes realizados, os medicamentos se encontram dentro dos padrões para o uso terapêutico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: [1] BRASIL - **Farmacopeia Brasileira.** 5ª ed. Brasília, 2010. [2] COELHO, Helenilze; et al. **Análise químico-farmacêutica do fluconazol e especialidade farmacêutica cápsula.** In: Revista Brasileira de Ciências farmacêutica, *Brazilian Journal of Pharmaceutical Sciences.* Vol.40,n.2.abr/jun.,2004. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbcf/v40n2/13.pdf>>. Acesso em: 26 de maio de 2013. [3] SEVERINO, Patrícia; et al. **Absorção Intestinal e Estabilidade Físico-química em Preparações Extemporâneas de Fluconazol.** In: *Latin American Journal of Pharmacy.* (Formerly Acta Farmacêutica Bonarense). *Lat.Am.J.Pharm.*26(5):744-7(2007).

Área do Conhecimento (CNPq): 4.03.00.00-5- Farmácia

CBS 047

ANÁLISE DOS PARÂMETROS DE QUALIDADES NOS COMPRIMIDOS DE VITAMINA C COMERCIALIZADOS EM MURIAÉ- MG

Marcos Peres VICENTE (IC – marcospvicente@gmail.com)¹, Felipe Giraldi Dias BAESSO (IC)¹, Aurelio Baesso BICALHO (IC)¹, Gabriel Vicente Coelho da SILVA (IC)¹- Samuel Ferreira da SILVA (PQ)²

1. Curso de Farmácia; 2. Professor -Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 -Muriaé- MG

Palavras-Chave: vitamina c, ácido ascórbico, qualidade.

INTRODUÇÃO: O ácido 2,3-enediol-L-gulônico, chamado de vitamina c ou ácido ascórbico. É caracterizado como um pó fino, cristalino, branco ou ligeiramente amarelo, inodoro e de sabor ácido. Apresenta faixa de fusão entre 189 e 192°C, é solúvel em água, pouco solúvel em etanol e acetona e insolúvel em éter etílico [1]. O ácido ascórbico é conhecido como promotor de diversos processos bioquímicos e fisiológicos, é necessário para formação do colágeno, para o metabolismo de ácido fólico, fenilalanina, tirosina, ferro, histamina e para reparação de alguns tecidos corporais. A vitamina C é sintetizada por plantas e quase todos os animais, exceto o homem. Assim, este deve adquiri-la por meio da ingestão de alimentos [2]. A Farmacopeia Brasileira 5ª edição determina que cada comprimido deve conter, no mínimo, 90,0% e, no máximo, 110,0% da quantidade declarada de ácido ascórbico [3]. O presente trabalho tem objetivo de analisar a quantidade de vitamina C em cada comprimido. **MATERIAL E MÉTODO:** As amostras de comprimidos de vitamina c foram coletadas no comércio de Muriaé-MG. Analisou-se 3 amostras de marcas comerciais e duas manipuladas, seguindo os métodos de doseamento da Farmacopeia Brasileira 5ª ed. e do Adolfo Lutz. As quais foram codificadas de "A a E", e avaliou-se o teor de ácido ascórbico presentes em cada amostra. Os valores obtidos foram determinados pela média entre as repetições das amostras. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Nos testes de doseamento, foi determinada a concentração do ácido ascórbico nos comprimidos. Através do volume gasto da solução de iodato de potássio, pôde-se calcular o seu teor com base nos dados da Farmacopéia Brasileira 5ª edição (2010), onde cada 1 ml da solução titulante corresponde a 8,806 mg de ácido ascórbico. Os métodos para determinação da qualidade dos comprimidos de vitamina c das cinco amostras diferentes foram feitos com o peso médio de 20 comprimidos de cada amostra e os resultados dos doseamentos estão representados na tabela 1.

TABELA 1: Teor de ácido ascórbico (200mg), encontrada por amostra

TEORES AVALIADOS	
MEDICAMENTO	PERCENTUAL DE ÁCIDO ASCÓRBICO
MEDICAMENTO A	102
MEDICAMENTO B	103
MEDICAMENTO C	102
MEDICAMENTO D	101,7
MEDICAMENTO E	104,2

CONCLUSÃO: As 5 amostras de comprimidos de ácido ascórbico submetidos ao teste de doseamento, mostraram-se ser de um lote dentro dos padrões da Farmacopéia, portanto de qualidade satisfatória. Esses resultados mostram que com testes simples, como titulação o farmacêutico pode ajudar a melhorar a qualidade dos medicamentos. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:** [1] BRASIL - Farmacopeia Brasileira. 5 ed. Brasília, 2010.[2] DE LIMA, Bráulio Vaz ; VILELA, Anderson Ferreira; ANDRADE, Carlos Eduardo Oliveira. Avaliação da qualidade de comprimidos de ácido ascórbico comercializados nas farmácias de Timóteo – mg. Centro Universitário do Leste de Minas Gerais – UnilesteMG, Ipatinga-MG. Revista Farmácia & Ciência. Disponível em: <http://www.unilestemg.br/farmaciaciencia/volume2>. Acesso em: 10 Out. 2012. [3] PEIXOTO, M. M.; SANTOS JUNIOR, A. F.; SANTOS, C. A. A.; CAETITÊ JUNIOR, E. Avaliação da qualidade de comprimidos de captopril dispensados em Feira de Santana – BA. Infarma, v.16, n.13-14, p. 69–73, 2005.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.03.00.00-5- Farmácia

CBS 048

ANÁLISE DOS PARÂMETROS POTENCIOMÉTRICOS E ESPECTROFOTOMETRIA NA REGIÃO ULTRAVIOLETA DO FLUCONAZOL

Marcos Peres VICENTE (IC – marcospvicente@gmail.com)¹, Gabriel Vicente Coelho da SILVA (IC)¹, Felipe Giraldi Dias BAESSO (IC)¹, Aurelio Baesso BICALHO (IC)¹, Samuel Ferreira da SILVA(PQ)²

1- Curso de Farmácia; 2. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Fluconazol, potenciometria e espectrofotometria

INTRODUÇÃO: O antifúngico fluconazol é um derivado triazólico, obtido a partir da substituição do anel imidazólico por um triazólico, proporcionando assim um aumento na sua ação e sua seletividade [2]. A intercambialidade dos medicamentos, deve ser assegurada não somente pela avaliação da qualidade da matéria-prima empregada, mas também mediante a estudos de bioequivalência, equivalência farmacêutica e biodisponibilidade [1]. O fluconazol possui uma meia-vida de aproximadamente 25 horas, sendo que 90% de sua forma inalterada é excretada pela urina e 10% pelas fezes, possui uma grande biodisponibilidade e a sua absorção independe do pH gástrico [3]. O objetivo deste trabalho, foi identificar e dosear as amostras de fluconazol, seguindo técnicas descritas na farmacopeia brasileira 5ª edição (2010). **MATERIAL E MÉTODOS:** A titulação em meio não aquoso (potenciométrica), foi feita utilizando-se o pHmetro e Espectrofotometria de absorção no ultra violeta, conforme descrito na Farmacopéia Brasileira 5ª Edição (2010). Para a determinação da espectrofotometria na região do ultravioleta, preparou-se uma solução de fluconazol, contendo 200,0 mg/mL em uma solução de hidróxido de sódio 0,1M, após o aparelho ter sido calibrado com solução de hidróxido de sódio 0,1M, procedeu-se a varredura espectral da amostra em uma cubeta de quartzo de 1cm. O doseamento volumétrico, foi determinado em meio não-aquoso, utilizando solução de ácido perclórico 0,1M como titulante e metilrosanilínio como indicador. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Todos os testes realizados nas amostras de fluconazol, encontraram-se dentro dos padrões presente no laudo fornecido pelo laboratório e de acordo com a Farmacopéia 5ª edição. A determinação da espectrofotometria na região do ultra vermelho, encontra-se dentro da faixa normal, que é de 98% à 102%, assim como a varredura espectral na região ultra violeta que deu positivo. **CONCLUSÃO:** De acordo com as amostras analisadas, elas se encontram dentro das especificações da Farmacopéia Brasileira 5ª edição. Proporcionando assim uma maior segurança para o usuário. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:** [1] BRASIL - Farmacopeia Brasileira. 5 ed. Brasília, 2010. [2] COELHO, Helenilze; et al. Análise químico-farmacêutica do fluconazol e especialidade farmacêutica cápsula. In: Revista Brasileira de Ciências farmacêutica, *Brazilian Journal of Pharmaceutical Sciences*. Vol.40,n.2.abr/jun.,2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbctf/v40n2/13.pdf >. Acesso em: 26 de maio de 2013. [3] SEVERINO, Patrícia; et al. Absorção Intestinal e Estabilidade Físico-química em Preparações Extemporâneas de Fluconazol. In: *Latin American Journal of Pharmacy*. (Formerly Acta Farmacêutica Bonarense). *Lat.Am.J.Pharm.*26(5):744-7(2007). Disponível em: <http://www.latamipharm.org/trabajos/26/5/LAJOP_26_5_2_4_UJO13_O28O9.pdf> acesso em: 27 de maio de 2013. [4] SILVERSTEIN, Robert. M. Webster Francis.X. **Identificação espectrométrica de compostos orgânicos**. 6º ed.2000.LTC. AS.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.03.00.00-5- Farmácia

Felício BREIJÃO (IC felicio_g8@hotmail.com)¹, Gleidson, MINARINI (IC)².

1. Curso de Farmácia. 3. Professores: Samuel Ferreira da Silva Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Amostra, Teor, ANVISA.

1. INTRODUÇÃO: O sal de cozinha pode ser avaliado e comparado por meio de exames físico-químico que além de determinar seu principal componente, o cloreto de sódio, inclui a determinação de umidade e substâncias insolúveis em água tais como sulfatos, cálcio e magnésio. (1) **2. MATERIAL E MÉTODOS. 2.1 Determinações de cloretos sódio:** Pesou-se 0,1 g de cada amostra previamente dessecada, transferiu-se para um balão de 10 mL com 2 mL de água e completou-se o volume; agitou-se. Transferiu-se os 10 mL há um erlenmeyer de 250 mL. Adicionou-se 50 mL de água e 2 gotas de cromato de potássio a 10%, titulou-se com nitrato de prata 0,1M de acordo com método adotado no manual Adolfo Lutz (2) **2.2 Determinação de iodo:** Pesou-se 10 g das amostras dissecadas e transferiu-se para um becker de 600 ml com 400 mL de água destilada diluindo o sal. Adicionou-se 2 ml de ácido fosfórico, 2 gotas de alaranjado de metila, e 1 mL de água de bromo, aquecendo até a ebulição (até a metade da solução), adicionou-se alguns cristais de ácido salicílico e deixou-se esfriar, logo adicionou-se 2 gotas de amido 1% como indicador e titulou-se com tiossulfato de sódio a 0,005 M de acordo com o manual Adolfo Lutz (2). **2.3 Determinações de cálcio por permanganometria:** Pesou-se 5g de cada amostra de sal dessecada; transferiu-se para um Becker de 400 mL consecutivos com 50 mL de água. Adicionou-se 1ml de ácido acético glacial, aquecendo-se até a ebulição. Colocou-se 25 mL de solução de oxalato de amônio e deixou em repouso. Filtrou-se as amostras com método de bomba a vácuo como mostra. Transferiu-se o filtrado precipitado para cinco Beckers consecutivos, onde foram feitas precipitações. Dissolveu-se com 20 mL de ácido sulfúrico e 50 mL de água destilada, titularam-se a quente as amostras com permanganato de potássio 0,02M como descrito no manual Adolfo Lutz (2) anotou-se os volumes e fizeram-se os cálculos. **3. Resultados e discussões.** O teor da substâncias testadas pode ser observada na Tabela 1.

Amostras analisadas	Teor de cloreto	Teor de iodo	Teor de cálcio
1 sal refinado	93,03%	0,025%	0,0028%
2 sal comum	95,04%	0,04%	0,005%
3 sal refinado	112%	0,025%	0,14%
4 sal grosso	107%	0,04%	0,128%
5 sal light	98,28%	0,025%	0,028%

Teor apresentado nas amostras.

De acordo com as pesquisa realizadas pelo Inmetro o Teor de cloreto que as amostras deviam apresentar é 99,19%, teor de iodo 0,04%, teor de cálcio 0,007% (3), percebe-se que os teores de cloreto das amostras 3 e 4, o teor de iodo das amostras 2 e 5, ter de cálcio das amostras 3 e 5 estão com valores fora do padrão recomendado pela Anvisa.(3) **4.CONCLUSÃO:** Pode-se concluir através de cálculos que a quantidade de teor de cloreto das amostras 1, 2, 5, o teor de iodo das amostra 1, 3, 4, o teor de cálcio das amostras 1, 2, 4 estavam de acordo com a legislação. **5.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS** 1- CARDOSO. **Consulta casados o sal seu consumo e problemas do excesso.** Disponível em: <<http://www.mustdo.com.br/consulta-casada-o-sal-seu-consumo-e-problemas-do-excesso/>>. Acesso 22/05/2014. 2- INSTITUTO ADOLFO LUTZ. **Normas Analíticas do Instituto Adolfo Lutz.** V.1: *Métodos Químicas e Físicas para análise de alimentos.* 3 ed. São Paulo: IMESP 1985. 3-INMETRO. **Sal para o consumo humano.** Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br/consumidor/produtos/sal2.asp>>. Acesso em: 25/05/2014. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS pela realização do trabalho

Área do Conhecimento (CNPq): 4.03.00.00-5- Farmácia

Samilla Delgado ANTUNES (IC-samilla_antunes@yahoo.com.br)¹, Adriano Cesar PEREIRA (IC), Samuel Ferreira da SILVA (PQ)²

1- Curso de Farmácia; 2. Professores Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Análise físico-química, Cachaça, Instituto Adolfo Lutz.

INTRODUÇÃO: O consumo excessivo, produtos secundários, adulteração da cachaça contribuem para o agravamento da saúde pública. Por isso é importante o desenvolvimento de metodologias analíticas capazes de determinar os compostos voláteis e semi-voláteis em cachaça[2]. O objetivo deste trabalho foi estabelecer a caracterização físico-química em amostras de cachaça. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Foram adquiridas três amostras de cachaças designadas como: industrializada (A), artesanais (B) e (C). Seguindo metodologias descritas pelo (IAL), 2004, analisadas pelos parâmetros: densidade relativa, glicídios totais em sacarose, determinação de acidez total. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** As amostras de cachaça (A), (B) e (C) apresentavam coloração transparente e cheiro ativo característicos da bebida. Os resultados relativos às composições físico-químicas das três amostras estão descritas na Tabela 1.

Tabela 1. Valores obtidos das análises físico-químicas das amostras de cachaças.

Amostras	Análises Físico-químicas			
	Densidade relativa (g/ml)	Teor alcoólico (%)	Glicídios totais sacarose(% m/m)	Acidez Total (g)
A	0,9524	38,3	0,1	0,014
B	0,9349	48,4	0,0	0,05
C	0,9282	51,8	0,0	0,04

As cachaças possuem teor alcoólico de 38 a 48 (%v/v)[3], na tabela 1, pode se perceber que a porcentagem de álcool da amostra (A) industrializada está dentro dos parâmetros da legislação vigente enquanto as amostras (B e C) artesanais encontram em nível superior, apresentando risco ao consumidor. A determinação dos Glicídios totais em sacarose foi possível apenas na amostra (A), as amostras (B e C) não apresentaram mudança físico-química, não sendo possível expressar valor algum correspondente, ambas evaporaram por completo, isso se deve porque as amostras (B e C) possuem alto teor alcoólico o que influencia nos Glicídios. Na determinação de acidez total, os valores encontrados mostram que as amostras artesanais (B e C) são consideradas impróprias para o consumo, pois apresentaram acidez 4 a 5 vezes maiores que a amostra (A), que seguem os parâmetros do (BRAZIL) para comercialização, já as amostras artesanais não sofrem nenhum tipo de fiscalização. **CONCLUSÃO:** De acordo com os resultados obtidos contou-se que a amostra A industrializada reconhecida no Brasil como padrão dentre as cachaças apresenta aspectos físico-químicos compatíveis às legislações vigentes classificando-a como de boa qualidade para consumo, todavia as amostras B e C artesanais apresentaram desvios significativos e até mesmo alarmantes diante aos parâmetros considerados triviais, tornando-as impróprias para consumo. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:** 1- INSTITUTO ADOLFO LUTZ. **Métodos físico-químicos para análise de alimentos.** 4ª ed. E 1ª ed. Digital, São Paulo, Instituto Adolfo Lutz, p. 1004, 2004.

2- MORES, Silvano. **Determinação de compostos voláteis em bebidas**

destiladas por microextração em fase sólida. UFSC, p. 61, 2009. In: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/92785/266113.pdf?sequence=1>> Acesso em: 20 de mai. de 2014.

3- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. In: <<http://imanet.ima.mg.gov.br/nova/gec/Legislacao/mapa/IN13.pdf>> Acesso em 21 de mai. de 2014.

ÁREA DO CONHECIMENTO: (CNPq): 1.06.03.00-0 – Físico-Química

ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA DE LEITES COMERCIALIZADOS NA CIDADE DE MURIAÉ/MG

Fernanda Trindade SIQUEIRA (IC – fernandasiqueira0206@hotmail.com)¹, Thainá Veggi de ANDRADE (IC)¹ e Samuel Ferreira da SILVA (PQ)¹

1. Curso de Farmácia; 2. Professores Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Cálcio, leite, acidez.

INTRODUÇÃO: Desde 2003, o Programa Nacional de Combate à Fraude no Leite (PCFL), do Ministério da Agricultura, coleta amostras de diferentes tipos de leite a fim de verificar possíveis fraudes na indústria [1]. O objetivo desse trabalho foi de avaliação físico-química de leites comercializados no município de Muriaé/MG.

MATERIAIS E MÉTODOS: Foram adquiridas sete amostras de leite comercializadas na cidade de Muriaé - MG em Março de 2014, leite líquido integral (A), desnatado (B), semidesnatado (C), baixa lactose (D), de sachet (barriga mole) (E), de soja (F), e em pó integral (G), que foram analisados segundo parâmetros: teor de cálcio e acidez através do método de titulação por complexometria e titulação colorimétrica, respectivamente, estabilidade, teor de caseína (método do biureto), com leitura realizada no espectrofotômetro biospectro SP-220 a 540 nm. Todas as análises foram realizadas em triplicata conforme metodologia descrita no Instituto Adolfo Lutz. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** TABELA 1: Resultados obtidos das análises físico-químicas executadas.

AMOSTRAS DE LEITE	Teor de cálcio encontrado (mg)	Teor de cálcio embalagem (mg)	Acidez (%) acido láctico	Acidez Dornic (dº)	pH
A	210	210	0,17	22	6,58
B	234	300	0,20	17	6,76
C	222	234	0,20	17	6,82
D	216	234	0,20	17	6,8
E	179	*	0,18	15,5	6,51
F	102	265	0,14	12	7,66
G	238,94	239	0,15	13	6

O teor de cálcio nas amostras foi verificado em comparação a quantidade do mesmo apresentado na embalagem, esse teor mostrou uma variação de 5% a 22% quando comparado ao teor informado na embalagem. Caso discrepante no teor de cálcio verifica-se na amostra (F), 60% a menos que o informado na embalagem uma vez que os métodos aplicados são destinados ao leite de vaca e a tal leite é feito a partir dos grãos de soja. A acidez em graus Dornic das amostras (B), (C), (D) e (E) estão dentro dos parâmetros considerados normais de acordo o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA) [3] e as demais amostras obtiveram resultados próximos aos descritos no regulamento (pH entre 6 e 8). Todos os leites se encontraram estáveis ao teste de estabilidade ao etanol 68%. O teor de caseína só foi quantificado na amostra (B), onde foram encontrados proteínas totais (64,4 g/L) subtraída pela quantidade de lactoproteínas (8,33 g/L) encontrada. O teor de caseína (87,06 %) encontrado na amostra (B) está dentro da legislação vigente.

CONCLUSÕES: Enquanto à análise do teor de cálcio, conclui-se que a amostra (F) foi a única que apresentou uma diferença de mais de 60%, quando comparado ao teor informado na embalagem. Em relação às outras análises realizadas, todas apresentaram resultados próximos aos exigidos pela lei. **BIBLIOGRAFIA** [1] BRASIL, Ministério da Agricultura. **Análises de leite aumentam mais de 100% em 2009**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/animal/noticias/2010/03/analises-de-leite-aumentam-mais-de-100porcento-em-2009>. Acesso em 10/05/2014. [2] Manual Técnico do Instituto Adolfo Lutz- **Métodos físico-químicos para análise de alimentos**. 4ª Ed. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2004; [3] BRASIL, Ministério da Agricultura. **Departamento Nacional de Inspeção de Produtos de Origem Animal- R.I.I.S.P.O.A**

ÁREA DO CONHECIMENTO: (CNPq): 1.06.03.00-0 – Físico-Química

ANÁLISE FITOQUÍMICA PRELIMINAR DE *Gallesia integrifolia* (PAU D'ALHO).

Bruna Maria Magro PEREIRA (IC – magro.brunamaria@gmail.com)¹, Amanda Laviola de ANDRADE¹, José Cláudio Bouzada de ANDRADE², Wesley Vieira MORAES¹, Alex Santos CARRARO¹, Alexandre Horácio Couto BITTENCOURT (PQ)².

1. Discente do Curso Bacharelado de Farmácia; 2. Discente do Curso Bacharelado de Biomedicina; 3. Docente Orientador. Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

Palavras-Chave: *Gallesia integrifolia*; extratos, farmacognosia.

INTRODUÇÃO: O poder curativo das plantas é tão antigo quanto o aparecimento da espécie humana na Terra. Desde cedo as primeiras civilizações perceberam que algumas plantas continham, em suas essências, princípios ativos os quais ao serem experimentados no combate às doenças revelaram seu poder curativo [1]. *Gallesia integrifolia* (Spreng.) Harms (Pau D'Alho) pertence à família *Phytolaccaceae* e ocorre naturalmente em vários estados brasileiros, desde o Ceará até o Paraná [2]. É uma espécie arbórea de grande porte, frequente nas florestas pluvial atlântica e estacional semi-decidual. Produz madeira de múltiplo uso com cheiro característico de alho quando verde, por isso é denominada vulgarmente de pau-d'alho [3]. O objetivo do presente estudo é avaliar o potencial farmacológico da planta *Gallesia integrifolia* através da triagem fitoquímica. **METODOLOGIA:** Para a realização dos bioensaios o material vegetal de Pau D'alho foi coletado na zona rural de Espera Feliz-MG, seco em temperatura ambiente e triturado, o material foi acondicionado em sacos de papel. O extrato vegetal foi obtido a partir da maceração aquosa e alcoólica da planta, na proporção 1:2 g·ml⁻¹ do caule e da folha. O macerado foi filtrado e evaporado em estufa a seco para realização da triagem fitoquímica, utilizando a metodologia usual em triagem fitoquímica [4]. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Apresentaram resultado positivo o alcaloide e açúcares redutores para todos os extratos testados, saponinas para o extrato aquoso da folha e ácidos orgânicos para os extratos aquoso e alcoólico da folha. Os extratos aquosos apresentaram melhor capacidade de arraste de componentes ativos. Nota-se também que a maior variedade de substâncias ativas encontra-se nas folhas, sugerindo esta ser a estrutura de maior concentração de compostos secundários. A escassez de estudos com essa planta impossibilita confirmação da presença de tais compostos que exibiram resultado positivo. Em seus estudos Akizui et al. (1987) [5] detectou a presença de alcaloides, taninos e cumarinas nesta planta. Métodos mais específicos como a cromatografia em camada delgada ou a espectrofotometria de infravermelho podem ser mais eficazes na determinação e quantificação da presença dessas substâncias como nos estudos de Martins et al. (2008) [6] ao determinar os compostos químicos presentes na planta *Hydrocotyle umbellata* e Ilha et al. (2008) [7] no estudo da *Psidium guajava* L. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que a triagem realizada apresentou resultados positivos para compostos farmacologicamente ativos, podendo esta planta ter atividade farmacológica que carece de mais pesquisas. **BIBLIOGRAFIA:** 1-

BADKE, Marcio Rossato et al. Plantas medicinais: o saber sustentado na prática do cotidiano popular. **Esc Anna Nery**, v. 15, n. 1, p. 132-39, 2011. 2- CARVALHO, P.E.R. 1994. Espécies florestais brasileiras: recomendações silviculturais, potencialidades e uso da madeira. Embrapa/Cnpf, Colombo 3- DURIGAN, G. et al. 1997. Sementes e mudas de árvores tropicais. Instituto Florestal, São Paulo. 4-SIMÕES et al., **Farmacognosia, Da Planta ao Medicamento**. 5ª edição. Editora UFRGS. Porto Alegre, Florianópolis. 2004. 5- Akisue et al. **Caracterização Farmacognóstica de Pau D'alho**. Departamento de Farmácia da USP, São Paulo, 1987. 6-MARTINS et al., Caracterização anatômica e química da folha e do sistema radicular de *Hydrocotyle umbellata* (Apiaceae). **Revista Brasileira de Farmacognosia** 18(3): 402-414, Jul./Set. 2008. 7- ILHA et al., Estudo fitoquímico de goiaba (*Psidium guajava* L.) com potencial antioxidante para o desenvolvimento de formulação fitocosmética. **Revista Brasileira de Farmacognosia** 18(3): 387-393, Jul./Set. 2008.

Área de Conhecimento (CNPQ): 2.03.00.00-0 – Botânica.

CBS 053

ANÁLISE MICROBIOLÓGICA DE FERIDAS CRÔNICAS DE PACIENTES ATENDIDOS NA CLÍNICA ESCOLA DA FAMINAS- FACULDADE DE MINAS

Ana Karlla Furtado de MIRANDA (IC-anakarlla@farmacia@gmail.com)¹, Arthur Ouverney de Oliveira MENDONÇA (IC)¹, Jéssica Luiza de Oliveira SILVA (IC)¹, Fernanda Mara FERNANDES (PQ)²

1. Curso de Bacharelado em Farmácia; 2. Professora Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Análise microbiológica; Feridas crônicas

INTRODUÇÃO: Uma ferida consiste em uma lesão que causa interrupção da continuidade do tecido corpóreo que pode ser causado por um trauma físico, químico, mecânico ou por uma afecção clínica. Podem apresentar lenta cicatrização em indivíduos com idade avançada, devido a um retardo na granulação e resposta inflamatória, se tornando uma lesão crônica [1]. As feridas crônicas em sua maioria contêm microorganismos que podem influenciar na cicatrização da ferida [2]. Este trabalho teve por objetivo realizar uma análise microbiológica das feridas crônicas de pacientes em tratamento na Clínica Escola da FAMINAS. **MATERIAL E MÉTODOS:** Foi realizada a coleta de amostras das feridas de 5 pacientes em atendimento na clínica escola (após assinatura de um termo de livre consentimento esclarecido). Essas amostras foram coletadas com auxílio de swabs estéreis acondicionados em caldo de enriquecimento BHI e incubados por 24 horas. Feito isso, inoculou-se as amostras em placas contendo o meio Ágar sangue, onde foram incubadas por mais 24 horas em estufa à 35°C. Em seguida foi feita coloração de gram, as provas bioquímicas de catalase e coagulase. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram coletadas 13 amostras, dessas amostras, 92,3 % apresentaram Bacilos Gram-negativos e Cocos Gram-positivos. Após o teste da coagulase foi possível identificar a espécie sendo *Staphylococcus aureus*, que é coagulase e catalase positivo. Em 7,69% das amostras houve presença de microorganismos coagulase negativo. As feridas crônicas são frequentemente colonizadas por três ou mais espécies de microorganismos, que podem ser dos grupos gram-positivos ou gram-negativos, aeróbias ou anaeróbias [2]. A espécie *Staphylococcus aureus*, faz parte da microbiota normal da pele, sendo a estirpe bacteriana mais presente entre as bactérias gram-positivas [3]. **CONCLUSÕES:** A análise microbiológica constatou a presença de bacilos gram-negativos e cocos gram-positivos, dessas houve a identificação do *S. aureus*, que pode causar um agravo dessas feridas. Para o tratamento adequado deve-se considerar a presença de microorganismos, sendo necessário tratar a infecção pois podem alterar o processo de cicatrização das feridas. **AGRADECIMENTO:** À FAMINAS, pela realização do trabalho. **BIBLIOGRAFIA: [1]**SANTOS, M. J. dos. et. al. Avaliação da eficácia da pomada de própolis em portadores de feridas crônicas. *Acta paul. enferm.*, São Paulo, v. 20, n. 2, Junho 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002007000200014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 Maio 2014. **[2]**FERREIRA, A. M. et. al. O cuidado de enfermagem nos procedimentos de coleta para análise microbiológica de feridas: aplicabilidade de duas técnicas. *ArqCiênc Saúde*, 2004 jul-set;11(3):137-41. Disponível em <http://www.cienciasdasaude.famerp.br/racs_ol/Vol11-3/01%20ac%20-%20id%2007.pdf>. Acesso em: 31 maio 2014. **[3]**MARTINS, M A. et al. Úlcera crônica de perna de pacientes em tratamento ambulatorial: análise microbiológica e de suscetibilidade antimicrobiana. *CiencCuidSaude* 2010 Jul/Set; 9(3):464-470. Disponível em: <<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/8178>>. Acesso em: 19 maio 2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.03.00.00-5 – Farmácia

CBS 054

ANÁLISE QUANTITATIVA DOS MEDICAMENTOS PRESCRITOS EM RECEITAS A GESTANTES EM UM HOSPITAL DA ZONA DA MATA MINEIRA

Werkison Martins VERMELHO (IC – werkisons2@yahoo.com.br)¹, José Cláudio Bouzada de ANDRADE (IC)², Thaís de Oliveira SIMÃO (IC)², Bruno Tavares COSTA (IC), Amanda Laviola de ANDRADE (IC)¹, Juliana Maria Rocha e Silva CRESPO (PQ)²

1. Curso de Farmácia; 2. Curso de Biomedicina; 3. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

Palavras-Chave: medicamentos, gestantes, hospital

INTRODUÇÃO: O uso de medicamentos durante a gestação sempre representou um desafio para a classe médica, uma vez que implica ação potencialmente danosa não apenas para a mulher, mas também para o conceito [1]. As classes de fármacos mais comumente usados incluem preparados de ferro, ácido fólico, antibióticos, analgésicos, antiácidos, antieméticos e antiasmáticos e em alguns casos, como na cesárea, usa-se um antimicrobiano [2]. O uso de medicamentos na gestação merece especial atenção pelos riscos potenciais ao feto em desenvolvimento devendo ser, por princípio, evitado [3]. Este trabalho visa determinar os medicamentos mais prescritos para gestantes e mulheres no período do puerpério. **MATERIAL E MÉTODOS:** Foram analisadas 120 receitas prescritas a gestantes e mulheres no período de puerpério em um hospital da zona da mata mineira. Foram avaliadas e quantificadas as classes de medicamentos e a prevalência destes nas prescrições. Foram avaliadas também as possíveis interações medicamentosas para prevenção de efeitos teratogênicos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foi verificado um padrão de prescrições para mulheres que já haviam concebido, estas prescrições contavam com dipirona sódica, diclofenaco sódico, bisacodil (se houvesse a necessidade de evacuar), dimeticona e cetoprofeno. Em algumas prescrições havia prescrita a metoclopramida, porém somente se necessário, para a ocorrência de êmese. Os fármacos que se apresentavam em maior quantidade eram: a metilergometrina (Methergin®) em 98,33% e a dimeticona (Luftal®) em 95% das receitas. Foi verificado que em alguns casos específicos haviam medicamentos que eram prescritos concomitantemente para obterem o efeito desejado. Em alguns casos havia a prescrição concomitante de soro fisiológico com nifedipino a fim de induzir as contrações e facilitar no procedimento. Em todas as prescrições avaliadas havia um antimicrobiano. Foi constatado que a cefazolina era preferível no caso de cesáreas. O antimicrobiano mais usado pelas pacientes era a cefalexina. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Ao final das avaliações pode-se concluir que as prescrições estão adequadas ao tipo de tratamento proposto às gestantes e parturientes. Não foram encontradas interações medicamentosas que possam causar risco à saúde das pacientes. Uma grande variedade de fármacos prescritos a gestantes pode ser verificado neste estudo e com isso, pode-se dizer que há uma pequena possibilidade de uma reação adversa múltipla, no entanto, os cuidados necessários são tomados para que esse risco diminua ao mínimo. **BIBLIOGRAFIA: [1]** DELLA-GIUSTINA K., CHOW, G. **Medicamentos na gravidez e lactação** (traduzido). Disponível em <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12962348>>. Acesso em 09 abr. 2014. **[2]** BAKKER M. et al. **Padrões de prescrição de medicamentos antes, durante e após a gravidez de drogas crônicas, ocasionais e relacionadas com a gravidez na Holanda** (traduzido). Disponível em <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/16637899>>. Acesso em 09 abr. 2014. **[3]** De Jong-Van den Berg LTW, Waardenburg CM. et al. **O uso de drogas na gravidez: uma avaliação comparativa dos dados métodos de recolha** (traduzido). Disponível em <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/8405037>>. Acesso em 09 abr. 2014.

Área do conhecimento: (CNPq): 4.06.02.00-1 Saúde Pública

CBS 055

ASSISTENCIA FARMACEUTICA NO USO DO ÁCIDO ACETILSALICÍLICO NA CIDADE DE CATAGUASES-MG

Adriana Fialho **TEIXEIRA** (IC – adrianafialhoteixeira@hotmail.com)¹, Ronaldo José Pacheco **JÚNIOR** (IC)¹, Thamiris Calcagno Vidon **BRUNO** (IC)¹ e Samuel Ferreira da **SILVA** (PQ)²

1. Curso de Farmácia; 2. Professor Orientador
2. Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-Mg

Palavras-Chave: Ácido acetilsalicílico, Atenção Farmacêutica, anti-inflamatório

INTRODUÇÃO: O ácido acetilsalicílico é um dos anti-inflamatórios não esteroides (AINES) que exerce função de anti-inflamatório, analgésico e antipirético e são usados mais comumente e eficaz para a analgesia e a antipirese [1]. É um pó totalmente branco cristalino ou cristais incolores, que em seu estado puro é facilmente solúvel no éter e álcool e fracamente solúvel em água [2]. O ácido acetilsalicílico difere dos demais medicamentos, porque possui maior efeito anti-inflamatório e inibe de forma irreversível a agressão plaquetária, sendo que o grupo acetila da molécula é responsável por essa diferença em sua ação, sendo que uma dose única com efeito analgésico de ácido acetilsalicílico prolonga o tempo de sangramento por inibir a agressão plaquetária[3]. O ácido acetilsalicílico foi um dos primeiros fármacos sintetizados e ainda é um dos mais comumente consumidos em todo o mundo[4]. Esse trabalho teve como objetivo analisar o uso do ácido acetilsalicílico quanto a assistência na cidade de Cataguases-MG. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Neste trabalho foi realizada uma assistência farmacêutica na dispensação do ácido acetilsalicílico em uma farmácia do SUS da cidade de Cataguases-Mg, onde foram aplicados questionários abordando pacientes usuários do ácido acetilsalicílico, buscando identificar quanto ao uso contínuo ou esporádico, quanto a administração e ocorrência de gastrite no período do tratamento. **RESULTADO E DISCUSSÃO:** A partir das informações coletadas, foram analisadas e convertidas em porcentagem das quais obteve os seguintes resultados. Dos 60 pacientes entrevistados 73,33% fazem uso do ácido acetilsalicílico como anti-inflamatório, 16,66% no caso de dor e 10% por causa de febre, dos mesmos 46,66% fazem uso contínuo, enquanto 53,33% fazem uso esporádico, evidenciando que 78,33% fazem uso do ácido acetilsalicílico de acordo com o receituário médico, enquanto 21,66% toma o medicamento quando se sente mal. De acordo com o questionário respondido e analisado 8,33% dos pacientes quando esquece de tomar o comprimido toma dois de uma só vez, e que 90% dos pacientes toma apenas o próximo comprimido e que 1,66% para de tomar o medicamento, analisou-se também que 28,33% dos pacientes que fazem uso do ácido acetilsalicílico apresenta gastrite estomacal e que 71,66% não apresentam gastrite. Dos 60 pacientes analisados 70% guardam o medicamento na própria caixa no blister, 8,33% guardam o medicamento separados em caixas próprias para o armazenamento das mesmas enquanto 21,66% armazenam o medicamento em lugar fresco e arejado. Fica evidente como é importante o papel do farmacêutico durante a assistência farmacêutica quanto ao uso do medicamento. **CONCLUSÕES:** Com este trabalho conclui-se que o farmacêutico vem se destacando a cada dia na saúde pública, de uma forma humanista e generalizada visando cada vez mais o bem estar do paciente, esta proximidade entre farmacêutico/paciente esclarece dúvidas, e diminui a possibilidade de uma posologia administrada totalmente errada pelo paciente, graças a uma assistência farmacêutica responsável.

BIBLIOGRAFIA: [1] KATZUNG, BERTRAM; VOEUX, PATRICIA LYDIE. *Farmacologia básica e clínica*. 8.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. 1054 p. ISBN 85-277-0746-2. [2] *Farmacopeia brasileira*. v.2 – 4.ed. São Paulo: Atheneu, v.2 - 4. 2002. Paginação irregular. [3] LIMA, Darcy Roberto. *Manual de farmacologia clínica, terapêutica e toxicologia* v.1. Rio de Janeiro: MEDSI, v.1. 2004. 874 p. ISBN 85-7199-294-0. [4] RANG, H. P.; DALE, M. M. *Rang e Dale farmacologia*. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. 829 p. ISBN 978-85-352-2243-2.

CBS 056

ATENÇÃO FARMACÊUTICA, FITOTERAPIA E HOMEOPATIA: QUAL O CONHECIMENTO POPULAR SOBRE ESTES CONCEITOS?

Wesley Vieira **MORAES** (IC – owenmoraes@hotmail.com)¹, Alex Santos **CARRARO** (IC)¹, Ronaldo José Pacheco **JÚNIOR** (IC)¹, Nayra Moreira **FERNANDES** (IC)¹, Bruna Maria Magro **PEREIRA** (IC)¹ e Samuel Ferreira da **SILVA** (PQ)²

1. Curso de Farmácia; 2. Professor/Orientador
2. Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Medicina Alternativa, Farmacoterapia, Tratamento terapêutico.

INTRODUÇÃO: Os medicamentos sejam eles de qualquer origem, ocupam um importante papel no sistema de saúde, pois salvam vidas e promovem a melhoria da saúde. Atenção Farmacêutica (AF) é uma troca benéfica entre o paciente e o farmacêutico, onde o mesmo se compromete com a qualidade de vida do próximo [1]. A utilização da fitoterapia vem desde épocas remotas e esta pode ser utilizada das diversas partes das plantas, de acordo com a erva escolhida [2]. A Homeopatia consiste em ministrar ao doente, doses mínimas do medicamento, de acordo com a lei dos semelhantes a fim de evitar agravamento dos sintomas e estimular a reação orgânica na direção da cura [3]. A presente pesquisa teve como objetivos avaliar o nível de conhecimento da população de Muriaé – MG sobre a Atenção Farmacêutica, Homeopatia e Fitoterapia, além do uso que porventura façam destes dois últimos tratamentos. **METODOLOGIA:** Para a pesquisa de campo com modelo quantitativo, foi utilizado um questionário semiestruturado composto por 27 questões como instrumento para coleta de dados. Este continha questões sobre o nível de conhecimento sobre a Atenção Farmacêutica, além da teoria e tratamento por fitoterápicos e homeopáticos. O questionário foi aplicado aleatoriamente em 150 pessoas sem critérios de inclusão em diversos pontos da cidade. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A partir das informações coletadas, processadas e convertidas em porcentagem, verificou-se que 59% (n=88) das pessoas entrevistadas já ouviram falar sobre AF; por relevância, 46% (n=69) dizem que a AF “tem objetivo de prevenir, detectar e tratar problemas relacionados ao uso de medicamentos”; 92% (n=138) acham importante usufruir da AF. A AF não envolve apenas a dispensação, mas também o cuidado, bem-estar do paciente, resultados na busca da cura, identificando problemas, solucionando-os e prevenindo-os para devolver ao mesmo a qualidade de vida [1]; 59% (n=88) sabem o que são fitoterápicos; 50% (n=74) afirmaram que a fitoterapia “é um método de tratamento por plantas medicinais” [4]; 26% (n=39) fazem ou já fizeram o uso de fitoterápicos; 63% (n=95) acham que fitoterápicos substituem medicamentos sintéticos; 79% (n=119) já ouviram falar em homeopatia e 25% (n=38) já fizeram uso de homeopáticos, com relevância de 29% (n=44) por terem confiança em um tratamento natural; 43% (n=64) avaliaram a eficácia do mesmo como bom; 60% (n=90) acreditam no poder de cura da homeopatia; 59% (n=90) disseram que os homeopáticos são compostos apenas por produtos vegetais, entretanto, os homeopáticos provêm dos reinos vegetal, mineral e animal [3]; 67% (n=101) acham que existe diferença entre homeopatia e fitoterapia; 97% (n=146) acham necessário maior divulgação sobre tais assuntos. **CONCLUSÕES:** De acordo com os resultados obtidos, conclui-se que grande parte dos entrevistados já ouviram falar sobre tais assuntos, porém não têm conceitos concretos sobre as áreas. Grande parte não utiliza da prática homeopática e fitoterápica, podendo ser devido a pouca divulgação, conhecimento e confiabilidade dos mesmos. Devido aos resultados, ficou evidente que a população de Muriaé – MG gostaria de obter maiores informações sobre os assuntos supracitados. **BIBLIOGRAFIA:** [1] GOMES, M.J.V.D. M; REIS, A. M. M. *Ciências Farmacêuticas: Uma Abordagem em Farmácia Hospitalar*. 1. ed. São Paulo: Atheneu, 2003; [2] REZENDE, H. A. D; COCCO, M. I. M. *A utilização de Fitoterapia no cotidiano de uma população rural*. Rev. Esc. Enferm. USP 2002; 36(3): 282-8; [3] FONTES, O. L. et al. *Farmácia Homeopática: Teoria e Prática*. 2. ed. rev. e ampl. – Baurueri, SP: Manole, 2005; [4] PEREIRA, M. D. S. V. et al. *A Fitoterapia na Estratégia de Saúde da Família: resgate e conhecimento popular*, 2009.

Área do conhecimento (CNPq): 4.03.00.00-5 – Farmácia

AVALIAÇÃO DE MÉTODOS DE DOSEAMENTO POR TITULOMETRIA PARA ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 500 mg

Mariana Condé GOMES (IC – marianaconddeg@gmail.com)¹, Maria Eliza FRANZINI (IC – mariaelzafg@hotmail.com), Randara Caneschi SANTOS (IC – randaracaneschi@hotmail.com)¹ Mila Silva RIBEIRO (IC – milalaranjai@gmail.com)¹ Samuel Ferreira da SILVA (PQ – sambayano@uol.com.br)^{1,2}

1. Curso de Farmácia; 2. Professor
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: ácido acetilsalicílico, validação, titulação.

INTRODUÇÃO: O ácido acetilsalicílico (AAS) foi um dos primeiros fármacos sintetizados e, ainda hoje é um dos mais consumidos em todo mundo. Possui propriedades analgésicas, antipiréticas e antiinflamatórias [1]. O teor de AAS em comprimidos comercializados pode ser medido através de metodologias já validadas, inclusão de novas técnicas ou uso de diferentes equipamentos. Essas análises representam um fator chave no sucesso de um programa de desenvolvimento de uma droga, sendo que o processo e a validação do método analítico apresentam impacto direto na qualidade desses dados. [2]. O objetivo deste trabalho foi comparar as metodologias de titulometria volumétrica para determinar o teor de AAS usando aspirina como padrão primário. **MATERIAL E MÉTODOS:** Foram aplicados quatro diferentes métodos de doseamento usando sempre como padrão primário a aspirina® 500mg. Método adaptado da Farmacopeia Brasileira (1); da Farmacopéia Francesa (2); do Laboratório de Controle de Qualidade da UFMA (3); Método adaptado da internet (4). Cada método foi realizado em triplicata. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os métodos utilizados foram avaliados quanto à precisão e exatidão, onde a reprodutibilidade é expressa pelo desvio padrão e o coeficiente de variação, não podendo ultrapassar 5%, de acordo com a resolução nº 899/03 da ANVISA. Assim sendo, os valores obtidos para cada método estão na Tabela 1. O método 1, se mostrou mais confiável e eficiente que os demais, porém, requer uma maior quantidade em volume do titulante (H₂SO₄) em questão. O método 2, mesmo possuindo uma pureza inferior, o desvio padrão está dentro dos limites aceitos pela ANVISA, requerendo um volume menor de titulante (NaOH), pois utiliza-se uma menor quantidade de reagentes. O método 3, apesar do coeficiente de variação estar próximo a porcentagem de erro permitido pela ANVISA, se mostrou reprodutível, porém, menos eficiente em relação aos outros métodos. O desvio padrão e o coeficiente de variação do método 4, também se encontram dentro dos limites aceitáveis, utilizando-se também uma maior quantidade de volume do titulante (HCl) em relação ao método 2 e 3.

Tabela 1 - Média dos resultados obtidos na titulação do AAS.

Método	Massa AAS (g)	Volume-Titulante (mL)	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação (%)	Pureza (%)
1	1,5	25,5 (H ₂ SO ₄)	0,910	0,925	98,30
2	0,5	8,7 (NaOH)	1,000	1,060	94,00
3	0,3	8,6 (H ₂ SO ₄)	3,820	4,265	89,76
4	0,2	22,6 (HCl)	0,903	0,856	104,40

CONCLUSÕES: O método analítico titulométrico é de simples execução, com utilização de reagentes fáceis de serem obtidos e de baixo custo. Os resultados obtidos com o método titulométrico demonstraram valores que satisfazem os critérios de aceitação para a análise do teor de ácido acetilsalicílico em comprimidos, sendo eles de boa precisão e exatidão. **BIBLIOGRAFIA:** [1] MORETTO, L. D.; SHIB, M. A era da validação. Rev. Pharmaceut. Technol., São Paulo, v. 4, n. 4, p. 44-48, 2000. [2] ANVISA. Resolução RE Nº 899, de 29 de Maio de 2003. Guia para validação de métodos analíticos e bioanalíticos. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Poder Executivo, Brasília, D.O.U. 02 jun 2003.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.03.00.00-5- Farmácia

AVALIAÇÃO DO POTENCIAL ANTIMICROBIANO DE UM PRODUTO FARMACÊUTICO CONTENDO COMO ATIVO EXTRATO GLICÓLICO DE ROMÃ

Ronaldo José Pacheco JÚNIOR (IC-ronaldojr_pacheco@hotmail.com)¹, Ana Karlla Furtado de MIRANDA (IC)¹, Felipe Ferreira de SOUZA (IC)¹, Schirleiny Schimith NOVAES (IC)¹, Fernanda Alves MATHIAS (IC)¹ Juliana Maria Rocha e Silva CRESPO (PQ)²

1. Curso de Farmácia; 2. Professor Orientador
Faculdade de Minas – FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Gel de *Punica granatum Liin*, Atividade Antibacteriana, Produto Farmacêutico

INTRODUÇÃO: A utilização de plantas medicinais para tratamento, cura e prevenção de doenças é uma das mais antigas formas de prática medicinal da humanidade [1]. Uma das plantas com propriedades terapêuticas é a *Punica granatum Liin*, que pertence à família Punicaceae, e o seu fruto romã é utilizado no Brasil para gargarejo contra infecções e inflamações do trato respiratório [2]. Dentre os diversos tipos de bactérias que podem ser combatidas por meio da ação das plantas, podemos citar *Staphylococcus aureus* e *Escherichia Coli* [3]. O presente trabalho teve como objetivo avaliar a capacidade de inibição bacteriana do gel de natrosol contendo como ativo extrato glicólico de romã. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Para obtenção do extrato glicólico, foi utilizado o Processo B de obtenção de Extratos Fluidos da Farmacopéia Brasileira 5ª Ed.[4]. Foi então produzido um gel de natrosol, e introduzido como ativo o extrato glicólico das cascas de romã nas concentrações 1%, 2% e 3%. O efeito antimicrobiano dos géis foi avaliado contra as bactérias Gram-positivas *Staphylococcus aureus* NEWP 0023 e bactérias Gram-negativas *Escherichia coli* CCBH 11386. Utilizou-se uma placa para cada concentração e uma para o extrato bruto. Foram realizados três poços utilizando-se canudos estéreis em cada placa. Dentro de cada poço, foram pipetados 30µL dos referidos extratos anteriormente preparados. As placas foram mantidas em temperatura ambiente por uma hora e em seguida, levadas a estufa a 37°C por 48h para a análise dos resultados [5]. **RESULTADO E DISCUSSÃO:** A partir do bioensaio realizado pode-se notar que o gel de natrosol tendo como princípio ativo o extrato glicólico do romã em atividade com a *Escherichia coli*, apresentou formação halos de inibição em 100% das placas analisadas. O mesmo resultado foi observado nas placas contendo *Staphylococcus aureus*. Os halos de inibição foram aumentando o diâmetro de acordo com a concentração empregada. O gel se mostrou mais efetivo na inibição de bactérias Gram-positivas *Staphylococcus aureus*. Uma possível justificativa para o maior potencial de inibição nas bactérias Gram-positivas seriam os componentes encontrados em sua parede celular que possuem maior afinidade pelos compostos encontrados no extrato glicólico de romã, o que não ocorreu com a mesma eficácia para as bactérias Gram-negativas [6]. **CONCLUSÕES:** A partir dos estudos realizados observou-se que o gel de natrosol tendo como princípio ativo o extrato de romã é bastante eficaz para o controle antimicrobiano de todas as cepas de bactérias em estudo. Mesmo com a eficácia do produto são necessários diversos testes para que ele possa ser inserido no mercado. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS, pela realização do trabalho. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ALMEIDA RN, Navarro DS, Barbosa-Filho JM 2001. **Plantas com atividade analgésica central. Fitoterápico** 8: 310 – 322. [2] ELISABETSKY, E 1987. **Pesquisa em plantas medicinais.** Ciências e Cultura 39: 607-702. [3] PEREIRA, J; SILVA, Severino da; FILHO, Lauro; HIGINOL, J. **Atividade antimicrobiana do extrato hidroalcolólico da *Punica granatum linn* sobre microrganismos formadores de placa bacteriana.** Periodontia 2001 12(4): 57-64. [4] ANVISA. AGENCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Farmacopeia Brasileira**, volume 1. 5ª Ed. Brasília, 2010b. [5] CRESPO, Juliana Maria Rocha e Silva. **Aplicação do extrato de *Allamanda cathartica L.*, no desenvolvimento de formulação fitocosmética, para antissepsia das mãos de manipuladores de alimento.** Viçosa, 2012. 65p. Dissertação – Universidade Federal de Viçosa. [6] MENEZES, S.M.S et al. **Atividades biológicas in vitro e in vivo de *Punica granatum L.*(romã).**Revista Brasileira de Medicina 2008; 65(11):388-91.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.03.00.00-5 – Farmácia

CBS 059

AValiação PARASITOLÓGICA DE ALFACES (*Lactuca sativa*) COMERCIALIZADAS EM SUPERMERCADOS NA CIDADE DE MURIAÉ-MG

Gabriela Maria Riguete **RIBEIRO** (IC - gaby_riguete@hotmail.com)¹; Victor Hugo Ferraz da **SILVA** (IC)²; Leonardo Luiz de **FREITAS** (IC)²; Kamilla Pereira **FAZOLLO** (IC)²; Thaís de Oliveira **SIMÃO** (IC)² e Fernanda **FERNANDES** (PQ)³

1. Curso de Farmácia; 2. Curso de Biomedicina; 3. Professora Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: hortaliças; parasitoses; segurança alimentar.

INTRODUÇÃO: Os vegetais são recomendados por médicos e nutricionistas como parte indispensável de uma alimentação saudável, em virtude do conteúdo de vitaminas, sais minerais e fibras alimentares. Este aspecto favorece seu consumo na forma crua, porém, quando contaminadas, são responsáveis pela transmissão de doenças infecciosas, principalmente se ingeridas mal lavadas [1]. O presente estudo teve como objetivo avaliar a incidência de enteroparasitas em amostras de alfaces comercializadas em supermercados no município de Muriaé-MG.

MATERIAL E MÉTODOS: Foram utilizadas 30 unidades de hortaliças provenientes de supermercados da zona central de Muriaé-MG. Durante a coleta, as hortaliças foram acondicionadas, individualmente, em sacos plásticos e levadas ao laboratório de parasitologia da Faculdade de Minas (FAMINAS) para serem analisadas. Foram utilizados pés de alfaces inteiros, independentemente do peso ou tamanho, nos quais as folhas foram separadas uma a uma, descartando as deterioradas ou manchadas. As folhas de cada pé das alfaces foram colocadas em uma bacia plástica, para a realização da lavagem com lauril sulfato de sódio a 1%, utilizando para isso o auxílio de um pincel, o qual foi passado em toda a superfície das folhas para a retirada dos ovos e larvas dos parasitas. Depois de lavadas, as hortaliças foram descartadas e o produto da lavagem utilizado para análise parasitológica, pelo método de Hoffman, Pons e Janer (HPJ) e o método de Faust.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Verificou-se que das 30 amostras analisadas, 12 (40%) apresentaram-se contaminadas por algum tipo de parasita e 18 (60%) mostraram-se negativas. Nas amostras contaminadas foram identificadas larvas de *Strongyloides stercoralis* (68%), *Taenia* sp. (16%), cistos de *Entamoeba histolytica* (8%), cistos de *Entamoeba coli* (8%). Em um estudo realizado por Freitas et al., (2004), os principais parasitas encontrados em supermercados foram: *Ascaris* spp 54,7%, *Toxocara* spp 2,4%, *Strongyloides* spp 4,8%, *Entamoeba* spp 35,7% e *Taenia* spp 2,4%. Segundo Esteves e Figueiroa (2009) a ingestão de hortaliças cruas pode permitir a transmissão oral por parasitas intestinais e diversas pesquisas no Brasil relatam altos índices de contaminação.

CONCLUSÕES: A partir dos dados obtidos pelo presente estudo pode-se concluir que as hortaliças comercializadas nos supermercados de Muriaé-MG podem veicular parasitas e que, quando não devidamente higienizadas e consumidas cruas, têm papel fundamental na disseminação de enteroparasitoses. Dessa forma, sugere-se adoção de boas práticas no processo de higienização do alimento pelos consumidores, pois é de fundamental importância para a garantia da qualidade e segurança do produto, reduzindo assim os riscos de contaminação.

AGRADECIMENTOS: À FAMINAS pela realização do trabalho.

BIBLIOGRAFIA: [1] FERRO, J. J. B.; CRUZ, J. M. C.; BARCELOS, I. S. C. Avaliação parasitológica de alfaces (*Lactuca sativa*) comercializadas no município de tangará da serra, Mato Grosso, Brasil. *Rev. Patologia Tropical*. v. 41. jan-mar. 2012. [2] FREITAS, A. A.; et al. Avaliação parasitológica de alfaces (*Lactuca sativa*) comercializadas em feiras livres e supermercados do município de Campo Mourão, Estado do Paraná. *Acta Scientiarum. Biological Science*, Maringá. v. 26. 2004. [3] ESTEVES, F. A. M.; FIGUEIROA, E. O. Detecção de enteroparasitas em hortaliças comercializadas em feiras livres do município de Caruaru (PE). *Rev. Baiana de Saúde Pública*. v. 33, n. 2. 2009.

Área do Conhecimento (CNPq): 2.13.00.00- 3 - Parasitologia

CBS 060

CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA E AS BOAS PRÁTICAS FARMACÊUTICAS: UMA ANÁLISE DOS ASPECTOS LEGAIS DA PRÁTICA PRESCRICIONAL.

Hygo da Silva **BRAGA** (IC - hygobraga@hotmail.com)¹, Felipe Giraldo Dias **BAËSSO** (IC)¹, Juliana Maria Rocha e Silva **CRESPO** (PQ)².

1. Curso de Farmácia; 2. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Prescrição, Lei, Farmácia.

INTRODUÇÃO: O objetivo deste trabalho foi verificar a consonância da prática prescritiva e a lei quanto à publicidade e a relação entre prescritores e farmácias de manipulação, tendo como alicerce a Resolução do CFM nº 1931/2009, que estabelece o novo código de ética médica [1] e a RDC nº 67/2007, que dispõe sobre boas práticas de manipulação de preparações magistrais e oficinais para uso humano em farmácias [2]. **MATERIAL E MÉTODOS:** Para a realização da pesquisa foram analisadas 693 prescrições contendo medicamentos antimicrobianos, arquivadas em 6 (seis) drogarias, todas da cidade de Muriaé-MG. As prescrições foram recolhidas e analisadas no período de janeiro a outubro de 2013. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Entre as 693 prescrições recolhidas e analisadas foram encontradas 1,4% (10) delas com anúncios comerciais. Essas receitas traziam em seu corpo propagandas de farmácias de manipulação da cidade de Muriaé-Mg informando o nome, endereço, telefone e até mesmo fármacos disponíveis. Essas prescrições constataam uma prática entre prescritores e farmácias, onde a farmácia disponibiliza gratuitamente o bloco de receituário ao médico, e em contra partida, o prescritor, de maneira expressa ou não, sugere ao paciente aquele estabelecimento. Entretanto, a Resolução do CFM nº 1931/2009, que estabelece o novo código de ética médica, em seu Capítulo VIII, da remuneração profissional, veda ao médico em seu artigo 68: "Exercer a profissão com interação ou dependência de farmácia, indústria farmacêutica, óptica ou qualquer organização destinada à fabricação, manipulação, promoção ou comercialização de produtos de prescrição médica, qualquer que seja sua natureza". E ainda, em seu artigo 69: "Exercer simultaneamente a Medicina e a Farmácia ou obter vantagem pelo encaminhamento de procedimentos, pela comercialização de medicamentos, órteses, próteses ou implantes de qualquer natureza, cuja compra decorra de influência direta em virtude de sua atividade profissional". É de grande relevância ressaltar a RDC nº 67, de 08 de outubro de 2007, que dispõe sobre boas práticas de manipulação de preparações magistrais e oficinais para uso humano em farmácias, que em seu item 5.17.4 determina de forma expressa que: "Em respeito à legislação e códigos de ética vigentes, os profissionais prescritores são impedidos de prescrever fórmulas magistrais contendo código, símbolo, nome da fórmula ou nome de fantasia, cobrar ou receber qualquer vantagem pecuniária ou em produtos que o obrigue a fazer indicação de estabelecimento farmacêutico, motivo pelo qual o receituário usado não pode conter qualquer tipo de identificação ou propaganda de estabelecimento farmacêutico". Tal conduta pode influenciar sobremaneira a escolha do paciente, violando princípios como a vulnerabilidade do consumidor e a liberdade de escolha, que estão no rol dos princípios elencados pelo Código de Defesa do Consumidor e a Constituição Federal. **CONCLUSÕES:** Pode-se concluir que o baixo percentual encontrado revela que essa é uma prática incomum, utilizada pela minoria dos prescritores, mas ainda existente, demonstrando o cometimento de infrações legais, onde o médico fica sujeito às penas do Conselho Regional de Medicina por ir contra determinações do Código de ética da profissão, e as farmácias de manipulação às sanções da ANVISA. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. Conselho Federal de Medicina. Novo Código de Ética Médica. Disponível em

<http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2009/1931_2009.htm> Acesso em: 05 nov. 2013. [2] ANVISA. Dispõe sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficinais para Uso Humano em Farmácias. Resolução RDC nº 67, de 08 de outubro de 2007. Disponível em <http://www.anvisa.gov.br/hotsite/segurancadopaciente/documentos/rdfs/RD_C20N%C2%BA%2067-2007.pdf> Acesso em: 05 nov. 2013.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.03.00.00-5 – Farmácia

DETERMINAÇÃO DE TEOR DE IBUPROFENO 600mg POR MÉTODO TITULOMÉTRICO

Maria Eliza FRANZINI (IC – mariaeliza-fg@hotmail.com)¹, Mariana Conde GOMES (IC – marianacondeg@gmail.com)¹, Mila Silva RIBEIRO (IC- milalaranjal@gmail.com)¹, Randara Caneschi SANTOS (randaracaneschi@hotmail.com)¹, Samuel Ferreira da SILVA (PQ - sambayano@uol.com.br)^{1,2}

1. Curso de Farmácia; 2. Professor
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Ibuprofeno, titulação

INTRODUÇÃO: O ibuprofeno é um anti-inflamatório não esteróide inibidor da ciclooxigenase, que apresenta atividades anti-inflamatórias, analgésicas e antipiréticas. [1]. Neste caso específico, o fármaco é utilizado com frequência para o alívio sintomático de cefaléias, artrite reumatóide, traumatismos, luxações e fraturas [2]. O presente trabalho teve como objetivo analisar o teor do medicamento Motrin® e matéria prima. **MATERIAL E MÉTODOS:** Foram realizadas análises de identificação da matéria prima através dos testes de ponto de fusão, perda por dessecação e solubilidade de acordo com o seu certificado de análise do controle de qualidade, e doseada por método de titulação conforme Farmacopeia Brasileira 5ª Edição. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A matéria prima de Ibuprofeno se mostrou conforme o Certificado de análise de controle de qualidade, tendo bom grau de pureza (75-78 °C), a perda por dessecação ficou em 0,02%, A matéria prima mostrou-se solúvel em metanol, cetona, clorofórmio e insolúvel em água e o com aspecto físico característico. Seu peso médio foi de 692,8mg. O doseamento por método titulométrico se mostrou eficiente por estar dentro dos padrões estabelecidos pela Farmacopeia Brasileira e ANVISA, onde a pureza não deve ultrapassar 5% dos limites aceitáveis. A Tabela 1 apresenta os valores encontrados na titulação volumétrica para medicamento Motrin®, representados pelas letras D, E e F. E a matéria prima, representada pelas letras A, B e C, realizados em triplicata.

Tabela 1 – Resultados obtidos da titulação da matéria prima e referência.

MÉTODO TITULOMÉTRICO

Matéria Prima				Medicamento (Motrin®)				Referência			
Amostr	Mas	V _{Na}	Pure	Amostr	Mas	V _{Na}	Pure	Amostr	Mas	V _{Na}	Pure
as	sa	OH	za	as	sa	OH	za	as	sa	OH	za
	(g)	(mL)	(%)		(g)	(mL)	(%)		(g)	(mL)	(%)
A	0,578	8,6	97,2	D	0,586	8,7	96,2				
B	0,583	8,8	98,2	E	0,579	8,4	94,8				
C	0,587	8,9	98,4	F	0,582	8,5	95,7				

CONCLUSÕES: Para os testes realizados os valores encontrados para cada uma das especialidades farmacêuticas, sendo o medicamento referência e a matéria prima, foi bastante semelhante, onde cumpriram com as especificações da Farmacopeia Brasileira. Assim sendo, pode-se perceber pelos dados da tabela, demonstram a confiabilidade do método realizado, tornando-o confiável e reprodutível na avaliação do Ibuprofeno. O método de titulação volumétrica, mesmo possuindo uma pureza inferior, está dentro dos limites aceitos pela ANVISA e possui um gasto menor, pois utiliza-se reagentes, e não é necessário o uso de aparelho. Todos os resultados obtidos se encontram dentro dos limites aceitáveis.

BIBLIOGRAFIA: [1] ROBERTS II, L. J.; MORROW, J. D. Analgésico-antipiréticos, agentes antiinflamatórios e fármacos utilizados no tratamento da gota. In: GILMAN, A. G. **Goodman e Gilman as bases farmacológicas da terapêutica**. 10. ed. Rio de Janeiro, RJ: McGraw-Hill, 2003. 1647 p. [2] Lachman, Leon, Teoria e Prática na Indústria Farmacêutica, Serviço de Educação e Bolsas, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2001.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.03.00.00-5- Farmácia

DETERMINAÇÃO DO TEOR DE FERRO EM AMOSTRAS DE FEIJÕES (*Phaseolus vulgaris*)

DANÚBIA OLIVEIRA SANTOS (IC – danubia-oliveirasantos@hotmail.com)¹, TAMARA DE FÁTIMA ÂNGELO MILANI (IC)¹, SAMUEL FERREIRA DA SILVA (PQ)².

1. Curso de Farmácia; 2. Professor
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Feijão, ferro, absorção atômica, titulação.

INTRODUÇÃO: O gênero *Phaseolus vulgaris* compreende inúmeras variedades conhecidas como feijão (1). O trabalho objetivou determinar a concentração de ferro em amostras de feijões. **MATERIAL E MÉTODOS:** Foram utilizadas 7 amostras de feijões, Preto (A); Vermelho (B); Branco Pachá (C); Branco Zarfás (D); Jalo (E); Carioca (F) e Roxo (G) que foram adquiridas na cidade de Muriaé/MG para análise de teor de ferro através dos métodos de titulação por via úmida utilizando a permanganometria e metais por espectrometria de absorção atômica. No método de permanganometria utilizou-se uma solução padronizada de permanganato de potássio 0,01 M como titulante, e amostras de feijões trituradas. Pesou-se 0,1 g de cada uma das 7 amostras, ao qual foram adicionados 15 mL de ácido sulfúrico 0,5 M, conforme a metodologia de BACAN. et al, (2004). As análises de metais foram feitas através do espectrofotômetro FAAS-spectrAARepor, da universidade Federal de Viçosa. **RESULTADOS E DISCUSSÃO.** Os resultados obtidos nas duas análises estão mostrados na Tabela 1 e 2.

Metais analisados	Amostras de feijões						
	A	B	C	D	E	F	G
Fe	5,799	3,536	3,086	4,384	3,757	5,493	3,792
Mn	2,520	2,560	2,650	ND	ND	2,848	2,753
Cu	1,574	1,258	1,128	1,428	1,158	1,303	1,258
Zn	3,393	3,411	3,890	3,890	OVER	3,911	3,111
Pb	3,760	3,666	3,566	4,274	3,766	3,066	3,466
Ni	1,490	1,370	1,310	1,668	1,320	1,303	1,390

TABELA 1. Concentração de ferro e outros metais em amostras de feijões, por absorção atômica.

Observa-se na tabela, que a concentração de ferro variou de 3,086 a 5,789 mg/100 g de feijão para as variedades analisadas. Sendo que a amostra A foi a que apresentou o maior teor de ferro, e a amostra C o menor teor. Esse tipo de resultado também foi encontrado em trabalho similar de PIRES. et al (2005), onde os resultados variaram de 6,40 a 4,46 mg/100g de feijão.

Outros metais também foram identificados e seus resultados estão próximos ao percentual do trabalho de PIRES. et al (2005).

TABELA 2. Titulação de amostras de feijões com ácido sulfúrico.

Amostras de feijão	VOLUME de KMnO ₄ (mL)	Quantidade de ferro
A	2	5,6
B	1,3	3,64
C	1	2,8
D	1,8	5,04
E	1,3	3,64
F	2,0	5,6
G	1,5	4,2

Esse teste envolvendo a titulação com ácido sulfúrico apresentou resultados próximos ao teste feito na absorção atômica. O volume de KMnO₄ consumido variou de 1 a 2 mL, sendo as amostras A e F as que utilizaram os maiores volumes e a amostra C a que utilizou o menor volume. A quantidade de ferro nas amostras variou de 2,8 a 5,6 mg/100 g de feijão, sendo que as amostra A e F foram as que apresentaram a maior quantidade de ferro, e a amostra C a menor quantidade. **CONCLUSÕES:** Conclui-se que o teste de absorção atômica é o método mais adequado para detectar o teor de ferro em amostras de feijões, uma vez que o aparelho usado é de grande precisão e exatidão. **BIBLIOGRAFIA:** [1] PIRES, C.V.; OLIVEIRA, M. G. A. Composição físico-química de diferentes cultivares de feijão (*phaseolus vulgaris*). Disponível em: <[http://www.researchgate.net/publication/49599864_COMPOSIO_FISICOQUIMICA_DE_DIFERENTES_CULTIVARES_DE_FEIJO_\(Phaseolus_vulgaris_L.\)](http://www.researchgate.net/publication/49599864_COMPOSIO_FISICOQUIMICA_DE_DIFERENTES_CULTIVARES_DE_FEIJO_(Phaseolus_vulgaris_L.))> Acesso em 18 mai. 2014; BACCAN, N. et al. Química analítica quantitativa elementar. 3 ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2001; Manual técnico do Instituto Adolfo Lutz – **Métodos físico-químicos para análise de alimentos**. 4 ed. São Paulo : Câmara Brasileira do livro, 2004.

CBS 063

QUANTIFICAÇÃO E DOSEAMENTO DA MATÉRIA-PRIMA DO ALBENDAZOL, ATRAVÉS DE MÉTODOS FÍSICOS-QUÍMICOS.
Fernanda Alves MATHIAS (IC - falvesmathias@yahoo.com)¹,

Nayra Moreira FERNANDES(IC)¹, Wesley Vieira MORAES (IC)¹,
Ronaldo José Pacheco JUNIOR (IC)¹ e Samuel Ferreira da SILVA (PQ)²

1. Curso de Bacharelado em Farmácia; 2. Professor Orientador
Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé-MG

Palavra-Chave: Albendazol, controle de qualidade, volumetria em meio não-aquoso.

INTRODUÇÃO: As parasitoses intestinais estão entre os mais comuns problemas de saúde pública. São infecções que afetam os indivíduos devido à ausência ou à insuficiência de condições mínimas de saneamento básico, além de inadequadas práticas de higiene pessoal e doméstica [1]. Por causa de sua prevalência, o problema do tratamento de helmintíase é de importância terapêutica. Estima-se que mais da metade da população está infectada por helmintos gastrointestinais (p.ex; nematóides filiforme) estas infestações resultam principalmente em desconforto e não causam dano à saúde, porém outros tais como a esquistossomíase (bilharziose) e a ancilostomíase podem produzir morbidade muito séria [2]. Dentre os fármacos mais utilizados para tratamento dos enteroparasitas, encontra-se o Albendazol. Esse fármaco, veiculado em comprimidos e suspensões, é um potente anti-helmíntico que apresenta amplo espectro de atividade, boa tolerância e baixo custo [3]. **OBJETIVO:** Quantificar e dosear a matéria-prima Albendazol através dos métodos físicos-químicos, e verificar se a mesma obedece os testes de qualidade frente a 5ª Edição da Farmacopéia Brasileira. **MATERIAL E MÉTODO:** Os métodos para análise da matéria-prima Albendazol foram: Titulação por doseamento colorimétrico em meio não aquoso realizado em triplicata, testes de solubilidade, ponto de fusão da matéria-prima, ensaio de pureza através da perda por dessecação, além da Análise Espectrométrica por Infravermelho. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O Albendazol matéria-prima apresenta-se como pó cristalino branco ou levemente amarelado e inodoro. A faixa de viragem da titulação apresentou valores correspondentes ao estabelecido pela Farmacopéia, alcançando a coloração verde esmeralda. Os dados obtidos de análises elementares infravermelhos RMN de próton e carbono, foi possível caracterizar ambos os compostos sintetizados, albendazol sulfóxido e albendazol sulfona. As características organolépticas estão em acordo com 5ª Ed. da Farmacopéia Brasileira e Laudo Técnico da indústria fornecedor. **CONCLUSÃO:** Após a realização deste trabalho, conclui-se que a matéria-prima Albendazol apresentou-se em acordo com os testes realizados, conforme a 5ª Ed. da Farmacopéia Brasileira e laudo técnico do fornecedor, indicando a qualidade necessária para utilização da referida substância como um antihelmíntico. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS, pela realização do trabalho. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BELAZ, KÁTIA ROBERTA ANACLETO. Quantificação do metabólito do albendazol em plasma bovino por cromatografia líquida quiral em alta eficiência, com injeção direta de amostras – São Paulo: UFCar, 2007. 148.f [2] BERGOLD, A.M. Análise química farmacêutica do albendazol. São Paulo: Faculdade de Ciência Farmacêutica/USP, 1992, 220p [3] BERGOLD, A.M.; KOROLKOVA, A. Doseamento do albendazol como matéria-prima e em comprimido em meio não-aquoso com ácido perclórico. Ver Farm. Bioquímica. São Paulo. Vol. 29, n. 1, p. 31. 34. 1993.

Área do Conhecimento (CNPq) 4.03.00.00-5_ FARMÁCIA)

CBS 064

DOSEAMENTO POR TITULAÇÃO COLORIMÉTRICA EM MEIO NÃO AQUOSO E ESPECTROFOTOMETRIA DE ABSORÇÃO NO ULTRAVIOLETA/VISÍVEL (UV/VIS) DE METRONIDAZOL COMPRIMIDOS DE 250 mg E MATÉRIA PRIMA.

Hygo da Silva BRAGA (IC - hygobraga@hotmail.com)¹, Aurélio Baêso BICALHO (IC)¹, Samuel Ferreira da SILVA (PQ)².

1. Curso de Farmácia; 2. Professor
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Titulação, Espectrofotometria, Metronidazol.

INTRODUÇÃO: O Metronidazol apresenta atividade antimicrobiana, que abrange exclusivamente microrganismos anaeróbios, e atividade antiparasitária. O objetivo deste trabalho foi verificar a quantidade de princípio ativo presente na matéria prima de Metronidazol e nos comprimidos de 250 mg utilizando os métodos de titulação colorimétrica em meio não aquoso e espectrofotometria de absorção no ultravioleta/visível (UV/VIS). **MATERIAL E MÉTODOS:** Foram recolhidas cinco amostras de Metronidazol comprimidos de 250 mg em drogarias da cidade de Muriaé-MG, sendo elas: 1 referência; 2 genéricos; 2 similares. Foi recolhida uma amostra de Metronidazol base (matéria prima) em uma farmácia de manipulação, a fim de serem realizados os testes de identificação do princípio ativo, sendo eles: aspecto; solubilidade; ponto de fusão; perda por secagem; e espectro de infravermelho. Para a determinação do ponto de fusão utilizou-se o equipamento MARCONI modelo MA381 N° de série 0319952, e a Espectroscopia Vibracional na Região do Infravermelho foi obtida através da utilização do espectrofotômetro FTIR Perkin-Elmer modelo Spectrum 1000 com transformada de Fourier (4000-200 cm⁻¹), do Departamento de Química da UFV, usando pastilhas de brometo de potássio (KBr). Utilizou-se ainda o programa Origin Pro 8. Os testes de identificação na matéria prima e nos comprimidos seguiram as metodologias da Farmacopeia Brasileira, 5ª edição. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Em relação ao Metronidazol base (matéria prima) os testes demonstraram que a substância encontrava-se de acordo com o preconizado pela Farmacopeia Brasileira, 5ª edição, uma vez que: o Metronidazol apresentou-se como um pó levemente amarelado; a amostra demonstrou-se pouco solúvel em água, acetona, etanol, éter etílico e cloreto de metileno; o ponto de fusão, que compreende uma faixa de 159°C a 163°C, foi de 160°C; e a perda por secagem não ultrapassou 0,5%. Ao realizar-se a Espectroscopia obteve-se um gráfico onde pode-se identificar através dos picos obtidos os compostos presentes na estrutura do metronidazol, possibilitando assim, a confirmação de que a matéria prima analisada era a esperada. O doseamento da matéria prima foi realizado utilizando-se a titulação, onde a concentração de Metronidazol encontrada foi de 99%, enquanto que, na espectrofotometria foi de 99,56%, sendo que, pela Farmacopeia Brasileira, o Metronidazol deve conter no mínimo 99,0% e no máximo 101,0%. De acordo com os resultados obtidos realizou-se os métodos de titulação e espectrofotometria nas amostras de Metronidazol em comprimidos de 250 mg, sendo os resultados, respectivamente: referência (106,84 e 108,33); genérico 1 (95,89 e 97,22); genérico 2 (105,47 e 106,94); similar 1 (102,73 e 104,86); similar 2 (97,26 e 98,61). Que demonstraram estar de acordo com os índices preconizados pela Farmacopeia Brasileira, que é de no mínimo 90,0%, e no máximo 110,0%. Quanto à determinação de peso médio dos comprimidos, todas as amostras encontravam-se de acordo. **CONCLUSÕES:** Pode-se concluir que o método de titulação possui menor sensibilidade e pode sofrer maior número de interferências envolvendo a preparação e padronização dos reagentes e indicadores, enquanto que a espectrofotometria é mais precisa, possui menor gasto de reagentes e proporciona a diminuição de erros aleatórios. Quanto as amostras de Metronidazol conclui-se que a matéria prima e os comprimidos de 250 mg, representaram um lote de qualidade satisfatória, apresentando concentrações que as qualificaram como um produto adequado para o consumo. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. Farmacopeia Brasileira. Brasília: Anvisa, 2010. 852p., ISBN 978-85-88233-41-6. [2] SILVERSTEIN, Robert M; WEBSTER, Francis X. Identificação espectrofotométrica de compostos orgânicos. 6ª ed. Rio de Janeiro: LTC SA, 2000. 460p.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.03.00.00-5 – Farmácia

Lorena Dornelas Souza de ALBERGARIA (IC – lorenad.albergaria@hotmail.com)¹
Michely Mirian Rodrigues CARDOSO (IC)¹, Samuel Ferreira da Silva (PQ)²

1. Curso de Farmácia; 2. Professor
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: Refrigerante é uma bebida não alcoólica, carbonatada, com alto poder refrescante[1]. Entre os ingredientes que compõem o refrigerante podemos citar: metais, ácido cítrico, água, ácido fosfórico, açúcar, entre outros[1]. Objetivo deste trabalho foi realizar análises físico-químicas para verificação da qualidade dos refrigerantes. **MATERIAL E MÉTODOS:** Adquiriu-se uma amostra de ácido fosfórico PA (A) e oito amostras de refrigerantes a base de cola na cidade de Muriaé/MG entre meses de abril e maio de 2014, sendo amostras (B), (C), (D), (E) e (F) do tipo comum; (G) e (H) tipo light, e amostra (I) diet. As amostras foram submetidas a análises qualitativas de sacarose e (%) de ácido fosfórico por titulação potenciométrica (utilizando derivadas primeira e segunda no OringimPro8), e titulação colorimétrica seguindo el[2] e [3]. **RESULTADO E DISCUSSÃO:** Análise de sacarose em refrigerante tipo cola: As amostras B à F apresentaram tonalidade preta, aspecto viscoso e aumento de temperatura, amostras G, H e I, não apresentaram mudanças, estando dentro do padrão estabelecido, inclusive as amostras G, H e I que não possuíam sacarose em sua composição. **Titulações colorimétrica e potenciométrica do ácido fosfórico P.A em refrigerantes a base de cola.** Os valores em percentual obtidos para ácido fosfórico PA foram 80% e 85% (%m/v) respectivamente, demonstrando a eficácia da titulação potenciométrica em relação a colorimétrica, uma vez que o ácido fosfórico P.A tem pureza de 85% (descrito no rótulo). Na determinação de ácido fosfórico nas amostras B, utilizou o mesmo procedimento potenciométrico da amostra (A) pois a titulação potenciométrica mostrou-se mais precisa e confiável. Os resultados estão mostrados no quadro 1.

Quadro 1: Valores obtidos através de titulação potenciométrica de refrigerantes a base de cola.

Amostras	Volumes de NaOH 0,1 M consumidos em mL				H ₃ PO ₄ (%m/v)
	1 derivada		2 derivada		
	1º PE	2º PE	1º PE	2º PE	
B	1,9	4,49	1,99	4,49	0,0550
C	1,5	4,01	1,51	4,01	0,0491
D	2,0	3,5	2,0	3,5	0,0428
E	-	-	1,5	3,5	0,0428
F	-	-	1,5	3,5	0,0427
G	1,5	3,98	1,5	3,49	0,0487
H	1,0	2,99	1,0	2,99	0,0366
I	1,5	3,47	1,5	3,47	0,0425

*PE=Ponto de Equivalência

Os percentuais obtidos de H₃PO₄ para as amostras mostra que as mesmas estão dentro percentual estipulados pela ANVISA, 0,07% m/v. **CONCLUSÃO:** As amostras se mostraram dentro dos padrões descritos em seus rótulos originais, tanto para as análises de sacarose e titulações, mas a titulação potenciométrica mostrou se mais eficiente quando comparada com a titulação colorimétrica. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS e ao professor Samuel pela dedicação. **BIBLIOGRAFIA[1]** PALHA, P.G. Tecnologia de refrigerantes. Rio de Janeiro: AmBev, 2005. **[2]** INSTITUTO ADOLFO LUTZ. Normas Analíticas do Instituto Adolfo Lutz. v.1. Métodos químicos e físicos para análise de alimentos. 3.ed. São Paulo: IMESP, 1985. p. 406; **[3]** Pesquisa de sacarose em refrigerantes “zero açúcar”. Disponível em: <<http://www.abq.org.br/cbq/2010/trabalhos/10/10-417-7054.htm>> acesso em 10.abr.2014.

Nayra Moreira FERNANDES (IC – nayramoreira@yahoo.com.br)¹, Schirleiny Schmitz NOVAES (IC)¹, Marina Matias LEONARDO (IC)¹, Fernanda Alves MATHIAS (IC)¹, Wesley Vieira MORAES (IC)¹ e Juliana CRESPO (PQ)²

1. Curso de Farmácia; 2. Professora
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Farmacoepidemiologia, prescrições, análises.

INTRODUÇÃO: A prescrição ou receita médica representa a tradução por escrito da ordem médica, permitindo ao paciente obter o medicamento e lembrá-lo das instruções para o tratamento.[1] Uma prescrição com falta de informações pode induzir erros de medicação, que geram custos diretos e indiretos sobre a sociedade. A prevenção destes erros é fundamental, para aqueles que elaboram e implementam políticas de saúde.[2] Este estudo tem por objetivo avaliar, através de um estudo farmacoepidemiológico, a qualidade de prescrições que chegam às farmácias comunitárias em um município de médio porte de Minas Gerais. **MATERIAL E MÉTODOS:** O estudo foi realizado no município de Muriaé, que conta com cerca de aproximadamente 50 estabelecimentos comerciais farmacêuticos. Foram avaliadas prescrições medicamentosas coletadas de uma das farmácias localizadas no município, com autorização do cliente. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram analisadas 145 prescrições, com 326 medicamentos. As prescrições incluíram 41 receituários comuns, 67 receituários especiais brancos e 37 notificações de receita. Dos medicamentos prescritos, 133 estavam no receituário comum, 102 no receituário especial branco e 91 referentes à notificação de receita. Após a análise das prescrições pela legibilidade, pode-se constatar que 73 prescrições foram consideradas legíveis, 79 foram consideradas pouco legíveis e 174 ilegíveis. Foi avaliado também que no receituário comum, 35% dos medicamentos prescritos eram pelo nome genérico e 65% pelo nome comercial dos produtos. No receituário especial branco, 29% medicamentos prescritos eram pelo nome genérico e 71% pelo nome comercial. Esta avaliação levou em conta os 152 medicamentos considerados legíveis e pouco legíveis. Em relação à ausência de informações das prescrições, analisaram-se dados sobre os medicamentos, tais como: forma farmacêutica, concentração, dose, intervalo entre as doses, duração total do tratamento e a via de administração. A OMS recomenda uma média de dois medicamentos por prescrição, demonstrando que comparado à esse estudo, o mesmo encontra-se um pouco acima desta recomendação. A prescrição pelo nome genérico ocorreu em 35% dos medicamentos neste estudo, valor muito abaixo ao recomendado, e, por critérios internacionais de racionalidade no uso dos medicamentos, a denominação genérica deveria ser a mais usada. Dos 57 medicamentos legíveis do receituário comum, 16,1% eram antibióticos, apresentando-se dentro do considerado ideal pela OMS. Os resultados em relação à ilegibilidade das informações nas prescrições demonstram que a maior parte delas estavam pouco legíveis. Em relação à legislação brasileira sobre o assunto, o artigo 35 da Lei nº 5.991/7324 determina que “somente será aviada a receita que estiver escrita à tinta, em vernáculo por extenso e de modo legível, observados a nomenclatura e o sistema de medidas atuais”. Não importa quão precisa ou completa seja uma prescrição, se ela não puder ser lida. Em relação à avaliação das prescrições, constatou-se que os procedimentos legais vinculados às prescrições não são adequadamente cumpridos, necessitando implementar estratégias que reforcem o benefício de uma prescrição correta. A falta de informações adequadas dificulta o tratamento do paciente podendo por em risco a sua vida. **CONCLUSÃO:** As prescrições avaliadas não se enquadram nas normas para a utilização correta e segura dos medicamentos. **BIBLIOGRAFIA: [1]** Organização Mundial da Saúde (OMS). Guia para a boa prescrição médica. Porto Alegre: Artmed; 1998; **[2]** SILVÉRITO, Marcelo S; GONÇALVES, Isabel C; Qualidade de prescrições, uma abordagem farmacoepidemiológicas. Rev. Assoc. Med. Brasil. 2010; 56(6): 675-80;

Área do Conhecimento (CNPq): 4.03.00.00-5 – Farmácia

ESTUDO FARMACOEPIDEMIOLÓGICO DE PRESCRIÇÕES DE PSICOTRÓPICOS DA LISTA B1 NUMA UNIDADE PÚBLICA DE SAÚDE EM UM MUNICÍPIO DA ZONA DA MATA MINEIRA.

Aurelio Baesso **BICALHO** (IC – aurelio_bicalho@hotmail.com)¹, Felipe Giraldo Dias **BAESSO** (IC)¹, Marcos Peres **VICENTE** (IC)¹, Gabriel Vicente Coelho da **SILVA** (IC)¹, Juliana Maria Rocha e Silva **CRESPO** (PQ)²

1. Curso de Farmácia; 2. Professor
Faculdade de Minas – FAMINAS - 36880-000 - Muriaé - MG

Palavras-Chave: Psicotrópico, Prescrições e estudo farmacoepidemiológico.

INTRODUÇÃO: A prescrição ou receita médica é um instrumento essencial para a terapêutica e para o uso racional de medicamentos [1]. O uso de fármacos psicoativos faz parte da natureza humana, visando modificar comportamento, humor e emoções [2]. O presente trabalho teve como objetivo avaliar o cumprimento da legislação quanto à prescrição e dispensação dos medicamentos psicotrópicos da lista B1 (notificação azul), definidas pela Portaria nº 344/98 em uma unidade pública de saúde do município de São Sebastião da Vargem Alegre/MG. **MATERIAL E MÉTODOS:** Foi realizado um estudo descritivo, transversal onde foram coletadas 326 receitas em um período de 09/09/13 até 11/10/13, das quais 61 (18,7%) eram referentes à prescrição de substâncias da lista B1. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** No presente estudo foi observada ilegitimidade em 14 (22,9%) das prescrições analisadas, demonstrando um comprometimento na comunicação efetiva entre os profissionais prescritores e dispensadores. Mostra uma alta porcentagem de prescrições legíveis 47 (77,1%), o que é possível notar confiabilidade. Das notificações analisadas, 40 (66%) continuam a denominação genérica do fármaco e 21 (34%) foram aviadadas com o nome comercial, observou-se o cumprimento da legislação que preconiza a prescrição medicamentosa pelo nome genérico do medicamento utilizando a DCB. Quanto às falhas no preenchimento das informações das notificações/receitas referentes ao profissional prescritor, ao paciente e ao comprador, os resultados mostram que essas falhas podem levar a dificuldades no processo de manipulação e informação terapêutica a ser prestada ao paciente, observou que 61 (100%) das prescrições continham assinatura e carimbo com o Conselho Regional de Medicina (CRM), em relação às informações do paciente, a ausência do endereço do paciente é a falha mais frequente 40 (66%) e que 56 (92%) apresentavam o nome completo do paciente, já as informações do comprador, dados indispensáveis que permitiram a rastreabilidade da prescrição, encontravam-se pendentes em aspectos importantes, a saber: 20 (33%) apresentavam ausência de endereço, o nome do comprador não foi encontrado em 09 (15%), assim como a identidade do comprador (RG) esteve ausente em 08 (13%). Em relação à data de validade, a notificação de receita B1 tem um prazo de 30 (trinta) dias, frente a sua data de emissão, dados observados no estudo demonstram que 57 (93%) das prescrições apresentavam a data de emissão e que dessas notificações nenhuma foi dispensada fora do prazo de validade, já em relação às outras 04 (07%) não pode-se determinar se a dispensação ocorreu dentro a validade prevista, pois estas não apresentavam a data de emissão. **CONCLUSÕES:** Os resultados observados neste trabalho evidenciam o não cumprimento da legislação vigente, referente aos medicamentos de regime especial de controle, tanto por parte dos prescritores, quanto da unidade básica de saúde. Para que haja possibilidade de alteração neste quadro, é necessário que os órgãos de fiscalização sejam mais efetivos, com a realização de investimentos financeiros na contratação, formação e capacitação dos recursos humanos envolvidos no processo. **BIBLIOGRAFIA:** [1] FARIAS, A. D. et al. Indicadores de prescrição médica nas unidades básicas de Saúde da Família no município de Campina Grande, PB. Campina Grande – PB. *Revista Brasileira Epidemiologia*. v.10, n.2, p:149 –156; 2007; [2] BALDESSARINI, R.J. *Drogas e o tratamento de transtornos psiquiátricos: psicose e ansiedade*. In: HARDMAN, J.G.; GILMAN, A.G.; LIMBIRD, L.E., Eds. Goodman & Gilman's A base farmacológica da terapêutica. 9 ed. New York: McGraw Hill, 1995. Cap. 18, p. 399 - 430.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.03.00.00 – 5 - Farmácia

DETERMINAÇÃO DE ACIDEZ E ÍNDICE DE PERÓXIDO EM AMOSTRAS DE MAIONESE.

Thamiris Calcagno Vidon **BRUNO** (IC)¹, Adriana Fialho **TEIXEIRA**¹, Samuel Ferreira da **SILVA** (PQ)²

1. Curso de Farmácia; 2. Professor
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

Palavras-Chave: Maionese; testes físico-químicos; acidez; peróxido **INTRODUÇÃO:** A maionese pode ser definida como um produto cremoso em forma de emulsão estável, óleo em água, preparado a partir de óleo vegetal, água e ovos podendo ser adicionado de outros ingredientes desde que não descaracterize o produto e acidificado. O consumo desse produto industrializado tem aumentado significativamente, e sendo comercializados em confeitarias, lanchonetes, padarias e similares [1] e [3]. O objetivo desse trabalho foi avaliar a qualidade de amostras de maionese através dos parâmetros físico-químicos de acidez e índice de peróxido. **MATERIAL E MÉTODOS:** Foram adquiridas sete amostras nas cidades de Muriaé-MG e Cataguases-MG e submetidas às análises de titulação por colorimétrica e potenciométrica para determinação de acidez e titulação com tiosulfato de sódio para determinação do índice de peróxido. Todas as análises foram realizadas em triplicadas, conforme metodologia descrita nas Normas Analíticas do Instituto Adolfo Lutz. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os resultados obtidos nas análises estão mostrados na Tabela 1.

Tabela 1: Médias da avaliação de acidez e índice de peróxido referentes às amostras

Amostra maionese	Volumes NaOH 0,1M em mL (ponto de viragem)	Acidez (%)	Acidez molar (% v/ml)	Acidez em ácido oleico (g/100g amostra)	Índice de peróxido (meq/kg amostra)
A	3,29*	0,364	6,58	0,185	5,2*
B	0,998*	0,112	1,99	0,056	2,8*
C	0,997*	0,112	1,99	0,056	11,6*
D	1,00*	0,112	1,99	0,056	11,6*
E	0,98*	0,109	1,96	0,055	10,2*
F	0,49*	0,054	0,98	0,027	13,8*
G	0,55*	0,061	1,1	0,031	10*

Na titulação potenciométrica os volumes exatos de hidróxido de sódio 0,1 M dos pontos de equivalências de todas as amostras foram obtidos a partir das derivadas primeira e segunda de curvas plotados no OriginPro 8. De acordo com os resultados constantes nas Tabelas 1 pode se verificar que as amostras de maionese estão todas próprias para o consumo, pelo fato de se encontrarem dentro dos valores estabelecidos pela ANVISA (1999) para o índice de acidez em relação ao ácido oleico é de 0,3g/100g amostra. Já os valores de índice de peróxido verificam-se que as amostras C; D; E e F estão fora do padrão, segundo a legislação da ANVISA, regulamento técnico para fixação de identidade e qualidade de óleos e gorduras vegetais, anexo 17, do ano 2000, e estaria inadequadas para o consumo, já que apresentaram um valor superior ao recomendado, que é de no máximo 10 meq/kg de amostra. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Através dos resultados obtidos concluir-se que para o índice de peróxido, das amostras C; D; E e F de maionese apresentaram valores elevados ao permitido, sendo inadequadas para o consumo humano, todas as amostras apresentaram resultados dentro do permitido em relação ao índice de acidez, estando próprias para o consumo. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS, pela realização do trabalho

BIBLIOGRAFIA: [1] ANVISA. Resolução RDC nº 276, de 22 de dezembro de 2005: "Regulamento técnico para especiarias, temperos e molhos". Disponível em <http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/c8b2040047457a8c873cd73fbc4c6735/RDC_276_2005.pdf?MOD=AJPERES>.

Acesso em 24 mai. 2014. [2] SCHNEID, Isabela et al. Avaliação sensorial e físico-química de maionese caseira e comercial. Disponível em <http://ufpel.edu.br/cic/2011/anais/pdf/CA/CA_00086.pdf>.

Acesso em 24 mai. 2014. [3] M.TRUTTER et al. *Wikipédia*. Maionese. Disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Maionese>>. Acesso em 24 mai. 2014.

Área do conhecimento: (CNPq): 1.06.03.00-0 – Físico-Química

CBS 069

EXTRATO GLICÓLICO DAS FOLHAS DE GOSSYPIMUM HIRSUTUM L., INCORPORADO A UM PRODUTO FARMACOTÉCNICO NA DETERMINAÇÃO DO POTENCIAL DA ATIVIDADE ANTIBACTERIOLÓGICA POR MEIO DE BIOENSAIOS

Paulo Victor de Oliveira **SANTOS** (IC)¹, Juliana Maria Rocha Silva e **CRESPO** (PQ)²

1. Curso de Farmácia; 2. Professor
Faculdade de Minas - FAMINAS – 36.880-000 - Muriaé-MG.

Palavras-Chave: extrato glicólico, algodão, produto farmacotécnico
INTRODUÇÃO: Planta medicinal pode-se considerar toda planta, que administrada sob qualquer forma e por alguma via ao homem ou animal, exerce algum tipo de ação farmacológica sobre este [1]. As plantas são utilizadas como fitoterápicos desde as civilizações mais antigas, pode-se dizer que se trata de uma das primeiras manifestações do homem para compreender a Natureza. [2]. A utilização de plantas com fins medicinais para tratamento, cura e prevenção de doenças, é uma das mais antigas formas de prática medicinal da humanidade [3]. O algodoeiro (*Gossypium hirsutum* L.) é uma planta da família Malvaceae utilizada na medicina natural de maneira ampla. Hoje em dia já foram constatadas cerca de quarenta espécies diferentes desta planta nativas das regiões tropicais e subtropicais [4]. O intuito desta pesquisa foi avaliar o potencial da atividade antibacteriológica do extrato glicólico de *Gossypium hirsutum* L. puro e em três concentrações diferentes incorporados a um produto farmacotécnico, em cepas de bactérias gram-positivas (*S. aureus*) e bactérias gram-negativa (*E. coli*), visando observar possíveis halos de inibição pra posteriormente obter resultados.
METODOLOGIA: As folhas de *Gossypium hirsutum* L. conhecida popularmente como algodão, foram coletadas no município de Muriaé, MG, no mês de abril de 2014. Foi pesado 45g das folhas, em rasura e colocado para extrair em 200 mL com o líquido extrator (propilenoglicol a 80 % em água). Para obtenção do extrato glicólico, foi utilizado o —Processo B de obtenção de Extratos Fluidos da Farmacopéia Brasileira 5ª Ed. [5]. Obteve-se o extrato glicólico das folhas de *Gossypium hirsutum* L., após a secagem das mesmas, desenvolveu-se um produto farmacotécnico, produzindo um gel de natrosol a 1% e introduzido como ativo o extrato glicólico das folhas de algodão. Foi avaliado a atividade antibacteriana, *in vitro*, do extrato glicólico nas concentrações de um, três e cinco por cento e extrato bruto de *Gossypium hirsutum* L., frente a estirpes padronizadas das cepas de *Staphylococcus aureus* e *Escherichia coli*, através do teste do halo de inibição.
RESULTADO E DISCUSSÃO: As placas submetidas às análises demonstraram reação quanto ao extrato glicólico nos poços aplicado, pode-se observar o aparecimento de halos de inibição ao redor de todos os poços, o que nos dá certeza do êxito no crescimento bacteriano e do potencial antibacteriano dos extratos utilizados. A formação dos halos de inibição comprova o potencial antibacteriológico dos extratos glicólicos de *Gossypium hirsutum* L, porém, por insuficiência de resultados exatos e precisos não se pode indicar qual a melhor concentração do extrato de algodão a se usar incorporado como ativo no produto farmacotécnico produzido.
CONCLUSÕES: Conclui-se que após as práticas laboratoriais, os resultados encontrados do extrato glicólico das folhas de algodão foram satisfatórios, pela comprovação do potencial antibacteriano evidenciado nas análises desenvolvidas.
BIBLIOGRAFIA:
BIBLIOGRAFIA: [1] *Plantas terapêuticas*. São Paulo: Andrei, 2004. 334 p. [2] CARVALHO, José Carlos Tavares. *Fitoterápicos antiinflamatórios: aspectos químicos, farmacológicos e aplicações terapêuticas*. São Paulo: Tecmedd, 2004. [3] Disponível em <: http://www.univag.edu.br/adm_univag/Modulos/Producoes_Academicas/arquivos/AS_PLANTAS_MEDICINAIS_FITOFARMACOS.pdf: >. Acesso em 12 nov. 2013. [4] Disponível em <: www.chabeneficios.com.br/cha-de-algodoeiro-beneficios-e-propriedades/:>. Acesso em 12 mai. 2014. [5] Brasil, Farmacopéia Brasileira. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. 5. ed. Brasília: Anvisa, 2010.

Área do conhecimento: (CNPq): 4.03.00.00-5 – Farmácia

CBS 070

IDENTIFICAÇÃO E DOSEAMENTO DO PRINCÍPIO ATIVO DE CLORIDRATO DE METFORMINA E COMPRIMIDOS

Ronaldo José Pacheco **JUNIOR**(IC)¹, e Samuel Ferreira da **SILVA** (PQ)²

1. Discente do Curso de Farmácia - 2. Professor Orientador
Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé – MG

Palavras-Chave: Identificação, Doseamento, Metformina
INTRODUÇÃO: Diabetes Mellitus é uma doença sistêmica crônica caracterizada por anormalidades metabólicas e vasculares, ocasionada por um distúrbio do metabolismo dos carboidratos, lipídios e proteínas, contribuindo para graves conseqüências [1]. Dentre os antiabéticos orais, o fármaco comumente prescrito para o tratamento diabético é o Cloridrato de Metformina (CM) que atua de maneira a não aumentar a produção de insulina, mas sim de otimizar a ação da insulina já produzida [2]. O trabalho objetivou em avaliar se o princípio ativo e os comprimidos conforme os padrões de qualidade descritos pela Farmacopéia Brasileira 5ª Ed (FB).
METODOLOGIA: Foi adquirido o princípio ativo de CM (Amostra A) junto seu certificado de controle de qualidade em uma farmácia de Manipulação na cidade de Muriaé/MG. As amostras de comprimidos 850 mg sendo medicamento genérico (Amostra B) e o medicamento de referência (Amostra C) foram adquiridos junto a uma drogaria na mesma cidade. As amostras foram identificadas segundo os procedimentos descritos pela FB sendo eles: aferição do ponto de fusão, ensaios de solubilidade e espectro de absorção no infravermelho (IV). O princípio ativo e os comprimidos foram submetidos a titulação potenciométrica sendo usado os derivados da primeira e segunda plotados pelo *OringinPro 8.5.1*, para detecção dos volumes exatos de ácido perclórico (HClO₄) 0,1M na titulação Todas as análises foram tituladas em triplicada.
RESULTADO E DISCUSSÃO: Com os ensaios de solubilidade observou-se que a substância era facilmente solúvel em água, pouco solúvel em etanol, praticamente insolúvel em acetona, cloreto de metileno, éter etílico e clorofórmio. A faixa obtida para ponto de fusão apresentou boa pureza uma vez que variou de 223 °C a 225 °C. O IV mostrou a presença de bandas referentes á função química de maior importância, (Amina - 3420 cm⁻¹ e 3300 cm⁻¹) esperadas para CM. Os resultados obtidos nos doseamentos por titulação potenciométrica estão mostrados na Tabela 1.

Tabela1: Quantidade de HClO₄ titulado e de ativo encontrado em porcentagem (%) nas amostras tituladas potenciometricamente.

AMOSTRAS	Valores obtidos na titulação potenciométrica	
	Volume de HClO ₄ (mL)	Percentual de Princípio Ativo (%)
Amostra A	7,18 mL	99,06%
Amostra B	7,27 mL	101,4%
Amostra C	7,39 mL	102,8%

Tendo realizado a titulação verificou-se que a Amostra A se enquadrava no descrito pela FB que de tal maneira a servir como padrão secundário para as outras amostras em estudo. A partir daí analisou-se que tanto a AMOSTRA B quanto a AMOSTRA C, também continha a quantidade de princípio aceitável pela FB o que torna apto o consumo tanto do medicamento genérico quanto o medicamento de referência. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que o princípio ativo de CM se enquadra nos padrões exigidos pela FB, o que torna a substância viável para produção de medicamentos, dentre as outras amostras analisadas nota-se que ambas também se enquadram para serem consumidas, sendo mais viável a utilização do medicamento genérico devido ao baixo custo, sem interferir na terapêutica. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ABRAMS, A. Collins. *Farmacoterapia clínica: princip. para prática de enferm.* 7.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. 1045 p. [2] PLÁCIDO, V. B.; FERNANDES, L. P. F.; GUARIDO, C. F. Contribuição da Atenção Farmacêutica para pacientes portadores de diabetes atendidos no ambulatório de endocrinologia da UNIMAR. *Rev. Bras. Farm.* 90(3): 258-263, 2009

IDENTIFICAÇÃO E DOSEAMENTO DO PRINCÍPIO ATIVO DE DICLOFENACO DE SÓDIO E DE COMPRIMIDOS ÉTICOS, GENÉRICOS E SIMILARES DE 50mg NA CIDADE DE MURIAÉ - MG

Paulo Victor de Oliveira **SANTOS** (IC – paulolaria@hotmail.com)¹, Samuel Ferreira da **SILVA** (PQ)²

1. Discente do curso Bacharelado em Farmácia – Faminas – Muriaé – MG 2. Docente do curso Bacharelado em Farmácia – Faminas – Muriaé – MG
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Diclofenaco Sódico, Identificação, Doseamento.

INTRODUÇÃO: O diclofenaco sódico é um antiinflamatório não-estereóide que está entre os mais amplamente utilizados de todos os agentes terapêuticos [1]. Este fármaco é instável em meio ácido, tendo seu uso limitado pela alta incidência de efeitos indesejáveis sobre o trato gastrointestinal [2]. O Controle de qualidade é uma ferramenta imprescindível para averiguar a conformidade de fármacos, medicamentos, insumos, dentre outros com as especificações estabelecidas [3]. A titulação em meio não aquoso baseia no conceito de Bronsted Lowry, que condiz que ácido é qualquer substância capaz de doar prótons a uma outra substância, enquanto base é qualquer substância capaz de recebê-los [4]. O objetivo dos relatos é identificar uma matéria prima de diclofenaco sódico e titulá-la na função potenciométrica para obtermos um produto de comparação, tendo a Farmacopeia Britânica como principal referência de desenvolvimento dos métodos utilizados, e repetir os mesmos métodos em comprimidos éticos, genéricos e similares na cidade de Muriaé – MG, levando em consideração que os excipientes contidos, não serem fator de interferência no êxito dos práticas realizadas. **METODOLOGIA:** Todas as análises foram conduzidas seguindo os métodos descritos pela Farmacopeia Britânica (FB, 2013), onde foram realizados testes físico-químicos frente ao laudo fornecido referente ao produto e submetido ao infravermelho. Realizou-se a titulação potenciométrica em triplicata através do método de volumetria em meio não-aquoso em um peagmetro. Os mesmos procedimentos foram realizados com os comprimidos, utilizando-se de três amostras; genérico, ético e similar, e comparados com os parâmetros estabelecidos da quantia declarada de princípio ativo. **RESULTADO E DISCUSSÃO:** Primeiramente foi efetuado o teste de solubilidade, obtendo-se resultados satisfatórios. Confirmou-se seu aspecto, um pó cristalino a quase branco visualmente, verificou-se seu ponto de fusão que apresentou uma faixa de 280°C a 283°C. Na perda por dessecação o valor encontrado foi de 0,4% da amostra de diclofenaco sódico podendo ter perda de no máximo 0,5%. O teor encontrado na substância ativa na titulação potenciométrica foi de 99% demonstrando que a substância avaliada está de acordo com a quantia declarada pela Farmacopéia Britânica (FB, 2013), sendo assim a mesma foi tomada como substância de comparação para determinar o teor das amostras. As amostras de Genéricos e Éticos encontravam-se dentro da faixa da quantia declarada para comprimidos, que é estipulado pela Farmacopeia Britânica (FB, 2013), um valor de 90%, no mínimo, e de 110%, no máximo. Nas amostras de comprimidos similares 1 e 2 se apresentam estar fora dos padrões, tendo 118% e 120% respectivamente, em discordância com os valores padrões. **CONCLUSÕES:** Conclui-se que as técnicas de análises adotadas para a identificação e o doseamento do diclofenaco sódico permitiu-se classificar como apto a ser utilizado no controle de qualidade de medicamentos, pois atende às recomendações prescritas na Farmacopeia Britânica, principal referência usada para o desenvolvimento das práticas. **BIBLIOGRAFIA: BIBLIOGRAFIA:** Farmacopéia Britânica. **British Pharmacopoeia**, 2013. [1] RANG, H. P. et al. **Farmacologia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001. [2] Disponível em <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciTechnol/article/download/11654/11654a>> Acesso em 20/05/2013. [3] Disponível em <<http://www.abq.org.br/cbq/2008/trabalhos/4/4-289-113.htm>> Acesso em 20/05/2013. [4] CAMBRAIA, Jose Et Al. **Introdução a biofísica**. Viçosa: UFV, 2000. [5] SILVERSTEIN, Robert M et al. **Identificação espectrométrica de compostos orgânicos**. 6.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

Área de Conhecimento do CNPq 4.03.00.00-5 - Farmácia

PERFIL DE PARTICIPANTES DO PROGRAMA DE ATENDIMENTO À TERCEIRA IDADE NA CIDADE DE LARANJAL (MG) E A INFLUÊNCIA DA PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICAS SOBRE O CONSUMO DE MEDICAMENTOS.

Mila Silva **RIBEIRO** (IC- mimisribeiro@hotmail.com)¹ Randara Caneschi **SANTOS** (IC)² Maria Eliza Franzini **GOÑALVES**(IC)³ Mariana Condé **GOMES** (IC)⁴Juliana Maria Rocha **SILVA**(PQ)⁵

1Curso de Farmácia 2. Curso de Farmácia. 3. Curso de farmácia 4. Curso de farmácia 5. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 -Muriaé- MG

Palavras-Chave: Medicamentos, Atividade física, Idosos.

INTRODUÇÃO: Tem se observado uma aumento gradativo da longevidade e esse aumento esta relacionado ao uso de medicamentos que constitui-se hoje uma epidemia entre idosos devido ao aumento da prevalência de doenças crônicas e das sequelas que acompanham o avançar da idade[2]. A longevidade também esta relacionada aos bons hábitos de vida como à prática da atividade física. A relação entre atividade física, saúde, qualidade de vida e envelhecimento vem sendo cada vez mais discutida e analisada cientificamente, atualmente é praticamente um consenso entre os profissionais da área da saúde que a atividade física é um fator determinante no sucesso do processo do envelhecimento [1].**MATERIAL E MÉTODOS:** Estudo transversal, realizado em um grupo de terceira idade, localizado na cidade de Laranjal (MG), no mês de outubro de 2013. Os dados foram coletados a partir de um questionário, de 10 questões. Participaram do estudo 30 idosos, foi solicitada ao entrevistado a assinatura do Termo de Consentimento as questões eram relacionadas ao sexo, idade e grau de escolaridade, e também tinham por finalidade avaliar os medicamentos mais utilizados, as doenças existentes e a influência da prática de atividades físicas, no uso de medicamentos realizados pelos idosos.**RESULTADOS E DISCUSSÃO:** As mulheres correspondiam a 76,7%(23)e os homens 23,3%(7) dos entrevistados que estavam na faixa etária de 60 a 95 anos, é apresentavam baixo grau de escolaridade. 83,3%(25) dos entrevistados afirmaram fazer atividades físicas. Todos os entrevistados apresentavam alguma doença 47.1%(25) eram hipertensos,16,9%(9)diabéticos,15%(8)depressivos, outras doenças com artrose, labirintite e colesterol representavam 20,8%(11)dos entrevistados. Em consequência das doenças os idosos fazem uso de vários medicamentos, muitas vezes ate sem orientação médica, dentre os medicamentos utilizados por orientação médica os mais utilizados são anti – hipertensivos e benzodiazepínicos seguidos por hipoglicemiantes, antidepressivos, e hipocolesterolemiantes. Dos 25 entrevistados que fazem atividade física, 8 relataram que após adquirirem o hábito da atividade física tiveram, a dose de seus medicamentos diminuídas (4 diminuíram a dose de medicamentos para dormir, 2 diminuíram a dose de medicamentos para colesterol, e 2 diminuíram a dose de medicamentos antidepressivos), e 3 afirmaram que deixaram de tomar medicamentos (2 utilizavam medicamentos para colesterol, e 1 medicamento para dormir). A longevidade é fator principal dos idosos, utilizarem um grande número de medicamentos pois com o passar do tempo as funções orgânicas vão se alterando, precisando de um auxílio farmacológico e também por não receberem orientação de quem lhe receita e de quem vende o medicamento.A prática de atividade físicas na terceira idade é de extrema importância pois se realizada de forma correta e adequada pode prevenir doenças e como foi mostrado nesta pesquisa e levar a diminuição de dose ou de medicamentos utilizados pelos idosos em doenças já existentes. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclui – se que os idosos precisam de mais atenção e orientação em relação ao uso de medicamentos e que as atividades físicas são de extrema significância na vida dos idosos, pois melhoram à saúde, bem estar físico e mental.**REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS:**[1]Matsudo, Sandra Mahecha; et al.**Atividade física e envelhecimento: aspectos epidemiológicos**. In<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151786922001000100002&script=sci_arttext> Acesso em: 18/09/2013[2]Secoli, Sílvia Regina. **Polifarmácia: interações e reações adversas no uso de medicamentos por idosos**. In <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v63n1/v63n1a23.pdf>> Acesso em: 18/09/2013.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.03.00.00-5- Farmácia

PARÂMETROS SOBRE O USO DE MEDICAMENTOS BENZODIAZEPÍNICOS NA CIDADE DE ESPERA FELIZ, MINAS GERAIS.

Bruna Maria Magro PEREIRA¹(magro.brunamaria@gmail.com), Amanda Laviola de Andrade¹, José Cláudio Bouzada de Andrade², Samuel Ferreira da Silva³.

1. Discentes do Curso Bacharelado de Farmácia; 2. Discente do Curso Bacharelado de Biomedicina; 3. Docente Orientador. Faculdade de Minas - FAMINAS – 36830-000 - Muriaé-MG.

Palavras-chave: sedativos, uso indiscriminado, psicoddependência.

INTRODUÇÃO: A sociedade contemporânea é definida como instável e “estressante”. A fim de minimizar os efeitos do stress causado por esse novo modo de vida, tornou-se um hábito comum o uso de medicamentos considerados calmantes ou relaxantes. Entre os mais usados estão os Benzodiazepínicos (BZD), usados principalmente para o tratamento da insônia grave e do stress, agindo como sedativo, ansiolítico e relaxante muscular principalmente¹. Atualmente, os benzodiazepínicos estão entre os medicamentos mais utilizados no mundo, e indicado por vários autores como um dos mais consumidos no Brasil. Incluído na Portaria SVS/MS 344, de 12 de maio de 1998, os benzodiazepínicos integram a categoria dos medicamentos sujeitos a “controle especial”, por causar dependência ao usuário contínuo. A dependência se encontra em grupos distintos, podendo ser classificada de acordo com o objetivo do uso de BZD. Têm-se, principalmente, os chamados usuários noturnos, aqueles que fazem o uso da droga por apresentar quadros de insônia e stress³. O presente estudo teve por objetivo analisar os aspectos do uso de medicamentos benzodiazepínicos destacando aqueles mais vendidos em farmácias e drogarias, com relato de profissionais farmacêuticos sobre o uso destes na cidade de Espera Feliz, Minas Gerais. **MATERIAL E MÉTODOS:** Foi realizada uma pesquisa de campo com a aplicação de um questionário estruturado, tendo como público alvo Farmacêuticos Responsáveis Técnicos atuantes em Farmácias e Drogarias da cidade de Espera Feliz-MG totalizando uma amostra de doze questionários, totalizando 100% dos estabelecimentos comerciais que tenham estes profissionais atuantes na cidade de Espera Feliz, aplicados no período de Outubro de 2012 e Novembro de 2012. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A partir da análise das respostas obtidas por intermédio do questionário, observa-se a frequência do uso de medicamentos benzodiazepínicos se destacando o Clonazepam (22%), o Bromazepam (18%), o Alprazolam (16%), o Cloxazolam (14%) e o Diazepam (11%), respectivamente. Estes se apresentam como os mais citados pelos farmacêuticos questionados como os mais utilizados por pacientes/clientes usuários deste tipo de droga farmacêutica. Segundo esses farmacêuticos, os BDZ anteriormente citados como os mais consumidos muitas vezes, são prescritos em associação a outras drogas farmacêuticas como, por exemplo, os antidepressivos (fluoxetina, paroxetina etc.). Esta associação dos BZD e dos antidepressivos resulta na potencialização do efeito do primeiro, ou seja, produz um aumento do efeito sedativo e prejuízo psicomotor e de memória nos usuários². **CONCLUSÃO:** Conclui-se, a partir dos dados obtidos que o uso de benzodiazepínicos na cidade de Espera Feliz tem crescido de forma indiscriminada e abusiva, o que pode resultar em constantes quadros de dependência por parte dos pacientes. **BIBLIOGRAFIA:** 1 - MENDONÇA, Reginelto Teixeira; CARVALHO, Antônio C. Duarte de. O Consumo de Benzodiazepínicos por Mulheres Idosas. *Saúde Mental Álcool e Drogas. rev.* [online]. 2005, vol. 01; n.02. artigo 08. 2 – MORENO, R. A.; MORENO, D. H.; SOARES, M. B. M.; *Psicofarmacologia de Antidepressivos; Revista Brasileira de Psiquiatria*; vol.21; São Paulo; 1999. 3- SILVA, A. P. P. et al. Estudo comparativo do consumo de benzodiazepínicos entre drogarias e farmácia de manipulação na cidade de Goiânia-Go; *Monografia; Universidade Católica de Goiás*; Goiânia, GO; 2004. 5 – Senso demográfico das cidades brasileiras, disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 29 de março de 2013.

Área de Conhecimento (CNPQ): 4.03.00.00-5 – Farmácia.

PROPAGANDAS DE MEDICAMENTOS EM REVISTAS MÉDICAS: MARKETING OU SEGURANÇA?

Wesley Vieira MORAES (IC - owenmoraes@hotmail.com)¹, Fernanda Alves MATHIAS (IC)¹, Ronaldo José Pacheco JÚNIOR (IC)¹, Gisele de Souza SILVA (IC)² e Juliana Maria Rocha e Silva CRESPO (PQ)³

1. Curso de Farmácia; 2. Curso de Enfermagem; 3. Professor/Orientador Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Anúncios, OMS, Medicamentos.

INTRODUÇÃO: A automedicação e o uso irracional de medicamentos vêm crescendo devido a diversos fatores políticos, econômicos e culturais [1]. As propagandas de medicamentos em diversos meios de comunicação estimulam de forma indireta seu consumo inadequado, dando a impressão que não causam problemas à saúde, apenas benefícios [2]. Os argumentos visuais e não visuais utilizados nas propagandas incentivam o médico na escolha do fármaco para o paciente [3]. Considerando a importância do tema, o presente estudo objetiva documentar e analisar a qualidade das propagandas de medicamentos em revistas médicas, segundo critérios éticos estabelecidos pela OMS. **METODOLOGIA:** Foram selecionadas três classes de Revistas Brasileira destinadas aos profissionais médicos; sendo 26 Revistas Brasileira de Anestesiologia (RBA), 3 Revistas Brasileira de Medicina (RBM) e outras 2; ambas com edições variadas e bimestrais do ano de 2003 à 2012. Foi analisada a qualidade das propagandas utilizando como base os Critérios Éticos para a Promoção de Medicamentos, da OMS, sendo estes básicos e obrigatórios. Em seguida, foram selecionados os anúncios com base nas classes terapêuticas mais presentes. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** No total, foram encontrados 72 anúncios de propaganda de medicamentos, sendo 56 na RBA, 13 na RBM e 3 em outras. Estes continham: Nome genérico (RBA (n=3) 5,35%, RBM (n=0) 0%, outras (n=0) 0%), mecanismo de ação (RBA (n=3) 5,35%, RBM (n=2) 15,38%, outras (n=1) 33,3%), efeito farmacológico (RBA (n=56) 100%, RBM (n=13) 100%, outras (n=3) 100%), indicação (RBA (n=56) 100%, RBM (n=12) 92,3%, outras (n=3) 100%), contraindicações (RBA (n=56) 100%, RBM (n=13) 100%, outras (n=3) 100%), reações adversas (RBA (n=52) 92,85%, RBM (n=11) 84,6%, outras (n=3) 100%), fabricante (RBA (n=56) 100%, RBM (n=13) 100%, outras (n=3) 100%). Apenas dois deles aparecem em menos da metade dos anúncios: “nome genérico” e “mecanismo de ação”. Os grupos terapêuticos mais anunciados foram anestésicos (n=26) 36,1%, anti-hipertensivos (n=23) 31,9%, bloqueadores (n=9) 12,5%, antiestrogênicos (n=4) 5,5%, antineoplásicos (n=9) 12,5% e analgésicos (n=1) 1,3%. Os Laboratórios presentes nos anúncios foram: Cristália (n=50) 69,4%, BioChimico (n=19) 26,3% e Eurofarma (n=3) 4,1%. Considerando que quase todos os produtos são importados pelas mesmas empresas, entende-se que há um duplo padrão de conduta dos fabricantes de acordo com a exigência e regulamentação existente da mesma [4]. **CONCLUSÕES:** Pode-se dizer que os medicamentos são vistos e tratados como um simples bem de consumo, onde o importante é gerar lucro. Fato este, resultante das propagandas incompletas em revistas médicas cometendo infrações gravíssimas? Eis a questão. Referente ao estudo observa-se que a real importância dos laboratórios/indústrias era promover seu marketing; não obstante, deixando de lado informações valiosas e importantes a respeito dos fármacos; que farão total diferença no conhecimento técnico-científico dos médicos no momento da prescrição, com a finalidade de evitar erros, promover, proteger e recuperar a saúde da população. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ARAUJO, A. L. A.; UETA, J. M.; FREITAS, O. Assistência farmacêutica como um modelo tecnológico em atenção primária à saúde. *Rev. Ciênc. Farm. Bás. Apl.*, v. 26, n.2, p. 87-92, 2005. [2] AQUINO, D. S. D. Por que o uso racional de medicamentos deve ser uma prioridade? *Rev. Ciênc. & Saúde Col.*, 13(Sup):733-736, 2008. [3] PIZZOL, F. D.; SILVA, T. D.; SCHENKEL, E. P. Análise da adequação das propagandas de medicamentos dirigidas à categoria médica distribuídas no Sul do Brasil. *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, 14(1):85-91, jan-mar, 1998. [4] FAGUNDES, M. J. D. et al. Análise bioética da propaganda e publicidade de medicamentos. *Rev. Ciênc. & Saúde Col.*, 12(1):221-229, 2007.

Área do Conhecimento (CNPQ): 4.03.00.00-5 – Farmácia

CBS 075

QUANTIFICAÇÃO DE MATÉRIA PRIMA DE MALEATO DE ENALAPRIL E COMPRIMIDOS DISTRIBUIDOS NOS PSF's E GENÉRICOS DISPENSADOS NAS FARMÁCIAS DO MUNICÍPIO DE MURIAÉ-MG

Alex Santos **CARRARO** (IC)¹, Werkison Martins Vermelho (IC)¹, Samuel Ferreira da Silva (PQ)².

1. Discente do Curso Bacharelado de Farmácia; 2. Docente Orientador.

Faculdade de Minas - FAMINAS – 36.880-000 - Muriaé-MG.

Palavras-Chave: Enalapril, Doseamento

INTRODUÇÃO: O Maleato de Enalapril possui fórmula molecular C₂₀H₂₈N₂O₅. C₄H₄O₄, é um pró-fármaco pertencente à classe dos inibidores da enzima conversora de angiotensina (ECA), possui pequena atividade farmacológica até ser hidrolisado no fígado pela ação da esterase passando a ser o fármaco Enalaprilato (Ácido enalaprilico) [3]. O Enalaprilato que é um potente inibidor de (ECA) altamente específico e de longa ação [2]. O objetivo desse trabalho foi realizar a identificação e a quantificação da matéria e quantificar três lotes do medicamento distribuído gratuitamente nos PSF's e três genéricos vendidos em uma farmácia de Muriaé-MG.

MATERIAL E MÉTODOS: Este trabalho. Foi adquirido 5g de matéria prima em uma farmácia de manipulação da cidade de Muriaé – MG juntamente ao seu certificado de análise do controle de qualidade do fabricante. Foram realizados os testes físico-químicos, de identificação e quantificação do produto tendo seus resultados conferidos ao laudo de análise do fabricante e a legislação vigente [1]. Foram realizados os testes físico-químicos nos comprimidos seguindo a metodologia presente na Farmacopéia Brasileira 5ª edição. Para o doseamento dos comprimidos de maleato de enalapril não foram encontradas metodologias validadas, sendo assim foi utilizada da mesma metodologia para matéria prima descrita na Farmacopéia Brasileira 5ª edição.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: A matéria prima do maleato de enalapril apresentou características físico-químicas condizentes aos parâmetros exigidos na Farmacopéia Brasileira 5ª edição e ao laudo de análises do fabricante, apresentando ponto de fusão dentro das normas, demonstrando assim sua pureza, juntamente aos resultados apresentados pelo infravermelho identificando a matéria prima apresento picos referentes aos agrupamentos do mesmo. O doseamento da matéria prima foi realizado pelo método da titulação potenciométrica sendo utilizadas os recursos de primeira e segunda derivadas com gráficos plotados no programa OrigimPro 8. Nesse doseamento da matéria prima apresentou uma média de 99,65% de teor, e apresentou uma pequena diferença quanto ao laudo de análise do fabricante que indicou 99,82%, se adequando a legislação vigente. O doseamento dos comprimidos de maleato de enalapril apresentaram resultados positivos segundo a legislação vigente, apresentado a média de 93,58% nos lotes de Genérico e 96,86% nos medicamentos dispensados em PSF's.

CONCLUSÕES: Após a realização de todos os testes da matéria prima e assim feito a sua conferência perante o laudo e legislação vigente pode ser observado que a matéria prima adquirida na farmácia de manipulação de Muriaé – MG esta de acordo com as especificações do produto. Pelo fato de não haver informações sobre o doseamento de comprimidos de Maleato de Enalapril por titulação potenciométrica foi utilizado a metodologia para princípio ativo. Este apresentou resultados satisfatórios por nenhum dos teores encontrados nos teste estarem fora dos padrões estabelecidos em legislação vigente, assim demonstrando aprovação dos medicamentos.

AGRADECIMENTOS: À FAMINAS pela realização do trabalho.

BIBLIOGRAFIA: [1] FARMACOPÉIA Brasileira. 5 ed. Brasília: 2010; [2] KULKAMP, Irene Cledes. Avaliação da qualidade em cápsulas manipuladas de antihipertensivos. Validação de metodologias analíticas: titulométrica, espectrofotométrica e cromatográfica. Florianópolis, 2003; [3] RANG, H. P.; DALE, M. M.; RITTER, J. M.; MOORE, P. K. O sistema vascular. In: Farmacologia. 5 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. Cap. 18, p. 325-348.

Áreas de Conhecimento (CNPq): 4.03.00.00-5 – Farmácia.

CBS 076

TRIAGEM FITOQUÍMICA DOS EXTRATOS AQUOSO E ALCOÓLICO DAS FOLHAS DE GOSSYPIUM HIRSUTUM L.

Paulo Victor de Oliveira **SANTOS** (IC – paulolaria@hotmail.com)¹, Alexandre Horacio Couto **BITTENCOURT**(PQ)²

1. Discente do curso Bacharelado em Farmácia – Faminas – Muriaé – MG - 2. Docente do curso Bacharelado em Farmácia – Faminas – Muriaé – MG

Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Algodão, Extratos, Triagem fitoquímica.

INTRODUÇÃO: A pesquisa fitoquímica tem por objetivos conhecer os constituintes químicos das espécies vegetais ou avaliar sua presença nos mesmos. Quando não se dispõe de estudos químicos sobre a espécie de interesse, a análise fitoquímica pode identificar os grupos de metabólitos secundários relevantes [1]. Várias substâncias são extraídas dos vegetais, muito delas são responsáveis pela aplicabilidade na alimentação e na saúde. Isto tem sido o estímulo ao desenvolvimento do estudo químico de muitas plantas, dentre os compostos resultantes desse metabolismo podem ser separados os produtos do metabolismo primário que são os glicídios, prótidos e lipídios, e os do metabolismo secundário, que são os compostos terpenos, alcalóides, glicosídeos e vários outros [2]. O algodoeiro é uma planta medicinal que pode ser consumida em forma de chá ou de tintura para diversas problemas de saúde, como a falta de leite materno. As propriedades do algodoeiro incluem sua ação anti-inflamatória, antidiarreica, anti-reumática, bactericida, emoliente e hemostática [3]. O objetivo deste trabalho foi evidenciar metabólitos secundários presente nos extrato aquoso e extrato alcoólico das folhas de *Gossypium hirsutum* L. **METODOLOGIA:** As folhas de *Gossypium hirsutum* L. conhecida popularmente como algodão, foram coletadas no município de Muriaé, MG, no mês de abril de 2014. Após a devida secagem das mesmas, pesou-se 45g das folhas, em rasura e colocou-se para extrair em 200 mL com água, o mesmo processo repetiu-se com o álcool sendo utilizado também como líquido extrator. Para obtenção dos extratos alcoólico e aquoso, foi utilizado o —Processo B de obtenção de Extratos Fluidos da Farmacopéia Brasileira 5ª Ed. [4]. Para a realização da triagem fotoquímica, foi empregado a metodologia de acordo com (SIMÕES, 2001).

RESULTADO E DISCUSSÃO: No extrato aquoso das folhas de algodão os resultados foram positivos para depsídeos e depsídonas, taninos catéquicos, saponinas, ácidos orgânicos e proteínas e aminoácidos, e negativos para cumarinas, alcalóides, glicosídeos cardíacos, esteróides e triterpenóides, polissacarídeos e açúcares redutores. E no extrato alcoólico das folhas de algodão os resultados foram positivos para ácidos orgânicos, depsídeos e depsídonas, cumarinas, taninos catéquicos, esteróides e triterpenóides, e negativo para saponinas, polissacarídeos, açúcares redutores, proteínas e aminoácidos, alcalóides e glicosídeos cardíacos. A evidênciação ou não destes metabólitos é relativamente de acordo com sua extração, então metabólitos não encontrados, além da hipótese de realmente não serem característico do vegetal, também pode não ter sido extraídos como as outras substâncias encontradas.

CONCLUSÕES: Conclui-se a presença e ausência de metabólitos secundários componentes dos extratos aquoso e alcoólico das folhas de algodão, porém, para sua real confirmação teste mais específicos terão de ser realizados.

BIBLIOGRAFIA: [1] SIMÕES, C. M. O. et. al. Farmacognosia: da planta ao medicamento. 3 ed. Porto Alegre: Ed. da UFSC, 2001. [2] SILVA, N. L. A., MIRANDA F. A. A., CONCEIÇÃO, G. M.. Triagem Fitoquímica de Plantas de Cerrado, da Área de Proteção Ambiental Municipal do Inhamum, Caxias, Maranhão. Disponível em <<http://scientiaplana.emnuvens.com.br/sp/article/viewFile/22/14>>: Acesso em 24 ago 2014 [3] Disponível em <<http://www.tuasauade.com/algodoeiro/>> Acesso em 24 ago 2014. [4] Brasil, Farmacopeia Brasileira. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. 5. ed. Brasília: Anvisa, 2010.

Área de Conhecimento do CNPq 4.03.00.00-5 – Farmácia

Felippe Tricotti OLIVEIRA (IC – felippetricotti@hotmail.com)¹, Karen Moreira da SILVA¹, Ana Paula Soares de SOUZA¹, Diego Scalla Gonçalves DUTRA(PQ)².

1. Curso de Fisioterapia;
3. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Síndrome do túnel do carpo, bandagem funcional, fisioterapia.

INTRODUÇÃO: A síndrome do túnel do carpo é uma neuropatia de etiologia ainda desconhecida, a qual ocorre a compressão do nervo mediano em razão do espessamento do ligamento anular do carpo ou pelo aumento do volume de suas estruturas. Podendo apresentar como consequência um quadro de parestesia, dormência e formigamento, dor noturna, quadro algico em diagramas específicos da mão e na maioria dos casos, fraqueza na mão comprometida [1]. Acometem principalmente mulheres a partir da quarta década de vida, podendo ser bilateral em 50% dos casos limitando as atividades e a capacidade para o trabalho [2]. A bandagem funcional surgiu como uma técnica que objetiva a modificação da mecânica dos segmentos maleáveis, proporcionando repouso às estruturas danificadas ou comprometidas, melhorando a funcionalidade dos segmentos, recuperando assim, a função deficitária sem anular outras mecânicas naturais vinculadas aos segmentos tratados com as bandagens [3]. **OBJETIVO:** Com o propósito de avaliar a evolução do tratamento fisioterapêutico convencional associado ao kinesiotape, foi realizado a goniometria no segmento a ser estudado e a escala visual de dor em um paciente do sexo masculino, 38 anos de idade com acometimento do membro superior direito que realizou o tratamento na clínica escola da Faminas campus Muriaé, submetido ao tratamento convencional de alongamentos e fortalecimento dos flexores e extensores de punho associado à aplicação da bandagem funcional para contensão e relaxamento muscular durante 5 sessões. **METODOLOGIA:** Para análise da evolução foi realizado uma avaliação inicial e a avaliação final de forma individual pelo mesmo estagiário, contendo como critério avaliativo: grau de força muscular; goniometria; testes especiais (teste de Phalen Invertido e teste de percussão de Tinell). Os testes foram realizados com o paciente sentado na postura neutra, para melhor percepção do paciente. Sendo um método adaptativo e de tempo de duração indeterminado. O paciente iniciou o tratamento fisioterápico sem edema, com grau de dor 6 - dor severa, relatado ao visualizar a escala visual da dor, encurtamentos de flexores e extensores de punho, com valores de goniometria para flexão de 45°, extensão 35° desvio radial 10° e desvio ulnar 30°, verificado grau de força 4 e testes de Phalen Invertido e de Tinell positivos. Permaneceu com a bandagem funcional por em média 48 horas após a aplicação segundo seus relatos. **RESULTADOS:** Após a avaliação final, o tratamento mostrou-se positivo na diminuição da dor, finalizando as sessões com grau de dor 2 - dor leve, na amplitude de movimento obtendo goniometria de flexão e extensão de 90°, desvio radial de 18° e desvio ulnar de 35° e no grau de força, apresentando no final das sessões grau de força 5.

CONCLUSÃO: Conclui-se que a utilização da técnica de kinesiotapping para a contensão e relaxamento muscular, proporcionou efeitos positivos no ganho de amplitude de movimento, na melhoria dos eixos de movimentos estudados e significativamente, uma melhoria do quadro algico. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Reabilitação na síndrome do túnel do carpo, Santos CMT & Pereira CU, Arq Bras Neurocir 28(4): 159-162, dezembro de 2009 [2] Seda H, Chiconelli JR: Síndrome do túnel do carpo. In: Síndromes dolorosas: Diagnóstico Terapêutica Saúde Física e Mental, editor Renaud Alves Menezes, Revinter, Rio de Janeiro, 1999, pp 132-136. [3] Fernandes, C.H. Síndrome do túnel do carpo. Federação Sul-Americana de Cirurgia da mão, São Paulo, 2013

Área do Conhecimento (CNPq): 4.00.00.00-1 - Ciências da Saúde

Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 - Fisioterapia e Terapia Ocupacional

Felippe Tricotti OLIVEIRA (IC – felippetricotti@hotmail.com)¹, Karen Moreira da SILVA¹, Ana Paula Soares de SOUZA¹, Diego Scalla Gonçalves DUTRA(PQ)².

1. Curso de Fisioterapia;
2. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Fratura de platô tibial, Fisioterapia, Reabilitação.

INTRODUÇÃO: As Fraturas do planalto tibial são lesões complexas da articulação e segmentos metafisários. A cirurgia é difícil devido aos padrões de fratura e as complicações associadas. O deslocamento dos fragmentos, o padrão de envolvimento da cartilagem e osso subcondral caracterizam a gravidade da lesão e a estratégia de tratamento. O dano associado aos tecidos moles, a instabilidade do joelho, lesões meniscais e possibilidade de síndrome de compartimento também influenciam nos métodos e planos de tratamento[1]. A adequada avaliação pré-operatória de radiografias simples e tomografia computadorizada (TC) são essenciais para a classificação da fratura e o planejamento do tratamento. Cerca de seis esquemas de classificação anatômica são estabelecidas na prática clínica [2]. O tratamento fisioterapêutico é fundamental após a lesão, podendo ser iniciado imediatamente após cirurgia. O protocolo utilizado procura eliminar o quadro algico, diminuir o edema, recuperar a amplitude de movimento, aumentar o tônus e trofismo da musculatura periarticular e preservar a artrocinemática do joelho. **OBJETIVO:** O presente estudo objetiva avaliar os efeitos de um protocolo de tratamento fisioterápico conservador aplicado em um paciente com fratura de platô tibial em 16 sessões. **METODOLOGIA:** O presente estudo foi desenvolvido na Faculdade de Minas - FAMINAS Muriaé, com o paciente O.B.M, 44 anos, gênero masculino, com fratura do planalto tibial no joelho direito, o qual realizou duas cirurgias para a fixação óssea por meio de uma haste e parafusos. Na avaliação fisioterapêutica auxiliada pela RNM constatou-se o estiramento do ligamento colateral lateral resultando na instabilidade na marcha, rotação medial de ambas patelas e inflamação capsular do joelho direito. O paciente foi tratado com um protocolo de alongamentos e fortalecimentos de cadeia posterior e anterior associado a laserterapia de baixa frequência e exercícios de mobilidade articular no turbilhão, aumentando a frequência de repetições e a intensidade da conduta de acordo com o feedback do paciente. **RESULTADOS:**



CONCLUSÃO: De acordo com os resultados obtidos, verificamos que o plano de tratamento resultou em diminuição do grau de dor do paciente, uma melhora na amplitude de movimento e também uma melhora da propriocepção, podemos concluir então, que a cinesioterapia somada a eletroterapia teve resultados positivos na reabilitação de um paciente com fratura de platô tibial.

REFERÊNCIAS: [1] Belanger M, Fadale P. síndrome de compartimento da perna APOS Exame artroscópica de UMA Fratura do Planalto tibial. Relato de Caso e Revisão da literatura.artroscopia. , 1997; n. 13; pag. 646-651, [2] [Zhu Y, Hu CF, Yang G, Cheng D, Luo CF](#). Inter-observer reliability assessment of the Schatzker, AO/OTA and three-column classification of tibial plateau fractures. - [J Trauma Manag Outcomes](#). 2013 Sep 11;7(1):7.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.00.00.00-1 - Ciências da Saúde

Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 - Fisioterapia e Terapia Ocupacional

Karen Moreira da SILVA (IC – kmoreira.fisio@gmail.com)¹, Nitielli Lorrayne SANTOS (IC)¹, Jéssica Cristina PIRES (IC)¹, Rhayane Marques da CONCEIÇÃO (IC)¹, Ludimila Assis SILVA (IC)¹, Roberta Xavier BRUNO (PQ)²

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professora
Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé – MG.

Palavras-chave: Gonartrose, Degeneração articular, Fisioterapia.

INTRODUÇÃO: A gonartrose é o nome dado ao processo degenerativo do joelho, seja na articulação femorotibial ou femoropatelar ou até mesmo em ambas podendo ser pelo processo do envelhecimento ou excesso de carga, desequilibrando as forças musculares que piora ainda mais o movimento na articulação afetada [1]. Este estudo teve o objetivo de descrever o tratamento fisioterápico e os seus resultados em uma paciente da Clínica Escola FAMINAS – Muriaé com diagnóstico de gonartrose em joelho direito. **MATERIAIS E MÉTODOS:** O estudo foi realizado com paciente do sexo feminino, 69 anos; IMC de 23,6 Kg/m², hipertensa com controle medicamentoso, trabalhava na zona rural, com queixa de dor intensa em joelho direito. À avaliação inicial apresenta: marcha claudicante, grau 10 na Escala Numérica de Dor do tipo latejante, edema com cacifo na região medial do joelho direito, dor à palpação na mesma região que apresenta edema, grau 3 de força muscular de quadríceps e abdutores e reflexo patelar presente. Em exame de imagem (Radiografia) apresentou diminuição de espaço articular da articulação femorotibial. Na goniometria passiva registrou-se: Flexão 130°, Extensão 32°. O tratamento objetivou abolir quadro algico e edema; restaurar a amplitude de movimento; restabelecer força muscular; melhorar estabilidade articular e padrão postural. Conduta fisioterápica: Ultrassom Contínuo, 0,8w/cm², 1 MHz, por 3 minutos em região medial de joelho direito; mobilização patelar e femorotibial passiva; alongamento de isquiotibiais, quadríceps, tríceps sural, adutores, iliopeoaes e tensor da fáscia lata (3 séries de 20 segundos); isometria e isotonia ativa de quadríceps; isotonia de abdutores e glúteos; exercício de ponte; exercícios proprioceptivos no mini-jump e bola; orientação para os exercícios domiciliares e crioterapia. Foram realizadas 16 sessões. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Na 3ª sessão já houve relato de melhora do quadro algico e edema, melhora de mobilidade; na 6ª sessão relatou conseguir realizar a extensão do joelho e melhora nas atividades de vida diária. O quadro algico passou para grau 4 com ausência de dor à palpação; houve aumento da flexão para 140° e a extensão foi para 10°; a força muscular aumentou para grau 4. Não se tem conhecimento de nenhum procedimento capaz de recuperar a lesão já instalada, desse modo, o tratamento é minimizar o avanço da doença, controlar e diminuir o quadro algico, evitar limitações articulares e melhorar a qualidade de vida do paciente [2]. **CONCLUSÃO:** A descrição do estudo teve como objetivo demonstrar o resultado das técnicas utilizadas com uma paciente com diagnóstico de gonartrose. As técnicas escolhidas foram eficazes devido ao relato do paciente na melhora das atividades de vida diária, sendo comprovado com os resultados numéricos da reavaliação, concluindo assim que o protocolo aplicado obteve resultado positivo na evolução positiva do paciente em questão, porém o tratamento fisioterápico ainda deverá ter continuidade.

BIBLIOGRAFIA: [1] GENARO, A.P.V.; NOGUEIRA, L.; RODRIGUES, A.R.S. **Qualidade de vida, equilíbrios e marcha em pacientes com gonartrose.** Rio de Janeiro, 2008.1. [2] OLIVEIRA, K.F. **Artrose.** 2003. Disponível em: [Http://www.interfisio.com.br](http://www.interfisio.com.br) Acesso em 20 set. 2013.

Área de conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional

Hátylla Roberta Carneiro de SOUZA(IC-hatylla_rcs@hotmail.com)¹, Pauliane Sousa SILVA(IC)¹, Iramara Laviola CARVALHO(IC)¹, Juliana Rosa RIBEIRO(IC)¹, Roberta Xavier BRUNO(PQ)².

1-Curso de Fisioterapia; 2-Professora
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

PALAVRAS-CHAVE: Laser, DPOC, camundongos.

INTRODUÇÃO: A doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC) é um problema respiratório característico por obstrução crônica do fluxo aéreo, devido à inalação de gases tóxicos ou partículas lesivas gerando resposta inflamatória nos pulmões. Dentre os fatores o tabagismo é o principal [1,2]. Acomete mais homens acima 75 anos, segundo a OMS 65 milhões de pessoas no mundo tem DPOC de moderada a grave [3,4]. O lavado broncoalveolar (LBA) é um exame que permite verificar o aumento de neutrófilos característico de portadores de DPOC, estas células possuem propriedades que geram destruição do tecido pulmonar e hipersecreção [5]. O objetivo deste estudo é verificar a ação do laser de baixa intensidade no tratamento de DPOC induzido por fumaça de cigarro em camundongos. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo experimental, aprovado pelo comitê de ética e pesquisa da FAMINAS. A amostra foi de 18 camundongos adultos, todos machos da raça Swiss Albino, criados e selecionados no Biotério da Faculdade de Minas - FAMINAS - Muriaé/MG. Foi dividida em 3 grupos: Grupo DPOC (GRUPO A), Grupo DPOC e Laser (GRUPO B) e Grupo Controle (GRUPO C) com 6 camundongos cada. Durante 45 dias os camundongos dos grupos A e B respiraram fumaça de 4 cigarros comerciais por dia dentro de uma caixa de madeira. Após 30 dias de inalação o grupo B recebeu aplicação de laser de baixa intensidade por 15 dias em região de tórax, com potência de 30 mW, comprimento de onda 660 nm e tempo total de 24 segundos. Ao completar 45 dias todos os camundongos foram sacrificados e realizou-se LBA, o material obtido foi centrifugado e feito esfregaço para contagem dos tipos celulares expresso em porcentagem. **RESULTADO E DISCUSSÃO:** Os resultados foram submetidos à análise estatística, descritiva e demonstrados a seguir; a porcentagem de neutrófilos encontrada nos Grupos A, B e C, média ± DP: 13,55 ± 10,25; Grupo A (DPOC): 31%; Grupo B (DPOC + Laser): 17%; Grupo C (Controle): 7%. Observa-se significativa queda em relação ao número de neutrófilos após terapia com Laser entre os Grupos A e B. Neste estudo, houve diferença estatisticamente significativa (p < 0,05) entre os grupos DPOC e DPOC + Laser. Um estudo realizado em 2010 com 30 ratos submetidos à inalação de fumaça de cigarros também foi observado significativa queda de neutrófilos no grupo em que recebeu terapia laser [6]. **CONCLUSÃO:** Através deste estudo é possível sugerir a ação eficaz da terapia à laser de baixa intensidade no tratamento experimental de DPOC, em função da redução significativa do número de neutrófilos no grupo que recebeu terapia a laser.

BIBLIOGRAFIA: [1] BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Doenças respiratórias crônicas - Brasília: **Ministério da Saúde**, 2010. 160 p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, n. 25). [2] NASCIMENTO O; OLIVEIRA J; JARDIM R. **II Consenso Brasileiro sobre Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica.** Brasília. DF. V. 30, ISSN 1806-3713 - NOVEMBRO DE 2004. [3] OLIVEIRA, J. C. A; JARDIM, J. R. B; RUFINO, R. I Consenso Brasileiro de Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC). **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, 26 (supl 1), 2000. [4] PETTY, T. L. The history of COPD. **Jor Chron Obstruct Pulmon Dis.**V.1, n.1, p: 3-14. 2006. [5] TARANTINO, A, B. **Doenças pulmonares.** 7ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. [6] ALVES W, S et al. Terapia com laser 670 nm no tratamento da DPOC experimental em ratos. **ConScientiae Saúde**, v.9, n. 4, pp. 610-617. 2010.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional

CBS 081

ANÁLISE DA CONDIÇÃO COGNITIVA DE UM GRUPO DE ORTOPEDIA COM IDOSOS DA CLÍNICA ESCOLA – FAMINAS

Karen Moreira da SILVA (IC – kmoreira.fisio@gmail.com)¹, Felipe Tricotti OLIVEIRA (IC)¹, Marcos Natan Santos COSTA (IC)¹, Poliane de Azevedo PEREIRA (IC)¹, Rhayane Marques da CONCEIÇÃO (IC)¹, Roberta Xavier BRUNO (PQ)²

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professora
Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé – MG.

Palavras-chave: Envelhecimento, MEEM, Fisioterapia.

INTRODUÇÃO: O envelhecimento hoje faz parte da realidade da sociedade, sendo uma resposta a mudanças de alguns indicadores de saúde, especialmente a queda da fertilidade e da mortalidade e o aumento da esperança de vida [1]. As alterações orgânicas, funcionais e psicológicas do envelhecimento normal resumem a senescência que pode ser agravada pela doença, o que acelera o envelhecimento pelo declínio das funções dos sistemas derivada na maioria das vezes, por modificação neuroendócrina relacionada ao funcionamento cerebral [2]. O Mini Exame do Estado Mental (MEEM) fornece diferentes parâmetros cognitivos em avaliação prática de pacientes geriátricos, porém não diagnostica demência somente com seus resultados [3]. Com o crescimento do envelhecimento, se faz importante a realização de avaliações periódicas das funções cognitivas atuando assim, de forma preventiva. O estudo teve o objetivo de avaliar pelo Mini Exame do Estado Mental (MEEM) idosos de um grupo de ortopedia da Clínica Escola FAMINAS. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Foi aplicado em 4 pacientes com idade entre 50 e 75 anos o MEEM que é dividido em orientação espacial e temporal; memória; atenção/cálculo e linguagem, onde o avaliador realizou as perguntas de forma oral sem interferir na resposta. É realizada a soma de pontos tendo o escore máximo de 30 pontos e o escore que merece investigação é escore menor que 24 pontos em indivíduos com escolaridade acima de 9 anos; o que é o caso dos pacientes e um escore de 17 para indivíduos com menor escolaridade [3]. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os resultados obtidos no teste mostraram que um dos quatro pacientes necessita de maior investigação sobre sua condição cognitiva, conforme mostrado na Tabela 1. No estudo de Chaves & Izquierdo (1992) foi avaliado a capacidade de detecção de demência em grupo de indivíduos com demência, outro com indivíduos deprimidos e outro com indivíduos com controles normais, mostrando que o teste MEEM combinado com outros testes possui um poder elevado em diagnosticar demência [3].

Tabela 1 – Ponto máximo atingido no teste MEEM (1975)

PACIENTE	PONTO MÁXIMO NO TESTE
I.G.F.	27
S.F.	28
C.E.A.D.	26
Z.V.S.	22

Fonte: Prontuário do grupo

CONCLUSÃO: A atuação fisioterapêutica é de extrema importância em todos os aspectos relacionados ao idoso, podendo atuar na área cognitiva com estimulação da memória com perguntas sobre datas, nome dos filhos, a última refeição dentre outros. Em relação à avaliação cognitiva dos pacientes avaliados, conclui-se que somente um necessita de maiores investigações, entretanto, a cognição deve ser estimulada em todos os pacientes para a prevenção de demência.

BIBLIOGRAFIA: [1] MINISTÉRIO DA SAÚDE – Cadernos de Atenção Básica. **Envelhecimento e saúde da pessoa idosa.** Brasília, n.19, 2006. [2] TIBO, M. G. M. **Alterações anatômicas e fisiológicas do idoso.** Rev. Med. Ana Costa, v. 12, n. 2, 2007. [3] CHAVES, M. L. F. **Testes de avaliação cognitiva: Mini-Exame do Estado Mental.** Disponível em <www.cadastro.abneuro.org/site/arquivos_cont/8> Acessado em 28 de maio de 2014.

Área de conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional

CBS 082

ANÁLISE DAS CONDIÇÕES ERGONÔMICAS NO SETOR ADMINISTRATIVO DE UMA PREFEITURA

Valquíria Eveline RABELO (IC – valquiria_2206@hotmail.com)¹, Amanda Duarte Moreira TOLENTINO (IC)¹, Matheus José da Costa TRINDADE (IC)¹, e Diego Scalla Gonçalves DUTRA (PQ)²

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professor.
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 – Muriaé-MG

Palavras – Chave: Fisioterapia nas empresas, Ergonomia, Teste ergonômico.

INTRODUÇÃO: A associação Brasileira de Ergonomia - ABERGO -, em 1998, definiu a ergonomia como uma disciplina que trata da compreensão das interações entre os seres humanos e outros elementos de um sistema, que aplica teorias, princípios, dados e métodos visando aperfeiçoar o bem-estar global dos sistemas [1]. Através dos conhecimentos científicos das áreas humanas e exatas, essa ciência tem por prioridade o estudo do homem em seu trabalho realizando suas tarefas cotidianas [2]. A ergonomia de correção atua de forma restrita corrigindo inadequações ergonômicas que existem no ambiente de trabalho, alterando elementos parciais como: iluminação, ruído, temperatura, etc, prevenindo, portanto, possíveis distúrbios causados pelo mesmo [3]. O presente estudo teve como objetivo analisar as condições ergonômicas de trabalho identificando possíveis fatores de risco à saúde no setor administrativo de uma prefeitura. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Foi realizado um estudo quali-quantitativo do tipo transversal com funcionários do setor administrativo de uma prefeitura da Zona da Mata de Minas Gerais, em Julho de 2014. Os participantes concordaram com a realização do estudo mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para a coleta de dados foi utilizado o questionário “Check-List de avaliação de posto de trabalho informatizado adaptado da literatura do Hudson (Ergonomia aplicada ao trabalho-1996)”, contendo perguntas objetivas, com o intuito de identificar os fatores de risco à saúde no posto de trabalho. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Do total da amostra (n=30) 63,3% (n=19) pertencem ao sexo feminino e 36,3% (n=11) ao sexo oposto sendo a média de idade é de 31,7 anos. Quanto a mesa utilizada 26,6% dos funcionários afirmaram que as dimensões e altura não são apropriadas, 16,6% que as gavetas não são leves, 30% afirmaram não existir espaço para apoiar o antebraço e o espaço para apoiar as pernas é insuficiente para 36% dos participantes. Quando questionados sobre a cadeira, 43,3% afirmaram que ela não é estofada, 56,6% que não é giratória e a altura não é regulável, 53,3% que não existe espaço para acomodação da região lombar acompanhando a curvatura da coluna, 23,3% que o apoio na altura da região dorsal não fornece um suporte firme e 10% que os braços da cadeira prejudicam a aproximação do seu corpo até a mesa de trabalho. Sobre o uso do teclado e mouse 76,6% afirmaram não existir apoio para o punho, 26,6 % que o mesmo não existe para o mouse e 63,3% que ao utilizar o mouse o antebraço não se mantém apoiado na mesa. Considerando a tela de vídeo do computador 20% afirmaram que seus olhos não se encontram no mesmo nível do topo do computador e 26,6% que existem reflexos luminosos na tela. Os acessórios utilizados para trabalho (telefone, máquina de calcular, documentos, canetas e etc...) não estão localizados ao alcance das mãos sem inclinar o tronco para os lados e/ou para frente e para trás em 46,6% e as janelas não possuem cortinas e persianas na sala de 26,6% dos participantes. **CONCLUSÃO:** A partir dos resultados obtidos constatou-se que existe no posto de trabalho em estudo fatores de risco que podem ocasionar doenças osteomusculares, portanto, é necessária a atuação primária do fisioterapeuta, na prevenção e orientação através de palestras e maiores informações sobre a adequação do ambiente de forma ergonômica com a finalidade de evitar possíveis distúrbios.

BIBLIOGRAFIA: [1] JUNIOR, José Ronaldo Veronesi. **Fisioterapia do trabalho: cuidando da saúde funcional do trabalhador.** São Paulo, 2008. [2] NASCIMENTO N. M.; MORAES R. A. S. **Fisioterapia nas empresas: saúde X trabalho.** 3ª Edição, Rio de Janeiro: Taba Cultural, 2000.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional

Estéfane Rufino da SILVA (estefane.rufino@hotmail.com)¹, Patrícia Aparecida da SILVA (silvapatricia925@yahoo.com.br)¹, Gabriela de Brito SANTOS (gabry_fisio@hotmail.com)¹, Elisa Alves PEREIRA (elisaaalves18@hotmail.com)¹, Cristiano Andrade Quintão Coelho ROCHA (cristianorocha@faminas.edu.br)².

1. Acadêmica de fisioterapia; 2. Professor da FAMINAS.

Palavras-chave: Artrite tofácea; ácido úrico; tofos.

INTRODUÇÃO: As doenças reumáticas são as doenças crônicas mais prevalentes na terceira idade sendo mais frequente no sexo masculino [1] e representam importante fator preditor do declínio da funcionalidade [2]. Sintomas articulares crônicos delas decorrentes promovem repercussões negativas na qualidade de vida [3]. A artrite tofácea é uma doença reumática devido ao aumento da concentração de ácido úrico no sangue, o que acarreta a formação de cristais, aos quais se depositam nas articulações e tecidos moles formando os tofos [4]. O presente trabalho teve como objetivo a descrição de caso de uma paciente com artrite tofácea crônica.

MATERIAL E MÉTODOS: Trata-se de um estudo de caso, descritivo, realizado no mês de abril a agosto de 2014, cuja amostra foi composta por uma portadora de artrite tofácea crônica, que reside em Leopoldina-MG. Foi realizada uma entrevista e uma avaliação de pele, onde foi quantificada a quantidade e o tamanho dos tofos nas regiões acometidas. A pesquisa foi feita no domicílio da entrevistada. A participante foi orientada quanto aos objetivos da pesquisa e posteriormente assinou um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Minas - FAMINAS - MG. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A paciente R. C. R. F. 48 anos, aposentada, apresentando gota há 16 anos, não possui casos na família e não realiza dieta específica para o controle do ácido úrico no sangue. Possui as seguintes doenças: anemia, ácido úrico elevado e artrite reumatóide. Os primeiros locais de surgimento dos tofos foram nas mãos, nos cotovelos e na região lateral do pé direito e posteriormente no tecido mole do antebraço e no pé esquerdo. O quadro algico era maior no período da manhã e da noite, apresentando dor em ponta e latejante, a ponto de não poder colocar os pés no solo. Para a analgesia utiliza compressa quente no local da dor. Os fármacos usados são o antiinflamatório e o alopurinol. Na avaliação da pele observou que nas articulações interfalangeanas da mão, a pele se apresentava bastante fina, com erupção de uma substância branca e pastosa, que com sua saída diminuiu o quadro algico e aumentava a ADM. De acordo com a quantidade e o tamanho dos tofos, nesta mesma ordem, foram visto: mão direita 8 tofos, 2,16±1,16cm; mão esquerda 4 tofos, 1,75±0,95cm; tecido mole do antebraço direito 4 tofos, 1,5±0,57cm, tecido mole do antebraço esquerdo 8 tofos, 1,62±0,51cm, cotovelo direito 2 tofos, 2,5±2,12cm, cotovelo esquerdo 1 tufo, 3cm, pé direito 8 tofos, 1,75±0,70cm e pé esquerdo 5 tofos, 1,8±0,83cm.

CONCLUSÕES: O estudo revela que apesar da artrite tofácea crônica ser mais prevalente em pessoas da terceira idade e do sexo masculino, ela pode acometer também de forma crônica o sexo feminino, afetando diversas áreas, possuindo diferentes tamanhos e quantidades de tofos. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SECCHI, J. B.; MARA, L. W. INTERVENÇÕES FISIOTERAPEUTICAS NO IDOSO PORTADOR DE GOTA. Disponível em <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoesaude/article/view/1732>>; Acesso em 06/05/2014. [2] CECHIN D. F.; ARAUJO, M. G. ARTRITE GOTOSA: UM RELATO DE CASO. Disponível em <sites.unifra.br/Portals/36/CSAUDE/2001/artrit_e.pdf>; Acesso em 09/05/2014. [3] ALVES, J. M. A. HIPERURICEMIA E DISTURBIOS DO METABOLISMO DA GLICOSE EM UMA POPULAÇÃO ADSCRITA A UM PROGRAMA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA. Disponível em <www.btdt.ndc.uff.br/tde.../TEDE-Dissert-Juliana%20Andrade.pdf>; Acesso em 09/05/2014. [4] ABREU, A. S.; BARROZO, P. R. S.; MELO, R. R.; NUNES, T. V. ARTROPATIAS MICROCRISTALINAS: GOTA. Disponível em <www.Fisioweb.com.br>; Acesso em 09/05/2014.

Isabella Netto de Almeida CASTRO (IC-isa-bellabittencourt@hotmail.com)¹, Gabriela de Brito SANTOS (IC)², Ana Paula Fernandes de MOURA (IC)³, Rafael Gonzalez de OLIVEIRA (PQ)^{1,3}

1-Curso de Fisioterapia; Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 – Muriaé-MG

Palavras-chave: Reabilitação; Ligamento Cruzado anterior; Fisioterapia

INTRODUÇÃO: O Ligamento Cruzado Anterior (LCA) está localizado na parte central da cápsula articular, fora da cavidade sinovial, que liga a tibia ao fêmur e tem como principal função ajudar na estabilidade da articulação do joelho, evitando a movimentação anterior da tibia em relação ao fêmur, sendo portanto, uma das estruturas anatômicas e funcionais mais importantes do joelho [1]. Lesões no LCA, geralmente decorrem de sobrecarga máxima, principalmente durante as atividades esportivas, quase sempre a lesão é dada por uma manobra de torção e desaceleração súbita [2]; [3]. Esta pesquisa tem como objetivo relatar a atuação da fisioterapia na recuperação da funcionalidade de um indivíduo no pós-operatório de LCA de joelho esquerdo através de um estudo de caso. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de um paciente do sexo masculino, 36 anos de idade, diagnóstico clínico de pós-operatório de LCA, realizando fisioterapia na clínica escola da FAMINAS – Muriaé, durante o período de 01/10/2013 a 05/11/2013, durante 8 sessões de fisioterapia, 2 vezes por semana. Foi realizada a avaliação na primeira sessão sendo realizada inspeção, palpação, reflexo neurológico, avaliação da força muscular e amplitude de movimento através da goniometria. Após a avaliação foram traçados os objetivos e o plano de tratamento. **RESULTADOS:** Na avaliação ficou constatado presença de edema na parte superior da borda patelar e crepitações durante os movimentos de extensão e flexão de joelho esquerdo, marcha claudicante, reflexo patelar normal, teste de força dos músculos isquiotibiais, quadríceps e tríceps sural em grau 5 e amplitude de movimento no movimento de flexão em 108°. Como objetivo de tratamento, foi proposto restauração da amplitude de movimento; manutenção da força muscular e propriocepção. Para o cumprimento dos objetivos de tratamento propostos, foram realizadas as seguintes condutas: Mobilização patelar latero-lateral e crânio-caudal; Mobilização tibiofemoral; Alongamento de quadríceps, de tríceps sural, isquiotibial, Tensor da fâscia lata e fibulares; Fortalecimento de quadríceps, abdutores da coxa, bíceps femoral, reto femoral; exercício de mini agachamento com bola suíça em cadeia cinética fechada; exercícios de propriocepção com o uso de mini-jump e propriocepção na tábua proprioceptiva. Após oito sessões o paciente foi reavaliado. Reflexo patelar normal, diminuição da crepitação durante os movimentos do joelho esquerdo e leve alteração da marcha, força muscular manteve-se preservada com ganho de amplitude de movimento de 108° para 120°, conforme tabela 1.

Tabela 1: Amplitude de movimento pela goniometria após 8 sessões de tratamento

Goniometria: Joelho	Avaliação 01/10/2013		Reavaliação 05/11/2013	
	Direito	Esquerdo	Direito	Direito
Esquerdo				
Flexão	128°	108°	130°	120°
Extensão	0°	0°	0°	0°

CONCLUSÃO: Conclui-se que, a fisioterapia é de suma importância na reabilitação de pós-operatório de LCA. Com apenas 8 sessões de tratamento, foi possível observar uma melhora da amplitude do movimento no paciente além da manutenção do grau de força muscular e propriocepção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: [1] SOARES, M.S. et al. Intervenção fisioterapêutica no pós-operatório de lesões do ligamento cruzado anterior. Ver. Tema, Campina Grande, v. 11, n.16, jan./jun 2011. [2] VEZZANI, S. Ortopedia e Traumatologia: princípios e práticas. Porto Alegre: Artmed. 2003. [3] MARCHETTI, P.H. et al. Desempenho dos membros inferiores após reconstrução do ligamento cruzado anterior. Rev. Motriz, v. 18, n.3, p 441- 448, jun./set., 2012. **Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional**

ATUAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA NA PARALISIA CEREBRAL TIPO TETRAPARESIA ESPÁSTICA

Karen Moreira da SILVA (IC – kmoreira.fisio@gmail.com)¹, Nitielli Lorrayne SANTOS (IC)¹, Kesia Alves de OLIVEIRA (IC)¹, Thais Messias GONÇALVES (IC)¹, Kassia Elisa VARDIERO (IC)¹, Roberta Xavier BRUNO (PQ)²

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professora
Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé – MG.

Palavras-chave: Fisioterapia, Desenvolvimento motor, Paralisia Cerebral

INTRODUÇÃO: O desenvolvimento motor é importante na pediatria, principalmente no caso da Paralisia Cerebral (PC) ou Encefalopatia Crônica não Progressiva da Infância, uma disfunção sensório-motora que ocorre no período de ritmo acelerado do desenvolvimento da criança [1,2]. O presente estudo tem o objetivo de analisar a atuação fisioterapêutica em um paciente de Clínica Escola FAMINAS com paralisia cerebral tipo tetraparesia espástica.

MATERIAIS E MÉTODOS: Paciente do sexo masculino atualmente com 5 anos. Nasceu prematuro e no 4º mês de vida foi diagnosticado PC com comprometimento maior de dimídio direito. À avaliação inicial apresenta hipertonia e encurtamento dos m. isquiotibiais e tríceps sural, preferência no membro superior esquerdo para o alcance de objetos, rola de decúbito dorsal para ventral e vice-versa com pouco auxílio, não engatinha, controle de cabeça satisfatório quando estimulado para sentar, em posição de Buda permanece por alguns instantes, em quatro apoios há ativação da extensão de quadril não apoiando as mãos no solo, possui padrão extensor cruzado de membros inferiores em pé e assume alguns passos com auxílio de fralda abaixo das axilas, possui dificuldade de deglutição e tosse ineficaz ao estímulo. O objetivo do tratamento foi melhorar o padrão respiratório, evitar o acúmulo de secreções, aumentar amplitude de movimento, melhorar controle de cabeça e tronco, melhorar força abdominal, inibir padrão patológico, cumprir etapas do desenvolvimento motor no limite do paciente. A conduta realizada: ausculta pulmonar; manobras de higienização e expansão pulmonar, alongamento de musculatura respiratória acessória; isquiotibiais; tríceps sural e adutores, mobilização do tornozelo, fortalecimento abdominal, sustentação e oscilação de tronco, descarga de peso em membros superiores, rotação e inclinação de tronco, sustentação na bola suíça, atividades lúdicas estimulando alcance manual, *tapping* cervical e na testa, treino de marcha. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram realizadas 16 sessões e foi observado melhora no alongamento dos músculos isquiotibiais e tríceps sural, maior utilização de dimídio direito, rola de decúbito dorsal para ventral sem auxílio, melhora significativa do controle de cabeça, tronco e equilíbrio; permanece em posição de Buda sem auxílio, houve diminuição da extensão do quadril em quatro apoios, ativação da musculatura extensora de cabeça e tronco satisfatória, pequena diminuição do padrão extensor cruzado dos membros inferiores. Os exercícios terapêuticos devem direcionar a dissociação dos membros do corpo para melhorar a coordenação muscular dando um suporte externo à criança para diminuir a rigidez muscular e promover alinhamento corporal [2]. A fisioterapia tem o foco de promover máxima função motora na prática clínica não só para PC, mas sim para afecções neurológicas [3]. **CONCLUSÃO:** A estimulação do desenvolvimento motor em déficit na PC é de extrema importância para seu prognóstico positivo de acordo com a necessidade do paciente com o vínculo da família ao tratamento. O protocolo fisioterapêutico proposto foi eficaz, porém, o tratamento deve ter continuidade para a constante estimulação e melhora do paciente.

BIBLIOGRAFIA: [1] SHEPHERD, R.B. **Fisioterapia em pediatria**. Trad. Dra. Hildegard Thiemann Buckup. 3 ed. São Paulo: Santos, 1995. 421 p. [2] TECKLIN, J.S. **Fisioterapia pediátrica**. Trad. Adriana Martins Barros Alves. 3 ed. Porto alegre: Artmed, 2002. 479 p. [3] GOMES, C. O.; GOLIN, M. O. **Tratamento Fisioterapêutico Na Paralisia Cerebral Tetraparesia Espástica, Segundo Conceito Bobath**. Rev. Neurocienc. 2013;21(2):278-285. **Área de conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional**

ATUAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA NA TENOSSINOVITE DE DE QUERVAIN.

Nitielli Lorrayne SANTOS (IC– nlsantos.fisio@hotmail.com)¹, Karen Moreira da SILVA (IC)¹, Ana Paula Fernandes de MOURA (IC)¹, Isabella Netto de Almeida CASTRO (IC)¹, Marcos Natan SANTOS (IC)¹, Roberta Xavier BRUNO (PQ)².

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professores
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Tenossinovite de De Quervain, Estudo de Caso, Fisioterapia.

INTRODUÇÃO: A Tenossinovite Estenosante de *De Quervain* caracteriza-se por inflamação da bainha do abductor longo e extensor curto do polegar, no 1º compartimento dorsal do punho e está associada à sobrecarga das atividades das mãos e punho podendo apresentar como complicações dor crônica, perda da força e redução da amplitude de movimento [1]. O objetivo deste estudo é descrever o tratamento fisioterápico e os seus resultados em um paciente com Tenossinovite de *De Quervain*. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Este estudo foi realizado na Clínica Escola da FAMINAS (Muriaé), no ano de 2013, com a paciente IMV, 47 anos, sexo feminino, costureira há 38 anos, praticante de musculação e Muay Thai, com queixa de dor no punho esquerdo que piorava ao torcer roupas, costurar e praticar as atividades desportivas. Na avaliação físico-funcional, apresentou dor grau 9 na Escala Visual Analógica; restrição e dor nos movimentos ativos de extensão do punho, desvio ulnar e pronação do antebraço; teste de Finkelstein positivo. Na avaliação goniométrica registrou-se: Flexão 50°, Extensão 30°, Desvio Ulnar 15°, Desvio Radial 10°, Pronação 55°, Supinação 72°. O tratamento objetivou abolir a dor, restaurar a amplitude de movimento e permitir a plena execução de suas atividades de vida diária. Conduta fisioterapêutica: Ultrassom Contínuo, 0,8w/cm², 1MHz, por 6 minutos em região de fásia palmar e em região de dorso de punho (a partir da 6ª sessão); alongamentos (3 séries de 20 segundos) de extensor curto de polegar e abductor longo de polegar, flexores e extensores de punho, fásia palmar, eminência tênar; mobilização passiva do punho e mão; técnica de decoaptação e cisalhamento da articulação radiocárpica; massagem profunda em eminência tênar e em fásia palmar; exercícios proprioceptivos com bola cravo; exercícios ativos de flexo/extensão do punho, pronação e supinação do antebraço e abdução de polegar. Nas 3 últimas sessões, foi aplicado Kinesio Taping em região de abductor longo do polegar e em dorso de punho. Foram realizadas um total de 18 sessões. **RESULTADOS:** Após 18 sessões, no final deste estudo o quadro algico foi abolido e houve ganho de 25° na amplitude de movimento de flexão, de 44° na extensão, 20° no desvio ulnar, 11° no desvio radial, 20° na pronação e 9° na supinação. Antes da aplicação da Kinesio Taping a paciente estava evoluindo de forma gradual e lenta. Com a aplicação da Kinesio Taping nas 3 últimas sessões, a paciente apresentou súbita melhora, com total alívio da dor, melhora na amplitude de movimentos do punho e na execução das atividades de vida diária. **CONCLUSÃO:** A Kinesio Taping em conjunto com a cinesioterapia mostrou-se benéfica na reabilitação da paciente avaliada. Novos estudos devem ser conduzidos para comprovação da eficácia da Kinesio Taping na reabilitação de pacientes com Tenossinovite de De Quervain.

BIBLIOGRAFIA: [1] BRUSCHI, Juliana Fagundes. **TRATAMENTO FISIOTERAPÊUTICO DA TENOSSINOVITE DE DE QUERVAIN: ESTUDO DE CASO**. Rio de Janeiro: Interfisio, 2009. Disponível em: <http://interfisio.com.br/?artigo&ID=354&url=Tratamento-Fisioterapeutico-da-Tenossinovite-de-De-Quervain--estudo-de-caso#> Acesso em: 10/11/2013. [2] FREITAS, Paula Pardini. **REABILITAÇÃO DA MÃO**. São Paulo: Atheneu, 2005. [3] GABRIEL, M^a R. Serra; PETIT, J. Díaz; CARRIL, M^a L. de Sande. **FISIOTERAPIA EM TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA E REUMATOLOGIA**. Rio de Janeiro - RJ: Revinter, 2001. **Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 - Fisioterapia e Terapia Ocupacional**

AValiação DA FUNCIONALIDADE, EQUILÍBRIO E MARCHA EM UMA PACIENTE COM CONDROPATIA PATELAR.

Nitielli Lorryne **SANTOS** (IC- nlsantos.fisio@hotmail.com)¹, Ana Paula Fernandes de **MOURA** (IC)¹, Karen Moreira da **SILVA** (IC)¹, Isabella Netto de Almeida **CASTRO**(IC)¹, Poliane de Azevedo **PEREIRA** (IC)¹ Roberta Xavier **BRUNO** (PQ)².

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professora
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Funcionalidade, Condromalácia Patelar, Fisioterapia.

INTRODUÇÃO: A condromalácia patelar é uma lesão da cartilagem articular deste osso devido ao excesso das forças de cisalhamento (atrito) entre a patela e a porção distal do fêmur durante ou após esforços repetitivos de flexão do joelho. O sintoma mais comum é dor na região anterior do joelho [1]. Os portadores da condromalácia patelar podem ter o equilíbrio e a marcha afetados devido à dor e pelas alterações anatomofisiológicas e biomecânicas, portanto deve-se avaliar estas funções [2]. É necessário investigar o nível funcional dos joelhos dos indivíduos acometidos, com a finalidade de estabelecer relação com a condromalácia e auxiliar na elaboração de condutas preventivas, no tratamento dos indivíduos [3]. O presente estudo tem como objetivo avaliar a funcionalidade, o equilíbrio e a marcha de uma paciente portadora de condromalácia patelar atendida na Clínica Escola da FAMINAS/MG. **MATERIAIS E MÉTODOS:** O presente estudo obteve autorização via assinatura do termo livre e esclarecido. Foram realizados 9 sessões de fisioterapia no período de 12/02/2014 até 02/05/2014. Paciente J.A.S.A., 36 anos, costureira, possui confecção em sua casa e relata trabalhar 15 horas por dia. Diagnosticada com condromalácia patelar em joelho direito, refere queixa de dor contínua no joelho direito grau 10 de acordo com a escala visual analógica, que é o valor máximo. É obesa com IMC 38,67 kg/m² e não faz acompanhamento nutricional. Faz uso contínuo dos medicamentos Meloxicam e Glucosamina ambos de 1,5 mg, para alívio da dor. Foram realizados testes para avaliar a funcionalidade do joelho, do equilíbrio e marcha. A Escala de Lysholm com a finalidade de mensurar o nível funcional do joelho, que contém itens relacionados a sintomas e limitações funcionais do joelho e utiliza uma escala de avaliação de 100 pontos. Para mensurar o equilíbrio e a marcha foi aplicado o Índice de Tinetti, que é compreendido por duas escalas: uma de equilíbrio e uma de marcha. O valor abaixo de 19 pontos e entre 19 e 24 pontos representam respectivamente um alto e moderado risco de quedas. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Ao avaliar o equilíbrio e a marcha pelo Índice de Tinetti a paciente obteve respectivamente 7 e 3, tendo uma pontuação total de 10 de um total de 28. Esse resultado representa uma alta predisposição à quedas. O resultado deste teste comprova o que foi escrito por Machado et al (2005), os portadores da condromalácia patelar podem ter o equilíbrio e a marcha afetada devido à dor e pelas alterações anatomofisiológicas e biomecânicas. Considerando a escala de Lysholm, a paciente obteve 11 de pontuação, sendo assim a funcionalidade do joelho foi classificada em ruim devido sua pontuação ser menor que 64, comprovando o que foi escrito por JÚNIOR et al (2008), os processos inflamatórios, a redução de líquido sinovial, as lesões cartilaginosas podem agravar a amplitude articular comprometendo a funcionalidade do indivíduo. **CONCLUSÃO:** Diante do exposto pode-se afirmar que o objetivo geral deste estudo foi alcançado, uma vez que, os resultados obtidos nos questionários comprovam que a paciente apresenta alterações na funcionalidade do joelho, no equilíbrio e marcha e necessita de tratamento fisioterapêutico até melhora dos sintomas.

BIBLIOGRAFIA: [1] MACHADO, Fabio Alves; AMORIN, Álvaro Andreson. **Condromalácia Patelar: aspectos estruturais, moleculares, morfológicos e biomecânicos**. Rio de Janeiro: Revista de Educação Física, 2005. [2] JÚNIOR, A.A.P.; LIMA, W.C. **Avaliação da síndrome da dor patelofemoral em mulheres**. Fortaleza: RBPS, 2011. [3] JÚNIOR, A. A. P., LIMA, W. C. **Aplicação da escala de Lysholm em indivíduos com síndrome patelofemoral**. Terapia Manual, v. 6, n.26, 2008.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 - Fisioterapia e Terapia Ocupacional

AValiação DA MARCHA EM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS COM QUEIXAS DE INSTABILIDADE POSTURAL E QUEDAS

Amanda Branca **BAESSO** (IC- amandabaessosva@hotmail.com)¹, Maryana Vargas **DONÁ**¹, Juliana Vargas **DONÁ**², Eustáquio Luiz Paiva de **OLIVEIRA** (PQ)³, Roberta Xavier **BRUNO** (PQ)³

1. Curso de Fisioterapia; 2. Curso de Farmácia; 3. Professores.
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 – Muriaé-MG

Palavras-Chave: Marcha, Idosos, Protocolo de Cerny.

INTRODUÇÃO: Até o ano de 2025, segundo as projeções da OMS, o Brasil será o sexto país do mundo em número de idosos [1]. A marcha se altera com o envelhecimento, pelo acometimento de vários sistemas, e dessa forma, o idoso pode apresentar instabilidade postural ficando mais suscetível a quedas, considerada um dos principais causadores de fragilidade, mortalidade, institucionalização de idosos, e conseqüentemente um grande problema de saúde pública [2,3]. Portanto, este estudo tem como objetivo verificar se idosos com queixas de instabilidade postural e quedas apresentam alterações nos parâmetros da marcha. **MATERIAIS E MÉTODOS:** trata-se de um estudo transversal em idosos institucionalizados na cidade de Muriaé/MG. Dois grupos foram avaliados: com e sem queixas de instabilidade postural e quedas (grupo I e II, respectivamente). Foram excluídos idosos com déficits cognitivos e distúrbios ortopédicos. O estudo recebeu parecer favorável onde o responsável pelo Asilo assinou o termo de consentimento livre e esclarecido. Para analisar os parâmetros da marcha adotou-se o protocolo de Cerny conforme descrito por Henriques *et al.* [4]. Os dados foram apresentados em percentual, média e desvio padrão (dp). Para análise estatística foi utilizado o teste *t-student* não pareado admitindo como significante $p \leq 0,05$ (*Graphpad Software*). **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** De 43 idosos residentes no Asilo, 14 compuseram a amostra com média de idade de 74,8 ($\pm 6,8$) anos sendo 64,3% do sexo feminino. Dos indivíduos analisados, 42,9% (n=6) apresentaram queixas de instabilidade postural e quedas (Grupo II). Apesar da maior média de idade no grupo II não foram encontradas diferenças significativas em relação ao grupo I ($p=0,20$). Ao analisar o passo (cm) direito e esquerdo não se observou diferenças significativas entre os grupos I e II ($p=0,27$ e $p=0,38$, respectivamente), também não foram observadas diferenças na passada direita e esquerda, não foram encontradas diferenças na largura da base de suporte, frequência dos passos e velocidade da marcha entre os grupos ($p > 0,05$). Ao estratificar por faixa etária ambas as variáveis analisadas não apresentaram diferenças significativas entre os grupos ($p > 0,05$). A relação entre marcha e instabilidade postural e quedas é contraditória na literatura. Autores mostraram que esta relação é positiva, entretanto, outro estudo não observou relação entre marcha e instabilidade postural e quedas, corroborando nossos resultados [3,5]. **CONCLUSÃO:** Nesta população os parâmetros da marcha não representam fatores com influência na instabilidade postural e quedas podendo essas queixas estar associadas a outros fatores inerentes ao envelhecimento. Novos estudos são necessários, com maior população, para ratificar ou refutar esses achados. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Envelhecimento ativo: uma política de saúde. Brasília (DF): **Organização Pan-Americana da Saúde**, 2000. [2] PEREIRA LSM, BASQUES FV, MARRA TA. Avaliação da marcha em idosos. **O Mundo da saúde** 1999; 23(4): 221-8. [3] MOURA, R. N. et al. Quedas em idosos: Fatores de riscos associados. **Gerontologia**. V 7, n.2, p.15-21, 2001. [4] HENRIQUES, G. R. P.; RIBEIRO, A. S. B.; CORRÊA, A. L.; SANGIARD, R. C. Velocidade da Marcha: A inferência da redução progressiva nas amplitudes da articulação coxofemoral na velocidade da marcha. **Fitness & Performance Journal**. v. 2, n. 3, p. 183-190, 2003. [5] GUIMARÃES, L. H. C. T.; GALDINO, D. C. A.; MARTINS, F. L. M.; VITORINO, D. F. M.; PEREIRA. Comparação da propensão de quedas em idosos que praticam atividade física e idosos sedentários. **Revista Neurociências**. v. 12, n. 2, p. 00-00, 2004.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 - Fisioterapia e Terapia Ocupacional

AVALIAÇÃO DA MEMÓRIA DE CURTA DURAÇÃO EM PACIENTES NEUROLÓGICOS DA CLÍNICA ESCOLA-FAMINAS

Mayara Maria Fazonato **PACHECO** (IC - mayarafazonato@hotmail.com)¹; Iasmin Martins **GUIMARÃES** (IC)¹; Fabrício Monteiro de Castro e **CASTRO** (PQ)²

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professor
Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé-MG

Palavras-chave: memória, TCE, AVE

INTRODUÇÃO: Cognição é a coleção de funções como atenção, compreensão, memória, e raciocínio que permitem que o homem relacione-se com o mundo, mas, após um dano cerebral, estas funções podem ser perdidas comprometendo o processo cognitivo [1]. O acidente vascular encefálico (AVE) e o traumatismo cranioencefálico (TCE) estão entre as doenças neurológicas que mais causam incapacidade física e cognitiva [2]. Entre as funções cognitivas alteradas no AVC destacam-se a memória, atenção e linguagem, e no TCE destacam-se déficits de atenção, memória e velocidade de processamento [2]. A memória é a capacidade de alterar comportamentos em função de experiências anteriores [3]. A memória de curta duração consiste no estoque temporário de informações recentes, a memória de longa duração consiste no armazenamento de informações por um longo período de tempo [4]. Posto isto, o estudo objetiva avaliar a memória de curta duração em pacientes neurológicos que realizam fisioterapia na Clínica Escola de Fisioterapia – FAMINAS. **MATERIAIS E MÉTODOS:** A pesquisa transversal foi realizada na Clínica Escola da FAMINAS – Campus Muriaé, em maio de 2014. A amostra foi composta por 6 pacientes de ambos os sexos, 2 com seqüelas de TCE e 4 com seqüelas de AVE, sendo 2 idosos (média 64 anos), e 4 adultos (média 43 anos). Foram excluídos pacientes que não apresentavam diagnóstico neurológico. Para avaliar memória de curta duração foi realizado um teste individual onde foi fornecido verbalmente aos pacientes 5 palavras, e pedido que eles repetissem a lista imediatamente, que se lembrassem da lista após 5min e após 30min. A memória normal permite que o indivíduo se lembre de toda lista imediatamente e após 5min, e de pelo menos dois itens após 30min [5].

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Os idosos apresentaram os seguintes resultados: não se lembraram de toda lista imediatamente e após 5 minutos, lembraram-se de pelo menos dois itens após 30 minutos. Os adultos apresentaram os seguintes resultados: Adulto 1 e 2: concluíram o teste sem apresentar déficit de memória de curta duração; adulto 3: se lembrou imediatamente da lista fornecida, não se lembrou após 5 minutos, e após 30 minutos se lembrou de pelo menos dois itens da lista; adulto 4: não se lembrou imediatamente e após 5 minutos de toda lista, após 30 minutos se lembrou de pelo menos dois itens da lista. É importante, e cabe ao fisioterapeuta avaliar a memória de longa e curta duração, porém comprometimentos da memória de curto prazo oferecem maior impacto sobre o sucesso do tratamento [5]. Em uma sessão de fisioterapia, comandos verbais e orientações dadas ao final de cada sessão pelo fisioterapeuta, podem ser esquecidas e não praticadas quando se tem um déficit na memória de curto prazo, visto que esta armazena as informações recentes por pequeno período de tempo, comprometendo o sucesso do tratamento [4]. **CONCLUSÕES:** Nos resultados obtidos 4 pacientes apresentaram déficit de memória de curto prazo. Diante da discussão, foi possível concluir que uma boa avaliação, permite um conhecimento maior sobre o paciente evitando o insucesso do tratamento. **BIBLIOGRAFIA:** [1] CARDOSO L. et al. **Utilização de Ambientes Virtuais na Reabilitação de Pacientes com Lesão Cerebral por AVC e TCE.** Edital CT-Saúde, v. 24, p. 1-6, 2004. [2] CALVETTE, L.F. et al. Teste de cancelamento em pacientes com AVC ou TCE: uma revisão da literatura. **Psicologia**, v. 26, n. 2, p. 7-40, 2012. [3] MAGILA, M C; XAVIER, G. F. **Interação entre sistemas e processos de memória em humanos.** Temas em Psicologia da SBP, v. 8, n. 2, p. 143-154, 2000. [4] CANCELA, D.M.G. **O processo de envelhecimento.** Trabalho de Complemento ao Diploma de Licenciatura em Psicologia, Universidade Lusíada do Porto, p. 3, 2007. [5] UMPHRED, D.A. **Reabilitação Neurológica Prática.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

Área do conhecimentos (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional

CAPACIDADE FUNCIONAL EM PACIENTES COM SEQUELAS DE AVC (ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL)

Thatiane Martins Moreira **OLIVEIRA** (IC - thatianemartins12@hotmail.com)¹, Ana Luiza Riguete **NARDE**(IC)¹, Naiara de Cássia **CAMPOS** (IC)¹, Laura Rezende **RODRIGUES** (IC)¹, Juliana Paschoal **NAVAS**(IC)¹, Cristiano Andrade Quintão Coelho **ROCHA**(PQ)²

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professores Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

Palavras-chave: AVC, Índice de Katz, capacidade funcional.

INTRODUÇÃO: O acidente vascular cerebral (AVC) é uma interrupção súbita do fluxo sanguíneo do encéfalo, causado tanto por obstrução de uma artéria caracterizando o AVC isquêmico, quanto por ruptura caracterizando o AVC hemorrágico. Os sinais clínicos estão relacionados diretamente com a localização e extensão da lesão, assim como a presença de irrigação colateral [1]. O conceito de capacidade funcional implica a habilidade para a realização de atividades que permitam ao indivíduo cuidar de si própria e vi- ver independentemente [2]. A capacidade funcional é medida por meio de instrumentos padronizados que avaliam o desempenho do idoso nas atividades da vida diária e nas atividades instrumentais da vida diária. Uma das escalas mais utilizadas para avaliar o desempenho nas atividades da vida diária é a Escala de Independência em Atividades da Vida Diária (EIAVD), ou Escala de Katz [3, 4, 5, 6]. Ela foi desenvolvida para a avaliação dos resultados de tratamentos em idosos e predizer o prognóstico nos doentes crônicos. A EIAVD consta de seis itens que medem o desempenho do indivíduo nas atividades de autocuidado, os quais obedecem a uma hierarquia de complexidade, da seguinte forma: alimentação, controle de esfíncteres, transferência, higiene pessoal, capacidade para se vestir e tomar banho [3]. Sendo assim, o objetivo do trabalho foi avaliar a capacidade funcional em pacientes com sequelas de AVC. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal, cujo para a realização do estudo, foram convidados 10 pacientes que residem no Asilo São Vicente de Paulo de Divino- MG, todos com sequelas devido ao AVC e que recebem tratamento fisioterapêutico, após o esclarecimento do estudo, foi solicitado que os indivíduos assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para realização do presente estudo foi usado o Índice de Katz para avaliação da capacidade funcional. **RESULTADOS :** No total foram entrevistados 10 pacientes não levando em consideração o sexo. A idade média foi de 67,7±11,1 anos. De acordo com o Índice de Katz pode-se observar que 10% são parcialmente dependentes, 30% são dependentes e 60% são totalmente dependentes. Dessa forma, foi possível constatar que nenhuns dos pacientes eram independentes, mostrando que devido ao AVC todos esses idosos entrevistados mostraram um grande grau de comprometimento não tendo sua capacidade funcional preservada. **CONCLUSÃO:** O processo de envelhecimento traz consigo uma perda significativa da capacidade funcional nos idosos e em especial os com sequelas de AVC. A utilização do Índice de Katz mostrou-se eficaz para identificação de alguns itens funcionais do cotidiano. Sendo assim, sugere-se que o tratamento fisioterapêutico seja mais elaborado junto com uma equipe multidisciplinar para que consiga melhorar o estado funcional de idosos institucionalizados em toda sua totalidade.

BIBLIOGRAFIA:[1] Lewis SR. Patogênese. Classificação e epidemiologia das doenças vasculares cerebrais. In: Rowland LP; Merrit (ed). Tratado de Neurologia. 10ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan 2002, p.184-95.[2] Costa EFA, Porto CC, Almeida JC, Cipullo JP, Martin JFV. Semiologia do idoso. In: Porto CC, organizador. Semiologia médica. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan; 2002. p. 166-97. [3] Evans BC, Crogan NL. Building a scientific base for nutrition care of Hispanic nursing home residents. *Geriatr Nurs* 2006; 27:273-9. [4] Einarsson U, Gottberg K, Fredrikson S, von Koch L, Holmqvist LW. Activities of daily living and social activities in people with multiple sclerosis in Stockholm County. *Clin Rehabil* 2006; 20:543-51. [5] Esbensen BA, Osterlind K, Hallberg IR. Quality of life of elderly persons with cancer: a 3-month follow-up. *Cancer Nurs* 2006; 29:214-24. [6] Avila-Funes JA, Garant MP, Aguilar-Navarro S. Relationship between determining factors for depressive symptoms and for dietary habits in older adults in Mexico. *Rev Panam Salud Pública* 2006; 19:321-30.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.00.00.00-1 - Ciências da Saúde

Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 - Fisioterapia e Terapia Ocupacional

Camilla Lopes do **CARMO** (IC camillalc@hotmail.com)¹, Kesia Alves de **OLIVEIRA** (IC)¹, Roberta Xavier **BRUNO** (PQ)²

1- Curso de Fisioterapia; 2- Professora – Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé-MG.

Palavras-chave: Obesidade infantil, Distúrbios do sono, Hábitos do sono

INTRODUÇÃO: Para uma criança, uma noite de sono adequada é pré-requisito para a manutenção do alerta e atividades e interações sociais durante o dia [1]. O presente estudo tem como objetivo geral analisar os possíveis distúrbios do sono causados devido à obesidade em crianças. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal, quantitativo com amostra previamente definida em crianças de escolas públicas, municipais e particulares na cidade de Muriaé/MG. Os diretores das escolas assinaram os termos de consentimento livre e esclarecido autorizando a pesquisa e, o estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em pesquisa da Faculdade de Minas (FAMINAS) respeitando assim, a regulamentação 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. A obesidade foi determinada por meio do cálculo do Índice de Massa Corporal (IMC) e quantificada de acordo com a tabela da Organização Mundial de Saúde (OMS) (Percentil > 97). Como instrumento de coleta de dados adotou-se o Questionário do Sono Infantil de Reimão e Lefèvre (QRL) apenas às crianças com obesidade. O questionário em questão aborda diversos distúrbios de sono da infância e não possui um escore final, porém, obtém-se claramente a presença e frequência com que acontecem os distúrbios, associando o padrão de sono, os costumes e hábitos para dormir. Para análise dos dados foi empregada estatística descritiva simples. **RESULTADOS e DISCUSSÃO:** O universo amostral foi constituído de 110 crianças, sendo 56% meninos e 44% meninas, de 8 e 9 anos. Dentre as crianças estudadas, 33% (n=36) foram avaliadas com o IMC acima do normal. Dessas 44,44% são do sexo feminino. Dos itens avaliados no questionário, foi revelada a seguinte prevalência diária da amostra geral: movimentação excessiva noturna (63,88%), sonolência diurna (19,44%), sonilóquio (fala durante o sono) (16,66%), ronco noturno (11,11%). Considerando os distúrbios que ocorrem uma vez por semana, foi encontrado: pesadelos (38,88%), jactatio capitis (balanço repetitivo e rítmico da cabeça ou do corpo) (19,44%), enurese noturna (16,66%), enurese diurna (16,66%). O terror noturno foi encontrado em uma frequência mensal, onde 5,55% das crianças o relataram. Para a análise da prevalência dos distúrbios do sono foram consideradas as frequências maiores de manifestações: diária e semanal. Foi possível verificar que vários destes transtornos possuem predomínio por um dos gêneros. No caso do gênero feminino foi constatado que os pesadelos (37,5%), o jactatio (25%) e o sonilóquio (12,5%) são mais prevalentes. O gênero masculino teve uma prevalência maior em movimentação noturna (65%), sonolência diurna (25%) e enurese noturna (25%). A procura por um médico pelos pais foi relatada em 5,5% da amostra, porém 80,55% apresentaram algum distúrbio. O mesmo ocorreu em uma pesquisa de Valle et al. sobre a influência do sono na aprendizagem. Ao aplicar o QRL em 258 crianças na faixa entre 6 a 9 anos de idade, foi constatado que apesar do prevalência de distúrbios do sono apresentados, apenas 4,2% dos pais procuraram ajuda para o filho em função de problemas relacionados ao sono [2]. **CONCLUSÃO:** Nesse estudo foi observado que os distúrbios do sono estão presentes em um grande número de crianças, sendo que alguns podem ser observados com predomínio por um dos gêneros. Entretanto, a procura por médicos é relatada em apenas 6 crianças mostrando dessa forma, que os pais ainda não reconhecem o sono como um elemento que requeira ações no sentido de promoção da saúde. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ARAÚJO, P. D. P. **Validação do Questionário do Sono Infantil de Reimão e Lefèvre (QRL)**. 2012. 145 f. Tese (Doutorado em Medicina) – Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 2012; [2] VALLE, LELR; VALLE, ELR; REIMÃO, R. **Sono e Aprendizagem**. Rev. Psicopedagogia. 2009; 26(80):286-90.

Área do conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional

Mayara Maria Fazonato **PACHECO**(IC - mayarafazonato@hotmail.com)¹ lasmin Martins **GUIMARÃES** (IC)¹Fabício Monteiro de Castro e **CASTRO** (PQ)²

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professor
Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé-MG

Palavras-chave: Sequelas neurológicas, equilíbrio, marcha

INTRODUÇÃO: Sequelas neurológicas, como distúrbios posturais, motores e de equilíbrio podem prejudicar a qualidade de vida do indivíduo, sendo imprescindível fisioterapia para a melhora deste quadro clínico [1]. A fisioterapia em grupo traz alívio de sintomas típicos de várias doenças e melhora o estado de saúde global tornando-se efetiva desde que os grupos sejam cuidadosamente ajustados às necessidades dos pacientes [2;3]. A Clínica Escola - FAMINAS realiza fisioterapia neurológica em grupo desde o início de 2014. O objetivo deste estudo é avaliar a marcha e o equilíbrio em pacientes neurológicos submetidos à fisioterapia em grupo. **MATERIAIS E MÉTODOS:** A pesquisa longitudinal foi realizada na Clínica Escola da FAMINAS. A amostra foi de 5 pacientes de ambos os sexos com sequelas de AVE e TCE média de idade de 54,4 anos que realizavam fisioterapia em grupo de fevereiro a maio de 2014. Foram excluídos os pacientes que não apresentavam diagnóstico neurológico. Para avaliar a marcha e equilíbrio foi usado o teste POMA I (Tinetti) composto por 17 tarefas, sendo 11 de equilíbrio e 6 de marcha, pontuadas de 0 a 1 ou de 0 a 2 com escore total de 30 pontos, sendo 21 para equilíbrio e 9 para marcha, quanto maior pontuação melhor o desempenho. O teste contém a tarefa marcha cronometrada na distância de 4,5m sendo esta não pontuada [4]. Foram realizadas 15 sessões de fisioterapia duas vezes na semana por 40min, realizando exercícios ativos de alongamento, mobilidade, fortalecimento, equilíbrio e propriocepção. Após as sessões aplicou-se a reavaliação. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Paciente 1: aumentou os pontos de 6 para 7 no teste de equilíbrio e de 4 para 5 no teste de marcha, com total de 10 e 12 pontos no pré e pós-teste respectivamente. Paciente 2: aumentou de 11 para 12 pontos no equilíbrio e manteve 5 pontos no teste de marcha, somando 16 e 17 pontos no pré e pós-teste respectivamente. Paciente 3: apresentou aumento dos pontos de 10 para 13 no equilíbrio e de 4 para 5 na marcha, no total de 14 e 18 no pré e pós-teste respectivamente. Paciente 4: apresentou um bom desempenho com pontuação de 20 para equilíbrio e 9 para marcha no pré - teste, e obteve pontuação máxima no pós-teste. Paciente 5: teve aumento de 12 para 17 pontos no equilíbrio e manteve a pontuação 7 no teste de marcha, somando 19 e 24 pontos no pré e pós-teste respectivamente. Marcha cronometrada: quatro pacientes abaixaram o tempo ao passo normal na média de 11,25 segundos, e em passos rápidos abaixaram na média de 2,25 segundos, com exceção da paciente 3 que obteve variação mínima 11.18s para 11.40s ao passo normal e manteve 9 segundos a passos rápidos. Os resultados observados corroboram com benefícios da fisioterapia em grupo encontrados em estudos prévios, sendo estes realizados em um grupo de parkinsonianos e em um grupo de hemiplégicos, que obtiveram como resultado a melhora do equilíbrio e da marcha [2;3]. **CONCLUSÕES:** Foi possível observar que a fisioterapia em grupo é eficaz, pois mantém ou melhora as funções avaliadas dos pacientes analisados. Porém, estudos com uma amostra maior são necessários para a comprovação dos achados obtidos. **BIBLIOGRAFIA:**[1] SOUZA RJ, ZEDAN R. Assistência Fisioterapêutica a pacientes com Traumatismo Crânio Encefálico (TCE) em Unidade de Terapia Intensiva (UTI): Relato de Caso. **Revista Hórus**, vol. 7, número 2 (Abr-Jun), 2013. [2] PEREIRA DDC et al. GROUP PHYSICAL THERAPY PROGRAM FOR PATIENTSWITH PARKINSON DISEASE: alternative rehabilitation. **Fisioter. Mov.**, Curitiba, v. 22, n. 2, p. 229-237, abr./jun. 2009.[3] CARVALHO, AC et al. **Projeto Hemiplegia – Um modelo de fisioterapia em grupo para hemiplégicos crônicos**. ArqCiênc Saúde 14(3):161-8 jul-set 2007 [4] O'SULLIVAN SB, SCHMITZ TJ. **Fisioterapia: Avaliação e Tratamento**. 2.ed. São Paulo: Manole, 2004.

Área do conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional

EFEITO DA FISIOTERAPIA EM GRUPO NA MARCHA E NO EQUILÍBRIO DE PACIENTES IDOSOS COM DIAGNÓSTICOS ORTOPÉDICOS DA CLÍNICA ESCOLA-FAMINAS

Mayara Maria Fazonato **PACHECO**(IC - mayarafazonato@hotmail.com)¹; lasmin Martins **GUIMARÃES** (IC)¹; Gabriela de Brito **SANTOS** (IC)¹; Fabrício Monteiro de Castro e **CASTRO** (PQ)²

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professor Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé-MG

Palavras-chave: fisioterapia em grupo, equilíbrio, marcha

INTRODUÇÃO: A fisioterapia em grupo melhora o estado de saúde global e alivia sintomas típicos de várias doenças [1]. No envelhecimento ocorrem mudanças morfológicas e fisiológicas, o idoso tem um declínio funcional na força muscular, equilíbrio e marcha, o que podem levar a quedas afetando sua qualidade de vida [2]. Um comprometimento comum em idosos é a artrose (degeneração articular) com a sua sintomatologia comum nos joelhos e coluna, gerando dores e redução da mobilidade articular [3]. Se a funcionalidade reduz no envelhecimento, é importante manter a independência e prevenir incapacidades que podem ocorrer, sendo necessária a reabilitação para garantir a qualidade de vida [3]. Na reabilitação em grupo o paciente assume a responsabilidade do exercício e rompe o isolamento provocado pela condição que se encontra [4]. Posto isto, o estudo objetiva avaliar o efeito da fisioterapia em grupo na marcha e no equilíbrio de pacientes idosos com diagnósticos de artrose. **MATERIAIS E MÉTODOS:** O estudo longitudinal foi realizado na Clínica Escola da FAMINAS. Compuseram a amostra 2 pacientes de ambos os sexos com idade média de 74,5 anos, e diagnóstico de artrose nos joelhos e coluna, que realizaram fisioterapia em grupo de fevereiro a maio de 2014. Foram excluídos os idosos que não realizavam fisioterapia em grupo. Para avaliar marcha e equilíbrio foi usado o teste POMA I (Tinetti) composto por 17 tarefas, sendo onze de equilíbrio e seis de marcha, pontuadas de 0 a 1 ou 0 a 2 com escore total de 30 pontos, sendo 21 para equilíbrio e 9 para marcha, quanto maior pontuação melhor o desempenho. O teste contém a tarefa de marcha cronometrada na distância de 4,5m sendo esta não pontuada [5]. Foram realizadas 15 sessões de fisioterapia duas vezes na semana por 45min, com exercícios ativos de alongamento, mobilidade, fortalecimento e equilíbrio. Após as sessões realizou-se a reavaliação. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Paciente 1: no teste de equilíbrio teve um aumento de 17 para 18 pontos no pré e pós-teste respectivamente, e manteve a pontuação 9 no teste de marcha, apresentando assim um total de pontos de 26 no pré-teste e 27 no pós-teste. Paciente 2: Manteve a pontuação no pré e pós-teste de 18 no teste de equilíbrio, e 9 no teste de marcha, somando um total de 27 pontos. Marcha cronometrada: ambos os pacientes abaixaram em média 3,04s a passo normal, e 2,8s a passos rápidos. Como o envelhecimento gera a redução da funcionalidade devido ao comprometimento da força muscular, equilíbrio e marcha, levando a quedas em idosos, a melhora ou a manutenção dos mesmos aprimora a funcionalidade do idoso diminuindo assim o risco de quedas nessa população [2]. **CONCLUSÕES:** Os resultados permitem inferir que a fisioterapia em grupo é eficaz, pois mantém ou melhora as funções avaliadas dos idosos analisados. Porém, estudos com uma amostra maior são necessários para corroborar os achados obtidos. **BIBLIOGRAFIA:** [1] PEREIRA D.D.C et al. GROUP PHYSICAL THERAPY PROGRAM FOR PATIENTS WITH PARKINSON DISEASE: alternative rehabilitation. *Fisioter. Mov.*, Curitiba, v. 22, n. 2, p. 229-237, abr./jun. 2009. [2] COQUEIRO, K. R. R.; MOTA, P.; BERTOLUCCE, R. Avaliação da mobilidade orientada pelo desempenho em idosos institucionalizados e não institucionalizados. *Rev. Varia Scientia*, v. 7, n. 14, p. 45-53, 2009. [3] FRANCO, L R et al. Influência da idade e da obesidade no diagnóstico sugestivo de artrose de joelho. *ConScientiae Saúde*, v. 8, n. 1, p. 41-46, 2009. [4] MENDES, L.F; LANCMAN, S. Reabilitação de pacientes com LER/DORT: contribuições da fisioterapia em grupo. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 35, n. 121, p. 23-32, São Paulo, 2010. [5] O'SULLIVAN S.B, SCHMITZ T.J. *Fisioterapia: Avaliação e Tratamento*. 2.ed. São Paulo: Manole, 2004. **Área do conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional**

EFEITOS DO LASER DE BAIXA POTÊNCIA NO TRATAMENTO DE ULCERA TRAUMÁTICA NO PACIENTE DIABÉTICO

Isabella Netto de Almeida **CASTRO** (IC-isa-bellabittencourt@hotmail.com)¹, Dalila Cassin **COSTA**(IC)², Iramara Laviola **CARVALHO** (IC)³, Gabriela de Brito **SANTOS** (IC)⁴, Rafael Gonzalez de **OLIVEIRA**(PQ)^{1,4}

1-Curso de Fisioterapia; Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 – Muriaé-MG

Palavras-chaves: Úlcera; Laserterapia; Cicatrização

INTRODUÇÃO: Uma das principais complicações do Diabetes Mellitus(DM) é a neuropatia sensorio – motora, na qual o portador perde ou minimiza sua sensibilidade tátil e dolorosa, diminuindo a percepção de eventos traumáticos, causando lesões que apresentam retardo cicatricial devido ausência da sensibilidade, gerando frequentemente úlceras suscetíveis a infecções [1]. O tratamento fisioterapêutico para os portadores de DM baseia-se no controle desse tipo de complicação através da aceleração do processo cicatricial dessas úlceras que é conseguida através da terapia a laser de baixa potência, uma vez que o controle da doença em si é realizado através de acompanhamento medicamentoso e reeducação alimentar[2]. Os principais efeitos da laserterapia sobre os tecidos são: estímulo da microcirculação e da produção de colágeno; efeito antiinflamatório, bactericida, analgésico e antiedematoso, sendo, dessa forma, indicado para processos traumáticos, inflamatórios, tratamento de úlceras, queimaduras e feridas[3]. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Paciente J.A.R, 73 anos, sexo masculino, trabalhador rural, portador de Diabete Mellitus tipo 2, com diagnóstico clínico de úlcera traumática. Paciente compareceu a clínica no dia 01/10/2013, apresentando ao exame físico presença de úlcera em dorso do pé e parte distal (**lateral ou medial**) da perna esquerda. Para a mensuração da área, foi utilizado um protetor plástico estéril sobre uma fita métrica, a qual foi posicionada sobre a úlcera e foi delimitada área correspondente a maior largura e altura da ferida. A laserterapia foi realizada pelo aparelho de emissão Laser da marca IBRAMED®, com comprimento de onda de 830 nanômetros e densidade de energia de 4 Joules por cm², potência de 30miliWatts. A aplicação foi feita em toda a margem da ferida com técnica pontual e em seguida, técnica de varredura no interior da ferida. A assepsia da ferida foi realizada pela equipe de enfermagem antes e após a aplicação, seguida de curativo. **RESULTADOS:** O paciente obteve evolução favorável da cicatrização cutânea ao final de nove atendimentos, sendo esses realizados no período compreendido entre 01/10/2013 e 12/11/2013. Obteve-se total cicatrização da úlcera localizada na região distal de perna, e na úlcera de dorso de pé, houve diminuição da área da ferida, acreditando-se que a cicatrização não foi favorável devido a perda da sensibilidade tátil e dolorosa causada pela DM juntamente com o contato direto com o solo. Os dados são observados na tabela 1 e 2.

Tabela 1 – Evolução da cicatrização da ferida em dorso de pé durante 9 sessões de tratamentos

FERIDA DORSO DO PÉ		
Data	01/10/2013	11/12/2013
Largura	7 cm	5cm
Altura	4,2 cm	3,5 cm

Tabela 2 – Evolução da cicatrização da ferida na perna durante 9 sessões de tratamentos

FERIDA PERNA		
Data	01/10/2013	11/12/2013
Largura	1cm	Cicatrização concluída
Altura	6 cm	

CONCLUSÃO: Através da análise dos resultados, pode-se observar que a laserterapia de baixa potência demonstrou ser um recurso favorável à cicatrização de úlceras traumáticas em pacientes diabéticos com perda da sensibilidade tátil e dolorosa. Sugerimos mais estudos na área da laserterapia de baixa potência em diferentes comprimentos de onda e diferentes dosagens, na tentativa de comprovar a eficácia desse recurso como potente cicatrizante dessas feridas. **BIBLIOGRAFIA:** [1] PEDROS.H.C. Pé diabético: Aspectos fisiopatológicos, Tratamento e Prevenção. *Rev. Bras. Neurol. Psiquiat.* V;1 p 131, 2000; [2] WATBAN.F.A, ANDRÉS B.L- Policrômico LED terapia na cicatrização de queimaduras e de ratos não diabéticos. V.21, n5, p. 249-258, 2003; [3] BUSNARDO.V L.; BIONDO.S, M. L. P; Os efeitos do laser hélio-neônio de baixa intensidade na cicatrização de lesões cutâneas induzidas em ratos. *Rev.bras. fisioter.* São Carlos, v. 14,n.1, Feb. 2010; **Área do conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional**

EFICÁCIA DO PROTOCOLO FUNCIONAL EM IDOSOS DO GRUPO DE ORTOPEDIA DA CLÍNICA ESCOLA – FAMINAS

Karen Moreira da SILVA (IC – kmoreira.fisio@gmail.com)¹, Felipe Tricotti OLIVEIRA (IC)¹, Ana Paula Soares de SOUZA (IC)¹, Aline Soares de FREITAS (IC)¹, Gustavo Gomes RIBEIRO (IC)¹, Roberta Xavier BRUNO (PQ)²

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professora
Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé – MG

Palavras-chave: Envelhecimento, Funcionalidade, Fisioterapia.

INTRODUÇÃO: O envelhecimento da população levanta questões fundamentais, por exemplo, o modo de ajudar as pessoas a permanecerem independentes e ativas à medida que envelhecem [1]. As alterações orgânicas, funcionais e psicológicas do envelhecimento normal resumem na senescência e a sensibilidade é as afecções que acometem os idosos por doenças que aceleram o envelhecimento [2]. Com a velhice, há a diminuição da densidade óssea, substituição de tecido muscular por tecido adiposo, aumento da massa cardíaca, diminuição da contratilidade cardíaca, diminuição do recuo elástico pulmonar dentre outras [3]. A atenção básica é a forma mais eficaz para a pessoa idosa e o fisioterapeuta contribui na melhora da qualidade de vida com exercícios funcionais. Este estudo tem como objetivo avaliar a eficácia de um protocolo funcional adotado em idosos do grupo de ortopedia da Clínica Escola FAMINAS, sob a ótica dos usuários. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Os quatro pacientes do grupo possuem idade entre 50 e 75 anos, com diagnóstico de gonartrose (processo degenerativo crônico nos joelhos), alterações musculoesqueléticas e cardiopulmonares comuns na velhice. A conduta fisioterapêutica aplicada teve o objetivo de aumentar a funcionalidade não tratando somente o processo degenerativo nos joelhos, adotando exercícios de forma ativa. Os exercícios foram: alongamento estático ativo de membros inferiores, tronco e membros superiores; fortalecimentos isotônicos e isométricos de membros inferiores com carga de 1 Kg e faixas elásticas (theraband*) alternando em cadeia cinética aberta e fechada, rotações e inclinações de tronco; exercícios respiratórios, exercícios realizados no cotidiano (subir e descer escadas, sentar e levantar da cadeira), Kabat I com carga 1 Kg, atividades lúdicas com bola para melhora do reflexo, deslocamentos de tronco anterior e lateral, treino de marcha com obstáculos, treino de equilíbrio em pé com olhos fechados e propriocepção no mini-jump. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram realizadas 15 sessões de 50 minutos. Com a aplicação da conduta proposta, houve relato de todos os pacientes sobre a diminuição do quadro álgico nos joelhos, o que facilitou no aumento da amplitude de movimento e facilidade na marcha; houve maior sustentação corporal pelo aumento da força muscular; melhora do padrão postural; diminuição dos desequilíbrios no dia-a-dia; diminuição de dispnéia e facilidade da respiração na realização das atividades, além da melhora da autoestima decorrente do convívio social entre outros pacientes da Clínica Escola FAMINAS. Geis (2003) afirma que a prática de exercícios físicos reflete na melhora da resistência aos esforços determinados pelo treinamento físico e também das capacidades intelectuais, trazendo fortalecimento da musculatura, melhora do equilíbrio e estabilidade, diminuindo o risco de quedas, imobilização e aumentando a independência nas atividades de vida diária [3].

CONCLUSÃO: A fisioterapia é de extrema importância em todos os aspectos relacionados ao idoso. O fisioterapeuta tem a função de colocar em prática o conhecimento do movimento associando o envelhecimento normal com o patológico. Em relação aos pacientes conclui-se que os diagnósticos associados ao envelhecimento não foi fator determinante na diminuição da qualidade de vida, observando pelo relato dos pacientes a melhora nas atividades de vida diária. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. Organização Pan-Americana da Saúde. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde.** Brasília-DF, 2005. [2] TIBO, M. G. M. **Alterações anatômicas e fisiológicas do idoso.** Rev. Med. Ana Costa, v. 12, n. 2, 2007. [3] COSTA, A. H.; SILVA, C. C. **Fisioterapia na saúde do idoso: exercícios físicos na promoção da qualidade de vida.** Revista Hórus, v.4, n.1, (N esp.).

Área de conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional

FATORES DE RISCO E DOENÇAS ASSOCIADAS A ÚLCERAS DE MEMBROS INFERIORES DOS PACIENTES DE LASERTERAPIA

Kesia Alves de OLIVEIRA (IC ksaoliveira@gmail.com)¹, Camilla Lopes do CARMO (IC)¹, Lucilene Imaculada de BARROS (IC)¹, Clarissana Araújo BOTARO (PQ)², Roberta Xavier BRUNO (PQ)².

1 – Curso de Fisioterapia; 2 - Professora - Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé-MG.

Palavras-chave: Laserterapia, Úlceras venosas, Fatores de Riscos

INTRODUÇÃO: A etiologia de lesões ulceradas em membros inferiores é diversa, podendo ocorrer em pacientes com diabetes, insuficiência venosa, insuficiência arterial ou por contato prolongado com superfícies rígidas [1]. O reparo tecidual é um processo dinâmico que envolve diversos mediadores, células e matriz extracelular. Estudos apresentam a eficiência do laser em tratamentos de cicatrização de feridas [2]. O objetivo deste estudo é identificar os fatores de riscos e doenças associadas prevalentes dos pacientes inscritos no projeto de laserterapia da clínica escola da Faculdade de Minas - FAMINAS. **MATERIAL E MÉTODOS:** O presente estudo é de caráter transversal descritivo. Os participantes assinaram o termo de Consentimento Livre e Esclarecido autorizando a pesquisa respeitando assim, a regulamentação 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Este trabalho foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Faculdade de Minas (FAMINAS). Os dados obtidos durante a pesquisa foram colhidos através da análise de nove prontuários, sendo que dois foram excluídos, pois não apresentavam dados necessários para o estudo. O período da coleta ocorreu entre o dia 07 a 15 de maio de 2014. Para análise dos dados foi empregada estatística descritiva simples. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O universo amostral deste estudo é de 8 pacientes, com uma média de idade de 56,87 ± 12,67. Havendo predomínio do gênero masculino 6 (75%), renda familiar de até 1 salário mínimo 5 (62,5%) e, a escolaridade dominante foi o ensino fundamental incompleto com 6 (75%) dos participantes. O tempo de lesão dos pacientes varia de 2 até 40 anos, sendo apresentadas de forma unilateral ou bilateral nos membros inferiores. O tempo de tratamento no projeto de laserterapia varia de 4 a 9 meses, sendo realizado 02 sessões por semana. No Quadro 1 e 2, podemos verificar a predominância dos fatores de riscos e as doenças associadas, respectivamente, de acordo com o gênero dos indivíduos.

Quadro 1 - Fatores de Riscos às Úlceras

Fatores de Riscos	Média	Homens	Mulheres
Tabaco	57,14 %	40%	100%
Etilismo	43%	20%	50%

Quadro 2 - Doenças Associadas às Úlceras

Doenças Associadas	Média	Homens	Mulheres
Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS)	71%	80%	50%
Diabetes	43%	40%	50%
Obesidade	14%	-	50%

Os participantes desse estudo apresentaram pouco conhecimento sobre a doença que possuem, o que pode favorecer o desenvolvimento de complicações. Além desse quesito foi observada a presença do tabagismo com predomínio entre as mulheres e a HAS entre os homens, como fator de risco e doença associada à úlcera, respectivamente. **CONCLUSÃO:** Foi possível verificar nesse estudo que o tabaco é um fator de risco prevalente tanto em mulheres quanto nos homens dessa amostra. A HAS é predominante em ambos os sexos, sendo que nas mulheres está pareada com a diabetes e a obesidade. É necessária a implantação de programas de conscientização e desenvolvimento de estratégias preventivas para que esses indivíduos obtenham o hábito de uma vida mais saudável. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ALDUNATE, J.L.C.B. et al. **Úlceras venosas em membros inferiores.** Revista Médica, São Paulo, jul.-dez.;89(3/4):158-63. 2010; [2] BORGES, F.S. **Dermato-funcional: modalidades terapêuticas nas disfunções estéticas.** 2ed. São Paulo: Phorte, 2006.

Área do conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional

IMPACTO DA OBESIDADE NA FUNÇÃO RESPIRATÓRIA DE ADULTOS

Camilla Lopes do **CARMO** (IC camillalc_@hotmail.com)¹, Gabriela de Brito **SANTOS** (IC)¹, Roberta Xavier **BRUNO** (PQ)²

1- Curso de Fisioterapia; 2- Professora – Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé- MG.

Palavras-chave: Obesidade, Função Respiratória, Manovacuometria

INTRODUÇÃO: A obesidade é uma doença crônica, não-transmissível e multifatorial, resultante do ganho de peso. Pode afetar o tórax e o diafragma, determinando alterações na função respiratória mesmo quando os pulmões estão normais, devido ao aumento do esforço respiratório e comprometimento do sistema de transporte dos gases [1;2]. Sendo assim, é considerada um problema de saúde pública por fatores de impacto na longevidade e na piora da qualidade de vida [1]. O presente estudo tem como objetivo geral analisar o impacto da obesidade na função respiratória de adultos. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal, quantitativo com amostra previamente definida em adultos da Clínica Escola da Faculdade de Minas (FAMINAS) de Muriaé/MG. Os participantes assinaram os termos de consentimento livre e esclarecido, e o estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Minas (FAMINAS) respeitando assim a regulamentação 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Foram coletados os dados antropométricos e o Índice de Massa Corporal (IMC), que foi calculado com base na equação peso/estatura² (em metro), onde a obesidade é definida como a presença de um IMC maior ou igual a 30 Kg/m² [2]. Para a avaliação da musculatura respiratória utilizou-se a manovacuometria para verificar a P_{IMÁX} e P_{EMÁX} (pressão inspiratória e expiratória máxima). Esse teste foi realizado com o paciente na posição sentada com o tronco ereto e os membros inferiores apoiados no chão e músculos superiores relaxados com as mãos na coxa. Para análise dos dados foi empregada estatística descritiva simples. **RESULTADOS e DISCUSSÃO:** O universo amostral foi constituído de 16 participantes, cujo IMC apresentou uma média de 32,83 ± 3,05 Kg/m², caracterizando a obesidade. A faixa etária dos pacientes se estabeleceu entre 36 e 78 anos, sendo 56% do sexo feminino e 44% do sexo masculino. Para análise dos valores obtidos foram utilizadas como referências as equações de Neder et al. que avalia pressões respiratórias [3]. Constatou-se que tanto os valores de P_{IMÁX} quanto de P_{EMÁX} em homens e mulheres foram inferiores aos previstos.

Quadro 3 - Comparação da média dos valores obtidos e previstos (em cmH₂O), das pressões respiratórias máximas em obesos adultos

	PRESSÃO	OBTIDOS	PREVISTOS
Homens	P _{IMÁX}	- 72,85 ± 33,89	- 104,67 ± 7,91
	P _{EMÁX}	78,57 ± 29,11	113,89 ± 8,26
Mulheres	P _{IMÁX}	- 74,44 ± 42,38	- 81,98 ± 5,39
	P _{EMÁX}	66,11 ± 19,00	80,22 ± 6,71

No presente estudo, os valores de P_{EMÁX} verificados nos homens foram superiores aos valores alcançados pelas mulheres, ao passo que os valores de P_{IMÁX} foram opostos. Segundo Rochester & Enson, a função dos músculos respiratórios em pessoas obesas, pode estar comprometida pela desvantagem mecânica inicial oferecida pela gordura e pelo aumento da demanda energética necessária para expandir os pulmões [4]. **CONCLUSÃO:** A função respiratória dos participantes deste estudo apresentou grande comprometimento através dos valores previstos por Neder et al. Deve-se dar atenção à prevenção e desenvolvimento de estratégias preventivas contra a obesidade para que estes indivíduos se conscientizem e assim possuam uma qualidade de vida progressiva. **BIBLIOGRAFIA:** [1] NAIMARK, A; CHERNIAK, RM. **Compliance of the respiratory system and its components health and obesity.** J Appl Physiol. 1960;15:377-82; [2] Organização Mundial de Saúde (OMS). Obesity and overweight. N 311; Sept 2006; [3] NEDER, J.A. et al. **Reference values for lung function tests. II. Maximal respiratory pressures and voluntary ventilation.** Brazilian Journal of Medical and Biological Research, v. 32(6), p. 719-727, 1999; [4] ROCHESTER, D. F. & ENSON, Y., 1974. **Current concepts in the pathogenesis of the obesity hypoventilation syndrome.** Am. J. Med., v. 57, pp. 402-420. **Área do conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional**

IMPACTO DA OBESIDADE NA FUNÇÃO RESPIRATÓRIA DE CRIANÇAS

Camilla Lopes do **CARMO** (IC camillalc_@hotmail.com)¹, Gabriela de Brito **SANTOS** (IC)¹, Gustavo Gomes **RIBEIRO** (IC)¹, Roberta Xavier **BRUNO** (PQ)²

1- Curso de Fisioterapia; 2- Professora – Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé- MG.

Palavras-chave: Obesidade infantil, Função respiratória, Manovacuometria

INTRODUÇÃO: A pandemia da obesidade infantil tem se espalhado drasticamente nas últimas décadas, principalmente nos países desenvolvidos. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a obesidade é uma doença onde o excesso de gordura corporal acumulada pode atingir graus capazes de afetar a saúde [1]. O presente estudo tem como objetivo geral analisar o impacto da obesidade na função respiratória de crianças. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal, quantitativo com amostra previamente definida em crianças de escolas públicas, municipais e particulares na cidade de Muriaé/MG. Os diretores das escolas assinaram os termos de consentimento livre e esclarecido autorizando a pesquisa e, o estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em pesquisa da Faculdade de Minas (FAMINAS) respeitando assim, a regulamentação 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Foram coletados os dados antropométricos e o Índice de Massa Corporal (IMC) foi calculado com base na equação peso/estatura² (em metro), de acordo com a classificação da OMS (Percentil > 97). Para a avaliação da musculatura respiratória utilizou-se a manovacuometria para verificar a P_{IMÁX} e P_{EMÁX} (pressão inspiratória e expiratória máxima). Esse teste foi realizado com o paciente na posição sentada com o tronco ereto e os membros inferiores apoiados. Para análise dos dados foi empregada estatística descritiva simples. **RESULTADOS e DISCUSSÃO:** O universo amostral foi constituído de 110 crianças, sendo 56% meninos e 44% meninas, de 8 e 9 anos. Dentre as crianças estudadas, 33% (n=36) foram avaliadas com obesidade. Dessas 55,55% são do sexo masculino. Nos Quadros 1 e 2 temos uma comparação entre os valores de normalidade propostos por Domenèch-Clar et al., em um estudo em 392 crianças e adolescentes com idade compreendida entre 8 e 17 anos [2], e dos valores obtidos durante a manovacuometria nas escolas. A análise comparativa foi realizada entre faixas etárias similares. Ao observar os Quadros, é possível perceber que os valores obtidos foi bem abaixo do proposto por Domenèch et al., exceto nas meninas de 9 anos e meninos de 8 e 9 anos, que conseguiram um valor elevado.

Quadro 4 - Valores propostos por Domenèch et al.

P _{EMÁX} (cmH ₂ O)		P _{IMÁX} (cmH ₂ O)	
Meninas	Meninos	Meninas	Meninos
82,00 ± 29,00	95,00 ± 34,00	68,00 ± 24,00	79,00 ± 31,00

Quadro 5 - Valores das pressões respiratórias obtidas em crianças com obesidade

ID AD E (anos)	P _{EMÁX} (cmH ₂ O)		P _{IMÁX} (cmH ₂ O)	
	Meninas	Meninos	Meninas	Meninos
08	49,37 ± 20,07	75,62 ± 32,23	-34,37 ± 43,04	-90,62 ± 36,69
09	69,37 ± 30,17	70,83 ± 36,23	-70 ± 36,64	-85,83 ± 42,09

CONCLUSÕES: Stirbulov, em um estudo de revisão, concluiu que a obesidade causa distúrbios respiratórios [3]. No presente estudo, a função respiratória das crianças com obesidade apresentou estar comprometida em alguns casos. Isso implica na necessidade de incrementar novas linhas de pesquisa sobre esse tema, para que os mecanismos envolvidos nas repercussões respiratórias da obesidade possam ser determinados. **BIBLIOGRAFIA:** [1] LEITE, J. M. **Obesidade Infantil e Alterações das Provas Funcionais Respiratórias.** 2009. 50 f. Dissertação (Mestrado Integrado em Medicina) – Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2009; [2] DOMÈNECH-CLAR, R. et al. **Maximal static respiratory pressures in children and adolescents.** Pediatr Pulmonol. 2003; 35(2): 126-32; [3] STIRBULOV, R. **Repercussões respiratórias da obesidade.** J Bras Pneumol. 2007;33(1):7-8.

Área do conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional

INCAPACIDADE DE MEMBROS SUPERIORES EM PACIENTES COM ARTRITE TOFÁCEA.

Estéfane Rufino da SILVA (estefane.rufino@hotmail.com)¹, Elisa Alves PEREIRA (elisaalves18@hotmail.com)¹, Gabriela de Brito SANTOS (gabry_fisio@hotmail.com)¹, Patrícia Aparecida da SILVA (silvapatricia925@yahoo.com.br)¹, Cristiano Andrade Quintão Coelho ROCHA (cristianorocha@faminas.edu.br)².

1. Acadêmica de fisioterapia; 2. Professor da Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 – Muriaé-MG.

Palavras-chave: ArtriteTofácea; Ácido úrico; questionário DASH.

INTRODUÇÃO: As doenças reumáticas são as doenças crônicas mais prevalentes na terceira idade e representam importante fator preditor do declínio da funcionalidade [1]. Sintomas articulares crônicos delas decorrentes promovem repercussões negativas na qualidade de vida e independência funcional dos idosos [2]. A artrite tofácea é uma doença reumática devido ao aumento da concentração de ácido úrico no sangue, o que acarreta a formação de cristais, os quais se depositam nas articulações e tecidos moles, formando os tofos [3]. O presente trabalho teve como objetivo avaliar o grau de incapacidade de membros superiores (MMSS) em pacientes com artrite tofácea. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal, descritivo, realizado no mês de abril a maio de 2014, foram aplicados 33 questionários, nos quais 26 foram excluídos, tendo como critério de exclusão há não ocorrência de tofos nos membros superiores. A amostra foi composta por 9 portadores de artrite tofácea, dos quais 4 residiam em São Geraldo-MG, 1 em Muriaé-MG e 4 em Leopoldina-MG. Foi aplicado o questionário de DASH para avaliação da incapacidade de MMSS, que é composto por 30 questões e mais 8 opcionais, sendo que quanto menor os escores, menor será o grau de comprometimento. Os participantes foram orientados quanto aos objetivos da pesquisa e assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Minas - FAMINAS - MG. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** No total da amostra 42,8% (n=3) eram mulheres e 57,14% (n=4) homens, tendo como média de idade 48,1±9,35 anos, o mínimo de idade foi 40 anos e a máxima de 62. Viu-se que 14,8% (n=1) dos indivíduos fazem dieta para controle do ácido úrico. O comprometimento de membros superiores foi maior em Leopoldina, seguida de São Geraldo e Muriaé, que apresentou menor grau de comprometimento de MMSS, como pode ser observado na tabela 1.

DASH	São Geraldo	Leopoldina	Muriaé
Questões iniciais (n=100)	26,78	30,62	6,47
Questão opcionais (n=225)	36,07	53,5	27,53

Tabela 1: Comprometimento de membros superiores do município de Leopoldina, São Geraldo e Muriaé. **CONCLUSÕES:** O estudo revela que há prevalência da doença no sexo masculino. Sendo que os MMII são menos comprometidos pela artrite tofácea.

BIBLIOGRAFIA: [1] CECHIN D. F.; ARAUJO, M. G. **ARTRITE GOTOSA: UM RELATO DE CASO.** Disponível em <sites.unifra.br/Portals/36/CSAUDE/2001/artrite.pdf>; Acesso em 09/04/2014. [2] ALVES, J. M. A. **HIPERURICEMIA E DISTURBIOS DO METABOLISMO DA GLICOSE EM UMA POPULAÇÃO ADSCRITA A UM PROGRAMA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA.** Disponível em <www.btdt.ndc.uff.br/tde.../TEDE-Dissert-Juliana%20Andrade.pdf>; Acesso em 09/05/2014. [3] ABREU, A. S.; BARROZO, P. R. S.; MELO, R. R.; NUNES, T. V. **ARTROPATIAS MICROCRISTALINAS: GOTA.** Disponível em <www.Fisioweb.com.br>; Acesso em 09/04/2014.

INCIDÊNCIA DE MORTALIDADE EM UMA UTI NEONATAL DA ZONA DA MATA MINEIRA

Pauliane Sousa SILVA (IC- paulianes1@gmail.com)¹, Hátylla Roberta Carneiro de SOUZA (IC)¹, Iramara Laviola CARVALHO (IC)¹, Ana Paula Fernandes de MOURA (IC)¹, Roberta Xavier BRUNO (PQ)².

1-Curso de Fisioterapia; 2-Professora da Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

PALAVRAS-CHAVE: Mortalidade, Neonatal, Prematuridade.

INTRODUÇÃO: A prematuridade é decorrente de diversas circunstâncias e representa um dos fatores determinantes na ocorrência do óbito infantil. Os conceitos de prematuridade e de baixo peso atualmente adotados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) são, respectivamente, a condição do bebê nascido até 36 semanas e seis dias, e nascimento com peso inferior a 2.500 gramas [1,2]. A mortalidade infantil é um importante indicador de saúde universalmente usado para avaliar a qualidade da saúde de uma população e indiretamente o desenvolvimento de um país. A mortalidade neonatal passou a ser o principal componente da mortalidade infantil em termos proporcionais a partir do final da década de 80, e representa entre 60% e 70% da mortalidade infantil em todas as regiões do Brasil atualmente. A taxa de mortalidade neonatal vem mantendo níveis elevados, 13,2/1000 nascidos vivos, em 2007 [3]. Diante do exposto, essa pesquisa tem por objetivo avaliar o índice de mortalidade em uma UTI Neonatal (UTIN) na cidade de Muriaé/MG. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo quantitativo e de análise descritiva. Foi obtida autorização da Direção do Hospital para a obtenção dos dados por meio da assinatura da Carta Convite e Termo Livre e Esclarecido, respeitando a lei 196/96 do CNS. Para a coleta de dados elaborou-se um questionário semiestruturado contendo questões sobre os dados pessoais (gênero, tempo de vida ao nascer, peso ao nascer), dados relacionados a internação (doença de base, tempo de internação, número de altas e de óbitos e causa dos óbitos). Os dados foram coletados em prontuários no setor de Arquivo do Hospital, no período de janeiro a dezembro de 2013. **RESULTADOS:** Foram obtidos 92 prontuários, porém 20 foram excluídos por não apresentarem os dados completos necessários à pesquisa. Assim a amostra foi de 72 prontuários, destes a prevalência foi do gênero feminino com 58,3%. Dos recém-nascidos, 87,5% obtiveram alta (n=63) e 12,5% (n=9) foram a óbito. Dos que morreram 33,3% (n=3) foi por insuficiência cardiopulmonar, 22,2% (n=2) por falência dos órgãos, 22,2% (n=2) por sepse e, 22,2% (n=2) por parada cardiorrespiratória. Entre os óbitos a prevalência foi do sexo masculino com 66,7%. **CONCLUSÃO:** Através dos dados foi possível identificar o índice de mortalidade no referido hospital, sendo considerada baixa quando comparada a um hospital de referência do país, em Fortaleza, Ceará, no período entre 2009 e 2010, o número de óbitos neonatais reduziu de 11,96 para 8,47 por mil nascidos vivos [3]. Foi possível identificar também as principais causas de óbito e o sexo de prevalência no ano de 2013 no Hospital de referência na cidade de Muriaé-MG. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Stursa D, Queiroz SS, Enumo SRF. Investigação da noção de conservação de quantidades discretas em pré-escolares nascidos prematuros e a termo por meio do jogo de dominó. *Rev Bras Crescimento Desenvolv Hum.* 20(2):238-49; 2010. [2] Cascaes AM, Gauche H, Baramarchi FM, Borges CM, Peres KG. Prematuridade e fatores associados no Estado de Santa Catarina, Brasil, no ano de 2005: análise dos dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos. *Cad Saúde Pública.* 24(5):1024-32; 2008. [3] Brasil. **Ministério da Saúde.** Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Manual de vigilância do óbito infantil e fetal e do Comitê de Prevenção do Óbito Infantil e Fetal / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – 2. ed.; 96 p. – Brasília : Ministério da Saúde, 2009. **Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional**

ÍNDICE DE MASSA CORPORAL E ATIVIDADE FÍSICA RELACIONADA À PREVALÊNCIA DOS DISTÚRBIOS OSTEOMUSCULARES EM COSTUREIRAS DE CONFECÇÕES

Iasmin M. **GUIMARÃES** (IC - iasminmokifo@hotmail.com)¹, Mayara M. F. **PACHECO** (IC)¹ Rafael G. **OLIVEIRA** (PQ)²

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professor
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras chave: DORT; Atividade Física; IMC.

INTRODUÇÃO: Os trabalhadores com o Índice de Massa Corporal (IMC) alto apresentam níveis de percepção de dor/desconforto musculoesquelético elevado em relação aos de IMC normal, sendo considerado um fator de risco ao desenvolvimento de distúrbios osteomusculares relacionados ao Trabalho (DORT) [3]. A classificação do IMC é classificada por baixo peso, variação normal, pré-obesidade, obesidade classe 1, 2 e 3 [2]. A obesidade é definida pela Organização Mundial da Saúde como um acúmulo anormal ou excessivo de gordura corporal que pode atingir graus capazes de comprometer a saúde [1]. Em relação ao tratamento da obesidade, as principais metas são a mudança de estilo de vida, englobando alimentação individualizada e prática de atividade física [4]. O objetivo desse trabalho foi relacionar o IMC e atividade física à prevalência de DORT em costureiras de confecções. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um trabalho quantitativo, transversal, realizado em duas confecções da cidade de Visconde do Rio Branco – MG. A coleta de dados foi realizada através da aplicação de um questionário semi-estruturado e, visando apreender as queixas osteomusculares, foi aplicado o Questionário Nórdico de Sintomas Osteomusculares (QNSO), validado pela língua portuguesa por Pinheiro e cols. [4]. O QNSO avalia problemas como dor, desconforto ou dormência nos últimos 7 dias, algum desconforto nos últimos 12 meses e se durante os últimos 12 meses o indivíduo teve que evitar suas atividades normais por conta dos problemas osteomusculares. O IMC foi calculado considerando peso sobre a altura ao quadrado [3]. As empresas, assim como todos os participantes da pesquisa, assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido permitindo sua participação na pesquisa e a publicação dos dados. Os dados coletados foram registrados em porcentagem. **RESULTADOS:** A amostra foi composta por 17 costureiras com a média de idade de 38 anos. 59% da amostra apresentaram IMC normal, 23% foram classificadas como pré-obesidade de acordo com IMC, 12% classificadas em baixo peso e 6% como obesidade classe 1. Somente 11,7% praticam atividade física. Quanto a prevalência de DORT nos últimos 7 dias, 71% da amostra relataram sentir dor ou desconforto. Nos últimos 12 meses 53% sentiram dor ou desconforto. As principais regiões relacionadas com dor ou desconforto nos últimos 7 dias e nos últimos 12 meses são: coluna lombar; ombro e coluna dorsal. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que apesar da maioria das costureiras apresentaram IMC normal, a prevalência de DORT apresentou-se alta nos últimos 7 dias, considerando o período da realização da pesquisa. Esse alta prevalência pode estar relacionado com a falta de atividade física, uma vez que apenas 11,7% da amostra praticam atividade física. Portanto, há necessidade de maiores estudos para investigação sobre a relação do IMC e atividade física relacionada à DORT. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica. **Diretrizes brasileiras de obesidade 2009/2010**. 3.ed. - Itapevi, SP : AC Farmacêutica, 2009. [2] Direção-Geral da Saúde. Circular Normativa. **Programa Nacional de Combate à Obesidade**. Ministério da Saúde, 2005. [3] PEGATIN, T. O. **Estratégia para análise de efeitos dos curtos tempos de ciclo na funcionalidade de membros superiores em trabalhadores de atividades semi-automatizadas**. UTFPR. Ponta grossa. Junho, 2009. [4] GRECCO, M. S. M.. **Validação de Índice de Massa Corporal (IMC) ajustado pela massa gorda obtido por impedância bioelétrica**. USP, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Departamento Clínica Médica. Ribeirão Preto, 2012. [5] PINHEIRO, F. A e cols. Validação do Questionário Nórdico de Sintomas Osteomusculares como medida de morbidade. **Ver Saúde Pública**, v.36, n.3, 2002. **Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional**

INTERVENÇÃO FISIOTERAPÊUTICA NA SÍNDROME DE GUILLAIN BARRÉ

Isabella Netto de Almeida **CASTRO**(IC-isa-bellabittencourt@hotmail.com)¹, Dalila Cassin **COSTA** (IC)², Iramara Laviola **CARVALHO**(IC)³, Gabriela de Brito **SANTOS**, (IC)⁴ Fabrício Monteiro de Castro e **CASTRO** (PQ)^{1,4}

1-Curso de Fisioterapia; Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 – Muriaé-MG

Palavras-Chave: GuillainBarré; Tratamento; Estudo de Caso

INTRODUÇÃO:A Polirradiculoneuropatia Desmielinizante Inflamatória Aguda ou Síndrome de Guillain-Barré (SGB), é a forma mais comum da doença que afeta as raízes dos nervos periféricos, levando à neuropatia motora e à paralisia flácida.[1]. Esta doença pode aparecer frequentemente associada há dias ou semanas após sintomas progressivos de uma infecção virótica respiratória superior ou gastrointestinal, ou ainda raramente após intervenções cirúrgicas. [2]. Esta síndrome, tem como principal comprometimento a fraqueza muscular de caráter ascendente que proporciona uma intensa incapacidade gerando dificuldades quanto ao desenvolvimento das habilidades funcionais, e nesse sentido a intervenção fisioterapêutica se faz necessária e visa à readequação, principalmente, da força muscular, sensibilidade e equilíbrio estático e dinâmico, exigidos ao serem restabelecidas as atividades de vida diária. [2]. **DESENVOLVIMENTO:**J.O.S.V., 15 anos do sexo masculino, cor negra. O paciente em questão deu entrada na Clínica Escola da FAMINAS no dia 07 de Maio de 2013, tendo como queixa principal a fraqueza muscular. Ao exame físico foi realizado o teste de força muscular do Medical Research Council [3], graduando em 4 o grau de força muscular, concluindo a fraqueza dos músculos quadríceps femoral, tríceps sural, isquiotibiais, glúteos e tibial anterior, com fadiga aos pequenos esforços devido à perda de massa muscular. A marcha é independente com discreta alteração do equilíbrio. Os objetivos do tratamento compreendem: reeducação dos músculos afetados, melhora da força muscular, reeducação do equilíbrio e restabelecer as atividades de vida diária de forma independente para o paciente. O tratamento fisioterapêutico utilizado foi: fortalecimento muscular isotônico de toda musculatura de membros inferiores com resistência manual progredindo e evoluindo gradativamente; exercícios de inversão e eversão com tera-band; exercício de ponte, ponte resistida e ponte sobre os braços; fortalecimento abdominal; treino de obstáculos para trabalhar a propriocepção; deslocamento antero-posterior e latero-lateral na bola; transferência de peso na posição de gato com apoio unilateral; exercícios na prancha e no e bicicleta por 15 minutos. **RESULTADOS:** Após dez sessões, a força muscular foi novamente avaliada e graduada em 5 para os membros inferiores. Houve relato do paciente de melhor disposição, melhor equilíbrio ao andar e melhora do desempenho nas tarefas realizadas em casa e na fisioterapia. Diante do quadro do paciente, o ganho maior foi direcionado na força muscular e equilíbrio, sendo que este não apresentava maiores déficits funcionais consideráveis. **CONCLUSÃO:** Com este estudo, conclui-se que o protocolo de tratamento fisioterapêutico mostrou-se útil para melhorar a força muscular, além de melhorar a qualidade de vida e possibilitar o retorno às atividades funcionais e de lazer em um tempo menor se comparado a história natural da doença. **BIBLIOGRAFIA:**[1]JOSE, M. M - Estudo de Caso: Síndrome de GuillainBarré, sintomatologia e patologia da doença; 22/06/2011, Belo Horizonte. Atualizado em 07/12/2012. Disponível em: <<http://www.crbiodigital.com.br/04/marconi>> Acesso em: 19 de Junho de 2013; [2] NASCIMENTO, V.L.S; BORBA, G.S, LEITE C.M.B; Protocolo Hidroterápico na Síndrome de Guillain- Barré – Estudo de Caso; Rev. Neurocienc. 2012; 20(3):392-398; 12/12/2011, Maceió. Disponível em: <<http://www.revistaneurociencias.com.br/>>. Acesso em: 20 de Junho de 2013; [3] Medical Research Council. Examination of the peripheral nervous system, Memorandum no. 45, Her Majesty's Stationery Office, London, Disponível em: <<http://www.cirurgiadacolunavertebral.com.br/portal/templates/.pdf>> Acesso em: 20 de Junho de 2013. **Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional**

LOMBALGIA GESTACIONAL: PREVALÊNCIA, INTENSIDADE DA DOR E INCAPACIDADE FUNCIONAL

Maryana Vargas **DONÁ** (IC – maryanavargas@gmail.com)¹; Samuel Bani **SILVA**²; Julyana Vargas **DONÁ**³; Michely Mirian Rodrigues **CARDOSO**³; Amanda Branca **BAESSO**¹; Eustáquio Luiz Paiva **OLIVEIRA** (PQ)^{1,4}

¹Curso de Fisioterapia;²Curso de Ciências Contábeis;³Curso de Farmácia Faculdade de Minas–Faminas–36889-000;⁴Doutorando em Neurociências pela Universidade Federal Fluminense

Palavras-chave: Lombalgia, Gestação.

INTRODUÇÃO: A lombalgia durante a gestação pode levar a inúmeras alterações na vida destas mulheres como limitação nas atividades da vida diária, qualidade de sono e capacidade de trabalho, ambas associadas à elevada intensidade da dor [1,2]. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal com amostra composta por gestantes de um Programa de Saúde da Família em Muriaé-MG. Um questionário sócio demográfico foi aplicado associado à Escala Visual Analógica de Dor (EVA). Foi utilizado o questionário *Oswestry Disability Index* (ODI), validado para a língua portuguesa. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Minas e as gestantes autorizaram assinando o termo de consentimento livre e esclarecido. Os dados foram apresentados em percentual, média e desvio padrão (dp). Para acessar o nível de significância estatística foi utilizado o teste *t-student* não pareado admitindo como significante $p \leq 0,05$ (*GraphPad Software Inc. San Diego, CA*). **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Das gestantes analisadas a média de idade foi de 25,2 ($\pm 1,9$) anos, sendo 69,2% multiparas e 69,2% estão no terceiro trimestre gestacional. Seis (46,2%) dessas relataram dor (grupo positivo) com intensidade média de 5,16 ($\pm 1,32$) pontos. Esses achados são consistentes com os resultados de Gil *et al* [3]. As do grupo positivo apresentaram valores superiores no peso gestacional e no IMC atual em relação ao grupo negativo, porém sem diferenças significativas ($p > 0,05$). Mesmo assim, o aumento no peso gestacional e no IMC atual, do grupo positivo pode ter influenciado nas condições clínicas (algias) das gestantes. Do grupo positivo (com lombalgia), 66,6% apresentaram incapacidade funcional mínima e/ou moderada. Adicionalmente, 57,1% das gestantes do grupo que não apresentou lombalgia manifestaram incapacidade funcional, sugerindo que outros fatores podem estar influenciando na funcionalidade. Um estudo recente mostrou uma prevalência maior de lombalgia gestacional em relação a essa amostra, porém com os mesmos níveis de incapacidade [1]. **CONCLUSÃO:** Na amostra analisada, quase metade apresentaram queixas de dor e dessas a grande maioria está associada a incapacidade funcional. Novos estudos são necessários em outros locais e com um maior número amostral para ratificar ou refutar esses achados. **BIBLIOGRAFIA:** [1] MADEIRA, HGR; GARCIA, JBS; LIMA, MVV e SERRA, HO. Incapacidade e fatores associados à lombalgia durante a gravidez. *Rev. Bras. Ginecol. Obstet.* 2013, vol.35, n.12, pp. 541-548. [2] FIRMENTO, BS; MOCCELLIN, AS; ALBINO, MAS e DRIUSSO, P. Avaliação da lordose lombar e sua relação com a dor lombopélvica em gestantes. *Fisioter. Pesqui.* 2012, vol.19, n.2, pp. 128-134. [3] GIL, VFB; OSIS, MJD e FAUNDES, A. Lombalgia durante a gestação: eficácia do tratamento com Reeducação Postural Global (RPG). *Fisioter. Pesqui.* 2011, vol.18, n.2, pp. 164-170.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 - Fisioterapia e Terapia Ocupacional

PERFIL DE PORTADORES DE ARTRITE TOFÁCEA CRÔNICA.

Estéfane Rufino da **SILVA** (estefane.rufino@hotmail)¹, Patrícia Aparecida da **SILVA** (silvapatricia925@yahoo.com.br)¹, Gabriela de Brito **SANTOS** (gabry_fisio@hotmail.com)¹, Elisa Alves **PEREIRA** (elisaaalves18@hotmail.com)¹, Cristiano Andrade Quintão Coelho **ROCHA** (cristianorocha@faminas.edu.br)².

¹. Acadêmica de fisioterapia; ². Professor da Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 – Muriaé-MG.

Palavras-chave: Artrite Tofácea; Ácido úrico; tufo.

INTRODUÇÃO: As doenças reumáticas são as doenças crônicas que representam um importante fator preditor do declínio da funcionalidade [1]. Sintomas articulares crônicos delas decorrentes promovem repercussões negativas na qualidade de vida [2]. A artrite tofácea é uma doença reumática devido a uma hiperprodução ou diminuição de excreção do ácido úrico que leva a um aumento da concentração no sangue, o que acarreta a formação de cristais, os quais se depositam nas articulações e tecidos moles [3]. O presente trabalho teve como objetivo descrever o perfil de portadores de artrite tofácea crônica nos municípios de Muriaé-MG, Leopoldina-MG e São Geraldo-MG. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal, descritiva, realizada no mês de abril a julho de 2014, cuja amostra foi composta por 30 pessoas portadoras de artrite tofácea crônica, dos quais 8 residiam em Muriaé, 9 de Leopoldina e 13 de São Geraldo. A entrevista foi realizada no domicílio dos participantes, que foram orientados quanto aos objetivos da pesquisa e assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Minas - FAMINAS - MG. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** No total da amostra do Município de Muriaé 12,5%(n=1) foram do sexo feminino e 87,5%(n=6) foram do sexo masculino, com média geral de 52 anos de idade, sendo que a mínima é de 42 e a máxima é de 64 anos. Em Leopoldina 66,66%(n=6) foram do sexo masculino e 33,33%(n=3) foram do sexo feminino, com a média de 45 anos, com a máxima de 51 e a mínima de 40 anos. São Geraldo 15,38%(n=2) foram do sexo feminino e 84,61%(n=11) foram o sexo masculino, com média geral de 50 anos, com mínima de 34 anos e a máxima de 82 anos. O tempo de surgimento da gota em Muriaé foi em média 6 anos, em Leopoldina 9 anos e em São Geraldo 8 anos. Dos entrevistados que possuem aposentadorias do total, 12,5%(n=1) eram de Muriaé 22,22%(n=2) de Leopoldina e 30,76%(n=4) de São Geraldo. A respeito do consumo de fármacos obteve-se um resultado de 100% em Muriaé e em Leopoldina, já em São Geraldo 7,69%(n=1) não fazem o uso de fármacos. Sobre casos da artrite tofácea na família, em Muriaé foi de 100% que não apresentaram caso na família, em Leopoldina 55,55%(n=5) apresentaram casos na família e 44,44%(n=4) não apresentaram casos na família. Em São Geraldo 15,38%(n=2) apresentaram casos na família e 84,61%(n=11) não apresentaram casos na família. A ocorrência de tufo nos MMII em Muriaé foi de 85,71%(n=6), nos MMII e MMSS foi de 14,28%(n=1). Em Leopoldina a ocorrência nos MMII foi de 66,66%(n=6), MMSS 11,11%(n=1), nos MMII e MMSS 22,22%(n=2). Em São Geraldo MMII 84,61%(n=11), nos MMII e MMSS 15,39%(n=2). **CONCLUSÕES:** Pode-se concluir que nas 3 cidades a prevalência da artrite tofácea crônica é maior no sexo masculino, ocorrendo com mais frequência nos MMII. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SECCHI, J. B.; MARA, L. W. INTERVENÇÕES FISIOTERAPEUTICAS NO IDOSO PORTADOR DE GOTTA. Disponível em <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoesaude/article/view/1732>>; Acesso em 06/04/2014. [2] CECHIN D. F.; ARAUJO, M. G. ARTRITE GOTOSA: UM RELATO DE CASO. Disponível em <sites.unifra.br/Portals/36/CSAUDE/2001/artrit_e.pdf>; Acesso em 09/05/2014. [3] ALVES, J. M. A. HIPERURICEMIA E DISTURBIOS DO METABOLISMO DA GLICOSE EM UMA POPULAÇÃO ADSCRITA A UM PROGRAMA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA. Disponível em <<www.bdttd.ndc.uff.br/tde.../TEDE-Dissert-Juliana%20Andrade.pdf>>; Acesso em 09/05/2014.

CBS 105

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS PACIENTES ATENDIDOS EM UMA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL

Pauliane Sousa SILVA (IC – paulianes1@gmail.com)¹, Hátylla Roberta Carneiro de SOUZA(IC)¹, Iramara Laviola CARVALHO(IC)¹, Ana Paula Fernandes de MOURA(IC)¹, Roberta Xavier BRUNO (PQ)², Eustáquio Luiz PAIVA-OLIVEIRA (PQ)²

1- Curso de Fisioterapia; ²Professor – Faculdade de Minas – FAMINAS

Palavras-Chave: Epidemiologia; UTI neonatal; Prematuridade.

INTRODUÇÃO: Com as características físicas e funcionais imaturas, o recém-nascido pode sofrer complicações, como doença pulmonar crônica, displasia broncopulmonar, danos cerebrais e retinopatia de prematuridade, comprometendo assim sua qualidade de vida [1]. O período de hospitalização do pré-termo é prolongado, o que torna de extrema importância que a equipe perinatal inicie de imediato o tratamento dessas doenças, pois é frequente a ocorrência de morbidades que levam aos danos neurológicos e, subsequentemente, a problemas neurocomportamentais [2]. Portanto, este trabalho pretende analisar o perfil epidemiológico dos recém-nascidos atendidos em uma Unidade de Terapia Intensiva Neonatal. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal retrospectivo de análise de prontuários de RNs internados na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) neonatal do Hospital São Paulo (Muriaé/MG) em 2013. Os dados foram coletados por meio de ficha de avaliação contendo: características dos RNs, tempo de internação e uso de suporte ventilatório. Participaram do estudo RNs estratificados por gênero e por idade gestacional (pré-termo e a termo/pós termo). Para acessar o nível de significância estatística foi utilizado o teste *t-student* não pareado e Qui-quadrado (χ^2) admitindo como significante $p \leq 0,05$ (*GraphPad Software Inc. San Diego, CA*). **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Na amostra analisada, 61,9% são do sexo feminino, a média de idade gestacional foi $35,9 \pm 0,42$ e destes 60,3% são pré-termo. Ao estratificar por gênero, quando analisamos as características do grupo, apenas o tempo de internação apresentou diferença significativa ($p=0,04$). Não houve correlação positiva entre idade gestacional (pré-termo e a termo/pós-termo) e suporte ventilatório ($\chi^2 = 2,62$; $p=0,10$). O tempo de internação aumentou significativamente ($p=0,004$) no grupo pré-termo ($17,05 \pm 2,12$) em relação aos pacientes a termo/pós-termo ($8,80 \pm 1,17$). De acordo com Pinheiro; Elpidio (2007), a maioria dos prematuros avaliados na UTIN possuía idade gestacional inferior a 30 semanas [3]. Rades et al. (2004) afirmam em seu estudo, com relação à idade gestacional, que 69,2% ocorreram antes de 30 semanas e 30,8% após essa IG, com tempo máximo de 32,1 semanas. **CONCLUSÃO:** A idade gestacional apresentou associação com o tempo de internação em UTI, porém não demonstrou influência em utilização de suporte ventilatório. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Silva RNM. Cuidados voltados para o desenvolvimento do pré-termo na UTI neonatal. In: Alves Filho N, Trindade OR. Avanços em Perinatologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; p.35-50; 2005. [2] Silva RNM, Viana MCFB. Ecologia Perinatal. In: Alves Filho N, Corrêa MD, Alves Junior JMS, Correa Junior MD. Perinatologia Básica 1. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; p.7-16; 2006. [3] PINHEIRO, A.; ELPÍDIO, F. Efeitos da aspiração de vias aéreas no comportamento de prematuros submetidos à ventilação mecânica. Disponível em: www.fisiorespiratoria.com.br/artigos.asp. Acesso em: 28/08/14. [4] RADES, E.; BITTAR, R. E.; ZUGAIB, M. Determinantes diretos do parto prematuro eletivo e os resultados neonatais. *Rev. Bras. Ginecol. Obstet. São Paulo*, vol. 26, n. 8, 2004.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 - Fisioterapia e Terapia Ocupacional

CBS 106

PREVALÊNCIA DE DISTÚRBIOS OSTEOMUSCULARES RELACIONADOS AO TRABALHO EM ESTAGIÁRIOS DE FISIOTERAPIA

Silvia Polyana Fazolo SILVA, (IC – silviapoly@hotmail.com)¹; Rafael Gonzalez OLIVEIRA, (PQ)²

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professor
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

Palavras-chaves: DORT; Estagiários; Fisioterapia.

INTRODUÇÃO: Os Distúrbios Osteomusculares relacionados ao Trabalho (DORTs) podem ser definidos como uma síndrome clínica caracterizada por dor crônica, acompanhada ou não de alterações objetivas, que se manifesta principalmente no pescoço, cintura escapular e/ou membros superiores em decorrência do trabalho, podendo afetar tendões, músculos e nervos periféricos [1]. Dentre os profissionais de saúde que apresentam sintomas osteomusculares, estão os fisioterapeutas, cuja atividade implica em exigências dos sistemas musculoesqueléticos, como os movimentos repetitivos, manutenção de posturas estáticas, levantamento de peso por tempo prolongado e movimentos e posturas inadequadas para a coluna vertebral. Estudos demonstraram que acadêmicos do curso de fisioterapia apresentam lombalgia antes mesmo da entrada no mercado de trabalho [2]. Diante do exposto, o objetivo desse estudo foi identificar a prevalência de distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho em estagiários de fisioterapia da clínica escola da Faculdade de Minas – FAMINAS. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo transversal quantitativo realizado na Faculdade de Minas – FAMINAS. A coleta de dados foi realizada através da aplicação de um questionário semi-estruturado auto aplicável para obtenção de dados sócio demográficos dos participantes. Visando apreender as queixas osteomusculares dos estagiários, foi aplicado o Questionário Nórdico de Sintomas Osteomusculares (QNSO), validado pela língua portuguesa por Pinheiro e cols. [3]. O QNSO avalia problemas como dor, desconforto ou dormência nos últimos 7 dias, algum desconforto nos últimos 12 meses e se durante os últimos 12 meses o indivíduo teve que evitar suas atividades normais por conta dos problemas osteomusculares. Os dados coletados foram registrados em percentagem. Foi considerado nesse estudo as 3 regiões anatômicas que mais apresentaram desconforto nos últimos 7 e nos últimos 12 meses. **RESULTADOS:** A amostra foi composta por 18 estagiários, com média idade de 24,4 anos de idade, desses, 95% representam o sexo feminino. Questionados sobre sentir algum desconforto nos últimos 7 dias, 72,2% apresentaram desconforto na região de coluna lombar, 55,5% na coluna dorsal e 50% apresentaram desconforto em pernas e joelhos. Nos últimos 12 meses, 94,4% apresentaram desconforto na coluna lombar, 88,8% em coluna cervical e 72,2% na coluna dorsal. Ao questionar se os participantes tiveram que evitar em realizar normalmente seu trabalho nos últimos 12 meses devido algum desconforto, 27,7% tiveram que evitar devido desconforto na coluna lombar, 22,2% devido a desconforto em pernas e joelhos e 16,6% por desconforto na coluna dorsal. **CONCLUSÃO:** Percebe-se que a maior prevalência de distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho em estagiários de fisioterapia se concentra nas regiões de coluna lombar, cervical, torácica e região de pernas e joelhos. Outro aspecto importante a ser observado, é que parte dos estagiários relataram ficar impedidos de realizar seu trabalho devido a esses desconfortos apresentados. Sugere-se, portanto, estudos com amostra maior e estudos que investigue as possíveis causas desses desconfortos na tentativa de delinear propostas de prevenção de lesões osteomusculares relacionados ao trabalho da fisioterapia. **BIBLIOGRAFIA:** [1] CARREGARO, R. L. G.; TRELHA, C.S.; MASTELAN, H. J. Z. Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho em fisioterapeutas: revisão da literatura. *Fisioterapia e pesquisa*. v. 13, n. 1: p.53-9, 2006. [2] BAGALHI, C. T.; ALQUALO-COSTA, R. Prevalência de distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho em fisioterapeutas. *Science in Health*. v. 2, n. 2: p.93-102, mai./ago., 2011. [3] PINHEIRO, F. A e cols. Validação do Questionário Nórdico de Sintomas Osteomusculares como medida de morbidade. *Ver Saúde Pública*, v.36, n.3, 2002.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional

CBS 107

PREVALÊNCIA DE SINTOMAS OSTEOMUSCULARES RELACIONADOS AO TRABALHO (LER/DORT) NO SETOR ADMINISTRATIVO DE UMA PREFEITURA

Valquíria Eveline RABELO (IC – valquiria_2206@hotmail.com)¹, Matheus José da Costa TRINDADE (IC)¹, Amanda Duarte Moreira TOLENTINO (IC)¹, e Diego Scalla Gonçalves DUTRA (PQ)²

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professor.
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 – Muriaé-MG

Palavras – Chave: Fisioterapia nas empresas, Doenças ocupacionais, LER/DORT.

INTRODUÇÃO: O homem, assim como todo ser vivo, é submetido a um processo constante de transformação ao longo de sua vida. Considera-se assim, que as condições de trabalho, são de suma importância sobre a qualidade das mudanças sofridas no organismo do indivíduo [1]. Entende-se que a atividade ocupacional provocará o desgaste do corpo durante o processo produtivo, ocasionando patologias específicas e diversas modalidades de doenças do trabalho, cujas características se encontram também diretamente relacionadas com o tipo de trabalho executado [2]. O Instituto Nacional do Seguro Social conceitua LER/DORT, como uma síndrome relacionada ao trabalho, caracterizada pela ocorrência de diversos sintomas simultâneos ou não, tais como: dor, parestesia, fadiga, geralmente em membros superiores, mas podendo acometer membros inferiores [1]. O objetivo deste trabalho foi verificar a prevalência de sintomas osteomusculares ocasionados pelo trabalho em funcionários do setor administrativo de uma prefeitura.

MATERIAIS E MÉTODOS: Foi realizado um estudo qualitativo do tipo transversal com funcionários de uma prefeitura da Zona da Mata de Minas Gerais, em Maio de 2014. Os participantes concordaram com a realização do estudo mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para a coleta de dados foi utilizado o questionário Nórdico, contendo perguntas objetivas e discursivas, com o intuito de levantar dados sobre a prevalência de sintomas osteomusculares relacionados ao trabalho. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Do total da amostra (n=30) 63,3% (n=19) pertencem ao sexo feminino e 36,3% (n=11) ao sexo oposto. A média de idade é de 31,7 anos e a de anos desempenhando a mesma função é de 8,86. Quanto as horas trabalhadas, 73,3% afirmam trabalhar em média 8 horas e 26,6% mais que 8 horas por dia. Entre os que trabalham mais que 8 horas 13,3% executam outra atividade profissional. A atividade física está regularmente presente na vida de 40% dos entrevistados. Considerando os últimos 12 meses 40% do indivíduos afirmaram possuir dor, desconforto ou dormência no pescoço ou região cervical, 26,6% nos ombros, 16,6% nos braços, 6,6% nos cotovelos, 10% nos antebraços, 20% em punhos, mãos e dedos, 13,3% na região dorsal, 20% na região lombar, 33,3% no quadril e membros inferiores. Quando questionados sobre esses sintomas, 26,6% afirmaram que acham que os mesmos não são decorrentes do trabalho, 23,3% que os sintomas no pescoço e região cervical, 10% em sintomas nos braços, 10% em sintomas nos punhos, dedos e mãos, 16,6% em sintomas na região dorsal, 20% em sintomas na região lombar e 16,6% no quadril e membros inferiores, estão relacionados a função que desempenham. **CONCLUSÃO:** A partir dos resultados obtidos constatou-se que existe um índice considerável de funcionários que apresentam desconfortos em variadas regiões do corpo e que muitas destas tem relação com o trabalho, portanto, é necessária a atuação primária do fisioterapeuta, na prevenção e orientação através de palestras e maiores informações sobre os devidos problemas afim de evitá-los, pois, são de alta prevalência na atualidade.

BIBLIOGRAFIA: [1] MUSSI, G. **Prevalência de Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (LER/DORT) em profissionais cabeleleiras de Institutos de Beleza de dois distritos da cidade de São Paulo.** 2005 156 p. Tese (Medicina Preventiva) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. [2] BARBOSA. E.C.S, SOUZA. F. M. B, CAVALCANTI A. L, LUCAS, R. S. C. C. **Prevalência de Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho em Cirurgiões Dentistas de Campina Grande – PB.** João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 19-24, jan./abr. 2004. Disponível em: <<http://eduep.uepb.edu.br/pboci/pdf/Artigo3v41.pdf>> Acesso em: 27/05/2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional

CBS 108

PREVALÊNCIA DOS DISTÚRBIOS OSTEOMUSCULARES RELACIONADOS AO TRABALHO EM AUXILIARES DE PRODUÇÃO DE CONFECÇÕES

lasmin M.GUIMARÃES (IC – lasminmokifo@hotmail.com)¹, Mayara M. F.PACHECO(IC)¹Rafael G.OLIVEIRA (PQ)²

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professor
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras chave:DORT, auxiliar de produção, confecção.

INTRODUÇÃO: De acordo dados da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (ABIT) em 2012, os trabalhadores na cadeia têxtil-vestuarista no Brasil é de 1,7 milhão diretos e de 8 milhões se adicionarmos os indiretos e efeito de renda; dos quais 75% são de mão de obra feminina, e ainda conta com 30 mil empresas formais, sendo o 2º maior empregador da indústria de transformação, perdendo somente para o setor de alimentos e bebidas[1]. As confecções de vestuário têm um alto potencial probabilístico de ocorrência destas doenças ocupacionais, onde as trabalhadoras estão expostas a movimentos repetitivos, com tendência a tensão muscular e ao estresse [2]. A profissão de auxiliar de produção possui um nível de estresse elevado por permanecer sempre em pé e auxiliando todas as costureiras da confecção. Diante do exposto, o objetivo desse trabalho foi identificar a prevalência de distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT) em auxiliares de produção na confecção do ramo têxtil. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um trabalho quantitativo, transversal, realizado em duas confecções situadas na cidade de Visconde do Rio Branco – Minas Gerais. A coleta de dados foi realizada através da aplicação de um questionário semi-estruturado auto aplicável para obtenção de dados sócio demográficos. Visando apreender as queixas osteomusculares em auxiliares de produção, foi aplicado o Questionário Nórdico de Sintomas Osteomusculares (QNSO), validado pela língua portuguesa por Pinheiro e cols. [3]. O QNSO avalia problemas como dor, desconforto ou dormência nos últimos 7 dias, algum desconforto nos últimos 12 meses e se durante os últimos 12 meses o indivíduo teve que evitar suas atividades normais por conta dos problemas osteomusculares. As empresas, assim como todos os participantes da pesquisa, assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido permitindo sua participação na pesquisa e a publicação dos dados. Os dados coletados foram registrados em porcentagem. **RESULTADOS:** A amostra foi composta por 8 auxiliares de produção com a média de idade de 34 anos. Questionadas sobre sentir algum desconforto nos últimos 7 dias, 25% responderam apresentar desconforto na coluna lombar, 12,5% no pescoço, 12,5% no ombro, 12,5% punho e mão, 12,5% na coluna dorsal, 12,5% em quadril e coxa, 12,5% joelho e 12,5% tornozelo e pé. Nos últimos 12 meses, 25% apresentaram algum desconforto na coluna lombar, 25% coluna dorsal, 12,5% joelho. 100% da amostra relataram que não tiveram que evitar suas atividades normais por conta de distúrbios osteomusculares. **CONCLUSÃO:** Conclui-se com esse trabalho, que a maior prevalência de distúrbios osteomusculares em auxiliares de produção se encontra nas regiões anatômicas de coluna lombar, coluna dorsal e joelho. Sugere-se, portanto, estudos com amostra maior e estudos que investigue as possíveis causas desses desconfortos na tentativa de delinear propostas de prevenção de lesões osteomusculares relacionados ao trabalho em auxiliares de produção do ramo têxtil. **BIBLIOGRAFIA:** [1] COIMBRA, M. G. **Análise de gênero e precarização do trabalho nas indústrias têxteis e de confecção: um estado da arte (1990 - 2011).** IV Seminário de Trabalho e Gênero Protagonismo, ativismo, questões de gênero revisitadas. ST7 - Gênero, reestruturação e precarização das relações de trabalho. [2] TEIXEIRA, D. P.; PAIVA, M. T.; NUNES, M. C. R. **Identificação de fatores de risco para ler/dort em uma indústria de confecção da cidade de ubá/mg.** V workshop de análise ergonômica do trabalho - UFV. I Encontro Mineiro de Estudos em Ergonomia, jun. 2009. [3] PINHEIRO, F. A e cols. Validação do Questionário Nórdico de Sintomas Osteomusculares como medida de morbidade. **Ver Saúde Pública**, v.36, n.3, 2002.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional

PREVALÊNCIA DOS DISTÚRBIOS OSTEOMUSCULARES RELACIONADOS AO TRABALHO EM COSTUREIRAS DE CONFECÇÕES

Iasmin M. GUIMARÃES (IC - iasminmokifo@hotmail.com)¹, Mayara M. F. PACHECO (IC)¹ Rafael G. OLIVEIRA (PQ)²

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professor
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras chave: DORT, costureiras, confecção.

INTRODUÇÃO: Os avanços tecnológicos no trabalho estão trazendo alguns problemas à saúde do trabalhador. Assim, as altas taxas de incidência de distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT), têm se tornado um grande desafio para os trabalhadores e para as empresas [1]. Uma pesquisa feita pelo Instituto Nacional de Prevenção das DORT's, em parceria relatou que 6% da população de trabalhadores do país são portadores de DORT, gerando um gasto público anual de R\$ 12,5 bilhões [2]. As confecções de vestuário têm uma alta ocorrência destas doenças ocupacionais, sobretudo por ser um local de trabalho mais feminino, onde estão expostas a movimentos repetitivos, com tendência a tensão muscular e ao estresse [3]. Diante do exposto, o objetivo desse trabalho foi identificar a prevalência de DORT em costureiras de confecção do ramo têxtil. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um trabalho quantitativo, transversal, realizado em duas confecções situadas na cidade de Visconde do Rio Branco – Minas Gerais. A coleta de dados foi realizada através da aplicação de um questionário semi-estruturado auto aplicável para obtenção dos dados sócio demográficos. Visando apreender as queixas osteomusculares das costureiras, foi aplicado o Questionário Nórdico de Sintomas Osteomusculares (QNSO), validado pela língua portuguesa por Pinheiro e cols. [4]. O QNSO avalia problemas como dor, desconforto ou dormência nos últimos 7 dias, algum desconforto nos últimos 12 meses e se durante os últimos 12 meses o indivíduo teve que evitar suas atividades normais por conta dos problemas osteomusculares. As empresas, assim como todos os participantes da pesquisa, assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido permitindo sua participação na pesquisa e a publicação dos dados. Os dados coletados foram registrados em porcentagem. **RESULTADOS:** A amostra foi composta por 18 costureiras com a média de idade de 38 anos. Questionadas sobre sentir algum desconforto nos últimos 7 dias, 50% responderam apresentar desconforto na coluna lombar, 50% ombro, 44,4% coluna dorsal, 33,3% punho e mão, 27,7% pescoço, 22,2% em tornozelo e pé, 22,2% quadril e coxa, 9,4% cotovelo e 5,5% joelho. Nos últimos 12 meses, 44,4% apresentaram algum desconforto na coluna lombar, 27,7% coluna dorsal, 33,3% ombro, 27,7% pescoço, 22,2% punho e mão, 22,2% tornozelo e pé, 16,6% quadril e coxa, 16,6% joelho e 5,5% na região de cotovelo. 100% da amostra relataram que não tiveram que evitar suas atividades normais por conta de distúrbios osteomusculares. **CONCLUSÃO:** Conclui-se, portanto, que a maior prevalência de distúrbios osteomusculares em costureiras se encontra nas regiões de coluna lombar e dorsal, região de ombro, pescoço e punho e mão. Sugere-se, portanto, estudos com amostra maior e que investigue as possíveis causas desses desconfortos na tentativa de delinear propostas de prevenção de lesões osteomusculares relacionados ao trabalho em costureiras do ramo têxtil. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ASSIS, J. M. J. **Ginástica laboral: um estudo com costureiras industriais.** Monografias do Curso de Fisioterapia da Unioeste. n.01 Cascavel, 2005. [2] TEIXEIRA, S. O. L. **Estudo sobre a prevalência de queixas dos trabalhadores de fábricas de confecção de luvas de couro, localizadas em um município de minas gerais.** Universidade federal de Itajubá. Programa de pós-graduação em meio ambiente e recursos hídricos. Itajubá, Minas Gerais, 2012. [3] TEIXEIRA, D. P.; PAIVA, M. T.; NUNES, M. C. R. **Identificação de fatores de risco para ler/dort em uma indústria de confecção da cidade de ubá/mg.** V workshop de análise ergonômica do trabalho - UFV. I Encontro Mineiro de Estudos em Ergonomia, jun. 2009. [4] PINHEIRO, F. A e cols. Validação do Questionário Nórdico de Sintomas Osteomusculares como medida de morbidade. **Ver Saúde Pública**, v.36, n.3, 2002.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional

PREVALÊNCIA DOS DISTÚRBIOS OSTEOMUSCULARES RELACIONADOS AO TRABALHO EM BORDADEIRAS

Iasmin M. GUIMARÃES (IC - iasminmokifo@hotmail.com)¹, Mayara M. F. PACHECO (IC)¹ Rafael G. OLIVEIRA (PQ)²

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professor
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras chave: DORT; Bordadeiras; Confecção.

INTRODUÇÃO: A ocorrência das altas taxas dos distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT) vêm crescendo devido aos avanços tecnológicos e assim trazendo problemas à saúde do trabalhador [1]. Uma pesquisa encomendada pelo Instituto Nacional de Prevenção das DORT's, em parceria com o Ministério da Saúde, relatou que 6% da população de trabalhadores do país são portadores de DORT, gerando um gasto público anual de R\$ 12,5 bilhões. São inúmeras as profissões que apresentam DORT, dentre elas as profissões do ramo têxtil como costureiras, auxiliares de produção em confecção, bordadeiras entre outras [2]. A profissão de bordadeira está no conceito de cidadania através reconhecimento do bordado como um produto da economia local; pelo aumento da auto-estima e preservação da saúde da mulher [3]. Diante do exposto, o objetivo desse trabalho foi identificar a prevalência de DORT em bordadeiras de confecção do ramo têxtil. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um trabalho quantitativo, transversal, realizado em duas confecções situadas na cidade de Visconde do Rio Branco – Minas Gerais. A coleta de dados foi realizada através da aplicação de um questionário semi-estruturado auto aplicável para obtenção de dados sócio demográficos. Visando apreender as queixas osteomusculares das bordadeiras, foi aplicado o Questionário Nórdico de Sintomas Osteomusculares (QNSO), validado pela língua portuguesa por Pinheiro e cols. [4]. O QNSO avalia problemas como dor, desconforto ou dormência nos últimos 7 dias, algum desconforto nos últimos 12 meses e se durante os últimos 12 meses o indivíduo teve que evitar suas atividades normais por conta dos problemas osteomusculares. As empresas, assim como todos os participantes da pesquisa, assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido permitindo sua participação na pesquisa e a publicação dos dados. Os dados coletados foram registrados em porcentagem. **RESULTADOS:** A amostra foi composta por 9 bordadeiras com a média de idade de 33 anos. Questionadas sobre sentir algum desconforto nos últimos 7 dias, 22,22% responderam apresentar desconforto na coluna lombar, 22,22% em quadril e coxa, 22,22% em tornozelo e pé, 11,11% na região do pescoço, 11,11% na região de ombro, 11,11% punho e mão, 11,11% na coluna dorsal. Nos últimos 12 meses, 33,33% apresentaram algum desconforto na região de coluna lombar, 22,22% pescoço, 22,22% coluna dorsal, 22,22% quadril e coxa, 22,2% tornozelo e pé, 22,2% tornozelo e pé, 11,11% ombro, 11,11% cotovelo, 11,11% punho e mão. 100% da amostra relataram que não tiveram que evitar suas atividades normais por conta de distúrbios osteomusculares. **CONCLUSÃO:** Conclui-se, portanto, que a maior prevalência de distúrbios osteomusculares em bordadeiras se encontra nas regiões anatômicas de coluna lombar, quadril, coxa, tornozelo e pé. Sugerimos estudos com amostra maior e estudos que investigue as possíveis causas desses desconfortos na tentativa de delinear propostas de prevenção de lesões osteomusculares relacionados ao trabalho em bordadeiras do ramo têxtil. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ASSIS, J. M. J. **Ginástica laboral: um estudo com costureiras industriais.** Monografias do Curso de Fisioterapia da Unioeste. n.01 Cascavel, 2005. [2] TEIXEIRA, S. O. L. **Estudo sobre a prevalência de queixas dos trabalhadores de fábricas de confecção de luvas de couro, localizadas em um município de minas gerais.** Universidade federal de Itajubá. Programa de pós-graduação em meio ambiente e recursos hídricos. Itajubá, Minas Gerais, 2012. [3] CARNEIRO, J. M. T.. **Happydays: confecção de roupas para lojas de grife.** Casos de Ensino em Administração. RAC, v. 9, n. 3, Jul./Set. 2005. [4] PINHEIRO, F. A e cols. Validação do Questionário Nórdico de Sintomas Osteomusculares como medida de morbidade. **Ver Saúde Pública**, v.36, n.3, 2002.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional

CBS 111

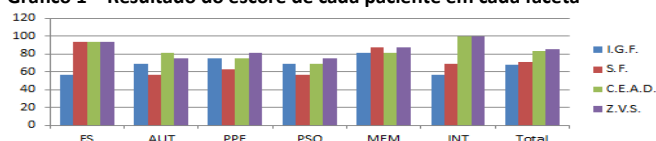
QUALIDADE DE VIDA DE IDOSOS DO GRUPO DE ORTOPEDIA DA CLÍNICA ESCOLA – FAMINAS

Karen Moreira da SILVA (IC – kmoreira.fisio@gmail.com)¹, Flávia Verônica Batista CAMPOS (IC)¹, Elizabele Borges CORREIA (IC)¹, Aline Soares de FREITAS (IC)¹, Gustavo Gomes RIBEIRO (IC)¹, Fabrício Monteiro de Castro e CASTRO (PQ)²

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professor
Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé – MG

Palavras-chave: Envelhecimento, Qualidade de vida, Fisioterapia.
INTRODUÇÃO: Segundo a Organização Mundial da Saúde (2002), considera-se idoso indivíduo com 60 anos ou mais em países em desenvolvimento e 65 anos ou mais em países desenvolvidos levando em conta a idade cronológica e o estado físico, psíquico e social do indivíduo [1]. As alterações orgânicas, funcionais e psicológicas do envelhecimento normal resumem na senescência e a sensibilidade é as afecções que acometem os idosos por doenças que aceleram o envelhecimento [2]. O questionário de qualidade de vida WHOQOL-OLD foi criado em 1998 como instrumento global para a avaliação da qualidade de vida, que possui ferramentas adaptadas direcionadas para a população idosa [3]. Este estudo tem o objetivo de avaliar a qualidade de vida em idosos do grupo de ortopedia da Clínica Escola FAMINAS. **MATERIAIS E MÉTODOS:** O questionário foi aplicado pelo avaliador de forma oral sem interferir nas respostas em 4 idosos de um grupo de ortopedia, com diagnóstico de gonartrose (processo degenerativo crônico nos joelhos), alterações musculoesqueléticas e cardiopulmonares comuns na velhice. O WHOQOL-OLD possui 24 questões divididas em facetas: Funcionamento Sensorio (FS); Autonomia (AUT); Atividades passadas, presentes e futuras (PPF); Participação Social (PS); Morte e Morrer (MEM) e Intimidade (INT), onde cada uma possui 4 perguntas com 5 opções de resposta [3]. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os resultados foram avaliados segundo Pedrosa et al (2009; 2010) com versão do software Microsoft Office Excel 2010 em escore bruto expresso de 0 a 100: baixa qualidade de vida e alta qualidade de vida, consequentemente (gráfico 1) [3].

Gráfico 1 – Resultado do escore de cada paciente em cada faceta



Fonte: Software Microsoft Excel 2010

O resultado da média de cada faceta foi: FS com 75; AUT com 71,8; PPF com 78,1; PSO com 71,8; MEM com 84,3; INT com 78,1 e no somatório das facetas (total) com média de 76,5. A qualidade de vida é a percepção da pessoa em relação a sua posição na vida, com contexto de seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações, ou seja, em uma boa ou excelente qualidade de vida o indivíduo deve possuir um mínimo de condições para desenvolver suas potencialidades [4]. **CONCLUSÃO:** A atuação fisioterapêutica é de extrema importância em todos os aspectos relacionados ao idoso e vem alcançando um papel de autonomia em relação à promoção da saúde. Em relação à qualidade de vida dos avaliados, concluímos que as alterações relacionadas ao envelhecimento não foi um fator determinante para a diminuição da qualidade de vida observado que os resultados foram altos.

BIBLIOGRAFIA: [1] BRASIL. Organização Pan-Americana da Saúde. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde.** Brasília-DF, 2005. [2] TIBO, M. G. M. **Alterações anatômicas e fisiológicas do idoso.** Rev. Med. Ana Costa, v. 12, n. 2, 2007. [3] PEDROSO, B.; PILATTI, L. A.; GUTIERREZ, G. L. **Cálculo dos escores e estatística descritiva do WHOQOL-OLD pelo Microsoft Excel.** Geriatria & Gerontologia, São Paulo, v.4, n.4, p.214-219, 2010. [4] SERBIM, A. K.; FIGUEIREDO, A. E. P. L. **Qualidade de vida de idosos em um grupo de convivência.** Scientia Medica, Porto Alegre, v.21, n.4, p.166-172, 2011.

Área de conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional

CBS 112

QUALIDADE DE VIDA DE PACIENTES COM SEQUELAS DE AVC (ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL)

Thatiane Martins Moreira OLIVEIRA (IC – thatianemartins12@hotmail.com)¹, Ana Luiza Riguete NARDE (IC)¹, Naiara de Cássia CAMPOS (IC)¹, Laura Rezende RODRIGUES (IC)¹, Juliana Paschoal NAVAS (IC)¹, Cristiano Andrade Quintão Coelho ROCHA (PQ)²

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professores Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

Palavras-chave: AVC, Qualidade de vida em pacientes com AVC, SF-36.

INTRODUÇÃO: O acidente vascular cerebral (AVC) é uma interrupção súbita do fluxo sanguíneo do encéfalo, causado tanto por obstrução de uma artéria caracterizando o AVC isquêmico, quanto por ruptura caracterizando o AVC hemorrágico [1]. A prevalência do AVC é alta e atualmente 90% dos sobreviventes desenvolvem algum tipo de deficiência, sendo considerado uma das principais causas de incapacidades em adultos. Dentre as manifestações clínicas, podemos citar os prejuízos das funções sensitivas, motoras, de equilíbrio e de marcha, além do déficit cognitivo e de linguagem [2,4]. Entre as alterações motoras, destaca-se a hemiplegia, caracterizada pela perda de força muscular no dimídio contralateral à lesão encefálica [2,3]. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal, cujo para a realização do estudo, foram convidados 10 pacientes de AVC e que estavam em atendimento no Asilo São Vicente de Paulo, após o esclarecimento do estudo, foi solicitado que os indivíduos assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foi usado uma escala genérica o SF-36 referente a Qualidade de Vida. **RESULTADOS:** No total foram entrevistados 10 pacientes não levando em consideração o sexo. A idade média foi de 67,7± 11,1 anos. A Tabela 1 apresenta os escores para os domínios do questionário SF-36 no grupo estudado. Com a base na tabela o maior comprometimento ocorreu na capacidade funcional, limitação por aspectos físicos e limitação por aspectos emocionais. Os demais domínios também apresentaram resultados considerados baixos sendo que apenas o para dor teve um resultado mais elevado.

Tabela 1. Valores médios dos escores dos domínios do SF-36

Domínios	Média ± DP
Capacidade Funcional	0,5 ± 1,6
Limitação por aspectos Físicos	0,0 ± 0,0
Dor	69,0 ± 40,9
Estado geral de saúde	43,9 ± 29,1
Vitalidade	44,5 ± 28,1
Aspectos Sociais	48,8 ± 39,7
Limitações por aspectos emocionais	0,0 ± 0,0
Saúde mental	55,3 ± 31,4

*Segundo Teste t de Student.

CONCLUSÃO: Pode-se constatar que de acordo com o SF-36 ocorreu comprometimento na Qualidade de Vida desses pacientes em todos os domínios sendo que a capacidade funcional, a limitação por aspectos físicos e a limitação por aspectos emocionais, tiveram resultados significativos baixos, podendo causar dificuldades na vida diária desses pacientes.

BIBLIOGRAFIA: [1] Lewis SR. Patogênese. Classificação e epidemiologia das doenças vasculares cerebrais. In: Rowland LP; Merrit (ed). Tratado de Neurologia. 10ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan 2002, p.184-95. [2] Ryerson SD. Hemiplegia. In: Umphred DA (editor). Reabilitação Neuro- lógica. 4ª. ed. Barueri: Manole 2004, p.782-830. [3] Shepherd R. Stroke. In: Carr JH, Shepherd RB (ed). Neurological Reha- bilitation: Optimizing Motor Performance. 3ª. ed. Oxford: Butterworth Heinemann 2000, p.242-78. [4] Tyson SF, Hanley M, Chillala J, Selley A, Tallis RC. Balance disability after stroke. Phys Ther 2006;86:30-8.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.00.00.00-1 - Ciências da Saúde

Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 - Fisioterapia e Terapia Ocupacional

Thatiane Martins Moreira OLIVEIRA (IC - thatianemartins12@hotmail.com)¹, Ana Luiza Riguete NARDE(IC)¹, Naiara de Cássia CAMPOS (IC)¹, Laura Rezende RODRIGUES (IC)¹, Juliana Paschoal NAVAS(IC)¹, Cristiano Andrade Quintão Coelho ROCHA(PQ)².

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professores Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

Palavras-chave: Pilates, sedentário e SF-36.

INTRODUÇÃO: O tempo de vida do ser humano tem aumentado significativamente [1] e ter uma vida longa, hoje em dia, já não é uma grande vitória, quando a média atual de expectativa de vida nos países desenvolvidos está em torno de oitenta anos e quando as pesquisas biomédicas encontram dados que as permitem inferir sobre o potencial genético do homem para viver até mais de cem anos [1,2]. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define qualidade de vida como a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e do sistema de valores nos quais ele vive, considerando seus objetivos, expectativas, padrões e preocupação [3]. A qualidade de vida em saúde coloca a centralidade na capacidade de viver sem doenças ou de superar as dificuldades dos estados ou condições de morbidade [4]. A inatividade física e um estilo de vida sedentário estão relacionados a fatores de risco para o desenvolvimento ou agravamento de certas condições médicas, tais como doença coronariana ou outras alterações cardiovasculares e metabólicas [5]. O presente estudo teve como objetivo avaliar a qualidade de vida de indivíduos praticantes de pilates e sedentários. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal, cujo para a realização do estudo, foram convidados 22 mulheres, sendo que 11 eram praticantes do método pilates e 11 eram sedentárias. Após o esclarecimento do estudo, foi solicitado que os indivíduos assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foi usado uma escala genérica e o SF-36 para avaliação da Qualidade de Vida. **RESULTADOS:** A amostra foi composta por 22 mulheres, sendo a idade média das ativas de 47,1±10,8 anos e das sedentárias de 42,5±10,2 anos, não sendo observada alteração significativa entre as idades. Segundo a média e o desvio padrão pode-se constatar que para os praticantes de pilates, ocorreram os seguintes resultados: para cada domínio do questionário SF-36: Capacidade Funcional (CF) 75,6±25; Limitação por Aspectos Físicos (LAF) 62,4±36,4; Dor (D) 70,3±26,0; Estado Geral de Saúde (EGS) 72,3±8,4; Vitalidade (V) 70,7±24,4; Aspectos Sociais (AS) 79,5±31,3; e para as sedentárias o resultado foi de: CF 68,0±25,1; LAF 72,8±36,1; D 73,1±23,5; EGS 71,4±13,4; V 68,6±16,9; AS 68,2±19,7. Com base nos resultados das praticantes de pilates e de sedentárias a comparação dos resultados da média e desvio padrão não ocorreram alterações significativas entre as participantes. **CONCLUSÃO:** Pode-se constatar que de acordo com o SF-36 não ocorreu alterações significativas na capacidade de vida dos praticantes de pilates e das sedentárias não ocorrendo modificações ou incapacitação para vida diária desses participantes.

REFERÊNCIAS: [1] Astrand PO. Age is not a barrier: a personal experience. In: Quinney HA, Gauvin L, Wall AET (orgs.). Toward Active Living. Champaign: Human Kinetics, 1994:147-152. [2] Guiselini M. Atividade física e qualidade de vida. Informe Phorte, São Paulo, 1999;1:3. [3] Whoqol Group. The World Health Organization quality of life assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organization. Social Science and Medicine 1995;41:1403-1409. [4] Minayo MCS, Hartz ZMA, Buss PM. Quality of life and health: a necessary debate. Cien Saude Colet [periódico na Internet]. 2000 [acessado 2006 nov 21];5(1):[cerca de 12 p.]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232000000100002&lng=en&nrm=isso [5] Maron BJ. The paradox of exercise. N Engl J Med 2000; 343(19):1409-1411

Área do Conhecimento (CNPq): 4.00.00.00-1 - Ciências da Saúde

Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 - Fisioterapia e Terapia Ocupacional

Kesia Alves de OLIVEIRA (IC ksaoliveira@gmail.com)¹, Camilla Lopes do CARMO (IC)¹, Sílvia Polyana Fazolo SILVA (IC)¹, Clarissana Araújo BOTARO (PQ)², Roberta Xavier BRUNO (PQ)².

1 – Curso de Fisioterapia; 2 - Professora - Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé-MG.

Palavras-chave: Laserterapia, Úlceras venosas, Qualidade de Vida

INTRODUÇÃO: A úlcera é uma síndrome caracterizada por uma perda circunscrita ou irregular do tegumento (derme ou epiderme), podendo atingir o subcutâneo e tecidos subjacentes, que acomete as extremidades dos membros inferiores e cuja causa está, geralmente, relacionada ao sistema vascular arterial ou venoso [1]. Úlceras venosas são relativamente comuns na população adulta, e sua prevalência varia muito. Esse problema tem como consequência significativa impacto social e econômico, devido à natureza recorrente e o tempo decorrido entre sua abertura e cicatrização [2]. O objetivo deste estudo é identificar o perfil desses pacientes inscritos no projeto da clínica escola da FAMINAS, quando tratados por laserterapia e realizar a observação da qualidade de vida dos que apresentam úlceras venosas. **MATERIAL E MÉTODOS:** O estudo é de caráter transversal descritivo, e foi baseado no levantamento de casos com diagnóstico de úlcera, coletados ocasionalmente durante os atendimentos realizados por alunos-estagiários do curso de Fisioterapia da FAMINAS, no período de 07 a 15 de Maio de 2014. Foi entregue a cada paciente o termo de Consentimento Livre e Esclarecido, com a prévia concordância deles para a participação na pesquisa. Este trabalho foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Faculdade de Minas (FAMINAS). Para avaliação da qualidade de vida dos pacientes foi utilizada a versão em português do WHOQOL Bref, e para análise dos dados foi empregada estatística descritiva simples. **RESULTADOS e DISCUSSÃO:** O universo amostral deste estudo é de 8 pacientes, com uma média de idade de 56,87 ± 12,67. Havendo predomínio do gênero masculino 6 (75%), renda familiar de até 1 salário mínimo 5 (62,5%) e, a escolaridade dominante foi o ensino fundamental incompleto com 6 (75%) dos participantes. O tempo de lesão dos pacientes varia de 2 até 40 anos, sendo apresentadas de forma unilateral ou bilateral nos membros inferiores. Para coleta de dados foi usado o questionário WHOQOL Bref, que é constituído de 26 perguntas e tem como objetivo analisar 4 domínios do indivíduo, que são: físico, psicológico, relações sociais e meio ambiente. Ele tem como nota de corte '5' para que a qualidade de vida determinada seja considerada boa. O tempo de tratamento no projeto de laserterapia varia de 4 a 9 meses, sendo realizado 02 sessões por semana. No Quadro 1, estão apresentados a média dos valores dos escores de cada um dos domínios do WHOQOL Bref e os respectivos desvios padrões obtidos através dos questionários.

Quadro 6- Média e desvio padrão dos domínios avaliados no WHOQOL

DOMÍNIOS	MÉDIA	DESVIO PADRÃO
Físico	3,3	±0,26
Psicológico	3,0	±0,66
Social	3,1	±1,04
Meio Ambiente	2,8	±0,43
Vida Geral	3,3	±0,63

Analisando o Quadro acima, verificamos que todos os domínios avaliados foram abaixo do adequado (média 5) para uma boa qualidade de vida. Diversos autores reafirmam a influência da cronicidade das lesões acarretando graves consequências na qualidade de vida dos pacientes [3]. **CONCLUSÃO:** Neste estudo foi possível verificar que os pacientes em tratamento de úlceras venosas, necessitam de todo apoio psicológico, social e estrutural para que a cura se estabeleça o mais rápido possível visando uma melhor qualidade de vida aos indivíduos portadores dessas afecções. **BIBLIOGRAFIA:** [1] FRADE, M.A.C. et al. **Úlceras de perna.** In: Gamonal AC. Dermatologia elementar compêndio de dermatologia. Juiz de Fora; 2000. p.115-7; [2] ABBADE, L.P.F.; LASTÓRIA, S. **Abordagem de pacientes com úlcera da perna de etiologia venosa.** Na Bras Dermatol. 2006;81(6):509-22; [3] FRANKS, PJ; MOFFATT, CJ. **Do Clinical and social factors predict quality of life in leg ulceration?** Int j low Extreme wounds. 2006;5(4):236-43. **Área do conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional**

Estéfane Rufino da SILVA (estefane.rufino@hotmail.com)¹, Elisa Alves PEREIRA (elisaalves18@hotmail.com)¹, Gabriela de Brito SANTOS (gabry_fisio@hotmail.com)¹, Patrícia Aparecida da SILVA (silvapatricia925@yahoo.com.br)¹, Cristiano Andrade Quintão Coelho ROCHA (cristianorochoa@faminas.edu.br)².

1. Acadêmica de fisioterapia; 2. Professor da Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 – Muriaé-MG.

Palavras-chave: Artrite Tofácea; Ácido úrico; Whoqol-Old.

INTRODUÇÃO: As doenças reumáticas são as doenças crônicas que representam em um importante fator preditor do declínio da funcionalidade [1]. Sintomas articulares crônicos delas decorrentes promovem repercussões negativas na qualidade de vida [2]. A artrite tofácea é uma doença reumática devido a uma hiperprodução ou diminuição de excreção do ácido úrico que leva a um aumento da concentração no sangue, o que acarreta a formação de cristais, os quais se depositam nas articulações e tecidos moles [3]. O presente trabalho teve como objetivo de descrever o perfil e a qualidade de vida em portadores de artrite tofácea crônica do município de São Geraldo-MG. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal, descritivo, realizado no mês de março a julho de 2014, foram aplicados 33 questionários, nos quais 27 foram excluídos, tendo como critério de exclusão idade inferior a 60 anos. A amostra foi composta por 6 portadores de artrite tofácea crônica. Foi usado o questionário Whoqol-OLD, que avalia a qualidade de vida, sendo composto por 24 questões divididas em 6 facetas, que abordam o funcionamento do sensório; a autonomia; as atividades presentes, passadas e futuras; a participação social; a morte e morrer e a intimidade, onde escores altos representam uma alta qualidade de vida e escores baixos uma baixa qualidade de vida. Os participantes foram orientados quanto aos objetivos da pesquisa e posteriormente assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Minas - FAMINAS - MG. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Após a coleta dos dados, foram observados os seguintes resultados: 85,71%(n=6) são do sexo masculino e 14,28%(n=1) são do sexo feminino, sendo 50% aposentados. A média de idade foi de 67 anos, sendo a máxima 82 anos e a mínima de 62 anos. O tempo de surgimento dos tumores em média foi de 14,5 anos, com máxima de 25 anos e a mínima de 8 anos. Em relação ao tratamento médico 85,71%(n=5) realizam tratamento médico e 14,28%(n=1) não realiza tratamento, sendo que 85,71%(n=5) possui casos na família. Com a aplicação dos questionários foram obtidos os seguintes dados, conforme a tabela 1:

Funcionamento do sensório	Autonomia	Atividades presentes passadas e futuras	Participação social	Morte e morrer	Intimidade
12	13,5	12,5	12	7,5	12

Tabela 1: Resultado do questionário Whoqol-OLD, que avalia a qualidade de vida.

Os menores escores foram no tema de morte e morrer, seguida do funcionamento do sensório, participação social e intimidade. A autonomia apresentou a maior qualidade de vida. **CONCLUSÕES:** Viu-se com a pesquisa, que a questão morte e morrer deveriam ser mais trabalhados com os portadores de artrite tofácea crônica, para que haja uma melhora na qualidade de vida. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SECCHI, J. B.; MARA, L. W. INTERVENÇÕES FISIOTERAPÊUTICAS NO IDOSO PORTADOR DE GOTA. Disponível em <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoesaude/article/view/1732>; Acesso em 06/05/2014. [2] CECHIN D. F.; ARAUJO, M. G. ARTRITE GOTOSA: UM RELATO DE CASO. Disponível em <sites.unifra.br/Portals/36/CSAUDE/2001/artrit e.pdf>; Acesso em 09/05/2014. [3] ALVES, J. M. A. HIPERURICEMIA E DISTÚRBIOS DO METABOLISMO DA GLICOSE EM UMA POPULAÇÃO ADSCRITA A UM PROGRAMA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA. Disponível em <www.btdt.ndc.uff.br/TEDE-Dissert-Juliana%20Andrade.pdf>; Acesso em 09/05/2014.

Camilla Lopes do CARMO (IC camillalc@hotmail.com)¹, Kesia Alves de OLIVEIRA (IC)¹, Gabriela de Brito SANTOS (IC)¹, Roberta Xavier BRUNO (PQ)²

1- Curso de Fisioterapia; 2- Professora – Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé- MG.

Palavras-chave: Obesidade infantil, Qualidade de vida, Saúde infantil

INTRODUÇÃO: A pandemia da obesidade infantil tem se espalhado drasticamente nas últimas décadas, principalmente nos países desenvolvidos. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a obesidade é uma doença onde o excesso de gordura corporal acumulada pode atingir graus capazes de afetar a saúde [1]. O presente estudo tem como objetivo geral analisar o impacto da obesidade na qualidade de vida subjetiva de crianças obesas. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal, quantitativo com amostra previamente definida em crianças de escolas públicas, municipais e particulares na cidade de Muriaé/MG. Os diretores das escolas assinaram os termos de consentimento livre e esclarecido autorizando a pesquisa respeitando assim, a regulamentação 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Foram coletados os dados antropométricos e o Índice de Massa Corporal (IMC) foi calculado com base na equação peso/estatura² (em metro), de acordo com a classificação da OMS (Percentil > 97). Como instrumento de coleta de dados adotou-se a "Escala de Qualidade de Vida da Criança" que foi aplicada apenas às crianças com obesidade. A Escala em questão é baseada no ponto de vista da satisfação da criança, visualizada a partir de 4 figuras que são associadas a diversos domínios da vida, diante de diferentes situações [2]. Para análise dos dados foi empregada estatística descritiva simples. **RESULTADOS e DISCUSSÃO:** O universo amostral foi constituído de 110 crianças, sendo 56% meninos e 44% meninas, de 8 e 9 anos. Dentre as crianças estudadas, 33% (n=36) foram avaliadas com o IMC acima do normal. Dessas 44,44% são do sexo feminino. Com relação aos resultados, os itens com os mais altos escores foram os relacionados a aniversário e férias. Os mais baixos escores estão relacionados à hospitalização e tomar remédios. Considerando como nota de corte o valor '48', verificou-se que 12% das crianças obesas obtiveram pontuação inferior a 48, resultando em qualidade de vida prejudicada. O restante das crianças (88%) obteve valores iguais ou acima de 48, sendo assim, qualidade de vida não prejudicada. De acordo com Khaodhiar, McCowen, & Blackburn, muitas vezes essas crianças sofrem discriminação e estigmatização social, que prejudicam seu funcionamento físico e psíquico, podendo causar um impacto negativo em sua qualidade de vida [3]. **CONCLUSÕES:** Das crianças avaliadas um terço está em situação preocupante (obesidade) e merece atenção para prevenção de malefícios tanto em aspectos físicos quanto sociais, emocionais e psicossociais. Nesta amostra estudada não houve relação entre peso e qualidade de vida subjetiva. **BIBLIOGRAFIA:** [1] LEITE, J. M. **Obesidade Infantil e Alterações das Provas Funcionais Respiratórias**. 2009. 50 f. Dissertação (Mestrado Integrado em Medicina) – Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2009; [2] JR, F. B. A. et al. **Escala de Avaliação de Qualidade de Vida:** validade e confiabilidade de uma escala para qualidade de vida em crianças de 4 a 12 anos. Arq Neuropsiquiatr. 2000; 58(1): 119-127; [3] Damiani, D., Carvalho, D. P., & Oliveira, R. G. (2002). **Obesidade – fatores genéticos ou ambientais?** *Pediatria Moderna*, 38(3), 57-80.

Área do conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional

REABILITAÇÃO FUNCIONAL DO JOELHO PÓS LIGAMENTOSCOPIA DO LIGAMENTO CRUZADO ANTERIOR EM FASE AVANÇADA

Isabella Netto de Almeida **CASTRO** (IC-isa-bellabbittencourt@hotmail.com)¹, Dalila Cassin **COSTA** (IC)², Gabriela de Brito **SANTOS** (IC)³, Ana Paula Fernandes de **MOURA** (IC)⁴, Fabrício Monteiro de Castro e **CASTRO** (PQ)^{1,4}

1-Curso de Fisioterapia; Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 – Muriaé-MG

Palavras-chave: Reabilitação; Ligamento Cruzado anterior; Fisioterapia.

INTRODUÇÃO: O ligamento cruzado anterior do joelho (LCA), um dos principais ligamentos de contenção estática, quando rompido leva à limitação funcional e a instalação de fenômenos degenerativos intra-articulares como degeneração da cartilagem articular e lesão meniscal devido às alterações biomecânicas secundárias à perda do ligamento cruzado anterior que leva à mobilidade anormal (falseio) entre a tibia e o fêmur. [1] A principal função do LCA é resistir à translação ou ao deslocamento anterior da tibia sobre o fêmur e como função secundária colaborar para resistir ao excesso de rotação medial da tibia [2]. O objetivo desta pesquisa é analisar a força, a massa muscular e a amplitude de movimento articular, antes e após a aplicação da conduta fisioterapêutica na fase avançada da reabilitação pós-operatória de lesão do ligamento cruzado. **MATERIAIS E MÉTODOS:** R.S.S., 31 anos, sexo masculino, diagnóstico clínico de Pós-operatório de reconstrução de LCA e artroscopia de joelho direito. No fisiodiagnóstico observou-se déficit da extensão total do joelho direito, crepitações da articulação tibia-femoral, hipotrofia muscular do membro inferior (MI) direito em relação ao MI esquerdo, grau de força 4 dos músculos adutores do quadril, isquiotibiais e tríceps sural e grau 5 nos músculos quadríceps e abdutores. O membro sadio apresentou grau 5 em todos os parâmetros, perímetria de coxa com fita métrica e avaliação da mobilidade articular com goniômetro. Foram realizadas 11 sessões de fisioterapia com duração de 50 minutos. O plano de tratamento fisioterapêutico foi traçado de acordo com a avaliação, sendo elaborada a seguinte conduta: Mobilização tibiofemoral; Alongamento dos músculos isquiotibiais, tríceps sural, adutores e abdutores do quadril, e quadríceps; Fortalecimento muscular isotônico (CCA) de quadríceps, isquiotibiais, tríceps sural, adutores e abdutores do quadril; Propriocepção no balanço com apoio unipodal; treino com bola no mini-jump; Propriocepção na cama elástica com exercícios pliométricos. Após a décima primeira sessão o paciente foi reavaliado. **RESULTADOS:** Em relação aos graus de força muscular na 11ª sessão: todos os músculos avaliados dos membros inferiores estavam com grau 5. Os resultados demonstraram normalização da força muscular do membro operado. A perímetria também foi reavaliada conforme a tabela abaixo:

Perimetria: Joelho	Avaliação		Reavaliação	
	Direito	Esquerdo	Direito	Esquerdo
Esquerdo				
5cm	46		47	
10 cm		51,5	53	
15cm	61		63	

A goniometria da extensão do joelho na primeira sessão era de 7º de extensão, após a 11ª sessão foi reavaliado e encontrava-se à 2º de extensão. **CONCLUSÃO:** Diante dos resultados funcionais alcançados conclui-se que o programa de reabilitação funcional aplicado foi importante para a aquisição de força e massa muscular e da amplitude de movimento do joelho, favorecendo o retorno do indivíduo às suas atividades do cotidiano e às atividades físicas específicas.

BIBLIOGRAFIA: [1] CUNHA, J.M.; SILVA, M.D. Reabilitação funcional do joelho pós ligamentoplastia do ligamento cruzado anterior do joelho. Um Estudo de Caso. UNIMEP, São Paulo. Disponível em: <https://www.yumpu.com/reabilitacao-funcional-do-joelho-pos-ligamentoplastia-do-ligamento-> Acesso em: 12 de Abril de 2013; [2] KONIN, J.G.; Cinesiologia prática para Fisioterapeutas. 1.ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 2006. .161.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional

RISCO DE QUEDA EM UM GRUPO DE ORTOPEDIA COM IDOSOS DA CLÍNICA ESCOLA – FAMINAS

Karen Moreira da **SILVA** (IC – kmoreira.fisio@gmail.com)¹, Ana Paula Fernandes de **MOURA** (IC)¹, Felipe Tricotti **OLIVEIRA** (IC)¹, Jéssica Cristina Pires da **SILVA** (IC)¹, Elizabele Borges **CORREIA** (IC)¹, Roberta Xavier **BRUNO** (PQ)²

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professora Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé – MG.

Palavras-chave: Envelhecimento, Quedas, Fisioterapia.

INTRODUÇÃO: No Brasil, a população idosa chega a 17,6 milhões marcado pela alta incidência de pobreza desigualdade social o que agrava a morbidade [1]. As alterações fisiológicas, psicológicas e anatômicas no idoso são generalizadas, através da perda de massa óssea, diminuição de força e massa muscular, perda do arco de movimento e diminuição da condução nervosa podendo levar o idoso à perda da confiança em sua mobilidade e ao medo de quedas [2]. O *Time Up and Go* avalia a velocidade, agilidade e equilíbrio dinâmico mensurando assim, o risco de queda do idoso [3]. A atenção básica é a preferencial no tratamento da pessoa idosa, onde a fisioterapia pode contribuir com intuito de melhorar a qualidade de vida com exercícios que buscam a capacidade funcional. Este estudo teve como objetivo de avaliar o risco de queda em idosos de um grupo de ortopedia na Clínica Escola FAMINAS em Muriaé – MG. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Foi aplicado o teste *Time Up and Go* em 4 pacientes com idade entre 50 e 75 anos que participam regularmente de um grupo de idosos na clínica escola da FAMINAS; anotando o tempo gasto no percurso de cada um dos avaliados, quantificando assim o risco de queda em alto risco, médio risco e baixo risco. O tempo menor que 10 segundos denomina baixo risco de queda; 10 a 20 segundos representa médio risco e acima de 20 segundos, alto risco de queda [2]. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os resultados obtidos no teste mostraram que dos quatro pacientes avaliados, um possui alto risco de queda, dois com médio risco e apenas um possui baixo risco de queda (Tabela 1). Os gestos motores no envelhecimento tornam-se menos seguros nas atividades diárias e instrumentais; as quedas podem resultar em fraturas, levando a lesões permanentes, declínio funcional podendo ser até mesmo fatal [4]. No estudo de Rodriguez (2006) avaliou-se 32 idosos institucionalizados onde 78,13% realizou o teste entre 10 e 20 segundos, mostrando que há propensão a quedas quando não há a prática de atividade física [2].

Tabela 1 – Tempo de realização do teste Time Up and Go

PACIENTE	TEMPO DE REALIZAÇÃO DO TESTE
I.G.F.	39 segundos e 22 milésimos
S.F.	8 segundos e 79 milésimos
C.E.A.D.	11 segundos e 92 milésimos
Z.V.S.	13 segundos e 85 milésimos

Fonte: Prontuário do grupo

CONCLUSÃO: O estudo mostra que três possuem baixo e médio risco de queda e somente um possui alto risco de queda. A fisioterapia pode atuar na prevenção de queda enquadrando no tratamento, exercícios que imitam as atividades diárias aumentando a autoconfiança e diminuindo a morbidade na população idosa. Pode-se concluir que há necessidade de aplicar uma abordagem fisioterapêutica para a melhora de força muscular e equilíbrio, mas é necessário mais estudos devido ao número inferior de pacientes na amostra.

BIBLIOGRAFIA: [1] SILVA, M. C. **O processo de envelhecimento no Brasil: desafios e perspectivas.** Centro de Referência e Documentação sobre Envelhecimento da Universidade Aberta da Terceira Idade – UnATI; UERJ, RJ, v.8, n.1, 2005. [2] RODRIGUEZ, V. **O teste Time Up Go como preditor de quedas em idosos acima de 50 anos.** Faculdade Assis Gurgacz, Cascavel, 2006. [3] CAMARA, F. M. C.; GEREZ, A. G.; MIRANDA, M. L. J.; VELARDI, M. **Capacidade funcional do idoso: formas de avaliação e tendências.** Act Fisiot, São Paulo, v.15, n.4, p.249-256, 2008. [4] SCHNEIDER, A.R.S. **Envelhecimento e quedas: a fisioterapia na promoção e atenção à saúde do idoso.** RBCEH, Passo Fundo, v. 7, n. 2, p. 296-303, 2010.

Área de conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 – Fisioterapia e Terapia Ocupacional

CBS 119

ANÁLISE COMPARATIVA DO VOLUME DE DIETA ENTERAL PRESCRITA COM VOLUME DE DIETA INFUNDIDA EM PACIENTES INTERNADOS EM UM HOSPITAL DO MUNICÍPIO DE MURIAÉ – MG

Gabriela Reis **NUNES** (IC- gabi_nunes93@hotmail.com)¹, Francine Rubim de **RESENDE** (IC)¹, Poliana Bartole Resende **FÓFANO** (IC)¹, Nicole Barbosa **DRUMOND** (IC)¹, Dayse Xavier Amaro **LEVATE** (PQ)², Mayla Cardoso Fernandes **TOFFOLO**(PQ)³

1-Curso de Nutrição; 2-Co - Orientador; 3-Professora Faculdade de Minas - FAMINAS-36880-000-Muriaé-MG;

PALAVRAS-CHAVE: dieta; nutrição enteral; terapia nutricional.

INTRODUÇÃO: A prevalência de subnutrição em pacientes hospitalizados ainda apresenta valores significativos, deste modo é essencial que haja um suporte nutricional adequado para o monitoramento da desnutrição e suas consequências. A nutrição enteral (NE) apresenta vantagens no ambiente hospitalar, principalmente àqueles com dificuldade de deglutição, e ou que não atinjam 60% das suas necessidades nutricionais por via oral [1]. Entretanto pode ocorrer carência do volume de dieta administrado com o real prescrito, devido a influência de fatores como intolerâncias gástricas, instabilidade hemodinâmica, jejum para procedimentos, entre outros, comprometendo o estado nutricional do paciente [2]. O objetivo do presente estudo foi comparar o volume da dieta enteral prescrito com o volume infundido, identificando as razões de sua não infusão. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal, de caráter observacional, realizado durante o mês de julho de 2014 em um hospital do município de Muriaé - MG. Os pacientes incluídos no estudo receberam como via de reposição calórico-protéica a NE contínua, polimérica ou oligomérica. O percentual de conformidade da administração da NE usado pela equipe multidisciplinar de terapia nutricional (EMTN) foi de $\geq 90\%$ [3]. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram avaliadas 494 prescrições, sendo que 17,8% delas apresentaram algum tipo de interferência na infusão da dieta enteral. Avaliando os eventos adversos relacionados ao uso da terapia nutricional enteral (TNE), Cervo et al. [4] apresentou como principais motivos de interrupção da dieta a pausa para higiene corporal, a realização de exames e procedimentos e as intercorrências gastrointestinais. No presente estudo observou-se que os fatores determinantes das não conformidades na infusão da dieta prescrita foram: pausa para realização de exames e procedimentos cirúrgicos (28,6%), instabilidade hemodinâmica (15,5%), diarreia (13,4%), retirada do cateter nasoenteral (CNE) (8%), resíduo gástrico elevado (10,2%) e prescrição não executada rigorosamente (16%), classificada seja por atraso na troca e reiniciação da dieta ou pelo volume infundido ter sido incompatível ao volume real prescrito. Demais motivos quantificados como hiperglicemia, CNE sem confirmação de posicionamento, tentativa de passagem de sonda pós-pilórica sem sucesso e broncoaspiração somaram um percentual de 8,3%. Os valores médios da dieta prescrita e infundida foi de 1081,5 mL e 885,6mL respectivamente, com adequação (81,7%) abaixo do ponto de corte proposto. A oferta nutricional adequada se torna fundamental em pacientes com a NE. Um evento adverso que causa inadequação na oferta calórico-protéica necessária pode agravar o quadro clínico do paciente, aumentar o tempo de permanência hospitalar, elevar os custos na área de saúde e os índices de morbimortalidade [1,4]. **CONCLUSÃO:** Torna-se fundamental a aplicação de protocolos gerenciados pela EMTN, assim como o planejamento e execução de ações preventivas e corretivas na tentativa de minimizar as interrupções da dieta, otimizando assim o sucesso da TNE. **BIBLIOGRAFIA:** [1] WAITZBERG, D.L. **Nutrição Oral, Enteral e Parenteral na Prática Clínica.** Atheneu: São Paulo, 2009. [2] CARTOLANO, F.C. CARUSO, L. SORIANO, F.G. **Terapia nutricional enteral: aplicação de indicadores de qualidade.** *Rev Bras Ter Intensiva*, v. 21; 2009. p. 376-383. [3] MAIA, F.O.M. HOSHINO, W.I. CARUSO, L. **Protocolo de nutrição enteral.** In: SORIANO F.G, NOGUEIRA, A.C. **Manual de terapia intensiva do hospital universitário da USP.** São Paulo; 2009 [4] CERVO, A.S. **Eventos adversos em terapia nutricional enteral.** Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Maria (RS); 2013.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

CBS 120

ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO EM UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DE LEOPOLDINA – MG

Poliana Bartole Resende **FÓFANO** (IC- poli.nutricao@yahoo.com.br)¹, Francine Rubim de **RESENDE** (IC)¹, Karine Fumian da **SILVA** (IC)¹, Nicole Barbosa **DRUMOND** (IC)¹, Gabriela Reis **NUNES** (IC)¹, Denise Félix **QUINTÃO** (PQ)²

1-Curso de Nutrição; 2-Professor FAMINAS-36880-000-Muriaé-MG

Palavras-chave: condições de trabalho, ergonomia, trabalhadores. **INTRODUÇÃO:** A preocupação com a saúde dos trabalhadores de Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) surge, visto que as condições de trabalho e de saúde estão diretamente relacionadas com o desempenho e produtividade. Isso passa pelas contribuições da ergonomia [1], que busca adequar o trabalho ao homem, por um lado buscando proporcionar conforto e saúde, mas por outro lado, também está interessada em propiciar eficácia ao trabalho humano [2]. Diante disso, este estudo teve como objetivo avaliar as condições de trabalho em UANs de Leopoldina em relação à ergonomia. **METODOLOGIA:** Foi realizado um estudo do tipo transversal em maio de 2014 em três UANs de Leopoldina/MG. Foi aplicado aos trabalhadores um questionário estruturado contendo questões referentes às condições de trabalho como, fatores de ambiência física, dores e presença de patologias. A coleta de dados foi autorizada por meio do Termo de Autorização Institucional, a participação dos trabalhadores foi autorizada através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. **RESULTADO E DISCUSSÃO:** A amostra do presente estudo foi composta por 26 trabalhadores de UAN's, com idade média 37 ± 10 anos, sendo a maioria do sexo feminino (76,9%). Em relação à carga horária de trabalho, 73,1% relataram trabalhar 8 horas por dia, mas durante estas horas de trabalho a maioria relatou não possuir intervalo para descanso. Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda seis horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, e se não for concedido pode ser um fator de agravamento para surgimento de patologias e dores, devido ao excesso de movimentos repetitivos [4]. Dentre os trabalhadores 65,4% relataram que sua função requer esforço físico para desempenhá-la. Em relação a dores durante o trabalho, 30,8% relataram sentir uma ou mais dores, e 69,2% relataram não senti-las. Dos que relataram sentir dores, 23,08% sentem nas pernas, 19,23% nos braços e 23,08% nas costas, 15,4% nos pés e 3,9% dor de cabeça. Observou-se que 100% deles trabalhavam em pé todo o tempo. Os trabalhadores que exercem suas atividades na maior parte do tempo em pé relatam mais dores, o que pode estar relacionado com movimentos repetitivos [1]. Quanto ao ambiente em que trabalham 26,92% se incomodam com o calor e 15,38% se sentem incomodados com os ruídos. A ventilação adequada dentro de um estabelecimento garante ao trabalhador certo grau de conforto, indispensável para a realização de qualquer atividade [3]. Em relação às patologias que os trabalhadores apresentam, observou-se que 19,23% estão relacionadas à coluna, 15,38% com insuficiência respiratória e 15,38% com hipertensão arterial. **CONCLUSÃO:** Conclui-se com o estudo que o trabalho realizado pela maioria dos trabalhadores exige esforço físico, movimentos repetitivos por longos períodos e postura em pé. Portanto, as gerências destas UANs devem ser orientadas para uma melhor adequação às condições de trabalho, aliando os conceitos de ergonomia para a execução dessas atividades diárias na produção de refeições. **REFERÊNCIAS:** [1] DOURADO, M.M.J.; LIMA, T.P. **Ergonomia e sua importância para os trabalhadores de unidades de alimentação e nutrição.** *Ensaios e Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde*, v. 15, n. 4, p. 183-196, 2011. [2] WILHEUM. L.; MERINO E.A.D. **A ergonomia e o trabalho docente: reflexões sobre as contribuições da ergonomia na educação.** XXVI Encontro Nacional de Engenharia de Produção, Fortaleza-CE. 2006. [3] BRASIL, 1943, DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943. Seção II, Da Jornada De Trabalho, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452compilado.htm. Acesso em: 12/05/2014. [4] TEIXEIRA, S. *et al.* **Administração aplicada as unidades de alimentação e nutrição.** São Paulo: Atheneu, 2004. **Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição**

ANÁLISE DO CONHECIMENTO DE DONAS DE CASA MORADORAS DO BAIRRO VALE DO CASTELO, MURIAÉ-MG SOBRE DOENÇAS TRANSMITIDAS POR ALIMENTOS: *ESCHERICHIA COLI*.

Gabriela Reis NUNES (IC- gabi_nunes93@hotmail.com)¹, Francine Rubim de RESENDE (IC)¹, Poliana Bartole Resende FÓFANO (IC)¹, Karine Fumian da SILVA (IC)¹, Brenda Marques de SOUSA (IC)¹, Fernanda Mara FERNANDES (PQ)²

1-Curso de Nutrição; 2-Professora Faculdade de Minas - FAMINAS-36880-000-Muriaé-MG

Palavras-chave: Alimentos; higiene; *Escherichia coli*.

INTRODUÇÃO: Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA's) são aquelas de natureza infecciosa ou tóxica provocada por agentes que invadem os organismos através da ingestão de alimentos [1]. Grande parte das DTA's é de origem microbiológica, e as contaminações na maioria das vezes justificam-se devido à manipulação e condições higiênicas-sanitárias incorretas [2]. Alguns tipos de *Escherichia coli* (*E. coli*) podem causar graves problemas gastrointestinais, como diarreias severas e suas complicações. As infecções são devido ao consumo de carne bovina mal cozida, água contaminada, além de sucos, frutas e vegetais [3]. O objetivo do presente estudo foi verificar o nível de conhecimento das donas de casa sobre DTA's e sobre a *E.coli* como patógeno transmissor desse tipo de doença. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Foi realizado um estudo transversal em outubro de 2012, com donas de casa de Muriaé-MG, residentes no bairro Vale do Castelo, sem limite de faixa etária. Todas foram convidadas voluntariamente a participar da pesquisa mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para a coleta de dados elaborou-se um questionário contendo perguntas sobre o conhecimento acerca das DTA's. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O grupo amostral foi composto por 63 mulheres, e a maioria delas (90,5%) relataram possuir algum conhecimento sobre as DTA'S. Foi questionado se as mesmas sabiam quais os microorganismos mais comumente envolvidos na transmissão das DTA's e 66,7% responderam positivamente, sendo os mais citados: a *Salmonella* (73,6%) e o *Staphylococcus aureus* (17,4%). A *E. coli* obteve um baixo reconhecimento das participantes (9%). Quando questionado sobre quais alimentos são os mais envolvidos em surtos, a maionese foi a mais citada (62,8%), seguida da carne (23,2%) e verduras (14%). Em relação as medidas que podem ser tomadas para evitar as DTA's, 71,4% das entrevistadas afirmaram conhecer e colocar em prática tais medidas. É fundamental o conhecimento acerca das DTA's e de suas medidas profiláticas, uma vez que a contaminação não pode ser evitada por completa, mas com boas práticas pode ser diminuída. Medidas simples como a lavagem das mãos e adequadas condições higiênicas-sanitárias são de extrema importância na produção dos alimentos [4]. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que grande parte das participantes possuem conhecimentos sobre as DTA's, porém o conhecimento sobre a *E. coli* como patógeno participante desses surtos foi muito limitado. Para suprir tal deficiência das donas de casa e aprimorar o conhecimento sobre as DTA's pode ser sugerido estratégias educacionais em segurança alimentar. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ANTUNES, F. **Relação entre a ocorrência de diarreia e surtos alimentares em Curitiba –PR.** Monografia apresentada para obtenção do título de Mestre em Ciências Veterinárias, Universidade Federal do Paraná, 2005. [2] MILLEZI, A.F., et al. Avaliação da qualidade microbiológica das mãos de manipuladores e do agente sanificante na indústria de alimentos. *Revista Analytica*, v. 28, p. 74-79, 2007. [3] XANDE, A.C. ***Escherichia Coli* enterohemorrágica.** Monografia apresentada para obtenção de título de especialização "latu sensu" em Higiene e Inspeção de Produtos de Origem Animal e Vigilância Sanitária de Alimentos, Universidade Castelo Branco, 2007. [4] SOTO, F. R. M.; et al. Aplicação experimental de um modelo de conduta de inspeção sanitária no comércio varejista de alimentos. *Revista Ciência e Tecnologia Alimentar*, Campinas, v. 29, n.2. p. 371-374, 2009

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

ANÁLISE DO CONHECIMENTO DE ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE DIVINO/MG SOBRE DOENÇAS TRANSMITIDAS POR ALIMENTOS E A BACTÉRIA *BACILLUS CEREUS*

Karine Fumian da SILVA (IC – karinefumian@hotmail.com)¹, Nicole Barbosa DRUMOND (IC)¹, Brenda Marques de SOUZA (IC)¹, Poliana Bartole Resende FÓFANO (IC)¹, Francine Rubim de RESENDE (IC)¹, Fernanda Mara FERNANDES(IC)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professora Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: *Bacillus cereus*; higiênico-sanitária; toxinfecção.

INTRODUÇÃO: As Doenças Transmitidas por Alimentos (DTAs) são causadas por micro-organismos patogênicos, os quais penetram no organismo humano através da ingestão de água ou alimentos contaminados [1]. O *Bacillus cereus*, é um bacilo Gram-positivo, aeróbio facultativo e formador de esporos, encontrado com frequência no solo, na poeira e na água, capaz de contaminar os alimentos durante o manuseio, processamento, estocagem, distribuição, cozimento inadequado e condições sanitárias deficientes durante o preparo, podendo causar DTAs [2]. O presente estudo teve por objetivo avaliar o nível de conhecimento dos escolares de uma escola pública a respeito das DTAs e a existência da bactéria *Bacillus cereus*, assim como os hábitos que possam favorecer esta contaminação. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo de corte transversal, realizado em setembro de 2012, com 48 alunos de uma escola pública do município de Divino– MG, com idades entre 15 e 18 anos. A coleta de dados foi autorizada pela direção da escola, através da assinatura do Termo de Autorização Institucional, e a participação dos alunos foi autorizada pelos responsáveis através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O termo e o questionário foram enviados para as residências dos participantes, para serem devidamente preenchidos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Dentre os adolescentes participantes, 69% afirmaram ter conhecimento sobre as DTAs, em contrapartida 73% afirmaram não ter conhecimento sobre a bactéria *Bacillus cereus*. Dos indivíduos entrevistados, 78% já apresentaram algum sintoma de DTA, causado pela ingestão de alimentos contaminados, sendo o vômito o sintoma mais relatado, com 42%, seguido de enjoo com 36%. Quando questionados se procuraram ajuda médica para serem diagnosticados, 65% afirmaram não serem diagnosticados por um profissional. Relatos nacionais e internacionais demonstram que a maioria dos casos de DTAs não são notificados às autoridades sanitárias, pois muitos dos patógenos alimentares causam sintomas brandos, fazendo com que a vítima não busque auxílio médico [3]. De acordo com os resultados da pesquisa 57% dos entrevistados armazenam as sobras dos alimentos em potes ou panelas dentro da geladeira, e 43% dentro do fogão. Os alimentos já preparados devem ser acondicionados em recipientes adequados e à prova de vetores, em temperatura de 4°C ou menos na geladeira [1]. Em relação à higiene de hortaliças e frutas, 71% dos participantes utilizam somente água corrente, 19% utilizam hipoclorito de sódio e 10% utilizam o vinagre. A água isolada é incapaz de reduzir os níveis de micro-organismos, recomenda-se a utilização do hipoclorito de sódio como desinfetante ambiental, de utensílios, equipamentos e alimentos [1]. **CONCLUSÃO:** Diante do exposto, observou-se que os adolescentes possuem algum conhecimento sobre as DTAs, mas não possuíam informações sobre a bactéria *Bacillus cereus*. Notou-se que grande parte dos participantes apresentavam hábitos inadequados para higienização de frutas e hortaliças, e destino dos alimentos prontos. Sendo assim, este grupo deve ser submetido à medidas educativas a fim de se prevenir a incidência de DTAs. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SILVA JUNIOR, E.A. **Manual de controle higiênico-sanitário em serviços de alimentação.** 6. ed. São Paulo: Livraria Varela, 2008, 625 p. [2] GERMANO, P.M.L, GERMANO, M.I.S. **Higiene e vigilância sanitária de alimentos.** 2.ed. São Paulo: Livraria Varela, 2001. Cap.3 p.39-64. [3] FORSYTHE, S. J. **Microbiologia da segurança alimentar.** Porto Alegre: Artmed, 2002, Apud OLIVEIRA, A.B.A.; et al., Doenças Transmitidas por Alimentos, Principais agentes etiológicos e aspectos gerais: Uma Revisão. *Rev. HCPA*, p.279-285, 2010;

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

CBS 123

ANÁLISE DO HÁBITO ALIMENTAR E PRESENÇA DE PATOLOGIAS EM IDOSOS DO MUNICÍPIO DE VIEIRAS/MG

Angela Gabriela Moreira **MANSO** (IC – gabymoreira__@hotmail.com)¹, Kátia Gomes da **SILVA** (IC¹), Cláudia Gomes da **SILVA** (IC¹), Nataly Scala **ROCHA** (IC¹), Amanda Laviola de **ANDRADE** (IC²), Denise Félix **QUINTÃO** (PQ)³

1. Curso de Nutrição; 2. Curso de Farmácia 3. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

Palavras-Chave: Envelhecimento, Hábitos alimentares, idosos, Patologias.

INTRODUÇÃO: O envelhecimento populacional, esta sendo observado em todos os países, Devido ao aumento da expectativa de vida e da redução da taxa de natalidade/fecundidade. Estes fatores alteraram a atual pirâmide populacional e transformando a velhice em uma questão social. Os hábitos alimentares e o estado nutricional estão diretamente relacionados com a saúde do idoso favorecendo a saúde física e emocional prevenindo o aparecimento de doenças [1]. O objetivo desse trabalho foi avaliar os hábitos alimentares e as patologias presentes nos idosos do município de Vieiras- MG. **MATERIAL E METODOS:** O estudo foi realizado na cidade de Vieiras- MG, no período de setembro a outubro de 2013, onde através de um questionário semiestruturado, os resultados foram avaliados quanto ao padrão de habitualmente sendo \geq quatro vezes/semana. **[2]. RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram avaliados 50 idosos de ambos os sexos voluntariamente. Em relação aos hábitos alimentares diários praticados pelos idosos, quanto ao consumo de carnes e ovos, 78% relataram ingerir habitualmente. Com relação às frutas, 54% consomem habitualmente. Já quanto às verduras e legumes, pode-se observar que o consumo é maior e mais regular, pois 92% ingerem habitualmente. Um inquérito brasileiro demonstrou que apenas 20,6% das mulheres e 14,8% dos homens consumiam cinco ou mais porções de frutas e hortaliças ao dia, confirmando junto aos resultados apresentados anteriormente inadequação aos padrões ideais de consumo desses alimentos no país, pois a Organização Mundial de Saúde (OMS) em 2004 propôs o consumo diário de cinco porções ou mais de frutas e hortaliças como forma preventivas das principais doenças crônicas, devido a maior oferta de vitaminas, minerais antioxidantes e fibras alimentares [3]. Sobre o tempero das refeições e o hábito de adicionar sal à elas no momento do consumo, 48% dos idosos consomem refeições muito temperadas ou costumam adicionar mais sal. Sobre os alimentos fritos, 42% relataram consumir habitualmente. Em relação ao consumo de doces, 74% dos idosos ingerem habitualmente. Portanto, pode-se notar que o consumo de doces e de alimentos fritos é relativamente alto. Entre as doenças apresentadas, a hipertensão arterial foi a que mais se destacou acometendo 54% da população envolvida, seguida pelo diabetes 22%, hipercolesterolemia 18% e hiperglicemia 6%, visto que um entrevistado poderia ou não, apresentar mais de uma patologia. O estado nutricional inadequado esta relacionada principalmente a pratica alimentares aumentando o risco de doenças crônicas não transmissíveis [4]. **CONCLUSÃO:** Com base nos resultados, pôde-se observar que os hábitos alimentares dos idosos pesquisados, apresentam inadequação na ingestão dos nutrientes, visto que há um grande consumo de alimentos muito temperados, bem como de doces e frituras e baixo consumo de frutas, desta forma os excessos ou carências nutricionais se tornam fatores de risco para o surgimento e/ou agravamento de doenças crônicas, mais comuns nessa fase da vida. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:** [1] FREITAS, A. M. P.; PHILIPPI, S. T ; RIBEIRO, S. M. L. Listas de alimentos relacionadas ao consumo alimentar de um grupo de idosos: análises e perspectivas. *Rev Bras Epidemiol.* V. 14, n. 1, p. 161-177, 2011. [2] SANTOS, G. S; COSTA, M. C. O; SOBRINHO, C. L. M; SILVA, M. C. M; SOUZA, K. E. P; MELO, B.O. Perfil antropométrico e consumo alimentar de adolescentes de Teixeira de Freitas – Bahia. *REV NUT*, V 18, n. 5, p. 623-632, 2005. [3] VIEBIG, F.; VALERO, M; SCAZUFCA, M; MENEZESI, P. R. Consumo de frutas e hortaliças por idosos de baixa renda na cidade de São Paulo *Rev Saúde Pública*; V 43, N.5, P. 806-813, 2009. [4] CAVALCANTE, L. C; GONÇALVES, M. C. R; ASCUTTI, L. S. R; CAVALCANTE, A. L.

Área do conhecimento: (CNPq): 4.05.00.00-4 - Nutrição

CBS 124

ANÁLISE DO PERFIL ANTROPOMÉTRICO DE TRABALHADORES DE UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DE LEOPOLDINA – MG

Poliana Bartole Resende **FÓFANO** (IC- poli.nutricao@yahoo.com.br)¹, Francine Rubim de **RESENDE** (IC)¹, Karine Fumian da **SILVA** (IC)¹, Nicole Barbosa **DRUMOND** (IC)¹, Brenda Marques de **SOUSA** (IC)¹, Denise Félix **QUINTÃO** (PQ)²

1-Curso de Nutrição; 2-Professor FAMINAS-36880-000-Muriaé-MG

Palavras-chave: antropometria, excesso de peso, trabalhadores.

INTRODUÇÃO: As Unidades de Alimentação e Nutrição (UANs) pertencem ao setor de alimentação coletiva, com a finalidade de administrar a produção de refeições para consumo fora do lar [1]. Verifica-se uma proporção considerável de sobrepeso e obesidade entre os trabalhadores de UAN e a associação desse excesso de peso com maior dificuldade na realização das atividades tornando-as mais desgastantes, causando danos de natureza musculoesquelética e elevando o risco para desenvolver doenças crônicas não transmissíveis [2]. O presente estudo teve como objetivo avaliar o perfil antropométrico dos trabalhadores de UANs comerciais de Leopoldina. **METODOLOGIA:** Estudo do tipo transversal com trabalhadores de três UANs de Leopoldina/MG, no período de abril a maio de 2014. A coleta de dados foi autorizada por meio do Termo de Autorização Institucional e a participação dos trabalhadores através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os indivíduos foram pesados com balança eletrônica digital e a estatura foi aferida utilizando fita métrica inelástica afixada na parede. A partir destes dados, foi calculado o Índice de Massa Corporal (IMC), e classificado segundo ABESO [3]. A medida da Circunferência Abdominal (CA) foi obtida com o auxílio de uma fita métrica inelástica, na altura da cicatriz umbilical e os dados comparados com os valores de referência estipulados pela ABESO [3]. **RESULTADO E DISCUSSÃO:** A amostra do presente estudo foi composta por 26 trabalhadores com idade média 37 ± 10 anos, sendo a maioria do sexo feminino (76,9%). De acordo com a classificação do IMC, 53,5% dos indivíduos estavam acima do peso, 42,3% estavam eutróficos e 3,9% com baixo peso. Com relação a CA, foi constatado um percentual elevado de 89,4% dos indivíduos com risco elevado para desenvolvimento de complicações metabólicas. Lourenço et. al [4], avaliaram 46 trabalhadores de uma UAN e verificaram que 32,6% apresentaram eutrofia e 67,3% excesso de peso. O aumento de peso pode ocorrer após o início da atividade em UANs, devido à natureza do trabalho e uma mudança significativa de hábitos alimentares somados ainda a inatividade física podendo levar ao comprometimento da qualidade de vida do operador [5]. **CONCLUSÃO:** Observou-se que a maioria dos trabalhadores apresentou excesso de peso e obesidade abdominal, podendo acarretar doenças associadas e transtornos para as UANs, como aumento na taxa de absenteísmo, dificuldade em desempenhar as funções designadas ao cargo, grande rotatividade de funcionários devido à licença de saúde entre outros. Faz-se necessária uma intervenção de um nutricionista promovendo palestras, campanhas ou ações que visem modificar os hábitos alimentares destes indivíduos. **REFERÊNCIAS:** [1] COLARES, L.G.T.; FREITAS, C.M. Processo de trabalho e saúde de trabalhadores de uma unidade de alimentação e nutrição: entre a prescrição e o real do trabalho. *Cad. Saúde Pública*, v. 23, n. 12, p. 3011-3020, 2007. [2] MATOS, C. H; PROENÇA, R. P. C. Condições de trabalho e estado nutricional de operadores do setor de alimentação coletiva: um estudo de caso. *Revista Nutrição*, Campinas, v. 16, n. 4, p. 493-502, 2003. [3] **ABESO**, Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica. **Diretrizes brasileiras de obesidade**, 3.ed, Itapeví, SP : AC Farmacêutica, 2009. [4] LOURENÇO, M. S. et al. Avaliação do perfil ergonômico e nutricional de colaboradores em uma unidade de alimentação e nutrição. **XIII SIMPEP**, 2006. [5] WIELEWSKI, D. C; CEMIN, R. N. A; LIBERALI, R. Perfil antropométrico e nutricional de colaboradores de unidade de alimentação e nutrição do interior de Santa Catarina. **RBONE-Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**, v. 1, n. 1, p.39-52, 2007. **Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição**

Francine Rubim de RESENDE (IC-francinerubimresende@gmail.com)¹, Poliana Bártole Resende FÓFANO (IC)¹, Gabriela Reis NUNES (IC)¹, Karine Fumian da SILVA (IC)¹, Brenda Marques de SOUSA (IC)¹, Denise Félix QUINTÃO (PQ)²

1-Curso de Nutrição; 2-Professor FAMINAS-36880-000-Muriaé-MG

Palavras-chave: Adolescentes; alimentação; hábitos alimentares.

INTRODUÇÃO: Adolescência é uma fase biológica que contempla várias mudanças, como na composição corporal, maturação sexual e as psicossociais [1]. Existem inúmeras alterações nos hábitos alimentares deste grupo, incluindo o consumo irregular de refeições, excesso de lanches, alimentação fora de casa, dietas populares, omissão de refeições, aumento no consumo de alimentos ricos em açúcares e gorduras [2,3]. O presente estudo teve como objetivo avaliar os hábitos alimentares de adolescentes de uma escola pública de Muriaé – MG. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Foi realizado um estudo transversal em outubro de 2013, com adolescentes de uma escola pública de Muriaé – MG, com idades entre 15 e 18 anos. A direção da escola autorizou a coleta dos dados através da assinatura do Termo de Autorização Institucional. Para a coleta dos dados, foi enviado para as residências dos participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, onde os responsáveis consentiram a participação dos adolescentes, juntamente com um questionário sobre a frequência de consumo de oito grupos alimentares, hábito de ingestão de água e número de refeições realizadas diariamente. Após a coleta dos questionários, foi entregue aos adolescentes uma cartilha educativa sobre alimentação saudável. **RESULTADO E DISCUSSÃO:** Contou-se com uma amostra de 93 adolescentes, sendo 55% do sexo feminino. Observou-se um baixo consumo diário de hortaliças (19%), de frutas (22%) e o de leite e derivados (44%), e um elevado consumo de refrigerantes (31%), doces (58%) e frituras (46%). Em relação ao consumo de carnes e derivados, e arroz com feijão, encontrou-se um consumo diário em 75% e 89% dos avaliados, respectivamente. Foi observado um baixo consumo de água neste grupo, evidenciando que 73% não fazem a ingestão adequada de no mínimo dois litros por dia [3]. Em relação ao número de refeições realizadas por dia, observou-se que somente 11,83% realizam seis refeições ao dia, como recomendado pelo guia alimentar para população brasileira [3], sendo que a frequência mais relatada (31,18%) foi de quatro refeições por dia. Vários fatores contribuem para estes comportamentos, incluindo a diminuição da influência da família sobre as escolhas de alimentos, aumento de exposição à mídia, a inserção feminina no mercado, onde a figura materna possui menos tempo para aquisição e preparo de alimentos, favorecendo um aumento no consumo de produtos industrializados e fast-foods. O consumo de hortaliças e frutas deve ser incentivado, uma vez que estes alimentos são ricos em fibras, que desenvolvem papéis importantes no trato gastrointestinal, diminuindo a absorção de gorduras e apresentam alto poder de saciedade, consequentemente diminui o risco de desenvolver várias doenças, como obesidade, diabetes, hipercolesterolemia, entre outras. Estes benefícios estão diretamente relacionados com consumo adequado de água [4]. **CONCLUSÃO:** Observou-se que grande parte dos adolescentes possuem hábitos alimentares inadequados, como um elevado consumo de alimentos ricos em gorduras e açúcares, baixo consumo de frutas, hortaliças e água, além de poucas refeições sendo realizadas no dia. Dessa forma, há uma grande probabilidade destes adolescentes desenvolverem doenças crônicas não transmissíveis. **BIBLIOGRAFIA:** [1] FAVANO, A. *Tratado de nutrição moderna na saúde e na doença*. 9.ed. Barueri: Manole, 2003. [2] MAHAN, L.K; ESCOTT-STUMP, S. *Krause: alimentos, nutrição e dietoterapia*. 12. ed. Elsevier: Rio de Janeiro, 2010. [3] BRASIL. Ministério da Saúde. *Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável*. Brasília. 2008. [4] SILVA, A.R.V. *et al.* Hábitos alimentares de adolescentes de escolas públicas de Fortaleza, CE, Brasil. *Revista Brasileira de Enfermagem*, n.62, p18-24. 2008.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

Francine Rubim de RESENDE (IC – francinerubimresende@gmail.com)¹; Bárbara Lucia Moraes de Oliveira VIEIRA (IC)², Polyana Aparecida da Silva CAMPOS (IC)², Poliana Bartole Resende FÓFANO (IC)¹, Josete Amadeu Almeida LAVORATO (PQ)³, Fernanda Mara FERNANDES (PQ)⁴,

1-Curso de Nutrição; 2-Curso de Biomedicina; 3-Professor FUPAC-36700-000-Leopoldina-MG; 4-Professor FAMINAS-36880-000-Muriaé-MG

Palavras-chave: *Escherichia coli*; *Salmonella sp*; contaminação.

INTRODUÇÃO: Os restaurantes se tornaram uma opção de fácil acesso para quem precisa se alimentar fora de casa. Isso se deve às alterações nos estilos de vida e ao aumento populacional. A presença de agentes infecciosos em alimentos ingeridos crus, como a alface, representa um alto risco à saúde humana [1]. A *Escherichia coli* é classificada como bactéria pertencente ao grupo dos coliformes fecais, usada como indicador da qualidade sanitária do alimento, pois indica a presença de microrganismos patogênicos [2]. Já a *Salmonella* é uma bactéria responsável por aproximadamente metade dos casos registrados de surtos com gastroenterites decorrentes da ingestão de vegetais crus [3]. Com base no exposto, o presente trabalho teve como objetivo realizar análises microbiológicas em alface comercializadas em restaurantes da cidade de Leopoldina – MG para verificar a presença de *Escherichia coli* e *Salmonella sp*. e comparar com a legislação vigente. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Foi realizado um estudo de corte transversal, no período de agosto a setembro de 2013, em 15 restaurantes da cidade de Leopoldina-MG. As amostras consistiam em folhas de alface prontas para o consumo comercializadas nestes estabelecimentos, que foram coletadas e armazenadas em recipientes de alumínio. Estes foram transportados em caixas isotérmicas para o Laboratório Lab Caseus – Laboratório de análise de água e alimentos – Leopoldina, onde foram realizadas as análises microbiológicas. Pesou-se 25g de cada amostra, e adicionadas 225 ml de solução salina peptonada a 1% esterilizada. As amostras foram homogeneizadas com o auxílio de um liquidificador e em seguida foram incubadas a 36°C, 24 a 48 horas. Para as análises de coliformes a 45° foi utilizada a técnica do Número Mais Provável, e para as análises microbiológicas de *Salmonella*, utilizou-se metodologia para o isolamento de *Samonella sp*. **RESULTADOS:** Foram avaliadas 15 amostras de alface comercializadas em restaurantes de Leopoldina – MG. De acordo com a RDC 12 de 02 de janeiro de 2001 [4], os valores máximos para Coliformes 45°C é de 10² NMP/g (Número Mais Provável por grama), e para *Salmonella* é determinado ausência em 25g. Quanto ao parâmetro analisado para coliformes a 45°C, todas as amostras (100,0%) se encontraram acima dos limites estabelecidos. Para as análises de *Salmonella* foi encontrado ausência em todas as amostras. **CONCLUSÃO:** Com base no exposto, observou-se que a qualidade higiênico sanitária de hortaliças em restaurantes deve ser alvo de maior controle, seja por meio de orientação dos manipuladores ou melhoria das condições de exposição destas saladas, a fim de minimizar a transmissão de doenças veiculadas por alimentos. **BIBLIOGRAFIA:** [1] JUNIOR, J. P.; GONTIJO, É. E.; SILVA, M. G. Perfil parasitológico e microbiológico de alfaves comercializadas em restaurantes self-service de Grupi- TO. *Revista Científica do Itapac*, Tocantins, v. 5 n.2, jan./ jun. 2012. [2] LOTTO, M. C. Avaliação da contaminação de coliformes fecais em alface (*Lactuca sativa*), água de irrigação e lavagem em sistemas de produção orgânica e convencional. *Revista Brasileira de Agroecologia*. Cruz Alta, v. 2, n.2, p. 1625-1628, out. 2007. [3] SANTAREM, V. A.; GIUFRFRIDA, R.; CHESINE, P. A. F. Contaminação de hortaliças por endoparasitas e *Salmonella spp* em Presidente Prudente, SP, Brasil. *Colloquium Agrariae*. Presidente Prudente, v. 8, n. 1, p. 18-23, jan/jun 2012. [4] ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução, RDC n.12 de 02 de janeiro de 2001. Aprova o Regulamento Técnico sobre Padrões Microbiológicos para Alimentos. *Diário Oficial*, Brasília, 18 de janeiro de 2001.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 - Nutrição

Área do Conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2 – Biomedicina

CBS 127

AVALIAÇÃO DA COMPOSIÇÃO CORPORAL DE COLABORADORES DE DUAS UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO LOCALIZADAS EM MURIAÉ – MG

Alana Maria de Souza **MOTTA** (IC – alanamotta@hotmail.com)¹ Bethania Oliveira Roberto **MARINHO** (IC)¹, Francine Rubim **RESENDE** (IC)¹ Graciele Sabino **MOREIRA** (IC)¹, Denise Félix **QUINTÃO** (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2 Professora do Curso de Nutrição Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras - chave: antropometria, excesso de peso, gordura corporal, unidade de alimentação e nutrição

INTRODUÇÃO: A preocupação com a saúde do colaborador das unidades de alimentação e nutrição (UANs) começou a surgir a partir de uma maior conscientização da existência de relação das condições de trabalho e saúde com o desempenho e a produtividade [1]. Há preocupação com o excesso de peso nestes trabalhadores, pois na maioria das vezes, ocorre aumento de peso corporal após o início da atividade neste tipo de unidade, como consequência da natureza do trabalho e uma mudança de hábitos alimentares [2]. Este trabalho teve como objetivo avaliar a composição corporal de colaboradores de UANs de Muriaé-MG. **MATERIAL E MÉTODOS:** Estudo do tipo transversal realizado em abril de 2014 em duas UANs de Muriaé. A pesquisa foi consentida pelos responsáveis dos estabelecimentos através do termo de autorização institucional e pelos entrevistados através do termo de consentimento livre esclarecido. Avaliou-se o percentual de gordura corporal dos colaboradores através do somatório das quatro pregas cutâneas (bicipital, tricipital, supra-ilíaca, subescapular), a partir do adipômetro da marca Escorff® e classificado segundo LOHMAM [3]. A circunferência da cintura (CC) foi medida com auxílio de uma trena antropométrica inelástica, padronizando a cicatriz umbilical e o resultado foi comparado com a tabela da ABESO [4]. O Índice de massa corporal (IMC) foi calculado através da relação peso dividido pela altura ao quadrado e classificado segundo a ABESO [4]. **Resultados e Discussão:** Dentre os 10 colaboradores avaliados, a maioria (70%) correspondeu ao sexo feminino e a idade variou de 20 a 43 anos. Observou-se 30% dos avaliados com gordura corporal adequado, 60% alto e 10% classificados como obesos. No estudo de DAMACENA *et al* [5], foram avaliados 19 colaboradores de uma UAN de Goiânia, verificou-se 33,3% e 75% dos homens e mulheres, respectivamente, tinham excesso de gordura corporal. O diagnóstico da avaliação nutricional segundo o IMC foi prevalente de eutrófia com 80% os outros 20% classificados com obesidade. Em relação a CC foi observado que somente as mulheres (40%) da amostra apresentavam a CC aumentada. A CC e IMC aumentados são indicadores de desenvolvimento da hipertensão arterial, hipertrigliceridemia, hipercolesterolemia e outras dislipidemias [6]. **CONCLUSÃO:** Pode-se concluir que existe um alto índice de excesso de peso e de gordura corporal nos colaboradores de unidades de alimentação e nutrição, fazendo-se necessário a conscientização desses em relação aos agravos que podem ser acarretados a sua saúde.

REFERÊNCIAS: [1] PROENÇA. R.P.C.; SANTOS. N. *Ergonomia e Organização do Trabalho em Projetos Industriais: Uma Proposta no Setor de Alimentação Coletiva*. 1993. 143p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Industrial) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993; [2] SGAOLIN. C. *Incidência de Obesidade em Funcionários de uma Cozinha Industrial*. 1998. 81p. Monografia (Especialização em Terapia Nutricional) - Departamento de Nutrição, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998; [3] LOHMAM T. G.; ROCHE A. F.; MARTORELL P. *Anthropometric Standardization reference manual*. Abridged, 1991; [4] Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e Síndrome Metabólica (ABESO). *Diretrizes Brasileira de Obesidade*. São Paulo, 2010; [5] DAMACENA. C.L. *et al. Avaliação do Perfil Antropométrico dos Colaboradores de uma Unidade de Alimentação e Nutrição*. Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão da UFG. Goiânia. n.2, p2, 2005; [6] PICON P. X *et al. Medida da Cintura e Razão Cintura/Quadril e Identificação de Situações de Risco Cardiovascular: Estudo Multicêntrico em Pacientes com Pacientes Melites Tipo 2*. *Arq. Bras Endocrinol Metab*. v51, n3, 2007

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00- 4 – Nutrição

CBS 128

AVALIAÇÃO DA OBESIDADE ABDOMINAL EM TRABALHADORES DE TRÊS UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DE LEOPOLDINA – MG

Poliana Bartole Resende **FÓFANO** (IC- poli.nutricao@yahoo.com.br)¹, Francine Rubim de **RESENDE** (IC)¹, Karine Fumian da **SILVA** (IC)¹, Nicole Barbosa **DRUMOND** (IC)¹, Gabriela Reis **NUNES** (IC)¹, Denise Félix **QUINTÃO** (PQ)²

1-Curso de Nutrição; 2-Professor FAMINAS-36880-000-Muriaé-MG

Palavras-chave: antropometria, obesidade, trabalhadores.

INTRODUÇÃO: O excesso de peso e a obesidade abdominal, predis põe o indivíduo a inúmeros fatores de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis [1]. Alguns indicadores vêm demonstrando forte correlação com o fator de risco cardiovascular e a obesidade abdominal, como o índice de conicidade (Índice C) e a razão cintura/estatura (RCEst) [2]. O presente estudo teve como objetivo avaliar a ocorrência de obesidade abdominal em trabalhadores de restaurantes comerciais de Leopoldina. **METODOLOGIA:** Foi realizado um estudo do tipo transversal, com trabalhadores de três restaurantes de Leopoldina/MG, em maio de 2014. A coleta de dados foi autorizada por meio do Termo de Autorização Institucional, e a participação dos trabalhadores através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As medidas antropométricas utilizadas foram peso, estatura e circunferência da cintura seguindo os procedimentos descritos pelo Ministério da Saúde [3]. O Índice C é determinado com as medidas do peso, da estatura e da circunferência da cintura. Baseia-se na ideia de que os indivíduos com excesso de gordura abdominal possuem forma de corpo semelhante a dois cones com uma base comum, dispostos um sobre o outro. Os pontos de corte propostos são 1,25 para homens e 1,18 para mulheres [4]. O índice RCEst foi calculado conforme Haun *et al* [2], utilizando as medidas de altura e circunferência da cintura, sendo o ponto de corte 0,50, sugerindo que a circunferência da cintura deve ser menor que a metade da altura. **RESULTADO E DISCUSSÃO:** A amostra do presente estudo foi composta por 26 trabalhadores de UANs, com idade média 37 ± 10 anos, sendo a maioria do sexo feminino (76,9%). Em relação ao Índice C, 73,7% das mulheres apresentaram resultados acima do normal e os homens 71,4%. Já para RCEst, 68,4% das mulheres apresentaram-se acima do normal e 85,7% dos homens. A obesidade está associada a um aumento na resistência à insulina, e esta por si é um fator predisponente para o diabetes tipo 2 [1]. A distribuição central da gordura corporal está associada aos riscos metabólicos e cardiovasculares [1]. O estado nutricional dos trabalhadores desse setor é preocupante devido ao alto índice de sobrepeso, sugerindo, inclusive, que esse aumento de peso corporal ocorre após o início da atividade nesse tipo de unidade [5]. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que a maioria dos trabalhadores apresentou excesso de gordura abdominal, sendo encontrada maior sensibilidade do Índice C para diagnosticar obesidade abdominal nas mulheres e RCEst para os homens. Faz-se necessária a intervenção nutricional neste grupo, visando modificar os hábitos alimentares e perfil antropométrico e consequentemente melhorando o desempenho das funções. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ABESO. Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica. *Diretrizes brasileiras de obesidade*. 3.ed. Itapevi: AC Farmacêutica, 2009. [2] HUAN, D.R *et al*. Razão cintura/estatura com parâmetro a outros indicadores antropométricos de obesidade como preditor de risco coronariano elevado. *Rev Assoc Med Bras*. v.55, n.6: p.705-711, 2009. [3] Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde: Norma Técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN**. Brasília, 2011. [4] PITANGA, F.J.G., LESSA I. Indicadores antropométricos de obesidade como instrumento de triagem para risco coronariano elevado em adultos na cidade de Salvador - Bahia. *Arq Bra Cardiol*, n.85, p.26-31, 2005. [5] MATOS, C. H de. **Condições de trabalho e estado nutricional de operadores do setor de alimentação coletiva: um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2000.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00- 4 – Nutrição

CBS 129

AValiação DAS Condições DE Trabalho E Presença DE Dores EM Colaboradores DE Uma Unidade DE Alimentação E Nutrição NO Município DE EugênioPólis-MG

Nicole Barbosa DRUMOND (IC-nicoledrumond@hotmail.com); Karine Fumian da SILVA (IC); Poliana Bartole Resende FÓFANO (IC); Brenda Marque de SOUSA (IC); Gabriela Reis NUNES (IC); Denise Felix QUINTÃO (PQ).

1-Curso Nutrição; 2- Professor FAMINAS- 36880-000- Muriaé-MG

Palavras-chave: condições de trabalho; ergonomia; unidade de alimentação e nutrição.

INTRODUÇÃO: O processo produtivo da empresa está condicionado às condições de saúde e de trabalho de seus colaboradores. O trabalho acelerado frequentemente realizado em condições desfavoráveis, com equipamentos inadequados, ruídos excessivos, calor, iluminação insuficiente causam um desgaste humano, e expõe o trabalhador a doenças ocupacionais. A busca por condições seguras e saudáveis no ambiente de trabalho significa proteger a vida e é mais uma forma de aumento na produtividade [1]. Este estudo teve como objetivo avaliar as condições de trabalho e presença de dores em colaboradores de Unidades de Alimentação e Nutrição (UANs) de EugênioPólis.

MATERIAIS E MÉTODOS: Foi realizado um estudo do tipo transversal no mês de abril de 2014, com colaboradores de quatro UANs de EugênioPólis-MG. Através do Termo de Autorização Institucional assinado pelos responsáveis dos estabelecimentos foi obtida aprovação para realização da pesquisa. Os colaboradores consentiram em participar através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foi aplicado um questionário aos funcionários sobre as condições de trabalho e presença de dores. **RESULTADO E DISCUSSÃO:** A amostra foi composta por 17 colaboradores de ambos os sexos, com idade média de $42,24 \pm 10,79$ anos, sendo 71% do sexo feminino. Observou-se que 47% exercem uma carga horária de 9 a 10 horas por dia. Na avaliação de dores decorrentes dos esforços de trabalho, evidenciou-se que 53% sentem dores nas pernas, pés, coluna, pescoço e ombros e 47% dos colaboradores afirmaram carregar muito peso durante o trabalho. Em relação às características ambientais 53% dos colaboradores relataram sentirem incomodados com o excesso de calor. Uma fonte de tensão no trabalho são as condições ambientais desfavoráveis encontradas nas UANs, como excesso de calor, que ocasionam desconforto e aumenta o risco para acidentes de trabalho podendo provocar danos a saúde, como dor de cabeça, mal-estar, tontura, náusea e vômito [2]. Quando as jornadas de trabalho ultrapassam oito horas diárias, tornam-se improdutivas, o trabalho tende a reduzir seu ritmo, e inúmeras são as evidências que trabalho extra só prejudica a produção, bem como um aumento de ausências acompanhado de dores e doenças [3]. O trabalho em pé provoca fadiga muscular, além de aumentar a pressão do sangue na veia das pernas, favorecendo o aparecimento de varizes e edemas nas pernas e pés. E um estresse adicional pode surgir quando a cabeça e o tronco ficam inclinados, provocando dores no pescoço e nas costas [4]. **CONCLUSÃO:** Observou-se que grande parte dos trabalhadores realiza atividades de levantamento e carregamento de peso, longos períodos na posição de pé, esforços repetitivos e exposição a calor excessivo no ambiente de trabalho. Portanto os estabelecimentos, bem como os trabalhadores devem adequar-se quanto aos aspectos ergonômicos, para melhores condições de trabalho, buscando a melhoria na saúde do trabalhador e qualidade de vida no ambiente de trabalho.

BIBLIOGRAFIA: [1] ABREU, E.S. *et al.* Fatores de risco ambiental para trabalhadores de Unidades de Alimentação e Nutrição. *Revista de Nutrição em Pauta*, São Paulo, n.57, p. 46-49, 2002. [2] TEIXEIRA, S.M.F.G *et al.* *Administração Aplicação às Unidades de Alimentação e Nutrição*. São Paulo: Atheneu, 2004, 219 p. [3] MATOS, C.H; PROENÇA, R.P.C. Condições de trabalho e estado nutricional de operadores do setor de alimentação coletiva: um estudo de caso. *Revista Nutrição*, Campinas, 2003, v.16, n.4. [4] DE MATOS, C.H. *Condições de trabalho e estado nutricional de operadores do setor de alimentação coletiva: um estudo de caso*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina; Santa Catarina, 2000.

Área de Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4- Nutrição

CBS 130

AValiação DE Medidas Antropométricas E Risco DE Complicações Metabólicas DE Trabalhadores DE Uma UAN Comercial E Uma UAN Escolar EM Muriaé - MG

Lidiane de Andrade LACERDA (IC - lidiane.andradelacerda@hotmail.com)¹, Fernanda Antônia da Silva Salgado NEVES(IC)¹, Carla de Souza FERREIRA(IC)¹, Graciele Moreira SABINO(IC)¹ e Mayla Cardoso Fernandes TOFFOLO (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professora de Nutrição Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé - MG

Palavras Chave: avaliação antropométrica, complicações metabólicas, circunferência da cintura.

INTRODUÇÃO: O processo produtivo e a conquista de mercado pela empresa estão relacionados às condições de saúde dos trabalhadores e à sua qualidade de vida [1]. Com o conhecimento da relação entre saúde, desempenho e produtividade, começou a surgir uma preocupação com o trabalhador da Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN). Pesquisas atuais tem demonstrado que colaboradores de UAN vêm apresentando alto índice de sobrepeso o que pode acarretar no surgimento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), sugerindo inclusive que esse aumento de peso corporal ocorre após o início da atividade neste tipo de local [2]. O objetivo do presente estudo foi avaliar medidas antropométricas e o risco de complicações metabólicas de colaboradores de 2 UANs do município de Muriaé-MG. **MATERIAL E METODOS:** Trata-se de um estudo transversal realizado com colaboradores de UANs comercial e escolar do município de Muriaé - MG, realizado no mês de abril de 2014. Para a avaliação das medidas antropométricas, foi realizada a aferição da estatura por fita métrica inelástica de 150 cm fixada na parede a partir de 50 cm do chão. Os indivíduos foram pesados utilizando uma balança eletrônica microdigital, marca Personal Scale®, capacidade de 180 kg e precisão de 100g. As medidas foram aferidas com os indivíduos em pé, descalços, eretos, com os braços relaxados e estendidos ao longo do corpo e olhar voltado ao horizonte. A partir destes dados foi calculado o Índice de Massa Corporal (IMC) para o diagnóstico do estado nutricional e classificado de acordo com os parâmetros da Organização Mundial da Saúde [3]. Para avaliação de complicações metabólicas, foi avaliada a circunferência da cintura (CC), medida no ponto médio entre a última costela e a crista ilíaca. O ponto de corte adotado em cm para a classificação do risco foi de ≥ 80 para risco elevado em mulheres e ≥ 94 em homens e risco muito elevado quando ≥ 88 em mulheres e ≥ 102 cm em homens. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram avaliados 12 colaboradores, sendo 91,7% do sexo feminino. A média de idade dos participantes foi de 44 anos. O diagnóstico nutricional baseado no IMC mostrou que na UAN comercial 40% dos indivíduos são eutróficos, 40% sobrepeso e 20% com obesidade grau II. Já na UAN escolar 42,86% são eutróficos, 42,86% sobrepeso e 14,28% com obesidade grau I. Todas as mulheres da UAN comercial, 100% apresentaram risco muito elevado para complicações metabólicas a partir da avaliação CC, enquanto na UAN escolar 42,86% apresentaram risco elevado, 28,57% risco muito elevado. O excesso de peso e a elevação da CC predispõe o indivíduo a várias complicações metabólicas ocasionando patologias como diabetes, doenças cardiovasculares, câncer e hipertensão, que comprometem a saúde do trabalhador [3]. **CONCLUSÃO:** Com base nos resultados apresentados, verifica-se uma prevalência elevada de excesso de peso e complicações metabólicas entre os colaboradores. Desta forma, mostram-se necessárias ações em saúde que busquem melhorias na qualidade de vida destes trabalhadores e auxilie na redução do excesso de peso e circunferência da cintura. **BIBLIOGRAFIA:** [1] LOURENÇO, M. S. *et al.* *Avaliação do perfil ergonômico e nutricional de colaboradores em uma unidade de alimentação e nutrição*. SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Simpep), 13., 2006, Bauru. [2] MATOS, C.H; PROENÇA, R.P.C. Condições de trabalho e estado nutricional de operadores do setor de alimentação coletiva: um estudo de caso. *Revista de Nutrição*, v.16, n.4 Campinas out./dez. 2003. [3] WHO (World Health Organization). **Obesity: preventing and managing the global epidemic**. WHO, 2004. **Área do conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição**

CBS 131

AVALIAÇÃO DO PERFIL ANTROPOMÉTRICO E A INFLUÊNCIA DO AMBIENTE DE TRABALHO NA ALTERAÇÃO DE PESO DE COLABORADORES DE UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO COMERCIAIS DA CIDADE DE MURIAÉ- MG

Nataly Scala **ROCHA** (IC - natalyscala@hotmail.com)¹, Angela Gabriela Moreira **MANSO** (IC)¹, Cláudia Gomes da **SILVA** (IC)¹, Kátia Gomes da **SILVA** (IC)¹, Denise Félix **QUINTÃO** (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor
Faculdade de Minas- FAMINAS - 36880-000 – Muriaé- MG

Palavras-chave: antropometria, excesso de peso, unidades de alimentação e nutrição

INTRODUÇÃO: O setor de Alimentação Coletiva é representado por todos os estabelecimentos envolvidos com a produção e distribuição de refeições para coletividades, tendo portanto, uma grande importância econômica e social [1]. O estado nutricional dos trabalhadores desse setor vem sendo muito discutido, tornando-se alvo de alguns estudos que revelaram um alto índice de sobrepeso entre eles, sugerindo, inclusive, que esse aumento de peso corporal ocorre após o início da atividade nesse tipo de unidade [2]. A presente pesquisa teve como objetivo avaliar o perfil antropométrico de colaboradores de UANs de Muriaé e a influência desse ambiente de trabalho na alteração de peso. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Estudo de caráter transversal realizado com colaboradores de duas UANs comerciais da cidade de Muriaé- MG, em abril de 2014. Utilizou-se um questionário para coleta de dados com questões fechadas e abertas. Para a coleta dos dados antropométricos utilizou-se uma balança, na aferição do peso, e uma fita inelástica, com a qual foi possível aferir a circunferência abdominal (CA), e ao fixá-la na parede, pôde-se aferir a altura. A partir do peso e altura, calculou-se o índice de massa corporal (IMC). Este índice e CA foram classificados de acordo com a ABESO [3]. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram do estudo 25 colaboradores, sendo 13 do sexo feminino e 12 do sexo masculino, com média de idade de 33,8 anos, variando de 20 a 57 anos. De acordo com a avaliação do perfil antropométrico dos indivíduos, a média de IMC foi de 28,58kg/m², revelando grande percentual de excesso de peso: 48% de sobrepeso e 24% de obesidade. Pela classificação da CA, 72% dos colaboradores apresentaram obesidade abdominal, representando risco para desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis. Dos entrevistados, 68% apresentaram ganho de peso, com uma média de 7,7 ± 6,8 kg após começarem a trabalhar nesse setor. Em relação à rotina de ingestão alimentar, 40% disseram não fazer suas refeições em horários regulares, devido ao cansaço excessivo, à falta de tempo por intenso movimento na empresa, além disso, alguns trabalhadores do período noturno relataram preferir dormir ao invés de se alimentar. A má nutrição pode desencadear consequências relacionadas à redução da vida média, da produtividade, da resistência às doenças, ao aumento à predisposição aos acidentes de trabalho e baixa capacidade de aprendizado do trabalho [4]. **CONCLUSÃO:** O perfil antropométrico dos colaboradores das duas UANs pesquisadas mostrou-se inadequado, pois grande parte apresentou excesso de peso e obesidade abdominal, sendo que a maioria apresentou ganho de peso após iniciar o trabalho na Unidade de Alimentação e Nutrição. Portanto, deve-se dedicar uma atenção especial aos cuidados com a alimentação e mudança do estilo de vida dos colaboradores desse setor. **BIBLIOGRAFIA:** [1] MACIEL, T. R. **Fatores interferentes na satisfação dos trabalhadores de uma unidade de alimentação e nutrição hospitalar.** Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2002. [2] MATOS, C. H de. **Condições de trabalho e estado nutricional de operadores do setor de alimentação coletiva: um estudo de caso.** Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2000. [3] Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica - Diretrizes brasileiras de obesidade. **ABESO** - 3.ed. - Itapevi, SP : AC Farmacêutica, 2009. [4] VANIN, M. et al. Adequação nutricional do almoço de uma unidade de alimentação e nutrição de Guarapuava – PR. **Revista Salus-Guarapuava-PR**, v.1, n.1, p.31-38, jan./jun. 2007.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00- 4 – Nutrição

CBS 132

AVALIAÇÃO DO PERFIL ANTROPOMÉTRICO E PRESENÇA DE PATOLOGIAS EM COLABORADORES DE UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DE EUGENÓPOLIS - MG

Karine Fumian da **SILVA** (IC – karinefumian@hotmail.com)¹, Nicole Barbosa **DRUMOND** (IC)¹, Brenda Marques de **SOUZA** (IC)¹, Poliana Bartole Resende **FÓFANO** (IC)¹, Gabriela Reis **NUNES** (IC)¹, Denise Felix **QUINTÃO**(IC)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professora
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Excesso de peso; patologias; unidade de alimentação e nutrição.

INTRODUÇÃO: Uma Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) se destina a fornecer refeições que atendam as necessidades nutricionais de seus clientes. Para que a UAN atinja seus objetivos deve-se atentar a sua infraestrutura, condições de trabalho e condições de saúde de seus colaboradores [1]. É considerável a prevalência de excesso de peso em trabalhadores de UAN como consequência da natureza do trabalho, além do desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), como dislipidemia, obesidade, diabetes, hipertensão, entre outras [2]. O objetivo do presente estudo foi analisar o perfil antropométrico e presença de patologias em colaboradores de UANs de Eugénópolis-MG. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Estudo do tipo transversal realizado no mês de abril de 2014, com colaboradores de quatro UANs do município de Eugénópolis. Os proprietários das UANs permitiram a coleta de dados através de um Termo de autorização Institucional, e seus colaboradores através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Aplicou-se questionário previamente estruturado com questões referente a patologias e realizou-se avaliação antropométrica, sendo coletados peso, altura e circunferência abdominal (CA). Os dados obtidos da altura e do peso foram utilizados para o cálculo do Índice de Massa Corporal (IMC). As técnicas e classificações adotadas para avaliação antropométrica foram do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional [3]. **RESULTADO E DISCUSSÃO:** A amostra contou com 17 colaboradores, com idade média de 42,2 ± 10,8 anos, de ambos os sexos, sendo 71% do sexo feminino. Dentre os colaboradores, 27% afirmaram possuir hipertensão arterial, 18% colesterol alto, 12% diabetes e 6% doenças cardíacas. As DCNTs representam a principal causa de mortalidade e incapacidade, sendo reflexo das grandes mudanças que vem ocorrendo no estilo de vida das pessoas, principalmente hábitos alimentares irregulares e inatividade física [4]. A grande maioria (82%) apresentou excesso de peso, com média do IMC de 30,5 ± 5,5 kg/m². A obesidade pode ser definida como uma doença crônica caracterizada pelo acúmulo em excesso de tecido adiposo, que leva ao desenvolvimento de diversas disfunções fisiológicas e funcionais [3]. Na avaliação da CA, observou-se que, 100% das mulheres e 40% dos homens apresentaram risco de desenvolverem complicações metabólicas. A medida da CA isolada demonstra riscos de complicações metabólicas associadas à obesidade [2]. **CONCLUSÃO:** Constatou-se que o estado nutricional da maioria dos colaboradores apresentou-se insatisfatório, com alta prevalência de excesso de peso, bem como risco para complicações metabólicas quando avaliada a obesidade abdominal. Verificou-se a presença de algumas DCNTs, sendo a hipertensão em destaque. Torna-se necessária a promoção da educação nutricional na população avaliada, incentivando a adoção de hábitos alimentares e de vida mais saudáveis, como forma de melhoria da produtividade e qualidade de vida. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ABREU, E.S.; SPINELLI, M.G.N.; ZANARDI, A.M.P. **Gestão de Unidades de Alimentação e Nutrição: um modo de fazer.** São Paulo: Metha LTDA, 2003. [2] CUPPARI, L. **Guias de medicina ambulatorial e hospitalar – Nutrição clínica no adulto.** 1ed. São Paulo: Manole, 2002. [3] MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN: orientações básicas para a coleta, o processamento, a análise de dados e a informação em serviços de saúde.** Série A – Normas e Manuais Técnicos. Brasília, 2004. [4] Organização Pan-Americana da Saúde. **Doenças crônico-degenerativas e obesidade: estratégia mundial sobre alimentação saudável, atividade física e saúde.** Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; 2003.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

AValiação Qualitativa Das Preparações Do Cardápio De Uma Unidade De Alimentação E Nutrição De Leopoldina-MG

Francine Rubim de RESENDE (IC-francinerubimresende@gmail.com)¹, Gabriela Reis NUNES (IC)¹, Alana Maria de Souza MOTTA (IC)¹, Bethania Oliveira Roberto MARINHO (IC)¹, Nicole Barbosa DRUMOND (IC)¹, Mayla Cardoso Fernandes TOFFOLO (PQ)²

1-Curso de Nutrição; 2-Professor FAMINAS-36880-000-Muriaé-MG

Palavras-chave: Cardápio, avaliação, preparações.

INTRODUÇÃO: As Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN) pertencem ao setor de alimentação coletiva, com o objetivo de oferecer refeições nutricionalmente equilibradas com bom padrão higiênico-sanitário, a fim de contribuir para a saúde da população, como funcionários de empresas, escolas, entre outras [1]. O cardápio deve respeitar as características dos clientes e as leis da nutrição: quantidade, qualidade, variedade e harmonia. A Análise Qualitativa de Preparações do Cardápio (AQPC) é o método que consiste na avaliação detalhada da qualidade nutricional das preparações de um cardápio, baseado em princípios da alimentação saudável [2]. O presente estudo teve por objetivo avaliar o cardápio oferecido pela UAN terceirizada a trabalhadores de uma empresa privada de Leopoldina-MG através do método de AQPC. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal, quali-quantitativo, realizado em julho de 2014 em uma UAN terceirizada, prestadora de serviços de produção de alimentos para uma empresa privada do município de Leopoldina-MG. Foi avaliado qualitativamente o cardápio do mês de julho, de segunda-feira a sábado, totalizando 27 dias. A UAN fornece em média 100 refeições diárias, do tipo *self service*, com porcionamento do prato proteico e da sobremesa. O cardápio servido na unidade é composto por: arroz, feijão, uma guarnição, um prato proteico, com opção de dois ovos por pessoa, quatro saladas e uma sobremesa. Os cardápios foram avaliados através do método de AQPC proposto por Veiros e Proença (2003) com adaptações [3]. **RESULTADO E DISCUSSÃO:** Os cardápios analisados apresentaram quantidade satisfatória de vegetais folhosos, com frequência de 81% dos dias. Os legumes ofertados na salada ou na guarnição foram oferecidos em 93% dos dias, caracterizando bom aporte de vitaminas, minerais e fibras. Para as frutas, observou-se uma baixa oferta nas saladas (11%) e a ausência da oferta de fruta como sobremesa (0%). As preparações com alimentos ricos em enxofre (batata-doce, brócolis, couve-flor, mostarda, ovo, dentre outros) foram encontradas em 26% no cardápio. Estes alimentos, se ofertados em grande quantidade, podem causar sensação de mal-estar pelo desconforto gástrico gerado [2]. Verificou-se uma monotonia de cores em 22% dos dias analisados, e ainda, uma elevada oferta de produtos enlatados (67%) e baixa oferta (7%) de alimentos embutidos. Em relação a frituras, foi observada a oferta em 37% dos dias. A frequência de carne gordurosa no cardápio foi de 33% dos dias analisados. Notou-se que em todos os dias (100%), eram oferecidos doces como sobremesas e sucos artificiais. Estes produtos devem ter seu consumo diminuído, pois o excesso de doces ou alimentos que contenham açúcar pode contribuir para o aumento de peso destes trabalhadores. **CONCLUSÃO:** O cardápio da UAN analisada apresentou resultados positivos em relação à análise pelo método AQPC, quanto à oferta de folhosos e legumes. Em contrapartida, torna-se necessário replanejar o cardápio desta UAN, reduzindo a oferta de enlatados, doces, sucos artificiais, frituras e embutidos e aumentar a frequência de frutas, contribuindo desta forma para a promoção da saúde de seus usuários **BIBLIOGRAFIA:** [1] COLARES, L.G.T.; FREITAS, C. M. Processo de trabalho e saúde de trabalhadores de uma unidade de alimentação e nutrição: entre a prescrição e o real do trabalho. *Cad. Saúde Pública*, v. 23, n. 12, 2007. [2] PRADO, B. G. et al. Avaliação qualitativa das preparações de cardápio em uma unidade de alimentação e nutrição de Cuiabá-MT. *UNOPAR Cient., Ciênc. Biol. Saúde*, v. 15, n. 3, 2013. [3] VEIROS, M.B., PROENÇA, R.P.C. Avaliação qualitativa das preparações do cardápio de uma Unidade de Alimentação e Nutrição – Método AQPC. *Rev Nutr Pauta*. set/out, 2003.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

CONSUMO ALIMENTAR ANTES DO TREINO E HIGIENIZAÇÃO DE ALIMENTOS POR PRATICANTES MUSCULAÇÃO DA ZONA DA MATA MINEIRA

Carla de Souza FERREIRA(IC-carlaferreira.nutri@yahoo.com)¹, Graciele Sabino MOREIRA (IC)¹, Lidiane de Andrade LACERDA(IC)¹, Denise Félix QUINTÃO (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professora do Curso de Nutrição Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: alimentos, higienização, nutrição.

INTRODUÇÃO: Nutrição e atividade física têm uma importante relação, pois através da ingestão equilibrada de todos os nutrientes, pode-se melhorar a capacidade de rendimento do organismo [1], além de proporcionar nutrientes necessários à manutenção, restauração e crescimento dos tecidos [2]. Há também necessidade que esse alimento seja de qualidade com menor risco a saúde, com isto se faz preciso estabelecer padrões obrigatórios de segurança alimentar. O presente trabalho teve como objetivo verificar os tipos de alimentos consumidos pelos praticantes de musculação antes do treino e avaliar a higienização dos alimentos e seu manuseio por estes. **MATERIAL E MÉTODOS:** Estudo do tipo transversal realizado em outubro de 2013, com praticantes de musculação de academias de três cidades da Zona da Mata Mineira (Cataguases, Espera Feliz e Muriaé). Os responsáveis pelo local assinaram a autorização institucional. Após a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido pelos entrevistados, foi aplicado um questionário estruturado a partir do tema. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Amostra contou com 150 indivíduos, com a faixa etária de 14 a 50 anos de ambos os sexos, sendo que 24% dos entrevistados relataram que se alimentavam menos de 30 minutos antes do exercício, 30% mais de 30 minutos antes, 26% em 1 hora ou mais e 20% fazem atividade em jejum prolongado. A ingestão de alimentos antes da prática de exercício físico, se torna indispensável pois a prática em jejum pode promover a redução dos estoques de glicogênio muscular e hepático e gerar a hipoglicemia [3]. Sobre os alimentos consumidos antes do treino, 57% dos entrevistados consumiam alimentos ricos em carboidratos, enquanto 25% consumiam apenas frutas, 18% derivados de leite e os demais outros tipos de alimentos. As refeições que antecedem o esforço físico devem ser reduzidas em gorduras, condimentos e fibras para facilitar o esvaziamento gástrico, moderadas em proteínas e elevadas em carboidratos para manter a glicemia e maximizar os estoques de glicogênio hepático e muscular [3]. Sobre a higienização dos alimentos, 52,6% utilizam apenas água corrente para a higienização dos alimentos, 24,6% utilizam solução de água e vinagre e apenas 13,3% utiliza solução de hipoclorito e 9,5% água e sabão. O hipoclorito de sódio é recomendado como sendo o de melhor espectro bactericida e fungicida menos tóxico nas concentrações de uso e mais barato [4]. Sobre a utilização da mesma faca para cortar alimentos crus e cozidos 44,6% utilizam o utensílio para ambos alimentos e 54,4% diz não utilizar. O principal objeto causador da contaminação cruzada é a faca que é muito utilizada para cortar alimentos crus e cozidos ao mesmo tempo na cozinha durante o preparo de alimentos [5]. **CONCLUSÕES:** Conclui-se que embora a maioria se alimente corretamente em questão do tempo e tipo do alimento, há ainda alguns praticantes de musculação que precisam de uma orientação adequada. Já referente à higienização, observou-se má higienização dos alimentos, tal como seu manuseio. Uma educação microbiológica se faz preciso para que se comece a realizar a prática de higienização correta. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ARAÚJO, A.M.; SOARES, Y.N.G. Perfil de repositores proteicos nas academias de Belém, Pará. *Revista de Nutrição da PUCCAMP*, v. 12, n. 1, p. 81-89, 1999. [2] ANDREOTTI, A. et al. Importância do treinamento para manipuladores de alimentos em relação a higiene pessoal: Iniciação Científica Cesumar, v.05, n.01, pp.29 -33, 2003. [3] LOLLO, P. C. B.; et al. Educação Física e nutrição. rev. EFDeportes, Buenos Aires. Ano 10. Núm. 79. 2004. [4] SILVA JUNIOR, E. A. Manual de controle higiênico sanitário em alimentos. 5. ed. São Paulo: Varela, 2002. 479p. [5] HOBBS, B. C.; ROBERTS, D. Toxinfecções e controle higiênico-sanitário de alimentos. São Paulo: Varela, 1998.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

Fernanda Antônia da Silva Salgado NEVES (IC - fernandasalgado.nutri@hotmail.com)¹, Lidiane de Andrade LACERDA (IC)¹, Carla de Souza FERREIRA (IC)¹, Mayla Cardoso Fernandes TOFFOLO (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professora de Nutrição
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - MURIAÉ-MG

Palavras-Chave: UAN, colaboradores, estado nutricional.

INTRODUÇÃO: Uma Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) pertence ao setor de alimentação coletiva, que tem por finalidade a produção de refeições nutricionalmente equilibradas, com boas condições higiênicas sanitárias e seguras. O trabalho em uma UAN geralmente é acelerado e realizado em condições desfavoráveis, causando desgaste humano e expondo os colaboradores a vários riscos ocupacionais. Além disso, pesquisas revelam que há um alto índice de obesidade entre esses operadores [1]. Diante do exposto, o objetivo do presente estudo foi analisar o estado nutricional e alguns aspectos ergonômicos de operadores de duas UANs escolares. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo de caráter transversal realizado no mês de abril 2013, com colaboradores das UANs de duas escolas, ambas localizadas na cidade de Patrocínio de Muriaé (MG). Para análise dos aspectos ergonômicos foi aplicado um questionário estruturado com questões referente ao tema. Após o preenchimento do questionário os colaboradores foram submetidos a uma avaliação antropométrica. Foi realizada a aferição da estatura por fita métrica inelástica de 150 cm fixada na parede a partir de 50 cm do chão. Os indivíduos foram pesados utilizando uma balança eletrônica microdigital, marca Personal Scale®, capacidade de 180 kg e precisão de 100g. As medidas foram aferidas com os indivíduos em pé, descalços, eretos, com os braços relaxados e estendidos ao longo do corpo e olhar voltado ao horizonte. A partir destes dados foi calculado o Índice de Massa Corporal (IMC) para o diagnóstico do estado nutricional e classificado de acordo com os parâmetros da Organização Mundial da Saúde [3]. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram do estudo 11 colaboradores, com idade variando de 25 a 57 anos. Possuía carga horária de 6hrs por dia com intervalo de 1 hora, porém 90% alegam não ter tempo para esse horário de descanso. Essas condições acabam levando a um menor desempenho das tarefas, cansaço excessivo, queda na produtividade e problemas de saúde [2]. Com relação à presença de dores durante o período de trabalho 100% (11) relataram sentir algum tipo de dor relacionado à atividade laboral. O operador de uma UAN, geralmente trabalha em pé, o que representa um risco de ocasionar dores nos pés e pernas, sendo a dor mais frequente na coluna, devido ao carregamento de peso e a má postura, seguida pela dor nas mãos, que pode estar relacionada à execução de tarefas repetitivas como, por exemplo, a distribuição de refeições e o descascamento de alimentos [1]. A maioria, 81,81%, relatou possuir algum tipo de patologia, dentre essas: hipertensão arterial 45%, diabetes mellitus tipo II 27%, Artrose 18% e dislipidemia 10%. De acordo com a avaliação antropométrica, verificou-se que 81,81% (9) estavam com excesso de peso, sendo a maioria classificada com sobrepeso (27%), obesidade grau I (27%) e obesidade grau III (33%). Segundo a OMS, a obesidade pode ser considerada como uma epidemia em todo mundo, pois predispõe o organismo a doenças como insuficiência cardíaca, diabetes mellitus, dislipidemias e hipertensão arterial, e morte prematura [2]. **CONCLUSÕES:** Diante dos resultados obtidos é possível observar que o trabalho em uma UAN é desgastante. Como a maioria das colaboradoras estão com excesso de peso, é necessário haver uma intervenção nutricional, com orientações e educação nutricional para mudança de hábitos. **BIBLIOGRAFIA:** [1] LOURENÇO, et al. Avaliação do perfil ergonômico e nutricional de colaboradores em uma unidade de alimentação e nutrição. XIII SIMPEP. Bauru, 06 a 08 de Novembro de 2006. [2] ABREU, et al. Fatores de risco ambiental para trabalhadores de unidade de alimentação e nutrição. *Revista de Nutrição em Pauta*, v. 2, n. 57, p. 201-208, 2002. [3] WHO (World Health Organization). *Obesity: preventing and managing the global epidemic*. WHO, 2004.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

Nicole Barbosa DRUMOND (IC-nicoledrumond@hotmail.com)¹; Karine Fumian da SILVA (IC)¹; Brenda Marques de SOUSA (IC) ¹; Francine Rubim de RESENDE (IC)¹; Poliana Bartole Resende FÓFANO (IC) ¹; Denise Felix QUINTÃO (PQ)²

1-Curso Nutrição; 2- Professor
FAMINAS- 36880-000- Muriaé-MG

Palavras -chave: adultos, hábitos alimentares, transição nutricional.

INTRODUÇÃO: O Brasil experimentou nas últimas décadas uma rápida transição nutricional. Um dos fatores desencadeantes foi a inserção da mulher no mercado de trabalho, ocasionando uma família dependente da participação da renda desta no sustento da família. Com menos tempo disponível para preparar a refeição, e maior poder aquisitivo, houve aumento no consumo de alimentos industrializados, ricos em sódio, ácidos graxos trans, gorduras e conservantes. Em contrapartida foi constatada redução considerável no consumo de frutas, verduras e legumes [1]. O presente estudo teve como objetivo avaliar os hábitos alimentares de funcionários de um órgão público da cidade de Muriaé. **MATERIAIS E MÉTODOS:** O estudo do tipo transversal foi realizado no mês de outubro de 2013, com funcionários adultos de um órgão público localizado no município de Muriaé-MG. Através do Termo de Autorização Institucional assinado pela Diretora do órgão, foi obtida aprovação para realização da pesquisa. Os servidores consentiram em participar através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foi aplicado um questionário contendo doze questões sobre hábitos alimentares. **RESULTADO E DISCUSSÃO:** A pesquisa contou com uma amostra de 58 adultos de ambos os sexos, com idade média de 39,62 ± 11,12 anos, sendo a maioria (72%) do sexo feminino. Com relação ao consumo de arroz e feijão observou-se que 80% e 81% dos entrevistados apresentaram consumo diário destes alimentos, respectivamente. O leite e produtos lácteos apresentaram baixo consumo diário (24%), predominando o leite do tipo integral (52%). Em relação ao consumo de carne, verificou-se baixo consumo diário (51%), com preferência por carne bovina. A carne de peixe é raramente consumida por 48% dos entrevistados. As frequências de consumo de frutas, hortaliças e doces foram baixas, 34%, 63% e 6,9% respectivamente. Mais da metade (57,2%) consomem alimentos ricos em gordura diariamente. Apenas 48,4% dos indivíduos consomem dois ou mais litros de água por dia. Os achados na presente pesquisa são compatíveis com a transição nutricional que ocorre no país, e mostra-se preocupante, uma vez que o consumo de alimentos ricos em gorduras contribuem para o aparecimento de dislipidemias, obesidade, hipertensão e diabetes, bem como o baixo consumo de frutas e hortaliças, considerando que estes alimentos conferem fatores de proteção à saúde, além de possuir baixa densidade energética [2]. O grupo do leite e derivados, bem como o grupo das carnes apresentou baixa frequência diária de consumo. É interessante destacar que o leite além de proteína, é a principal fonte de cálcio na dieta, bem como as carnes, que além de serem fontes proteicas, são consideradas excelentes fontes de ferro [3]. Poucos possuem hábito do consumo de peixe, e isso também é preocupante, pois esse é um alimento rico em ácidos graxos essenciais ao corpo, devendo ser consumido no mínimo semanalmente [3]. **CONCLUSÃO:** Observou-se que a maior parte dos adultos possuem hábitos alimentares fora dos padrões recomendados pelo guia alimentar, com elevado consumo de alimentos ricos em gordura, e baixo consumo de leite e derivados, carne, frutas, hortaliças e água. Considerando que hábitos alimentares estão relacionados com cultura e economia, faz-se necessário promover mais políticas nutricionais dirigidas à população. **BIBLIOGRAFIA:** [1] GARCIA, R. W. D. Representações sociais da alimentação e saúde e suas repercussões no comportamento alimentar. *Physis.*, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p.51-68, 1997. [2] GOLDFEDER, A.J. et al. *Prevenção de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) e se seus fatores de risco: guia básico para agentes de saúde/Africa*. 3 ed. Sao Paulo: CVE. 2009. [3] MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável*. Brasília. 2008.

Área de Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4- Nutrição

CBS 137

USO DE SUPLEMENTOS E HÁBITOS ALIMENTARES DE PRATICANTES DE MUSCULAÇÃO DA ZONA DA MATA MINEIRA

Graciele Sabino MOREIRA (IC – granutricao@gmail.com)¹, Carla de Souza FERREIRA (IC)¹, Bethania Oliveira Roberto MARINHO (IC)¹, Alana Maria de Souza MOTTA (IC)¹ e Denise Félix QUINTÃO (PQ)².

1- Curso de Nutrição 2- Professora
Faculdade de Minas – FAMINAS- 36880-000 - Muriaé - MG

Palavras-chave: consumo; suplementos; musculação.

INTRODUÇÃO: A busca por uma melhor qualidade de vida tem levado pessoas de todas as idades a procurarem cada vez mais academias para praticar exercícios físicos de várias modalidades. A adoção de uma dieta saudável e exercícios físicos ao longo da vida promovem saúde e reduzem o risco de doenças crônicas [1]. Mas aqueles que praticam atividade física precisam de orientações profissionais específicas para satisfazer as suas necessidades de acordo com cada modalidade que praticam [2]. O presente estudo teve como objetivo avaliar o uso de suplementos e hábitos alimentares dos praticantes de musculação de três cidades da Zona da Mata Mineira. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal realizado em Outubro de 2013, com praticantes de musculação, de três Cidades da Zona da Mata Mineira, sendo elas: Cataguases, Espera Feliz e Muriaé. Onde se aplicou carta de autorização para a realização da pesquisa aos donos das academias e um questionário semi-estruturado composto por questões fechadas, contendo o termo de consentimento livre e esclarecido. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram entrevistados 135 praticantes de musculação com idade entre 14 e 52 anos, sendo eles 59,3% do sexo feminino. Nas academias é bastante comum o uso exagerado de suplementos à base de proteínas e aminoácidos, carboidratos e vitaminas. No presente encontrado que estudo foi 63% dos entrevistados consomem algum tipo de suplemento, dentre os suplementos utilizados 23% eram à base de Proteína, 11,2% Aminoácidos ramificados (BCAA), 10,2 % Creatina, 10,2% Vitaminas e minerais, 6,6% Carboidratos (Maltodextrina), 4,1% Hipercalóricos, 3,6% Glutamina, 1,5% Ácido Linoléico conjugado (CLA), 3,6% outros. O uso indiscriminado de suplementos sobrecarrega o fígado e os rins, podendo trazer complicações futuras. Em um estudo feito por Hischbrush; cerca de 40% dos frequentadores de academias consomem um ou mais tipos de suplementos [3]. Perguntou-se sobre a quantidade de água diária ingerida pelos entrevistados, mas apenas 18,5% consomem diariamente mais de 10 copos de água que é recomendado para uma pessoa normal diariamente. Um nível adequado de hidratação só é mantido em pessoas que praticam exercícios físicos se ingerirem quantidades suficientes de líquidos antes, durante e depois disso numa soma de mais de 2 litros de água diariamente, mantendo assim um balanço hídrico adequado [4]. Em relação ao consumo de frutas, verduras e legumes encontrou-se que apenas 40% dos entrevistados consomem frutas diariamente e 45,1% verduras e legumes. Recomenda-se a ingestão diária de frutas, verduras e legumes pelo alto teor vitamínico e mineral que representam. As frutas são excelente fonte de carboidratos (frutose), que poupam as proteínas de serem usadas como fonte de energia [5].

CONCLUSÃO: Verificou-se um baixo consumo de água, frutas, verduras e legumes diariamente pelos praticantes de musculação e o alto consumo de suplementos por estes, assim faz-se necessário o monitoramento por profissionais habilitados, para uma orientação nutricional adequada, para que os praticantes de musculação alcancem seus objetivos.

BIBLIOGRAFIA: [1] HIRSCHBRUCH, M.D.; CARVALHO, J.R. *Nutrição Esportiva, uma visão prática*. São Paulo: ed. MANOLE; 2002. [2] KATCH, F.I.; MCARDLE, W.D. *Nutrição, exercício e saúde* ed. 4ª. Rio de Janeiro: ed. MEDSI, p. 213, 1996. [3] HIRSCHBRUCH, M.D.; *et al* Consumo de Suplementos por Jovens Frequentadores de Academias de Ginástica em São Paulo. *Revista Nutrição de Campinas*; v.2, n.3, p. 265-272, 2003. [4] TIRAPÉGUI, J. *Nutrição, Metabolismo e Suplementação na atividade física*; São Paulo: ed. ARTENEU; 2005. [5] ARAÚJO, W.C.M.; *et al*. *Alquimia dos alimentos*. Brasília: ed. SENAC; 2ª ed. 2011.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição.

(Só para referência, este trabalho tem 4.298 caracteres, incluindo espaços. O número máximo de caracteres total permitido é de 4.300)

CBS 138

VERIFICAÇÃO DE CONSUMO ALIMENTAR E FATORES DE RISCOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS EM COLABORADORES DE UNIDADE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DE DUAS ESCOLAS DA CIDADE DE CATAGUASES -MG

Carla de Souza FERREIRA (IC-carlaferreira.nutri@hotmail.com)¹, Graciele Sabino MOREIRA (IC)¹, Bethania Oliveira Roberto MARINHO (IC)¹, Lidiane de Andrade LACERDA (IC)¹, Fernanda Antônia da Silva Salgado NEVES (IC)¹ e Danielle GUIMARÃES (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professora do Curso de Nutrição
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: fatores de Risco, doenças crônicas não transmissíveis, consumo.

INTRODUÇÃO: Aquilo que se come e bebe não é somente uma questão de escolha individual, condições socioeconômicas e a qualidade da informação disponível, restringem a escolha de uma alimentação adequada e saudável [1]. As transformações sociais e econômicas no país vêm causando mudanças relevantes no perfil de nossa população, neste contexto as doenças infecciosas e parasitárias, deram lugar às doenças crônicas não transmissíveis. Hipertensão arterial, ingestão de álcool em grandes quantidades, diabetes mellitus, tabagismo, sedentarismo, obesidade e idade elevada são considerados riscos para o desenvolvimento de doenças crônicas [2]. O presente trabalho tem como objetivo verificar o consumo alimentar e os fatores de risco em colaboradores de duas Unidades de Alimentação e Nutrição escolares. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal, realizado com manipuladores de duas UANs escolares da cidade de Cataguases, o responsável pela instituição assinou a autorização institucional, os entrevistados assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido e após foi mensurada a estatura e o peso corporal para a realização do Índice de Massa Corporal e aplicado um questionário estruturado, composto por 7 perguntas. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O estudo foi realizado com 15 colaboradores, 99% do sexo feminino e 1% do sexo masculino, de idade média de 49 anos, 33% apresentaram obesidade grau 1, 20% obesidade grau 2, 14% obesidade grau 3 e 33% se encontram em eutrofia, de acordo com o IMC. Pessoas com sobrepeso ou obesidade também possuem maior risco de desenvolver diabetes, dislipidemia, doenças cardiovasculares e hipertensão [3]. Dentre as patologias presentes, 80% possuíam obesidade, hipertensão e diabetes, alguns duas ou mais destas, enquanto 20% não possuía nenhum tipo de patologia. Sobre a adição de sal na refeição já servida todos os voluntários relataram não adicionar, vale resaltar que o consumo excessivo de sal é um fator de risco para o aumento da pressão arterial, a probabilidade de desenvolver hipertensão é 35% inferior em pessoas de baixa ingestão de sódio [4]. Em relação ao consumo de frituras, 7% consomem todos os dias, 33% uma vez por semana e 60% duas a três vezes por semana. Referente ao consumo de doces, 35% consomem doces todos os dias, 17% de quatro a cinco vezes por semana, 34% de dois a três dias e 14% não consomem. A prática de exercícios físicos, contribuem para a redução da obesidade e para a prevenção de doenças crônicas, 60% dos colaboradores das UANs eram praticantes de algum tipo de atividade física enquanto 40% relataram não praticar. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que os colaboradores apresentam o consumo alimentar inadequado e são portadores de patologias identificadas como fatores de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis. Orientações de uma alimentação adequada, se faz necessário para a prevenção e manutenção da qualidade de vida. **BIBLIOGRAFIA:** [1] MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável*. 2006. Brasília. [2] CASADO, L.; et al. *Fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis no Brasil: uma revisão sistemática*. *rev. Brasileira de Cancerologia*. p.379-388, 2009. Rio de Janeiro. [3] CARNEIRO, G.; et al. *Influência da distribuição da gordura corporal sobre a prevalência e outros fatores de risco cardiovascular em indivíduos*. *rev. Associação de Medicina Brasileira*. p.306-311. 2003. São Paulo. [4] VIEGAS, C. *Sal e doenças cardiovasculares*. *rev. Fatores de Risco*. p.12-18. 2008. Lisboa.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

Gabriel Vicente Coelho da SILVA (IC - bielporci@hotmail.com)¹, Marcos Peres VICENTE (IC)¹, Felipe Giraldo Dias BAËSSO (IC)¹, Juliana Maria Rocha e Silva CRESPO (PQ)¹

1. Curso de Farmácia; 2. Professor
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-Chave: Propaganda; Medicamentos; Saúde .

INTRODUÇÃO: A publicidade de medicamentos define padrões de mercado e de comportamento das pessoas, exercendo impactos concretos sobre as práticas terapêuticas. Neste sentido, a preocupação com a qualidade da informação sobre medicamentos deve fazer parte do cotidiano dos profissionais da saúde e dos consumidores [1]. Para obter a qualidade e segurança das propagandas, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), criou em 17 de dezembro de 2008 a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 96, que estabelece normas para a publicação de qualquer tipo de propaganda de medicamento em qualquer meio de comunicação [2]. O objetivo do presente trabalho é analisar as propagandas de medicamentos veiculadas nas revistas destinadas aos profissionais da saúde, de acordo com os critérios estabelecidos pela RDC 96/08. **MATERIAL E MÉTODOS:** Foram avaliadas as propagandas de medicamentos, veiculadas nas revistas do Guia de Farmácia e ABCFarma, revista dirigida aos profissionais de saúde, no período de janeiro de 2013 a outubro de 2013. A análise da qualidade das propagandas de medicamentos teve como base os critérios estabelecidos pela Resolução RDC 96/08. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Em um estudo inicial, foi possível traçar um perfil das propagandas veiculadas nas revistas destinadas à área da saúde. Entre as 2.950 páginas que compunham as edições selecionadas, 793 (26,88%) eram ocupadas por anúncios. No total, foram encontrados 753 anúncios, onde 449 (59,62%) eram isentos prescrição médica e 304 (40,37%) com necessidade de prescrição médica. Dos quais 168 (22,32%) ocupavam meia página, 493 (65,47%) ocupavam uma página, 92 (12,21%) ocupavam mais de uma página. A revista que apresentou maior número de infrações quanto a falta de informações sobre contraindicação foi a ABCFarma com 7% (8) das propagandas em relação a revista Guia da Farmácia que apresentou 4% (7). A contraindicação do medicamento informa quais os casos em que o medicamento não deve ser tomado, uma vez que o paciente pode apresentar hipersensibilidade a qualquer componente da fórmula do fármaco. Na análise das duas revistas, observou-se uma pequena variação quanto à falta de informações sobre reações adversas, a revista Guia da Farmácia apresentou 6% (10) de propagandas com infrações, já a revista ABCFarma apresentou 5% (6) de infrações. A falta de informações quanto às reações adversas dos medicamentos pode causar reações de natureza grave, pois nenhum medicamento é considerado como uma substância inócua. A revista Guia da Farmácia apresentou um número maior de propagandas com falta de informação sobre interações medicamentosas 11% (19) em relação à revista ABCFarma que apresentou 9% (11), uma vez que essa informação é muito importante, pois os medicamentos podem interagir com os alimentos, outros medicamentos e com bebidas alcoólicas desencadeando efeitos indesejáveis graves. **CONCLUSÕES:** O presente estudo demonstra vários problemas relacionados à veiculação de anúncios de propaganda de medicamentos nas revistas estudadas, principalmente no que se diz respeito à omissão de dados, interações medicamentosas e reações adversas, colocando em risco a saúde da população em geral. A fiscalização deveria ser mais rigorosa quanto aos critérios estabelecidos pela legislação em vigor para que essas propagandas se enquadrem nos requisitos gerais estabelecidos, uma vez que essas revistas podem chegar às mãos da população através de sua visibilidade na rede mundial de computadores. **BIBLIOGRAFIA:** [1] FAGUNDES, Maria José Delgado et al.. **Análise bioética da propagandas e publicidade de medicamentos.** Ciência & Saúde Coletiva, 2007, 12(1):221-229. [2] GUANAES, Lais Danciguer et al.. **Análise das propagandas de medicamentos isentos de prescrição veiculadas em revistas para prescritores na área médica.** Rev. Ciênc Farm Básica Apl., 2012, 33(3):415-419.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.03.00.00-5 – Farmácia

Francisco Gonçalves COSTA (IC – fgc_94@hotmail.com) , Reniara da Silva SANTANA (IC)¹,Luigi Vilela MARIGO (IC)¹, Thailane Costa da SILVA(IC)¹ ,Letícia Pazotti Castro DIAS (IC)¹, Fernanda Mara FERNANDES (PQ)²

1. Curso de Biomedicina; 2. Professora - -MG
Palavras-chave:Staphylococcus aureus; Contaminação; Incidência

INTRODUÇÃO: Os estafilococos causam doenças tanto pela produção de toxinas quanto por multiplicação em tecidos. São bactérias cocos Gram-positivas agrupadas em cachos de uva que produzem catalase convertendo o peróxido de hidrogênio tóxico em água e oxigênio [1]. O Staphylococcus aureus é uma bactéria coagulase positivo, que produz tipicamente colônias amarelo-oro que são β-hemolíticas [2]. A lesão típica do Staphylococcus aureus é o abscesso, podendo se disseminar por via corrente sanguínea, produzindo muitas toxinas importantes e enzimas, sendo três exotoxinas clinicamente importantes: enterotoxina, toxina da síndrome do choque tóxico e a esfoliatina [2]. A bactéria pode causar intoxicações alimentares normalmente pelas mãos do portador onde ficam contaminadas com secreções nasais, inoculando o microorganismo no alimento durante a sua preparação, além da mastite nas vacas [3]. O presente estudo teve por objetivo verificar a incidência de S. aureus em tetas de vacas leiteiras girolandas. **MATERIAIS e MÉTODOS:** Com auxílio de swabs estéreis, foram coletadas amostras de tetas de 15 vacas antes e depois da ordenha mecânica, após assinatura de um termo de livre consentimento pelo proprietário dos animais. As amostras foram transportadas em condições isotérmicas para o laboratório de microbiologia em tubos contendo solução salina estéril. No laboratório, foi feita a semeadura em Ágar Manitol e as placas foram incubadas em estufa à 37°C durante 24 h. Após este período foi observado o crescimento bacteriano característico. Foram realizados, os seguintes testes para a comprovação da existência da bactéria: Coloração de Gram, catalase e coagulase. **RESULTADO e DISCUSSÃO:** A partir da análise da tabela 1, constatou-se a presença de S. aureus em 14 das 30 amostras (46,66%). Dessas 14 amostras contendo a bactéria, 8 (57,14%) estiveram presente antes da ordenha mecânica e 6 (42,86%) foram encontradas após a ordenha. Além disso, 3 amostras que não continham a bactéria antes da ordenha, apresentaram resultado positivo após o procedimento. Houve crescimento microbiano em todas as amostras, exceto na amostra 15 antes da ordenha, como o objetivo do estudo foi analisar a incidência de S. aureus, não foram analisados outras bactérias. Em um estudo desenvolvido por Langoni e cols (2011) na região de São Paulo, onde foi realizada uma pesquisa semelhante onde verificaram a incidência de bactérias em tetas de gado leiteiro, sendo o S. aureus o terceiro com maior frequência. **CONCLUSÃO:** A correta higienização das mãos, das tetas, dos materiais usados na ordenha, devem ser realizadas com extrema rigidez, uma vez que são fatores que interferem diretamente na qualidade do produto final. Nas amostras colhidas, pode-se dizer que esse foi o fator que interferiu diretamente na contaminação das tetas bovinas, além de que, os meios realizados para limpeza da ordenhadeira não surtiu efeito para o S. aureus uma vez que a incidência observada no presente estudo foi de (46,66%) para a bactéria. **BIBLIOGRAFIA:** [1] MURRAY , Patrick R. et al. Microbiologia médica 4.ed. Rio de Janeiro : Guanabara Koogan , 2004. Pág : 192; [2] LEVINSON,Warren; JAWETZ, Ernest. Microbiologia médica e imunológica. 7.ed. Porto Alegre: Artmed ,2005. Pág: 104; [3]PELCCZAR , Michael J. Microbiologia: Conceitos e aplicações. 2.ed. São Paulo: Pearson education do Brasil, 1997. Pág: 225; [4]LANGONI, Hélio et al . Aspectos microbiológicos e de qualidade do leite bovino. Pesq. Vet. Bras., Rio de Janeiro , v. 31, n. 12, Dec. 2011.

Área do Conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2 - Biomedicina

CET
TRABALHOS DA AREA DE CIÊNCIAS
EXTAS E DA TERRA

Alcides Tadeu de Oliveira JUNIOR (IC-alcides.aj.junior@gmail.com)¹, Marcelo José da SILVA (IC)¹, Luis Eduardo Bouzada CALAES (IC)¹, Nilo Sergio de OLIVEIRA (IC)¹, Jessé do Nascimento FARIA (IC)¹ Daniel Clarismundo BORGES (PQ)².

1. Sistemas de Informação 2. Professor
Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé -MG

Palavras-chave: Segurança da Informação, ISO 27002, Tecnologia da Informação.

INTRODUÇÃO: A preocupação com a segurança da informação esta em pauta há muito tempo. E em momentos de guerra principalmente, para que o inimigo não tome conhecimento de manobras e outras ações militares, porém a segurança da informação não se limita apenas a área militar. Hoje diversas empresas investem na segurança da informação [1]. Existe uma norma ISO (*International Standard Organization* – Organização de padrões Internacionais) que aborda especialmente este aspecto, esta é a norma ISO 27002 [2]. **MATERIAISE MÉTODOS:** Para avaliar o nível de maturidade das empresas, com respeito a ISO 27002, foi utilizado um questionário, em conformidade com a abordagem tratada no livro *Gestão da Segurança da Informação: uma visão executiva* [3]. Foram entrevistadas três empresas de segmentos diferentes na cidade de Carangola-MG, com a seguinte classificação: uma empresa que atua somente na cidade de Carangola, que será tratada como empresa A; outra empresa que atua em Carangola e possui filiais em cidades próximas, que será tratada como empresa B; e uma terceira empresa, que é uma cooperativa, que possui a central na cidade de Belo Horizonte, e está ligada às demais centrais espalhadas pelo Brasil, e esta central pré-estabelece normas básicas para operação, que será tratada como empresa C. As perguntas do questionário aplicado permitem três possibilidades de resposta, da seguinte forma: sim; sim, porém desatualizadas; ou não. Para cada resposta “sim”, a empresa contabiliza dois pontos, para cada resposta “sim, porém desatualizadas” a empresa contabiliza um ponto, para cada resposta “não” a empresa não contabiliza, mas também não perde pontos. Após a apuração dos pontos a empresa é classificada em um dos 3 níveis de conformidade, seguindo a pré- estabelecido no livro em questão. O nível mais baixo varia de 0 a 38 pontos, o segundo nível vai de 39 a 77 pontos, e o melhor nível fica com a pontuação de 78 a 118. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Após a aplicação dos questionários foram constatados os seguintes resultados: à empresa A obteve (15) quinze pontos, já a empresa B obteve (70) setenta pontos, e a empresa C obteve (48) quarenta e oito pontos. O resultado apurado mostra que ainda existem empresas em Carangola com pouquíssimo investimento em segurança da informação, porém um fato surpreendente foi relacionado à empresa B que por ser uma empresa menor porte, comparada com a empresa C, ter obtido uma melhor pontuação, mesmo que esta ainda permaneça no mesmo nível de pontuação da empresa C. **CONCLUSÕES:** Isso mostra que mesmo empresas de médio porte, como o exemplo da empresa B, tem visto a importância de segurança da informação para continuidade do negocio e possivelmente até para o aumento da competitividade. Mesmo existindo empresas que não se preocupam com a segurança da informação, ou não se aperceberam desse detalhe, por outro lado existem empresas que estão trabalhando atentas a esse detalhe. **REFERÊNCIAS:** [1] - [1] – DIÓGENES, Yuri; MAUSER, Daniel. **CERTIFICAÇÃO SECURITY+:** da prática para o exame SYO – 301. 2ª ed. Rio de Janeiro, Novaterra, 2014. [2] – [3] – SÊMOLA, M. **Gestão da Segurança da Informação:** uma visão executiva. 2. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 1.03.00.00-7 Ciência da Computação

Alcides Tadeu de Oliveira JUNIOR (IC-alcides.aj.junior@gmail.com)¹, Marcelo José da SILVA (IC)¹, Luis Eduardo Bouzada CALAES (IC)¹, Nilo Sergio de OLIVEIRA (IC)¹, Jessé do Nascimento FARIA (IC)¹ Daniel Clarismundo BORGES (PQ)².

1. Sistemas de Informação 2. Professor
Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé –MG

Palavras-chave: Segurança da Informação, Manutenção, Sistemas de Informação.

INTRODUÇÃO: A preocupação com as informações vem crescendo por conta da informatização dos dados. As empresas cada vez mais investem para a preservação de seus dados, mas por vezes investimentos em determinados pontos, podem ser superestimados e gerar uma falsa sensação de segurança, podendo fazer com que outros fatores importantes possam ser negligenciados ou até mesmo que estes fatores acabem passando despercebidos. Neste trabalho será abordado um ponto um ponto muito importante quanto à segurança da informação. Pouco adianta investir em medidas de segurança como *firewall* [1], controle de acesso físico e técnico, elaboração de políticas de segurança e em treinamento de funcionários, se quando os computadores da empresa são enviados para uma outra empresa especializada, alguns cuidados básicos não são providenciados. Estes passam a estar fora dos domínios da empresa, desta maneira os dados passam a estar vulneráveis, desta forma este trabalho procura avaliar a preocupação das empresas sobre este aspecto. Esta preocupação é abordada no teste de conformidade da ISO 27002, relativo a Segurança da Informação [2]. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Para averiguar se as empresas estão atentas a este fator, foi aplicado um questionário juntamente com entrevistas, para um total de vinte e duas empresas situadas na cidade de Carangola – MG. Com esse questionário teve o objetivo de descobrir se as empresas preocupam e quais precauções tomavam para mitigar este problema. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Com os resultados apurados, constatou-se que 14% das empresas tem preocupação com seus dados, quando seus computadores vão para manutenção e possuem contratos de confidencialidade com as empresas prestadoras desse tipo de serviço. 23% das empresas tem preocupação com seus dados, porém não tem contratos de confidencialidade nem outra medida de segurança, 27% das empresas tem essa preocupação, mas seus computadores sofrem manutenções por funcionários da própria empresa e 36% das empresas não tem nenhuma preocupação com este fator. Por meio das entrevistas foi possível levantar alguns fatores alegados pelos 36% de empresas que não se preocupam com seus dados. A alegação apresentada por essas empresas foi que não tinham analisado a possibilidade de furto de dados em meio a uma manutenção ou acreditam que empresas que prestam os serviços de manutenção não roubariam seus dados. Os 23% das empresas que demonstraram preocupação com seus dados, porém não estavam tomando nenhuma providência, alegaram não saber como se proteger desta fragilidade ou que devido as suas rotinas de trabalhos apertadas não estava sobrando tempo hábil para elaboração de uma medida que mitigasse esta fragilidade. **CONCLUSÕES:** Com os resultados encontrados pela pesquisa, uma sensação de descaso com este ponto da segurança da informação aparenta fazer parte de algumas das empresas entrevistadas, uma vez que 59% das empresas não tem preocupação com suas informações quando o computador onde elas estão armazenadas vão para a manutenção. Outro ponto a se destacar é o fato de 23% das empresas terem preocupação com seus dados e não trabalharem para que esta brecha na segurança seja mitigada, seja colocando esta fragilidade em segundo plano frente às demais prioridades de segurança ou outros fatores diários ou não investindo em informação para a proteção destas informações já existentes na empresa. **BIBLIOGRAFIA:** [1] DIÓGENES, Y.; MAUSER, D. **CERTIFICAÇÃO SECURITY+:** da prática para o exame SYO – 301. 2ª ed. Rio de Janeiro: Novaterra, 2014 [2] SÊMOLA, M. – **GESTÃO DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO:** uma visão executiva. 2ª. Ed. Rio do Janeiro: Elsevier, 2014. [3] CHESWICK, R. W.; BELLOVIN, S. M.; RUBIN, A. D. – **Firewalls e Segurança na Internet:** repelindo o hacker ardiloso. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. **Área do Conhecimento (CNPq):** 1.03.00.00-7 Ciência da Computação

AVALIAÇÃO DA PREOCUPAÇÃO DAS EMPRESAS CARANGOLENSES SOBRE A PROTEÇÃO DE SEUS DADOS UTILIZANDO BACKUPS

Alcides Tadeu de Oliveira JUNIOR (IC-alcides.aj.junior@gmail.com)¹, Marcelo José da SILVA (IC)¹, Luís Eduardo Bouzada CALAES (IC)¹, Nilo Sergio de OLIVEIRA (IC)¹ Jessé do Nascimento FARIA (IC)¹ Daniel Clarismundo BORGES (PQ)².

1. Sistemas de Informação 2. Professor
Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé -MG

Palavras-chave: Segurança da Informação, Backups, Sistemas de Informação.

INTRODUÇÃO: Com o avanço das tecnologias, as informações organizacionais têm migrado cada vez mais para meios digitais. Diversos meios de comunicação vêm divulgando invasões, perdas de informações ocasionadas por diversos fatores, e com isso a Segurança da Informação vem ganhando espaço. Um dos fatores tratados pela segurança da informação é o *backup* de dados. O *backup* é abordado desde a certificação *Security+* [1] que é considerada como uma certificação base de Segurança da Informação até a ISO 27002 [2] que é a Norma padrão de Segurança da Informação. O objetivo desse trabalho é avaliar a preocupação das empresas Carangolenses a respeito desse assunto. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Para realização desse trabalho foi desenvolvido um questionário e aplicado a 23 empresas da cidade de Carangola-MG, e além do questionário foram realizadas entrevistas para acrescentar informações pertinentes ao tema, que o questionário não tenha atendido. Do questionário aplicado três perguntas merecem mais destaque e são tratadas nesse trabalho. As perguntas são as seguintes: 1 - com qual frequência os *backups* eram realizados; 2 - se estes eram verificados; e, 3 - a existência de *backups* fora do recinto da empresa onde estes dados são originalmente armazenados. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Após a realização da pesquisa foi observado que, 70% das empresas entrevistadas realizam seus *backups* diariamente; 4% realizam seus *backups* semanalmente; 9% realizam seus *backups* mensalmente, e 13% das empresas realizam seus *backups* ocasionalmente. Há ainda há as que não se utilizam de *backups*, e estas representam apenas 4% das empresas entrevistadas. O segundo ponto considerado foi a verificação dos *backups*: neste ponto, 27% das empresas demonstraram fazer verificação de todos os seus *backups*, 27% demonstraram verificar parte de seus *backups* e 46% não realizam nenhuma verificação. O terceiro ponto analisado foi a existência de *backups* em edificação diversa a que originalmente estes são armazenados, este é um fator abordado pela ISO 27002 [3]. Neste quesito, 26% das empresas entrevistadas armazenam seus dados também em outras edificações, em 35%, apenas uma parcela de seus *backups* está armazenada em outra edificação e 39% não possuem nenhum *backup* salvo em edificação diversa. **CONCLUSÕES:** Apesar de 70% das empresas realizarem *backups*, fator este considerado positivo e que mostra um provável amadurecimento das empresas carangolenses, apenas 9% das empresas entrevistadas apresentam o melhor cenário possível que seria, *backups* diários, verificação de todos os *backups* realizados e além disto, ter *backups* em outra edificação. Outro fator a ser considerável é o da existência de empresas que não realizam suas rotinas de *backups* com uma frequência considerável ou se quer realizam rotinas de *backups*, podendo gerar problemas futuros caso algo venha a acontecer na empresa. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS pela realização do trabalho. **BIBLIOGRAFIA:** [1] – DIÓGENES, Yuri; MAUSER, Daniel. **CERTIFICAÇÃO SECURITY+:** da prática para o exame SYO – 301. 2ª ed. Rio de Janeiro, Novaterra, 2013 [2] – [3] SÊMOLA, Marcos. **GETÃO DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO:** uma visão executiva. 2. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 1.03.00.00-7 Ciência da Computação

AVALIAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DE SOFTWARE ANTIVÍRUS PELAS EMPRESAS CARANGOLENSES

Alcides Tadeu de Oliveira JUNIOR (IC-alcides.aj.junior@gmail.com)¹, Marcelo José da SILVA (IC)¹, Luís Eduardo Bouzada CALAES (IC)¹, Nilo Sergio de OLIVEIRA (IC)¹ Jessé do Nascimento FARIA (IC)¹ Daniel Clarismundo BORGES (PQ)²

1. Curso de Sistemas de Informação 2. Professor
Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé -MG

Palavras-chave: Segurança da Informação, Antivírus, Sistemas de Informação.

INTRODUÇÃO: A tecnologia vem ajudando empresas de diversas formas, entretanto com estes benefícios, também vieram riscos a segurança. Uma das maneiras para se melhorar a proteção é a instalação de antivírus, já que este visa proteger e eliminar programas maliciosos que possam estar presentes no computador, programas estes que podem estar furtando dados sigilosos ou gerando mau funcionamento do equipamento [1]. Este estudo busca averiguar se as empresas carangolenses utilizam o antivírus como uma maneira de proteção e a qualificação do antivírus em questão.

MATERIAIS E MÉTODOS: Para realização desse trabalho foram realizadas entrevistas e aplicado um questionário, em vinte e uma empresas, na cidade de Carangola – MG. O objetivo foi saber qual o antivírus usado, e se usado, e em qual proporção de utilização deste nos computadores das empresas. Para avaliação da eficácia dos antivírus foi utilizada uma pesquisa realizada pela AV-Comparatives, e o resultado desta pesquisa está publicado no site do Tecmundo. [2] O teste realizado pela AV-Comparatives, consistia em varredura de 125.977 *malwares*, e em uma segunda etapa se avaliou as taxas de falsos positivos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Após a realização da pesquisa foi constatado que 95% das empresas utilizam antivírus na totalidade de seus computadores, os outros 5% não apresentaram antivírus em nenhum de seus computadores. Os antivírus que foram citados como utilizados pelas empresas entrevistadas foram: AVIRA, Avast, Panda, Kaspersky, AVG, Simwork, Microsoft Security, King Soft. Com o primeiro teste da AV-Comparatives observou-se que o antivírus que conseguiu detectar o maior número de *malwares* foi o Kaspersky, detectando 98,8% dos *malwares*, logo em seguida o King Soft 99,5%, Panda 99,3%, AVIRA 99,2%, Avast 97,7%, AVG 97,5 e a Microsoft com o pior nível de detecção neste teste com 90% dos *malwares* detectados. Na segunda etapa o antivírus que obteve o menor índice de falsos positivos foi Panda, empatado com o Microsoft, ambos tiveram apenas 1 falso positivo, logo após vem o King Soft com 3, AVIRA com 6, AVG e Kaspersky com 9, já o Avast obteve 95 falsos positivos. Com os resultados dos testes, a própria AV-Comparatives classifica os antivírus em quatro níveis sendo o mais baixo o AV Tested. O único antivírus utilizado pelas empresas carangolenses que possui este nível foi o Avast. No nível AV Standard nenhuma empresa apresentou antivírus com este nível. No segundo nível, o AV Advanced, apenas o AVG foi apontado na pesquisa. Os demais antivírus utilizados pelas empresas carangolenses entrevistadas possuem o nível AV Advanced+. Aqui se faz uma ressalva, pois o Simwork, que não foi abordado pela pesquisa da AV Comparatives, foi citado na pesquisa.

CONCLUSÕES: Um alerta se faz necessário sobre o fato de Avast não ter obtido bons resultados em nenhum dos testes, e este está presente em 24% das empresas avaliadas. Os demais segundo a pesquisa apresentam bons níveis de segurança com ressalva ao Microsoft que foi o pior nos testes de detecção de *malwares*. Conclui-se com esse estudo que as empresas carangolenses entrevistadas estão no caminho certo quanto à proteção de seus *softwares*. **BIBLIOGRAFIA:** [1] – DIÓGENES, Yuri; MAUSER, Daniel. **CERTIFICAÇÃO SECURITY+:** da prática para o exame SYO – 301. 2ª ed. Rio de Janeiro, Novaterra, 2014. [2] – Saiba quais são os antivírus mais confiáveis - Disponível em: <<http://www.tecmundo.com.br/seguranca/53902-saiba-quais-sao-os-antivirus-mais-confiaveis-marco-de-2014.htm>>. Acesso em: 09/08/2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 1.03.00.00-7 Ciência da Computação

Damon Perpétuo de Sales **PEDROSA** – (IC – damonpedrosa@gmail.com)¹, Priscila Ramos **RIBEIRO** (IC)¹, Arturo Calzolari de **ARAÚJO**– (IC)¹, Reinaldo Emílio **MINARINI** – (IC)¹, Paulo Arthur Henriques **GONZALEZ**– (IC)¹, Daniel Clarismundo **BORGES** (PQ)²

1. Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação; 2. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: *Olap*, Armazenamento, dados.

INTRODUÇÃO: Devido ao grande fluxo de informações e arquivos armazenados com o passar dos anos, aumentou-se a necessidade de criar uma forma capaz de conter todas informações com segurança e capacidade adequadas. Para isso foram criados os *data warehouse*, que são grandes centros de armazenamento de dados. **DESENVOLVIMENTO:** Grandes empresas hoje em dia tem um extenso banco de dados, uma vez que informações importantes devem ser armazenadas para que sempre se tenha ao alcance o controle de tudo o que gira em torno das mesmas. Os *data warehouse* têm um papel de suma importância para elas, uma vez que seus dados ficam armazenados em local apropriado e seguro. Podem ser armazenados todos tipos de dados, desde fichas de clientes, controle de estoque, contatos com fornecedores, etc. Um dos casos mais típicos são os das grandes empresas de tecnologia, onde indispensavelmente utilizam deste recurso, que não é tão novo assim, já que foi criado em um conceito acadêmico na década de 80. O Google, por exemplo, guarda informações valiosíssimas em seus enormes prédios de *data warehouse*, o *Facebook* mesmo sendo novo, possui um extenso histórico de dados, onde se encontram informações valiosas para a empresa. Como são utilizados computadores grandes e potentes, há um enorme desgaste nessas máquinas, e para que sejam assegurados os conteúdos armazenados, por medidas de precaução muitas empresas têm mais de um *data warehouse*, para garantir caso ocorra algum acidente. Caso uma empresa venha a perder todas suas informações e dados, iria ser uma perda considerável, e como os dados são muito importantes, devem ser todos muito bem armazenados e garantidos, ou seja, ter um *data Warehouse* reserva é indispensável. Tecnicamente a construção exige a transferência e transformação dos dados existentes em sistemas corporativos, utilizados nas operações diárias de controle e operações, para uma base de dados independente. [1] Tudo o que faz parte do cotidiano da empresa é passado para o armazenamento, com a finalidade de fazer com que os dados sejam realmente usados de forma satisfatória, visando ceder informações válidas para a empresa naquele momento, por isso a empresa deve ser devidamente analisada, para que os dados não sejam equivocados ou inúteis. Basicamente os *data warehouse*, transformam algo do mundo real ou algum sistema em dados acessíveis para se ter benefícios. O OLAP (*Online Analytical Processing* – Processamentos analítico de dados) é uma ferramenta utilizada para se ter acesso aos dados do *data warehouse*, Segundo MACHADO (2009) “A análise denominada multidimensional representa os dados como dimensões em vez de tabelas”, ou seja, o usuário tem acesso ao conteúdo, por várias dimensões, podendo fazer operações para se ter acesso a eles, e são denominados como Cubos de dados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Se não existissem as *data warehouse*, as empresas poderiam estar em situações de risco, uma vez que seus dados não seriam armazenados em local adequado, sem nenhum tipo de cuidado com sua segurança ou garantia de *backup*. Por isso, quando se pensa em *data warehouse*, deve se vir em mente a sua importância e saber que ela é a base de qualquer empresa que utiliza a tecnologia como meio de contato com público. Com essas informações se tem um controle mais apropriado e facilita o acesso a importantes informações. **REFERÊNCIAS:** [1] - MACHADO, Felipe N. R. - **Tecnologia e Projeto de Data Warehouse:** Uma Visão Multidimensional. 4. ed. São Paulo: Érica, 2009.[2] - OLIVEIRA, M.- *Data Warehouse*. Disponível em: http://www.datawarehouse.inf.br/Academicos/A%20PUBLICAR_DA_TA_WAREHOUSE_MARCELL_OLIVEIRA.pdf acesso em: 28/06/14.[3]KIMBALL, R.eROSSM. "The data warehouse toolkit: guia completo para modelagem dimensional." *Rio de Janeiro: Campus* (2002).

Área do Conhecimento (CNPq): 1.03.00.00-7 - Ciência da Computação

BYOD: Um estudo sobre o fenômeno “Traga o seu próprio dispositivo” e sua influência no mercado de mobilidade emergente.

Douglas Souza **FREITAS** (IC – douglasrck@hotmail.com)¹, Watilon Fazolin **SANTANA** (IC)¹, Ezequiel A. Mázala **VEIRA** (IC)¹, Ludmila Helena **GUIMARÃES** (IC)¹, João P. Moreira **GOMES** (IC)¹, Daniel C. **BORGES** (PQ – danielborges@faminas.edu.br)²

1. Curso de Sistemas de Informação; 2.Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

Palavras-chave: BYOD; emergente; segurança.

APRESENTAÇÃO: Com a Tecnologia da Informação (T.I) cada vez mais intrínseca na sociedade e a necessidade constante de sistemas informatizados, esse artigo visa salientar a forma como o BYOD (*Bring your own device*) afeta o mundo dos negócios, mostrando os aspectos relevantes desse fenômeno para a melhor aplicação do mesmo nas empresas, principalmente as de países emergentes. **DESENVOLVIMENTO:** De acordo com a IBM, BYOD é a política de permissão tecnológica para o uso de dispositivos móveis em empresas, com a finalidade de manter os funcionários conectados a dados e ao sistema, sendo que esses aparelhos são os de uso pessoal dos trabalhadores [1]. Partindo dessa premissa, pode-se perceber o nível de Tecnologia da Informação que vem sendo discutido no âmbito empresarial. Tudo isso para manter os negócios cada vez mais informatizados. Com base na pesquisa da Cisco, 89% dos departamentos de Tecnologia da Informação (T.I) permitem BYOD de alguma forma, em escala global [2]. Isso reflete uma posição favorável em relação ao uso das políticas de dispositivos pessoais nas empresas. Seguindo a linha de pesquisa do Instituto Ovum para o Grupo Logicalis, a média de aumento da adoção de BYOD nos mercados emergentes como Rússia, Brasil, Índia e Malásia é superior a 74%, índice que chega a ser mais elevado do que os de países com mercado amadurecido [3]. Esse fato revela-se surpreendente, pois mostra a aceitação em grande escala desse fenômeno nos países em desenvolvimento e a aposta em um futuro sempre evoluído tecnologicamente. Ainda segundo o mesmo estudo da Cisco, o BYOD traz benefícios em produtividade e colaboração, satisfação no trabalho e redução de custos, com aumentos médios de 18%, 16% e 15%, respectivamente. Os benefícios citados devem-se aos fatos dos funcionários terem mais afinidade com seus dispositivos pessoais e de arcarem com os custos totais ou parciais de seus próprios dispositivos, gerando um contentamento por parte do empregador e do funcionário. Em relação à Segurança da Informação, constata-se também que é necessária uma precaução no que se trata de perda de dados. Com o acesso à informação feito através de vários aparelhos, existe o risco de dados serem perdidos ou até mesmo roubados. Em consequência, a segurança é considerada como o principal desafio do BYOD, com uma média de 26% de empresas globais tendo esse quesito como um obstáculo. Já no Brasil, os líderes de Tecnologia de Informação não acreditam que o fator segurança possa comprometer o BYOD, porque apenas 17% afirmam que a segurança é o principal desafio ao aderir às políticas [2].

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O fenômeno BYOD (Traga Seu Próprio Dispositivo) surge como uma tendência no ramo dos negócios, com uma adesão relativamente grande e um impacto significativo principalmente para o mercado emergente, onde se tem os melhores índices de crescimento usando tais políticas. A Segurança da Informação exhibe-se como um degrau a ser alcançado para o bom funcionamento desses ideais, porém os profissionais da área revelam que esse pequeno impasse não invalida os benefícios de BYOD empresarial, que se mostra popular enquanto é adaptado para criar uma base sólida em escala global. **AGRADECIMENTOS:** À Faminas pela realização do trabalho. **REFERÊNCIAS:** [1] IBM. BYOD: *Bring Your Own Device* – Disponível em <<http://www.ibm.com/mobilefirst/us/en/bring-your-own-device/byod.html>> - Acesso: 23/08/2014. [2] IBSG, Cisco. BYOD Horizons Global, 2012. [3] BYOD: *an emerging market trend in more ways than one. Ovum Institute in collaboration with Logicalis Group*, 2012. **Área do Conhecimento (CNPq): 1.03.00.00-7 - Ciência da Computação**

Fábio José Pacheco dos REIS (IC - fabiodagaspar@hotmail.com)¹; Jefinny de Paula Dias SOUZA (IC)¹; Reinaldo MINARINI (IC)¹; Arthur Calzolari de ARAÚJO (IC)¹ e Daniel Clarismundo BORGES (PQ)²

1. Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação; 2. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Avanços, Tecnologia, Sociedade.

INTRODUÇÃO: O visível avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) oferece atualmente recursos que trazem facilidade para todos que utilizam equipamentos computacionais. O modo de vida da chamada sociedade da informação está cada vez mais moldado pela velocidade com a qual as TIC se desenvolvem. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é descrever cenários que ilustram como este avanço tecnológico tem influenciado a sociedade, apresentando alguns problemas relacionados ao tema.

DESENVOLVIMENTO: O avanço tecnológico faz parte da evolução da sociedade, porém esta evolução como qualquer outra possui seus benefícios e malefícios, sendo que uma parte da sociedade não consegue acompanhar o crescimento tecnológico, devido a condições financeiras e oportunidade de estudo. [2] Os avanços tecnológicos neste século XXI, com mais impacto no dia a dia das pessoas, estão relacionados à tecnologia da informação (celulares, computadores ultra rápidos e multimídias); à biotecnologia, sobretudo na área médica (instrumentos/máquinas de diagnósticos e tratamentos sofisticados); e às tecnologias industriais, com grandes mudanças nas relações de trabalho (nos setores de serviço, na indústria e na agricultura). [1] Para alguns estes avanços são muito bem-vindos, pois sem sair de casa pode-se trabalhar, tirar dúvidas de seus funcionários, darem aulas via internet, comprar, vender, pagar contas sem o mínimo de esforço. Os jovens então que o digam, estes usufruem de forma plena das tecnologias presentes. Pesquisas ficam muito mais fascinantes para serem feitas devido ao leque de informações que estão incluídas neste novo meio da comunicação. [3] A Acessibilidade à tecnologia facilitou muito, pois assim as pessoas podem adequar seus horários para que possam realizar outras atividades sem que haja um desgaste de tempo proporcionando uma maior comodidade na utilização do tempo livre. Com isso há um esquecimento nos relacionamentos com familiares, amigos, vizinhos, pessoas que realmente fazem parte do dia a dia, quase sempre se esquecendo de como é bom ter o contato físico de poder dar um abraço, um "bom dia" ou "boa tarde", ou mesmo uma conversa sobre como foi o dia. Os crimes relacionados à tecnologia crescem a cada dia, onde computadores são ranqueados, através de e-mail entre outros, pois todos querem mexer em redes sociais mais uma minoria sabe se proteger no mundo virtual, crianças estão tendo sua infância ameaçada por pedófilos que utilizam deste meio para fazer vítimas. Vários pontos da vida do ser humano estão sendo alteradas devido ao mau uso da tecnologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O avanço da tecnologia não é só importante, mas fundamental na vida da sociedade, pois todos usufruem a cada segundo desta. O avanço tecnológico foi crescendo e se tornou parte da realidade, por isso hoje se vive numa sociedade onde muitas vezes as pessoas preferem ter dentro de casa um computador de ponta e ter uma geladeira das antigas, pois segundo esse pensamento elas estariam inseridas na sociedade. Entretanto muitas pessoas veem o avanço tecnológico como ruim para os relacionamentos familiares, pois desde que a tecnologia ficou mais acessível, as famílias não vêm tendo mais aquele relacionamento diário constante, gerando impacto na saúde da população. Apesar de tudo isso a tecnologia é de vital importância na sociedade de uma forma geral. **REFERÊNCIAS:** [1] RIBEIRO, H. Avanços Tecnológicos. Disponível em: <http://www.unicep.edu.br/enade/atualidades/Avan%C3%A7os%20tecnol%C3%B3gicos_Prof%20Hugo.pdf>. Acesso em: 20/08/14. [2] REIS, D.R.- Gestão da inovação Tecnológica. 2ª ED. – Barueri, SP: 2008, 205 p. [3] MAÑAS, A.V. - Gestão de Tecnologia e Inovação. 3ª ed. - São Paulo, 2001. 172 p.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.07.00.00-9 – Ciências da Informação

José Geraldo da COSTA (IC – jgt.josegeraldo@gmail.com)¹, Alinne Barbosa CHICARELI (IC)¹, Davi Cândido ROCHA (IC)¹, Willian de Jesus BRAGA (IC)¹, Daniel Clarismundo BORGES (PQ – dannybor@gmail.com)², Nilton Freitas JUNIOR (PQ)²

1. Curso de Sistemas de Informação; 2. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

Palavras-chave: Lixo Eletrônico; Logística Reversa; Contaminação.

INTRODUÇÃO: Nas últimas décadas vem acontecendo uma revolução na indústria eletrônica: produtos eletroeletrônicos são fabricados em larga escala e passam por evoluções de forma veloz, e o seu consumo e descarte passaram a ser feitos em períodos mais curtos de tempo pela população. Esse rápido descarte dos produtos eletrônicos se dá pelo barateamento de seus componentes e, conseqüentemente, do produto final comercializado [1]. Com o barateamento dos equipamentos e a evolução tecnológica, os consumidores tendem a substituir o antigo por um mais moderno. Este trabalho tem a finalidade de fazer uma explanação do descarte de equipamentos eletrônicos, mencionando os problemas ocasionados pelo descarte incorreto de tais equipamentos, além de ressaltar ações que visam minimizar os estragos.

DESENVOLVIMENTO: A evolução da tecnologia ocasiona o descarte de equipamentos eletrônicos em um espaço mais curto de tempo, pois o consumidor quer substituí-los por outros mais modernos, o que representa um grande problema, pois eles contêm inúmeros elementos poluentes como cádmio, arsênio, zinco entre outros, que quando descartados em aterros sanitários comuns, contaminam o solo e os lençóis freáticos, podendo chegar ao consumo humano, através de alimentos ou água contaminada, aumentando a incidência de várias doenças e em alguns casos podendo levar a morte [2]. Para minimizar o problema algumas organizações têm desenvolvido projetos, como a CETESB (Companhia Estadual de Tecnologia de Saneamento Básico e de Defesa do Meio Ambiente), que com seu projeto TI-Verde, visa diminuir o impacto ambiental proveniente dos equipamentos eletrônicos com a reciclagem, promover campanhas de educação ambiental e encaminhar seus equipamentos obsoletos para instituições voltadas para a inclusão digital. Com relação à legislação o Brasil ainda está muito atrasado no que se refere ao descarte de equipamentos eletrônicos, no entanto temos a resolução nº 424 de 2010 da CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) que faz referência ao descarte de pilhas e baterias, que devem ser devolvidas ao fabricante, essas ações e esta resolução mostram certa articulação na tentativa de se solucionar o problema do descarte incorreto de equipamentos eletrônicos [3].

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O lixo eletrônico representa um grande problema socioambiental, já existem diversas ações no sentido de minimizar o estrago. A conscientização da população é importante, pois será uma ótima solução exercitar o consumo consciente tendo ações como: verificar se antes de comprar algum equipamento eletrônico realmente é necessário, dar preferência a produtos que os fabricantes se responsabilizam pelo recolhimento e reciclagem, trocar o equipamento somente se for necessário e não apenas por "modismo". Enfim é de suma importância à população se responsabilizar em dar o destino correto aos equipamentos, se eles não puderem ser reutilizados e garantir que a sucata eletrônica seja reciclada adequadamente. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:** [1] GALDINO, Jean Carlos da, QUEIROZ, Maria Jane de. **E-LIXO: O PROBLEMA E A SOLUÇÃO AO CRESCENTE CONSUMO E DESCARTE DE PRODUTOS ELETRÔNICOS.** Disponível em <http://www3.ifrn.edu.br/~jeangaldino/dokuwiki/lib/exe/fetch.php?media=artigo_lixo_eletronico_jean_jane_i_senacem.pdf> Acesso em 10/11/2013. [2] SMAAL, Beatriz. **Lixo eletrônico: o que fazer após o término da vida útil dos seus aparelhos?** Tecmundo, 2009. Disponível em <<http://www.tecmundo.com.br/teclado/2570-lixo-eletronico-o-que-fazer-apos-o-termino-da-vida-util-dos-seus-aparelhos-.htm>>. Acesso em 04/11/2013. [3] PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto Nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-010/2010/Decreto/D7404.htm>. Acesso em 31/10/2013.

Área do Conhecimento (CNPq): 1.03.00.00-7 - Ciência da Computação

José Geraldo da COSTA (IC – jgt.josegeraldo@gmail.com)¹, Maycon Lucas Cordeiro EMILIO (IC)¹, Alinne Barbosa CHICARELI (IC)¹, Débora Cristina De PAIVA (IC)¹, Davi Cândido ROCHA (IC)¹, Daniel Clarismundo BORGES (PQ – dannybor@gmail.com)²

1. Curso de Sistemas de Informação; 2. Professor
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

Palavras-chave: *Big Data*; análise de dados; Aplicações *Big Data*.

INTRODUÇÃO: Todos os dias são gerados um grandioso volume de dados estruturados e não estruturados em troca de mensagens a partir de dispositivos móveis, e-mails, fotos, vídeos, compras pela web, planilhas, textos, vídeos e outros. A tendência é que essa quantidade só aumente, e isto se apresenta como uma grande oportunidade para o mundo corporativo, e como um grande desafio para a indústria da Tecnologia da Informação (TI), que é filtrar e modelar informações úteis para os negócios, e para tal se investe muito no estudo do que se denomina *Big Data*.

DESENVOLVIMENTO: Nos últimos anos, diversos fatores contribuíram para o aumento do volume de dados sendo coletados e armazenados pelo mundo, entre eles: o aumento na capacidade de armazenamento de dispositivos (computadores, redes de sensores, GPS, *smartphones*) bem como o seu barateamento, que contribuíram para sua popularização, o aumento de velocidade de transmissão e abrangência geográfica das redes, além disso, cada vez fica mais fácil a geração e aquisição de dados digitalmente, através de máquinas fotográficas digitais, *smartphones*, GPS, etc. [1]. Como consequência desse aumento no volume de dados surge à necessidade de analisar os mesmos em um tempo cada vez menor: "Uma empresa não quer mais saber daqui a um mês o que aconteceu há 40 dias" diz Patricia Florissi, vice-presidente e diretora de Tecnologia das Américas, Europa, Oriente Médio e África (EMEA) da EMC Corporation (EMC). Com isso, a crescente importância de estudos relacionados ao *Big Data*, que pode ser definido como o processamento (eficiente e escalável) analítico de grandes volumes de dados complexos produzidos por (várias) aplicações [1]. O principal valor do *Big Data* está na possibilidade de localizar, peneirar e analisar informações úteis a partir de diferentes fontes e em tempo real. Diferentemente do *Business Intelligence* (BI), que analisa o passado, o *Big Data* prevê tendências futuras, balizando e agilizando as tomadas de decisão imediatas [2]. Por isso as aplicações do *Big Data* são bastante variadas, como aplicações científicas e de engenharias, redes sociais, redes de sensores, dados médicos e biológicos, transações de comércio eletrônico e financeiro, entre inúmeras outras [1]. Para alcançar esta proposta de análise de dados quase que em tempo real, muitas empresas entre elas: IBM, Teradata, EMC, investem em tecnologias e treinamento de profissionais para atuarem com *Big Data*, inclusive no Brasil, a EMC conta com um laboratório para *Big Data* no Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no Rio de Janeiro e está capacitando profissionais para atuar na área, por meio da Escola de Verão de *Big Data*. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Os estudos referentes ao *Big Data* ainda estão apenas no iniciando, mas desde já devido a sua vasta aplicabilidade mostra-se como um universo de oportunidades tanto para as empresas que disponibilizaram de mais informações de forma mais rápida bem como para empresas de TI que disponibilizaram recursos para tal feito como para ingressantes no mercado de trabalho que pode se especializar na utilização dessas tecnologias. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:** [1] VIEIRA, Marcos Rodrigues et al. **Bancos de Dados NoSQL: Conceitos, Ferramentas, Linguagens e Estudos de Casos no Contexto de Big Data**. 2012. Disponível em: http://data.ime.usp.br/sbbd2012/artigos/pdfs/sbbd_min_01.pdf. Acesso em: 24 ago. 2014. [2] OLIVEIRA, Déborah. **Como Big Data pode tornar empresas brasileiras mais inteligentes:** Indústria movimenta-se para ajudar companhias a trilhar o caminho da inteligência sobre grandes volumes de dados. 2013. Disponível em: <http://computerworld.com.br/tecnologia/2013/03/14/big-data-o-desafio-de-garimpar-informacoes/>. Acesso em: 24 ago. 2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 1.03.00.00-7 - Ciência da Computação

José Geraldo da COSTA (IC – jgt.josegeraldo@gmail.com)¹, Willian de Jesus BRAGA (IC)¹, Davi Cândido ROCHA (IC)¹, Victor Arruda Gonçalves RODRIGUES (IC)¹, Lucas Dionísio ROCHA (IC)¹, Nilton Freitas JUNIOR (PQ – niltonjunior@faminas.edu.br)²

1. Curso de Sistemas de Informação; 2. Professor
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

Palavras-chave: CIASDEM; Inclusão Social, Desenvolvimento de Sistemas.

INTRODUÇÃO: Segundo o Decreto nº 7.617, de 17 de novembro de 2011, pessoas com deficiência são "aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem uma obstrução sua participação na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas" [1]. Para promover a inclusão de tais pessoas na sociedade, diversas instituições lutam para criação de políticas públicas em defesa dos direitos das pessoas com deficiência. O Centro de Integração social de Muriaé (CIASDEM), e uma dessas instituições [2]. Ela possui um cadastro de pessoas com deficiência de Muriaé e região com o objeto de manter contato com as mesmas para informá-las sobre eventos da instituição e/ou direcioná-los ao mercado de trabalho. Este trabalho apresenta a construção do sistema desenvolvido para o CIASDEM para informatizar este cadastro, como projeto de extensão realizada por acadêmicos do curso de Sistemas de Informação da Faminas.

DESENVOLVIMENTO: Em Agosto de 2013 foi solicitado à FAMINAS, pelo presidente da CIASDEM, Sr. Maicon Bruno Oliveira, a informatização do cadastro de pessoas deficientes mantido pela instituição, até então feito manualmente em formulários impressos. Após o estabelecimento do projeto de extensão, foi feito um levantamento de requisitos para o sistema e iniciou-se seu desenvolvimento [3] pela equipe de acadêmicos envolvida no projeto. O sistema desenvolvido permite o cadastro de pessoas com deficiência baseado nas fichas que já eram utilizadas anteriormente. Dentre as novas funcionalidades oferecidas pelo sistema destaca-se a emissão de etiquetas com nome e endereço das pessoas cadastradas para envio de correspondências e a emissão de carteirinhas, que são utilizadas para identificar os deficientes e suas deficiências perante as autoridades e, assim, garantir que seus direitos sejam respeitados. Esta última se tornou, inclusive, uma das principais utilizações do sistema, que foi concluído em dezembro de 2013 e disponibilizado em uma hospedagem gratuita, sob o domínio <http://www.ciasdem.esy.es>, também gratuito, uma vez que a instituição não tem fins lucrativos, assim o sistema não apresentou nenhum custo para a instituição. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Após quatro meses de análise e desenvolvimento, a equipe de acadêmicos concluiu o projeto com sucesso. Este fato demonstra a aplicação prática e profissional de conceitos estudados como conteúdo curricular, além de destacar o valor de ação social que o profissional egresso do curso de Sistemas de Informação é capaz de desenvolver. Para trabalhos futuros, sugere-se que novas equipes de acadêmicos possam oferecer mais funcionalidades ao sistema desenvolvido. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. Decreto nº 7.617, de 17 de novembro de 2011. Altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Decreto no 6.214, de 26 de setembro de 2007. Brasília: DOU, 17 de novembro de 2011. Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7617.htm. Acesso em 17/08/2014. [2] CIASDEM – Centro de Integração e Assistência Social ao Deficiente de Muriaé. Disponível em <http://www.ciasdem.org/>. Acesso em 17/08/2014. [3] XEXEO, G. Modelagem de Sistemas de Informação: Da análise de requisitos ao modelo de interface. Documento licenciado sob a Creative Commons Atribuição - Uso Não-Comercial - Não a obras derivadas 2.0 Brasil, 2007.

Área do Conhecimento (CNPq): 1.03.00.00-7 - Ciência da Computação

José Mauro da COSTA (IC - carajosemauro@gmail.com)¹, Douglas Souza FREITAS (IC)¹, Ezequiel A. Mázala VIEIRA (IC)¹, Nilton Freitas JUNIOR² (PQ - niltonjunior@faminas.edu.br), Daniel Clarismundo BORGES² (PQ - danielborges@faminas.edu.br).

1. Curso de Sistemas de Informação; 2. Professor
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

Palavras-chave: Plágio; internet; tecnologia da informação.

APRESENTAÇÃO: No atual estágio da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), transmissão e reprodução de conteúdos digitais diversos e inegavelmente simples de se executar. Contudo, essa facilidade de clonagem e distribuição de conteúdo pode gerar disputas judiciais devido à violação de direitos autorais [1]. Pensando nisto, diversas organizações utilizam sistemas para identificar possíveis plágios. Este trabalho tem como objetivo apresentar o sistema anti-plágio *Content ID* utilizado para proteger os direitos sobre a propriedade intelectual em vídeos enviados ao *Youtube* [3]. **DESENVOLVIMENTO:** O *Youtube* é um dos sites de compartilhamento de vídeo mais populares, com isto o site costuma receber conteúdo de toda espécie e origem, desde usuários comuns até grandes empresas que o utilizam como forma de propaganda, inclusive visando lucros. O *Content ID* é um sistema sofisticado que proprietários de direitos autorais utilizam para gerenciar seus conteúdos no *Youtube* [2]. O *Content ID* detecta conteúdo de terceiros, bloqueia automaticamente o vídeo e envia ao usuário que fez o envio uma notificação com a opção de disputa ou de reconhecimento do uso de conteúdo de terceiros. Caso o usuário reconheça o uso, o *Content ID* aplica as reivindicações estabelecidas no cadastro do autor do conteúdo, ou seja, o vídeo poderá ter o áudio desativado, ser bloqueado ou ser monetizado (gerar receita). Caso o usuário resolva disputar a reivindicação apresentando um motivo válido, seu vídeo será liberado, mas se o usuário estiver errado, o reivindicador poderá solicitar a remoção do vídeo e a conta do usuário receberá um aviso de direitos autorais, também chamado de *Strike* [3], deixando a conta em situação irregular, fazendo com que seu dono perca diversas funções como monetizar, miniaturas personalizadas, eventos ao vivo e outros, se uma conta receber três *Strikes*, o cadastro do usuário é cancelado. Contudo, percebe-se que alguns usuários utilizam de certos artifícios para burlar o sistema. Estes, entretanto, se descobertos pelo recurso de denúncia manual, são severamente punidos. Por isso o *Content ID* evolui progressivamente no decorrer do tempo [4], protegendo cada vez melhor os trabalhos de artistas, empresas, instituições e usuários que se tornaram autores originais de algum tipo de conteúdo disponibilizado na plataforma do *Youtube*. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Este trabalho apresentou o sistema anti-plágio *Content ID*, utilizado para detectar violações de direitos autorais em vídeos publicados no *Youtube*. Conhecer este tipo de sistema é fundamental para profissionais envolvidos em TIC, além de ser importante também como conhecimento acadêmico, pois este está diretamente ligado ao princípio do combate ao plágio de propriedade intelectual. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL, LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm>. Acesso: 12/08/2014. [2] **Central de Ajuda do YouTube** - Disponível em <<https://support.google.com/youtube/>> - Acesso: 07/08/2014. [3] **Direitos autorais no YouTube** - Disponível em <<http://www.youtube.com/yt/copyright/pt-BR>> - Acesso: 06/08/2014. [4] SILVA, P. D. da. - **As remisturas satíricas no YouTube: criatividade e subversão nas lutas de poder simbólico e cultural** - Disponível em <<http://www.ec.ubi.pt/ec/15/pdf/EC15-2014Jun-04.pdf>> - Acesso: 11/08/14.

Área do Conhecimento (CNPq): 1.03.00.00-7 - Ciência da Computação

Luis Eduardo Bousada CALAIS (IC - ecalais@gmail.com)¹; Felipe Rocha do AMARAL, Leandro Dias da SILVA, Wesley Patrick do Amaral OLIVEIRA, Igor Jose de Oliveira GALO, Daniel Clarismundo BORGES (PQ - danielborges@faminas.edu.br)²

1. Curso de Sistemas de Informação; 2. Professor
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Rede Social; relacionamento; Mercado de trabalho

APRESENTAÇÃO: Seu sorriso é seu maior cartão de visita como já dizia o ditado. Porém nos tempos de hoje, com a grande concorrência no mercado de trabalho e os inúmeros pólos formadores de mão de obra, a busca incessante por profissionais cada vez mais dinâmicos e qualificados levou as empresas a procurarem tais profissionais nas mais diversas plataformas. Bancos de Currículos online como Catho®, Manager® e InfoJob®, além de Facebook, Twitter e várias outras plataformas, são alguns exemplos, mas nenhuma Rede é tão *expert* em profissionais como o LinkedIn. Esse trabalho visa demonstrar que um perfil bem feito, bem atualizado e bem relacionado leva ao usuário um auto *marketing* pessoal poderoso para o profissional que se insere nessa rede corporativa/social. **DESENVOLVIMENTO:** LinkedIn é a maior rede corporativa/social na *Internet* voltada para o mercado de profissionais de todas as áreas. O usuário pode divulgar seu currículo, sua carreira e todo seu portfólio de trabalho. Conta hoje com mais de 300 milhões de usuários no mundo inteiro e é uma rede criada com a intenção de estreitar os laços dos profissionais com o mercado de trabalho em todo seu âmbito. [1] O LinkedIn é um Curriculum-Vitae vivo, e deve-se listar todas suas habilidades na página e sempre descrever de uma forma clara e objetiva para que os mecanismos de buscas da rede social os encontre mais facilmente. [2] Seguir as páginas das empresas e corporações para interagir e conhecer sua cultura, além de poder receber informações sobre as vagas ofertadas por ela, são boas ações a serem executadas. O uso de uma foto informal é totalmente errado, procure utilizar uma foto com certa formalidade, utilize sua rede de amigos para angariar recomendações pessoais e profissionais sobre você, atualize constantemente seu perfil com as novas habilidades adquiridas, cursos, palestras e treinamentos que realizar. Seja ativamente participativo em grupos de discussões e em páginas de empresas que se deseja trabalhar, alerte seus contatos periodicamente que você está a procura de trabalho, diga a eles o que você procura e almeja. Além disso, pesquisas recentes mostraram que 93% dos recrutadores buscam candidatos no LinkedIn, e além disso, entre os mais de mil profissionais entrevistados pela pesquisa, 73% afirmaram ter encontrado e contratado alguém através das redes sociais, do montante, 89% encontraram seu funcionário ideal no LinkedIn, 26% pelo Facebook e apenas 15% através do Twitter. [3] **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Ao criar um perfil corporativo o profissional irá poder demonstrar virtualmente suas habilidades profissionais e pessoais. A elaboração de um perfil bem feito dará visibilidade e ajudará na inserção no mercado profissional. Hoje o mercado necessita cada vez mais de profissionais qualificados e encontra em redes sociais, como o LinkedIn, um aporte para suas tomadas de decisões. **REFERÊNCIAS:** [1] **Baixe o LinkedIn**. Disponível em <<http://www.techtudo.com.br/tudo-sobre/s/linkedin.html>> Acesso em: 13/08/2014 [2] **LinkedInBrasil**. Disponível em <<https://br.linkedin.com/>> Acesso em: 13/08/2014. [3] **Pesquisa mostra que 93% dos recrutadores buscam candidatos no LinkedIn** Disponível em: <<http://corporate.canaltech.com.br/noticia/redes-sociais/Pesquisa-mostra-que-93-dos-recrutadores-buscam-candidatos-no-LinkedIn/>>. Acesso em: 13/08/2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 1.03.00.00-7 - Ciência da Computação

Luis Eduardo Bousada **CALAIS**(IC – ecalais@gmail.com)¹; Igor José de Oliveira **GALO**, Alcides Tadeu de Oliveira Junior, Felipe Rocha do **AMARAL**, Leandro Dias da **SILVA**, Daniel Clarismundo **BORGES** (PQ – danielborges@faminas.edu.br)²

1. Curso de Sistemas de Informação; 2. Professor
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Cliente; Relacionamento; CRM

APRESENTAÇÃO: Percebe-se nos dias de hoje um maior interesse em estudar, analisar e discutir o relacionamento. Não mais uma questão de opção, passou a ser uma regra de negócio e de sobrevivência no mercado corporativo aliar-se das diversas ferramentas existentes, prover a capacidade de uma interação jamais vista entre os setores da empresa e o cliente. Entender os anseios, superar as expectativas e criar campanhas cada vez mais focadas e direcionadas é o que o CRM (*Customer Relationship Management*) procura. Este trabalho visa demonstrar de forma sucinta e direta como o CRM é um aliado e gerador de resultados para as empresas e demonstrar quão importante são os investimentos e capacitação das pessoas para se obter o máximo desse conjunto de processos e tecnologias. **DESENVOLVIMENTO:** Segundo Jorge Coutinho, fundador da Onyx Software, "*Customer Relationship Management* (CRM) é um conjunto de processos e tecnologias que geram relacionamentos com clientes efetivos e potenciais e com parceiros de negócios através do marketing, das vendas e dos serviços, independentemente do canal de comunicação". [1] O CRM antes de estreitar o relacionamento com o cliente, integra e abrange três áreas no *backend* da empresa: gestão comercial, gestão do *marketing* e gestão de produtos que devem se alinhar e caminhar juntas para se obter o máximo da ferramenta. Conhecer o cliente um-a-um e estreitar os laços entre as partes é um grande avanço, principalmente nos dias de hoje, que temos capacidades e diversas formas de guardar toda a informação gerada acerca das preferências de cada cliente, e ao se analisar o Um-a-Um o *marketing* tem grande poder na tomada de decisões dessas pessoas, aumentando assim a constância em que a venda ocorre e buscando o elevar ticket-médio daquele cliente.[2] As informações obtidas através do CRM podem levar a empresa a inserir novos produtos em seu *mix*, atualizar e/ou aperfeiçoar os já existentes, administrar o pós venda, direcionar campanhas publicitárias, dentre tantas outras estratégias para atingir as expectativas dos clientes conforme suas necessidades. O desafio do CRM é enxergar como é a diferença entre cada cliente, quais as particularidades de cada um, saber se você está tratando com o cliente ou com um *shopper*(*shopper* é aquele que compra para outra pessoa, Ex: A mãe comprando fralda para os filhos ela é a *shopper* e o consumidor são os filhos).Uma pesquisa americana do Insight Technologies Group, indica que 42% das empresas que investiram em CRM aumentaram a receita e reduziram em 35% os custos das vendas e cerca de 80% dos clientes que abandonam um fornecedor não estão insatisfeitos com produtos e serviços, tampouco foram maltratados. O motivo que os levou a trocar de parceiro foi a indiferença.[3] **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Com o mercado cada vez mais competitivo e a chegada de diversos produtos ao mercado, aquele que se alinha e passa a deter o relacionamento cliente/empresa em seus sistemas de informação, se provará de competitividade e poder de mercado bem superior para aqueles que não evoluíram e não tiveram os hábitos de consumo de seu cliente armazenados em uma plataforma de CRM. Cada cliente é diferente e essa diferença é que ditará se ele retornará a comprar no local onde foi melhor tratado. **REFERÊNCIAS:[1]** CARDOSO, R. G. da R, **CRM**, Disponível em:<<http://www.portaleducacao.com.br/marketing/artigos/57369/crm/>>, acesso em: 13/08/2014. [2] ANDERLE, D. F.; SCANDELARI, L.; KOVALESKI, J. L. **A visão dos supermercadistas em relação ao Customer Relationship Management(CRM): um estudo de caso**. Disponível em:<<http://www.danielfernandoanderle.com.br/artigos/enegep2005.pdf>>. Acesso em: 13/08/2014. [3] PEPPERS, D.; ROGERS, M. **Managing Customer Relationships: A Strategic Framework**, USA: Wiley, 2004. **Área do Conhecimento (CNPq): 1.03.00.00-7 - Ciência da Computação**

Luis Eduardo Bouzada **CALAES**(IC – ecalais@gmail.com)¹; Felipe Rocha do **AMARAL**, Alcides Tadeu de Oliveira **JUNIOR**, Leandro Dias da **SILVA**, Wesley Patrick do Amaral **OLIVEIRA**, Nilton Freitas **JUNIOR**(PQ – niltonjunior@faminas.edu.br)²

1. Curso de Sistemas de Informação; 2. Professor
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave:Business Intelligence; Data Warehouse; Gestão

APRESENTAÇÃO: Com o advento da globalização e a evolução de tudo que diz respeito a tecnologia da informação, quem melhor se posiciona no mercado é aquele que além de deter os dados sabe trabalhá-lo para que o entendimento seja rápido, direto e seguro. No cotidiano empresarial enxurradas de informações são imputadas e geradas a todo o momento, e esses dados brutos conhecidos como *RAW DATA* são armazenados nos diversos tipos de bancos de dados existentes, gerando assim um enorme fluxo de dados que precisam ser aprimorados para que se transforme em informação concreta e decisiva. Esse artigo analisa o *Bi* como peça fundamental no cenário corporativo atual, dando as empresas capacidade de entender tudo aquilo que os sistemas de informação dispõem. **DESENVOLVIMENTO:** Com o passar dos anos a maturidade atingida para transformação de dados brutos em informação sucinta leva as empresas a investirem cada vez mais em ferramentas de *Bi* sigla essa que significa *Business Intelligence*® que traduzida nada mais é que a inteligência dos negócios, é um termo do Gartner Group, o conceito surgiu na década de 80 e faz referencia ao processo inteligente de coleta, organização, análise, compartilhamento e monitoração de dados contidos normalmente em um *Data Warehouse/Data Mart* [1]. Com o avanço da tecnologia e a redução dos custos da criação de repositórios específicos de dados, como um *Data Warehouse* (armazém de dados o *Data Warehouse* mais usado como exemplo em diversas palestras é o *data Warehouse* do *WalMart* que é capaz de processar 1 milhão de transações de clientes por hora e armazenar 2,5 *Petabytes* de dados[2]) ou *Data Mart* (é o conjunto de dados de um *Data Warehouse*) aliados ao avanço das ferramentas de OLAP - *On-line Analytical Processing* ou processamento analítico online, se refere a uma variedade de atividades normalmente executadas por usuários finais que oferecem um conceito multidimensional dos dados), a maturidade do ETL (*Extract Transform Load* traduzindo Extração, Transformação e Carga)[3]. O *Bi* hoje é uma ferramenta de estratégia que respalda e auxilia diversos setores dentro de uma empresa a respeito de planos, metas e tomadas de decisões, porem essa informação precisa ser passada de uma forma clara, O *Bi* leva em forma de *Dashboards* (*Painel de bordo*), Tabelas e Gráficos mostrando as informações de uma forma muito clara, sua visualização é através da WEB ou plataformas convergidas para aparelhos de celulares, computadores e *tablets*. Um relatório da empresa de consultoria Applied Scientific Methods apontou que 64% das empresas americanas entrevistadas utilizam soluções de Business Intelligence e, nesse universo, as funções mais utilizadas são *query reporting*, presentes em 84%. Outras funções com alto nível de utilização são *data warehouse*, presente em 74%, e *dashboarding*, em 73%[4]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A informação é a base do conhecimento e seu entendimento aliado a plataformas tecnológicas expõem o dados de uma forma mais didática além de auxiliar o gestor a tomar as decisões mais corretas respaldadas em informações compiladas e ágeis, não é o tamanho da empresa que dita a regra sobre se adotar uma plataforma como essa, mais sim o planejamento estratégico procurando sempre a maximização dos resultados e fazendo que as ações sejam sempre seguras e mensuráveis. **REFERÊNCIAS:** [1] PRIMAK, Fabio Vinicius da Silva, **Decisões com BI (Business Intelligence)**, Editora Ciência Moderna, 2008, pág 1. [2] BARBIERE, Elsevier, **BI2: Business Intelligence**, 2011, pág. 310. [3] TURBAN, Efraim, SHARDA, Ramesh, ARONSON, Jay E, KING, David **Business Intelligence: Um enfoque gerencial para a inteligência do**, EDITORA ARTMED. [4] **Business Intelligence lidera preferência de pequenas empresas no Brasil**. Disponível em <<http://tecnicom.com.br/new/category/vistra/>> Acesso em 14/08/2014 **Área do Conhecimento (CNPq): 1.03.00.00-7 - Ciência da Computação**

IMPLICAÇÕES DA INTERNET DAS COISAS NO COTIDIANO DA SOCIEDADE

Luis Eduardo Bouzada CALAES(IC – ecalais@gmail.com)¹; Wesley Patrick do Amaral OLIVEIRA, Alcides Tadeu de Oliveira JUNIOR, Leandro Dias da SILVA, Igor Jose de Oliveira GALO, Nilton Freitas JUNIOR(PQ – niltonjunior@faminas.edu.br)²

1. Curso de Sistemas de Informação; 2. Professor
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Internet; Redes; Cloud

Apresentação: Hoje se vive é um mundo cada vez mais conectado e em detrimento disso um novo nicho tecnológico avança em uma velocidade incrível, a Internet das Coisas promete concentrar toda e qualquer informação sobre você e seu ambiente e dar a possibilidade para que esses dados sejam guardados e analisados para a procura do bem estar e do melhor aproveitamento dessa informação para solução e prevenção de problemas ligados diretamente a você. Este artigo visa demonstrar o mercado e expor novas tecnologias e produtos que vem sendo criados com base na interconexão de diversos objetos pessoais e de uso corriqueiro no dia a dia da população. **Desenvolvimento:** Quando surgiu, na década de 1980, a internet era capaz de conectar pessoas a outras pessoas por meio de uma rede global de computadores interligados. A popularização do e-mail é o maior expoente dessa primeira fase. A segunda onda de desenvolvimento da internet, que se caracteriza pelo nascimento da web, nos anos 1990, trouxe a comunicação entre pessoas e processos que ocorriam em servidores[1], porem em 1999 uma nova onda que é considerada como a maior de todas começou a ser explorado pela indústria de tecnologia e por *startups*, com chips cada vez menores, mais barato e mais acessíveis, os GPS, os sensores de analise que em grande parte já estão presente nos *Smartphones* e com a grande popularização das conexões de rede sem fio o proposito da Internet das coisas começou a tomar forma e se estruturar para esse novo grande avanço que seria conectar objetos jamais pensados. Essa nova grande onda além de conectar tudo que se imagina tem a capacidade de integrar o ser humano com o ambiente e tudo aquilo que ele se relaciona no decorrer de suas atividades diárias, atividade física, e até como esta sendo o descanso ao dormir. A empresa americana Cisco estima que no Brasil existam 2,7 dispositivos conectados para cada habitante e o número deverá aumentar para 3,1 até 2018.[2] um exemplo vem do Israelense Ife Ofner, 45 anos que a partir do problema para controlar a ingestão diária de alimentos de um filho com dificuldade de crescimento, ele criou um conjunto de sensores para mamadeiras que se conecta a rede wi-fi de sua residência e manda para a sua plataforma de *Cloud Computing* (é um termo para descrever um ambiente de computação baseado em uma imensa rede de servidores, sejam virtuais ou físicos, em suma é o um conjunto de recursos como capacidade de armazenamento, conectividade, plataformas, aplicações e serviços disponibilizados na internet), [3] todas as informações que teriam antes que ser anotadas em papel e enviadas para o médico da família para fazer tal analise que hoje é feita por um *APP* que envia os relatórios para as indicações e prescrições do médico de sua família. **Considerações Finais:** A busca incessante pela informação e o aproveitamento da mesma de forma eficaz e inteligente, faz com que a sociedade se readapte em relação aos avanços, procurando a integração que a tecnologia proporciona com os anseios de bem estar, convívio e relacionamento de nós para com o mundo de bits e chips, o exponencial crescimento da Internet das Coisas automatizara processos, facilitara sua rotina, deixara nossas casas, nossos carros e tudo que nos cerca amplamente personalizados, integrados e inteligentes. **Referências:**[1] *Internet das Coisas esta cada vez mais próxima da realidade*. Disponível em <<http://tecnologia.ig.com.br/especial/2014-04-15/internet-das-coisas-esta-cada-vez-mais-proxima-da-realidade.html>> Acesso em 13/08/2014. [2] *Revista Info Exame, Ele precisa estar conectado*, ed 344, agosto de 2014, Editora Abril. [3] TAURION, Cezar, *CloudComputing, Computação em nuvem, transformando o mundo da tecnologia da informação*, Editora Brasport, 2009, pag 2.

Área do Conhecimento (CNPq): 1.03.00.00-7 - Ciência da Computação

A ESCOLHA DE UM ERP BASEADO NA ANÁLISE DA ADERÊNCIA DO SOFTWARE APOIADO NA MODELAGEM DE PROCESSOS.

Luis Eduardo Bouzada CALAES(IC – ecalais@gmail.com)¹; Wesley Patrick do Amaral OLIVEIRA, Alcides Tadeu de Oliveira JUNIOR, Igor Jose de Oliveira GALO, Leandro Dias da SILVA, Nilton de Freitas JUNIOR(PQ – niltonjunior@faminas.edu.br)²

1. Curso de Sistemas de Informação; 2. Professor
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: ERP; BPM; Gestão

Apresentação: O domínio da informação tornou-se não mais um diferencial para as empresas, mais sim uma necessidade de qualquer plano de negócios bem definido e estruturado, e a necessidade de implantação de um ERP se faz necessário na grande maioria dos casos, porem a escolha, a implantação e a vida útil do software geram entre os gestores uma grande reflexão sobre qual seria o momento certo e estratégico para se adotar ou migrar para um novo sistema ERP. Esse artigo apresenta um estudo de caso de um projeto estruturado de aderência de software para a migração de um novo ERP *Enterprise Resource Planning* traduzindo Sistema Integrado de Gestão, que integre uma Rede de Supermercados, que conta com uma Central de negócios e 16 lojas associadas em 14 cidades. **DESENVOLVIMENTO:** O projeto de aderência baseado em processos, irá definir quão aderentes as funcionalidades do sistema são em relação aos processos mapeados nas lojas.[1] O mapeamento dos principais processos da empresa vão trazer dois benefícios principais: o primeiro, auxiliar a identificar falhas no processo e permitir que estas sejam corrigidas e o segundo, ter um mapa que oriente a aderência do sistema escolhido aos processos que foram mapeados[2]. A analise de todo cenário corporativo e o mapeamento de todos processos dos negócios foi baseado na construção dos fluxogramas em uma plataforma de BPM (*Business Process Management*) é um conjunto de elementos, conceitos e metodologias que existem com a finalidade de tratar de forma holística processos de negocio, gerando assim um extenso e vasto dicionário de requisitos da organização que veio a ser um meio para compreensão da dinâmica de tudo que o projeto envolve além de uma formalização direta e assertiva entre cliente/*stakeholders* e todas as partes envolvidas.[3] O escopo da aderência foi dividido em (5) partes, 1 - Busca por informação dos ERPs que atendem o ramo, 2 - elaboração da tabela de pesos para os processos empresariais e construção da tabela de grau de aderência baseado nos requisitos levantados na modelagem dos processos, 3 – Elaboração da *Request for Proposal* que é o convite para um grupo de fornecedores para apresentar seu produto, 4 – Elaboração de um POC (Prova de Conceito) também baseada no que foi levantado no mapeamento dos processos estipulando a seguinte pontuação por questão (3) Atende, (2) Atende em Parte, (1) Customiza, (0) Não atende, e por fim 5 – Consolidação e compilação de todos os dados de todas as POCs aliando analise de custos de tecnologia necessárias para a adoção, chegando assim a uma empresa que alcançou o maior grau de aderência aos requisitos previamente estabelecidos. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A busca e escolha correta por um ERP que automatize processos, gere resultados e tenha um custo beneficio adequado ao padrão de mercado é com certeza o maior desafio de qualquer gestor, porem tal trabalho é tem um grau de dificuldade elevado, porem quando o projeto é feito com bases sólidas, todos processos mapeados, com grau de entendimento elevado entre as partes, o projeto se torna um diferencial em relação ao voraz mercado que vivemos nos dias atuais, contemplando a empresa com um excelente sistema que supra suas necessidades fiscais, gerenciais, comerciais e operacionais além de toda a integração e padronização dos dados e das melhores praticas em processos aplicadas no ramo. **BIBLIOGRAFIA:** [1] *Como escolher o ERP certo para a sua empresa?*. Disponível em <<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/como-escolher-erp-certo-para-a-sua-empresa/27748/>> Acesso em 13/08/2014. [2] MONTAGNER, Carlos Alberto. *Elaboração e análise de projetos*, 2012, PAG 152, IESDE BRASIL.[3] CRUZ, Tadeu, *BPM & BPMS - Business Process Management & Business Process Management Systems*, 2008, PAG 66 BRASPORT

Área do Conhecimento (CNPq): 1.03.00.00-7 - Ciência da Computação

Paulo Gilberto dos Santos JUNIOR (IC – paulo_guarulhos@yahoo.com.br)¹, Davi Cândido ROCHA (IC)¹, Lucas Dionísio ROCHA (IC)¹, Nilo Sergio de OLIVEIRA (IC)¹, Maurício de Lima SANTOS (IC)¹ e Daniel Clarismundo BORGES (PQ)²

1. Curso de Sistemas de Informação; 2. Professor
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Meio ambiente, *Drone*, Perícia ambiental.

APRESENTAÇÃO: O avanço tecnológico tende a proporcionar maiores facilidades para o cotidiano. Dentre elas, os *Drones*, que são pequenos aeromodelos, geralmente contendo entre 3 a 8 hélices. Existem inclusive modelos em forma de planadores, onde utilizam apenas uma hélice traseira para impulso. Os *Drones* estão cada vez mais populares, podendo ser utilizados como brinquedos para o lazer ou até tarefas militares. Através de câmeras instaladas nos aeromodelos, é possível obter imagens de objetos distantes e em locais de difícil acesso. Esse trabalho tem o objetivo de desenvolver um quadricóptero, com a finalidade de ser utilizado em perícias ambientais, onde pesquisadores podem utiliza-los em vistorias de grandes áreas florestais, percursos de rios, mar, morros, dentre outras utilidades. **DESENVOLVIMENTO:** Como o próprio nome já diz, um quadricóptero possui 4 hélices, em posições distintas e direções de rotação específica. No mercado existem *Frames*, que é a base de um Drone. Ele é em forma de "X", e em cada ponta está localizado um motor do tipo *Brushless* de 1000kv, com uma hélice fixada no eixo de giro do motor, e em cada um existe um *ESC (Electronic Speed Control – Controle de Velocidade Eletrônico)* *Hobbyking*, de 25 a 30 amper ligado diretamente. Os *Esc* são responsáveis por controlarem a energia elétrica que passam para o motor, controlando assim a velocidade do giro. No centro do *Frame*, se encontra a placa *Multiwii Crius SE 1.0*. Ela controla o Drone, possuindo sensor giroscópio, barômetro e magnetômetro, todos eles são utilizados para não deixar o aeromodelo cair, responsável por manter o voo equilibrado. Através de uma câmera fixada no protótipo, é possível visualizar imagens aéreas com muita facilidade e praticidade. Com o rádio citado é possível sobrevoar até 2 Km com segurança, dependendo da região é possível ir mais um pouco. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O *Drone* mostrou ótimo desempenho para realizar imagens aéreas, porém ainda precisa ser melhorado ainda mais para uso profissional. Melhorias futuras envolvem GPS, para navegação automática, inclusive em caso de perda de sinal com o rádio transmissor. Também poderá resolver problemas como localização do quadricóptero em caso de queda. Com a utilização de uma câmera GoPro já se consegue fotografar em alta definição determinadas áreas. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Tutorial 1 materiais para montagem de quadricópteros, tricóptero. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=acgR_eNiYFQ>. Acesso em: 09/05/14. [2] *Perícia usa quadricóptero e quer fazer de "brinquedo" instrumento de trabalho*. Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/pericia-usa-quadricoptero-e-quer-fazer-de-brinquedo-instrumento-de-trabalho>>. Acesso em: 10/05/14. [3] SILVA FILHO, G. L. F. **QUADRICÓPTERO**. Universidade Tecnológica Federal Do Paraná, 2011.

Área do Conhecimento (CNPq): 1.03.00.00-7 - Ciência da Computação

Nilo Sergio de OLIVEIRA (IC - nilocontato@gmail.com)¹, Alcides Tadeu de Oliveira JUNIOR (IC)¹, Isaias Zeferino de FARIA (IC)¹, Jessé do Nascimento FARIA (IC)¹, Daniel Clarismundo BORGES (PQ – danielborges@faminas.edu.br)²

1. Curso de Sistema de Informação; 2. Professor
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: *Business Intelligence*, Objetivos Estratégicos, Tomada de Decisão.

APRESENTAÇÃO: Desde que as empresas introduziram a Tecnologia da Informação (TI) em seus processos, começaram a produzir grandes volumes de dados, que mostram aumento constante desde então, pois são gerados a partir das constantes transações exigidas pelos próprios negócios. Além disso, as empresas precisam cada vez mais transformar dados em informações relevantes, para que as decisões tomadas sejam assertivas com a melhoria contínua do empreendimento. Para garantir a velocidade e precisão exigida pelo mercado, surge na década de 80 o conceito de *Business Intelligence* (BI) [1], que reúne diversas estratégias para que dados históricos sejam transformados em informações úteis para a empresa. O objetivo principal deste trabalho é descrever os conceitos básicos de BI, apresentando conteúdos relacionados a técnicas e recursos que envolvem o tema. **DESENVOLVIMENTO:** A ideia de conseguir bons resultado através do cruzamento de informações já era utilizada a milhares de anos pelos povos que empregavam essa técnica, para descobrir períodos de chuvas e saberem a melhor época para o plantio, além de identificar comportamentos dos mares para uma pesca abundante. Tecnologicamente, esse conceito de cruzar informações, cresce à medida que as empresas entendem que os cenários econômicos mudam rapidamente e elas precisam fazer projeções com os dados armazenados. [2] Uma das ferramentas que pode ser considerada mais importante em projetos BI é o *Data Warehouse* (Armazenamento de Dados), porque é um sistema que armazena organizadamente os dados de diversas fontes, para que estes sejam facilmente analisados a partir de uma visão centralizada. Para tratar essas informações, o *Data Mining* (Mineração de Dados) tem um bom resultado na procura por padrões em grande quantidade de dados, consolidando esse paradigma através de estatísticas. Funcionando em conjunto com *Data Warehouse*, o OLAP (*On-line Analytical Processing – Processamento Analítico Online*) é uma interface com grande capacidade de trabalhar com os dados armazenados, recuperando as informações para apresentá-las ao usuário. Uma suite de aplicativos pode utilizar técnicas computacionais que auxiliem os gestores na escolha do caminho mais adequado para tomadas de decisão. Algumas empresas fornecem esse conjunto de *softwares*, como o Pentaho que é referência em muitos países, por desenvolver ferramentas baseadas em *software* livre, com uma versão sem custos para licenciamento, e outra, que inclui suporte do fabricante, mas é fornecida comercialmente. [3] O SpagoBI, que é considerado 100% livre, é uma solução de BI que cresceu nos últimos anos, mesmo sendo pouco conhecida no Brasil. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Com o constante avanço das tecnologias da informação e comunicação, o conceito de BI torna-se mais próximo dos sistemas de informação, fazendo com que sua presença dentro das empresas, represente cada vez mais um diferencial competitivo. O conhecimento conceitual de BI também justifica-se como importante diferencial profissional e acadêmico. **BIBLIOGRAFIA:** [1] - PRIMAK, F. V. - *Decisões com B. I. (Business Intelligence)*. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2008. [2] - RODRIGUES, A. - *Data Warehouse, Business Intelligence e Data Mining: qual a diferença?* Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/tecnologia/data-warehouse-businessintelligence-e-data-mining-qual-a-diferenca/70465/>> Acesso em 28/08/14. [3] - ROSA, M. V. da – *Business Intelligence: mina de ouro chamada Inteligência nos Negócios* – Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/administracao/artigos/23898/business-intelligence-mina-de-ouro-chamada-inteligencia-nos-negocios>> Acesso em: 28/08/14.

Área do Conhecimento (CNPq): 1.03.00.00-7 - Ciência da Computação.

Nilo Sergio de OLIVEIRA (IC - nilocontato@gmail.com)¹, Alcides Tadeu de Oliveira JUNIOR (IC)¹, Isaias Zeferino de FARIA (IC)¹, Jessé do Nascimento FARIA (IC)¹, Daniel Clarismundo BORGES (PQ – danielborges@faminas.edu.br)²

1. Curso de Sistema de Informação; 2. Professor
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Segurança, Redes Wireless, Privacidade.

APRESENTAÇÃO: Com crescente evolução tecnológica nos dias atuais muitas usuários estão se conectando cada vez mais à *Internet*. Para se manter conectado é necessário um provedor de acesso para que o mesmo possa prover a conexão à *Internet*. O objetivo desse trabalho é abordar alguns pontos acerca da segurança em redes *Wireless*, que muitas das vezes as pessoas acessam a *Internet*, através de pontos que não estão configurados de maneira correta, e acabam tendo suas informações capturadas por terceiros. **DESENVOLVIMENTO:** A segurança das redes sem fio tem evoluído rapidamente e é considerado crucialmente desde a sua implantação. “A despeito dos equipamentos possuírem vários, e muitas vezes modernos, mecanismos de segurança, eles não vêm habilitados de fábrica” [1]. Tal situação faz com que técnicos com pouca experiência em redes sem fio coloquem os equipamentos em funcionamento sem se preocuparem muito com o fator segurança. A maioria dos equipamentos sai das fabricas com endereço IP (*Internet Protocol* – Protocolo de *Internet*), nome de usuário e senha de administração padrão, e caso esses aparelhos sejam atacados eles serão alvos fáceis. “Se a segurança física é um importante componente de risco quando se trata de redes cabeadas, em redes sem fio esse aspecto é ainda mais relevante, visto que a área de abrangência “física” aumenta substancialmente” [1]. Para que uma rede sem fio possa ter um nível correto de segurança, primeiramente é preciso conhecer os padrões disponíveis, o que eles podem oferecer e então, de acordo com a sua aplicação, política de segurança e objetivo, implementar o nível correto e desejado [2]. Muitas pessoas quando configuram um roteador *Wireless*, apenas trocam o nome da rede que vem por padrão para o nome desejado e coloca uma senha simples, formada por data de nascimento, nomes de parentes, filho, animais, imaginando que a rede está segura, sendo que apenas essas configurações não são suficientes. [2] Para se ter uma rede segura utiliza-se dos mecanismos de segurança que o aparelho possa oferecer, e não basta colocar apenas uma senha, se a mesma não tiver um nível de complexidade, pois certos algoritmos conseguiriam descobrir a senha em poucos minutos. Para tal, é necessário que seja utilizada uma senha complexa, que possa ser formada por letras maiúsculas e minúsculas, números e caracteres especiais, além de ser definido um auto nível de criptografia, afim de que a senha da rede não seja decodificada. Uma alternativa importante é a função MAC (*Media Access Control* - Controle de Acesso ao Meio), essa função libera o acesso apenas para os dispositivos cujo endereço MAC esteja cadastrado no roteador para que o acesso a rede possa ser o mais seguro possível. [3] **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Para que uma rede sem fio possa ser considerada segura, é conveniente se utilizar de todos os recursos que o próprio aparelho disponibiliza, a fim de dificultar o máximo para um possível ataque ou invasão. Sabe-se que não existe segurança cem por cento, mas é preciso minimizar os riscos e um eventual acesso indevido. **REFERÊNCIAS:** [1] - RUFINO, N. M. O. - Segurança em redes sem fio - São Paulo: Editora Novatec, 2007. [2] - KUROSE, J. F.; ROSS, K. W. - Computer Networking: a top-down approach – 6/E – Pearson Prentice Hall, 2013. [3] - TANENBAUM, A. S. - Redes de Computadores. 5. ed. São Paulo: Pearson, 2011.

Área do Conhecimento (CNPq): 1.03.00.00-7 - Ciência da Computação.

Nilo Sergio de OLIVEIRA (IC - nilocontato@gmail.com)¹, Isaias Zeferino de FARIA (IC)¹, Jessé do Nascimento FARIA (IC)¹, Alcides Tadeu de Oliveira JUNIOR (IC)¹, Daniel Clarismundo BORGES (PQ – danielborges@faminas.edu.br)²

1. Curso de Sistema de Informação; 2. Professor
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Sistemas Eletrônicos, Tecnologia da Informação, Segurança.

APRESENTAÇÃO: Com os crescentes avanços em Sistemas Eletrônicos, diversos dispositivos têm feito uso de recursos computacionais para processamento de Sistemas Embarcados (SE). A intensa transformação pela qual os circuitos digitais têm passado, permitiu o surgimento de dispositivos cada vez menores, dotados de considerável poder de processamento, equipando inclusive sistemas eletrônicos de automóveis e caminhões [1]. Os Sistemas Multiplex (MUX) surgiram diante da necessidade de transmitir comandos em uma rede de dados para vários módulos simultaneamente, proporcionando economia de cabeamento na automação de veículos. Este trabalho tem como objetivo apresentar conceitos relacionados aos Sistemas Multiplex. **DESENVOLVIMENTO:** Em um veículo, módulo é o equipamento responsável por comandar ações eletrônicas. Sistemas MUX do tipo TDM (Multiplexação por Divisão do Tempo) são os módulos mais usados nos veículos atualmente [3]. À medida que são implantadas funções de acionamento em comandos elétricos, surgem problemas com os chicotes elétricos e com o acréscimo de cabos [2]. O sistema MUX melhoram a conexão entre as diversas centrais de comando, que podem ser reagrupadas em uma única unidade central. No controle convencional, para cada função dos acionamentos é necessário um cabo direto no interruptor, como na luz de parada e setas. No controle multiplex, cada interruptor está conectado a uma unidade de multiplexador, a qual transmite o seu estado (aberto ou fechado). Um valor codificado é transmitido ao CAN (Controller Area Network). O sinal é decodificado por uma unidade de demultiplexador, a qual proporciona a tensão necessária ao utilizador interessado [2]. Há diferentes velocidades de transmissão dos dados: Classe A: velocidade baixa (comando dos motores das luzes do veículo); Classe B: velocidade média (sistema do ar-condicionado e do áudio); Classe C: velocidade alta (sistemas de comando do ABS, etc.). Uma unidade centraliza os dados de entrada, decodifica e executa as ordens por formato binário, de modo que só podem ser lidos pela unidade para a qual se dirigem [2]. As vantagens do sistema Multiplex podem ser resumidas nos seguintes pontos: redução de custos devido ao menor comprimento dos cabos, maior funcionalidade, sinais dos sensores compartilhados por parte dos diversos sistemas e melhores funções de diagnóstico (4). A estrutura Multiplex é muito flexível podendo ser retirada ou programada sem interromper o funcionamento dos módulos. As interfaces do sistema oferecem uma série de funções multiplex com grande vantagem em segurança e conforto. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Com base neste estudo, foi possível descrever o sistema Multiplex como controlador de função e ação ao mesmo tempo que se comunica com o condutor do veículo com função visual e executa ações programadas e pré-definidas, trazendo mais conforto e segurança para o motorista. As novas Tecnologias da Informação requerem novos dispositivos eletrônicos nos veículos fazendo do multiplex o recurso ideal para esta finalidade. **BIBLIOGRAFIA:** [1] - PEIXOTO, M. T.; MACHADO, T.; CHAVES J. L.; JULIO, P. E. - Sistemas embarcados: explore sua criatividade construindo hardware e software. Disponível em: <<http://www.uff.br/nrc/files/2013/05/capitulo12.pdf>>. Acesso em: 28/08/2014. [2] - JUNIOR, A. N. - Stralis / Sistema eletroeletrônico/sistema multiplex. Disponível em: <<http://jottadieselnavia.blogspot.com.br/2010/11/stralis-sistema-eletoeletronico.html>> Acesso em: 28/08/2014. [3] - SOUZA, V. A. - Multiplexação por divisão do tempo. Disponível em <<http://www.cerne-tec.com.br/TDM.pdf>> Acesso em: 28/08/2014. [4] - MARSH, J. - Citroën C5, Multiplex eletrics. Disponível em: <<http://www.citroenet.org.uk/passenger-cars/psa/c5/c5tech5.html>>. Acesso em: 28/08/2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 1.03.00.00-7 - Ciência da Computação.

Nilo Sergio de OLIVEIRA (IC - nilocontato@gmail.com)¹, Jessé do Nascimento FARIA (IC)¹, Isaias Zeferino de FARIA (IC)¹, Alcides Tadeu de Oliveira JUNIOR (IC)¹, Daniel Clarismundo BORGES (PQ - danielborges@faminas.edu.br)²

1. Curso de Sistema de Informação; 2. Professor
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Comércio Eletrônico, Sistemas de Informação, Internet.

APRESENTAÇÃO: Com a facilidade de conectar-se a Internet de qualquer lugar, seja utilizando dispositivos móveis ou computadores, vem tornando a vida do ser humano cada vez mais cômoda, todavia, essa comodidade tem um preço a pagar, ou seja, o surgimento de diferentes modalidades de fraudes, pois, engana-se aquele que acredita que as operações efetuadas pela Internet são cem por cento seguras [1]. Para tal, é necessário que certos cuidados sejam tomados a fim de evitar fraude nas transações realizadas por esse meio. **DESENVOLVIMENTO:** Uma extensa quantidade de transações eletrônicas é realizada no mundo todo, o que acaba despertando a atenção de pessoas mal intencionadas, denominadas *hackers* e/ou *crackers*, entre outros, cujo intuito é interceptar tais informações a fim de obter dados dos usuários para efetuar compras sem o conhecimento do proprietário, que muitas das vezes só conseguiu descobrir que seu cartão foi clonado quando chega a cobrança das compras realizada por terceiro [1]. Muitas das formas de efetuar pagamento das compras realizadas na Internet possibilita aos *hackers* obter informações de cartão de crédito sem ele se quer ter acesso físico ao cartão do usuário, pois na hora de efetuar um pagamento em lojas virtuais “não é necessário ter o cartão na hora, mas sim as informações contidas nele, como o número no cartão, data de validade e o código de segurança. Com esses dados é possível realizar compras em qualquer loja virtual” [1]. Na hora de realizar as compras na Internet deve-se tomar algumas precauções, como: obter alguma referência sobre a loja que está realizando a venda, sobre o produto que está à venda, sempre digitar o endereço do site, direto no seu navegador, etc. O equipamento (computador, *Smartphone*, etc.) que será usado para realizar a compra deve possuir antivírus atualizado, que elimina a ação de programas maliciosos, se estiver em uma rede, ou mesmo na empresa, deve existir um *firewall*, que atua no bloqueio de ameaças vindas da Internet e, principalmente, o consumidor deve verificar se a página em que ele está realizando a compra de um produto possui o protocolo HTTPS (HyperText Transfer Protocol Secure - protocolo de transferência de hipertexto seguro), que permite que os dados sejam transferidos por meio de uma conexão criptografada além de verificar a autenticidade do servidor e do cliente por meio de certificados digitais. [2] Normalmente essas informações estão na página inicial do site, e devem ser cheçadas, para que o consumidor não seja enganado. [3] **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Para que uma compra possa ser considerada segura, é conveniente verificar sobre a segurança das informações desde o equipamento que será usado para realizar a compra e o site da loja virtual. Sabe-se que não existe segurança cem por cento, mas é preciso minimizar os riscos e uma eventual fraude. Assim como aumentam as transações feitas pela Internet, também aumentam o número de crimes relacionados a esse assunto. Portanto, o consumidor deve ficar atento e qualquer suspeita em relação ao site ou mesmo desconfiança, recomenda-se não efetivar a transação.

REFERÊNCIAS: [1] - Segurança no Comércio Eletrônico - Profissionais de TI - Disponível em: <<http://www.professionaisti.com.br/2013/04/seguranca-no-comercio-eletronico/>> - Acesso em: 27/08/14. [2] - ALBERTIN, A. - Comércio eletrônico: modelo, aspectos e contribuições de sua aplicação. São Paulo: Atlas, 2010. [3] - JUNIOR, D. R. - TecMundo - Como saber se um site é seguro para fazer compras. Disponível em: <<http://www.tecmundo.com.br/seguranca/4668-como-saber-se-um-site-e-seguro-para-fazer-compras-.htm>> Acesso em: 20/08/14.

Área do Conhecimento (CNPq): 1.03.00.00-7 - Ciência da Computação

Paulo Gilberto dos Santos JUNIOR (IC - paulo_guarulhos@yahoo.com.br)¹, Marcelo José da SILVA (IC)¹, Lucas Dionísio ROCHA (IC)¹, Gideone Rodrigues MATTA (IC)¹, Igor José de Oliveira GALO (IC)¹ e Daniel Clarismundo BORGES (PQ)²

1. Curso de Sistemas de Informação; 2. Professor
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Configuração, Roteador, Doméstico.

APRESENTAÇÃO: O avanço tecnológico tende a proporcionar maiores facilidades para o cotidiano. Uma área da tecnologia focada em oferecer maior conforto e confiabilidade às pessoas é o *Wireless*. Essa área da tecnologia permite que os usuários domésticos ou corporativos possam acessar diversos serviços, sem se prender à cabos. Os principais serviços utilizados são: conexão à internet, comunicação de *softwares* com servidores, até mesmo imprimir documentos, sem se conectar fisicamente por meio de cabo na impressora. Dentre muitos outros serviços que a conexão *wireless* facilita o cotidiano das pessoas, a mais utilizada é a conexão para a internet. Esse trabalho visa oferecer uma breve informação de como se deve configurar um roteador doméstico para conexão com a internet. **DESENVOLVIMENTO:** Inicialmente o usuário deve verificar se o roteador *wireless* está conectado na rede elétrica. Também deve-se conectar o cabo de chegada da internet na porta designada, normalmente essa porta está com a nomenclatura “WAN”. Outras portas de conexão com a nomenclatura “LAN”, são normalmente para conexão com computadores *Desktop*, também conhecidos como “computadores de mesa” [1]. Inicialmente, o usuário irá conectar uma das pontas do cabo na porta de rede do computador e a outra ponta em uma das portas LAN do roteador ou se conectar através de um dispositivo com acesso *wireless*. Após localizar o nome de rede *WIFI* do roteador e se conectar, por um *smartphone*, *notebook*, ou pelo cabo de rede, se for o caso, é necessário digitar o “endereço” de rede no navegador de internet da preferência do usuário. Normalmente o endereço de rede de um roteador é 192.168.2.1, porém alguns fabricantes podem utilizar de outros endereços, os principais são: 192.168.1.1, 192.168.254.254, 192.168.2.254, dentre outros, e está informação pode ser conferida no manual do dispositivo. Após acessar a página de configuração do roteador, o usuário deve procurar a opção *WAN*, e configurar a mesma conforme sua conexão com a internet, caso o acesso à internet seja por *PPOE*, que seria combinação de *login* e senha, deve-se digitar os mesmos nos campos correspondentes que irão aparecer. Não sendo o caso, é só deixar a opção “Receber IP por *DHCP*” ou “IP Dinâmico” ativada na configuração *WAN*. Para a configuração *wireless*, deve-se preencher os campos *SSID* como o nome que o aparelho deverá exibir como identificação e a senha para a mesma. É recomendando fortemente a criptografia de senha *WAP2*, para uma maior segurança. Para uma boa senha de rede, recomenda-se um mínimo de 8 caracteres, variando entre letras e números e se possível, caracteres especiais como “!@#&” [2]. Após configurar os dados básicos, o roteador irá informar que o mesmo será reiniciado, aguardando alguns segundos, o dispositivo irá começar a exibir o nome de rede *SSID* informado pelo usuário, demonstrando que as configurações já estão em vigor, bastando apenas digitar a senha cadastrada [2]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Com essas simples instruções, um usuário, mesmo sem muitas noções de informática, poderá configurar seu roteador doméstico de maneira mais fácil e possuir uma rede mais segura, evitando assim o acesso de pessoas com más intenções. Recomendações de segurança nunca são demais, e o principal é saber onde e como está navegando na Internet, pois o usuário deve fazê-lo com consciência, para que não ocorra nenhum problema. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ABDALLA JR, H., SOARES, A. J. M. *AMVAME-NZE, G. BARRETO, P. SOLIS. Redes de Comunicação Convergentes: Tecnologias e Protocolos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008. v. 1. 272p. [2] DEUS, F. E.; PUTTINI, R. S.; MOLINARO, L. F.; ABDALLA JR, H.; AMVAME-NZE, G.; KABARA, J. *Fault Tolerance in IEEE 802.11 WLANs. Fortaleza. The International Telecommunications Symposium - ITS2006, 2006. p. 415-420.*

Área do Conhecimento (CNPq): 1.03.00.00-7 - Ciência da Computação

DESENVOLVIMENTO DE COMPONENTES PARA SEGURANÇA AUTOMOTIVA

Paulo Gilberto dos Santos JUNIOR (IC – paulo_guarulhos@yahoo.com.br)¹, Davi Cândido ROCHA (IC)¹, Jean Carlos Barbosa da SILVA (IC)¹, Gideone Rodrigues MATTA (IC)¹, Maurício de Lima SANTOS (IC)¹ e Daniel Clarismundo BORGES (PQ)²

1. Curso de Sistemas de Informação; 2. Professor
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Segurança automotiva, Inovação tecnológica, GSM Celular.

APRESENTAÇÃO: O avanço tecnológico tende a proporcionar maiores facilidades para o cotidiano. Uma área da tecnologia focada em oferecer maior conforto e confiabilidade às pessoas é a segurança automotiva. Essa área da tecnologia permite a gestão de recursos para os veículos, proporcionando o controle e a automação de veículos mais seguros. Um exemplo é o “alarme automotivo”, que tem a função de avisar sonoramente que o veículo está sendo violado, alertando as pessoas em volta e assustando o bandido, para que ele fuja sem concluir o furto. Porém existe um infortúnio, quando o alarme “dispara”, nem sempre o dono está por perto, muitas vezes o proprietário não sabe que seu alarme disparou e outras vezes o carro é roubado, mesmo com o alarme, sendo difícil de localizar o veículo. O objetivo geral deste estudo é apresentar uma nova tecnologia de segurança automotiva, buscando solucionar o problema “do não estar perto”, quando o alarme disparar, e proporcionar maior conforto e segurança aos proprietários de veículos. **DESENVOLVIMENTO:** Uma possível alternativa, para tentar informar ao proprietário do veículo, caso seu automóvel seja violado, foi desenvolvida pelo autor deste trabalho científico: O desenvolvimento de um dispositivo, para notificar o usuário que seu alarme disparou, em caso mais extremo, como roubo, existe a possibilidade de ser rastreado. O dispositivo titulado “Rastreador GSM”, pode ser instalado junto a qualquer alarme, de qualquer fabricante, existente no mercado atual, ligando sua alimentação de energia no mesmo cabo do alarme. Deve-se inserir um chip válido e funcional, de qualquer operadora, e programar o número de telefone celular do proprietário no dispositivo. Estando tudo corretamente configurado, assim que o alarme “disparar”, será enviado um torpedo para o número cadastrado, notificando o evento ocorrido, independente de onde o usuário esteja, desde que possua sinal de uma rede celular. Em caso de furto efetivado, o proprietário entrará em contato com a polícia local, informando o número do chip cadastrado, através de seus meios legais, será realizado um rastreamento através de triangulação de sinal, utilizando as torres que onde o chip está conectado, para identificar sua posição atual. Foram desenvolvidos, 3 versões do protótipo: “Rastreador GSM Lite”, possui a função de avisar ao proprietário do veículo, que o alarme foi disparado e rastreamento por triangulação. “Rastreador GSM Delux”, bem mais completo e robusto, contendo sensor de temperatura interna, sensor das portas, nível da bateria, alarme próprio. Todos os sensores irão retornar o status de cada um para o telefone celular, quando o usuário enviar um torpedo, solicitando essas informações. “Rastreador GSM Extreme”, possui todos os itens da versão “Delux” e mais um módulo GPS para rastreio com coordenadas e desligamento do veículo, por SMS, em caso de furto. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O Rastreador GSM foi desenvolvido e arduamente testado para dar mais segurança e comodidade ao proprietário do veículo, tentando sanar uma grande preocupação dos motoristas, a segurança de seus “Bens”, tornando um complemento na segurança automotiva. O usuário pode ficar mais tranquilo, pois saberá que se acontecer algo ao seu automóvel, o proprietário será avisado pelo telefone celular, sem precisar estar perto do veículo. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Language Reference: *Arduino programs can be divided in three main parts: structure, values (variables and constants), and functions.* Disponível em: <<http://arduino.cc/en/Reference/HomePage>>. Acesso em: 7 de Junho de 2014. [2] *Examples: See the following examples for an overview of the Arduino Core functions and Libraries.* Disponível em: <<http://arduino.cc/en/Tutorial/HomePage>>. Acesso em: 6 de Junho de 2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 1.03.00.00-7 - Ciência da Computação

DESENVOLVIMENTO DE UM DRONE PARA PERÍCIA AMBIENTAL

Paulo Gilberto dos Santos JUNIOR (IC – paulo_guarulhos@yahoo.com.br)¹, Davi Cândido ROCHA (IC)¹, Lucas Dionísio ROCHA (IC)¹, Nilo Sergio de OLIVEIRA (IC)¹, Maurício de Lima SANTOS (IC)¹ e Daniel Clarismundo BORGES (PQ)²

1. Curso de Sistemas de Informação; 2. Professor
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Meio ambiente, Drone, Perícia ambiental.

APRESENTAÇÃO: O avanço tecnológico tende a proporcionar maiores facilidades para o cotidiano. Dentre elas, os Drones, que são pequenos aeromodelos, geralmente contendo entre 3 à 8 hélices. Existem inclusive modelos em forma de planadores, onde utilizam apenas uma hélice traseira para impulso. Os Drones estão cada vez mais populares, podendo ser utilizados como brinquedos para o lazer ou até tarefas militares. Através de câmeras instaladas nos aeromodelos, é possível obter imagens de objetos distantes e em locais de difícil acesso. Esse trabalho tem o objetivo de desenvolver um quadricóptero, com a finalidade de ser utilizado em perícias ambientais, onde pesquisadores podem utiliza-los em vistorias de grandes áreas florestais, percursos de rios, mar, morros, dentre outras utilidades. **DESENVOLVIMENTO:** Como o próprio nome já diz, um quadricóptero possui 4 hélices, em posições distintas e direções de rotação específica. No mercado existem Frames, que é a base de um Drone. Ele é em forma de “X”, e em cada ponta está localizado um motor do tipo *Brushless* de 1000kv, com uma hélice fixada no eixo de giro do motor, e em cada um existe um ESC (*Electronic Speed Control* – Controle de Velocidade Eletrônico) *Hobbyking*, de 25 a 30 amper ligado diretamente. Os Esc são responsáveis por controlarem a energia elétrica que passam para o motor, controlando assim a velocidade do giro. No centro do Frame, se encontra a placa *Multiwii Crius SE 1.0*. Ela controla o Drone, possuindo sensor giroscópio, barômetro e magnetômetro, todos eles são utilizados para não deixar o aeromodelo cair, responsável por manter o voo equilibrado. Através de uma câmera fixada no protótipo, é possível visualizar imagens aéreas com muita facilidade e praticidade. Com o rádio citado é possível sobrevoar até 2 Km com segurança, dependendo da região é possível ir mais um pouco. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O Drone mostrou ótimo desempenho para realizar imagens aéreas, porém ainda precisa ser melhorado ainda mais para uso profissional. Melhorias futuras envolvem GPS, para navegação automática, inclusive em caso de perda de sinal com o rádio transmissor. Também poderá resolver problemas como localização do quadricóptero em caso de queda. Com a utilização de uma câmera GoPro já se consegue fotografar em alta definição determinadas áreas. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Tutorial 1 materiais para montagem de quadricópteros, tricóptero. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=acgR_eNiYFQ>. Acesso em: 09/05/14. [2] *Perícia usa quadricóptero e quer fazer de “brinquedo” instrumento de trabalho.* Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/pericia-usa-quadricoptero-e-quer-fazer-de-brinquedo-instrumento-de-trabalho>>. Acesso em: 10/05/14. [3] SILVA FILHO, G. L. F. **QUADRICOPTERO.** Universidade Tecnológica Federal Do Paraná, 2011.

Área do Conhecimento (CNPq): 1.03.00.00-7 - Ciência da Computação

GOOGLE GLASS: APLICATIVO DE AUXÍLIO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Paulo Gilberto dos Santos **JUNIOR** (IC – paulo_guarulhos@yahoo.com.br)¹, Graciele Cardoso **MILANE** (IC)³, Gideone Rodrigues **MATTA** (IC)¹, Isaias Zeferino de **FARIA** (IC)¹, José Clovis de Oliveira Guimaraes **BRETAS** (IC)¹ e Daniel Clarissimo **BORGES** (PQ)²

1. Curso de Sistemas de Informação; 2. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG
3. Curso de Pós Graduação: Administração de Bancos de Dados UNIVIÇOSA - 36570-000 - Viçosa - MG

Palavras-Chave: Google Glass, Facilidade de acesso, Deficiência visual.

APRESENTAÇÃO: Com o avanço da tecnologia, a facilidade para acessar informações é cada vez mais rápida e também mais fácil. Esse nível de tecnologia também permite desenvolver meios de facilitar a vida de pessoas portadoras de necessidades especiais, permitindo maior interação social e acesso à informação. O *Android*, como a plataforma também é chamada, é um conjunto completo de *softwares* para dispositivos móveis que inclui sistema operacional e importantes aplicativos. É um projeto de código aberto e foi idealizado para aparelhos com especificações diversas [1]. Outra tecnologia muito importante e que possui o sistema *Android* para seu funcionamento é o *Google Glass*, um dispositivo que também promete revolucionar entre usuário e a tecnologia. *Google Glass*, o óculos inteligente que conta com diversas ferramentas, conexão *WiFi*, *GPS*, Câmera, Fone, Microfone, dentre muitas outras facilidades. Com a sua chegada, inúmeras possibilidades poderão ser criadas. Um exemplo é o projeto apresentado nesse trabalho, voltado para o auxílio de deficientes visuais. Ainda em desenvolvimento, porém, visando facilitar a vida das pessoas, principalmente as que possuem deficiência visual, onde muitas vezes no cotidiano do dia-a-dia, existe a necessidade de se locomoverem por meio de transporte público.

DESENVOLVIMENTO: Para tal, através de um software desenvolvido exclusivamente para o *Google Glass*, transtornos poderão ser evitados, em relação à obtenção de horário dos ônibus, onde utilizando-se do *GPS* do aparelho e comando de voz, o usuário poderá informar onde ele está em determinado momento. Após o software identificar onde a pessoa está, em seguida ele irá indicar o ponto de ônibus mais próximo e também qual o próximo ônibus e em qual horário ele irá passar. O aplicativo apresenta tanto o horário em imagem na tela como também por voz, para auxiliar as pessoas com deficiência visual. Um complemento muito interessante é o *GPS* que fica alocado nos ônibus, onde o usuário pode saber exatamente onde o ônibus está no momento, melhorando ainda mais o transporte coletivo. Vale lembrar que dispositivos *Android* possuem *GPS* integrado à plataforma. O dispositivo do ônibus envia por mensagem de texto as coordenadas de onde está a cada 2 minutos. Um servidor recebe a mensagem e armazena as coordenadas, e quando o usuário solicitar a informação da posição atual do ônibus, ele irá receber ou a localização constando no mapa do *Google*, ou por voz, dizendo o nome da rua. Todo o sistema irá funcionar por comando de voz, o usuário só precisa dizer: “*Glass*, ônibus”, recebendo logo em seguida a informação solicitada, endereço do ponto de ônibus mais próximo. O próprio *Google Maps* oferece a função de orientação por voz, para pessoas que não estejam em veículos possam chegar a seu destino. Também será recebida e apresentada a informação do horário do próximo ônibus e para onde ele irá. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** É possível perceber que as possibilidades tanto para o *Google Glass*, quanto para o projeto, são muito amplas, e poderá ajudar muitas pessoas que hoje encontram dificuldades para se locomover de um ponto ao outro, em meio as cidades que estão cada vez mais movimentadas. Testes com um protótipo já estão sendo feitos e os resultados obtidos até agora, mesmo que em fase inicial, são bastante animadores. **BIBLIOGRAFIA:** [1] OHA. *Android Overview*. Disponível em: <http://www.openhandsetalliance.com/android_overview.html>.

Acesso em: 20 mar. 2009b. [2] MARTINS, R. J. W. A. *Desenvolvimento de Aplicativo para Smartphone com a Plataforma Android*. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, Dezembro de 2009

Área do Conhecimento (CNPq): 1.03.00.00-7 - Ciência da Computação

BRASVAGA: BANCO DE DADOS DE CURRÍCULOS VOLTADO PARA EMPRESAS DA REGIÃO DA MATA DE MINAS GERAIS

Paulo Gilberto dos Santos **JUNIOR** (IC – paulo_guarulhos@yahoo.com.br)¹, Igor José de Oliveira **GALO** (IC)¹, Isaias Zeferino de **FARIA** (IC)¹, Gideone Rodrigues **MATTA** (IC)¹, Luani Simtob de **CARVALHO** (IC)¹ e Nilton Freitas **JUNIOR** (PQ)²

1. Curso de Sistemas de Informação; 2. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Banco de dados, Currículo, Empresarial.

APRESENTAÇÃO: Os novos sistemas de gestão da produção e as novas formas de organizar o trabalho adotados resultaram numa nova abordagem para a gestão de recursos humanos: o enfoque estratégico. As organizações entenderam que suas estruturas física e tecnológica são importantes, porém, são movimentados somente pela atuação das pessoas e seu intelecto. Assim, o capital humano de uma empresa pode ser um fator diferencial capaz de se constituir uma vantagem competitiva [1]. Um sistema web desenvolvido para se tornar um banco de dados centralizado de currículos dos profissionais da comunidade, com o objetivo de se tornar uma ferramenta útil e de fácil acesso para auxiliar a gestão empresarial. O projeto possui a finalidade de ser filantrópico e *Open-Source*, com a missão de melhorar o índice de crescimento das empresas, tanto da cidade de Muriaé como da região. **DESENVOLVIMENTO:** Com o intuito de oferecer uma oportunidade para aprimorar a gestão estratégica de tomada de decisões, das empresas na cidade de Muriaé - MG e agilizar o processo pela busca de um novo profissional no mercado. O projeto está em desenvolvimento e se encontra aguardando alguns ajustes para entrar em funcionamento. Visando facilitar a gestão estratégica empresarial, e também, a busca por novas oportunidades dos profissionais da região, oportunidades de primeiro emprego, estágios, freelances, emprego efetivo, até de crescer em sua carreira profissional através de novas oportunidades oferecidas no mercado. O sistema conta com páginas para que o profissional possa cadastrar suas experiências de trabalho anteriores, formação acadêmica, endereço para contato, treinamentos já realizados, dentre outras. Mantendo seus dados atualizados o profissional possui grandes chances de crescer em sua carreira ou até experimentar novas oportunidades no mercado. Também é possível se candidatar para as vagas ofertadas pelas organizações, podendo assim chamar a atenção das mesmas no meio de vários currículos. Existem também, ferramentas disponíveis como: Busca de currículo por ordem de moradia em certa região, tempo de experiência em determinadas áreas ou níveis hierárquicos, sistema para a divulgação de oportunidades de vagas, onde é possível deixar perguntas pré-definidas pelas empresas, para que os candidatos respondam no momento de se candidatar, permitindo avaliar melhor cada experiência dos candidatos. A função de fazer perguntas pré-definidas são utilizadas para que as empresas possam propor situações do dia a dia das mesmas, para ver como o candidato poderia lidar com elas, fazendo o profissional se destacar por suas experiências e competências vividas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Existem diversas possibilidades para a continuidade deste projeto aplicáveis tanto à crescimento profissional dos trabalhadores da região, quanto à gestão estratégica das empresariais. Como trabalhos futuros sugere-se desenvolver parcerias com instituições de ensino, onde poderá ser ofertados minicursos para treinamento e aperfeiçoamento dos profissionais cadastrados, tornando os mesmos cada vez mais apitos e atualizados para o mercado de trabalho. **BIBLIOGRAFIA:** [1] RIBEIRO, Andrea Cristina Elias. *Gestão de Recursos Humanos e relações de trabalho frente à adoção de novos paradigmas na gerência da produção*. In: SIMPEP - SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 2006. [2] LIMA, R.F.O. *Gestão Estratégica de Pessoas - Uma ferramenta poderosa*. VIII SEGeT - SIMPÓSIO de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2011, Resende-RJ. *Anais...* AEDB - Associação Educacional Dom Bosco, 2011. [3] *The Open Source Definition*. Disponível em: <<http://opensource.org/osd>>. Acesso em: 7 de Agosto de 2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 1.03.00.00-7 - Ciência da Computação

USO DOS NOVOS CONSOLES DA NINTENDO NOS PACIENTES COM AVC

Maycon Lucas Cordeiro EMILIO (IC – maycon3dcordeiro@gmail.com)¹, Paloma Aparecida Pacheco LUCARELI(IC)¹, José Geraldo da COSTA (IC)¹, Douglas Souza FREITAS (IC)¹, Daniel C. BORGES (PQ – danielborges@faminas.edu.br)²

1. Curso de Sistemas de Informação; 2. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

Palavras-chave: Nintendo; Wii; Tratamento; reabilitação; AVC; acidente; vascular; cerebral.

APRESENTAÇÃO: O "Nintendo Wii®" e "Nintendo Wii U®" (Novembro de 2006 - Atualmente) são um consoles de videogames criados pela empresa Nintendo® que consistem em usar o equipamento "Wii Mote®" que por sua vez é um sensor em forma de bastão que utiliza a movimentação dos jogadores durante o jogo para que ocorram as ações na tela capacitando a interação entre elementos virtuais e reais. Será mostrado no decorrer do texto como o uso desse equipamento pode ajudar na recuperação de pessoas com AVC (Acidente Vascular Cerebral) abrindo suas sequelas.

DESENVOLVIMENTO: O Acidente Vascular Cerebral, mais conhecido como derrame, é uma doença que afeta principalmente o indivíduo com uma idade mais avançada e se caracteriza pelo extravasamento de sangue na massa encefálica, trauma este que pode levar a incapacitação de partes do corpo impedindo ações simples do cotidiano, como amarrar um sapato ou se vestir sem a ajuda de outros indivíduos e em casos mais extremos levar ao óbito. O tratamento para a reabilitação de pacientes com sequelas da doença é feito em um processo longo de fisioterapia, durante esse processo os consoles da nova geração de jogos da Nintendo® vem sendo incrementados nesses processos, trazendo acréscimos a quem esta sendo submetido no tratamento para recuperar parte de seus movimentos normais. O que torna esse processo tão atrativo para os profissionais da área é a questão de um retorno imediato, da parte do paciente, devido ao bem estar, a baixa monotonia ocorrida no processo[1] e seu baixo custo em relação aos produtos paralelos da nova geração. Segundo a Doutora australiana Kate Laver, em uma entrevista para o *The Cochrane Library*, o foco em pesquisas na área deve ser ampliado para que sejam determinadas quais áreas e atributos da realidade virtual em questão são mais importantes para seu uso mais adequado[2]. Com o baixo lucro gerado por esse tipo de jogo, atualmente as empresas evitam investir na criação de jogos voltados para esse tipo de uso.

CONCLUSÃO: O processo de tratamento para a recuperação de pacientes atingidos com o AVC (Acidente Vascular Cerebral) é lento e difícil por parte do paciente, o que pode ser mudado com a inserção do "Nintendo Wii®" ou "Nintendo Wii U®", que com o uso de interação em tempo real e com captura de movimentos em um ambiente virtual criado por computador, rende um maior empenho da pessoa e tornando a reabilitação e diminuição das sequelas mais agradável, rápida e de baixo custo. Porém é escasso o desenvolvimento de jogos e pesquisas específicos para esse tipo de fim.

AGRADECIMENTOS: Aos meus professores, amigos, ao Danilo que tem me encorajado e sendo companheiro em momentos marcantes nessa etapa da minha vida e à FAMINAS pela realização do trabalho. **REFERÊNCIAS:** [1] "REABILITAÇÃO DE IDOSOS COM ALTERAÇÕES COGNITIVAS ATRAVÉS DO VIDEOGAME NINTENDO WII®" (Juliana Secchi Batista*, Lia Mara Wibelinger**, Ana Carolina Bertoletti De Marchi***, Rodolfo Herberto Schneider****, Adriano Pasqualotti) RBCEH, Passo Fundo 2012 - [2] "USO DE VIDEOGAMES AJUDAM NA RECUPERAÇÃO DE PESSOAS QUE SOFRERAM AVC" - disponível em <http://www.mundofisio.com/Noticias/uso-de-videojogos-ajudam-na-recuperacao-de-pessoas-que-sofreram-avc.html> - acesso dia 27/08/2014. - ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL (Francisco Barbosa Neto) Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Universidade Aberta da Terceira Idade. 2o Curso de Formação de Cuidadores de Idosos Dependentes. Rio de Janeiro, UERJ, 1997. p.47-48. --- ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL (Roberto Magalhães Carneiro de Oliveira; Luiz Augusto Franco de Andrade) Rev. bras. hipertens;8(3):280-290, jul.-set. 2001. ilus, tab.

Área do Conhecimento (CNPq): 1.03.00.00-7 - Ciência da Computação

AVANÇOS TECNOLÓGICOS: INFLUÊNCIAS NA SOCIEDADE ATUAL

Fábio José Pacheco dos REIS(IC - fabiodagaspar@hotmail.com)¹; Jefinny de Paula Dias SOUZA(IC); Reinaldo MINARINI (IC)¹; Arthur Calzolari de ARAÚJO (IC)¹ e Daniel Clarismundo BORGES (PQ)²

1. Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação; 2. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Avanços, Tecnologia, Sociedade.

INTRODUÇÃO: O visível avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) oferece atualmente recursos que trazem facilidade para todos que utilizam equipamentos computacionais. O modo de vida da chamada sociedade da informação está cada vez mais moldado pela velocidade com a qual as TIC se desenvolvem. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é descrever cenários que ilustram como este avanço tecnológico tem influenciado a sociedade, apresentando alguns problemas relacionados ao tema.

DESENVOLVIMENTO: O avanço tecnológico faz parte da evolução da sociedade, porém esta evolução como qualquer outra possui seus benefícios e malefícios, sendo que uma parte da sociedade não consegue acompanhar o crescimento tecnológico, devido a condições financeiras e oportunidade de estudo. [2]Os avanços tecnológicos neste século XXI, com mais impacto no dia a dia das pessoas, estão relacionados à tecnologia da informação (celulares, computadores ultra rápidos e multimídias); à biotecnologia, sobretudo na área médica (instrumentos/máquinas de diagnósticos e tratamentos sofisticados); e às tecnologias industriais, com grandes mudanças nas relações de trabalho (nos setores de serviço, na indústria e na agricultura). [1]Para alguns estes avanços são muito bem-vindos, pois sem sair de casa pode-se trabalhar, tirar dúvidas de seus funcionários, darem aulas via internet, comprar, vender, pagar contas sem o mínimo de esforço. Os jovens então que o digam, estes usufruem de forma plena das tecnologias presentes. Pesquisas ficam muito mais fascinantes para serem feitas devido ao leque de informações que estão incluídas neste novo meio da comunicação.[3]A Acessibilidade à tecnologia facilitou muito, pois assim as pessoas podem adequar seus horários para que possam realizar outras atividades sem que haja um desgaste de tempo proporcionando uma maior comodidade na utilização do tempo livre.Com isso há um esquecimento nos relacionamentos com familiares, amigos, vizinhos, pessoas que realmente fazem parte do dia a dia, quase sempre se esquecendo de como é bom ter o contato físico de poder dar um abraço, um "bom dia" ou "boa tarde", ou mesmo uma conversa sobre como foi o dia. Os crimes relacionados à tecnologia crescem a cada dia, onde computadores são ranqueados, através de e-mail entre outros, pois todos querem mexer em redes sociais mais uma minoria sabe se proteger no mundo virtual, crianças estão tendo sua infância ameaçada por pedófilos que utilizam deste meio para fazer vítimas. Vários pontos da vida do ser humano estão sendo alteradas devido ao mau uso da tecnologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:O avanço da tecnologia não é só importante, mas fundamental na vida da sociedade, pois todos usufruem a cada segundo desta. O avanço tecnológico foi crescendo e se tornou parte da realidade, por isso hoje se vive numa sociedade onde muitas vezes as pessoas preferem ter dentro de casa um computador de ponta e ter uma geladeira das antigas, pois segundo esse pensamento elas estariam inseridas na sociedade. Entretanto muitas pessoas veem o avanço tecnológico como ruim para os relacionamentos familiares, pois desde que a tecnologia ficou mais acessível, as famílias não vêm tendo mais aquele relacionamento diário constante, gerando impacto na saúde da população. Apesar de tudo isso a tecnologia é de vital importância na sociedade de uma forma geral. **REFERÊNCIAS:**[1] RIBEIRO, H.Avanços Tecnológicos. Disponível em: <http://www.unicep.edu.br/enade/atualidades/Avan%C3%A7os%20tecnol%C3%B3gicos_Prof%20Hugo.pdf>- Acesso em: 20/08/14. [2]REIS, D.R.- Gestão da inovação Tecnológica. 2ª ED. – Barueri, SP: 2008, 205 p. [3] MAÑAS, A.V. - Gestão de Tecnologia e Inovação. 3ª ed. - São Paulo,2001. 172 p.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.07.00.00-9 – Ciências da Informação

A ANÁLISE SWOT COMO BASE ESTRATÉGICA PARA ÁREA DE FABRICAÇÃO DAS PANIFICADORAS E CONFEÇÕES DE MURIAÉ.

Rômulo C. MELO.(IC romulomelo1988@hotmail.com), Arthur Freitas V. PEREIRA.(IC)¹, Thalison C. RESENDE.(IC)¹, Crislan B. GUEDES.(IC)¹, Jefferson B. OLIVEIRA.(IC)¹, Nilton Freitas JUNIOR (PQ)².

1. Curso de Administração; 2. Professor

Faculdade Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavra-Chave: Análise SWOT, Administração, Produção.

Introdução: Uma abordagem administrativa técnica tem inegável importância para a sobrevivência das organizações. Também é fácil perceber, de forma empírica, que empresas herdeiras de administração familiar carecem de metodologias administrativas consistentes. Uma destas metodologias é particularmente simples em seu conceito e aplicabilidade. Trata-se da Análise SWOT, acrônimo de *Strengths* (forças), *Weaknesses* (fraquezas), *Opportunities* (oportunidades) e *Threats* (ameaças) [2]. Com base nesta análise é possível visualizar pontos fortes e fracos no ambiente interno, e fraquezas e oportunidades no ambiente externo da empresa, buscando uma visão global na qual a organização está inserida, sendo uma poderosa base para tomada de decisões. Este trabalho pretende discutir a importância e abrangência da análise SWOT para cada sessão das áreas operacionais de indústrias de panificação e confeções de Muriaé, a fim de buscar a melhoria de seus processos e resultados no chão de fábrica, facilitando a rotina dos gestores desses segmentos de empresas, que muitas vezes são seus proprietários, os quais não possuem o conhecimento técnico que suas empresas necessitam. **Desenvolvimento:** As indústrias de panificação e confeções de Muriaé tendem a possuir em sua área de fabricação um layout basicamente composto de estoque de matéria-prima, linha de produção, beneficiamento e estoque de produto acabado, funcionando como elementos que compõem um sistema maior, que é a linha de produção. Um sistema é "um conjunto ou combinações de coisas ou partes, formando um todo organizado" [1]. Assim, as sessões que compõem todo o setor operacional devem interagir, trocando recursos e informações entre si, fazendo com que o fluxo produtivo funcione. Diante desse cenário, passa-se a existir a possibilidade de colocar a análise SWOT em ação, podendo utilizá-la no planejamento de cada sessão, analisando o ambiente interno, com seus pontos fortes e fracos, e o ambiente externo com suas ameaças e oportunidades advindas das outras sessões ou até mesmo de fora da empresa. Isso permite a criação de estratégias simples com base em dados existentes nas rotinas de trabalho, possibilitando assim tomar decisões que visam alcançar os objetivos que o gestor julgar necessário, e que sessões da linha de produção possam se ajudar e, ao mesmo tempo, diminuir suas interferências negativas umas as outras. Esses objetivos devem ser periódicos, dependendo da necessidade, demanda e do planejamento. À medida que os objetivos de cada sessão forem sendo alcançados, novos objetivos devem ser traçados, devendo ser feitos novos planejamentos utilizando a SWOT, formando uma evolução de resultados que facilite a administração do gestor. Esse método de administração simples se torna um poderoso aliado para a gestão dos proprietários a um custo praticamente zero, apenas se utilizando da observação, diagnóstico, implantação e avaliação dos objetivos alcançados, minimizando estresses desnecessários e aumentando as possibilidades de acertos. **CONSIDERAÇÕES:** Para que a tomada de decisão dentro das empresas de panificação e confeções de Muriaé possa alcançar mais eficiência, é necessário se basear em um diagnóstico preciso em suas sessões do chão de fábrica, e que de fato mostre a realidade vivenciada. A análise SWOT, deve servir de ferramenta para nortear as ações estratégicas e evitar o desperdício de recursos, ociosidade e descompasso entre as sessões, facilitando assim a administração de toda a área produtiva da empresa e seus processos, gerando um maior controle por parte de seus gestores proprietários. **BIBLIOGRAFIA:** [1] CHIAVENATO, Idalberto. Teoria Geral da Administração: Teoria de Sistemas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000; [2] TAVARES, Mauro Calixta. Gestão Estratégica: A análise SWOT. São Paulo: Atlas, 2010.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.02.00.00-6 – Administração

A INFRAESTRUTURA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Washington Luiz de BARROS (IC – agbarrosdemg@yahoo.com.br)¹, Pedro de Paula CORRÊDO (IC)¹, Victor Lins Cunha NARDE (IC)¹, Jorge José DOS SANTOS (IC)¹. Daniel Clarismundo BORGES (PQ)²

1. Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação; 2. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Tecnologia, informação, infraestrutura.

INTRODUÇÃO: O trabalho que segue é um estudo baseado em autores que buscam mostrar o uso da tecnologia nos dias atuais. As tecnologias de informação e comunicação (TICs) hoje têm papel fundamental em nossos dias e isso é o que mostra os autores como MELLO (1990), FERNANDES [et al.] (2008) e BARRETO (1998). Serão vistas como estas tecnologias são conhecidas, ou seja, seu conceito, quando surgiram e como estão presentes dentro de nossa sociedade. As TICs surgiram nos países industrializados nas décadas de 70, em decorrência dos espantosos avanços da indústria eletrônica. Nas décadas que se seguiram, os instrumentos que integram o universo dessas novas tecnologias, cujo consumo passa a ser massificado, chegando aos lugares mais longes, tendo-se acentuado no Brasil a partir de noventa. [1] A ciência da computação surgiu em um cenário pós guerra e que seu aperfeiçoamento aconteceu para que as necessidades de comunicação fossem atendidas. [1] **DESENVOLVIMENTO:** As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) servem de suporte às atividades acadêmicas e administrativas. No contexto acadêmico, servem como instrumentos de pesquisa, coleta e armazenamento de dados, meio de acesso e de difusão da informação, meio de comunicação intra e extramuros e, em especial, entre docentes e discentes. [2] No contexto administrativo, servem como instrumentos de automação e racionalização de processos administrativos, e de gestão (planejamento, acompanhamento, avaliação e controle). [3] O autor apresenta a Tecnologia da Informação e Comunicação como o setor que fornece apoio computacional, tais como, desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão, suporte ao planejamento acadêmico-administrativo e às rotinas administrativas. As TICs buscam garantir a segurança, fidelidade e confiabilidade dos dados que são transformados em informação através dos sistemas de informação. [3] O sistema de informação é um conjunto de funções integradas voltadas para a transformação de dados em informação. Através dos processos de coleta e tratamento de dados, os sistemas geram e disseminam as informações necessárias aos diversos níveis organizacionais. [2] Em todos os sistemas de informação são necessários recursos humanos, de *hardware*, *software*, redes de comunicação e recursos de dados que executaram atividades de entrada, processamento, saída, armazenamento e controle que transformam recursos de dados em produtos de informação. A Tecnologia da Informação e Comunicação é o elo entre pessoas, processos e a informação. [2] É o principal instrumento para o desenvolvimento de estratégias competitivas, pois as informações movimentam-se mais rapidamente do que os dados e, consequentemente, diminuem o tempo de resposta aos eventos. A implantação e o desenvolvimento das tecnologias na década de 60, o uso de materiais de fibra ótica, o crescimento da capacidade dos microprocessadores, o desenvolvimento das hiper mídias/multimídias motivaram o surgimento das TIC's. O surgimento do telefone já demonstrou esta ideia de inovação e ao longo do tempo foi surgindo novas influências como a internet na década de 90, o que ficou ainda mais evidente e fácil esta prática. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Neste Trabalho foi possível conhecer um pouco da estrutura das TIC's como elas são formadas e como funcionam em nossos dias. Os autores citados, mostram como ela é importante para a sociedade em geral. É possível ver também como esta presença afeta de grande maneira a população e como todos têm esta necessidade de interação de uma forma que era desconhecida pela grande maioria. Hoje esta necessidade fez com que pessoas sem conhecimento da informática, os chamados analfabetos digitais, fossem procurar ajuda e se atualizarem para estarem de acordo com seus contemporâneos. **REFERÊNCIAS:** [1] - BARRETO, A. de A. - Perspectivas da Ciência da Informação. Brasília: Revista de Biblioteconomia de Brasília. V.21, n. 02. 1997. [2] - FERNANDES, A. F.; [et al.]. Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação. Rio Pomba, 2008 - [3] - MELO, J. M. de. - **A comunicação e a contemporaneidade:** reflexões sobre o impacto das novas tecnologias de difusão na América Latina. Transinformação, Campinas, v.2, n.1, jan./abr. 990. **Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 – Sistemas de Informação**

PLC, PROPORCIONANDO ACESSO À INTERNET PELA REDE ELÉTRICA

William de Jesus BRAGA (IC – willianbraga16@yahoo.com)¹, Débora Cristina de PAIVA (IC)¹, Franklin Sanches NOGUEIRA (IC)¹, Thiago Andrade MENDONÇA (IC)¹, Marcelo de Castro PEREIRA (IC)¹, Daniel C. BORGES (PQ)²

1. Curso de Sistemas de Informação; 2. Professor.
Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé-MG;

Palavras-Chave: Internet, Banda larga, Wi-Fi

INTRODUÇÃO: A *Internet* banda larga sob rede elétrica, mais conhecida como PLC (*Power Line Communications*) ou BPL (*Broadband over Power Lines*), tem por objetivo transportar voz, imagens e dados pela Rede Elétrica. Aproveita a mesma infraestrutura que é utilizada para levar energia elétrica até as residências, alcançando locais onde outras alternativas de acesso rápido não estão disponíveis e tornando todas as tomadas de uma residência um ponto de acesso à *Internet*. **DESENVOLVIMENTO:** A tecnologia PLC - *Power Line Communications* utiliza o mesmo meio físico que a energia elétrica para se propagar até o destino, porém o sinal da *Internet* não sofre interferência, pois a tecnologia BPL utiliza a frequência de 1,7 a 30MHz e a energia elétrica de 50 a 60MHz. O sinal da tecnologia sai de uma central que envia para o injetor, que se encarrega de enviá-lo à rede elétrica. Os repetidores espalhados pelo caminho se encarregam de reforçar o sinal. Próximo a casa, o extrator deixa o sinal pronto para ser utilizado pelo modem BPL, que converterá o sinal para uso pelo computador, por uma porta USB ou Ethernet. Uma das dificuldades encontradas pela tecnologia BPL é que o sinal se corrompe em longas distâncias, devido aos transformadores externos da rede elétrica que filtram sinais de alta frequência, sendo necessária a instalação dos repetidores. O revestimento de plástico encontrado nos fios retém parte dos sinais de alta frequência prejudicando a velocidade do sinal. Os transformadores, filtros de linha, emendas, "T"s e o ligamento e desligamento de equipamentos na rede podem causar eco do sinal, corrompendo os dados.[1] A alta frequência nos fios de cobre podem causar ruídos em alguns aparelhos eletroeletrônicos e da mesma forma alguns equipamentos podem interferir na transmissão, podendo corromper os dados, mas falta investimentos do governo federal para melhorias do serviço. Dentre as vantagens da tecnologia PLC, pode-se destacar a facilidade de implantação e o baixo custo com infraestrutura, já que o meio utilizado para levar o acesso à internet já está presente em cerca de 95% das residências do país. Caso não tenha energia elétrica nos fios, o sinal de internet não será prejudicado e nas frequências de 1,7MHz a 30MHz a alta taxa de transmissão pode chegar até 40Mbps.[2] Ao contrário do que ocorre nas redes *Wi-Fi*, no PLC não é possível compartilhar a conexão devido a criptografia de um algoritmo DES de 56 bits. A Anatel e Aneel regulamentaram a Internet Banda Larga via Rede Elétrica, permitindo assim que distribuidoras de energia elétrica forneçam o serviço através da tecnologia PLC, desde que se cumpra as regras previstas em contrato.[3] **CONCLUSÃO:** A tecnologia PLC já é comercializada em alguns países, outros pretendem fornecer o serviço e para mostrar a viabilidade da tecnologia foram feitos testes em alguns locais do Brasil, mas ainda são poucos se comparados com a quantidade de pessoas que ainda não possuem acesso à internet. Com a utilização de uma infraestrutura já existente, acredita-se que os custos de acesso à *Internet* barateiem e que a instalação seja mais rápida que os métodos convencionais. O PLC pode ser considerado o meio mais viável de inclusão à *Internet*, já que 95% da população brasileira possui energia elétrica. **REFERÊNCIAS: [1]** RODRIGUES, Thiago.

Como funciona a Internet via Rede Elétrica (Rede PLC). Março/2012. Disponível em: <<http://www.mundomax.com.br/blog/informatica/como-funciona-a-internet-via-rede-eletrica-rede-plc/>>. Acesso: 14/07/2014. **[2]** VALLE, James Della. **Internet via rede elétrica: mais barata e prática, mas ainda restrita.** Julho/2010. Disponível em: <<http://www.veja.abril.com.br/noticia/vida-digital/internet-via-rede-eletrica-mais-barata-e-pratica-mas-ainda-restrita/>>. Acesso em: 14/07/2014. **[3]** MONQUEIRO, Julio C. Bessa. **Entendendo a Internet sob rede elétrica.** Disponível em: <<http://www.hardware.com.br/artigos/internet-rede-eletrica/>>.

Acesso: 18/07/2014.
Área do Conhecimento (CNPq): 6.07.00.00-9 – Ciência da Informação

CRIPTOGRAFIA: CODIFICANDO PARA GARANTIR A SEGURANÇA

William de Jesus BRAGA (IC – willianbraga16@yahoo.com)¹, Marcelo de Castro PEREIRA (IC)¹, Franklin Sanches NOGUEIRA (IC)¹, Thiago Andrade MENDONÇA (IC)¹, Renata de Prado SOUSA (IC)¹, Daniel C. BORGES (PQ)²

1. Curso de Sistemas de Informação; 2. Professor
Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé-MG;

Palavras-Chave: Codificação, Algoritmo, Chave

APRESENTAÇÃO: O termo Criptografia originou-se da união das palavras gregas *kryptós* e *gráphein*, que significam, respectivamente, oculto e escrita. Tem por objetivo codificar os dados de maneira que somente o emissor e o receptor desejado consigam decifrar os dados, evitando que intrusos interpretem e alterem a mensagem. Para garantir a segurança das informações, são utilizadas várias técnicas, que são criadas, modificadas e aperfeiçoadas constantemente. **DESENVOLVIMENTO:** Os dados fornecidos em cadastros pela *Internet*, por exemplo, não são enviados pela rede da mesma maneira que o usuário visualiza na tela, pois corre-se sério risco destas informações caírem nas mãos de pessoas erradas. Um exemplo do uso da criptografia é o Código de César que utilizava uma chave de deslocamento das letras para que se embaralhasse a mensagem. Utilizando a chave 3 como exemplo, a letra do alfabeto desejada seria representada pela 3ª letra a seguir, transformando a letra A em D, B em E, e assim sucessivamente. No entanto esse método é inseguro por possibilitar poucas variações possíveis, dado o alfabeto possuir apenas 26 letras.[1] As chaves criptográficas são um conjunto de *bits*, que baseado em um algoritmo, são capazes de codificar e decodificar dados. Os primeiros métodos utilizavam apenas um algoritmo para o processo, tendo vista que bastava saber qual o algoritmo para decifrar, sendo ele destinatário ou intruso, e seria um grande problema para enviar arquivos confidenciais diferentes para várias pessoas, criando a necessidade de usar um algoritmo para cada pessoa.[2] Usufruindo de chaves, torna-se possível enviar informações para diversas pessoas, pois só é possível decifrar com a chave compatível.[3] A chave simétrica é simples, utiliza apenas uma chave para codificar e decodificar. São alguns exemplos de algoritmos simétricos: DES (*Data Encryption Standard*), RC (*Rivest Cipher*), IDEA (*International Data Encryption Algorithm*), AES (*Advance Encryption Standard*), 3DES (*Triple Data Encryption Standard*). Para solucionar o problema de compartilhar uma chave secreta entre dois indivíduos através da *Internet*, a criptografia assimétrica trabalha com duas chaves distintas, sendo uma pública e outra privada. A pública é responsável pela codificação e é enviada a todos com os quais se quer comunicar, e a privada fica com o emissor para decodificação.[1] Por exemplo, para Maria enviar algo para João, ela codificará as informações com a chave pública recebida de João, já o receptor da mensagem irá decifrar com a chave privada. Dentre os algoritmos assimétricos são exemplos o DSA (*Digital Signature Algorithm*), ElGamal, Schnorr, Diffie-Hellman e o RSA (*Rivest, Shamir e Adleman*), o mais usado. O RSA utiliza dois números primos aleatórios (chave privada) que são multiplicados, gerando um terceiro valor (chave pública), não sendo fácil encontrar os dois primeiros números a partir do terceiro, pois são usados valores extremamente altos. **CONCLUSÃO:** A confidencialidade, autenticação, não repudiabilidade e a integridade da informação são princípios básicos que devem ser oferecidos e seguidos. De acordo com as características da criptografia simétrica e assimétrica, a que oferece mais segurança para envio de informações por meios de transmissão vulneráveis é a assimétrica, porém requer maior processamento para criptografar e decifrar os dados, mas não é capaz de oferecer 100% de segurança, pois os ataques aos sistemas são constantes. **REFERÊNCIAS: [1]** KUROSE, James F. **Redes de computadores e a Internet: uma abordagem top-down/James F. kurose e Keith W. Ross.** Tradução Opportunity translations, revisão técnica Wagner Zucchi. 5ª ed. São Paulo: Addison Wesley, 2010. **[2]** CERUTTI, Fernando. **Comunicação de Dados e Redes de Computadores.** Florianópolis, Outubro de 2000. **[3]** **Criptografia.** Disponível em: <<http://cartilha.cert.br/criptografia/>>. Acesso em 14 de Julho de 2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.07.00.00-9 – Ciência da Informação

Willian de Jesus BRAGA (IC – willianbraga16@yahoo.com)¹, Thiago Andrade MENDONÇA (IC)¹, Franklin Sanches NOGUEIRA (IC)¹, Marcelo de Castro PEREIRA (IC)¹, Mateus de Moraes DIAS (IC)¹, Daniel C. BORGES (PQ)²

1. Curso de Sistemas de Informação; 2. Professor Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé-MG;

Palavras-Chave: Protocolo, IP, Internet

APRESENTAÇÃO: A junção de diversas redes de computadores caracteriza a Internet, e para que ocorra a comunicação entre elas são necessárias várias regras, função exercida pelo protocolo IP. Atualmente está sendo representada pelo IPv4, versão 4 do protocolo IP, mas devido ao grande aumento de acesso à internet, os endereços IPv4 estão praticamente esgotados e para resolver este problema de escassez de endereços, foi criado o protocolo IPv6, com cerca de 79 octilhões de vezes mais endereços que o atual. **DESENVOLVIMENTO:** Para que qualquer equipamento consiga se conectar à rede mundial de computadores é necessário se ter um identificador único, função desempenhada pelo IP (Protocolo de Internet). A versão 4 do IP, criada nos anos 70, possui 32 bits de tamanho, proporcionando cerca 4,29 bilhões de endereços, mas está se esgotando devido ao grande e crescente número de equipamentos que são conectados à Internet a cada momento.[3] Esta versão é representada por uma sequência numérica de 4 blocos de 8 bits da seguinte forma: X.X.X.X, onde cada X é representado por um número de 0 a 255, como por exemplo: 192.32.187.234. De acordo com a instituição reguladora desses endereços, a Iann, os últimos lotes de IPv4 foram vendidos em fevereiro de 2011, mas que levaria alguns anos para desaparecer por completo. Já o IPv6 possui 128 bits de tamanho, que proporciona cerca de 340 mil bilhões de endereços possíveis.[2] A nova versão é escrita em notação hexadecimal, dividido em 8 partes ("hexateto") separadas por ":" (dois pontos), como apresentada a seguir: "1268:a12b:f0e1:0000:0000:0000:ffe:f02b". Quando ocorrer de um ou mais hexatetos for compostos por zeros, sua escrita poderá ser abreviada, como mostra o exemplo a seguir utilizando o exemplo anterior que possui três blocos compostos de zeros: "1268:a12b:f0e1::ffe:f02b". A forma abreviada utilizando os dois pontos só pode ocorrer uma vez no endereço, não sendo permitida a notação a seguir: "1268::f0e1::ffe:f32b". O cabeçalho do IPv6 sofreu algumas alterações e tornou-se mais simples, a comunicação mais eficaz e reduziu o processamento. A nova versão suporta pacotes de 1280 bits sem fragmentação, enquanto a versão 4 suporta somente pacotes de 576 bits, possivelmente fragmentados. Um dos problemas encontrados no Brasil é que algumas operadoras de Telecom responsáveis pelo backbone da rede não estariam oferecendo trânsito IPv6, paralisando as adequações necessárias para a versão 6 em toda a cadeia envolvida no fornecimento de Internet. Outro ponto é que boa parte dos aparelhos roteadores não suportam IPv6.[1] **CONCLUSÃO:** O novo protocolo tem por objetivo suprir a escassez de endereços IP, mas vale destacar pontos importantes como o de proporcionar mais performance, ser mais eficiente e seguro, características buscadas e aperfeiçoadas constantemente para se ter uma comunicação segura. Os usuários não sofrerão tanto impacto com a migração, pois boa parte dos equipamentos já estão sendo fabricados com suporte IPv6. **REFERÊNCIAS:** [1] IPv6: a próxima geração da internet começa hoje (06/06). Disponível em: <http://olhardigital.uol.com.br/noticia/ipv6-a-proxima-geracao-da-internet-comeca-hoje-06-06/26710>. Acesso em: 30 de Julho de 2014. [2] O que é IPv6?. Disponível em: <http://www.infowester.com/ipv6.php>. Acesso em: 30 de Julho de 2014. [3] Brasil está perigosamente atrasado no uso do IPv6. Disponível em: <http://www.nic.br/imprensa/clipping/2013/midia1500.htm>. Acesso em: 30 de Julho de 2014. [4] Entenda o IPv4 e o IPv6. Disponível em: <http://www.techtodo.com.br/artigos/noticia/2011/02/um-pequeno-guia-sobre-ipv4-e-ipv6.html>. Acesso em: 30 de Julho de 2014. [5] Estudo e Comparação IPv4 IPv6. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAgJbsAL/estudo-comparacao-ipv4-ipv6>. Acesso em: 30 de Julho de 2014. [6] O que é o IPv6?. Disponível em: <http://www.techtodo.com.br/artigos/noticia/2012/06/o-que-e-ipv6.html>. Acesso em: 30 de Julho de 2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.07.00.00-9 – Ciência da Informação

Priscila Ramos RIBEIRO (IC – priscilaribeiro95@hotmail.com)¹, Renan Pereira PIRES (IC – capaisq@hotmail.com)², Damon Perpétuo de Sales Pedrosa (damonpedrosa@gmail.com)³ e Nilton Freitas JUNIOR (PQ)³

1. Curso de Sistemas de Informação; 3. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: E-Government, Acessibilidade, Exclusão Digital.

APRESENTAÇÃO: A Tecnologia da Informação (TI) tem assumido um papel de importância na gestão da qualidade de recursos e prestação de serviços aos cidadãos pelas Organizações Públicas Brasileiras. Nesse contexto destaca-se o Governo Eletrônico (E-Government/E-GOV), que designa qualquer transação que envolva o Governo, mesmo parcialmente, através do uso de meios eletrônicos. Este trabalho tem como objetivo mostrar a dificuldade encontrada em sua acessibilidade. **DESENVOLVIMENTO:** O E-GOV é a transformação da maneira que o governo, através da TI, atinge os objetivos para o cumprimento do papel do estado [1]. O E-GOV visa obter um aumento da transparência, redução de custos, além da diminuição da corrupção [2]. Pode-se analisar que o E-GOV busca disponibilizar um governo ao alcance de todos. Em uma pesquisa desenvolvida pela Fundação CEBRAP foram distribuídos perfis de acesso, observados no gráfico 01:

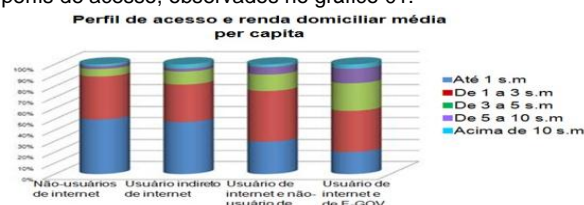


Gráfico 01: Perfil de acesso e renda domiciliar média per capita – Adaptado [3]

Através do gráfico 01 percebe-se que a renda domiciliar influencia no acesso, já que a maioria dos usuários que usam internet e não usam o E-GOV tem uma renda média de até 3 salários mínimos, enquanto os usuários de internet e do E-GOV totalizam aproximadamente 5 salários mínimos.



Gráfico 02: Perfil de acesso e uso em escolaridade e anos – Adaptado [3]

A partir dos gráficos 01 e 02, conclui-se que a renda domiciliar e a escolaridade são imprescindíveis na hora de fazer um levantamento sobre acessibilidade, uma vez que o acesso se torna restrito mediante estes fatores. Também é importante citar o fato da exclusão social, pois para se ter o avanço do E-GOV é necessário uma população digitalmente alfabetizada. Com uma ferramenta de pesquisa eficiente que é o E-GOV, os cidadãos podem ter acesso a serviços do governo. Mas para isso necessita-se do avanço da inclusão digital, para que esta ferramenta se torne eficiente não só para os indivíduos com maior renda e maior escolaridade, e sim a todos aqueles que quiserem ter acesso as informações. **CONSIDERAÇÕES FINAIS.** O E-GOV é uma importante ferramenta para a sociedade, através dele espera-se tornar o governo mais transparente. Porém, o acesso se torna dificultado, já que nem toda a população é educada digitalmente. É de extrema importância que todos tenham acesso as informações que o governo oferece para que assim possam acompanhá-las e exercerem a cidadania. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Portal Governo Eletrônico. "O que é E-GOV". Disponível em <http://www.governoeletronico.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=19&Itemid=29>. Acesso 14/05/2014. [2] SANTOS, P.M.; BERNARDES, M.B.; ROVER, A.J.; MEZZAROLA, O. Ranking of Brazilian courts of auditors: an evaluation from the web standards in electronic government. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003476122013000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso 14/05/2014. [3] Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Comparativamente mais velho, internauta do E-GOV tem renda e escolaridade mais alta. Disponível em <http://www.boletimfundap.cebrap.org.br/n3/?subject=submanchete1> Acesso 21/05/2014.

William de Jesus BRAGA (IC – willianbraga16@yahoo.com)¹, Bruno Estevam PEREIRA (IC)¹, Franklin Sanches NOGUEIRA (IC)¹, Thiago Andrade MENDONÇA (IC)¹, Marcelo de Castro PEREIRA (IC)¹, Daniel C. BORGES (PQ)²

1. Curso de Sistemas de Informação; 2. Professor Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé-MG;

Palavras-Chave: Wimax, Wi-fi, Internet sem fio

APRESENTAÇÃO: Com o intuito de ampliar o acesso à Internet às regiões distantes dos centros urbanos, que não possuem grande infraestrutura, um grupo de empresas, lideradas pela Intel e Avarion em 2002, criaram um padrão de rede sem fios metropolitano, com o nome IEEE-802.16, ratificado pelo IEEE (*Institute of Electrical and Electronics Engineer*). O projeto *WiMAX (Worldwide Interoperability for Microwave Access)*, tem por objetivo garantir interoperabilidade entre diferentes equipamentos, sendo responsabilidade da *WiMAX Fórum* dar o rótulo comercial aos produtos de acordo com as normas IEEE 802.16. **DESENVOLVIMENTO:** Serviços de banda larga fixo no Brasil utiliza-se da tecnologia ADSL (*Asymmetric Digital Subscriber Line*), que permite a transmissão de dados e voz simultaneamente, e redes ópticas, porém demanda altos investimentos para a instalação de redes cabeadas. Segundo Antonio Carlos Bordeaux Rego, pesquisador e diretor de Gestão de Inovação do CPqD, o *Wimax* traz consigo grandes vantagens, entre elas o baixo custo de instalação em locais de baixa densidade populacional e por adotar o conceito de convergências das redes IP (*Internet Protocol*), que permite o tráfego de voz, vídeo e imagem na mesma rede. O *Wimax* é uma espécie de *Wi-fi* amplificado, mas em proporções de alcance maiores, e também utiliza o ar como meio físico para se propagar. Para se alcançar distâncias máximas de cobertura pelo sinal é preciso que não se tenha obstáculos geográficos ou construções que possam interromper a propagação do mesmo. De acordo com o diretor de mobilidade digital e de comunicação da Intel, Ronaldo Miranda, em condições favoráveis o sinal do *Wimax* pode alcançar, em média, um raio de 50 km e uma velocidade de 75 Mbps, sendo que o sinal do *Wi-fi* abrange, em média, 100 metros e uma velocidade máxima de 11 Mbps.[1] Seu funcionamento é semelhante a de redes de celulares. Possui a estação base (BS – *base station*) que se comunica com estações assinantes (SS – *static station*), comunicação designada de ligação ponto-multipontos. Segundo Miranda, o sinal no usuário final, também chamado última-milha, será mais rápido e estável do que as conexões banda larga. Foram feitos testes em algumas cidades do Brasil, entre elas Ouro Preto (MG), cidade com muita irregularidade geográfica, sendo um dos locais de maior desafio para a implantação da rede, por necessitar de ponto de visada.[1] Segundo Américo Tristão Bernardes, coordenador-executivo de todo o projeto, foi montado em uma Kombi uma espécie de laboratório móvel com três computadores, com o intuito de atender escolas ou comunidades distantes, e afirmou que a experiência foi um sucesso. Para que os dispositivos e redes *Wimax* atendam as especificações de interoperabilidade, os produtos passam por rigorosos testes para certificação feita pelo *Wimax Fórum*. [2] O *Wimax* reduz custos de instalações e de manutenções, pois uma única Estação Base tem ampla área de cobertura. **CONCLUSÃO:** Com base nas características do padrão *Wimax*, observa-se que por possuir uma área de cobertura bastante ampla em relação a *Wi-fi*, os custos de implantação serem menores e maior acessibilidade, muitos locais que ainda não possuem acesso à rede mundial de computadores, a *Internet*, poderão se conectar de maneira mais rápida e mais barata. **REFERÊNCIAS:** [1] Entenda como funciona a tecnologia do WiMAX, 29 de Novembro de 2005. Disponível em: <http://tecnologia.uol.com.br/especiais/ultnot/2005/12/29/ult2888u131.jhtm>. Acesso em 24 de Setembro de 2013. [2] Estudo mostra como criar um modelo de negócio WiMAX de sucesso. Disponível em: <http://www.cpqd.com.br/midia-eventos/fatos/fatos-edicoes-2008/fatos-151>. Acesso em 09 de Setembro de 2013. [3] WiMAX - 802.16 - Worldwide Interoperability for Microwave Access, Outubro/2013. Disponível em: <http://pt.kioskea.net/contents/796-wimax-802-16-worldwide-interoperability-formicrowave-access>. Acesso em 17 de Setembro de 2013. [4] Wimax. Disponível em: http://www.gta.ufrj.br/grad/08_1/wimax/. Acesso em 29 de Setembro de 2013.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.07.00.00-9 – Ciência da Informação

Jefinny de Paula Dias SOUZA (IC - jefinnypaulasouza@hotmail.com)¹, Fábio José Pacheco dos REIS (IC - fabiodagaspar@hotmail.com)¹, Vitória Silva LACERDA (IC - vittorialacerda13@hotmail.com)¹, Reinaldo MINARINI (IC - rminarini@yahoo.com)¹, Daniel Clarismundo BORGES

1. Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação; 2. Professores Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Tecnologia, informação, governo federal.

INTRODUÇÃO: Apesar do avanço da tecnologia mundial, existem poucos trabalhos relacionando-a com o Governo Federal. Diante da falta de estudos nessa área, torna-se até difícil saber o quanto tem sido investido em tecnologia da informação pelo governo e quais os projetos mais significativos, no entanto o presente estudo traz uma revisão literária sobre o assunto objetivando uma maior informação dos leitores assim como uma atualização do que tem sido realizado nessa área. A ciência da informação é um campo dedicado às questões científicas e à prática profissional voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação [1]. **DISCUSSÃO:** Embora não existam estatísticas sobre os gastos do governo federal do Brasil em tecnologia da informação, é possível que o Brasil seja o país que, atualmente mais investe em tecnologia da informação entre os países em desenvolvimento [2]. Mesmo assim, pouco se sabe sobre o quanto o país está investindo em tecnologia da informação anualmente e quais os órgãos governamentais que mais investem em TI [2]. Nos países desenvolvidos tem havido certo controle da tecnologia da informação por algumas agências governamentais [2]. Nos EUA, por exemplo, órgãos como o General Accounting Office (GAO), que corresponde no Brasil ao Tribunal de Contas da União (TCU), e o Office of Technology Assessment (OTA), uma espécie de escritório federal de avaliação de tecnologia, são periodicamente requisitados pelo Congresso americano para desenvolver estudos detalhados sobre os esforços em tecnologia [2]. Um exemplo é a utilização da Informação e das Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC como alternativas estratégicas relativas à governança. As crescentes capacidades de comunicação e troca de informação têm ampliado a liberdade de escolha em relação à estrutura e modo de atuação das organizações, muitas vezes aumentando a capacidade dessas organizações de prestarem seus serviços [3]. Como exemplos podem ser citados as várias ferramentas desenvolvidas e disponíveis em alguns programas governamentais e outras iniciativas como as observadas no programa de Governo Eletrônico (e-gov), que visam à prestação de serviços e informações úteis aos cidadãos. Assim, espera-se que as diversas mudanças no modo de gerir a função pública levem a uma utilização em escala cada vez maior dos recursos (de Tecnologia e Técnicas de Gestão da Informação e/ou Conhecimento) disponíveis na Sociedade da Informação. [3] **CONCLUSÃO:** Conclui-se, portanto, que apesar do grande avanço na tecnologia ainda é confidenciado os investimentos feitos na área. Parece não existir também nenhuma agência destinada a monitorar ou avaliar os investimentos em tecnologia da informação, sendo desconhecida a política pública orientada para as questões gerenciais de TI. Porém somos cientes que a tecnologia é utilizada como meio facilitador em prestação de serviços como citados no estudo. Faz-se necessário, portanto estudos mais aprofundados nessa área com intuito de esclarecer melhor como é destinado os valores para esses fins. **REFERÊNCIAS:** [1] SARACEVIC, T. *Ciência da Informação: origem, evolução e relações*. Perspec. Ci. Inf., Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. [2] FILHO, J.R.; GOMES, N. P. *Tecnologia da Informação no Governo Federal*. Rio de Janeiro, n.38, p.93 - 108, jan./fev. 2004. [3] NASCIMENTO, S. G.V.; FREIRE, G. H. A.; DIAS, G. A. *A Tecnologia da Informação e a Gestão Pública*. MPGOA, João Pessoa, v.1, n.1, p. 167-182, 2012. **Área do Conhecimento (CNPq): 4.09.00.00-2 – Sistemas de Informação**

CSA
TRABALHOS DA AREA DE CIÊNCIAS
SOCIAIS APLICADAS

CSA 001

ANÁLISE DE ADESÃO DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO COMO AUXÍLIO NA GESTÃO DE UMA PROPRIEDADE RURAL

Juberlana A. FERREIRA (IC-juberlana@hotmail.com)¹, Aline C. B. da SILVA (IC)¹, Tamara P. R. SILVA (IC)¹, Lillian S. de ARAÚJO (IC)¹ Luciana R. COSTA (IC)¹, Nilton FREITAS JR.(PQ)²

1. Curso de Administração; 2. Professor
Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé – MG.

Palavras-chave: gestão, software, informação.

APRESENTAÇÃO: Observando o cotidiano de propriedades rurais, mais propriamente dito, no Distrito de Santo Antônio do Glória, município de Vieiras situado na região Zona da Mata mineira, embasado na experiência de um dos integrantes da equipe, constatou-se que algumas propriedades rurais de pequeno porte não geram renda para suprir as despesas familiares de seus proprietários em determinados períodos de tempo. Este trabalho tem como objetivo avaliar três softwares para gestão dos processos inerentes a atividades de propriedades rurais. Para esta avaliação foram usados dados baseados na realidade de uma propriedade específica, a fim de simular o controle de entradas de dados e geração de informações ocorrem em seu cotidiano. **DESENVOLVIMENTO:** Os três softwares analisados foram: Agrofincas 5.0, “um sistema de administração de empresas agrícolas voltado para o setor financeiro. Tem como função organizar a área de custos e finanças em geral” [1]. Hábil empresarial, “software para controle financeiro empresarial tendo como característica básica, ser um sistema de fácil manuseio, sem muitas interfaces” [2]. A3 Pecuária, “software destinado ao controle e gerenciamento de fazendas criadoras de animais bovinos, suínos, caprinos, entre outros, podendo ser utilizado em propriedades que ainda não tenham o setor de informática muito evoluído” [3]. Foram avaliadas versões de teste dos softwares apresentados. Os três softwares foram submetidos a testes de funcionalidade [4], com entradas de dados que simularam os tipos de transações observados *in loco* na pesquisa, como número de animais e entradas e saídas de capital no caixa. Desta forma foi possível identificar se os três sistemas conseguiriam operar de acordo com a realidade da propriedade. Algumas dificuldades foram encontradas, como o receio na implantação dos softwares por parte do proprietário, o que é aceitável levando-se em consideração a cultura da região. A busca por softwares que se enquadrassem nas atividades cotidianas da propriedade rural também foi uma dificuldade, mas diante as análises constatou-se que o software que melhor se adequou à estrutura da pesquisa realizada foi o A3 Pecuária, devido à sua simplicidade de instalação, facilidade de manuseio, atendimento dos requisitos e, principalmente, por ter demonstrado nos testes que é capaz de proporcionar ao proprietário a condução de suas tarefas administrativas. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O conhecimento técnico em administração é imprescindível para alcançar bons resultados operacionais em qualquer empreendimento. A administração usa a informação para tomar decisões acertadas neste sentido. Para auxiliar este processo de tomada de decisão, existem os sistemas de informações, que automatizam processos e controlam as transações diárias. Como proposta de trabalhos futuros, propõe-se um acompanhamento mais longo do software escolhido para analisar resultados de sua aplicação na propriedade rural pesquisada. **AGRADECIMENTOS:** Fazenda Santo Antônio, distrito de Santo Antônio do Glória, município de Vieiras **BIBLIOGRAFIA:** [1] AGROFINANCES. Disponível em <<http://www.fhonline.com.br/index-2.html>>. Acesso em 22/05/2014 [2] HÁBIL EMPRESARIAL. Disponível em <<http://www.habil.com.br/>>. Acesso em 22/05/2014 [3] A3 PECUÁRIA. Disponível em

Área do Conhecimento (CNPq) : 6.02.00.00-6 – Administração.

CSA 002

RESPONSABILIDADE SOCIAL COMO FATOR DE COMPETITIVIDADE PARA AS EMPRESAS

Juberlana A. FERREIRA (IC-juberlana@hotmail.com)¹, Aline C. B. da SILVA (IC)¹, Tamara P. R. SILVA (IC)¹, Lillian S. de ARAÚJO (IC)¹ Janainy P. FERREIRA (IC)¹, Aline AMIM (PQ)²

1. Curso de Administração; 2. Professor
Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé – MG.

Palavras-Chave: Responsabilidade Social, Competitividade, sustentabilidade

INTRODUÇÃO: “Não basta sermos cumpridores de todas as nossas obrigações trabalhistas e tributárias, é necessário, também, que nossa gestão esteja pautada na filosofia cooperativista, mantendo uma relação ética e transparente com todos os públicos com os quais nos relacionamos através do estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável” [1]. Como pode ser percebida as práticas de desenvolvimento sustentável e o alcance de metas da UNIMED do Brasil, uma empresa pode ser competitiva e ao mesmo tempo praticar responsabilidade social. Com o objetivo de evidenciar a relação existente entre a responsabilidade social e a competitividade, permitindo a empresa alcançar resultados de sucesso, é proposto um estudo de caso da Unimed Muriaé Cooperativa do Trabalho Médico (UNIMED) – Ltda, uma empresa que vem conquistando títulos consecutivos pelo desenvolvimento de projetos sociais que visam o bem estar da população local, alinhados ao objetivo estratégico apresentado pelo presidente nacional da Unimed. **DESENVOLVIMENTO:** A Unimed com uma unidade em Muriaé, se destaca pela sua transparência ao público, baseado num atendimento de qualidade, ético e de total atenção à saúde. Contando com mais de 160 médicos colaboradores e mais de 9.500 beneficiários, a Unimed preocupa-se não apenas com a prestação de serviços, mas também com o desenvolvimento sustentável nos municípios; estabelecida por uma gestão voltada a princípios essenciais para a preservação dos recursos ambientais e culturais, respeitando a diversidade e reduzindo as desigualdades sociais. Destina-se de 1% a 2% de seu faturamento, podendo chegar até a 3% em projetos sociais nos mais de 60 bairros de Muriaé e região, com implantação em Patrocínio e Miradouro, atingindo em torno de 70% de aceitação ao público alvo e 70% de aproveitamento do projeto em si. São beneficiadas várias entidades como Casa das Meninas, Projeto Reviver (apoio aos dependentes químicos) e Hospital São Paulo, associado à Polícia e Bombeiros. Em Muriaé participam cerca de 4 representantes para realização dos projetos sociais, desde Gerente de Marketing à Gerente Financeiro. Em cada evento que a Unimed realiza dezenas de profissionais são acionados e mais de 500 pessoas são beneficiadas neste dia, com boas ações como: aferição de pressão arterial, teste de glicose, distribuição de fraldas, parcerias odontológicas, entre outros; 2/3 da população participam e elogiam os eventos, que são considerados hoje como um meio de agregar melhorias na qualidade de vida e no atendimento a saúde local. Pesquisas revelam que a Unimed Muriaé e as demais estão em 1º lugar entre as cooperativas de plano de saúde que pautam a disseminação da responsabilidade social e o incentivo de outras cooperativas no fortalecimento de princípios voltados para a construção de uma sociedade mais sustentável. **CONCLUSÕES:** A responsabilidade social está sendo usada não só visando valores para a empresa, mas também como uma ferramenta democrática que tem como objetivo a liberdade, a equidade, justiça social e solidariedade; atos ligados ao cooperativismo que acredita em uma responsabilidade social pelo seu semelhante. Outro fator que leva a um enfoque nas ações sociais é a competitividade nos negócios, um recurso usado como um diferencial para as empresas em meio a um avanço tecnológico e lucrativo exercido pelo mundo empresarial, que destina grande parte de seu patrimônio líquido para verbas sociais, em busca de maior prestígio no mercado consumidor. **AGRADECIMENTOS:** À Unimed e à FAMINAS pelo apoio concedido. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Mohamad Aki, presidente da Central Nacional Unimed. **Responsabilidade Social Empresarial**, 2009. [2] Unimed; <http://www.unimedmuriae.com.br>; [3] Gazeta de Muriaé; <http://www.gazetamuriae.com.br>, acesso em 20/05/2014. **Área do Conhecimento (CNPq):** 6.02.00.00-6 – Administração.

Arthur Freitas V. PEREIRA (IC – arthurfvpereira@hotmail.com)¹, Thalison C. RESENDE (IC)¹, Rômulo C. MELO (IC)¹, Crislân B. GUEDES (IC)¹, Maria da P. MACHADO (IC)¹, Aline R. AMIM (PQ)²

1. Curso de Administração; 2. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavra-Chave: Responsabilidade Social; Ambiental; Administração.

APRESENTAÇÃO: Diante dos desafios do mercado globalizado os temas responsabilidade social e ambiental vêm ganhando importância como instrumento de transformação da sociedade. As empresas que estrategicamente adotam este modelo de gestão, assumem uma função de interesse social tratando de questões como meio ambiente, educação, saúde e outros. O exercício da responsabilidade socioambiental tende a incorporar-se na cultura e no bem-estar da sociedade, associado ao crescimento da própria organização. A cidade de Muriaé-MG é reconhecida como polo confeccionista da região da Zona da Mata, formada por confecções de micro, pequeno e médio porte, geradora de empregos diretos e indiretos. Como estas pequenas empresas se comportam diante do fenômeno da responsabilidade socioambiental? Este estudo pretende abordar e discutir aspectos da responsabilidade socioambiental nas confecções da cidade de Muriaé, examinando as práticas locais destas organizações. **DESENVOLVIMENTO:** A prática da responsabilidade social segundo Orchis [1] "(...) pode agregar valor à imagem da empresa e com isso aumentar sua vantagem competitiva". Tais organizações tendem a influenciar seus futuros consumidores, mantendo talentos que valorizam e respeitam a empresa e declarar seus objetivos claramente, cultivando ações coerentes que indicam a preocupação com a satisfação das necessidades fundamentais da coletividade. Quando uma empresa alcança tal nível de gestão, suas estratégias permitem a criação de valor, para Porter [2] a estratégia competitiva visa estabelecer uma posição lucrativa e sustentável contra as forças que determinam a competição industrial. As empresas do ramo têxtil de Muriaé geralmente utilizam no processo produtivo um layout na fábrica composto de setores, tais como: produção e estoques (matéria-prima e produtos acabados) e outra parte do processo produtivo, chamada de facção, é contratada para a montagem das roupas, devolvendo o lote acabado para a empresa comercializar, sendo remuneradas pela prestação destes serviços. Com o avanço do conceito de responsabilidade social corporativa, as empresas têxteis de Muriaé devem desenvolver métodos, normas e padrões para avaliar o desempenho social, ambiental e ético, criando responsabilidade, treinamento e desenvolvimento, segurança no trabalho, clima organizacional e qualidade de vida, modelo que poderá gerar diretamente reflexos na organização [3], gerando assim, oportunidade de interagir com seus colaboradores, tentando proporcionar um bom ambiente de trabalho o qual estimule seus desempenhos, ou seja, estabelecendo um relacionamento saudável entre o ambiente da organização e o ambiente externo, buscando a qualidade e a interação com a sociedade. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Diante do valor que ações de responsabilidade socioambientais vêm ganhando dentro das práticas de gestão administrativa, o segmento de confecção de Muriaé tem se mostrado ainda incipiente, caracterizando um vasto campo de estudo e ações para que os profissionais de Administração possam explorar. Agir com responsabilidade socioambiental pode trazer resultados muito vantajosos do ponto de vista competitivo do ambiente interno e externo, no entanto, para que possam conseguir e manter tal vantagem competitiva é necessário fazer um diagnóstico correto em todas as áreas das empresas, permitindo conhecer a realidade em que atuam. **BIBLIOGRAFIA:** <<http://www.administradores.com.br/artigos/marketing>> acesso em 27. Ago. 2014. [2] Porter, Michael E., 1977 – Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência. – 2.ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 – 12ª Reimpressão. [3] TACHIZAWA, Takeshy. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira – 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2011.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.02.00.00-6 – Administração

Juliana CORDEIRO (IC – julianacordeirohta@hotmail.com)¹, Maria das Graças Lopes SOUZA (IC)¹, Sara Linhares Belinato da SILVA (IC)¹ e Alexandre Horácio Couto BITTENCOURT(PQ)²

1. Curso de Administração; 2. Professor Faculdade Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé- MG.

Palavras-chave: Descarte, reciclagem e conscientização ambiental.

APRESENTAÇÃO: O lixo urbano tem sido gerado em escala assustadora e a grande maioria dos municípios brasileiros não tem aterro sanitário apropriado ou, caso exista, sua capacidade geralmente se esgota em menos tempo que o projetado [1]. A partir de análises de material bibliográfico e de pesquisas em dados do DEMSUR (Departamento Municipal de Saneamento Urbano), pretende-se verificar qual a situação atual do município de Muriaé no que se refere ao descarte, coleta e reciclagem de resíduos sólidos na cidade. Buscaremos também uma breve análise de gestão ambiental no âmbito empresarial. **DESENVOLVIMENTO:** Os aterros sanitários são o destino dos resíduos sólidos em 27% das cidades brasileiras. Número bem abaixo do que o País precisa, mas que aumentou nos últimos anos, segundo dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, do IBGE. Há uma década, esse mesmo estudo apontou que apenas 17% dos municípios descartavam o lixo em aterros. Ainda segundo dados do IBGE entre os anos de 2010 e 2013 a população do município de Muriaé aumentou 5,6% passando de 100.765 para 105.861 habitantes aproximadamente. Devido ao crescimento populacional e também a necessidade de uma disposição final adequada, ambiental e sanitariamente segura, dos resíduos sólidos urbanos coletados; em janeiro de 2013 foi licitada a obra do Aterro Sanitário de Muriaé, construído na região denominada como Retiro do Campo Formoso, Zona Rural do município, o Aterro terá vida útil de aproximadamente 20 anos. Os resíduos sólidos coletados no município correspondem em média a 70 toneladas por dia. Com o objetivo de redução desses resíduos sólidos, o DEMSUR através do funcionamento da Usina de Triagem de Lixo têm a expectativa de otimizar (reciclar) 40% desses resíduos gerando renda para aproximadamente 35 membros da ASMAM, que desenvolvem a triagem de materiais, prensa e comercialização (materiais recicláveis). Como forma de sensibilizar a população de Muriaé sobre a importância da destinação final e adequada dos resíduos sólidos o DEMSUR vem desenvolvendo projetos de educação ambiental, divulgando ações, conhecimentos e experiências, como por exemplo, os projetos: "Jogue lixo no lixo"; "Bairro limpo, vida saudável"; levando para escolas e empresas palestras de educação ambiental incentivando a mudança de hábitos da população. A repercussão da questão ambiental dentro das organizações e o crescimento de sua importância ocorrem a partir do momento em que a empresa se dá conta que essa atividade, em lugar de ser uma área que só lhe propicia despesas, pode transformar-se em um excelente local de oportunidade de redução de custos, o que pode ser viabilizado, seja através do reaproveitamento e venda dos resíduos, que resultem em produtos mais confiáveis e tecnologicamente mais limpos [2]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Através da pesquisa realizada foi possível analisar a realidade do cenário de resíduos sólidos do município de Muriaé; constatar a importância do administrado na gestão ambiental dentro das organizações que desenvolvem habilidades que incluem entendimento do contexto social e político do ambiente externo e o impacto que esse ambiente gera nas organizações, possibilitando otimizar da melhor forma os resíduos seja através de reciclagem, reaproveitamento ou diminuição do descarte, gerando para a organização economia e uma melhor imagem perante aos consumidores; e principalmente que a educação ambiental representa um instrumento fundamental para a gestão do saneamento e que o envolvimento da população em prol de uma cidade mais limpa gera para o município benefícios ambientais de curto e longo prazo. **BIBLIOGRAFIA:** [1] MOREIRA, Maria Suely: **Pequeno Manual de Tratamento em Sistema de Gestão Ambiental: Meio Ambiente, a empresa e a responsabilidade de cada um** - Nova Lima: INDG Tecnologia e Serviços Ltda, 2005. [2] DONIERE, Denis: **Gestão Ambiental na Empresa** – 2.ed- 15. Reimp. – São Paulo : Alas, 2011. **Área do Conhecimento (CNPq): 6.02.00.00-6- Administração.**

IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE CUSTOS NO SETOR DE RADIOTERAPIA EM UM HOSPITAL ONCOLÓGICO

Jéssica de Almeida **BRAGA** (IC – jessicabraga8272@gmail.com)¹, João Pereira Motta **JÚNIOR** (IC)¹, Marilene do Nascimento **ARAÚJO** (IC)¹, Roberta Lopes **FERREIRA**, Kerolaine Maia **FERREIRA** e Pedro Paulo de Andrade **CAVALHER** (PQ)²

1. Curso de Administração; 2. Professor
Faculdade Minas - FAMINAS - 36880-000 – Muriaé - MG

Palavras-Chave: Gestão de custos, radioterapia, atendimentos.

INTRODUÇÃO: A eficiente gestão hospitalar é considerada os grandes desafios no setor saúde. A sobrevivência das clínicas e hospitais requer medidas drásticas e mudanças nas estratégias de negócios para competir em ambientes dinâmicos e agregar fatores de competitividade. Algumas instituições optam em reduzir a prestação de seus serviços enquanto outras se expandem, inovam e modificam suas estratégias financeiras, ambas visando favorecer o controle dos custos. Nesse âmbito, encontramos que aproximadamente 70% dos custos dos hospitais são vinculados a mão-de-obra, equipamentos e manutenção que representam custos fixos a curto prazo para as instituições. (FALK, 2008). O custo médio de um setor está diretamente ligado ao volume de pacientes atendidos pelo serviço, mas não por conta dos custos variáveis. Os custos variáveis afetam o custo total à medida que o número de atendimentos cresce. Já os custos fixos são compartilhados pela quantidade de paciente atendido. Desta forma, quanto maior o volume de pacientes, menor o custo fixo para cada um dos atendimentos. É essa uma das preocupações dos gerentes hospitalares - controlar os custos fixos e otimizar os atendimentos. Optamos em apresentar os custos do setor de radioterapia do Hospital do Câncer de Muriaé – Fundação Cristiano Varella (FCV), visto que o departamento dispõe de um elevado custo fixo.

MATERIAIS E MÉTODOS: Foram analisados os custos fixos e variáveis do primeiro trimestre de 2014 do setor de Radioterapia do Hospital. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foi selecionado propositalmente, um que tem como característica uma participação superior dos custos fixos em relação aos custos variáveis, a principal causa é a exigência de investimentos em equipamentos e estrutura física. Na instituição, adota-se como prática gerencial a classificação de todos os custos estruturais e de pessoal como custos fixos, restando apenas os custos com medicamentos e materiais hospitalares como custos diretos variáveis. É necessário ressaltar que os gastos com honorários médicos não são considerados, conforme critério contábil da instituição. No período analisado, os custos fixos do serviço representaram em média 98,66% do custo total, ou seja, os custos variáveis tem peso irrelevante para fins gerenciais. É possível identificar claramente o impacto dos custos fixos em relação ao custo unitários dos atendimentos realizados. O custo fixo médio total do serviço foi de R\$190.584,27 e os atendimentos sofreram forte variação, com 2.529 atendimentos em janeiro, 2.432 fevereiro e 1.922 em março. Portanto, devido à redução do número de atendimentos no mês de março, verifica-se um aumento de 28,82% no custo médio por atendimento. **CONCLUSÕES:** Considerando a importância da gestão de custos, pode-se concluir que a eficiência administrativa está diretamente ligada ao controle dos custos da organização. Verifica-se que a proporção elevada de custos fixos provoca um aumento direto no custo unitário dos atendimentos realizados, de forma que qualquer oscilação no número de atendimentos, mesmo decorrente de fatores não controláveis pela instituição, tais como feriados, provocam grande impacto na gestão de custos da unidade. Portanto, o administrador deve dedicar esforços a buscar uma relação ideal entre os custos fixos e variáveis, sendo recomendado a maior participação possível apenas de custos variáveis.

BIBLIOGRAFIA: FALK, J. A., *Gestão de Custos para Hospitais: Conceitos, Metodologias e Aplicações*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2008. **GONÇALVES, E. L.,** *Gestão Hospitalar: Administrando o Hospital Moderno*. São Paulo: Saraiva, 2006. **MINISTÉRIO DA SAÚDE,** Organização Pan-Americana da Saúde, *Introdução à Gestão de Custos em Saúde*. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. **Área do Conhecimento (CNPq): 9.01.00.00-0 - Administração Hospitalar**

SIMPLES NACIONAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Jefferson Braz de **OLIVEIRA** (IC jefferson.braz.oliveira@gmail.com)¹Pedro Henrique **BELAN** (IC)¹, Romullo Carneiro de **MELO**(IC)¹Mara Luiza Gonçalves **FREITAS** (PQ mara.freitas@faminas.edu.br)²

1. Curso de Administração; 2. Professor
FACULDADE DE MINAS – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé – MG

Palavras-chave: Simples Nacional; Micro e Pequenos Negócios.

APRESENTAÇÃO: A carga tributária configura-se numa das principais pautas de interlocução empresarial no país. Para o segmento empresarial, os tributos são considerados entraves relevantes para o desenvolvimento econômico e para a competitividade nacional, enquanto para o Estado, uma obrigação que pode ser convertida, desde que constitucional e legalmente amparada, em benefícios para o cidadão. O estudo que ora se apresenta, portanto, tem o objetivo de realizar uma revisão bibliográfica sobre a Lei Complementar nº 123, de 2006, que “*Institui o Estatuto Nacional da Micro e Pequena Empresa*”, dando particular atenção ao disposto no Título VI, Seção I, que trata dos Tributos e Arrecadação voltados a esse segmento e institui o **SIMPLES NACIONAL**. O propósito da pesquisa, portanto, é examinar a opção tributária oferecida a esse segmento empresarial no escopo do Estatuto. **DESENVOLVIMENTO:** A presente pesquisa é qualitativa, de caráter exploratório. Utiliza como método a pesquisa bibliográfica a partir de dados primários, no caso, a Lei Complementar nº 123 de 2006. O **SIMPLES NACIONAL**, tem como o intuito de unificar tributos federais, estaduais e municipais em um só instrumento [3]. De acordo com Borges, seu objetivo é tornar mais simples a declaração tributária por parte das organizações e arrecadação estatal, tendo ao mesmo tempo o papel de promotor do segmento das micro e pequenas empresas [2]. Tem como principal característica a de ser facultativo. Além disso, possui apresentação única e simplificada de informações socioeconômicas e fiscais. Contudo, não viabiliza modificações ao longo de todo o ano-calendário. As organizações optantes pelo Simples Nacional são enquadrados conforme sua atividade, conforme disposto no texto da Lei Complementar nº 123/2006, alterada através de sanção presidencial publicada no Diário Oficial da União no dia 07 de agosto de 2014, que alterou o chamado SUPERSIMPLES. Sua alíquota de imposto é definida com base na receita dos 12 últimos meses não ultrapassando o limite máximo de R\$ 3,6 Milhões, exceto organizações consideradas Microempresa (ME) onde o faturamento no ano calendário não ultrapasse R\$ 360.000,00 [3]. A modificação inserida em 2014, permitiu a inclusão de 142 atividades da área de serviços dentro desse regime especial de tributação [1].

O propósito da pesquisa buscou verificar como a referida Lei Complementar determina a composição da obrigação tributária para o contexto de Micro e Pequenas Empresas. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conhecer a legislação tributária nacional é de extrema relevância para o trabalho do Administrador. Assim sendo, o presente estudo teve como objetivo a exploração do disposto na Lei Complementar nº 123, de dezembro de 2006, que trata do Estatuto da Micro e Pequena Empresa no Brasil e dispõem sobre regime especial de tributação para as empresas enquadradas em seu escopo. O estudo preliminar permitiu a verificação da importância da norma para estabelecer estratégias tributárias das organizações, ao mesmo tempo em que viabilizou o entendimento da necessidade da realização de novos estudos sobre o assunto para o aprofundamento sobre a temática. **BIBLIOGRAFIA** [1] AGÊNCIA BRASIL. **Lei que altera o Simples Nacional é sancionada**. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2014-08/dilma-sanciona-lei-que-altera-o-simples-nacional>>. Acesso em 21 de agosto de 2014; [2] BORGES, Eduardo. **Entenda o que é o Simples Nacional**. Disponível em <<http://www.endeavor.org.br/artigos/operacoes/aspectos-juridicos/entenda-o-que-e-o-simples-nacional>>. Acesso em 21 de agosto de 2014; [3] RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Simples Nacional**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/LeisComplementares/2006/leicp123.htm>> Acesso em: 21 de Agosto de 2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.02.00.00-6 – Administração

ANÁLISE DA CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DOS JOVENS ENTRE 18 E 24 ANOS DA CIDADE DE MIRAI PARA O MERCADO DE TRABALHO

Thalison Custódio RESENDE (IC – thalisonresende@gmail.com)¹, Romulo Carneiro MELO(IC)¹, Arthur Freitas Varizi PEREIRA(IC)¹, Crislan Barbosa GUEDES(IC)¹, Maria da Penha MACHADO(IC)¹, Aline Reis AMIM(PQ)²

1-Curso de Administração; 2. Professor Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé-MG

Palavras-chave: Mercado de Trabalho, Capacitação

INTRODUÇÃO: O exigente mercado de trabalho opera em constantes mudanças, em parte devido aos desafios que a competitividade impõe às organizações. Se as empresas quiserem prosperar ou sobreviver, precisarão ajustar-se rapidamente às mudanças de forma geral, necessitando, dentre outros quesitos, de trabalhadores mais qualificados [1], diferente do passado, onde a preocupação giravam em torno da tecnologia, do produto ou do processo [2]. E para ingressar nessas empresas os jovens que possuírem um diferencial, ou seja, uma capacitação adequada poderá ter mais chances de se estabelecerem profissionalmente. Este estudo teve como objetivo analisar se os jovens entre 18 e 24 anos da cidade de Mirai têm e 24 anos estão buscando uma formação/capacitação profissional para ingressar no mercado de trabalho. **MATERIAL E MÉTODOS:** Foi escolhido o método quantitativo, através de questionário fechado, aplicado em uma amostra de 90 jovens entre 18 e 24 anos da cidade de Mirai-MG, com a finalidade de coletar informações acerca da capacitação profissional, tais como: formação superior, técnicos, informática, cursos profissionalizantes presenciais e idiomas. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foi observado que 17,7% dos entrevistados já cursaram ou estão cursando uma formação superior, sendo Saúde a área mais procurada, seguido da área de Exatas e Humanas. Além da formação superior o mercado de trabalho necessita de profissionais com cursos técnicos, onde observamos que 13,3% cursaram ou estão cursando uma formação técnica. Como uma grande parte das empresas estão informatizadas, a capacitação em cursos de informática passa a ser uma obrigatoriedade para que os jovens possam iniciar sua busca por oportunidades e com isso foi identificado que 21,1% dos jovens já realizaram pelo menos um curso básico de informática. Os cursos profissionalizantes indicaram ser uma alternativa viável dado que 19,5% dos jovens da cidade de Mirai já realizaram ou estão realizando pelo menos um curso profissionalizante presencial. O fator mais crítico aparenta ser o curso de idioma, onde apenas 5,5% já fez ou está fazendo um curso básico de algum idioma estrangeiro. **CONCLUSÕES:** O estudo indicou que cursos de informática e cursos profissionalizantes são os indicadores mais representativos nesta amostra. Apontou uma baixa capacitação dos jovens da cidade de Mirai no quesito capacitação técnica, indicando uma deficiência de recursos humanos treinados para atender as necessidades das empresas, principalmente se considerarmos a vocação econômica da cidade e região. Outro ponto de destaque é o baixíssimo índice de formação em língua estrangeira, que indica uma desvantagem na competição por vaga de trabalho. Por não ter sido objeto deste estudo, foram levantadas questões que poderão ser alvos de futuras pesquisas, tais como: por ser uma cidade pequena com poucas opções para uma formação superior ou técnica e também devido aos altos custos para realização dos mesmos, entre eles a mensalidade da instituição, passagens para outra cidade, alimentação, livros e etc., qual a importância da participação do governo local, instituições públicas e privadas na formação de recursos humanos capacitados para o mercado? Qual a motivação ou perfil destes jovens? Qual o principal fator de barreira na formação destes jovens?

BIBLIOGRAFIA: [1] GIL, Antonio Carlos. *Gestão de Pessoas*. São Paulo, 1.e.d 2001, p.39 e [2] LACOMBE, F. J. M., *Administração Princípios e Tendências*, São Paulo, 2.ed. Saraiva 2008, p.239.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.02.00.00-6 (Administração)

USO DE REDES SOCIAIS PARA AÇÕES DE ENDOMARKETING NAS EMPRESAS

Maria Clara F. FERREIRA (IC)¹, Lílian Souza de ARAÚJO (IC)¹, Janainy Pereira FERREIRA (IC)¹, Rómulo C.de MELO (IC)¹, Tamara Priscila Ribeiro. SILVA (IC)¹, Nilton FREITAS JR.(PQ)²

1-Curso de Administração; 2. Professor Faculdade Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavra-Chave: Marketing interno, Endomarketing, Redes sociais

Introdução: O marketing é um grande diferencial para empresas que buscam ser reconhecidas pelo público, tanto no ambiente externo quanto no interno. Neste último, as empresas utilizam uma ferramenta para trabalhar o marketing junto a seus colaboradores: O Endomarketing. Segundo Brum [1], ações de endomarketing devem dar ao funcionário educação, carinho e atenção, fazendo com que ele se torne preparado para encantar e entusiasmar o cliente. O Endomarketing, portanto, tem como principal objetivo fortalecer a relação da empresa com o funcionário, e deste com o cliente. Um novo paradigma para ações de Endomarketing é o uso de redes sociais que permitam à empresa fornecer informações tanto para seus colaboradores quanto para os clientes. A proposta deste trabalho é mostrar a importância e a necessidade que as empresas passam a ter, diante da globalização e modernização do mercado, de incorporar o Endomarketing, aliado à Tecnologia da Informação (TI), à sua cultura organizacional. **Desenvolvimento:** As redes sociais tornaram-se um grande, fácil e rápido meio de comunicação, um instrumento com grande potencial para o marketing em uma empresa. A partir do uso de redes sociais, uma empresa pode estimular equipes mais comunicativas e bem informadas, já que atualmente as pessoas trouxeram as redes sociais para seu cotidiano, fazendo dela o novo meio de se comunicar e de se informar. O relatório “Tech Trends 2012” [2] constata que a tecnologia é parte cada vez mais integrante das organizações. O estudo estima que cerca de 1,5 bilhão de pessoas em todo mundo usam as redes sociais. O estudo *Latim America Social Media Check-up* [3] constatou que, em 2012, 88% das empresas brasileiras utilizavam pelo menos uma rede social como meio de comunicação. O número cresceu aproximadamente 25% em 3 anos. Tais pesquisas comprovam a relevância da associação entre o Endomarketing e o uso das redes sociais. A administração pode, portanto, explorar este cenário e desenvolver ações que mantenham seus colaboradores sempre bem informados sobre a própria empresa. Pode motivar sua empresa usando o poder e a visibilidade da rede social, como, por exemplo, reconhecer publicamente um trabalho bem feito, enviar-lhe uma mensagem escrita elogiando o trabalho e solicitar ideias para demonstrar sua importância. O resultado previsível é que estes colaboradores, que também mantêm seus próprios relacionamentos nas redes sociais, tendam a expandir informações relevantes sobre a empresa. Isto pode fazer com que o alcance das estratégias de marketing seja exponencialmente maior. **Considerações Finais:** O Endomarketing demonstra a importância da empresa se preocupar com seus colaboradores. Incorporar as ferramentas de redes sociais à estratégia do Endomarketing, juntamente com a possibilidade de maior integração entre empresa e funcionário, fazem com que essa ideia seja bem vinda. Através do uso das redes sociais como ação de Endomarketing os funcionários ficam atualizados sobre os acontecimentos da empresa, ficam motivados e acima de tudo desenvolvem uma comunicação alinhada, rápida e segura, tornando também um grande diferencial entre as empresas. **Bibliografia:** [1] BRUM, A.M. *Um olhar sobre o Marketing Interno*. L&PM, Porto Alegre, 2000. [2] REDAÇÃO IMASTERS. *Para IBM, 1,5 bilhão de pessoas usa redes sociais regularmente*. Disponível em <<http://imasters.com.br/noticia/para-ibm-15-bilhao-de-pessoas-usa-redes-sociais-regularmente>> Acesso em 15-07-2014. [3] B.I. INTERNATIONAL. *Cresce número de empresas brasileiras nas redes sociais*. Disponível em <<http://www.biinternational.com.br/blog/cresce-numero-de-empresas-brasileiras-nas-redes-sociais>>. Acesso em 15-07-2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.02.00.00-6 – Administração

Crislan B. GUEDES (IC – crislanguedes@hotmail.com)¹, Maria Olívia M. CALAIS (IC)², Rômulo C. de MELO, Arthur F. V. PEREIRA, Thalison C. RESENDE, Aline R. AMIM (PQ)³

1. Curso de Administração; 2. Curso de Direito; 3. Professora Faculdade Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Administração; Políticas Públicas; desenvolvimento
APRESENTAÇÃO: As atividades administrativas são complementares entre si e sujeitas a envolver setores diversos, realizando funções que emanam do direito público, do direito privado, do governo e dos atos administrativos propriamente ditos. Para se compreender o vínculo entre administração pública e sociedade deve-se analisar separadamente o objeto de estudo e as aspirações de tais partes. Diante da crescente demanda popular, este trabalho objetiva apreciar o papel dos profissionais da Administração, que com a elaboração de novos projetos e padrões de gerenciamento e operações, destinados a atender as necessidades e interesses da população por meio de diversas atividades, cada qual com características jurídicas e técnicas próprias, com observância da legalidade, contribuem para o desenvolvimento do país. **DESENVOLVIMENTO:** O ato de administrar, de um modo geral, é um processo que visa colocar em ação determinados planejamentos, metas e meios que irão tornar tal ação satisfatória, contando com os princípios básicos da Administração: Planejar, Organizar, Liderar, Controlar e Executar. Especialmente a Administração Pública, no aspecto funcional, conceitua-se como um conjunto de atividades do Estado que auxiliam as instituições políticas de cúpula no exercício das funções de governo, que organizam a realização das finalidades públicas a fim de produzir serviços e utilidades para a população, como por exemplo, ensino público, calçamento das ruas, coleta de lixo. Já o ato de conciliar a vontade política com os anseios e necessidades dos componentes sociais classifica-se como políticas públicas. Essas são ações provindas do ente estatal para obedecer ao que está imposto nas normas constitucionais fundamentais para o ser humano, ou seja, aquelas que visam o bem estar. O termo geral "políticas públicas" engloba as políticas de economia, saúde, educação, trabalho, meio ambiente, tecnologia e outras, que auxiliam o desenvolvimento do país. A área de Recursos Humanos está incumbida de estabelecer caminhos como a criação e reestruturação de carreiras e cargos, a correção de distorções na remuneração de profissionais, a política de concursos e a política de capacitação[3] que vão proporcionar o atendimento a essas políticas públicas e aumentar o número de profissionais qualificados no mercado. Atualmente, um ramo propício para tal efetivação do que se almeja, é o administrativo. A administração pública tem como objetivo maior utilizar e reformular padrões de gerenciamento e operação, conceder maior eficiência de atividades administrativas e reduzir a burocratização para introduzir flexibilidade, descentralização e práticas democráticas[2] a fim de atender a demanda pública e seus interesses, contando com a modernização, quanto à qualificação e iniciativa de novas ideias e projetos, de profissionais que ocupam essas áreas. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Para que o vínculo entre a sociedade e o papel da administração pública seja harmoniosa e produtiva, é necessário a conscientização dos cidadãos aos assuntos que remetem a administração pública junto com seus padrões de execução e sobre tudo aquilo que o âmbito das políticas públicas favorece a sociedade, além da elaboração de uma nova proposta de reforma administrativa, com deias como a Administração a serviço público, Administração eficiente, ágil e rápida, para atender adequadamente às necessidades da população, o que facilitará o combate à corrupção; economicidade e Administração de resultados e predomínio da publicidade sobre o segredo[1]. Também, para a harmonia e eficácia no meio trabalhista desses profissionais é vantajoso que se adote a cultura do diálogo, para fortalecer o trabalho em grupo. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Medaaur, Odete. **Direito Administrativo Moderno**, 5ª edição. Editora Revista dos Tribunais; [2] Mujalli, Walter Brasil. **Administração Pública, Servidor Público, Serviço Público**, Volume 1. Ed. Bookseller [3] http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/seges/PUB_Seges_Mare_caderno11.PDF;

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

Área do Conhecimento (CNPq): 6.02.00.00-6 – Administração

Maria das Graças Lopes SOUZA (IC- mariadasgracaslopesouza@gmail.com)¹, Sara Linhares Belinato da SILVA (IC)¹, Juliana CORDEIRO (IC)¹ e Alexandre Horácio Couto BITTENCOURT (PQ)²

1-Curso de Administração; 2. Professor Faculdade de Minas-FAMINAS- 36880-000- Muriaé- MG

Palavras- Chave: Ambiente, Sustentabilidade e Futuro.

Introdução: Desenvolvimento Sustentável é um dos temas mais falados e estudados nesse século, onde são discutidos assuntos como: maneiras de cuidar do meio ambiente, reciclagem e reaproveitamento de resíduos e sustentabilidade. O Desenvolvimento Sustentável procura satisfazer as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades. Sustentabilidade Ambiental consiste na manutenção das funções e componentes do ecossistema, de modo sustentável podendo igualmente designar-se como a capacidade que o ambiente natural tem de manter as condições de vida para as pessoas e para outros seres vivos; tendo em conta a habitabilidade, a beleza do ambiente e sua função como fonte de energias renováveis[1]. Através do trabalho se propõe uma análise do conhecimento e assimilação da população de Muriaé sobre o conceito e práticas atuais de desenvolvimento sustentável. **Material e Métodos:** A pesquisa foi realizada na cidade de Muriaé- MG, através de um questionário semiestruturado aplicado em uma amostra de 100 pessoas, com sexo feminino e masculino, faixa etária entre 18 a 65 anos. Possibilitando o levantamento de dados sobre o Desenvolvimento Sustentável, foram abordados temas como o conceito, valorização de produtos orgânicos e consciência ecológica. **Resultado e Discussão:** Depois da tabulação das informações obtidas no questionário verificou-se que 60% dos entrevistados disseram saber o que significa desenvolvimento sustentável, enquanto 40% desconheciam totalmente o assunto; um pouco mais da metade, 55% consideram produtos industrializados melhores do que produtos orgânicos; enquanto 40% dos entrevistados concordam que produtos orgânicos sejam mais caros, 60% não concordam com o preço final dos produtos; 65% acham que empresas com consciência ecológica são melhores no desempenho organizacional do que empresas sem esta consciência e 35% acham que não tem relação entre o desempenho e a questão ecológica; a maioria de 80% dos entrevistados consideram importante que as empresas adotem procedimentos visando o desenvolvimento sustentável e uma minoria de 20% não consideram importante. Através dessas verificações foi constatado que a maioria das pessoas tem o conhecimento, mesmo que básico, sobre a temática e que porém na prática não sabem como agir e se relacionar com o assunto[2]. **Conclusões:** Considerando a importância do assunto no cenário atual mundial, verificamos que ainda muitas pessoas não sabem ou não praticam ações voltadas para o meio ambiente; para maior conhecimento da população precisaria ser feito um trabalho de comprometimento e conscientização por meio de canais abertos de comunicação e redes sociais; possibilitando que num futuro próximo as pessoas além de consciência criem hábitos sustentáveis que gerariam benefícios para a sociedade atual e também para as sociedades futuras. **Agradecimentos:** À FAMINAS apoio para a realização do trabalho.

Bibliografia: [1]TACHIZAWA, Takeshi: **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa: Estratégias de Negócios Focadas na Realidade Brasileira**- 2ed. revista e ampliada- São Paulo: Atlas, 2004. [2] VALLE, Cyro Eyer do: **Qualidade Ambiental: ISO 14000**- São Paulo: Editora Senac, 2002.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.02.00.00-6- Administração

CSA 011

APLICAÇÃO DE MÉTODOS DE ADMINISTRAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO E PROTOCOLOS PARA INÍCIO DO TRATAMENTO DO CÂNCER DE ESÔFAGO.

Nayara Aparecida Bagle FRANCISCO (IC - nayarabagle@hotmail.com)¹, Luiz Augusto Bagle FRANCISCO (IC)¹, Helena Clélia Bouzada FRAGA (IC)¹, Pedro Paulo de Andrade CAVALHER (PQ)²

1. Curso de Administração; 2. Professor Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé – MG

Palavras – Chave: Gerenciamento, Protocolo, Câncer.

INTRODUÇÃO: Há tempo que a administração estuda a contribuição que ambientes organizados e metodicamente planejados trazem para a otimização e produtividade dos processos operacionais. Na área hospitalar essa realidade não é diferente e, a organização dos fluxos de atendimento e assistência aos clientes, contribuem decisivamente para a agilidade do acesso, qualidade e satisfação dos usuários aos serviços ofertados. E, mais importante, por tratar-se de serviços de alto impacto para condição de saúde, muitas vezes com reflexos até mesmo para sua sobrevivência, os serviços hospitalares devem buscar o nível máximo de performance possível, o que só se atinge com administração sofisticada e eficiente. Para gerenciar o início do tratamento em pacientes diagnosticados com câncer de esôfago, foi criado um protocolo, na Fundação Cristiano Varella- Hospital do Câncer de Muriaé (HCM). De acordo com a Lei 12.732/12, o início do tratamento oncológico deve ocorrer em até 60 dias após a confirmação da doença. Os pacientes são encaminhados ao Gerenciamento de Protocolos, sendo agendados exames, consulta com equipe multidisciplinar para definição do tratamento. O estudo tem como objetivo corroborar com a eficácia do gerenciamento de protocolos na administração e organização do tempo e método de trabalho para que de maneira fidedigna o paciente receba tratamento completo no combate ao câncer. **MATERIAL E MÉTODOS:** Para análise os dados foram buscados em planilhas eletrônicas referente a março/14, com autorização do HCM e dados dos pacientes mantidos em sigilo. O controle é feito diariamente com lançamento de procedimentos que o paciente foi submetido, para evitar absenteísmo é feito o contato telefônico antecipado reforçando os agendamentos. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Segundo o Instituto Nacional do Câncer-INCA, o câncer de esôfago é o sexto mais diagnosticado entre homens e o 15º entre as mulheres. A escolha dessa patologia para gerenciamento é devido a percepção que 62% dos pacientes atendidos no mês de março são homens. Focado no objetivo principal: tempo de início do tratamento, os dados demonstram que todos os pacientes foram acompanhados desde o início, respeitando os prazos estipulados em dias úteis que são: 10 para primeira consulta; 10 para realização de exames e 15 para consulta com equipe multidisciplinar. Após a consulta de retorno o prazo em dias úteis são: 20 para realização de cirurgia, 35 para realização de radioterapia e 60 para realização de quimioterapia após encaminhamento médico. O resultado esperado de 100% não foi atingido apenas nos exames para estadiamento devido à grande demanda de exames realizados na instituição. Os pacientes são acompanhados até o desfecho do tratamento, portanto verificamos que após cinco meses do diagnóstico os 14 que foram admitidos no mês de março encontram-se nos seguintes desfechos clínicos: 13 em tratamento e um em cuidados paliativos. **CONCLUSÕES:** Considerando a complexidade do ambiente hospitalar e como é importante aliar um trabalho de qualidade com definição de prazos. O HCM busca proporcionar bem estar e garantir realização adequada do tratamento aos pacientes. Salientamos a importância da Administração Hospitalar e um gerenciamento adequado, garantindo adesão dos pacientes aos tratamentos indicados. **BIBLIOGRAFIA:** [1] JUNIOR, G.D.G; VIEIRA, M.M.F. Qualidade total e administração hospitalar: explorando disjunções conceituais. *Revista Ciência e saúde coletiva*, vol.7, n. 2. São Paulo, 2002. [2] INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER (INCA). Tipos de câncer: esôfago, s/d. [3] BORBA, V.R.; LISBOA, V.R.; ULHÔA, W.M.M (Cols.) *Gestão Administrativa e Financeira de Organizações de Saúde*. Editora Atlas S.A. São Paulo, 2009. **Área do Conhecimento (CNPq): 9.01.00.00-0 - Administração Hospitalar**

CSA 012

FAMÍLIA E EMPRESA: O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO ENTRE COLABORADORES E FAMILIARES COMO FATOR MOTIVACIONAL NA EMPRESA CONFECCIONISTA “CHINELOS PUFF”.

Sara Linhares Belinato da SILVA (IC – linharessara@yahoo.com.br)¹, Juliana CORDEIRO (IC)¹, Maria das Graças Lopes SOUZA (IC)¹ e Francisco de Assis FERREIRA (PQ)².

1-Curso de administração; 2. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Motivação, iniciativas, resultados.

APRESENTAÇÃO: O ciclo motivacional começa com o surgimento de uma necessidade. A necessidade, por sua vez, é uma força dinâmica e persistente que provoca comportamento e, ao surgir, a necessidade rompe o estado de equilíbrio do organismo, causando um estado de tensão, insatisfação, desconforto e desequilíbrio [1]. O estudo proposto refere-se a uma organização de cuja característica principal dos seus funcionários é a predominância do sexo feminino. Essas mulheres conciliam na maioria das vezes, por serem mães de família, o trabalho e atividade doméstica. Diante desse cenário propõe-se a análise do ambiente interno da organização e como o ambiente externo, principalmente no que se refere ao familiar, afeta o futuro organizacional. **DESENVOLVIMENTO:** A arte de manter pessoas nas organizações são processos utilizados para criar condições ambientais e psicológicas satisfatórias para as atividades das pessoas. Inclui a administração da cultura organizacional, clima ambiental, disciplina, higiene, segurança e qualidade de vida [2]. Através de uma verificação interna na empresa, foi identificado um alto nível de desmotivação e absenteísmo por parte das funcionárias decorrentes de fatores familiares, como falta de horários compatíveis com os horários escolares dos filhos, tempo para o preparo de almoço insuficiente, entre outros. Visto que esses fatores refletiam diretamente na produtividade e eficiência das colaboradoras no ambiente de trabalho e que: nas organizações atuais o conceito de adaptação do trabalho ao homem é muito utilizado [3] a empresa comprometeu-se a criar um ambiente organizacional que minimize os impactos que a atividade empresarial causa nas famílias. O gestor da organização implementou medidas como por exemplo, a criação de um refeitório que possa fornecer o preparo de almoços variados e saudáveis tanto para as colaboradoras quanto para seus familiares, otimizando o horário de almoço de todos; essa ação foi possível através de três fontes de financiamento: 1/3 (um terço) do valor é arrecadado com a reciclagem de resíduos da própria organização, o empresário arca com outro 1/3 e o restante equivalente a 1/3 é rateado pelas próprias colaboradoras. Para outras atitudes de integração entre família e empresa foram adotados diversos eventos de confraternização, dias de lazer, etc. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Por meio da análise do ambiente interno da organização e seus fatores motivacionais, constatou-se que o comprometimento das pessoas para com a organização deve ser uma via de mão dupla, onde os colaboradores empregam sua força de trabalho para o sucesso da organização e em contra partida, os gestores precisam estar atentos para perceberem discordâncias, conflitos e causas de desmotivação e após verificações adotar métodos e postura de sensibilização e empenho ao máximo para que haja resultados positivos como na empresa “Chinelos Puff”, que alcançou a minimização dos efeitos negativos e a diminuição considerável da desmotivação e rotatividade dos colaboradores, sendo restaurado assim, um clima agradável e de confiança entre as partes envolvidas. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS, principalmente ao professor e orientador Francisco de Assis pelo apoio e suporte à elaboração deste projeto e à empresa Chinelos Puff pelas informações concedidas. **BIBLIOGRAFIA:** [1] CHIAVENATO, Idalberto. *Recursos humanos: o capital humano das organizações*. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. [2] CHIAVENATO, Idalberto. *Gestão de pessoas: e o novo papel dos recursos humanos nas organizações*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. [3] WEIL, Pierre. *Relações humanas na família e no trabalho*. 54. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008. **Área do Conhecimento (CNPq): 6.07.00.00-9 – Ciência da Informação**

João Pereira Motta **JÚNIOR** (IC – mott.junior@gmail.com)¹, Jéssica de Almeida **BRAGA** (IC)¹, Fernanda Sarah **BECALITO** (IC)¹, Thamara Veríssimo Campos Silva **MELO** (IC)¹ e Pedro Paulo de Andrade **CAVALHER** (PQ)²

1. Curso de Administração; 2. Professor
Faculdade Minas - FAMINAS - 36880-000 – Muriaé - MG

Palavras-Chave: Meio ambiente, Resíduos, Químico.

INTRODUÇÃO: A compreensão que descartar de forma incorreta resíduos pode acarretar prejuízos ao homem e meio ambiente é atual. Segundo Valle 2002, esta consciência veio a partir da década de 1960, junto aos primeiros movimentos ambientalistas quando identificadas contaminações em águas de países industrializados, como na baía de Minamata, no Japão. Buscando preservar a saúde pública e o meio ambiente, medidas e normas foram empregadas, responsabilizando as organizações pelo gerenciamento e descarte correto de todos os resíduos gerados. As empresas devem procurar reduzir impactos e efeitos das atividades por ela desenvolvidas no contexto da comunidade que se insere [2]. Na última década, observou-se grande evolução nos aspectos legais, porém em alguns serviços de saúde ainda há grandes deficiências no descarte de resíduos. A prática adequada para os rejeitos, minimiza riscos para colaboradores envolvidos no manuseio e os prejuízos para o meio ambiente e sociedade, proporciona um marketing favorável, além de promover a responsabilidade social. A instituição analisada, Hospital do Câncer de Muriaé (HCM) possui seu Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde (PGRSS) conforme a resolução: RDC Nº 306, de 07 de dezembro de 2004 controlando o descarte dos resíduos produzidos firmando o compromisso com o meio ambiente e sociedade.

DESENVOLVIMENTO: Para estudo de caso, foram coletadas informações sobre os resíduos da Classe B - Químicos gerados pela instituição. Os tipos de resíduos químicos são: produtos de insumos farmacêuticos, químicos dos equipamentos laboratoriais e seus reagentes, sólidos e líquidos contendo metais pesados, resíduos de produtos hormonais, antimicrobianos, citostáticos, antineoplásicos, imunossupressores, digitálicos, imunodulares e antiretrovirais, pilhas, baterias e acumuladores de carga, reveladores e fixadores de filmes de raio-X, metais, semi-metais perigosos e recipientes pressurizados. O descarte dos resíduos químicos é realizado da seguinte forma: são acondicionados em sacos plásticos ou coletores resistentes a ruptura e vazamento, de cor laranja e classificado com a simbologia internacional de produto tóxico/ resíduos perigosos. A segregação correta no ponto de geração dos resíduos, reduz substancialmente os custos de tratamento e destinação final das diversas frações[3]. O processo de segregação dos resíduos classe B tem o custo médio mensal de R\$ 5.992,00 para a instituição, e são recolhidos pela empresa Pró-Ambiental Soluções em Resíduos, que é responsável pela coleta, descontaminação e destinação correta[2].

CONCLUSÕES: A instituição busca ações para minimizar impactos ambientais e procura desenvolver entre os colaboradores o consumo consciente, aprimorando os pedidos de compra, evitando sobra ou desperdício de produtos quimioterápicos, segregando os seus resíduos conforme as normas ambientais estabelecidas e sempre que possível faz uso de produtos biodegradáveis. Além de preservar o meio ambiente o hospital ganha destaque pela manutenção de um serviço de gestão ambiental. No ano de 2013 a instituição conquistou o prêmio de sustentabilidade pela empresa MFC Consultoria– Juiz de Fora. Ficou evidenciado que é possível colher bons frutos tanto no âmbito financeiro quanto social, também contribuir para uma relação melhor do homem com a natureza.

BIBLIOGRAFIA: VALLE, C. E., *Qualidade Ambiental: ISO 14000*, 11ª Ed. São Paulo: Editora Senac, 2002; TACHIZAWA, Takeshy, *Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa*. 7ª Ed. São Paulo: Editoras Atlas, 2011. VARGAS, R. V., *Gerenciamentos de Projetos*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: BRASPORT, 2000. **PGRSS:** Programa de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde – PGRS. Hospital do Câncer de Muriaé, 2013/2014

Área do Conhecimento (CNPq): 9.01.00.00-0 - Administração Hospitalar

Fabio Jose **COUTINHO**, (IC – fabiojose_coutinho@yahoo.com)¹, Stanley Carneiro **SANTOS** (IC)¹, Airton Bouzada **LOPES** (IC)¹, Alberione Coelho **MARTINS** (IC)¹, Wesley Bruno **OLIVEIRA** (IC)¹, Francisco Carvalho **CORRÊA** (PQ)¹

1. Curso de Direito; 2. Professor Orientador Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé – MG

Palavras-chave: Novo, força Policial, eficácia.

INTRODUÇÃO: Devido a inúmeros acontecimentos recentes relativos a manifestações em todo o Brasil ressurgiu um questionamento antigo sobre surgimento de um novo modelo policial vislumbrado na unificação da Polícia Militar e Civil, indagando o que iria repercutir na sociedade contemporânea, bem como o que pensa os integrantes dessas instituições. Segundo Bicudo (2000) aconselham os países desenvolvidos, uma polícia civil a serviço do povo. Contudo, deixa-se de aprofundar na questão e disfarça-se a falta de eficácia, respaldando em argumentos que favorecem a inércia e o corporativismo. A ONU já se manifestou a favor dessa idéia.

MATERIAL E MÉTODOS: Com a finalidade de trazer à tona a divulgação, reflexão e o desencadear desse dilema na vida do cidadão, foi realizada uma pesquisa de um questionário quantitativo, aplicado aos Policiais Militares, Civis e estudantes de Direito, tendo como público alvo pessoas de 18 a 56 anos, formando um total de 20 pessoas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Após a licação do questionário, obtivemos como resultado que 65 % dos entrevistados são piamente a favor da unificação, onde 75% dos policiais militares também são a favor, entre os praças, bem como 90% dos Policiais Civis, se referindo aos agentes. Quanto aos estudantes de Direito, foi detectado que cerca de 70% são a favor da unificação; contudo, mostram-se receosos quanto a ingerência e quem iria ser subordinada a quem. Quando perguntados o que acham sobre a palavra chave que caracterizaria essa unificação, 60% afirmam que seria a eficácia na prestação de serviço, 25% união entre eles e 15% mostraram que iria influenciar na dignidade da pessoa humana.

CONCLUSÃO: Através dos entrevistados, pode-se notar que a maioria é a favor da unificação. Entretanto, observou-se que este fator, embora fosse melhorar, não é o mais importante para que substancialmente a Segurança Pública tivesse realmente uma inequívoca transformação, fazendo os pesquisados menção a leis mais severas, aplicação efetiva delas, maior investimento na educação, melhoria no salário dos policias e na sua formação.

AGRADECIMENTOS: Aos Policias Militares, Policiais Civis e estudantes de direito do 6º período noturno.

BIBLIOGRAFIA: BICUDO, Hélio. **BRASIL: DILEMAS E DESAFIOS III**. A unificação das polícias no Brasil, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142000000300010&scrypt=sci_arttext>. Acesso em: 21 de Agosto de 2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

CSA 015

ANÁLISE DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS SOB A ÓTICA DO POLICIAL MILITAR: EXPERTISE OU UTOPIA?

Fabio Jose **COUTINHO**, (IC – fabiojose_coutinho@yahoo.com)¹, Jozadak de Oliveira **MENDES** (IC)¹, Edson de Paula Lima **JUNIOR** (IC)¹, Felipe Paula da **SILVA** (IC)¹, Cesar Gonçalves de **CARVALHO** (IC)¹, Francisco Carvalho **CORRÊA** (PQ)¹

1. Curso de Direito; 2. Professor Orientador
Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé – MG

Palavras-chave: Modus Operandi, Paradigma, fomentar.

INTRODUÇÃO: O aparato policial gradativamente sofre inúmeras transformações em seu modus operandi devido aos progressos sociais, eclodindo a necessidade em strito senso de o Policial Militar moldar-se perante as transformações. Surgindo assim a pergunta, qual a reflexão do Policial Militar diante do Programa Educacional de Resistência às Drogas que é desenvolvido pelas Polícias Militares dos Estados nas escolas? Segundo Padilha (2014), não se criou este ambiente ao público interno, surgindo com isso distorções conceituais, desdobrando a referida pergunta em outra, o que a Instituição tem feito para mudar esse quadro? **MATERIAL E MÉTODOS:** Assim foi desempenhada uma pesquisa de um questionário quantitativo, realizado com o público interno da reserva e ativa, com a faixa etária de 18 a 56 anos de Muriaé-MG, formando um total de 20 pessoas. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Ao mensurar as respostas do questionário, alcançamos como resultado que 75% dos policiais fizeram algum curso na área de prevenção que é a filosofia do policial em contato com a comunidade, 100% dos entrevistados acreditam que a ferramenta da educação orientada serve para prevenir a problemática da criminalidade. Das respostas adquiridas sobre o principal fator que dificulta a eficácia do programa, as resposta que se destacaram foram que: existem pouquíssimos instrutores; e as autoridades responsáveis não se unem para fortalecer o programa. **CONCLUSÃO:** Analisando pormenorizadamente as afirmativas dos entrevistados, pode-se observar que o resultado está intimamente ligado ao referido policial fazer um curso na área de prevenção, pois o referido curso, de uma maneira geral, amplia o entendimento do profissional de segurança pública, sob intervenções não meramente pragmáticas, ou seja, policial e cidadão juntos interagindo para identificar e solucionar o problema. Assim, a ótica desse policial passa a enxergar que o Programa Educacional de Resistência às Drogas tem sua expertise na sua estratégia operacional que são a prevenção às substâncias ilícitas, tráfico de drogas e violência. Entretanto, observou-se que é necessário um maior comprometimento das esferas superiores com fulcro na sinergia, para que assim o efeito da educação preventiva orientada alcance seu auge, promovendo efetivamente a paz social. **AGRADECIMENTOS:** Aos Polícias Militares e à FAMINAS. **BIBLIOGRAFIA:** PADILHA, A.R. A.; SILVA, W.R. **O relacionamento do policial militar com a comunidade**. Disponível em: <http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/gestao_de_politicas_publicas_no_parana_coletanea_de_estudos/cap_4_seguranca_publica/capitulo_4_4.pdf>. Acesso em: 23 de Agosto de 2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

CSA 016

PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE FRENTE AO CRIME PRETERDOLOSO

Fabio Jose **COUTINHO**, (IC – fabiojose_coutinho@yahoo.com)¹, Raimundo Nonato de Oliveira **NETO** (IC)¹, Alberione Coelho **MARTINS** (IC)¹, Wesley Bruno Oliveira **ALMEIDA** (IC)¹, Edson de Paula Lima **JUNIOR** (IC)¹, Stefanine Michaelle Alvim Lacerda **GOMES**(PQ)¹

1. Curso de Direito; 2. Professor Orientador
Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé – MG

Palavras-chave: Reflexos, ponderação, vida.

INTRODUÇÃO: Sabemos que o Direito está diretamente ligado a evolução cultural, tecnológica, social, entre outros. Contudo, inquire-se nesta dinâmica até que ponto a lei está na mesma dimensão da justiça material. Assim, ao avaliar a ponderação do princípio da proporcionalidade onde revela que as penas devem ser proporcionais à gravidade da infração penal [1] e o crime preterdoloso onde inicia-se o crime menos grave com dolo, contudo o resultado da infração penal finaliza-se mais grave. Na mesma linha de raciocínio, procurou se analisar a equivalência do bem jurídico, vida e patrimônio[2]. **MATERIAL E MÉTODOS:** Com a finalidade de revelar a magnitude do assunto devido à carga de subjetividade e as diversas opiniões e julgados. Assim, os alunos que já assimilaram esta matéria, tiveram a oportunidade de participar do referido questionário quantitativo, aplicado na Faminas de Muriaé - MG, tendo como público alvo alunos do 6º período do curso de direito na faixa etária de 20 a 56 anos, formando um total de 20 pessoas. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Após a aplicação da pesquisa de campo, obtivemos como resultado que 50% dos entrevistados anseiam por leis mais severas e outros 50% que as já existentes sejam realmente cumpridas, conseqüentemente 100% não estão satisfeito atualmente; 60% dos entrevistados afirmam que a lei latu sensu é aplicada com a devida proporcionalidade pelos juízes. E em strictu sensu 90% dos entrevistados afirmam que a pessoa que comete o crime do artigo 157 parágrafo terceiro (roubo seguido de morte) deveria responder por concurso de crimes e não apenas sua forma qualificada, onde surge a discussão, o que implicaria apenas a diferença de crime único para concurso de crimes? A resposta vem atrelada ao momento da dosimetria do artigo 59 do código penal, onde proporciona certamente o aumento da pena. **CONCLUSÃO:** Através da análise dos entrevistados observou-se a indubitável incongruência com o princípio da proporcionalidade, pois, levando-se em consideração o dolo eventual, o agente assume o risco de tal prática em que pese sua intenção não era a morte(s) do sujeito(s) passivo(s) ele assumiu o risco. A não análise desse fato prejudica diretamente o efeito pedagógico e preventivo da lei penal frente aos agentes que praticam as infrações penais. Portanto, defendemos maior aprofundamento e debates com foco não meramente teórico e sim com reflexos na esfera legislativa e no mundo jurídico, pois o complicador da grande demanda existente no judiciário, não pode servir de subterfúgio para ofender o princípio de suma importância em nosso direito que é o princípio da proporcionalidade. **AGRADECIMENTOS:** Aos alunos do 6º período de Direito da FAMINAS e sociedade de Muriaé- MG. **BIBLIOGRAFIA:** [1] NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**. 8ª. ed. São Paulo: p. 91, Revista dos Tribunais, 2012; [2] GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**. 9ª. ed. Rio de Janeiro p. 75-77, Impetus, 2012;

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

Tayná Porfiro **COSTA (IC – tataporfiro@hotmail.com)**¹ Mayra Fonseca da Silva **FREITAS (IC)**¹ Luísa Souza **BITTENCOURT (IC)**¹, Isabela Carvalho **LOURENÇO (IC)**¹, Fernanda Carolina **OLIVEIRA (IC)**¹ e Francisco Carvalho **CORREA (PQ)**³

1. Curso de Direito; 2. Professor
Faculdade Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Aborto, Anencéfalos, Direito Sucessório, Vida.

APRESENTAÇÃO: O presente trabalho vem tratar da decisão tomada pelo Superior Tribunal Federal sobre a ADPF nº 54, Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental interposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS), na qual torna ilegítima qualquer aplicação do Código Penal, que venha penalizar o aborto de fetos anencéfalos, defendendo com tal fundamento, a violação da liberdade e autonomia de vontade, os preceitos da dignidade da pessoa humana e o direito à saúde. **DESENVOLVIMENTO:** Há pontos que devem ser observados devido a decisão tomada pelo Superior Tribunal Federal, o direito a vida por se tratar de cláusula pétrea, com previsão legal no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, resguarda os direitos do nascituro desde a concepção, com a ADPF nº 54 poderá a gestante optar pelo aborto sem a necessidade de autorização judicial quando diagnosticada a anomalia, existem discussões a respeito da decisão do Superior Tribunal Federal no âmbito do Direito Sucessório, pois ao nascer com vida o feto tem direito sucessórios resguardados, ao passo que o aborto não resguarda esse direito. A anencefalia varia de acordo com o grau do dano, não há como precisar o tempo de vida que os fetos terão fora do útero. Outra corrente de doutrinadores defendem que uma vez que há vida intra-uterina, o processo normal de gestação está resguardado não só no Código Civil, que põe a salvo os direitos do nascituro desde a concepção, como também na Constituição Federal que resguarda o direito à vida como uma cláusula pétrea, na Convenção dos Direitos da Criança na qual relata que a criança por não possuir maturidade física e mental deve ter seus direitos resguardados em lei, tanto na fase de gestação como depois do nascimento. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Diante do exposto, restou clara a importância da ponderação entre direitos ao passo que o aborto é um assunto polemico e questionável, envolvendo aspectos religiosos, morais, éticos e legais devendo ser analisado de acordo com a singularidade de cada caso.

AGRADECIMENTOS: à FAMINAS.

BIBLIOGRAFIA: [1] GUASQUE, Adriane; GUASQUE, Consuelo; FERRAZ, M^ª Antonieta. **Aborto de Anencefalo: Direito a Vida e Impacto Sucessorio**. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 105, out 2012. Disponível e<http://www.ambitojuridico.com.br/site/indexp/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11924&revista_caderno=6>. Acesso em maio 2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

Tayna Porfiro **COSTA (IC –tataporfiro@hotmail.com)**¹ Mayra Fonseca da Silva **FREITAS(ic)**¹ Felipe Delano Ferreira **SENA (IC)**¹, Isabela Carvalho **LOURENÇO (IC)**¹, Fernanda Carolina **OLIVEIRA (IC)**¹ e Francisco Carvalho **CORREA (PQ)**²

1. Curso de Direito; 2. Professor
Faculdade Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Aposentadoria, Sistema Previdenciário, Atualidade.

APRESENTAÇÃO: Este trabalho tem por finalidade a apresentação do tema batizado por doutrinas e jurisprudências como desaposentação, o instituto é recente, uma verdadeira lacuna no ordenamento jurídico, mais precisamente no direito previdenciário. O tema é de imensa importância, vez que, apontará as grandes transformações advindas de construções doutrinárias e jurisprudenciais, principalmente após a constituição de 1988. Objetivamos com esta pesquisa analisar a aplicabilidade do instituto da desaposentação na atualidade. **DESENVOLVIMENTO:** Com o passar do tempo é possível perceber as grandes transformações no direito brasileiro, principalmente após a Constituição de 1988, um dos pilares básicos é o princípio da dignidade da pessoa humana, consta em seu artigo 6º da CF/88 os chamados direitos sociais, dentre os elencados está saúde, alimentação, trabalho, previdência social, a assistência aos desamparados, dentre alguns outros, resguardando assim, direito a todos os brasileiros. Com a melhoria na condição dos brasileiros, o aumento da expectativa de vida e idade ativa de prolongaram, tornando possível o trabalho até idade mais avançadas, o que não era imaginado à tempos atrás, em que trabalhadores eram mantidos sob péssimas condições de trabalho, não tinham proteção alguma do Estado, com poucos direitos resguardados por normas, muitas vezes, deficientes. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Diante do exposto, o interesse ao tema abordado é justamente compreender quando poderá ser aplicada a desaposentação no ramo do direito previdenciário como uma forma de beneficiar os brasileiros que atuam ativamente no mercado de trabalho, mesmo após a concessão do benefício da aposentadoria, ainda que seja este um ato jurídico perfeito e acabado é possível desfazer-se desta, para por meio da contagem de tempo de contribuição obter uma aposentadoria mais vantajosa, em termos de benefício pecuniário. Em razão de não haver previsão legal para tal procedimento, um vez que artigo 181-B do Decreto nº 3.048/99 (Regulamento da Previdência Social) em seu parágrafo único estabelece que poderá o segurado desistir do seu pedido de aposentadoria desde que manifeste esta intenção e requeira o arquivamento definitivo do pedido antes da ocorrência de determinados atos.

AGRADECIMENTOS: à FAMINAS.

BIBLIOGRAFIA: [1] IBRAHIN, Fábio Zambitte. **Desaposentação: o caminho para uma melhor aposentadoria**. Impetus, 2007.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL COMO SOLUÇÃO DA DIMINUIÇÃO DA CRIMINALIDADE

Helena de A. R. **BENEDITO** (IC-helenaarbenedito@gmail.com)¹; Hellen B. **RESENDE**(IC)¹; Camila de P. **GRUPPI**(IC)¹; Thaís R. **VARGAS** (IC)¹; Matheus M. Bastos (IC)¹; Stefanine **LACERDA**(PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: maioridade, criminalidade, adolescentes.

APRESENTAÇÃO: A Constituição Federal de 1988 disciplina a maioridade penal em seu art. 228, que se inicia aos dezoito anos de idade. De maneira gradual, tem-se observado o crescimento da violência urbana, como também a brutalidade presente nos crimes praticados por adolescentes. Tal fato gera insegurança e também sensação de impunidade na sociedade, já que os infantes, mesmo praticando crimes violentos, não são responsabilizados em consonância com o ato praticado. Através de pesquisas bibliográficas e da análise de dados estatísticos, pretende-se neste estudo discutir o tema redução da maioridade penal como meio de diminuição da criminalidade, avaliando o índice de homicídios praticados por menores na cidade de Muriaé-MG.

DESENVOLVIMENTO: A maioridade penal fixada em 18 anos é cláusula pétrea e possui previsão legal no art. 228 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. No Brasil, adota-se o Critério Etário, onde com 18 anos, o jovem passa a responder criminalmente por seus atos, por ser entendido que a partir de então possui consciência da ilicitude do ato que praticou. Fica então submetido ao Código Penal Brasileiro. Na realidade social em que vivemos esse critério não está alcançando boa faixa dos autores de crimes violentos, visto que a mídia nacional noticia que a criminalidade está cada vez mais presente na vida dos adolescentes. Estes se caracterizam, muitas vezes, como grande parte do contingente criminal das cidades brasileiras. Nesse contexto, em estudo realizado pela Seção de Estatística e Planejamento do 47º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais, em Muriaé- MG, município com população aproximada de 110.000 habitantes, nos primeiros semestres de 2012, 2013 e 2014, apresentou um total de 17 homicídios tendo adolescentes como autores. Na avaliação verificou-se a incidência de autores de homicídio nos bairros periféricos e de baixa renda, com destaque para 8 autores oriundos do bairro Aeroporto, 4 do Padre Tiago e 3 do Santa Terezinha (2 de bairros diversos). As ocorrências policiais noticiam que a totalidade desses jovens não mais frequentava o ensino regular. Através da pesquisa citada, consideramos que o índice de menores autores de homicídios na cidade de Muriaé-MG, é expressivo, uma vez que o total de eventos foi de 46 no mesmo período. Em pesquisa realizada com alunos do 8º período do Curso de Direito da Faculdade de Minas, FAMINAS – Muriaé, foram entrevistados 20 estudantes, observando-se que 65% dos entrevistados concordam com a redução da maioridade penal e acreditam que deveria ocorrer uma reforma no sistema prisional para atender os anseios da sociedade. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A parcela demonstrada na pesquisa traz com predominância o interesse da nessa redução. A questão vai além da simples alteração do dispositivo legal. Muito mais complexo, permeia ações sociais, educacionais, culturais e a específica e real situação financeira do país. A questão da redução da maioridade penal, apesar de se apresentar como uma medida emergencial para a solução da criminalidade em todo o país, necessita de uma ampla discussão com a participação de diversos segmentos do governo e da sociedade, sob pena de se tornar uma medida simplista do Congresso Nacional com graves prejuízos para a aplicação do direito e do futuro da sociedade brasileira. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS e ao 47º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais pelo apoio concedido. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988. [2] BRASIL. **Secretaria de Estado de Defesa Social.** Armazém de Dados Transacional. Minas Gerais.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

MEDIDAS PROTETIVAS AS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Hellen B. **RESENDE** (IC- cartoriomirai@hotmail.com)¹, Camila de P. **GRUPPI** (IC)¹, Helena A. R. **BENEDITO** (IC)¹, Thaís R. **VARGAS** (IC)¹, Matheus M. **BASTOS** (IC)¹, Stefanine Michaelle Alvim **LACERDA** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Violência doméstica, Lei Maria da Penha, Medidas protetivas.

APRESENTAÇÃO: A violência doméstica é um grave problema que atinge nossa sociedade, mas que apesar da gravidade se torna invisível, devido à herança de um sistema patriarcal, a diferença de gênero, a omissão da sociedade, dentre outros fatores que contribuem para tal situação, porém nos últimos anos temos visto um esforço enorme para aumentar a ajuda institucional para as mulheres vítimas de violência doméstica. A Lei nº 11.340/06 introduziu um maior rigor no enfrentamento a violência, sendo as medidas protetivas uma das formas de assegurar os direitos fundamentais das mulheres vítimas de violência doméstica.

DESENVOLVIMENTO: A violência doméstica contra a mulher recebe esta denominação por ocorrer dentro do lar, e o agressor ser, geralmente, alguém que já manteve, ou ainda mantém, uma relação íntima com a vítima. Pode se caracterizar de diversos modos, desde marcas visíveis no corpo, caracterizando a violência física, até formas mais sutis, porém não menos importantes, como a violência psicológica, que traz danos significativos à estrutura emocional da mulher. A lei Maria da Penha trouxe inovações importantes que protegem as mulheres vítimas de violência doméstica. Segundo dados coletados na Delegacia de Polícia Civil do Município de Mirai – MG, com 13.808 habitantes nesse município ocorre cerca de 60 vítimas registradas por boletins de ocorrência, por ano, tendo como medidas protetivas de urgência: O encarceramento da ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou atendimento; A recondução da ofendida e de seus dependentes aos respectivos domicílios, após o afastamento do agressor; O afastamento da ofendida do lar, sem prejuízos dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos; Separação de corpos; A proibição de contato com a ofendida e seus familiares por qualquer meio de comunicação; A proibição de aproximação da ofendida e de seus familiares, fixando o limite entre esta e o agressor; A restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor; A restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar; A suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Lembrando que as medidas protetivas são muito importantes, pois a vítima de violência doméstica não precisa mais ir à Vara de Família pra pedir pensão alimentícia e outros direitos de natureza civil para garantir que ela e seus filhos não passem por algum tipo de necessidade enquanto a mesma processe seu agressor, ela poderá fazer isso no próprio processo criminal, que se inicia com o boletim de ocorrência. **AGRADECIMENTOS:** Ao Delegado de Polícia de Mirai MG, Dr. Tiago Soares Mathy, pelos dados concedidos para a realização deste trabalho. **BIBLIOGRAFIA:** Lei 11.340 (Lei Maria da Penha), art. 22 e 23 de 07 de agosto de 2006.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA NO DIREITO AMBIENTAL COM FUNDAMENTO NO PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO

Helena de A.R. BENEDITO (IC – helenarbenedito@gmail.com)¹; Camila de P. GRUPPI (IC)¹; Hellen B. RESENDE (IC)¹; Thais R. VARGAS (IC)¹; Ana Paula VEGI (IC)¹; Stefanine LACERDA (PQ)².

1. Curso de Direito; 2. Professora Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: ambiente, ônus da prova, princípio da precaução.

APRESENTAÇÃO: O princípio da precaução é um princípio do direito ambiental, que é aplicado quando há ocorrência de ameaça ao meio ambiente de dano grave ou irreversível, cientificamente incerto. Esse princípio se fundamenta na dúvida em relação à potencial dano advindo de atividade econômica no meio ambiente. Quando tratamos de ações judiciais ambientais, o ônus da prova, via de regra, aplica-se ao causador do dano, que deve provar que sua conduta não gerou lesão. No princípio da Precaução, há a inversão do ônus da prova, para que aquele potencial causador do dano prove que sua atividade futura não gerará dano ambiental, grave, de difícil reparação, ou irreversível. **DESENVOLVIMENTO:** O princípio da precaução decorre do princípio quinze da Conferência do Rio-92. Impõe o benefício da dúvida em favor do meio ambiente. Fundamenta-se no fato de que para prevenir impactos ambientais, a poluição do ambiente, são necessárias medidas preventivas para se evitar os danos. A prevenção decorre de um perigo concreto, pois já se conhece qual o impacto. Torna-se necessário impor ao agente medidas de prevenção desse impacto, pois deve-se antecipar o dano. Já a precaução caracteriza-se quando há dúvida, incerteza, classificando um perigo abstrato. Cientificamente não se sabe quais são os impactos. Deve-se ficar a favor do poluído, do meio ambiente. Por isso torna-se necessária a realização de um estudo prévio de impacto ambiental antes da realização de qualquer atividade, apresentando as prevenções. Estuda-se a inversão do ônus da prova. O ônus é de quem quer exercer a atividade. Nos dois casos o objetivo geral é prevenir o impacto ambiental. Em regra, o ônus da prova quando se trata de ações ambientais, é do poluidor. Este possui prerrogativas com previsão constitucional no art. 5º, incisos LIV, LV e LVI. O poluidor fica obrigado a provar questões que sanem quaisquer dúvidas, quando houver lesão ou ameaça a direito ambiental, não havendo possibilidade de alegar cerceamento de defesa, já que está impossibilitado de negar o conhecimento das regras ambientais. A inversão do ônus da prova no âmbito ambiental se justifica primeiramente pelo fato de o direito ambiental ser de responsabilidade e interesse público, já que se caracteriza como um bem jurídico difuso. Outro ponto a ser observado é o que consta no parágrafo 1º, primeira parte, do art. 14, da Lei nº 6938/81, seja: “*Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade.*” Se tratarmos da situação prática, a inversão do ônus da prova com fundamento no princípio da precaução, é mais utilizada quando se trata de medidas de tutela de urgência onde se busca a suspensão de práticas que estejam sendo realizadas sem a observância do Prévio Estudo de Impacto Ambiental. Portanto, neste caso, o pedido de liminar possui o objetivo de antecipar os efeitos da decisão da lide para assegurar a proteção do bem ambiental. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Diante do que foi exposto conclui-se que a aplicação do princípio da precaução nas demandas ambientais traz a necessidade da inversão do ônus probatório quando restar caracterizada incerteza científica em relação a possíveis danos advindos de atividade econômica, para que o potencial causador do dano prove de forma antecipada que seu ato não gerará degradação ao meio ambiente, e caso gere, provar que a mesma não será responsável por dano grave ou irreversível. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988. [2] BRASIL, LEI Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. [3] SIRVINSKAS, Luís Paulo. *Manual de Direito Ambiental*. 12 Ed. São Paulo. 2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

ANÁLISE DA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE NO DIREITO DO CONSUMIDOR

Fabrizio de Paula GRUPPI (IC-fabrizio_gruppi@hotmail.com)¹, Osmarina de Oliveira MEDEIROS (IC)¹, Mateus Guarçoni Almeida SILVA (IC)¹, Wesley Carneiro SANTOS (IC)¹, Vitor de Oliveira FARIA (IC)¹, Stefanine LACERDA (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé-MG

Palavras-chave: meio ambiente, consumo, sustentabilidade.

APRESENTAÇÃO: A relação consumerista atinge de forma severa o meio ambiente, seja na busca da matéria-prima ou através do consumo irresponsável. Sustentabilidade e consumo consciente são preocupações que contemporaneamente estão em foco em nossa sociedade. É neste norte que o presente estudo tem por finalidade analisar como o Código de Defesa do Consumidor trata a proteção ao meio ambiente, avaliando seus artigos em consonância com a Carta Magna e com a Política Nacional de Resíduos Sólidos. **DESENVOLVIMENTO:** O código em análise nos traz 119 artigos, sendo que em nenhum destes é citado diretamente o meio ambiente [2]. O aludido código está em reforma para a inclusão no tratamento dos seguintes temas: superendividamento, comércio eletrônico e ações coletivas; não sendo citado o meio ambiente na atual reforma [3]. Destacaremos então, os poucos artigos que resguardam o tema abordado. O art. 4º, III, diz que a Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, com base em alguns princípios previstos no art. 170, inciso VI da Carta Magna, que obriga os produtos e serviços a não serem nocivos ao meio ambiente e a não causar danos ambientais [1][2]. O art. 37, §2º, determina que é abusiva a publicidade que desrespeite os valores ambientais; uma preocupação válida que assola qualquer cidadão ao ver sua cidade cheia de panfletos jogados indiscriminadamente. Por fim, no art. 51, XIV, o Código de Defesa do Consumidor também tipifica que serão nulas de pleno direito as cláusulas contratuais relativas a serviços e produtos que desrespeitem normas ambientais, podendo invocar a invalidade do contrato [2]. Apesar da negligência do CDC, a sustentabilidade ainda encontra respaldo na Política Nacional dos Resíduos Sólidos, que prevê a prevenção e a redução na geração de resíduos, tendo como proposta a prática de hábitos de consumo sustentável. Trazendo mudanças que deixam de ser responsabilidade ambiental em relação aos resíduos, exclusivamente do Estado e passa a ser compartilhada por toda a cadeia de consumo [4]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Através deste estudo, percebe-se que mesmo vivendo em uma era na qual a sustentabilidade e preservação se fazem presente, não podemos vislumbrar, entretanto, essa dedicação ao meio ambiente dentro da relação consumerista e do código que o determina. As lutas ambientalistas são extensas, mas é necessário agir de forma organizada e eficaz, trazendo ações para o dia a dia, e nada mais cotidiano do que as relações de consumo. O Código de Defesa do Consumidor é determinante em temas importantes como vimos no presente estudo, porém ainda sim é muito pouco para a extensão dos problemas causados dentro de um consumo ou fornecimento desorganizado. [1] BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 15, ago. de 2013. [2] BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm. Acesso em: 15, ago de 2014. [3] GUGLINSKI, Vitor Vilela. Principais aspectos da reforma do Código de Defesa do Consumidor – disposições gerais e comércio eletrônico (PLS nº 281/2012). In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 107, dez 2012. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php/?n_lin_k=revista_artigos_leitura&artigo_id=12557&revista_caderno=10. Acesso em 14, ago. de 2014. [4] SALLÉS, Carolina. A preservação ambiental na visão da política nacional dos resíduos sólidos. **JusBrasil**, Brasília, DF, 2013. Disponível em: http://carollinasalles.jusbrasil.com.br/artigos/112171657/apreservaca_oambiental-na-visao-da-politica-nacional-dos-residuos-solidos. Acesso em 16, ago. de 2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

ESTUDO SOBRE OS TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA LAVRADOS NA 31ª DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE MURIAÉ - MG

Fabrizio de Paula **GRUPPI**, (IC-fabricio_gruppi@hotmail.com)¹, Osmarina de Oliveira **MEDEIROS**, (IC)¹, Silas **FILGUEIRA** (IC)¹, Wesley Carneiro **SANTOS** (IC)¹, Vitor de Oliveira **FARIA**, (IC)¹, Julio **SIMBRA**, (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé-MG

Palavras-chave: morosidade, estado, cartório.

APRESENTAÇÃO: Os Termos Circunstanciados de Ocorrência, conhecidos como TCO, são procedimentos pertinentes aos crimes de pequeno potencial ofensivo, ou seja, as contravenções penais e os crimes que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa[1]. Regulada pela Lei 9.099 de 26 de Setembro de 1995, estes procedimentos fazem parte de grande acervo nas Delegacias de todo o País, não sendo diferente na cidade de Muriaé. Através de consulta nos acervos da Polícia Civil em consonância com a Lei dos Juizados Especiais, o presente estudo tem a finalidade de analisar o cartório responsável pelos TCO's da 31ª Delegacia de Polícia Civil de Muriaé/MG, que abrange 80% da cidade. **DESENVOLVIMENTO:** Do mês de Janeiro até o mês de Julho do corrente ano, foram enviados 301 TCO's ao Juizado Especial Criminal da Comarca de Muriaé só desta Delegacia de Polícia em análise. No acervo do cartório responsável pela lavratura e custódia de todos os procedimentos pertinentes aos crimes de pequeno potencial ofensivo, se faz presente 308 TCO's que já foram enviados ao fórum da comarca e retornaram à Delegacia de Polícia para cumprimento de diligências que o Ministério Público entendeu necessário. É responsável pelo cartório de TCO e trâmite dos Termos Circunstanciados apenas o Delegado de Polícia Olival Marcelo Lopes de Aguiar, ressaltando-se que o mesmo ainda responde pelas Cidades de Laranjal - MG, Barão do Monte Alto - MG e Patrocínio – MG. Referido cartório conta com o auxílio de um Investigador que, na falta de Escrivão de carreira, acaba responsabilizado por toda a formalização dos TCO's e atendimento ao público. Na opinião do Delegado de Polícia Olival Marcelo, o principal problema enfrentado se faz em torno da falta de efetivo, considerando que a demanda para a formalização dos procedimentos e atendimento das vítimas, são enormes. Porém, afirma ainda o Delegado, que com os novos concursos públicos aprovados pelo governo, há a possibilidade de incremento dos quadros funcionais da Polícia Civil, a longo prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Conclui-se do estudo, que mesmo sendo evidente que a Lei dos Juizados Especiais se orienta pela celeridade e economia processual[1], não se vislumbra esta ideia na prática, tendo em vista a quantidade exorbitante de procedimentos no cartório que aguardam diligência, e a notória escassez de servidores públicos, o que prejudica em especial os ofendidos que se veem vitimados duplamente: a uma, pelo crime que os ultrajou; a duas, pela morosidade injustificada e vexatória.

AGRADECIMENTOS: À FAMINAS e a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais pelo apoio.

[1]BRASIL. Congresso Nacional. **Lei 9.099 de 26 de Setembro de 1995.** Brasília, DF, 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19099.htm. Acesso em 18, ago. de 2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

DIREITO FUNDAMENTAL DO ANALFABETO À CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

Romagno de Oliveira **FREITAS** (IC-romagnofreitas@yahoo.com)¹; Roberto Furtado de **MIRANDA NETO**(IC)¹e Margarida Maria **ESPOSITO**(PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé-MG

Palavras-chave: analfabeto, direito fundamental, dignidade da pessoa humana

APRESENTAÇÃO: Segundo relatório divulgado pelo IBGE, em 2013, foram identificadas, no Brasil, 13,2 milhões de pessoas que não sabem ler nem escrever, o equivalente a 8,7% da população total com 15 anos ou mais de idade. A UNESCO aponta o Brasil em 8º lugar entre todos os 150 países com maior número de analfabetos adultos. A esse contingente ao atingir a maior idade é negado o direito a uma carteira de habilitação. Pretende-se discutir neste trabalho o direito do analfabeto a conduzir veículo automotor, à luz dos princípios constitucionais da cidadania e da dignidade da pessoa humana. **DESENVOLVIMENTO:** O princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento de nossa República[1] (art. 1.º, III, da CF/88), segundo Moraes[2] é um valor espiritual e moral inerente à pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que traz consigo a pretensão ao respeito por parte das demais pessoas constituindo um mínimo invulnerável que todo estatuto jurídico deve assegurar, de modo que somente excepcionalmente, podem ser feitas limitações ao exercício dos direitos fundamentais, mas sempre sem menosprezar a necessária estima que merecem todas as pessoas enquanto seres humanos". Nesse sentido, é mister reconhecer o indivíduo como pessoa integrada na sociedade, para quem a cidadania dá status de cidadão, aquele que é membro de pleno direito da cidade [3]. Diante disso, uma questão se coloca: a proibição expressa do analfabeto conduzir veículo automotor infringe preceito constitucional? Não resta dúvida de que um motorista para dirigir precisa conhecer sinais de trânsito, mas para tanto, não é imprescindível saber ler sinais de trânsito. Segundo Leal [4], os que defendem a proibição, argumentam que o condutor precisa ler os sinais de trânsito, mas lembra que via de regra as normas (=sinais) de trânsito utilizam-se de signos e símbolos cuja compreensão dispensa linguagem escrita. A linguagem de trânsito se comunica basicamente por meio de semiótica. No entanto, ainda segundo Leal, o analfabetismo é muito mais um produto socioeconômico e político-cultural do que de uma simples e abstrata vontade marcada pela negligência do cidadão analfabeto. Se o cidadão analfabeto é capaz de votar, trabalhar, casar, constituir família, responder pelos seus atos em sua maior idade penal conforme prevê nosso código, e, como pedestre, tem que cumprir as normas de trânsito na travessia das ruas, por que não conduzir veículo? Outro fato a destacar é que o analfabeto pode ser motorista de veículo automotor até 50CC, pois o Código de Trânsito Brasileiro normatiza que para este tipo de veículo não há necessidade de carteira nacional de habilitação, seja para o analfabeto, seja para o alfabetizado. Isso cria uma contradição, já que qualquer pessoa alfabetizada, ou não, pode dirigir um veículo automotor de menor potência, por que não criar meios para o analfabeto ter condições de tirar sua habilitação? **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Verifica-se que o fato em questão é tema a ser debatido pela sociedade, que deve criar condições de integração, inclusão para todos os cidadãos, tratando-os com igualdade de direitos, respeitando, assim, seus direitos fundamentais.

BIBLIOGRAFIA: [1] Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. [2] MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2004[3] VIEIRA, Liszt. *Cidadania e globalização*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002. [4] LEAL, João José. *SOBRE O CODIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO E O ANALFABETO*. Disponível em:

<www.boletimjuridico.com.br/doutrinatexto.asp?id=535

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

INCIDÊNCIA DO CRIME DE DESOBEDIÊNCIA ANTE O DESCUMPRIMENTO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI 11.340/06

Riviane M^a F. F. LAVIOLA (IC-rivianelaviola@gmail.com)¹, Isabela C. LOURENÇO (IC)¹; Pedro H. S. COSTA (IC)¹; Adrielle M^a S. COSTA (IC)¹; Hellen B. RESENDE (IC)¹; Ricardo R. BERSAN (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor 1. Faculdade de Minas – FAMINAS-36880-000-Muriaé-MG

Palavras-Chave: Medidas Protetivas da Lei 11340/06; descumprimento; crime de desobediência.

APRESENTAÇÃO: A Lei 11340/06 inovou ao estabelecer as Medidas Protetivas de Urgência, representando verdadeiro progresso quanto à proteção da mulher em relação aos crimes cometidos no âmbito doméstico e familiar. Atualmente, muito se têm discutido acerca das consequências advindas do descumprimento pelo ofensor das medidas impostas em seu desfavor. O Superior Tribunal de Justiça-STJ, em decisão exarada no AgRg interposto no REsp 1445446/MS, firmou entendimento no qual considera penalmente atípica a conduta do agente que descumpra as cautelares impostas, sob o argumento de que a referida Lei, enquanto norma especial, já prevê a aplicação de sanção específica ao caso, qual seja a decretação da prisão preventiva do autor, não determinando a aplicação de nenhuma sanção de caráter penal. Ante o exposto, o presente estudo, valendo-se de pesquisas doutrinárias, jurisprudenciais e de pareceres emitidos pelo Ministério Público de Minas Gerais acerca de tal temática, visa discutir a incidência do crime de desobediência, previsto no art. 330 do Código Penal-CP, em face do descumprimento da Lei 11340/06. **DESENVOLVIMENTO:** Conforme entendimento do STJ, uma vez cominada sanção específica ao ato de desobediência do agressor, incabível se faz a tipificação de sua conduta na esfera penal, caso não haja previsão expressa acerca da possibilidade de cumulação de sanções. Com efeito, as sanções estabelecidas pela Lei 11340/06 possuem independência dos crimes eventualmente cometidos pelo ofensor ao transgredir as medidas protetivas impostas. Ao passo que a decretação da prisão preventiva do réu é sanção de natureza processual e de caráter cautelar, que objetiva a preservação imediata da vida e da integridade física da vítima, a condenação pelo crime de desobediência visa reprimir a conduta daquele que, mesmo ciente de uma ordem judicial que limitava a sua aproximação e contato com a ofendida, a infringiu, atentando assim contra a Administração da Justiça. Os bens jurídicos tutelados pelas sanções impostas pela Lei 11340/06 e pelo art. 330 do CP são distintos, razão pela qual necessitam de reprimendas igualmente distintas. Lado outro, conforme parecer ministerial do Promotor de Justiça Marcelo Schirmer Albuquerque nos autos de nº 14.0004409-38.0439, considerando a independência dos bens jurídicos tutelados pelas diferentes sanções, não há necessidade de que uma norma processual preveja a aplicação de uma sanção penal quando a conduta do agente, por si só, configura um delito, pois do contrário impossível seria, e.g. *“o reconhecimento do crime de coação no curso do processo (art. 344 CP) do indivíduo que, proferindo ameaças a testemunha de um crime por ele cometido, fosse preso preventivamente para a conveniência da instrução criminal (art. 312, CPP)”*. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O agente que, mesmo ciente, viola medidas protetivas da Lei 11340/06 impostas em seu desfavor, atenta não somente contra a paz e a segurança da vítima, mas afronta o Estado, o Poder Judiciário e infringe preceito normativo previsto no CP. Não obstante o entendimento do STJ, certo é que, ignorar tal atitude representa um contributivo para o enfraquecimento do poder de coação das normas penais, fortalecendo a impunidade ao transformar uma grave infração em um indiferente penal. **BIBLIOGRAFIA:** MENEZES, G. **A eficácia das medidas protetivas da Lei nº 11340/06, em face do crime de desobediência.** Revista *JUS*. Belo Horizonte: Ed. Fórum, ano 44, n.28; DIAS, M.B. **A Lei Maria da Penha na Justiça.** São Paulo: Ed. RT, 2012; [1] MINAS GERAIS. **Parecer Recursal nos autos 14.0004409-38.0439.** Promotor de Justiça: Albuquerque, M. S. Muriaé, 21 jan. 2014; BRASIL, STJ. **AgRg no REsp nº 1445446/MS.** Rel. Min. Moura Ribeiro, 5º Turma. Brasília, 06 jun. 2014. Disponível: <http://www.stj.jus.br/>. Acesso: 06 jul. 2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 Direito

ESTADO, O DIREITO E A CULTURA, QUANDO O ASSUNTO É PAZ.

Cássia Stiti de PAULA (IC - cassiastiti@hotmail.com)¹, Francisco Carvalho CORREA (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

Palavras-chave: Paz, Igualdade, Estado Jurídico.

INTRODUÇÃO: Buscar a paz é no decorrer do Processo Histórico, tarefa árdua dos homens que tiveram a ousadia de sonhar. Os constantes conflitos entre grupos socialmente organizados condiziram a humanidade, desde o século XVI, a interrogar-se sobre os meios de controlar a guerra e tornar permanente a paz. **DESENVOLVIMENTO:** A paz é sem dúvida uma das grandes preocupações deste novo milênio, é questão de interesse da opinião pública em geral, de políticos, religiosos, instituições internacionais e nacionais. Esta preocupação generalizada da sociedade faz surgir estudos, interdisciplinares, relacionados a temas paz, violência e conflitos. No discurso filosófico, este conceito sofreu uma ampliação, passando da compreensão da paz como ausência de guerra, para depois, da paz como ausência de violência, para, por fim, atualmente, ser compreendida como a realização de uma cultura de paz. Inicia-se o estudo, no século XVIII, tendo o autor Immanuel Kant como referência. Com Kant, a paz deixa de ser tratada de forma religiosa, para receber um tratamento jurídico-político. A partir da proposta kantiana de paz começa a ser utilizada a ideia da construção para definir a obra da paz. Até então, paz e guerra eram consideradas realidades inalteráveis na filosofia, no direito e na moral. Pode-se dizer que até o século XX, predominava uma concepção restrita e negativa de paz, para a qual, a paz era ausência de guerra. Em 1945, funda-se a Organizações das Nações Unidas (ONU) e a sua agência especializada em educação, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), ambas com a tarefa de preservar as futuras gerações do flagelo da guerra, pois, as guerras nascem nas mentes dos homens, e é na mente dos homens que devem ser erguidas as defesas da paz. Assim, ao acreditar que a paz é uma realidade a ser construída, ela também necessita da ciência, da educação e da cultura. A paz só pode ter segurança num estado jurídico, pois neste, pode-se tratar como inimigo apenas aquele que lesa de fato, enquanto que, no estado de natureza, o outro pode lesar a outrem, pois a simples existência do outro, implica num perigo a sua sobrevivência. A cultura de paz é a paz em ação; é o respeito aos direitos humanos. Garantem igualdade política, equidade social e diversidade cultural. Contudo, é interessante notar que a resistência à promoção da cultura de paz, tanto a nível institucional da ONU, como na implementação das recomendações feitas aos Estados-membros, partem dos países mais industrializados, como os Estados Unidos e a União Europeia. No entanto, como os atores dominantes no sistema internacional são os Estados mais poderosos, não é surpreendente que estes países não priorizem em suas relações internacionais uma cultura de paz que tenha como objetivo reduzir e delegar seus poderes, diminuir o seu armamento e distribuir as suas riquezas. **CONCLUSÃO:** Nem todos os pensamentos dos mais famosos filósofos, sociólogos, antropólogos são capazes de frear a humanidade que caminha abruptamente para a guerra. A guerra está instalada em todas as esferas. Não há Organização que seja capaz de administrar a CULTURA DE PAZ, num mundo onde poucos têm muito e muitos têm pouco. A paz se torna uma questão de âmbito interno de cada Estado, o que de certa forma, preserva o direito à guerra e o interesse das indústrias bélicas e de armamentos, que são uma das maiores do mundo, tanto em movimentação financeira quanto em influência política. Enfim, promover a cultura de paz significa e pressupõe trabalhar de forma integrada a favor das grandes mudanças desejadas por uma imensa parte da humanidade: justiça social, igualdade entre os sexos, eliminação do racismo, tolerância religiosa, respeito às minorias, educação universal, equilíbrio ecológico e liberdade política. **Bibliografia:** [1] - ADAMS, David. História dos Primórdios da Cultura de Paz, 2003 [2] - ALVES, José Augusto Lindgren. Relações Internacionais e Temas Sociais: A década das conferências. Brasília: IBRI, 2001 [3] - KANT, Immanuel. À Paz Perpétua e outros opúsculos. Edições 70, 1995. [4] - KANT [et al.]; J. Guinsburg (org.) A Paz perpétua: um projeto para hoje. São Paulo: Perspectiva, 2004.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 Direito

Cássia Stiti de **PAULA** (IC - cassiastiti@hotmail.com)¹, Adrielle Maria de Souza **COSTA** (IC)¹, Romina Malafaia **SOUZA** (IC)¹, Francisco Carvalho **CORREA** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

Palavras-chave: Prostituição Infantil, Estado, Proteção à vida.

INTRODUÇÃO: Tema polêmico, intrigante, complicado e sem solução. Estamos cansados de saber que a criança e o adolescente têm direito a proteção à vida, à saúde, à educação, mediante efetivação de políticas sociais, públicas, que permitem o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso em condições dignas de existência. O Abuso Sexual contra crianças e adolescentes é um crime perverso que pode afetar de forma significativa a vida e o desenvolvimento psicossocial de crianças, adolescentes e famílias. Além disso, se fez necessário refletir sobre o caminho após a denúncia que pode ser tão ou mais árduo que o precedente a ela.

DESENVOLVIMENTO: Vivemos em um país que não conhece o sentido exato do termo política e não vive a democracia. Promessas, enganos, esperanças e frustrações, políticas sociais somente na teoria, Prostituição, dependência, abuso, falta de dignidade é o que temos visto, como frutos das políticas sociais que não viabilizam a cidadania. A falta de emprego, a mesa vazia, o teto condenado, geram problemas sociais graves. Nossas crianças e adolescentes deveriam ser a grande e principal preocupação. Eles representam o futuro do nosso país. No entanto, os problemas tomam dimensões cada vez maiores, pois nossos governantes sempre cometem os mesmos erros. Dançam a valsa costumeira, lenta entorpecedora, mudam o discurso apesar de não mudarem suas atitudes. De todos os problemas, a prostituição Infantil é o maior e o mais doloroso reflexo da falta de estrutura básica para com a sociedade. Ela acaba com vidas e faz com que outras sejam geradas, para viver a mesma miséria em que nasceu, se ainda não tiver condenada a miséria maior! Alguns fatores sociais como miséria e desemprego têm sido apontados como responsáveis pela ocorrência do abuso sexual. Estes, no entanto, não podem ser considerados determinantes, pois se pode constatar abuso sexual em famílias onde não existem estes problemas. Assim, a violência sexual no Brasil, não é um fenômeno restrito às camadas populares, mas envolve pessoas de todas as classes sociais, de diversos credos e áreas profissionais. O Código Penal Brasileiro apresenta a presunção de violência no intuito de proteger aqueles que não possuem capacidade de discernir entre concordar ou não com a prática de um ato sexual. São casos em que não se leva em conta a concordância ou não da vítima, constituindo em um ato violento contra a vontade da vítima. No que se refere às responsabilidades sociais neste tema, existem artigos e definições no campo legal que visam dar proteção à infância e à juventude. **CONCLUSÃO:** Muitas mães brasileiras são adolescentes e comprovadamente, seus filhos apresentam probabilidade de abandono, maus tratos, espancamentos. São essas crianças que desenvolvem comportamentos agressivos, são criadas por mães que não possuem preparo para educa-las. A violência então aumenta assustadoramente. As modalidades de abuso sexual cometidas contra crianças e adolescente têm diversas formas de expressão que vão além da agressão física e psicológica. Está prescrito na Constituição Federal, que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão e que a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente. Somente através de uma ação entre Família, Sociedade e Estado encontraremos métodos para neutralizar a prostituição e sua origem. Que comece na família, instituição primeira, responsável pela educação primordial e essencial aos cidadãos a transformação neste contexto alarmante.

BIBLIOGRAFIA: [1] BRASIL Constituição federal, [2] Código Penal, Código de Processo Penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013; [3] BRASIL Estatuto da Criança e do Adolescente ECA (BRASIL, 1990); [4] VERONESE, Joseane Rose Petry. Temas de Direito da criança e do adolescente. São Paulo: Ed LTR, 1997.

Área do Conhecimento (CNPq):6.01.00.00-1 Direito

Cássia Stiti de **PAULA** (IC - cassiastiti@hotmail.com)¹, Francisco Carvalho **CORREA** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

Palavras-chave: Divórcio, Alienação, Síndrome.

INTRODUÇÃO: Quando um casal opta pela separação, e tendo filhos, como fruto da união que se extingue, a batalha que envolve divisões, determina um turbilhão de emoções geradoras de dores. Dividem-se: Os bens, as frustrações, as feridas, e os filhos, que ficam à mercê de intensa vulnerabilidade com relação à afinidade maior ou menor em relação aos pais. Quando os filhos adentram neste panorama, uma verdadeira revolução se estabelece na **psique** da criança ou adolescente, que veem seus anseios transformados em lágrimas. **DESENVOLVIMENTO:** A Síndrome em termos clínicos é definida como um conjunto de sinais e sintomas que aparecem associados. Os sinais são as anomalias percebidas pelos sentidos do médico, durante o exame. As características da síndrome incluem: Campanha de difamação e ódio contra o progenitor-alvo; Racionalizações fracas, absurdas ou frívolas para justificar esta depreciação e ódio; Falta da ambivalência usual sobre o progenitor-alvo; Afirmações fortes de que a decisão de rejeitar o progenitor é só dela - fenômeno "pensador independente"; Apoio ao progenitor favorecido no conflito; Falta de culpa quanto ao tratamento dado ao genitor alienado; Uso de situações e frases emprestadas do pai alienante; Difamação não apenas do pai, mas direcionada também para a família e aos amigos do mesmo. A SAP possui três estágios: o estágio leve, o médio e o grave: no estágio leve, as crianças convivem com o genitor alvo, sem grandes dificuldades; no estágio médio, está a constante provocação do genitor alienante, que se utiliza de falsas histórias e sua repetição, bem como da depreciação que faz em face do genitor alvo, induzindo a criança a nutrir por este, sentimento de rancor, ódio e medo; no estágio grave, a criança e/ou adolescente sofre de fortes perturbações mentais e crises de alucinação, tanto que não mais necessita da figura do genitor alienante para induzi-la ao ódio e ao medo pelo genitor alvo, uma vez que esta, já está totalmente corrompida e nutrida por sentimentos negativos face ao genitor oposto da relação de parental, de forma que a visitação nesta fase se torna impossível e/ou insuportável, devido à agressividade da criança. O assistente social face à síndrome de alienação parental: Aos assistentes sociais, cabe detectar a referida síndrome, avisar ao Magistrado competente da Ação Judicial e peticionar um tratamento com psicólogo competente a fim de obter um laudo profissional em que haja a confirmação da SAP no seio da família e seu nível de estágio. Dependendo do grau de alienação parental, denunciada no estudo social do assistente social, e também do parecer do psicólogo, o juiz poderá usar incisos do artigo 6º da lei de alienação parental, de acordo com a gravidade detectada. O Legislador se preocupou com a prevenção e punição do comportamento alienante; contudo, não se absteve de cuidar do polo mais frágil e precipuo desta tríade: o menor. **CONCLUSÃO:** Do ponto de vista médico, a síndrome é uma forma de abuso emocional. A SAP não se confunde, portanto, com a mera alienação parental. Esta, por seu turno, diz respeito às sequelas emocionais e comportamentais de que vem a padecer a criança vítima daquele alijamento. Assim, enquanto a síndrome refere-se à conduta do filho, que já sofre as mazelas oriundas do rompimento, a alienação parental relaciona-se com o processo desencadeado pelo progenitor que intenta arrear o outro genitor da vida do filho. Uma vez identificado o processo de alienação parental, é importante que o Poder Judiciário aborte seu desenvolvimento, impedindo, dessa forma, que a síndrome venha a se instalar. É imperioso que os juizes se deem conta dos elementos identificadores da AP, determinando, nesses casos, rigorosa perícia psicossocial, para então ordenar as medidas necessárias para a proteção do filho. **BIBLIOGRAFIA:** [1] AGUILAR JM, Síndrome de Alienação Parental, São Paulo: Caledioscópio, 2008 [2] Maria Berenice Dias, Manual de Direito das Famílias - 8ª edição, Revistas dos Tribunais, 2011; [3] Lei 12.318, de 26 de Agosto de 2010; [4] VAINER, R. Anatomia de um divórcio interminável – o litígio como forma de vínculo. Uma abordagem interdisciplinar. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

Área do Conhecimento (CNPq):6.01.00.00-1 Direito

Karina de Carvalho **PARDÓCIMO** (IC carvalhosil@yahoo.com.br)¹, Paulo Henrique Teixeira de **OLIVEIRA** (IC)², Dayane Nogueira **SOARES** (IC)³, Fabíola Martins **CASTRO** (IC), Maria Júlia **ZANELA** (IC), Stefanine **LACERDA** (PQ)

1. Curso de Direito, 2. Professora Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé - MG

Palavras-chave: meio ambiente, crime, pessoa jurídica

APRESENTAÇÃO: O meio ambiente é um tema de grande relevância e constitucionalmente tutelado por ser essencial para as gerações presentes e futuras. Sendo o desenvolvimento industrial de suma importância para o crescimento econômico e social da nação, essas atividades devem ser praticadas com responsabilidade, pois a atividade humana deve caminhar junto com a preservação da natureza. Quando isso não acontece, as condutas lesivas devem ser punidas, ainda mais quando realizadas por pessoas jurídicas, pois o crime ambiental é principalmente corporativo. **DESENVOLVIMENTO:** O ambiente além de essencial à vida, é também um direito difuso. Logo, esse bem fundamental de todo ser humano, deve ser preservado. Sua preservação e defesa é um dever de todos, conforme declara a I Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em Estocolmo, de 5 a 16 de junho de 1972: "Princípios 4: O homem tem a responsabilidade especial de preservar e administrar judiciosamente o patrimônio da flora e da fauna silvestres e seu habitat, que se encontram atualmente, em grave perigo, devido a uma combinação de fatores adversos. Consequentemente, ao planificar o desenvolvimento econômico deve-se atribuir importância à conservação da natureza, incluídas a flora e a fauna silvestres" [1]. Uma vez que, os danos causados ao ambiente muitas vezes é irreversível e de impossível reparação, a conduta danosa deve ser punida não somente por meio de responsabilidade civil ou administrativa, mas também, através da responsabilidade penal, pois este, sendo de *ultima ratio* em relação à proteção dos bens individuais, quanto mais, impõe-se sua presença diante de um bem de valor inestimável cujo sujeito passivo não é tão somente um indivíduo, mas sim, toda a coletividade. Como os crimes ambientais em sua maioria são corporativos, faz-se mister frisar que, a Carta Magna [2], sabiamente preconiza, no art. 225, §3º, que as condutas lesivas ao meio ambiente sujeitarão à sanções penais não só as pessoas físicas mas também as pessoas jurídicas, tais sanções penais estão previstas na Lei de Crimes Ambientais, entre elas, multa, penas restritivas de direitos e prestação de serviços à comunidade. Atualmente os Tribunais têm reconhecido a responsabilidade penal das pessoas jurídicas fundando-se principalmente não só em desencadear uma persecução penal às empresas criminosas, mas também impondo uma conscientização baseando-se no princípio do desenvolvimento sustentável. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O direito a vida é garantia fundamental de todo ser humano. Não tem como se falar em vida sem antes se falar em meio ambiente, uma vez que, este, é a origem da própria vida. Portanto, devido a importância desse bem jurídico, a responsabilidade penal da pessoa jurídica já é uma realidade, se mostra útil para prevenção e repressão dos crimes ambientais. Registra-se com grande admiração e compromisso as palavras de Celso Antônio Pacheco Fiorillo e Marcelo Abelha Rodrigues, "proteger o meio ambiente, em última análise, significa proteger a própria preservação da espécie humana" [3]. **BIBLIOGRAFIA:** [1] DECLARAÇÃO DE ESTOLCIMO: sobre meio ambiente. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/doc/estoc72.htm>>. Acesso em 25 de agosto de 2014.

[2] **CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL.**

Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao/compilado.htm>. Acesso em 25 de agosto de 2014. [3] **FIORILLO, Celso Antonio Pacheco.** Manual de Direito Ambiental: Direito ambiental. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

Keila Dias de **OLIVEIRA** (IC – Keilaa_oliveira2@hotmail.com)¹, Giselle Aparecida de Oliveira **FONSECA** (IC)¹, Mariana Rodrigues **MIRANDA** (IC)¹, Rafael Guarçoni Almeida **SILVA** (IC)¹ e Kennia Neves **CIULDIN** (IC)¹. Marcelo Alexandre do Valle **THOMAZ**

1-Curso de Direito; 2. Professor Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé-MG

Palavras-Chave: Cyberbullying, consequências psicológicas, normas jurídicas.

APRESENTAÇÃO: Os índices de violência virtual têm crescido em demasia, tendo como consequências doenças psicológicas e psicossomáticas, vinganças e até mesmo suicídios. Diante deste cenário, o presente trabalho terá como foco desenvolver uma análise da eficácia do ordenamento jurídico utilizado na punição do cyberbullying. **DESENVOLVIMENTO:** Com o avanço tecnológico se tornou cada vez mais simplificada a comunicação, acarretando não só pontos positivos como também formas mais práticas de induzir e proporcionar o desejo de domínio do homem, praticado no ciberespaço: o cyberbullying. A autoestima, a autoconfiança, a segurança, e o autodomínio são rapidamente substituídos pela humilhação. Esta é exacerbada com o impacto que a mensagem vexatória é capaz de causar, à medida que pode ser rapidamente compartilhada, alcançando um grande número de expectadores no ambiente virtual, haja vista que cerca de 69% dos jovens e adolescentes possuem seus próprios computadores e smartphones, sendo que destes, 80% são ativos em redes sociais. Segundo especialistas, muitas podem ser as causas que levam alguém a cometer o bullying virtual, como a intolerância, o preconceito, a baixa autoestima, o sentimento de superioridade ou impunidade e etc. Segundo a psicóloga Eliana D'Alcantara [1] um dos principais motivos são os problemas familiares presenciados por esses atacadores. Em contrapartida, as consequências também são verdadeiras. E a principal delas é o suicídio. Este é derivado de graves problemas psicológicos originados com o sofrimento pela violência virtual. O início pode decorrer de uma ansiedade, que amplia-se para depressão, causando diversos fatores psicossomáticos. Além destes, o cyberbullying é capaz de produzir o uso de substâncias entorpecentes, cigarros e bebidas alcoólicas, que tem servido de refúgio ao dano causado, principalmente entre adolescentes do sexo feminino, como traz a reportagem da revista Veja [2]. Isso demonstra que estas ocorrências ultrapassaram as patologias sociais, tornando-se um problema de saúde pública. Há, doutrinariamente, uma discussão em relação ao ordenamento jurídico brasileiro ser ou não capaz de suprir às necessidades jurídicas de um afetado ou se a criação de uma lei específica seria mais eficaz a fim de preencher as possíveis lacunas existentes no que tange o assunto. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Neste contexto, e após a análise de diversos casos concretos e correntes doutrinárias, bem como toda a normatização jurídica que abrange a violência nas redes sociais, conclui-se, portanto, que embora este tipo de violência esteja ganhando dimensões preocupantes, nosso ordenamento jurídico é suficiente para coibir tais atitudes, não se fazendo necessária a criação de leis específicas, uma vez que a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, traz em seu texto diversos preceitos que podem ser utilizados para punir estas práticas, tais como a dignidade da pessoa humana; a ascensão do bem de todos, sendo vedado qualquer tipo de discriminação; a inviolabilidade da honra e da imagem das pessoas; e etc. Além disso, o Código Civil, nos dispositivos 186 e 927 [3], promove o ressarcimento dos danos morais e materiais resultantes da agressão. O que realmente está em falta é o respeito ao próximo e uma educação de boa qualidade. A lacuna precisa ser urgentemente preenchida nos campos morais e éticos. **BIBLIOGRAFIA:** [1] D'Alcantara, Eliana Bess. Bullying e Cyberbullying. In: Psicologia e vida, 2011. Disponível em: <<http://www.blog.psicoevida.com/2011/03/bullying-e-cyberbullying-o-bullying-e.html>> Acesso em 25/08/2014. [2] Revista VEJA. In: Saúde, 2011. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/saude/bullying-pode-aproximar-garotas-das-drogas>>. Acesso em 25/08/2014. [3] BRASIL. Vade Mecum: Saraiva. Rio de Janeiro: Saraiva, 2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

Mariana Rodrigues MIRANDA (IC - mary_rodrigues_miranda@hotmail.com)¹; Silvério Rodrigues MIRANDA (IC)²; Simone da Silva Elis¹; Rafael Guarçoni Almeida SILVA (IC)¹; Mateus Guarçoni Almeida SILVA (IC)¹; e Sônia Maria Dal Sasso (PQ)³

1. Curso de Direito; 2. Curso de Sistemas de Informação; 3. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé - MG.

Palavras-chave: Internet; Responsabilidade; delitos.

APRESENTAÇÃO: Ato ilícito é aquele contrário às normas jurídicas, e quando praticados por alguém no mundo virtual pode trazer consequências jurídicas. A estas consequências é dado o nome de responsabilidade. O objetivo deste estudo é investigar a responsabilidade civil do autor nos crimes praticados em redes sociais. Para isso, recorreu-se à pesquisa bibliográfica, pautando em autores que versam sobre o assunto em tela. **DESENVOLVIMENTO:** A internet tem se tornado o meio de comunicação mais usado em todo o mundo, por consequência disto os ilícitos praticados nela se espalham rapidamente, muitas vezes tomando proporções catastróficas, por esta razão torna-se claro que o direito não pode permanecer indiferente à esta realidade. No Brasil, essas ações são coibidas pelo Código Civil através dos institutos de dano material, moral ou à imagem. A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988 [1] em seu artigo 5º, V, assegura o direito de resposta à todos que se sintam achincalhados em sua honra. O CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO, 2002 [2], em seu artigo 186, que "aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito". Merece destaque que o provedor de acesso, via de regra, não será responsabilizado pelas informações transmitidas no portal, sendo responsável apenas em caso de inércia em retirar críticas maliciosas de terceiro, 24 horas após cientificado. Embora seja praxe no mundo virtual, é sabido que o anonimato não condiz com o preconizado no art. 5º da Carta Magna, sendo "o direito de expressão assegurado, sendo vedado o anonimato". Tal dispositivo visa identificar o emite da opinião, a fim de que possa responsabilizá-lo por eventuais abusos. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** As redes sociais é e deve continuar sendo um espaço para que as pessoas troquem dados e informações, porém quando mal utilizada, torna-se escudo de práticas ilícitas. Assim, diante de tais abusos o usuário responsável pelas publicações, deverá ser responsabilizado pelos prejuízos que causou e para isto é necessário a sua identificação. Quanto à responsabilidade do site está ocorrerá apenas se não excluir ou bloquear as imagens ou informações agressivas, depois de decorrido o prazo desde a sua notificação. Muito embora não exista uma lei específica sobre dano moral nas redes sociais, o ordenamento jurídico vigente amolda-se, impecavelmente a tais relações jurídicas, estando a salvo os direitos dos indivíduos.

BIBLIOGRAFIA: [1] BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1998. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em maio 2014. [2] BRASIL. Código Civil. Decreto Lei nº. 10.406. Brasília: Senado, 2002.

Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/2002/L10406.htm>>. Acesso em maio 2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

Luciana Dinar da SILVA¹ (luciana.dinar@gmail.com) Vilson RIBAS, Taylor FREITAS, Simone ELIS, Alcione OLIVEIRA, Poliana A.B.D.FERREIRA (PQ)²

1. Graduação em Direito; 2. Professora Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

Palavras-Chave: Mineração, Índice e Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO: Desde a época do Brasil Colonial a exploração mineral no estado de Minas Gerais representa a maior produção de ouro, ferro e alumínio do Brasil. No município de Mirai, existem duas Mineradoras de Bauxita. A bauxita é constituída por óxido de alumínio hidratado de composições variáveis [1]. Enterrados em depósitos naturais no subsolo, os bens minerais não têm valor enquanto recursos. O valor deles se revela quando o engenho humano se põe a pesquisá-los, extraí-los e transformar-los em produtos úteis para sociedade. Entretanto, como toda moeda tem duas faces, assim ocorre na extração do minério. Ao mesmo tempo em que propicia crescimento econômico e benefícios sociais, ela provoca impacto socioambientais. Na procura desse equilíbrio, exterioriza a idéia da sustentabilidade, onde a atividade minerária deve minimizar os impactos ambientais e compensar os não mitigáveis e, simultaneamente, contribuir para a promoção do bem estar socioeconômico das comunidades envolvidas. Esse modelo de Sustentabilidade vem sendo construindo nos últimos anos. No caso da mineração, a sustentabilidade abrange sistemática de mensuração, essa mensuração toma por base o Índice de Sustentabilidade da Mineração (ISM) ela toma por base a unidade operacional (a mina e seus entornos) em atividade e conduz não apenas as ações intramuros e extramuros das empresas mineradoras em prol da sustentabilidade, mas também o reflexo delas nas comunidades e municípios envolvidos[1]. Objetivo desse trabalho é verificar como tem se dado a discussão em relação aos indicadores de desenvolvimento sustentável em torno das atividades quem envolvem as Mineradoras no Município de Mirai.

MATERIAL E MÉTODOS: A pesquisa teve como universo de análise os indicadores de sustentabilidade no Município de Mirai, tendo sido selecionada como população para estudo, as comunidades situadas no entorno das duas minerações do município de Mirai (MG). Foram aplicados questionários, como instrumento de coleta de dados, no período Fevereiro à Junho de 2014. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Após a aplicação do questionário, obtivemos como resultado que 94% dos entrevistados declaram ter algum tipo de relação com a mineradora, sendo que 50% tem familiar empregado nela, 40% são proprietários, 6% não têm nenhuma relação com a mineradora e 4% foram empregados. Em média mais da metade 56% dos moradores residia na comunidade há mais de 20 anos, e apenas 28%, há menos de dez anos. A escolaridade declarada dos entrevistados foi muito baixa, sendo que 71% não tinham o ensino fundamental completo. Em média, quase dois terços dos entrevistados, já foram visitar à mineração situada em seu entorno. Perguntamos sobre o que a mineração fazia de bom para comunidade, 68% responderam que a mineradora oferece mais emprego na região. Quanto aos maiores incômodos provocados pela mineração, a poeira foi considerada com 56% o maior incômodo provocado pela mineração, outros incômodos, votados por pouco menos da metade dos entrevistados, foram o desmatamento, redução do volume e poluição das águas, 83% não sabem responder sobre a vida útil do minério explorado, quando indagado qual seria atividade que substituiria a mineração quando a jazida se esgotar, 89% não souberam responder. **CONCLUSÕES:** Após análise das informações conclui-se que, ainda há muito a caminhar, a mineração gera benefícios econômicos, por outro lado muitos incômodos, poeira, ruídos e prejuízo ao meio ambiente, que geram aversão em boa parte da população, talvez a melhor forma de buscar a sustentabilidade seja pela introdução de mudanças gradativas, mas continuas. **BIBLIOGRAFIA:**[1] VIANA, Maurício Boratto. Avaliando Minas: Índice de Sustentabilidade da Mineração (ISM). 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

Luciana Dinar da **SILVA**¹ (luciana.dinar@gmail.com) Vilson **RIBAS**, Alcione **OLIVEIRA**, Simone **ELIS**, Taylor **FREITAS**, Poliana Aroeira Braga Duarte **FERREIRA** (PQ)²

1. Graduação em Direito; 2. Professora
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

Palavras-Chave: Contabilidade, Novo Código Civil e Responsabilidade Solidária.

INTRODUÇÃO: Hoje no campo contábil, muito se tem falado sobre responsabilidade civil. O Novo Código Civil, promulgado pela Lei 10.406 em 10 de janeiro de 2002, além de introduzir algumas alterações nos procedimentos contábeis das empresas, aumentou a responsabilidade do profissional contábil. A responsabilidade do contador foi severamente ampliada, podendo o mesmo responder, pessoal e solidariamente, perante a empresa e terceiros, inclusive com patrimônio pessoal [1]. A ideia da responsabilidade civil vem da necessidade de pensar, indenizar as perdas por um suposto erro ou dano decorrente de seu ato. O objetivo desse trabalho é de investigar o grau de conhecimento dos profissionais contábeis dos municípios de Mirai e Muriaé acerca das mudanças, sanções e penalidades perante o Novo Código Civil. **MATERIAL E MÉTODOS:** Para a realização desse trabalho fez-se necessário uma pesquisa bibliográfica juntamente com pesquisa de campo no qual foi aplicado um questionário aos contadores atuantes nos municípios de Mirai e Muriaé, no período Março a Julho de 2014.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Em relação à formação acadêmica dos contadores, 40% têm bacharelado Ciências Contábeis; 24% são pós-graduados e 0,8% possuem mestrado. Quanto ao tempo de atuação dos profissionais no mercado de trabalho, observa-se que 32% atuam entre 5 e 10 anos e 26% já atuam na área há mais de 15 anos. 10% dos contadores buscam atualizar seus conhecimentos através da internet; 30% através de informativos contábeis; 8% atualizam-se por palestra /cursos e 51% fazem uso de todos os recursos citados. Em relação ao grau de conhecimento dos contadores em relação às mudanças advindas com o Novo Código Civil 56% demonstram um conhecimento mediano do assunto e 29% demonstram pouco conhecimento. 60% dos contadores entrevistados não concordam com a responsabilidade solidária enquanto 40% concordam. 12% dos contadores acreditam que o maior benefício trazido pela responsabilidade solidária para a sociedade é ter maior transparência nas demonstrações contábeis; 68% acreditam que seja a diminuição das fraudes contábeis e 20% acreditam que seja a maior qualificação dos profissionais da área. De acordo com a pesquisa, 66% dos entrevistados afirmam que a maior dificuldade do profissional contábil em agir de acordo com a legislação é a conscientização por parte dos empresários e 32% afirmaram ter dificuldades quanto à interpretação da legislação. 60% acreditam que o Novo Código Civil contribuiu pouco para valorização da profissão; 30% acreditam que o Novo Código Civil contribuiu muito para valorização da profissão. 59% dos contadores possuem pouco conhecimento a respeito das sanções previstas no Novo Código Civil e 38% possuem muito conhecimento e 3% não possuem conhecimento das sanções. 48% dos entrevistados entendem que a melhor forma de evitar penalidades é manter-se um profissional atualizado e 39% entendem que estipular cláusulas em contrato de prestação de serviços contábeis que o exima de algumas responsabilidades. **CONCLUSÕES:** Após análise das informações conclui-se que, diante do impacto que o Novo Código Civil trouxe o profissional contábil é extremamente importante que o contador busque maior qualificação e esteja disposto a acompanhar as mudanças e alterações impostas pela legislação. **BIBLIOGRAFIA:** [1]SOUZA, Valdivino Alves de. **A responsabilidade do contabilista conforme Novo Código Civil.** Disponível em: <www.artigos.com>. Acesso em: 04/07/2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

Bárbara Cerqueira da **ROCHA** (IC – barbararocha63@gmail.com)¹, Rafaela **CARNEIRO** (IC)¹, Paula Fernandes Meneguete Dala **PAULA**(IC)¹, Kamilla Neves Ciuldin **SILVA** (IC)¹, Anderson Corrêa **RODRIGUES** (IC)¹ e Stefanine **LACERDA** (PQ)²

1. Graduação em Direito; 2. Professora
Faculdade Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Adoção; Homoafetividade; Família.

APRESENTAÇÃO: Antigamente havia apenas uma concepção de família, sendo composta por pai, mãe e filhos. Contudo, essa concepção vem sofrendo mudanças com o passar do tempo e dando lugar às famílias de diferentes formações. Vem surgindo a união homoafetiva, já reconhecida como entidade familiar, e consequentemente essa união traz a vontade de constituir uma família, o que leva ao patamar da adoção e a dificuldade que ainda existe para constituírem uma família. O principal requisito a ser levado em conta nas várias regras para a efetiva adoção é o bem estar do adotado e a sua felicidade. Através de pesquisas bibliográficas e análise de julgados do STF e STJ, pretende-se discutir o tema da adoção no âmbito das relações homoafetivas.

DESENVOLVIMENTO: Devido a vários fatores culturais, a concepção de família "padrão" vem sofrendo transformações. Tendo em vista essas transformações surge uma forma mais favorável e acessível para constituição familiar. As pessoas, que sofriram qualquer tipo de discriminação por sua orientação sexual, estão ganhando força e oportunidade de constituírem uma família. Além dos requisitos que todos devem preencher para a efetivação da adoção, os casais homoafetivos tem que enfrentar o preconceito que ainda existe nos tempos de hoje. Pessoas que possuem esse preconceito não levam em consideração o amor e o amparo que os adotados receberiam ou recebem, pois foram privados por diversos motivos de os receber de seus pais biológicos. O STF a cada dia tem dado posicionamentos favoráveis quando o assunto é a união homoafetiva e a adoção por esses pares. O princípio da igualdade expresso no artigo 5º, inciso I, Constituição Federal de 1988sa Carta Magna garante que não se pode haver tratamento diferenciado em função da orientação sexual, pois todo ser humano merece ser respeitado. A resolução nº 175, de 14 de maio de 2013 do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) autoriza o casamento de pessoas do mesmo sexo, o que vem corroborar com o reconhecimento da união homoafetiva como entidade familiar. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Através da nossa análise, podemos concluir que ainda há muita discriminação pela sociedade quando o assunto é a união homoafetiva e a adoção que provém dessa união. Mas, tem ganhado força o direito desses casais e principalmente das crianças, que não possuem uma família e desejam tanto ter uma, pois as decisões dos Tribunais estão cada vez mais favoráveis para constituição de uma família que não seja só composta por pai, mãe e filhos. A nova concepção de família traz nítido a justiça e a igualdade, que são direitos fundamentais, demonstrando que não deve haver nenhum tipo de discriminação. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS pela oportunidade de expor nosso trabalho.

BIBLIOGRAFIA: [1] DIAS, Maria Berenice. União Homossexual – Preconceito e Justiça. 2ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001. [2] DIAS, Maria Berenice. Manual do Direito das Famílias. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. [3] Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. [4] STJ julga pela adoção homoafetiva. Disponível em: <http://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/2180379/stj-julga-pela-adocao-homoafetiva>. Acesso em: 16 de agosto de 2014. [5] União homoafetiva como entidade familiar. Disponível em: <http://www2.stf.jus.br/portalStfInternacional/cms/destaquesNewslett er.php?sigla=newsletterPortalInternacionalJurisprudencia&idConteudo=193683>. Acesso em: 24 de agosto de 2014. [6] Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013, CNJ. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/resolu%C3%A7%C3%A3o_n_175.pdf. Acesso em: 27 de agosto de 2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

RESERVA LEGAL DE ACORDO COM O NOVO CÓDIGO FLORESTAL

Bárbara Cerqueira da ROCHA (IC – barbararocha63@gmail.com)¹, Rafaela CARNEIRO (IC)¹, Paula Fernandes Meneguete Dala PAULA (IC)¹, Kamilla Neves Ciuldin SILVA (IC)¹, Anderson Corrêa RODRIGUES (IC)¹ e Stefanine LACERDA (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora Faculdade Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Reserva legal; Sustentabilidade; Meio ambiente.

APRESENTAÇÃO: De acordo com a definição legal sobre o seu conceito (art. 3º do Código Florestal), podemos entender que a Reserva Legal é uma área localizada dentro da posse ou propriedade rural, deve ser uma área representativa do ambiente da região e da biodiversidade onde se tem a proteção, o abrigo da fauna e flora nativas, garantindo a qualidade da água, solo e do ar. Sua importância se dá pelo fato de que, além de assegurar a continuidade da biodiversidade local e qualidade de vida, contribui com o microclima da região, amenizando desastres ambientais, regulando o volume dos cursos d'água, prevenindo a erosão do solo, evitando o empobrecimento da terra, dentre vários outros fatores ao qual o meio ambiente está propício.

DESENVOLVIMENTO: A sociedade está se conscientizando e tornando-se cada vez mais exigente em relação ao meio ambiente, seja na sua preservação em áreas rurais, seja em áreas urbanas. Há uma grande discussão no que se refere a Reserva legal, com alegações na redução da produção de carne, frutas, arroz, feijão, dentre outros; tudo isso por causa do instituto da Reserva Legal. Produtores brasileiros consideram uma grande injustiça, tendo suas áreas reservadas, uma vez que poderiam empreender em país com alta demanda de consumo, e ainda, expectativas de adentrar no mercado de exportação, entendendo que é obrigação do Estado pagar pelas terras e criar parques nacionais de conservação. Uma das vantagens está ligada diretamente aos pequenos produtores, pois nos lugares onde não há nenhuma árvore plantada e necessita de haver algum tipo de recuperação, o pequeno agricultor vai entrar com uma pequena recomposição, o médio com uma recomposição um pouco maior e o grande terá que recompor bem mais. Cada um de acordo com sua possibilidade não ficando assim unificada a todos a mesma área a ser recomposta. Também entra como vantagem que os pequenos fazendeiros não serão obrigados a terem uma área de reserva legal em sua propriedade. Atualmente o plantio em topos de morros vem sendo bem controlado, conforme com o novo código essa prática será mais aberta. Há também uma proposta de se reduzir o tamanho das matas ciliares, e esta será computada a sua porcentagem juntamente com a reserva legal coisa que atualmente é contabilizada separadamente. A importância da reserva legal é inegável, no entanto tem que ser feita de forma a não prejudicar o desenvolvimento, pois de acordo com o princípio do desenvolvimento sustentável, devemos utilizar nossos recursos naturais de forma que ele possa ser utilizado por gerações futuras da mesma forma que hoje. Assim se aplicarmos a legislação que estabelece a reserva legal ao modo que traga prejuízos ao crescimento econômico, estaremos prejudicando a geração atual em prol das futuras gerações, o que vai de encontro ao princípio ora mencionado que defende todas as gerações. O desenvolvimento econômico de um país é o processo de unificar o capital, incluindo o progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento da produção e consequentemente dos salários, do padrão médio de vida da população. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Concluímos que a reserva legal contraria os interesses econômicos daqueles que produzem, e deixa o país em desvantagem aos demais Estados que não têm essa consciência ecológica em relação ao crescimento, mas o retorno, principalmente considerando o futuro, será valioso. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Código Florestal Brasileiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm>. Acesso em: 28/08/2014. [2] Novo Código Florestal Brasileiro: Bom ou Ruim? <<http://www.guiadacarreira.com.br/artigos/atuualidades/codigo-florestal-brasileiro/>>. Acesso em: 28/08/2014.

REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL: UM FOCO NA ESTRUTURA EDUCACIONAL E CARCERÁRIA DO BRASIL

Henrique Manoel Freitas de CARVALHO (IC – henrique.contador@yahoo.com.br)¹, Maycon Ariel da SILVA (IC –)² Stefanine Michaelle Alvim LACERDA (PQ–)

1. Curso de Direito; 2. Professora Faculdade Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Imputável, educação, crime.

APRESENTAÇÃO: O ordenamento jurídico brasileiro trata como inimputável todo ato ilícito praticado por jovens e adolescentes menores de 18 (dezoito) anos completos. Assim prevê o artigo 27 do Código Penal, o artigo 104 do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, e o artigo 228 da Constituição Federal. Segundo Julio Fabrini Mirabete; "... o homem é um, ser inteligente e livre, podendo escolher entre o bem o mal, entre o certo e o errado, e por isso a ele se pode atribuir a responsabilidade pelos atos ilícitos que praticou. Essa atribuição é chamada imputação de onde provém o termo imputabilidade, elemento (ou pressuposto) da culpabilidade. Imputabilidade é, assim, a aptidão para ser culpável."¹ A situação sócio-econômica em que o país atravessa há anos, a desestrutura pública educacional e familiar são alguns fatores que levam o adolescente a se marginalizar em uma sociedade que em muitos lugares não tem o que oferecer a não ser a criminalidade. A notoriedade na mídia de um crime praticado por um adolescente é sempre maior, é claro, quando este é praticado por um imputável, assim, o impacto social e a transformação da opinião pública trazem à superfície a discussão sobre a redução da maioridade penal.

DESENVOLVIMENTO: É Anódino tratar a redução da maioridade penal como solução dos problemas de crime em toda sociedade. Isso satisfaria o clamor popular (ou midiático). Mas é estranho reconhecer a faculdade aos maiores de dezesseis anos e menores de dezoito a lucidez e discernimento na tomada decisões ao lhe conferir a capacidade eleitoral ativa, conforme expressa previsão constante no artigo 14, § 1, inciso II da nossa Constituição. Embora ambos dispositivos emanem do mesmo Poder Constituinte, verifica-se certa contradição entre as normas. Jovens menores de dezoito anos tendo poderes para escolher a autoridade máxima de uma nação, mas quando se trata de responder por crimes, mesmo que hediondos são elevados como inimputáveis. Outro ponto discutível é o aumento da população carcerária no país, a falta de espaço e estrutura nas penitenciárias e o custo do Estado para se manter um presidiário. Segundo matéria publicada no site do jornal oglobo, um presidiário custa em média aos cofres públicos estaduais R\$ 1.700,00 por mês, aproximadamente R\$ 21 mil reais por ano, enquanto um aluno da mesma rede estadual custa cerca de R\$ 2.300,00 por ano. A discrepância é ainda maior quando falamos em um presidiário Federal. Estes custam ao país aproximadamente R\$ 40 mil reais por ano enquanto ao aluno custa R\$ 15 mil reais por ano.² Em 2012 o Brasil atingiu uma população carcerária de 550 mil presos, apresentando um déficit de vagas próximo a 200 mil, dados do CNJ – Conselho Nacional de Justiça. Dados que chamaram à atenção da ONU que colocou o Brasil na 4ª posição de maior população carcerária do mundo.³ **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Neste cenário assistimos um grande investimento em um sistema que não funciona e sem retorno benéfico à população. E um sobre-investimento na educação que pode ser um preventivo essencial aos menores de dezoito anos. A imputabilidade ao menor por mais paliativa que seja, não resolverá problemas futuros, teremos cadeias mais lotadas, segurança pública sem conseguir atender as necessidades da sociedade e a criminalidade investindo em adolescentes abaixo dos 16 anos. **BIBLIOGRAFIA:** [1] MIRABETI, Júlio Fabrini; Duarte, Manual do direito penal 27ª edição, editora Atlas; [2] DUARTE, Alessandra e BENEVIDES, Carolina; "Brasil gasta com presos quase o triplo do custo por aluno", disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/brasil-gasta-com-presos-quase-triplo-do-custo-por-aluno-3283167> acessado em 26/08/2014; [3] VASCONCELOS, Jorge, "População carcerária do Brasil atingiu 550 mil presos em Junho" disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/22552-populacao-carceraria-do-brasil-atingiu-550-mil-presos-em-junho> acessado em 26/08/2014. **Área do Conhecimento (CNPq) 6.01.00.00-1 – Direito**

TUTELA CONSTITUCIONAL DO MEIO AMBIENTE E OS DEVERES DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO

Genuzi Franchine GOMES (IC - gefranchine@hotmail.com)¹, Mauro Sérgio de Paula SANTOS (IC)¹, Camila de Paula GRUPPI (IC)¹, Ana Caroline de Oliveira PRADO (IC)¹, Raquel Silva CARNEIRO (IC)¹, Marcelo Alexandre do Valle THOMAZ (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Meio ambiente, Estado, Tutela Constitucional

APRESENTAÇÃO: O estudo da Tutela Constitucional do Meio Ambiente e os Deveres de Proteção Ambiental do Estado, visa demonstrar e estabelecer a atuação no ordenamento jurídico nas condutas de proteção constitucional do meio ambiente ecologicamente equilibrado. Assim vem, destacar a demasiada e inconsequente exploração do homem sob os recursos naturais, onde se vê modificações geradas na natureza, ameaçando a qualidade de vida do ser humano e dos demais seres vivos, causando uma grande preocupação com a sustentabilidade do planeta. Para tanto, foi realizada uma análise detalhada dos dados coletados em pesquisa bibliográfica teórica e qualitativa, para a formação argumentativa e utilização das fontes do Direito, buscando desta forma identificar as regras jurídicas a despeito da existência do farto conjunto normativo sobre a tutela do meio ambiente.

DESENVOLVIMENTO: A Constituição de 1988 impôs ao poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações. O texto emprega figuras genéricas – “Poder Público” e “Coletividade” - como sendo aquelas obrigadas a preservar e defender o meio ambiente. “Poder Público” não significa só o Poder Executivo, mas abrange o Poder Legislativo e o Poder Judiciário, tanto que no art. 2º esses três Poderes constam como “Poderes da União”. Os constituintes engajam os três Poderes da República na missão de preservação e defesa do meio ambiente, agindo eles com independência e harmonia recíproca. A Constituição foi bem-formulada ao terem sido colocados conjuntamente o Poder Público e a coletividade como agentes fundamentais na ação defensora e preservadora do meio ambiente. Não é papel isolado do Estado cuidar sozinho do meio ambiente, pois essa tarefa não pode ser eficientemente executada sem a cooperação do corpo social. O Poder Público e a coletividade deverão defender e preservar o meio ambiente desejado pela Constituição, e não qualquer meio ambiente. O meio ambiente a ser defendido e preservado é aquele ecologicamente equilibrado. Portanto, descumprem a Constituição tanto o Poder Público como a coletividade quando permitem ou possibilitam o desequilíbrio do meio ambiente [1]. Neste contexto, o art. 225 da Constituição de 1988 em seu *caput* consagra a ética da solidariedade e responsabilidade entre as gerações: “Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” [2]. Destarte, é importante salientar, uma conscientização globalizada no que se refere à proteção do meio ambiente em que se vive, buscando uma reciprocidade entre direito e deveres do Estado e da Coletividade, no sentido de salvaguardar o direito do meio ambiente ecologicamente equilibrado. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Por meio deste estudo, faz-se necessário e imperioso um novo pensar, tornando-se indispensável à defesa do meio ambiente, respeitando seu status de direito fundamental no ordenamento jurídico, promovendo e protegendo, o resgate e o direito de todos a um meio ambiente equilibrado. **BIBLIOGRAFIA:** [1] MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito Ambiental Brasileiro*. 20ª. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Malheiros 2012. [2] VADE MECUM / *Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva*. com colaboração de Luiz Roberto Curia, Livia Céspedes e Juliana Nicoletti. 14.ª ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva 2012.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

AIDS NOS PRESÍDIOS: “PENA DE MORTE”

Keila Dias de OLIVEIRA (IC – Keilaa_oliveira2@hotmail.com)¹, Giselle Aparecida de Oliveira FONSECA (IC)², Stanley Carneiro dos SANTOS (IC)³, Erick Flávio Gonçalves BARBOSA (IC)³ e Jorge CAMPOS (IC). . Marcelo Thomaz do Valle THOMAZ

1. Curso de Direito; 2. Professor
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Sistema carcerário; Presidiários; HIV/DST.

APRESENTAÇÃO: O Brasil conta hoje com uma população carcerária de 711.463 [1] presos, conforme índice do CNJ. Ademais, dados da ONG Centro Internacional para Estudos Prisionais (ICPS) a coloca como a quarta maior do mundo, sendo que tal contingente é 66% maior do que o sistema poderia abrigar como mostram informações de 2010, do Departamento Penitenciário Nacional. Estima-se que o número de portadores do vírus HIV nesta população possa ser até dez vezes maior do que na média nacional, segundo sugere Mariângela Simão, ex-diretora do Programa Nacional do DST e AIDS do Ministério da Saúde, em 2009 [2]. Diante deste cenário, o presente trabalho terá como foco, através de pesquisas bibliográficas e análise de casos concretos e específicos, mostrar as principais vulnerabilidades que afligem o sistema carcerário no que tange à exposição ao HIV nos detentos, condenando-os à “pena de morte”. **DESENVOLVIMENTO:** Apesar do índice de infectados no Brasil ter crescido em torno de 11% entre 2005 e 2013, de acordo com a ONU [3], o país é considerado uma das referências mundiais no tratamento e combate a AIDS. Entretanto, ainda que, a partir de 2003, tenha sido lançado pelo governo federal o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, que previa a inclusão dessa população no Sistema Único de Saúde (SUS), esta continua sendo um terreno delicado, onde, mais do que investimentos, faltam pesquisas que delimitem realmente o índice de contaminação e as peculiaridades específicas a cada região, visando assim, traçar o perfil do problema e as soluções mais adequadas a cada caso. Devido à burocracia, em época, não se foi permitido tal pesquisa na Penitenciária de Muriaé. O sistema prisional brasileiro é extremamente precário. Um ex-detento da penitenciária de Muriaé/MG responsabilizou a superlotação, a higiene frágil, a convivência conturbada entre os presidiários e os hábitos nocivos que acompanham muitos que se adentram no sistema, como possíveis vetores da proliferação de diversas doenças. Além disso, este confirmou o uso de drogas injetáveis, falta de higiene na confecção de tatuagens, dentre outros fatores que se destacam no alto índice de infecção pelo vírus nos presídios. Alegou também ter presenciado diversas práticas sexuais sem a devida proteção enquanto esteve encarcerado. Ainda que muitos já cheguem ao sistema contaminado, tais comportamentos são de importância ímpar na disseminação da doença, inclusive, para fora das paredes do lugar. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Em um país que necessita rever tantos conceitos e aprender a aplicar sua riqueza, investir no sistema carcerário pode parecer utópico e distante, mas com certeza é de extrema necessidade, mesmo porque o reeducando está mais próximo do que imaginamos, e pode influenciar na vida social ainda que indiretamente, por sua participação como possível vetor em potencial na transmissão do HIV. Se a solução dos problemas pode parecer cara e inviável, as pequenas e simples ações, ainda que envolvidas em polêmicas e carregadas de clichê, podem sim gerar mais frutos do que as políticas atuais.

BIBLIOGRAFIA: [1] MONTENEGRO, Manuel. CNJ divulga dados sobre a nova população carcerária brasileira. In: CNJ, 2014. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/28746-cnj-divulgados-sobre-nova-populacao-carceraria-brasileira>. Acesso em 31/07/2014. [2] Agência Brasil. Incidência de HIV entre presos pode ser até dez vezes maior do que na população em geral. In: UOL Vírgula, 2009. Disponível em: <http://virgula.uol.com.br/legado/incidencia-de-hiv-entre-presos-pode-ser-ate-dez-vezes-maior-do-que-na-populacao-em-geral>. Acesso em 31/07/2014. [3] G1. Infecções por HIV caem no mundo, mas crescem no Brasil, diz ONU. In: Bem Estar, 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2014/07/infecoes-por-aids-caem-no-mundo-mas-crescem-no-brasil-diz-onu.html>. Acesso em 31/07/2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

Genuzi Franchine **GOMES** (IC - gefranchine@hotmail.com)¹, Mauro Sérgio de Paula **SANTOS** (IC)¹, Camila de Paula **GRUPPI** (IC)¹, Ana Caroline de Oliveira **PRADO** (IC)¹, Raquel Silva **CARNEIRO** (IC)¹, Marcelo Alexandre do Valle **THOMAZ** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Consumidor, Dano Moral, Responsabilidade Civil

APRESENTAÇÃO: A Responsabilidade Civil por Dano Moral ao Consumidor, é uma medida judicial em que à parte prejudicada busca o ressarcimento, quando esta for vítima de um ato ilícito. Assim a tutela jurisdicional é o meio de atuação para apaziguar essas relações sociais e evitar a perpetuação de condutas ilícitas. Destarte, foi realizada uma análise detalhada dos dados coletados em pesquisa bibliográfica teórica e qualitativa nas relações de consumo, e utilização das fontes do Direito, buscando desta forma identificar as regras jurídicas pertinentes ao tema.

DESENVOLVIMENTO: O artigo 2.º do Código de Defesa do Consumidor dispõe que consumidor é “toda pessoa física ou jurídica que adquira ou utilize produto ou serviço como destinatário final”. Esta tutela só existe porque o consumidor é parte vulnerável nas relações contratuais, como afirma o próprio CDC no artigo 4.º, inciso I. Uma das grandes inovações do Código de Defesa do Consumidor foi exatamente a alteração do sistema tradicional de responsabilidade civil baseada em culpa. A sistemática da responsabilização, não implica dizer que a vítima nada tenha de provar. Ao contrário, cabe-lhe comprovar o dano e o nexo de causalidade entre este e o produto ou serviço. Lembre-se, contudo, que em relação a estes elementos o juiz pode inverter o ônus da prova quando “for verossímil a alegação” ou quando o consumidor for “hipossuficiente”, sempre de acordo com “as regras ordinárias de experiência” (art.6.º, VIII). Recorde-se, por último, que o consumidor não precisa provar o defeito (art. 12, § 3.º, II). Portanto, o dano é pressuposto inafastável da responsabilidade civil. Não há sequer falar em responsabilidade civil sem dano, que pode qualificar-se como patrimonial ou moral. Em matéria de acidente de consumo, havendo dano, a indenização terá de ser a mais completa possível nos termos do CDC [1]. Destarte, a palavra “responsabilidade” origina-se do latim *re-spondere*, que encerra a idéia de segurança ou garantia da restituição ou compensação do bem sacrificado. Teria, assim, o significado de recomposição, de obrigação de restituir ou ressarcir. A responsabilidade civil desloca-se da noção de culpa para a idéia de risco, ora encarada como “risco-proveito”, que se funda no princípio de que é reparável o dano causado a outrem em consequência de uma atividade realizada em benefício do responsável (*ubi emolumentum, ibi onus*, isto é, quem aufera os cômodos (lucros) deve suportar os incômodos ou riscos); ora mais genericamente como “risco criado”, a que se subordina todo aquele que, sem indagação de culpa, expuser alguém a suportá-lo em razão de uma atividade perigosa; ora, ainda como “risco profissional”, decorrente da atividade ou profissão do lesado, como ocorre nos acidentes de trabalho [2]. Portanto, de acordo com as regras jurídicas estudadas, observa-se que o grande número de demandas jurisdicionais inerentes ao direito do consumidor assume o papel importante em nosso judiciário. É importante salientar, indubitavelmente que o CDC superará nossas expectativas, graças à força transformadora de suas normas, essencialmente buscando favorecer a defesa do consumidor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Por meio deste estudo, podemos considerar que o judiciário é instrumento fundamental, para alavancar o sentimento de justiça e confiança, no sentido de promover a harmonia social, além de reequilibrar a relação entre consumidores e fornecedores.

BIBLIOGRAFIA: [1] BENJAMIN, Antônio Herman V., MARQUES, Claudia Lima, BESSA, Leonardo Roscoe. **Manual de Direito do Consumidor**. 4ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012. [2] GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. Volume 1. Parte Geral. 10ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

Pablo Lemuel Emerick de **ANDRADE** (IC - pablo_lemuel@hotmail.com)¹, Luisa Souza **BITTENCOURT** (IC)¹, Emanuely Cristina **OLIVEIRA** (IC)¹, Pedro Henrique de Souza **COSTA** (IC)¹, Mauro Sergio de Paula **SANTOS** (IC)¹, Marcelo Alexandre do Valle **THOMAZ** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Consumidor, Teoria Finalista, Pessoa Jurídica.

APRESENTAÇÃO: O presente artigo tem como objetivo apresentar algumas alternativas trazidas pela Teoria Finalista Mitigada, no campo da interpretação; e os benefícios advindos da escolha da respectiva corrente aos profissionais envolvidos no consumo.

DESENVOLVIMENTO: O sistema jurídico instituído pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei n.º 8.078/90, responsável pela igualdade de direitos e deveres nas relações de consumo, em seu artigo 2º, dispõe que “Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquira ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.” Claudia Lima MARQUES (2009) é defensora da corrente finalista e afirma que “consumidor, para efeitos da proteção da legislação consumerista, é aquele que utiliza o produto como destinatário final para uso exclusivamente pessoal, excluindo aquelas pessoas jurídicas que adquirem algum bem ou serviço para satisfazer alguma necessidade da própria empresa” [1]. Entretanto, vale salientar que essa necessidade da própria empresa não se refere a bens utilizados com fins diversos ao da produção. Sendo assim, uma empresa que adquira bens somente para uso pode ser considerada, a priori, como sendo vulnerável tecnicamente. É claro que isso implicaria uma análise aprofundada de um caso concreto. O próprio STJ tem considerado nesse sentido, pois crê ser inconcebível que uma pessoa jurídica, especialmente de pequeno porte, seja considerada com suficiente conhecimento técnico de um bem que não está inserido em seu ciclo de produção. Há, ainda, o caso já ressaltado pela doutrina de CLÁUDIA LIMA MARQUES, em que o STJ resolveu a respeito de médios agricultores que haviam adquirido máquinas agrícolas, que, por conseguinte, integrariam seu ciclo de produção, mas eram demasiadamente sofisticadas para se exigir equipação de conhecimento técnico com respeito a estes agricultores. Dessa forma, percebe-se que a aplicação da Teoria Finalista Mitigada apresenta-se muito mais complexa e passível de discussões, o que enseja um direito muito mais dinâmico e uma verdadeira análise teleológica do Código de Defesa do Consumidor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Diante do exposto, conclui-se que a opção pela Teoria Finalista Mitigada veio trazer ao direito do consumidor um campo de atuação muito expressivo à doutrina e jurisprudência, tendo em vista o grande espaço que surgiu para a interpretação. É cediço que o direito, como um todo, é uma ciência interpretativa, e a escolha da corrente finalista mitigada, seguindo essa característica, trouxe individualização necessária às demandas consumeristas.

BIBLIOGRAFIA: [1] MARQUES, Cláudia Lima. **Pessoa Jurídica no Código de Defesa do Consumidor**. 6. ed. São Paulo: RT, 2009.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

INTERRUPÇÃO TERAPÊUTICA DA GESTAÇÃO COM FETO ANENCÉFALO

Letícia do Carmo FERREIRA (IC - leticiacarmoferreira@gmail.com)¹, Jordana Archetti Duarte VICENTE (IC)¹, Marlon Vicente Citrangulo FERREIRA (IC)¹, Drieli Pedrosa SILVA (IC)¹, Vítor Farage Machado da ROCHA (IC)¹ e Stefanine LACERDA (PQ)²

1-Curso de Direito; 2. Professor
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Anencefalia, gestação, ADPF 54

APRESENTAÇÃO: O presente trabalho tem por objetivo expor a questão da interrupção terapêutica da gestação com feto anencéfalo. O tema, constantemente discutido pela doutrina e pela jurisprudência, foi de certa forma pacificada, uma vez que decisão proferida pela Corte Excelsa Pátrioza de caráter vinculante. Recentemente, o Supremo Tribunal Federal julgou, em sede de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF). O referido tema esclarece também, que a nomenclatura correta é interrupção terapêutica, e não aborto, visto que como o feto não tem cérebro, não há vida em sentido técnico e jurídico. Então, não se enquadra na definição de aborto do Código Penal. **DESENVOLVIMENTO:** Em apertada síntese, a anencefalia é uma patologia que acomete o feto, sendo caracterizada pela malformação do tubo neural, não significando dizer que há ausência total de massa encefálica, podendo ser variável em cada caso. Porém, a patologia em análise é letal, ao passo que os bebês por ela acometidos possuem uma curta expectativa de vida extrauterina. Cabe informar que de acordo com estudo da Universidade de Brasília, quase metade dos países membros da ONU permitem a interrupção da gravidez em casos de anencefalia em alguns países. A Constituição da República Federativa do Brasil é sem sombra de dúvida a principal fonte do direito brasileiro, quer normativamente ou derivada de princípios/garantias. Nela estão presentes os mais importantes princípios norteadores para a interpretação das normas jurídicas em geral. O princípio da dignidade constitui um dos fundamentos mais importantes para sustentar a possibilidade da antecipação terapêutica do parto de feto anencéfalo, pois este prega o respeito que se deve dar a todos os indivíduos, em todos os aspectos, tais como liberdade, vida, incolumidade física, psicológica, etc.; características que se mostram totalmente contrárias à idéia de obrigar uma gestante a levar adiante uma gestação de um feto sem possibilidade de sobrevivência, sendo certo que ao prosseguir-la, resultaria para a gestante sérios danos à sua integridade moral e psicológica, bem como riscos físicos, reconhecidos pela medicina. Sobre os critérios para interrupção terapêutica da gestação com feto anencéfalo, não há muito que discutir, pois em todo o julgamento da ADPF 54 restou claro que após o diagnóstico, a vontade da gestante de seguir ou não com a gestação seria o mais importante. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conforme o que fora declinado alhures, a decisão da ADPF 54, foi a mais importante da história jurídica pátria. Referido ato decisório volveu-se de muitas discussões acerca de diversos princípios constitucionais, dentre os quais, a autonomia da vontade, o direito à vida, dignidade da pessoa humana e direito à saúde, sendo que o debate se concentrou precipuamente sobre os dois primeiros. Inobstante, a decisão repercutiu em diversos setores da sociedade, gerando alívio entre uns e desconforto entre outros. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:** [1] Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/04/supremo-decide-por-8-2-que-aborto-de-feto-sem-cerebro-nao-e-crime.html>>. Acesso em: 25 de agosto de 2014. [2] Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2012/05/publicados-no-diario-oficial-criterios-para-interruptao-de-fetos-anencefalos.html>>. Edição do dia 14/05/12. Acesso em: 25 de agosto de 2014. [3] Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/04/24/interna_gerais,290779/jjustic-autoriza-aborto-de-anencefalo-em-minas-gerais.shtml>. Acesso em: 20 de agosto de 2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

LEI MARIA DA PENHA E AS UNIÕES HOMOAFETIVAS

Ana Carolina Pereira SOUZA (IC - anaacarinapereiras@hotmail.com)¹, Brenno De Paiva FAGUNDES (IC)¹, Gabriella de Souza Azevedo (IC)¹, Pedro Henrique Rodrigues de Arêdes (IC)¹ e Anderson K. R. LOURENÇO (PQ)^{1,2}

1-Curso de Direito; 2. Professor
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Lei Maria da Penha; interpretação da norma penal; analogia *in malam partem*.

APRESENTAÇÃO: A Lei Nº 11.340, de 07/08/2006, denominada "Lei Maria da Penha" é um diploma legal visando à erradicação da violência doméstica contra a mulher e para tanto ele realizou diversas alterações na Norma Penal e Processual Pátria, de modo a criar um sistema que possibilite a consecução do seu objetivo. Entretanto, com a evolução dos conceitos de entidade familiar a aplicação dessa lei fica sujeita a diversas interpretações, variando de acordo com o tipo de união homoafetiva. O presente trabalho visa abordar a possibilidade ou não de aplicação do referido diploma legal nos casos de agressão cometidas no âmbito da convivência de união homoafetiva. **DESENVOLVIMENTO:** A Lei Nº 11.340/2006 procura coibir a violência contra a mulher, questionando-se a possibilidade de aplicação da lei nos casos de agressão praticada, no âmbito de união homoafetiva, e ainda se essa aplicação implicaria em uma analogia *in malam partem*, vedada no Direito Penal brasileiro. Maria Berenice Dias entende que os dispositivos legais "alcançam-se tanto lésbicas como travestis, transexuais e transgêneros que mantêm relação íntima de afeto em ambiente familiar ou de convívio", e que em todas essas formas de relacionamento as situações de violência contra convivente são abarcadas por esta Lei. Outros entendimentos surgiram com base na interpretação da norma penal incriminadora que, em regra, deve ser restritiva, para preservar o *status libertatis* do cidadão, um dos bens jurídicos mais importantes do mesmo e por isso sua privação é uma medida excepcional. Através dessa nova visão, entende-se que as lésbicas que são agredidas por suas companheiras são amparadas por essa lei em todos os termos, por serem mulheres, independente de sua opção sexual, no caso dos travestis, por serem biologicamente homens, ainda que venham a constituir uma família, não serão protegidos pela em análise, pois a norma penal diz "mulher", e seu conceito não pode ser expandido a fim de atingir os travestis, em razão da analogia *in malam partem*, ou seja, em prejuízo do réu, o que não é admissível no Direito Penal brasileiro. A situação dos transexuais é mais complexa, devido à problemática que gira em torno da realização da cirurgia de modificação de sexo, disciplinada na Resolução CFM Nº 1.955/2010 e a modificação no registro civil, por isso a solução será a utilização do artigo 155 do Código de Processo Penal, pois no juízo penal, a prova quanto ao estado do indivíduo observará as restrições probatórias determinadas por lei. Assim transexuais que não fazem a cirurgia de troca de sexo e transexuais que realizam para remover órgão genital masculino e não obtêm alteração no registro, não poderão ser consideradas mulheres para fins penais, pois não ocorreu alteração do sexo no registro civil, não se enquadrando as disposições da Lei Nº 11.340/2006, o contrário se observa quando os transexuais realizam a cirurgia de mudança de sexo e conseguem alteração no registro. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Em relação aos entendimentos apresentadas, o segundo parece ser o mais consentâneo com a realidade atual, visto que o mesmo não contraria o princípio da reserva legal e seus fundamentos são sustentados pela lei penal.

BIBLIOGRAFIA: DIAS, Maria Berenice. *Violência doméstica e as uniões homoafetivas*. Disponível em: <http://berenicedias.com.br/pt/violencia-domestica-e-as-uniões-homoafetivas.cont>. Acesso em: 11 de maio de 2014; RESOLUÇÃO nº 1.955/2010 do Conselho Federal de Medicina. Disponível em: http://www.portalmédico.org.br/resolucoes/CFM/2010/1955_2010.htm. Acesso em: 11 de maio de 2014; Decreto-Lei nº 2.848, Código Penal Brasileiro

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

ESTATUTO DO NASCITURO: O FIM DOS DIREITOS DA MULHER

Ana Beatriz Lacerda **SIMÃO** (IC - anabeatrizsimao@yahoo.com)¹, Rômulo Simão **RIBEIRO** (IC)¹, Matheus Carvalho Bittencourt **FERREIRA** (IC)¹, Gabriel Rodrigues DE **OLIVEIRA** (IC)¹, Paulo César dos Santos **JÚNIOR** (IC),¹ Julio César Simbra **SOARES** (PQ)^{1 2}

1-Curso de Direito; 2. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

PALAVRAS-CHAVE: Nascituro; Mulher; Direito à Vida.

APRESENTAÇÃO: O Projeto de Lei 478/2007 tornou-se polêmico por ser uma forma de dar aos direitos do nascituro prioridade absoluta, em detrimento dos direitos de sua genitora. O presente estudo visa observar a proposta, detalhando seus equívocos, além de trazer possíveis consequências indesejadas imediatas à sua sanção. **DESENVOLVIMENTO:** Em conceito, Nascituro é aquele que há de nascer. Contudo, no projeto de lei proposto pelos ex-deputados Luiz Bassuma e Miguel Bartini, adota-se que "Nascituro é o ser humano concebido, mas ainda não nascido" incluindo os "in vitro", mesmo antes da transferência para o útero da mulher" [1]. Já de início, o art. 4º da PL, assegura os direitos do nascituro com "absoluta prioridade", mantendo-o acima do direito de todos, incluindo os da gestante que o carrega, proibindo a interrupção da gravidez ainda que seja um risco à mulher, pois a 'vida' do feto teria prioridade absoluta sobre a da mesma. "Como o Art. 5º do projeto determina que qualquer 'violência' contra o nascituro será punida na forma da lei, um tratamento de saúde que ameace a continuidade da gravidez pode ser considerado ilegal, com a consequente punição dos profissionais responsáveis por ele e da paciente." [2] Como ações ou omissões podem ser punidas caso sejam consideradas negativas ao nascituro, a realidade vivida por gestantes nos EUA pode se tornar presente no Brasil. Condenações por homicídio pelo nascimento de um bebê natimorto; tarefas domésticas consideradas violência contra o feto, tornando uma rotina banal passível de punição. No início, o PL proíbe o aborto mesmo em casos como estupro em seu art. 12, vetando "ao Estado ou a particulares causar dano ao nascituro em razão de ato cometido por qualquer de seus genitores" [1], agredindo ainda mais o psicológico de mulheres ou adolescentes, que seriam obrigadas a gerar e conviver com a lembrança de um ato nefasto cometido contra elas. Frente a isso, o Substitutivo ao Estatuto original acrescenta uma ressalva ao art. 128 do Código Penal, tornando-se contraditório. Indo ainda mais longe, o PL traz para a mulher que optasse por manter o filho, o contato com seu estuprador, pois o mesmo seria obrigado a prover Pensão Alimentícia como qualquer genitor. Também o Estatuto, defendendo até mesmo embriões fertilizados 'in vitro', impediria a realização de pesquisas com células-tronco, regredindo as pesquisas na área da saúde, preferindo que embriões fossem descartados ao invés de salvar vidas, passando por cima da decisão do STF: "O pré-embrião também não se enquadra na condição de nascituro, pois a este, a própria denominação o esclarece bem, se pressupõe a possibilidade, a probabilidade de vir a nascer, o que não acontece com esses embriões inviáveis ou destinados ao descarte". [3] **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Por nossas pesquisas, podemos notar que por vezes tal Estatuto se mostra em desrespeito pelos direitos da Mulher, tratando-a como mero recipiente do Nascituro, além de não observar possíveis consequências ocorridas em países com mesma forma de tratamento do assunto, como na Nicarágua e nos EUA, onde mulheres vêm sendo até mesmo negligenciadas por médicos pelo medo de consequências legais. O estatuto pode tornar gestantes criminosas, deixá-las receosas de procurar por ajuda, além de inverter valores, já que a vida da mulher seria colocada em segundo plano. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Bassuma, L.; Martini, M. **Substitutivo ao projeto de lei nº 478, de 2007** Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/770928.pdf>>. Acesso em 28/07/14; [2] **Porque um Estatuto do Nascituro ameaça a todos nós** Disponível em: <<http://contraoestatutodonascituro.wordpress.com/>>. Acesso em 28/07/14; [3] Gracie, E. **Decisão do STF** Disponível em: <<http://stf.jus.br/portal/cms/vernociadetalhe.asp?idconteudo=89917>> Acesso em 28/07/14;

Área do conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

DIREITOS HUMANOS DO CIDADÃO-PRESO

Ana Beatriz Lacerda **SIMÃO** (IC - anabeatrizsimao@yahoo.com)¹, Rômulo Simão **RIBEIRO** (IC)¹, Matheus Carvalho Bittencourt **FERREIRA** (IC)¹, Gabriel Rodrigues DE **OLIVEIRA** (IC)¹, Paulo César dos Santos **JÚNIOR** (IC)¹, Júlio César Simbra **SOARES** (PQ)^{1 2}

1-Curso de Direito; 2-Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

PALAVRAS-CHAVE: Dignidade Humana; Direitos Constitucionais; Presidários.

APRESENTAÇÃO: Convivemos hoje com Direitos Fundamentais regulados pela Constituição Federal e abrangentes a todos os cidadãos, mas não reconhecidos a certa parcela da sociedade: A População carcerária. Este trabalho visa abordar, sem, contudo, esgotar, devido à complexidade de tal tema, pontos relativos aos Direitos do presidiário. **DESENVOLVIMENTO:** A Constituição mostra-se ampla em relação à defesa dos Direitos da pessoa humana, contudo, não se tem visto efetividade na aplicação de seu texto na realidade dos que estão sendo punidos ou julgados por certos desvios de conduta. Há uma "constituição cidadã, que proíbe as penas cruéis, e garante a integridade física e moral dos cidadãos-presos. O que dizer então da precariedade do atendimento à saúde, alimentação, educação?" [1]. Prega José Luís Bolzan de Moraes que há a busca pelo reconhecimento de tais direitos fundamentais, mas que a crise vivenciada pelo Estado não o permite cumprir com os seus objetivos [2], tendo isso refletido em diversas áreas sociais, mas principalmente, no Direito Penal. Os Direitos do cidadão-presos "Perderam-se em algum lugar do passado, com a separação do Estado e da sociedade, talvez. Quando a ética esteve separada do direito, e valores como justiça passaram a justificar ações nem sempre relacionadas à salvaguarda dos direitos do indivíduo." [1] Deparamo-nos cada vez mais com questões essenciais: Como oferecer dignidade ou tratamento humano à pessoas que "vivem" em presídios que abrigam mais que o dobro do limite de presos? Como tratá-los como os seres humanos que são se a sociedade deixa de vê-los como cidadãos dotados de dignidade? Traz-nos Carlos Roberto Bittencourt que hoje a privação de liberdade ao invés de "frear a delinquência, parece estimulá-la, convertendo-se em instrumento que oportuniza toda espécie de desumanidade", uma vez que não oferece "nenhum benefício ao apenado; ao contrário, possibilita toda sorte de vícios e degradações" [3] O que se vê, é que a prisão, contrária à punição e readaptação do infrator, se mostra ineficaz, já vez que o preso perde sua dignidade, humanidade, e raramente tem a chance de ser aceito de volta à sociedade, fazendo dele parte de um ciclo vicioso. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Não se pretende tornar o réu um inocente, mas garantir que os direitos a ele inerentes sejam respeitados e protegidos, pois ainda que preso, ele detém todos os direitos não atingidos pela sentença penal, não podendo passar pelas degradantes situações que acontecem, devendo-se respeitar os princípios da Legalidade e da Humanidade da pena. Nota-se a necessidade de que os instrumentalizados à efetivar o Direito comprometam-se a garantir que os Direitos Humanos sejam aplicados de forma eficaz, sendo intolerável qualquer forma de vingança social. A dignidade humana representa superar a intolerância, a discriminação, a exclusão social, a violência, a incapacidade de aceitar o diferente. Tem relação com a liberdade e valores do espírito e com as condições materiais de subsistência da pessoa [4]. É necessário que sociedade e Estado comprometam-se em combater a desumanidade existente, punindo como se deve, mas respeitando a dignidade da pessoa humana. **BIBLIOGRAFIA:** [1] DEMARCHI, Lizandra Pereira. **Os direitos fundamentais do cidadão preso: uma questão de dignidade e de responsabilidade social.** Disponível em <<http://www.lfg.com.br>> [2] MORAIS, José Luís Bolzan de. **As Crises do Estado e da Constituição e a Transformação Espacial dos Direitos Humanos.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002. [3] BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da Pena de Prisão: causas e alternativas.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. [4] BARROSO, Luís Roberto. **A Nova Interpretação Constitucional: ponderação, direitos fundamentais e relações privadas.** Rio de Janeiro: Renovar

Área do conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

Thaís Priscila Evaristo **BRAZ** (IC – thaiss.braz@hotmail.com)¹, Vítor Farage Machado da **ROCHA** (IC)¹, Drieli Pedrosa **SILVA** (IC)¹, Rosângela Freitas **STOQUE** (IC)¹, Jailton Loures da Rocha **JÚNIOR**(IC)¹ e Júlio Cesar Simbra **SOARES** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Políticas públicas, cotas raciais, direito de igualdade.

APRESENTAÇÃO: Este estudo abrange a ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) nº 186, ajuizada pelo partido político DEM (Democratas) contra a política de cotas raciais na UnB (Universidade de Brasília), sob a alegação de que tais políticas ferem vários preceitos fundamentais da Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988. **DESENVOLVIMENTO:** O DEM, em 2009, ajuizou a ADPF 186, como oposição às medidas afirmativas que dão origem a política de cotas raciais e sociais para seleção de estudantes da UnB. Em síntese, a referida instituição determinou, pelo prazo de 10 anos, a reserva de 20% de suas vagas para estudantes negros e pardos, e vinte vagas para índios de todos os estados brasileiros. O maior enfoque foi com relação ao questionamento dos atos administrativos do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade de Brasília (Cespe/UnB), que determinaram a reserva de vagas oferecidas pela universidade. Foi citado, na petição inicial, que as medidas afirmativas violavam o princípio da igualdade, da dignidade da pessoa humana, o repúdio ao racismo, o direito universal a educação e a meritocracia, que são direitos fundamentais contidos na Constituição Federal da República Federativa do Brasil. Os votos do STF, por unanimidade, decidiram pela eficácia, legalidade e constitucionalidade das referidas cotas e demais medidas afirmativas. A igualdade não é um meio para chegar a um fim justo, mas a justiça deve ser um meio para alcançar um fim de igualdade geral, usando medidas afirmativas, que devem ser temporárias, tratando temporariamente, de forma desigual àqueles que estão neste momento, desiguais, a fim de igualá-los e, então, igualar também o tratamento a todos. O princípio do direito universal a educação, que supostamente, segundo o DEM, anularia as medidas afirmativas, é um grande trunfo que a Constituição deu ao Estado, para que este pudesse conceder uma tutela mais ampla aos grupos menos favorecidos historicamente. A diferença entre negros e brancos, no Brasil, é social e histórica, eles saíram de uma condição desumana para enfrentar o capitalismo sem qualquer base promovida pelo Estado. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Ante o exposto, urge um controle mais eficaz dos egressos nas faculdades no que pertine a veracidade de suas declarações, pois, com este acompanhamento pelo Estado, será garantida a concessão de tais benefícios a quem verdadeiramente necessita e faz jus. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS pelo apoio concedido.

BIBLIOGRAFIA: [1] **ABREU**, Diego. *Jornal Correio Braziliense*, 27/04/2012. Disponível em:

<<http://www.unb.br/noticias/unbagencia/cpmod.php?id=90912>>

Acesso em: 20/08/2014; [2] **Petição Inicial da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 186**, disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/geral/verPdfPaginado.asp?id=400108&tipo=TP&descricao=ADPF%2F186>> Acesso em: 20/08/2014; [3]

SCHULZE, Clenio Jair. *Igualdade, discriminação positiva, cotas e ADPF 186*. Jus Navigandi, Teresina, ano 17, n. 3228, 3 maio 2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/21671>>. Acesso em: 20/08/2014; [4] **MILITÃO**, José Roberto Ferreira. *Cota válida teses racistas*. 25 de abril de 2012. Disponível em:

<<http://blogs.estadao.com.br/roldao-arruda/categoria/cotas-racias/>>

Acesso em: 20/08/2014.

Área do conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

Thaís Priscila Evaristo **BRAZ** (IC – thaiss.braz@hotmail.com)¹, Rosângela Freitas **STOQUE** (IC)¹, Vítor Farage Machado da **ROCHA** (IC)¹, Drieli Pedrosa **SILVA** (IC)¹, Jailton Loures da Rocha **JÚNIOR**(IC)¹ e Júlio Cesar Simbra **SOARES** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Anistia, decisão do STF, dignidade da pessoa humana.

APRESENTAÇÃO: O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ajuizou arguição de descumprimento de preceito fundamental, objetivando o esclarecimento da Lei de Anistia, que inclui fraudulentamente, no âmbito da anistia criminal, os agentes públicos que cometeram crimes contra os opositores do regime militar. Os ministros do Supremo Tribunal Federal decidiram manter a validade da Lei de Anistia. **DESENVOLVIMENTO:** A anistia é concedida aos crimes políticos cometidos no Brasil entre o ano de 1961 a 1979, sendo considerada como um instrumento de política criminal que se destina a promover a pacificação social em momentos conturbados da história de um país, como foi o caso do nosso país, onde a mesma precisou ser usada, e depois de anos foi levada à discussão no Supremo Tribunal Federal. O direito penal brasileiro não configura o desaparecimento forçado de um ilícito penal. Como não foram resolvidos vários desaparecimentos relativos ao período ditatorial, podendo-se definir os responsáveis por tais desaparecimentos, o crime estaria em constante consumação. Tal obscuridade consistiria em uma verdadeira causa impeditiva do fluxo prescricional. Os crimes praticados por ocasião de ditadura militar ocorrida em um país que pretende um futuro justo e democrático não devem estar impunes, merecendo exemplar punição. Os ministros Ricardo Lewandowski e Carlos Ayres Britto manifestaram voto favorável à revisão da Lei de Anistia na Ação de Arguição de Descumprimento de preceito fundamental proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil no ano de 2010. Seus argumentos preconizam que cabe ao juiz aquilatar sobre a preponderância dos direitos humanos e a atrocidade dos crimes praticados, enfatizando que a Anistia desrespeita a dignidade da pessoa humana. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Durante a fase ditatorial brasileira, os direitos humanos previstos na Constituição Federal de 1988 foram flagrantemente violados por força dos Atos Institucionais que legitimavam o regime opressor. A tese levantada pela OAB através da ADPF 153/DF não obteve êxito diante do Supremo Tribunal Federal, em que pese ser prevalente o entendimento doutrinário de que a Lei de Anistia é inconstitucional, pois viola inúmeros axiomas constitucionais, mormente a imprescritibilidade dos direitos humanos e a dignidade humana, esta, princípio fundamental da República por excelência.

AGRADECIMENTOS: À FAMINAS pelo apoio concedido.

BIBLIOGRAFIA: [1] **MIRABETE**, Julio Fabbrini. *Manual de Direito Penal- Parte Geral*. São Paulo, Atlas, p. 103, 2003; [2] **MIRABETE**, Júlio Fabbrini. *Manual de Direito Penal: Parte Geral*, 16ª ed. São Paulo, Atlas, 2000; [3] **TOURINHO FILHO**, Fernando da Costa. *Processo Penal*, Volume 1. 27ª ed. São Paulo, Saraiva, p. 87-91, 2005; [5] **STF é contra revisão da Lei da Anistia por sete votos a dois**. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=125515&caixaBusca=N>> Acesso em: 21/08/2014.

Área do conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

Thaís Priscila Evaristo **BRAZ** (IC – thaiss.braz@hotmail.com)¹, Drieli Pedrosa **SILVA** (IC)¹, Vítor Farage Machado da **ROCHA** (IC)¹, Rosângela Freitas **STOQUE** (IC)¹, Jailton Loures da Rocha **JÚNIOR**(IC)¹ e Júlio Cesar Simbra **SOARES** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Aborto de fetos anencéfalos, decisão do STF, dignidade da pessoa humana.

APRESENTAÇÃO: O Supremo Tribunal Federal, através da ADPF N. 54/DF, esclareceu a viabilidade da interrupção terapêutica da gestação de fetos anencéfalos, bem como as consequências para as gestantes no caso de prosseguimento a gravidez. A lei assegura ao nascituro seus direitos, mas eles só os adquirem após o nascimento com a vida. O voto vencedor do Supremo Tribunal Federal consignou a constitucionalidade do aborto de fetos anencéfalos, relatando que esses fetos não tem possibilidade de vida digna após o nascimento. **DESENVOLVIMENTO:** No que tange a anencefalia, cabe observar que se trata de uma doença grave, prejudicando a vida do produto da concepção. Já foi comprovado que o feto ao nascer sem o cérebro não viverá mais de um ano, pois a má formação em questão incompatibiliza a vida extrauterina. Fica claro que o direito à vida é firmemente protegido pela constituição federal como uma das cláusulas pétreas, mas o STF entendeu que não há vida extrauterina possível no caso em estudo. O nosso Código Penal criminaliza o aborto, exceto quando a gravidez for resultante de estupro ou quando causar riscos à gestante. Porém, a lei não especifica o aborto de fetos anencéfalos, o que acarretou a importante discussão sobre a interrupção ou não da gravidez do feto anencéfalo. No dia 12 de abril de 2012, após dois dias de debates, o STF decidiu que gestantes poderão interromper a gravidez de fetos anencéfalos. Os argumentos principais tangem os transtornos à saúde física e psicológica, o sofrimento da mãe e família, bem como a impossibilidade de continuidade da vida extrauterina, visto que, mesmo havendo vida inicial, a sobrevivência não é por muito tempo. A arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) nº 54 elenca alguns princípios fundamentais, como o da dignidade da pessoa humana, da legalidade, liberdade, autonomia da vontade e o da saúde, prevalecendo os direitos das gestantes, pois os anencéfalos não tem possibilidade de vida ao nascer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O direito ao aborto de fetos anencéfalos está amparado pelo Supremo Tribunal Federal, que se manifestou a favor da interrupção, prevalecendo os direitos fundamentais da mulher. A decisão do STF enseja um direito e não um dever da mãe, uma decisão tomada como precaução e proteção da saúde física e psicológica da mãe do feto e dos familiares. Enfim, a interrupção da gravidez de fetos anencéfalos é constitucional e justa, pois confere o direito à mulher de escolher como agir diante de indesejado revés. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS pelo apoio concedido.

BIBLIOGRAFIA: [1] DINIZ, Maria Helena. O Estado Atual do Biodireito. São Paulo, Saraiva, p. 281/300, 2001; [2] NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. São Paulo, Revista dos Tribunais, 8ª ed., p. 663-664, 2012. [3] SILVA, José Vitor da. Bioética: Meio Ambiente, Saúde e Pesquisa. São Paulo, Iátria, 1ª ed., p. 117, 2006; [4] SIMEÃO, Sérgio Abdalla. Os Direitos do Nascituro: Aspectos Cíveis, Criminais e do Biodireito. Belo Horizonte, Del Rey, 2ª ed., p. 68, 2000; [5] APDF nº 54/DF julgada procedente pelo STF, 12/04/2012. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=204863>> Acesso em: 19/08/2014.

Área do conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

Keila Dias de **OLIVEIRA** (IC – Keilaa_oliveira2@hotmail.com)¹, Stanley Carneiro dos **SANTOS** (IC)¹, Giselle Aparecida de Oliveira **FONSECA** (IC)¹, Erick Flávio Gonçalves **BARBOSA** (IC)¹, Jorge **CAMPOS** (IC)¹. Fernando Gomes SCHETTINI (PQ)

1-Curso de Direito; 2.Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé-MG

Palavras-Chave: Menor abandonado, proteção jurídica, desamparo.

APRESENTAÇÃO: Foi com a promulgação da Carta Magna brasileira, de 1988, que se buscou expandir e ampliar os direitos das crianças e dos adolescentes conduzindo-os a uma proteção integral, com absoluta prioridade aos direitos individuais, entre eles o direito à vida e a convivência familiar, o que, por si só, afastaria qualquer situação de abandono. Todavia, este cenário triste de desarrimo, por inúmeros fatores, só aumenta com o passar dos anos. Diante disso, o presente trabalho, tem como foco o abandono em seus diversos aspectos. Buscou-se um panorama geral dessa situação e um caso, em particular, que foi ouvido e analisado como objeto de estudo do assunto em epígrafe. Trata-se de um menor abandonado, morador da cidade de Muriaé, Minas Gerais, apresentado aqui pelo nome de um personagem fictício “Chico Bento” e que, infelizmente, por causa do desamparo traçou outros caminhos: “o caminho do crime”. **DESENVOLVIMENTO:** Abandonar, segundo o Dicionário da Língua Portuguesa [1], significa: “deixar, desamparar, desprezar, renunciar”. O Brasil conta hoje com um número aproximado de oito milhões de crianças abandonadas. Dessas, mais de dois milhões vivem perambulando pelas ruas, vivendo ignobilmente, indo totalmente contra todos os direitos elencados pelas normas jurídicas e um dos princípios fundamentais da Carta Magna do país: da dignidade humana. Muitas passam fome, frio, têm a saúde debilitada e veem nas drogas, e no mundo do crime, uma forma de recompensar suas carências, angústias, medos e solidão. Compreende-se que o abandono é um fato social que só é descoberto e revelado se entendido nas suas vertentes psicológicas, culturais, biológicas, socioeconômicas e não num contexto meramente essencialista. Assim como as causas de abandono são diversas, as consequências, os traumas, as cicatrizes daqueles que são deixados, também são muitas. O trauma de um abandono afetivo parental nem se compara ao abandono material, visto que este é substituído com trabalho e dedicação. Ademais, a responsabilidade civil pelo desprezo é amparada judicialmente por inúmeras decisões dos tribunais, seja de primeira instância, seja pelos superiores, enquanto os danos psicológicos não têm possibilidade de aferição quantitativa. Aos 04 de novembro do ano de 2013, por volta das 16hs, dois dos pesquisadores deste trabalho, Keila e Stanley, se deslocaram até o bairro Aeroporto, na Comarca de Muriaé, Minas Gerais, na companhia do Conselheiro Tutelar local, Vander, a fim de estabelecer contato com o menor já em tela mencionado. Em suma, o apurado não poderia ser distinto do já imaginado: “Chico Bento”, com um vasto currículo criminal e uma triste história, hoje é apenas mais um em meio às expectativas da falta de perspectiva. É mais um que engrossa a estatística de menores abandonados que adentraram ao mundo do crime como meio de segurança, apoio e refúgio contra os males “sociais” e emocionais que o afligem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Conclui-se, portanto, que o ambiente familiar propício para o fim dos abandonos começa com a vida digna dos pais. Medidas de segurança como métodos contraceptivos, aumento no número de trabalho, diminuição do tráfico de drogas, retirada dos usuários de “crack” das ruas, política pública de educação, psicólogas, assistentes sociais e etc. seriam de importância imensurável para combater o abandono infantil. Além disso, a efetivação das leis de proteção ao menor devem ser observadas com cautela, em especial o ECA, aplicando-a com zelo e respeito àqueles que são frágeis em seus muitos aspectos. **BIBLIOGRAFIA:** [1] In: Dicionário do Aurélio, 2014. Disponível em: <<http://www.dicionariodoaurelio.com/Abandonar.html>>. Acesso em 09/08/2014. [2] BRASIL. Vade Mecum: Saraiva. São Paulo: Saraiva, 2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

CSA 049

CONTRATOS CELEBRADOS NA INTERNET FRENTE AO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Keila Dias de OLIVEIRA (IC – Keilaa_oliveira2@hotmail.com) ¹, Erick Flávio Gonçalves BARBOSA (IC)², Augusto Gomes da NÓBREGA (IC)², Giselle Aparecida de Oliveira FONSECA (IC) ³, Stanley Carneiro dos SANTOS (IC)³. Francisco Carvalho CORRÊA

1. Curso de Direito; 2. Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé-MG

Palavras-Chave: contrato eletrônico; insegurança virtual; ordenamento jurídico.

APRESENTAÇÃO: O presente trabalho tem como foco uma das modalidades contratuais mais utilizadas, haja vista a proliferação dos meios virtuais na sociedade atual: o contrato eletrônico. Busca-se apresentar as peculiaridades que envolvem este instituto e analisar a aplicabilidade do ordenamento jurídico que rege os contratos eletrônicos, além de demonstrar as lacunas existentes na lei, bem como enfatizar as problemáticas causadas pela insegurança das transações eletrônicas e suas possíveis soluções.

DESENVOLVIMENTO: Os contratos, como um negócio jurídico bilateral com a finalidade de criar, modificar ou extinguir direitos, devendo estar em sintonia com a legislação vigente, onde prevalece à vontade das partes, sempre se fez presente no ordenamento jurídico brasileiro. No entanto, com a crescente evolução tecnológica e, conseqüentemente, o surgimento da internet as relações contratuais feitas a partir da transmissão de dados começam a tomar grandes proporções. Neste contexto, nasceu o instituto denominado doutrinariamente de contrato eletrônico. Sendo certo que a lei não especifica a forma contratual, desde que esteja em sua conformidade, o modo “eletrônico” é o meio que as partes escolhem para efetivação do contrato, de acordo com o princípio do consensualismo. Segundo a doutrinadora Sheila Leal, “*pode-se entender por contrato eletrônico aquele em que o computador é utilizado como meio de manifestação e de instrumentalização da vontade das partes*” (LEAL, 2007, p. 79) [1]. Diante disso, pode-se afirmar, desde logo, que em relação à validade, formação e a eficácia dos contratos, as regras e normas que regem a teoria geral também dão embasamento aos contratos eletrônicos. Ademais, todos os princípios gerais dos contratos são aplicáveis à contratação eletrônica. No entanto, há seus princípios específicos, tomando por base a Lei Modelo da UNCITRAL, como: princípio da equivalência dos contratos celebrados de forma tradicional com os celebrados pela Internet, conservação e aplicação das normas jurídicas existentes aos contratos eletrônicos, neutralidade e da perenidade das normas reguladoras do direito eletrônico e da boa-fé objetiva nos contratos eletrônicos. Já a validade dos contratos eletrônicos está ligada à declaração de vontade das partes, a capacidade dos contratantes, a licitude e possibilidade do objeto contratado, além deste ser determinado ou determinável, que tenha forma prevista ou não vedada por lei, além de atender aos princípios gerais do direito, à ética e à justiça social. O Brasil adotou o princípio probatório do livre consentimento, quer dizer que o juiz poderá utilizar de quaisquer documentos, como prova de um processo, valorando-as subjetivamente. Todavia, pela possibilidade de adulteração dos contratos eletrônicos, este não se equipara aos contratos escritos no que tange o valor probatório, mas tão somente a um contrato oral ou por telefone. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Por não haver um intermediário, além da fácil oferta, dos bons preços, de toda comodidade trazida pela Internet o comércio eletrônico expandiu demasiadamente. Ainda que haja algumas lacunas nos contratos eletrônicos, resta demonstrada a aplicação da lei vigente, principalmente as referentes aos contratos em geral e aos contratos de consumo e, subsidiariamente, a legislação estrangeira, relacionadas aos contratos eletrônicos, haja vista que alguns países já possuem normas específicas do contrato eletrônico, enquanto a legislação pátria não. **BIBLIOGRAFIA:** [1] LEAL, Sheila do Rocio Cercal Santos. Contratos eletrônicos: validade jurídica dos contratos via internet. São Paulo: Atlas, 2007. [2] BRASIL. Vade Mecum: Saraiva. Rio de Janeiro: Saraiva, 2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

CSA 050

VIOLÊNCIA E QUESTÕES DE GÊNERO ÉTNICO: CASO INDÍO GALDINO JESUS DOS SANTOS

Luísa Souza BITTENCOURT (IC – luisinha.souza@gmail.com)¹ Lays Vieira SILVA (IC) ¹ Tayná Porfiro COSTA (IC)¹, Elisa Caroline DARBY (IC)¹, Pedro Henrique de Souza COSTA (IC) ¹ e Stefanine Michaelle Alvim LACERDA (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor Faculdade Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Violência, etnia, Direitos Humanos.

APRESENTAÇÃO: Nas últimas décadas podemos observar que a violência se tornou um fenômeno social e se bem que absolutamente dispensável. Os dados sobre a violência contra os povos indígenas ainda são alarmantes e muito pouco analisados apenas os que ganham destaque público recebem uma dose maior de atenção. O presente artigo abordará o caso do índio Pataxó Galdino Jesus dos Santos, que era militante e consciente dos Direitos dos Índios assassinado por jovens de classe média alta, bem como a motivação ao crime e o desfecho judicial.

DESENVOLVIMENTO: De modo geral, a violência pode ser entendida como um comportamento que causa dano ou intimidação moral a pessoa ou ser vivo, proporcionando prejuízo à integridade física ou psicológica de outrem, podendo chegar ao extremo de ferir seu bem maior que é a vida. No ano de 1997 os jovens de classe média alta, Max Alves, Antônio Vilanova, Tomás Almeida, Eron Oliveira e um adolescente compraram dois litros de álcool combustível num posto de gasolina, que segundo eles, numa “brincadeira”, colocaram fogo num suposto mendigo que dormia num banco de um ponto de ônibus. Galdino de Jesus dos Santos morreu com 95% do corpo queimado, restaram-lhe intactos apenas o couro cabeludo e a sola dos pés. Presos em 1997, os réus só foram julgados em 2001, os jurados decidiram que os jovens eram culpados pelo crime classificado como hediondo e foram condenados há 14 anos. Em oito anos depois do ato violento que resultou na morte do índio, estavam livres. Discriminação e perseguição com base na raça ou etnia são claras violações dos princípios fundamentais dos Direitos Humanos; é relevante referir que o reconhecimento dos princípios se faz inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos, descreve que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, proclama em seu art. 5º, caput, que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes”. “O exercício do direito à vida é protegido indistintamente, independentemente de cor, raça, religião ou condições pessoais de procedência” [1]. Aos indígenas, dedica-lhes um capítulo inteiro, conferindo-lhes direitos necessários ao seu bem-estar e reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições (art. 231, § 1º, do Capítulo VIII do Título VIII) [1]. É assegurado, pois, aos indígenas, os mesmos direitos que gozamos, respeitados seus usos, costumes e tradições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Diante de todo o exposto, verifica-se que, a tendência comum é associar os atos violentos às pessoas das classes baixas e/ou aos moradores das periferias das cidades, agregando a falta de instrução e condições econômicas como motivadores ou geradores de pessoas e comportamentos violentos. O ato violento como forma de brincadeira nos mostra a que ponto chegou à banalização de respeito à vida do semelhante. A vida deve ser tratada e receber a distinção merecida dentre os bens tutelados pelas normas positivas ou não e, em especial a vida humana, pois qualquer que seja sua origem, “um ser humano não é coisa, seja índio ou mendigo” [1]. Tudo isso aponta-nos para a direção da necessidade de mobilização, reflexão e adoção de medidas por todos os segmentos sociais, públicos e privados, no intuito de erradicar esse mal que assola o mundo e rouba-nos o bem mais precioso que temos e que devemos fazer de tudo para preservá-lo: a vida humana. **BIBLIOGRAFIA:** [1] JESUS, Damásio. Ensaio sobre o dolo eventual, preterdoloso e culpa consciente. Direito Penal, São Paulo, Editora Saraiva, 1997, 20ª ed., l:234.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

TUTELA JURÍDICA CONTRA A HOMOFOBIA E DISCRIMINAÇÃO SEXUAL

Luísa Souza BITTENOURT (IC – luisinha.souza@gmail.com)¹ Fabio Jose COUTINHO (IC)¹ Juliana de Castro RODRIGUES (IC)¹, Elisa Caroline DARBY (IC)¹, Pedro Henrique de Souza COSTA (IC)¹ e Stefanine Michaelle Alvim LACERDA (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor
Faculdade Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Homossexualismo, Homofobia, Tutela Jurídica.

APRESENTAÇÃO: O presente trabalho aborda a temática no que tange a discriminação sexual e a tutela jurídica contra a Homofobia, que ilustra um problema muito comum em nossa sociedade seguida de demasiada violência injustificável. E as decisões judiciais, que vêm aos poucos estabelecendo um caminho para o reconhecimento e da efetivação dos direitos dos homossexuais.

DESENVOLVIMENTO: A Homofobia compreende questões de esfera pública, como a luta por direitos, pois deve-se compreender a legitimidade da forma homossexual, a expressão da sua personalidade humana. A tutela da dignidade sexual emana do princípio da dignidade da pessoa humana, previsto no artigo 1º, inciso III, da CF/88, o princípio, consagrado, tem como alicerce a ordem jurídica do Estado Democrático de Direito, objetivando resguardar o bem-estar das pessoas na sociedade, protegendo-as de agressões de qualquer natureza à sua personalidade, não só a reputação do indivíduo no meio social, mas também o seu sentimento de dignidade e respeito próprio. Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos, sendo assim, todos são merecedores da tutela jurídica, sem qualquer distinção de cor, religião ou orientação sexual. Embora a Constituição que em seu diploma legal traz como um dos “objetivos fundamentais da República”, o de “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, ou quaisquer outras formas de discriminação” (art. 3º, IV), ainda não existe, de fato, uma lei federal que trate especificamente de combater o preconceito com base na opção sexual. Diante da necessidade de evitar as práticas discriminatórias em razão da opção sexual, multiplicam-se leis estaduais e municipais acerca do assunto, exemplo disso, em São Paulo, foi promulgada a Lei Estadual nº 10.948, de 5 de novembro de 2001, criada após o assassinato brutal do adestrador de cães Edson Nêris da Silva, que no ano 2000 ao caminhar de mãos dadas com seu companheiro, no centro de São Paulo, foi surpreendido e espancado até a morte por um grupo de cerca de dezoito pessoas, onde mais tarde, os integrantes foram identificados como pertencentes a um grupo de skinheads. Em Minas Gerais a Lei nº 14.170,7 de 15 de janeiro de 2002, impõe sanções às pessoas jurídicas que cometem atos que discriminem, cojam ou atentem contra os direitos da pessoa em razão de sua orientação sexual. “A Recente decisão do Supremo Tribunal Federal brasileiro em matéria de união estável representa o fim de uma jurisprudência vacilante e a ratificação da conformidade da família homoafetiva com o sistema constitucional brasileiro. Tramitando no Congresso Nacional, o Projeto Lei 122/2006 da Câmara dos Deputados, atualmente na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, tem como objetivo criminalizar a homofobia no país” [1]. Essa proposta busca coibir e penalizar a realização do preconceito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A violência dirigida contra os homossexuais em nossa sociedade não faz referência apenas à desigualdade, à diferença, mas ao fato de estar acompanhada de um esvaziamento de conteúdos culturais, destacando-se os éticos, nas relações sociais. Destarte, é necessário criar as condições propícias para a emergência de novos paradigmas, onde o fazer social reflita uma diferença fundamentada no resgate de uma ética comprometida com o processo de inclusão social das minorias, é também preciso instaurar na sociedade brasileira um sentimento de indignação que gere a denúncia e trivializar as formas veladas de violência a qualquer segmento social e, nesse caso, ao homossexual. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SITE: SILVA, F. R.; NARDI, H. C. A construção social e política pela não discriminação por orientação sexual. *Physis*. 2011, vol.21, n.1, pp. 251-265. ISSN 0103-7331.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

POSITIVAÇÃO CONSTITUCIONAL DA CELERIDADE PROCESSUAL E O CONTRASTE COM A MOROSIDADE DA JUSTIÇA

Rômulo Simão RIBEIRO (IC – romulosimao@gmail.com)¹, Ana Beatriz Lacerda SIMÃO (IC)¹, Paulo César dos Santos JUNIOR (IC)¹, Matheus Carvalho BITTENCOURT (IC)¹, Rodolfo Ribeiro BERNARDO (IC)¹, Julio César Simbra SOARES (PQ)¹ 2

1. Curso de Direito; 2. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Morosidade, Justiça, Celeridade

APRESENTAÇÃO: A Constituição Federal brasileira de 1988 prevê em seu Artigo 5º, inciso LXXVIII que os procedimentos administrativos e judiciais devem desenvolver-se em tempo razoável de forma que permita ao resultado da demanda ser eficaz perante as pretensões motivadoras que ensejaram a propositura da ação, situação positivada na ciência do Direito e conhecida como Princípio da Celeridade Processual [1]. Tal inciso foi incluído em nossa Constituição através da EC 45/2004 no intuito de moralizar e dignificar questões relativas aos prazos para que a demanda judicial seja apreciada e finalizada, ou seja, para que ocorra o trânsito em julgado da ação [2]. Porém, tal proposta constituinte não se converteu em efeitos práticos, e o congestionamento do poder judiciário agravou-se historicamente, além de possuir perspectivas desanimadoras para o futuro. Este imbróglio requer profunda análise, pesquisa e sistematização direcionada para a coleta de elementos que nos permitam minimizar o retrocesso e maximizar o processo evolutivo do judiciário brasileiro. **DESENVOLVIMENTO:** Os relatos e evidências da situação mencionada são explicitados em índice estatístico realizado pelo Conselho Nacional de Justiça, o CNJ. O 17º Relatório Semestral da Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça, correspondente ao período de Janeiro a Março de 2014, traz a público dados preocupantes que refletem diretamente na insatisfação dos cidadãos quanto à demora na resolução de suas pretensões judiciais. No primeiro trimestre de 2014, a ouvidoria do CNJ recebeu 4.995 demandas relacionadas a diversos temas, sendo 2.271, quase a metade do total, correspondentes a reclamações quanto à morosidade processual [3]. Não bastando os dados alarmantes, o relatório nos traz a percepção de que o problema encontra-se enraizado na Justiça Estadual, Federal e Trabalhista, em todas as suas instâncias. Diversas discussões e propostas foram e ainda são apresentadas nos últimos anos no intuito de acelerar os mecanismos do poder judiciário: contratação de novos servidores; conciliação; reformas legislativas visando a dirimir a capacidade recursal; criação de novos tribunais; além da mais recente, que consiste na informatização do Judiciário [4].

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Muitas medidas podem ser consideradas para efetivar a aplicação do princípio da celeridade processual no organismo judiciário. Entretanto, não obstante inúmeras propostas, o sucesso das mesmas depende de estudos sistemáticos para que sejam encontrados os focos reais do descumprimento constitucional. Podemos classificar como imoral e agressivo a demora de nossa Suprema Corte, o STF, de mais de 20 anos para julgar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade [4]. Isto nos leva a crer em uma considerável falência do sistema judiciário brasileiro e na necessidade de soluções urgentes a fim de evitar a total inépcia das esferas judiciárias. **AGRADECIMENTO:** À FAMINAS pela realização do trabalho. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998. [2] BRASIL. **Emenda Constitucional nº 45**, de 30 de dezembro de 2004. [3] CNJ. **17º Relatório Trimestral da Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça** – Janeiro a Março de 2014. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/ouvidoria/17%C2%BA_Relat%C3%B3rio_trimestral_2014_aprovado_pelo_Ouvidor_em_18-6-14.pdf>. Acesso em: 20/08/14. [4] JusBrasil. O Globo: **STF leva, em média, cinco anos para julgar ações que ferem a Constituição**. Disponível em: <http://amagis.jusbrasil.com.br/noticias/119850723/o-globo-stf-leva-em-media-cinco-anos-para-julgar-aco-es-que-ferem-a-constituicao?ref=home>>. Acesso em: 20/08/14.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO NO PROJETO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Pablo Lemuel Emerick de **ANDRADE** (IC - pablo_lemuel@hotmail.com)¹, Emanuely Cristina de **OLIVEIRA** (IC)¹, Luisa Souza **BITTENCOURT** (IC)¹, Mauro Sergio de Paula **SANTOS** (IC)¹, Ana Caroline de Oliveira **PRADO** (IC)¹, Thaís Miranda de **OLIVEIRA** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor. Faculdade de Minas – FAMINAS – 36.880-000 – Muriaé-MG.

Palavras-chave: Código de Processo Civil; Inovação; Princípio do Contraditório.

APRESENTAÇÃO: O Projeto do Novo Código de Processo Civil traz em seu texto normativo diretrizes para a subordinação do sistema processual. Uma das inovações do Projeto está em sua parte geral. Ela possui um capítulo destinado aos princípios do processo, intitulado “DOS PRINCÍPIOS E DAS GARANTIAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL”. O princípio do contraditório está assegurado no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal. Apesar de não estar regulamentado no Código de Processo Civil vigente, é um dos mais importantes no processo, sendo fundamental para a legitimação do processo e para o objetivo da pacificação social. Segundo Humberto Theodoro Júnior [1], o princípio permite às partes litigantes a efetiva oportunidade de participar da relação jurídica processual, visando um julgamento embasado na igualdade e justiça. O objetivo deste trabalho é apresentar os artigos relacionados ao contraditório e a importância de cada um deles para a relação processual.

DESENVOLVIMENTO: A seguir, apontaremos três artigos do Projeto ligados ao princípio do contraditório. Art. 6º “Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva”. O primeiro aspecto deste artigo propõe que todos os agentes envolvidos na relação jurídica processual, autor, réu e juiz, devem se relacionar de forma cooperativa. Assim, as partes, mesmo sendo opositoras, devem colaborar entre si nas alegações e na produção das provas, a fim de receber da jurisdição uma sentença de mérito justa e efetiva. O segundo aspecto salienta que as partes, ao se defenderem, mantêm a integridade processual, para evitar a demora no proferimento da sentença de mérito. Art. 7º “É assegurada às partes paridade de tratamento no curso do processo, competindo ao juiz velar pelo efetivo contraditório.” O artigo citado aborda o sentido de que o juiz deve controlar a atuação dos sujeitos da relação jurídica processual. O juiz, ao longo do processo, deverá manter o equilíbrio entre as partes para que não haja tratamento favorável a um agente da relação jurídica e desfavorável ao outro, objetivando sempre o tratamento paritário das partes. É relevante observar o caso do artigo 380 do Projeto, que trata da distribuição do ônus da prova. O juiz, segundo as condições do caso, poderá distribuir o ônus de provar de forma diferente da estabelecida no artigo 333 do Código de Processo Civil, desde que possibilite à parte onerada que se desobrigue desse ônus. Art. 9º “Não se preferirá decisão contra uma das partes sem que esta seja previamente ouvida”. De forma clara o artigo evidencia que são vedadas, em regra, as “decisões surpresas” no processo. Sendo o contraditório a efetiva participação que as partes têm na formação da opinião do julgador, este, antes de proferir qualquer decisão, deverá ouvir as partes da relação processual, possibilitando até mesmo que ele tenha uma nova visão sobre o caso concreto. A exceção do artigo anteriormente citado se encontra no parágrafo único e seus incisos, que trata das medidas liminares de tutelas e direito real. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A inclusão do contraditório no Projeto do Novo Código de Processo Civil é de grande importância para todas as partes envolvidas na relação processual, pois, mesmo sendo um princípio fundamental da Constituição, ele possibilitará ao magistrado controlar e assegurar que o princípio seja executado, e aos jurisdicionados de se manifestarem efetivamente sem que nenhum deles seja tratados de forma injusta. **BIBLIOGRAFIA:** [1] THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. Volume I. 55. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

RESPONSABILIDADE CIVIL PELA PERDA DE UMA CHANCE NO DIREITO BRASILEIRO

Maycon Ariel da **SILVA** (IC - maykonariell@gmail.com)¹; Henrique Manoel Freitas de **CARVALHO** (IC - henrique.contador@yahoo.com.br)² e Margarida Maria **ESPOSITO** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé-MG

Palavras-chave: responsabilidade civil – perda de uma chance - jurisprudência

APRESENTAÇÃO: A teoria da responsabilidade civil pela perda da chance (*perte d'une chance*) surgiu na França na década de 60 do século passado e foi recepcionada pelo sistema “*cammon law*”. No Brasil, há de se ressaltar a imprevisibilidade legal que garanta a proteção a uma expectativa de direito gerada pela “*perte d'une chance*”, sendo adotada apenas recentemente, em que pese não ser uma questão pacífica a ser enfrentada, nem pela doutrina, nem pela jurisprudência. O presente trabalho visa analisar a teoria da responsabilidade civil pela perda de uma chance na jurisprudência pátria. **DESENVOLVIMENTO:** No sentido jurídico, a perda de uma chance é a probabilidade real de alguém obter um lucro ou evitar um prejuízo, trata-se da perda de uma chance séria e real, e não apenas meras expectativas e possibilidades hipotéticas. Assim, entendendo Cavalieri Filho[1] quando afirma que “a perda de uma chance caracteriza-se quando, em virtude da conduta de outrem, desaparece a probabilidade de um evento que possibilitaria um benefício futuro para a vítima, como progredir na carreira artística ou militar, arrumar um melhor emprego, deixar de recorrer de uma sentença desfavorável pela falha do advogado, e assim por diante. Deve-se, pois, entender por chance a probabilidade de se obter um lucro ou de se evitar uma perda.” Deve-se ressaltar que, no Brasil, o primeiro julgado a fazer referência à teoria da responsabilidade civil pela perda de uma chance teve como relator o Desembargador Ruy Rosado de Aguiar Júnior, no caso em que um advogado foi responsabilizado pelo extravio dos autos de sua cliente que buscava receber pensão previdenciária pela morte do marido.[2] Fato este motivador e incentivador de pesquisas e criação de obras sobre o referido tema e em 2011 se fortaleceu juridicamente com o Enunciado 444: “A responsabilidade civil pela perda de chance não se limita a categoria de danos extrapatrimoniais, pois, conforme as circunstâncias do caso concreto, a chance perdida pode apresentar também a natureza jurídica de dano patrimonial. A chance deve ser séria e real, não ficando adstrita a percentuais apriorísticos.”[3] Ressalta-se que a defesa deste assunto temático é estabelecida de forma objetiva, ou seja, observando sempre na análise do caso concreto se houve uma ação ou omissão de determinado ofensor, se houve um dano que impossibilite a vítima de obter uma vantagem “futura” ou de se ter evitado um prejuízo. Além disso, há de se provar se houve ou não nexo de causalidade, ou seja, se foi a ação ou a omissão do ofensor que teria causado o dano a outrem em caso concreto. Diferenciando-se, nestes termos, a perda de uma chance do instituto do dano emergente e lucro cessante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A teoria da perda de uma chance é permeada de peculiaridades que devem ser observadas de forma minuciosa, com vista a ensejar uma adequada aplicação do instituto e não resvalar para a tão nefasta “indústria do dano moral”. Para tanto, é preciso que se aplique sempre o bom senso e a razoabilidade na constatação da chance perdida ser realmente plausível, séria e real, resguardando, dessa forma, os princípios constitucionais, sobejamente o da dignidade da pessoa humana. **BIBLIOGRAFIA:** [1] CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008. [2] BRASIL. Rio Grande do Sul, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, **Apelação Cível** n. 591064837. 5ª câmara, Recorrente: Ernani Enio Juchem, Recorrida: Érica Noé, Rel. Des. Ruy Rosado de Aguiar Jr, 29/08/1991. Disp. em <<http://www.tjrs.jus.br>>. Ace. em ago. 2014. [3] **Jornadas de direito civil** I, III, IV e V: enunciados aprov. /coordenador científico Ministro Ruy Rosado de Aguiar Júnior. – Brasília : Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, 2012. Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/cjf/CEJ>> Acesso em ago 2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

Breno de Paiva **FAGUNDES** (IC – breno_eafa@hotmail.com)¹, Philippe Ouverney Oliveira **MENDONÇA** (IC)¹, Ana Carolina **PEREIRA** (IC)¹, Pablo Lemuel Emerick de **ANDRADE** (IC)¹, Gabriella de Souza **AZEVEDO** (IC)¹ e Ricardo Resende **BERSAN** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000- Muriaé – MG

Palavras – Chaves: Direito à Saúde; Responsabilidade Solidária; Judicialização do Direito à Saúde.

APRESENTAÇÃO: O direito à saúde não está inserido no art. 5º da Constituição Federal de 1988, foi inserido no Título VIII da Lei Maior, que trata da Ordem Social. Entretanto, sua localização fora do capítulo dos direitos e garantias fundamentais não o desqualifica como um direito fundamental. A efetivação do direito à saúde tem sido levada constantemente ao judiciário, gerando o fenômeno denominado “judicialização da saúde” sendo que a questão do fornecimento de medicamentos pelo Poder Público tornou-se um dos temas mais relevantes da atualidade. **DESENVOLVIMENTO:** 1. **A RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA:** Não há o que se discutir sobre o reconhecimento da responsabilidade solidária, pela inteligência do art. 196 da Constituição Federal, Pela redação do dispositivo em comento Estado deve ser compreendido em seu sentido *lato sensu*, ou seja, abrange a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. A criação de uma rede “regionalizada e hierarquizada” conforme a redação do art. 198 da Carta Magna visa apenas uma melhor forma de gestão da saúde pública e não afasta a responsabilidade da União, ou de qualquer ente administrativo, pois se assim o fosse restaria violada a garantia do direito à saúde. Entendimento esse reforçado pelo art. 23, II da Constituição Federal de 1988 e pelo art. 7º, XI da Lei nº 8.080/90, que também ressaltam esse caráter. 2. **A JUDICIALIZAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE:** na busca de efetivação do direito à saúde o jurisdicionado tem levado a questão ao Poder Judiciário, sendo que vem ocorrendo um aumento considerável nas ações de preceito cominatório, refletindo nos gastos dos entes com essas demandas. No Município de Muriaé – MG só em 2013 foram gastos R\$ 3.683.433,17 (três milhões, seiscentos e oitenta e três mil, quatrocentos e trinta e três reais e dezessete centavos), relativos ao cumprimento de mandados judiciais, que abrangem medicamentos, tratamentos e procedimentos excepcionais de alto custo. Tal valor é bem superior ao orçado para a saúde no referido ano, que foi de 2.000.000,00 (dois milhões de reais). Normalmente são os municípios “bombardeados” com esse tipo de ação, com base na interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal de que a responsabilidade é solidária. De certa forma, não há muito que se perquirir quanto ao tema. Todavia, a solidariedade passiva deve ser analisada sobre um novo prisma, qual seja, à luz da repartição das competências tributárias na Constituição Federal, pois não poderia, pelo menos em tese, o ente com menor arrecadação ser sobrecarregado com maiores responsabilidades, além do que pode arcar. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O reconhecimento da responsabilidade solidária não deve implicar em uma interpretação de que todos os entes são responsáveis de forma idêntica na efetivação do direito à saúde, devendo ser analisada a responsabilidade de cada um à luz da repartição das competências tributárias na Constituição Federal. Não se questiona que todos os entes não responsáveis, mas a ideia de solidariedade deve ser entendida como todos devem atuar na efetivação da saúde, mas dentro da razoabilidade do que cada um pode suportar. **BLOGRAFIA:** CARVALHO, Guido Ivan de; SANTOS, Lenir. **SUS, Sistema Único de Saúde, Comentários à Lei Orgânica da Saúde, Leis nº 8.080/ e nº 8.142/90.** 4ª edição revista e atualizada, editora UNICAMP, São Paulo, 2007 CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, DE 5-10-1988. Lei nº 8.080/1990, Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 26/07/2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

Pedro Henrique Rodrigues de **ARÊDES** (IC-pedrohenriquerodriguesaredes@gmail.com)¹, Diego Henrique **MACHADO** (IC)¹, Fernanda Carolina **OLIVEIRA** (IC)¹, Juliana de Castro **RODRIGUES** (IC)¹, Pedro Gabriel de Arêdes **JÚNIOR** (IC)¹, Anderson Kristhian Reis **LOURENÇO**(PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

Palavras-chave: afeto, carência, dano moral.

INTRODUÇÃO: A carência de afeto repercute a polêmica jurídica a respeito da atribuição de responsabilidade civil ou não pela falta de afeição ao filho. Por ser algo que influencia a formação do caráter e a personalidade do indivíduo, o Código Civil de 2002 e a Constituição de 1988, começaram a incorporar este assunto em seus textos, salientando as relações pessoais e não apenas patrimoniais. Com isso, foi concedido ao Estado e a sociedade, bem como a família, a função salvaguardar o direito a saúde, ao respeito, a educação, a proteção contra crueldade, discriminação, violência, etc., previstos no artigo 227 da Constituição brasileira. Através de pesquisas bibliográficas pretende-se discutir o tema a respeito do dano moral nas hipóteses de abandono afetivo. **DESENVOLVIMENTO:** É indiscutível que os laços familiares se formam por meio do afeto e através deste modifica os que estão contidos neste liame, sendo que sua ausência vai contra um direito fundamental da criança, danificando assim a sua personalidade, já que as relações afetivas são um componente importante para o seu desenvolvimento. Podemos notar, então, que o afeto passou do campo do interesse individual para o do jurídico, criando assim duas etapas distintas em que o afeto passou a ter importância no campo jurídico. A primeira era entendida como presunção, isto é, insignificante para o âmbito jurídico, sendo inerente ao círculo familiar, já no segundo momento, entretanto, este passou a ser um instrumento notável para o Direito das Famílias quando passou a ser um método de definição para caracterizar um grupo social como família. Uma grande polemica tem sido criada a respeito da indenização por dano moral, dividindo doutrinas e jurisprudências, polêmica essa que gerou o Projeto de Lei 4294/08, que defende que o abandono afetivo deve ser indenizado, criado pelo deputado Carlos Bezerra do PMDB-MT. Este projeto pauta-se na necessidade do afeto e atenção dos pais para proporcionar o desenvolvimento da personalidade dos filhos de forma instrutiva. Doutrinadores como Maria Berenice Dias e Claudia Maria da Silva, defendem a ideia da indenização como forma de apenas financeiramente aquele que comete a lide. Vemos também que o Estado não pode intervir tão intensamente na vida privadas dos indivíduos, obrigando-os a conviver unidos, com amor e respeito. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Discorrer sobre este tema é algo complexo, uma vez que não pode ser apenas resolvido com um instituto jurídico específico, já que se trata de um bem particular de cada relação. A cobrança de Reparação por Negligência de afeto gera uma grande polêmica, podendo causar, se aceito, um congestionamento no Poder Judiciário, recaindo na economia por tal morosidade. Podendo gerar também uma série de problemas ao Estado até a sua adequação ou não ao novo instituto jurídico. Atualmente, tem sido aplicada à compensação civil “função educativa, pedagógica”, que propicia a reparação a vítima por dano sofrido ou como penalidade ao possível ofensor, tendo esta também o objetivo de precaver que condutas semelhantes a esta não serão admitidas no ordenamento jurídico, visando desincentivar comportamentos semelhantes. **BIBLIOGRAFIA:** ALMEIDA, Crislaine Maria Silva de. A Responsabilidade Civil dos Pais por Abandono Afetivo dos Filhos: A paternidade responsável e o projeto de lei nº 4294/08. **Conteúdo Jurídico**, fevereiro de 2012. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,a-responsabilidade-civil-dos-pais-por-abandono-afetivo-dos-filhos-a-paternidade-responsavel-e-o-projeto-de-lei,35766.html>. Acesso em 07 junho 2014; BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

Pedro Henrique Rodrigues de **ARÊDES** (IC-pedrohenriquerodriguesaredes@gmail.com)¹, Diego Henrique **MACHADO** (IC)¹, Fernanda Carolina **OLIVEIRA** (IC)¹, Cintia Aparecida Fernandes de **PAULA** (IC)¹, Pedro Gabriel de Arêdes **JÚNIOR** (IC)¹, Anderson Kristhian Reis **LOURENÇO** (PQ-).²

1. Curso de Direito; 2. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: criminalidade, infantil, redução.

APRESENTAÇÃO: Apesar de ser um país em desenvolvimento, o Brasil vem presenciando uma constante onda de violências e crimes, acontecendo tanto em seus grandes centros como em cidades menores, mostrando como o homem pode ser, independente de sua idade, cruel com o próximo, a ponto de que crimes como tráfico de drogas, estupro e homicídios, por exemplo, estejam presentes na vida rotineira dos brasileiros. Através de pesquisas bibliográficas e observações feitas em notícias contemporâneas, pretende-se discutir a respeito da redução da maioridade penal. **DESENVOLVIMENTO:** Embora seja um dos países com maior arrecadação de imposto do mundo, o Brasil aplica de forma errônea, fazendo com que seu povo sofra com as desigualdades sociais, ineficiência do sistema de saúde e com a falta de oportunidades por exemplo. Não é pra tanto que os índices de crimes em nosso Estado vêm aumentando, sendo que grande partes destes sejam cometidos por jovens, sendo influenciados ou por transgressores mais velhos, a luz de que no máximo serão apenados com medidas socioeducativas por um curto período de tempo, ou por possuírem uma situação financeira precária, mesmo que esta não seja desculpa para poder destruir o patrimônio alheio e cumprir condenação demasiada, tendo isto que ser modificado para evitar que estes ingressem na vida infratora. Os criminosos não possuem receio em praticar crimes, uma vez que estes sabem que o Brasil, ao contrário de alguns países desenvolvidos como Inglaterra, Estados Unidos da América e França, possui o sistema penal de ressocialização ao invés de punição. Este tipo de violência no Estado brasileiro vem apresentando está cada vez mais sem solução, amedrontando o restante da sociedade e fazendo com que o governo elabore medidas urgentes para evitar estes casos, uma vez que o sistema vigente não puni, apenas visa a ressocialização, ainda mais no caso do menor transgressor, sendo que isto não resolveria o problema de crimes em nosso país, mas os fariam pensar duas vezes antes de cometer-los. Diante disso entra o projeto de redução da maioridade penal, iniciando assim um ciclo, onde ficariam intimados com a sanção e buscariam outro caminho em vez de optarem pelo crime. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A redução da maioridade penal, não é única alternativa para afastar os jovens do crime, tendo o governo brasileiro que investir em projetos que estimulem estes a praticar atividades esportivas, ainda mais em nosso país onde a capacidade de serem medalhistas de ouro está em nosso sangue. Melhorias também devem ser feitas na área da educação, possibilitando a estes um ensino de qualidade para que consigam futuramente se enquadrarem em uma carreira de sucesso, mas para isso deve-se haver um investimento no mercado de trabalho para que haja vagas suficientes a futura classe trabalhadora do Brasil. Por fim, a família deve educar e conscientizar seus filhos de maneira adequada, para que estes não ingressem no mundo do crime. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS pela realização do trabalho. **BIBLIOGRAFIA:** Reduzir ou não?. Educacional. Disponível em:

<http://www.educacional.com.br/reportagens/juventude_violencia/reduzirounao.asp>. Acesso em 16/05/2014; URIBE, Gustavo. Cresce participação de crianças e adolescentes em crimes: Levantamento em oito estados revela que, para cada adulto preso, mais de dois menores são apreendidos. O GLOBO, Abril de 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/cresce-participacao-de-criancas-adolescentes-em-crimes-8234349>>. Acesso em 16/05/2014;

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

Pedro Henrique Rodrigues de **ARÊDES** (IC-pedrohenriquerodriguesaredes@gmail.com)¹, Diego Henrique **MACHADO** (IC)¹, Fernanda Carolina **OLIVEIRA** (IC)¹, Flávia Lúcia Estevam da Costa **FRANCO** (IC)¹, Pedro Gabriel de Arêdes **JÚNIOR** (IC)¹, Anderson Kristhian Reis **LOURENÇO**

1. Curso de Direito; 2. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

Palavras-chave: presídios, privatização, viabilidade.

APRESENTAÇÃO: A privatização dos presídios é um tema que assola o país, que sofreu diversas mudanças sócio estruturais visando a iniciativa privada em relação à gestão das prisões, buscando a diminuição dos problemas causados devido a multiplicação populacional carcerária, pretendendo deste modo, evidenciar as deficiências utilizadas pelo governo em relação à precaução do crime e suas consequências na sociedade. Através de pesquisas bibliográficas e observações feitas em notícias contemporâneas, pretende-se discutir nesse estudo o tema viabilidade da privatização do sistema penitenciário dentro da realidade sócio econômico brasileiro atual. **DESENVOLVIMENTO:** Baseando-se na situação prisional no Brasil, constantemente observamos a mídia divulgando providências governamentais, por meio do Poder Legislativo ou através do Poder Executivo, na intenção de transferir à iniciativa privada o controle da coisa pública. Vem sendo estudada uma possível terceirização em determinadas áreas dos serviços públicos, analisando se esta seria a possibilidade ideal, ou seja, uma colaboração entre o Estatal e o particular, a fim de desempenhar uma melhoria em suas funções básicas, tendo em vista a inviabilidade da passagem total da execução penal para a iniciativa privada. A terceirização citada teria por objetivo desafogar a máquina pública manter o pessoal técnico administrativo e os órgãos, e ainda, arcaria com pensões e aposentadorias, através de entidades, até então, em sua grande parte, falidos e mal geridos. Em relação ao sistema carcerário, existe uma exigência por parte da sociedade para solucionar a questão da superlotação nas penitenciárias. Uma vez que cabe ao governo o papel de tutelar e preservar a vida do detento, estando previsto na lei 7.210/1984 e na Carta Magna de 1988. Autores como Luiz Flávio Gomes e Fernando Capez protegem a terceirização do sistema prisional e os aperfeiçoamentos tecnológicos no Processo penal e ironiza as mudanças realizadas na legislação penal. No I Fórum de Direito Público, em uma entrevista, debateu-se sobre a privatização do sistema penitenciário, teoria da imputação objetiva, suspensão condicional do processo, lei das execuções penais, julgados especiais criminais, alternativas à pena de prisão entre outros assuntos, em março de 2002; onde o doutrinador Fernando Capez alega que a terceirização do sistema penitenciário não é uma opção, mas sim uma necessidade indiscutível. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A privatização poderia administrar os recursos internos da penitenciária, como alimentação, vestuário, hotelaria, entre outros, e ao governo brasileiro caberia apenas zelar a vida do detento, isto é, quanto a sua segurança. De tal modo, a privatização se basearia na melhoria da administração penitenciária, resolvendo assim, em tese, a questão da superlotação e forneceria aos reeducandos melhores condições de vida, mas para isso, várias modificações devem ser feitas para que as finalidades da privatização sejam realizadas.

BIBLIOGRAFIA: D' Urso, Luiz Flávio Borges. A privatização dos presídios: Entregar as prisões à iniciativa privada é mais eficiente e garante os direitos dos internos. Revista superinteressante, abril de 2002. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/ciencia/privatizacao-presidios-442830.shtml>>. Acesso em: 17 junho 2014; Pedroso, Regina Célia. **Utopias penitenciárias:** Projetos jurídicos e realidade carcerária no Brasil. Jus Navigandi, Teresina, 5 junho 2004. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/5300/utopias-penitenciarias>>. Acesso em 18 junho 2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE COMO PARÂMETRO DE MENSURAÇÃO DO DANO MORAL

Grazielle Gonçalves **SOUZA** (IC – grazy_meisje@hotmail.com)¹, Paulo Vicentê Goulart **MONTEZANO** (IC)¹, Fabrício Corrêa **PROCÓPIO** (IC)¹, Glaydson de Souza **FERREIRA** (IC)¹ e Margarida Maria **ESPÓSITO** (PQ)²

Curso de Direito; 2. Professor
Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé-MG

Palavras-chave: dano moral; princípio da razoabilidade; proporcionalidade.

APRESENTAÇÃO: Consagrado na Constituição, o dano Moral sempre esteve nos grandes debates jurídicos, principalmente em relação à possibilidade de se obter indenização por lesão ao seu objeto. O grande impasse é delimitar o valor da indenização por dano moral para que a vítima sintam-se, de alguma forma, devidamente compensada. O presente trabalho visa abordar a problemática da fixação do valor indenizatório nas ações reparatórias por dano moral com base em critérios relacionados aos princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade.

DESENVOLVIMENTO: Na lei, não existe um parâmetro de mensuração do dano moral. Contudo, existem critérios para fixação do *quantum* indenizatório em ações de reparação por danos morais, a saber: critério da tarifação e critério do arbitramento pelo juiz. Sobre a hipótese de criação de uma tabela com valores predeterminados, Bernardo¹ aduz que “o tabelamento seria o nirvana dos magistrados, livres, agora, de umas das mais árduas tarefas de sua profissão, qual seja, a fixação da reparação de danos morais”. O referido autor destaca que, o arbitramento judicial é o critério mais adequado e justo, pois soluções como o tabelamento tende a estabelecer uma uniformidade artificial, tendo em vista que as situações existenciais são sempre desiguais. Assim, não será o valor preestabelecido a melhor alternativa de se realizar a justiça – até porque tentar colocar a questão em termos legais objetivos seria tarifá-la a dor, hipótese absurda. De tal modo, ainda que existam parâmetros legais fixados, o melhor critério é o de confiar no arbítrio dos juizes, que deverão levar em conta os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade na apuração do *quantum*, atendidas as condições do ofensor, do ofendido e do bem jurídico lesado. Visando à proteção ao cidadão contra excessos do Estado, o ilustre doutrinador Moraes² assevera que o Princípio da Razoabilidade é aquele que exige proporcionalidade, justiça e adequação entre os meios utilizados pelo Poder Público, no exercício de suas atividades – administrativas ou legislativas -, e os fins por ela almejados, levando-se em conta critérios racionais e coerentes. Tal princípio é uma diretriz de senso comum, de proibição do excesso ou mais exatamente, de bom-senso, aplicada ao Direito. Ressalte-se que a idéia de razoabilidade está ligada à idéia do razoável, no sentido do que é justo e equitativo. Em consonância com tal princípio, alenca-se o Princípio da Proporcionalidade, direcionador aos demais princípios e relacionado ao justo meio utilizado para consecução de determinado fim. Toda vez que a desproporção entre os fins e os meios for manifesta, haverá violação do princípio. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Logo, o dano moral não pode ser objeto de critérios valorativos de ordem taxativa. Pelo contrário, o magistrado deverá se utilizar da razoabilidade e da proporcionalidade, que são em verdade um conjunto de garantias com a finalidade precípua de evitar manifestos excessos, pois determinam um justo equilíbrio entre o dano experimentado pela vítima e o prejuízo ocasionado pelo autor do dano. Dessa forma, o magistrado deve levar em consideração as partes envolvidas no conflito, a primariedade ou reincidência específica do réu, a intensidade da ofensa, a extensão do prejuízo, o grau de potencialidade econômica do autor do fato, a fim de evitar o enriquecimento sem causa, ou seja, respeitando as peculiaridades de cada caso e aplicando o direito ao caso concreto. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BERNARDO, Wesley de Oliveira Louzada. **Dano Moral: critérios de fixação de valor.** Rio de Janeiro: Renovar. 2005, p. 132-195. [2] MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional.** São Paulo: Ed. ATLAS, 2002, p. 367.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

PONDERAÇÃO DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS À VIDA E À LIBERDADE RELIGIOSA, SOB O PONTO DE VISTA DOS TESTEMUNHAS DE JEOVÁ

Marina Penna **COUTO** (IC – marinacouto2@hotmail.com)¹, Patrícia Penna **COUTO** (IC)², Lívia Fonseca Gomes da **SILVA** (IC)², Tatiane Aparecida Pereira e **SILVA** (IC)², Debora Dornelas Gomes **PEREIRA** (IC)² e Francisco Carvalho **CORREA** (PQ)³

1. Curso de Direito; 2. Curso de Educação Física; 3. Professor
Faculdade Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Direito constitucional, Ponderação, Testemunha de Jeová.

APRESENTAÇÃO: O presente trabalho visa esclarecer quais as possíveis punições que os médicos estão sujeitos a sofrer ao determinarem que seja realizada transfusão de sangue em pacientes que declarem serem Testemunhas de Jeová, bem como a forma pela qual a doutrina tem entendido e tentado resolver os conflitos dos direitos constitucionais, mais precisamente os referentes à vida e à liberdade religiosa. O tema foi escolhido em razão de sua enorme relevância na sociedade e, principalmente, por, ainda, não ter sido pacificado no Superior Tribunal Federal.

DESENVOLVIMENTO: Dentre muitos dos direitos previstos no artigo 5º, *caput*, da Constituição Federal está o direito à vida. Não se pode olvidar que referido direito deve ser considerado como um dos mais importantes no nosso ordenamento jurídico, uma vez que, é com a vida propriamente dita que o alguém se torna um sujeito de direitos. O artigo 1º, inciso III do mesmo diploma legal estabelece que todos terão direito à dignidade. A junção interpretativa dos dois artigos acima citados deixam claro que nosso Estado não se preocupa apenas com a preservação da vida do ser humano a qualquer custo, mas principalmente, que os cidadãos tenham preservados todos os seus direitos mais básicos (e importantes) para que tenham uma existência digna sob todos os pontos de vista. O artigo 5º, inciso VI, da Carta Magna também prevê que todos terão direito a liberdade religiosa, fazendo do Brasil um Estado Laico. Em que pese todos os direitos acima citados estarem inseridos na nossa Constituição Federal, muitas vezes pode haver conflitos entre os mesmos, havendo a necessidade de que eles sejam interpretados ponderadamente, ou seja, aplica-se um sem que os demais sejam completamente sacrificados. Um dos maiores exemplos de conflito entre os direitos e garantias acima citados ocorre quando um Testemunha de Jeová, em razão de alguma enfermidade, vai para o hospital e tem como tratamento receitado pelo médico a transfusão sanguínea. É sabido que as pessoas que seguem referida religião consideram a ingestão de sangue (por qualquer meio) uma forma de tornar-se impuro. Porém, sendo a transfusão sanguínea o único tratamento indicado para a cura de algumas doenças, deve o médico a autorizar mesmo sem o consentimento do paciente? O atual entendimento do Conselho Federal de Medicina é de que se não houver risco de vida para o paciente, a sua vontade poderá ser respeitada. Porém, caso haja iminente perigo para sua vida, a transfusão de sangue deverá ser praticada, independentemente do consentimento do paciente ou de seus responsáveis. Tendo como base a orientação proveniente do Conselho Federal de Medicina resta evidente que na eventualidade de o médico agir de acordo com seus preceitos pré-estabelecidos estará em completo respaldo legal, não podendo ser culpado civil ou penalmente. Até porque, levando em conta os juramentos que os mesmos fazem ao concluírem seus cursos, se torna inteiramente justificável que, em face ao concreto perigo de vida, tenham que tomar atitudes que possam ir de encontro com as opiniões de seus pacientes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Diante do exposto, restou clara a importância da ponderação entre direitos considerados constitucionais. Isso porque, na eventualidade de quaisquer direitos se verem em concreta colisão, um não pode ser totalmente ignorado em relação ao outro. No caso de conflito entre a liberdade religiosa e o direito à vida, ainda não se chegou a uma conclusão clara e unânime, por isso, é importante que cada caso seja analisado individualmente, a fim de que seja atestado se a transfusão sanguínea é o único tratamento para o caso concreto e se o paciente está indiscutivelmente sob o risco de perder sua vida. **BIBLIOGRAFIA:** [1] MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional.** 13. Ed. São Paulo: Atlas, 2003. AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Autonomia do Paciente e Direito de Escolha de Tratamento Médico Sem Transfusão de Sangue.**

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

Mariana Rodrigues MIRANDA (IC - mary_rodrigues_miranda@hotmail.com)¹; Silvério Rodrigues MIRANDA (IC)²; Simone da Silva Elis¹; Rafael Guarçoni Almeida SILVA (IC)¹; Mateus Guarçoni Almeida SILVA; (IC)¹; e Sônia Maria Dal Sasso (PQ)³

1. Curso de Direito; 2. Curso de Sistemas de Informação; 3. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé - MG.

Palavras-chave: Escola; Inclusão; Deficientes.

APRESENTAÇÃO: Inclusão de deficientes nas escolas regulares consiste em acolher todas as pessoas, sem exceção, no sistema de ensino, independente de condições físicas e psicológicas. O objetivo deste estudo é avaliar a preparação das escolas e dos professores para receber estes alunos, bem como as jurisprudências e legislações vigentes sobre o assunto. Essa questão torna-se obscura uma vez em que envolve discussões políticas, éticas, sociais e morais. Foi desenvolvida, por meio deste trabalho, uma análise sucinta de posicionamentos jurídicos envolvendo ou não a inclusão deste alunos nas escolas. Para isso, foram entrevistadas duas escolas especiais e seis escolas regulares, sendo quatro da rede pública e duas particulares. **DESENVOLVIMENTO:** Deficiência é o termo usado para definir a ausência ou a disfunção de uma estrutura psíquica, fisiológica ou anatômica. Diz respeito à atividade exercida pela biologia da pessoa [1]. Inclui-se neste conceito os educando que apresentam dificuldades acentuadas de aprendizagem, limitações no processo de desenvolvimento, dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos (surdo cegueira, surdez, cegueira, baixa visão ou distúrbios acentuados de linguagem), impedimentos motores resultantes da paralisia cerebral, minorias étnicas ou socioculturais ou ainda educandos com altas habilidades/superdotação. Educação especial é a modalidade de proposta pedagógica na qual assegura um conjunto de serviços complementares e em alguns casos substitutos dos serviços educacionais comuns. As APAES, financiadas por recursos federais, prestam serviços que variam de pedagógicos até fisioterapêuticos. Não obstante, estas associações estão receosas após o advento da Lei nº 7.853 que compele a todas as escolas regulares a aceitar em suas instalações alunos portadores de deficiência ocasionando desta forma o nivelamento de alunos com características parecidas, ainda que um deles tenha capacidade de progredir maior que o outro. Outra preocupação é a falta de preparo dos profissionais da rede pública. Inclusiva esta falta de preparo dos professores já foi estudada por diversos autores como Martins (2006), Vitaliano (2007), Hummel (2007), Beyer (2003). Outra preocupação é a falta de estrutura física das escolas públicas e até mesmo psicológica dos demais alunos que podem vir a praticar bullying e uma série de constrangimentos ao deficiente. Os entrevistados, quando questionados as escolas estavam preparadas para receber os alunos deficientes, 8 responderam que não e apenas 1 respondeu que sim. Das 8 escolas, 7 participam de curso de capacitação. Todas afirmaram não haver mudança na grade curricular dos alunos deficientes. No que se refere ao espaço físico, 4 consideram estar capacitadas para o recebimento destes alunos e 4 não. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Embora a inclusão destes alunos seja imprescindível ao seu desenvolvimento, pouco foi feito até hoje para possibilitar uma real inclusão sendo notório o melhor desenvolvimento dos alunos deficientes nas escolas particulares pelo próprio aparato que possuem.

Acredita-se que a inclusão destes alunos foi uma decisão sábia, mas não é a única solução para casos graves, o ideal seria que além do ensino regular recebessem outros cursos que possibilitem a efetivação dos resultados pretendidos.

BIBLIOGRAFIA: [1] CLASSE ACADEMICA. Disponível em: < <http://classeacademica13.blogspot.com.br/> >. Acesso em: 12/11/2013.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

Simone da Silva ELIS (IC -sissi.elis@hotmail.com)¹; Silvério Rodrigues MIRANDA (IC)²; Mariana Rodrigues MIRANDA (IC)¹; Rafael Rodrigues MIRANDA (IC)¹; Fábio José COUTINHO (IC)¹; e Stefanine LACERDA (PQ)³

1. Curso de Direito; 2. Curso de Sistemas de Informação; 3. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé - MG.

Palavras-chave: Arma de fogo, qualificadora, roubo.

APRESENTAÇÃO: Arma de fogo é o instrumento utilizado para defesa ou ataque. Denomina-se arma própria, a que é destinada primordialmente, para ataque ou defesa, como exemplo temos a arma de fogo, o punhal, a espada, a lança, dentre outras. Muitos outros objetos podem ser usados como meios de defesa e ataque; nesse caso são as chamadas armas impróprias, onde podemos citar como exemplo uma cadeira atirada pelo agressor, um martelo utilizado para matar, uma ferramenta pontiaguda servindo para intimidar, dentre outros. Ambas apresentam maior perigo à incolumidade física da vítima e para a causa de aumento da pena como qualificadora do crime (conforme artigo 157 parágrafo 2 do Código Penal), no entanto há intensa polêmica, fruto de duas visões a respeito do tema, que se dividem em dois critérios, objetivos e subjetivos. O presente estudo visa analisar através dos posicionamentos dos Tribunais Superiores a possibilidade da utilização de uma arma de brinquedo ser considerada qualificadora do crime de roubo. **DESENVOLVIMENTO:** O Critério Objetivo avalia o emprego da arma, segundo o efetivo perigo que ela possa trazer à vítima. Logo para esta teoria, uma arma de brinquedo, embora seja útil para constituir a grave ameaça não presta à finalidade do aumento da pena. O critério subjetivo, por sua vez, analisa o emprego da arma, conforme a força intimidativa gerada na vítima. Sob esse prisma, uma arma de brinquedo é instrumento hábil à configuração da causa de aumento, uma vez que o temor provocado no ofendido é muito maior. O STJ havia adotado o critério subjetivo e entendeu configurar o aumento quando o agente atuasse valendo-se de arma de brinquedo através da Súmula 174: "No crime de roubo, a intimidação feita com arma de brinquedo autoriza o aumento da pena". Entretanto, na sessão de 24 de outubro de 2001, a Terceira Seção da Corte cancelou a referida Súmula, por maioria de votos Resp 213.054-SP, Rel. José Arnaldo da Fonseca. Bem como a decisão do STJ: Resp 33.003 – SP, 6ª T, Rel. Vicente Leal; Resp 56.095-SP 6ª T. Rel. Adhemar Maciel e Resp 38.136-SP 6ª T Rel. Adhemar Maciel – Não serve para provocar o aumento de pena, tendo em vista que "arma de brinquedo" não é arma. Em concordância aos julgados e adotando a Teoria Objetiva estão em sintonia os doutrinadores Guilherme de Souza Nucci e Rogério Greco, o qual reconhece a arma de brinquedo como meio para configurar o tipo penal de roubo, mas nunca como qualificadora para aumento de pena. O que nos apresenta são posições de doutrinadores sobre o tema e em alguns casos julgados dos tribunais que concordam e divergem dos doutrinadores. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Diante das discussões concluímos que a arma de brinquedo por não ser considerada arma, própria ou imprópria, não há como ser qualificadora para aumento de pena, mas há como tipificar como elemento do tipo roubo, quando a arma de brinquedo for semelhante à arma de fogo. O fato é que vai depender da habilidade de cada defensor entrincheirar sua posição e poder de convencimento. Mas os casos são vastos e requer posições a cada caso a ser analisado, a matéria entre os doutrinadores não está esgotada e nem mesmo os Tribunais ainda não se posicionaram em definitivo.

BIBLIOGRAFIA: [1] GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**. 8.ED, Impetus, 2011.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

IMPORTÂNCIA DO INSTITUTO DO BEM DE FAMÍLIA VOLUNTÁRIO E SUA UTILIDADE PRÁTICA NA ATUALIDADE.

Marina Penna **COUTO** (IC – marinacouto2@hotmail.com)¹ Patrícia Penna **COUTO** (IC)² Mayra Fonseca da Silva **FREITAS** (IC)¹, Marcos Vinicius da Silva **PALADINI** (IC)¹, Debora Dornelas Gomes **PEREIRA** (IC)² e Francisco Carvalho **CORREA** (PQ)³

1. Curso de Direito; 2. Curso de Educação Física; 3. Professor Faculdade Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Bem de Família, Voluntário, Atualidade.

APRESENTAÇÃO: O atual Código Civil, mais precisamente os artigos 1711 ao 1722, trouxe em seu conteúdo normas que visam dar ao cidadão e as entidades familiares a opção de tornar um bem imóvel (com destinação para moradia) bem de família voluntário. O tema é de imensa importância, uma vez que, passando um bem a ser um bem de família, o mesmo se tornará impenhorável e inalienável. Objetivamos com esta pesquisa analisar a utilidade do instituto do bem de família na atualidade.

DESENVOLVIMENTO: A preocupação do Estado com o cidadão nem sempre foi primordial. Porém, com o decorrer do tempo, a legislação passou a considerar os direitos das pessoas sob um outro ponto de vista. Foi a partir de então que o cidadão finalmente passou a ser considerado a base da pirâmide social. A nossa Constituição Federal de 1988 trouxe estampado em seu artigo 1º, inciso III, o direito de todos de ter preservada a sua dignidade. Referido princípio constitucional visa proteger aqueles direitos que podem ser considerados essenciais a existência digna. Dentre eles, figura o direito à moradia, previsto no artigo 6º do mesmo diploma legal. Foi com o fito de proteger da penhora do único imóvel de qualquer cidadão que o legislador criou os institutos do bem de família legal e voluntário. O primeiro decorre da Lei 8009/90 e independe de vontade expressa e de cumprimento de qualquer requisito, bastando apenas que o destino do único imóvel seja a moradia de qualquer cidadão/entidade familiar. A segunda forma de bem de família, qual seja a voluntária, ao contrário da primeira, não decorre apenas da vontade do legislador, tendo esse a deixado como uma opção aos cidadãos no Código Civil, mais precisamente, do artigo 1711 ao 1722. Para que esta segunda forma de bem de família tenha validade, se faz necessário o cumprimento de uma série de requisitos, quais sejam: que o valor do bem escolhido não ultrapasse um terço do patrimônio líquido existente ao tempo da instituição; ter destinação domiciliar; ser registrado no Cartório de Registro de Imóveis e aceite do beneficiado quando for instituído por terceiro. A limitação por parte do legislador no tocante ao valor do imóvel gravado para um terço do patrimônio líquido existente na época da instituição tem como objetivo proteger eventuais credores de terem suas créditos quitados. Tendo em vista que, se dessa forma não fosse, devedores agindo de má-fé poderiam registrar qualquer imóvel como bem de família voluntário e, dessa forma, torná-lo impenhorável. Com relação a ceitação do beneficiado, quando o bem de família voluntário for instituído por terceiro por meio de testamento ou doação, se faz necessário tendo em vista a principal preocupação do instituto, qual seja, garantir o direito à moradia para o cidadão ou entidade familiar. Sendo assim, não se faz justo que um imóvel seja gravado de impenhorabilidade e inalienabilidade se o beneficiado sequer quer residir no mesmo. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Diante de todo o exposto, verifica-se que, em que pese o instituto do bem de família voluntário tenha enorme importância no nosso ordenamento jurídico, o mesmo não pode ser considerado muito usual, uma vez que, não bastasse o desconhecimento de grande parte da população sobre o referido direito, as diversas exigências apontadas pelo legislador restringiu a um número muito pequeno de pessoas/famílias que nelas se enquadram, principalmente no tocante a quantidade de patrimônio necessário, fazendo com que apenas as famílias mais abastadas possam gozar do direito de escolher um imóvel para que se torne impenhorável. Motivo pelo qual, mesmo após 12 anos da entrada em vigor do novo Código Civil, a forma de proteção ao único bem imóvel mais usada pelas pessoas ainda é o bem de família legal. **BIBLIOGRAFIA:** [1] DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. 4 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

VIOLÊNCIA NO CAMPO POLÍTICO, SOCIAL E ECONÔMICO

Simone da Silva **ELIS** (IC – sissi.elis@hotmail.com)¹; Silvério Rodrigues **MIRANDA** (IC)²; Mariana Rodrigues **MIRANDA** (IC)¹; Rafael Guarçoni Almeida **SILVA**(IC)¹; Mateus Guarçoni Almeida **SILVA**; e Stefanine **LACERDA**(PQ)³

1. Curso de Direito; 2. Curso de Sistemas de Informação; 3. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé - MG.

Palavras-chave: Violência, Política, Sociedade

APRESENTAÇÃO: O Assunto violência é pauta rotineira em rodas de amigos, mas a violência não se restringe somente a certo grupo ou assunto de interesse, ela se espalha em diversos ramos de nossa sociedade, atingindo campos políticos, sociais e econômicos. O objetivo deste estudo é demonstrar os vários tipos de violência no campo político, social e econômico no Brasil e no mundo, seus fatores motivadores, interesses envolvidos e a repressão imposta que gerou os atos violentos. Foi desenvolvido, por meio deste trabalho, informações divulgadas na mídia escrita, falada e internet. A coleta de dados e informações visa demonstrar os tipos de violência ocorrida no mundo, suas finalidades e campos de atuação, através de uma avaliação de impactos e fatos geradores de tais violências. **DESENVOLVIMENTO:** Quando falamos em violência, não nos referimos somente a violência propriamente dita, como aquele que fere ou agride o homem, podemos declarar uma violência como sendo um ato de negar um direito fundamental, que afeta não ao corpo em si, mas o íntimo dos homens, sua moral, sua alta estima, e tais violências devem ser combatidas em suas origens não só com as atuações policiais (segurança pública) dos governos. Os assuntos que trataremos são a violência política, social e econômica estão interligados, os aspectos da violência são muitos, vão desde a intolerância religiosa e aos interesses obscuros de líderes ditatoriais. Muitos descrevem a violência política como os atos de assassinatos e prisões ilegais praticadas contra opositores políticos, mas o que sugere a caracterização de um regime político como violento é a violência praticada pelo Estado contra um opositor político ou ideias contrárias ao regime no poder, a exemplo disso seriam os atos ocorridos no Oriente Médio denominados “Primavera Árabe”. A violência no campo econômico é uma violência velada, que muitas das vezes não atua diretamente contra o cidadão, mas se esconde através de inúmeras ações que resultam em uma grande perda no desenvolvimento de uma sociedade, podemos citar o exemplo da Grécia, que recentemente foi alvo dos noticiários, na qual o país se encontra frente a grandes dificuldades financeiras onde as contas públicas não fecham e agora toma medidas de austeridade para receber ajuda da união européia, resultando em diversos protestos violentos contra as medidas. A violência Social é considerada toda forma de violação de direitos, desigualdade e injustiça no contingente social que atinge a família como um todo ou seus membros. A desigualdade é uma violência social, e quando extrema, tem sido uma das grandes causas do aumento da violência no mundo inteiro. A má distribuição de renda gera grandes consequências como miséria, exploração do trabalho, crianças exploradas, roubo, prostituição, dentre outras. O quadro de extrema desigualdade está entre as principais causas de violência entre os jovens em estudo divulgado pelo IPEA. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A violência resulta de um conjunto de ações e omissões que desrespeitam o povo, e que através de diversos protestos contrariam os interesses das políticas voltadas para o “EU”. Tais omissões dos poderes geram consequências no campo econômico, pois o Estado deixa de intervir nas desigualdades e assegurar garantias ao povo, protegendo sua economia e intervindo em ações para garantir o crescimento econômico. O conjunto de omissões com certeza irá gerar conflitos sociais, pobreza, desemprego e estagnação econômica, aumento da violência, dentre outras. A violência social não deve ser combatida só com a força pública, mas também com ações sociais que promovam a inclusão dos desfavorecidos.

BIBLIOGRAFIA: [1] BULOS, Uadi, Lammêgo. Constituição Federal Anotada, 10ª edição. Saraiva, 2012.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

Luana Laureano da SILVA (IC - luana_laureano@hotmail.com)¹, Taylor FREITAS (IC)¹, Joseane LOURENÇO (IC)¹, Ana MONTEIRO (IC)¹, Geovani BARBOSA (IC)¹. Stefanine Michaelle Gomes Alvim Lacerda (PQ)

1. Curso de Direito; 2. Faculdade Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé - MG

Palavras-chave: constitucionalidade, dignidade, dependência química

APRESENTAÇÃO: A dependência química é um dos problemas mais graves do país, é uma questão de saúde pública que se alastra a cada dia, aumentando a desigualdade social, destruição de famílias, e até mesmo o cometimento de crimes. Baseando-se, no ordenamento jurídico brasileiro, que comporta, segundo a lei nº 10.216 de 06 de abril de 2001 os direitos, a proteção e tipos de internação assegurados às pessoas acometidas de transtornos mentais nos quais se enquadram os dependentes químicos, e em pesquisas bibliográficas pretende-se discutir a inviolabilidade dos direitos constitucionais na temática da internação compulsória dos dependentes químicos. **DESENVOLVIMENTO:** A internação compulsória é um dos tipos de internação psiquiátrica e se dá por determinação da justiça, independente da vontade do paciente. Destarte, vemos que o Estado tem o poder/dever de proteger as pessoas, assegurando-lhes vida, saúde e reinserção social, sendo possível intervir e usar medidas coativas para tal, é o que está positivado na Constituição da República: "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação" [1]. Sob outro prisma, doutrinadores consideram que a dignidade da pessoa humana está sendo violada, nos aspectos da liberdade, da igualdade e da integridade física. "Considera-se, com efeito, que, se a humanidade das pessoas reside no fato de serem elas racionais, dotadas de livre arbítrio e de capacidade para interagir com os outros e com a natureza – sujeito, portanto, do discurso e da ação – será "desumano", isto é, contrário à dignidade humana, tudo aquilo que puder reduzir a pessoa (o sujeito de direitos) à condição de objeto" [2], como predispõe a Maria Cecília Bodin. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Baseado no direito positivo, em posicionamentos doutrinários e buscando o entendimento mais favorável e humano entendemos que a internação compulsória não é forma de privação da liberdade, constitucionalmente falando, mas sim uma maneira de proteger a vida, sendo esta um conjunto da integridade, saúde, segurança, inserção social e até mesmo liberdade, afinal não há que se falar em livre escolha quando um indivíduo está sendo prisioneiro do próprio corpo e agindo sob efeito do vício. Destarte, concluímos também que para haver o cumprimento dos direitos indisponíveis do homem é necessário que a vida seja proeminente à liberdade, isto é, torna-se inconcebível o pensamento de que dependentes químicos tenham livre arbítrio sendo que os mesmos não têm nem independência fisiológica e portanto não possuem condições de agir pela razão, precisam de alguém pense, faça e fale por eles.

BIBLIOGRAFIA: [1] Constituição da República Federativa do Brasil, art. 196. [2] Declaração de MORAES, Mara Cecília Bodin. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=4bb236de7787ced>>. Acesso em 27/08/2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

Alessandra Aparecida MARTINS (IC - allemartiins@hotmail.com)¹, Franciane Demarque TEIXEIRA (IC)¹, Nilvanda BARROS (IC)¹, Rosângela Vilela MONTEIRO (IC)¹, Luciana Aurora SILVA (IC)¹ e Pollyane A. de Carvalho PAIVA (PQ)².

1. Curso de Enfermagem 2. Professora Faculdade de Minas-FAMINAS 36880-000- MURIAÉ-MG.

Palavras chave: HPV, Prevenção, Doença Sexualmente transmissível.

INTRODUÇÃO: O papiloma vírus humano (HPV) é uma DST (doença sexualmente transmissível) que afeta ambos os sexos, sua principal forma de transmissão é por via sexual, variando em grau de intensidade e apresentando ou não sinais e sintomas, podendo se manifestar em forma de verrugas genitais e evoluir para câncer se não tratado [1]. Há cerca de 100 tipos de HPV, e segundo a OMS já são mais de 630 milhões de pessoas infectadas no mundo [2]. Devido à dimensão dos problemas relacionados ao HPV e a campanha de vacinação contra a doença, este estudo e seu método de investigações e tornou de extrema importância para o conhecimento e orientação sobre o vírus, incluindo modo de transmissão, sintomas, prevenção detecção e tratamento, o tema foi abordado em uma escola pública no interior de Minas Gerais. O atual estudo teve como objetivo Avaliação e orientação sobre HPV aos pais de alunos. **MATERIAL E MÉTODOS:** Pesquisa do tipo descritiva com abordagem quanti – qualitativa. Trata – se de um projeto e pesquisa realizado em grupo por estudantes de Enfermagem. O método utilizado foi o de abordagem educativa envolvendo a coleta e análise de dados, averiguando o nível de conhecimento sobre o Papiloma vírus humano. Os dados foram coletados no município de Muriaé, MG, na Escola Estadual Professor Gonçalves Couto, sendo os sujeitos da pesquisa pais ou responsáveis de alunos na faixa etária de 10 a 15 anos. Antes da realização da palestra, enviamos um questionário exclusivo para esta pesquisa contendo 10 perguntas frequentes e pertinentes sobre HPV. **RESULTADO E DISCUSSÃO:** Com base nos resultados, dos 100 questionários enviados aos pais ou responsáveis dos alunos aleatoriamente escolhidos, só retornaram 23. Observamos que o público alvo tem pouco conhecimento sobre HPV sendo uma taxa de 77% de desinteressados. Dos 23 questionários 78% não sabem o que é HPV, a forma de transmissão, como funciona a vacina, e qual o risco de desenvolver Câncer. 21,7% pretendem autorizar sua filha (o) a se vacinar. O estudo comprova a falta de informação e revela a falta de interesse de muitos. **CONCLUSÃO:** A educação em saúde deve ser aprimorada atentando para as doenças sexualmente transmissíveis, pois aumenta cada vez mais o número de pessoas portadoras de DST's. A orientação e promoção da saúde se faz necessária não só no bairro e escola em que foi realizada a pesquisa, mas em todos os lugares. As questões culturais e sociais da população muitas vezes interferem no conhecimento e processo saúde/doença. A percepção foi nítida sobre a carência de informações. Muitos não tinham conhecimento do HPV e os riscos que podem favorecer a incidência de câncer tanto em mulheres quanto em homens, sendo mais incidente nas mulheres. Concluímos através dos métodos de pesquisa que a maioria das pessoas não mostrou interesse, muitos não sabem o significado da doença, alguns ficam inseguros na questão da vacina, e poucos sabem que HPV é uma doença sexualmente transmissível e de risco.

BIBLIOGRAFIA: [1] SOUZA, Marcia de. **Assistência de enfermagem em infectologia**. Editora: Atheneu. São Paulo. Ano: 2014.

[2] Disponível em: <http://www.virus HPV.com.br/novo/pordentro.php> Acessado em 22/07/2014.

Área do conhecimento (CNPq): 4.04.00.00-0 – Enfermagem

Alyne Vieira **PINHEIRO** (IC – alynevpinheiro@gmail.com)¹, (IC)¹ Vanessa Macedo de **SOUZA** (IC)¹, Haydée Cecília Thurler **SECUNHO** (IC)¹, Eloá Pedrosa **FURTADO** (IC)¹, Bianca Garbeline **JABOUR**(IC)¹, Giselle Braga de **AQUINO** (PQ)²

1. Curso de Psicologia; 2. Professor Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé – MG

Palavras-chave: Violência; Mulher; Gênero.

INTRODUÇÃO: A violência doméstica vem ganhando destaque nos meios de comunicação em geral, mas o número de casos ainda é desconhecido, já que os índices de denúncias não correspondem a realidade. Diante disso buscou-se depreender sobre questões que abarcam os casos de violência doméstica, em especial, aqueles cometidos contra mulheres, a fim de conhecer a dificuldade em denunciá-los. A violência contra mulher se caracteriza por “[...] todo e qualquer ato embasado em uma situação de gênero, na vida pública ou privada, que tenha como resultado dano de natureza física, sexual ou psicológica, incluindo ameaças, coerção ou a privação arbitrária da liberdade” [1]. **MATERIAL E MÉTODO:** Para realização do estudo entrevistou-se quatro mulheres vítimas de violência doméstica de uma cidade da Zona da Mata mineira, com faixa etária entre 36 a 50 anos. As entrevistas foram semiestruturadas, construídas a partir de um roteiro previamente elaborado, em que contemplou os tópicos ligados aos objetivos do estudo. Após a transcrição das entrevistas, submetemos o texto resultante a uma Análise do Discurso, a partir das seguintes categorias: a mulher e a posição de submissão; a relação entre a mulher e o sexo frágil; a importância da manutenção do casamento; e o uso de substâncias psicoativas como fator agravante da violência. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Com relação a categoria 1 observou-se que muitas mulheres se sentem em posição de submissão diante dos homens quando dependem financeiramente de seus parceiros, diante disso precisam pedir autorização para tudo que envolve despesas financeiras, inclusive na aquisição de pequenos objetos. Além disso, elas mencionaram que, muitas vezes, se mantêm nessa posição pelo medo de perderem a guarda dos seus filhos. Com relação a categoria 2, a relação entre a mulher e o sexo frágil, muitas vezes se sustenta pela necessidade que elas sentem de ter alguém que as defenda, falta de coragem e medo para enfrentarem determinadas situações sozinhas, pela permissividade, por serem mais frágeis fisicamente e não conseguirem reagir as agressões. Na categoria 3 notou-se que para elas é muito importante manter o casamento, devido a impressões sociais que um casamento desfeito causa, por amarem seus parceiros mesmo com a existência de agressões e pela esperança que carregam que alguma mudança irá acontecer. Na análise da categoria 4, as mulheres apontaram que o consumo de substâncias lícitas e/ou ilícitas agravam a violência, algumas disseram que se os parceiros não fizessem uso dessas substâncias acreditam que as agressões não ocorreriam, já que a relação em família se modificava intensamente. Apenas uma das entrevistadas destacou que o uso intensifica, já que independente disso ele é uma pessoa agressiva. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A dificuldade em denunciar os parceiros envolve diversas questões, entre elas, a dependência financeira, o medo de perder a guarda dos filhos, a necessidade de proteção, o medo, a fragilidade, a importância de manter o casamento, a esperança de mudanças, o carinho reconhecido quando o parceiro não faz uso de substância psicoativa, entre outros. As entrevistadas também se reconhecem como parte desse ciclo vicioso, já que muitas vezes se mantem nessa posição de inferioridade e não conseguem sair desse lugar. Diante desse trabalho vê-se a necessidade de um maior acolhimento e suporte as vítimas, a fim de acolher a demanda, esclarecer direitos, trabalhar com essas famílias e auxiliar as mulheres a saírem dessa posição de submissão e trabalhar mitos construídos acerca da mulher. **BIBLIOGRAFIA:** [1] PAIXÃO, G. P. N. **Violência conjugal:** compreendendo o fenômeno a partir do discurso feminino. Salvador, BA, 2013.

Área do Conhecimento (CNPq): 7.07.00.00-1 – Psicologia

Camila Marques Silva **DAHER** (IC – camila-daher@hotmail.com)¹, Giselle Braga de **AQUINO** (PQ)², Lenise **LANTELME**²

1. Curso de Psicologia; 2. Professor Orientador Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Infância, Publicidade, Consumismo.

APRESENTAÇÃO: A sociedade contemporânea é marcada pela presença da televisão em quase todas as residências e ambientes. O veículo de comunicação, por sua onipresença, é importante divulgador da publicidade, inclusive infantil. A existência da publicidade infantil é a prova de que a criança está inserida no mundo contemporâneo do consumo, podendo ficar vulnerável à sua prática exagerada, intitulada consumismo [1]. A criança, por estar em uma fase de desenvolvimento e não ter todos os aparatos necessários para julgar as mensagens publicitárias de forma crítica, é alvo facilmente influenciado pelo mercado, e pode exercer mudança nos hábitos de consumo da família [2], que tem o poder de compra. Considerando tais fatos, o presente estudo analisou as propagandas de um canal televisivo infantil a fim de perceber os mecanismos de persuasão utilizados para atingir a criança e sua relação com o consumismo. **DESENVOLVIMENTO:** Para a realização do estudo, utilizou-se a gravação do conteúdo de um canal infantil fechado durante cinco dias, entre os dias 10 e 14 de março de 2014, por quatro horas diárias, com o objetivo de analisar a publicidade dos intervalos comerciais. Do conteúdo, foram selecionadas 22 propagandas, que foram transcritas e analisadas qualitativamente através do recurso metodológico da análise do discurso. Em seguida, foi realizada a categorização do material, identificando os discursos que mais se repetiam nos comerciais analisados. Foram identificadas quatro categorias: na primeira, o discurso de poder e exclusão, nota-se que o produto aparece como meio de se obter poder: se a criança utilizar o serviço oferecido, estará incluída na sociedade, caso contrário, fica implícita a mensagem de que ela está excluída da sociedade. A segunda categoria identificada foi o apelo à mãe moderna, na qual esta sempre aparece como protagonista. Essas propagandas revelam a promessa do produto compensar o sentimento de falta da mãe que trabalha fora de casa e não pode estar sempre ao lado do filho. A terceira categoria se trata dos estereótipos de gênero, nos quais alguns brinquedos são retratados em propagandas onde apenas meninas estão presentes, e outros, onde só meninos participam. O discurso é de que meninas precisam comprar e gostar de brinquedos feitos “para meninas”, e vice-versa. A quarta categoria diz respeito à obtenção da felicidade e do sucesso, que seria alcançada com a compra do produto. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Percebe-se que os discursos utilizados pela publicidade infantil estimulam o consumismo, abusando da posição de vulnerabilidade da criança para implantar desejos e ideias que só poderiam ser satisfeitos através da compra. A mensagem transmitida é de felicidade, pertencimento e sucesso, o que as estimulam a se tornarem pequenas consumidoras em busca da satisfação de tais desejos. Desse modo, estimulando o consumismo, a publicidade infantil traz prejuízos e interfere no desenvolvimento infantil. Os pais, principais mediadores desta relação perigosa entre a publicidade e a criança, são os detentores do poder de compra, e também são alvos da propaganda infantil, que usa a criança para atingir os adultos de forma direta ou indireta. Desta forma, é imprescindível o desenvolvimento de estudos que destaquem a importância e o papel da intermediação dos pais nesta relação, muitas vezes nociva. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SANTOS, I. M. A cultura do consumo e a erotização na infância. *Extraprensa*, São Paulo, v.1, n.4, p.2, 2010. [2] HENRIQUES, I. V. M. Controle social e regulação da publicidade infantil: o caso da comunicação mercadológica de alimentos voltada às crianças brasileiras. *RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação Informação & Inovação em Saúde*, Rio de Janeiro, v.4, n.4, p.72-77, 2010.

Área do Conhecimento (CNPq): 7.07.00.00-1 –

Cristiane Duarte REIS (IC - rdcrisiane@gmail.com)¹; Cibelly Lúcia dos SANTOS²; Luana Ferreira dos SANTOS¹; Ellen¹ de Souza FREITAS; Isabella Cristina Procópio da SILVA¹; Sanyo Drummond PIRES (PQ)^{1,2}

1. Curso de Psicologia; 2. Curso de Administração; 1,2. Professor Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé – MG.

Palavras-Chave: call center, qualidade de vida no trabalho, instrumento de avaliação.

INTRODUÇÃO: A preocupação com a qualidade de vida tem sido crescente nas últimas décadas. De acordo com o grupo WHOCOL da Organização Mundial da Saúde entende-se como qualidade de vida a percepção do indivíduo de seu posicionamento na vida, no meio social, cultural e no sistema de valores em que vive [1]. Em se tratando de qualidade de vida no trabalho muitos estudos tem sido realizados com o objetivo de diminuir problemas relacionados aos grandes esforços nas atividades laborais e abranger os aspectos físicos, psicológicos, sociais, pessoais e profissionais buscando garantir uma melhor qualidade de vida para os trabalhadores [1]. O objetivo do presente estudo é verificar como está a qualidade de vida no trabalho das profissionais de Call Center de uma empresa privada. **MATERIAL E MÉTODOS:** O material foi coletado em um Call Center de uma empresa de grande porte. Participaram do processo 26 mulheres. Foi utilizado um instrumento de avaliação da qualidade de vida no trabalho (QWLQ – bref), originado de outro instrumento de avaliação que é o QWLQ – 78. Contendo 20 questões, o (QWLQ – bref) é dividido em 4 questões do domínio físico/saúde, 3 do domínio psicológico, 4 do domínio pessoal e 9 do domínio profissional apresentando propriedades psicométricas satisfatórias e resultados fiéis ao instrumento original. As questões foram selecionadas com base na correlação com o escore global da qualidade de vida no trabalho (QVT), calculado a partir da média aritmética simples dos escores dos quatro domínios presentes no instrumento [2].

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Após a aplicação dos questionários, para a tabulação dos dados, foi utilizado uma ferramenta para o cálculo automático dos dados no *software Microsoft Excel for Windows*. Para a classificação dos resultados, foi utilizada a mesma escala de classificação em níveis proposta por Cheremeta [3] no QWLQ -78, sendo os índices de 0 a 22,5 muito insatisfatório, o índice de 22,5 a 45 insatisfatório, o índice 45 a 55 neutro, o índice 55 a 77,5 satisfatório e o índice 77,5 a 100 muito satisfatório. Foi verificado que no domínio físico/saúde o resultado foi de 71,88. No domínio psicológico o resultado foi de 64,10%. No domínio pessoal o resultado foi de 75% e no domínio profissional o resultado foi de 67,63%. **CONCLUSÕES:** Os domínios avaliados na qualidade de vida no trabalho das atendentes apresentou um nível satisfatório. Logo, demonstra estar superando os problemas comuns mencionados em outros estudos, como trabalhadores alienados, altamente insatisfeitos e consequentemente doentes físico e psicologicamente [4, 5]. É necessário que seja realizado mais pesquisas a fim de identificar outros aspectos que estão associados ao nível de satisfação. **BIBLIOGRAFIA:** [1] FLECK, M. P. A. **A avaliação de qualidade de vida:** guia para profissionais da saúde, Porto Alegre: Artmed, 2008. [2] REIS, J. D. R. **Qualidade de vida no trabalho:** construção e validação do questionário QWLQ – 78. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2008. [3] CHEREMETA, M.; PEDROSO, B.; PILATTI, L. A.; KOVALESKI, J. L. **Construção da versão abreviada do QWLQ – 78:** um instrumento de avaliação da qualidade de vida no trabalho. Ponta Grossa, v. 03, n.01, p. 01 – 15, jan. – jul. 2011. [4] GOMES, A.B.J.; CARVALHO, R. A. A. **O trabalho de teleatendimento e as expressões subjetivas de suas contradições na saúde dos trabalhadores.** Belo Horizonte, v.19, n.2, p.65-77, mai./ago.2010. [5] CORDEIRO, B. K. **O trabalho em Call center:** a saúde do trabalhador e sua relação com a atividade. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense, 2011.

Área do Conhecimento (CNPq): 7.07.00.00-1 – Psicologia

Área do Conhecimento (CNPq): 4.00.00.00-1 - Ciências da Saúde

Eliza de Oliveira MACEDO (IC– elizamacedo18@gmail.com)¹, Vinicius R. de ALMEIDA (IC)¹, Eloá P. FURTADO (IC)¹, Vanessa SOUZA (IC)¹, Giselle Braga de AQUINO (PQ)², Luciana Xavier SENRA (PQ)²

1. Curso de Psicologia; 2. Professor Orientador Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé – MG

Palavras-chave: Unidade de Pronto Atendimento, psicologia, câncer.

INTRODUÇÃO: O adoecimento por doença crônica traz diversas complicações para a vida das pessoas e quando se trata do câncer, essa condição se intensifica. Os procedimentos invasivos e a evolução da doença fazem surgir uma gama de sentimentos. Assim, este estudo tem como objetivos apresentar as contribuições da assistência psicológica aos pacientes e familiares na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de um hospital oncológico, apontar quantos pacientes foram encaminhados para o serviço de psicologia ambulatorial e identificar quais os aspectos emocionais mais frequentes de pacientes e acompanhantes. **DESENVOLVIMENTO:** Esta pesquisa foi realizada a partir de um projeto vinculado a FAMINAS e a UPA oncológica, no período de março a abril de 2014. Foram realizados 20 atendimentos, sendo 14 pacientes e 6 acompanhantes que estavam em observação há 24 horas na UPA. Os dados foram coletados por meio de uma ficha de triagem psicológica do setor de Psicologia e um roteiro semiestruturado. Para a análise dos dados, foi utilizada como metodologia de pesquisa qualitativa a Análise de Conteúdo de Bardin [1]. Esta análise foi realizada a partir de uma leitura fluente inicial do conteúdo do material de triagem coletado. Por meio desta leitura, foi possível traçar dois eixos principais de análise, sendo eles: eixo (a) atendimento ao paciente e eixo (b) atendimento ao acompanhante, seguidos de suas categorias, a percepção da doença, o comportamento e a emoção externalizadas pelos participantes. No eixo (a), dos quatorze pacientes, doze tinham adequado conhecimento do estado clínico, mantendo postura ativa diante do tratamento. As emoções e sentimentos variavam, como choque e desespero diante do diagnóstico, medo da morte, angústia, desânimo, dor, sofrimento, felicidade com a melhora da saúde, tranquilidade, esperança, entre outros. Alguns comportamentos ficaram visíveis, como mudanças para hábitos de vida mais saudáveis, reações de ajustamento e enfrentamento diante da doença, conformação e aceitação. Somente um paciente apresentou negação diante da doença, se recusando a aceitar o diagnóstico e o tratamento que necessitava, fator que fez com que ele fosse encaminhado para atendimento psicológico ambulatorial. Já no eixo (b), representado pelos seis acompanhantes, todos tinham conhecimento do estado clínico dos pacientes e ofereciam apoio adequado; expunham a dor de vê-los doentes e a dificuldade de lidar com o possível luto pela perda do ente querido. Relatavam tristeza, episódios de choro, retraimento, angústia e o grande impacto emocional que é ter um ente com câncer. A psicologia, com sua escuta clínica, contribuiu para que os participantes pudessem expor seus sentimentos, de forma a aliviar a tensão, ansiedade e medo. Dos 20 atendimentos realizados, em cinco atendimentos foi constatada a necessidade de acompanhamento psicológico ambulatorial, sendo quatro pacientes e um acompanhante, objetivando a melhora da qualidade de vida daqueles que sofrem com o câncer. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Fica claro que a participação dos psicólogos no ambiente hospitalar é fundamental, pois sua atuação não gira somente em torno do sofrimento, mas também na promoção da qualidade de vida, contribuindo para uma maior compreensão da situação do paciente e da família e intervindo para minimizar o sofrimento decorrente de uma desestruturação abrupta ou desequilíbrio do estado clínico do paciente, que acontece muito em casos de doenças como o câncer. A produção científica nessa área deve ser estimulada, pois poucos ou quase nenhum artigo são encontrados sobre a atuação da psicologia no pronto atendimento de hospital oncológico. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

Área do Conhecimento (CNPq): 7.07.00.00-1 - Psicologia

Geisiane de Paiva **TEIXEIRA** (IC – geisyaneteixeira@hotmail.com)¹, Thais Alves da **SILVA** (IC)¹, Vanessa Macedo de **SOUZA** (IC)¹, Daniela da Silva **PEDROSA** (IC)¹, Naiara Aparecida de **LAIA** (IC)¹, Ana Lúcia **CONTINO** (PQ)²

1. Curso de Psicologia; 2. Professor Orientador
Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé – MG

Palavras-chave: Morte, luto, elaboração do luto.

INTRODUÇÃO: “Do ponto de vista físico, a morte ocorre quando cessa a vida de um indivíduo, seja por causas naturais (senilidade), seja por motivos acidentais ou causas externas (doenças)” [1]. A morte enquanto perda da pessoa amada revela sentimentos profundos e intensos que faz com que o homem tenha dificuldades em aceita-la como um processo natural e assim surge o luto, caracterizado como um processo de elaboração e transformação que atinge os indivíduos, desestruturando-os pela falta [2]. Observa-se uma série de reações somáticas e psíquicas no homem que o faz adaptar-se ao ambiente e restabelecer o equilíbrio alterado, quando isso acontece sem deformar a realidade, fala-se em luto normal. Mas se há alterações no processo de juízo da realidade, então o luto torna-se patológico [1]. Foi realizada uma pesquisa no ano de 2014, na faculdade de Minas em Muriaé com o objetivo de avaliar os sentimentos dos estudantes frente as vivências relativas a morte de um ente querido e identificar o tipo de luto que eles vivenciaram.

MATERIAL E MÉTODOS: A pesquisa de campo foi desenvolvida na Faculdade de Minas- FAMINAS da cidade de Muriaé (MG), trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa. A amostra constituiu-se de 25 estudantes do curso de Psicologia, com idades variando entre 20 a 52 anos, sendo 96% (N=24) do sexo feminino e 4% (N=1) do sexo masculino. A fim de obter dados para verificar as experiências relativas à morte foi realizado um questionário estruturado e posteriormente a análise de dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Do total de 25 indivíduos que concordaram em participar desse estudo, 72% pessoas relataram a doença como a principal causadora da morte e 28% morte inesperada, sendo 44% a perda dos avôs, 20% dos pais, 20% dos tios, 4% irmãos e 12% outros. Os participantes apresentaram em sua maioria a elaboração de um luto saudável 84%, seguido de luto adiado 8%, luto estendido 4% e luto patológico 4%. Segundo os dados coletados 40% das mortes ocorreram a menos de um ano, 12% de um a dois anos, 12% de dois a três anos, 16% de três a quatro anos e 20% a mais de cinco anos. A maior porcentagem obtida em relação à reação no recebimento da notícia foi de 24% para a negação, 20% desespero, 16% tristeza, 12% aceitação, 12% isolamento e 16% outros. Do total, somente 4% relataram mudanças na vida social, 8% na rotina acadêmica, 12% humor deprimido, 28% deixaram de frequentar lugares que causam lembranças, 28% que não ocorreram mudanças e 20% outros. No que se refere à integridade física 56% apontaram riscos e quanto à idéia de acabar com a própria vida 8%. Por fim, a respeito das possíveis estratégias de enfrentamento 60% indicaram o apoio familiar, 16% a religião, 8% apoio psicológico e 16% outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Pela presente pesquisa acredita-se que a maioria dos participantes apesar das perdas recentes conseguiram se adaptar a realidade sem muitas dificuldades, o que revela um luto saudável. Já o luto patológico corresponde a pequena parcela dos entrevistados que apresentaram complicações no processo de elaboração. Assim, o luto patológico pode ser relacionado ao período de duração do luto, que se for de forma muito prolongada pode vim a prejudicar a integridade física do sujeito. Os sentimentos apresentados são equivalentes a revisão bibliográfica, ambos demonstram uma elaboração normal. Ademais, as principais estratégias de enfrentamento são apoio familiar e crenças religiosas. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SANTOS, J. A. dos.

Psicodrama: uma intervenção na elaboração do luto. Goiânia 2008, monografia (especialização em psicodrama terapêutico) - Sociedade Goiana de Psicodrama, Universidade católica de Goiás. [2] BROMBERG, M. H. P. F. **A psicoterapia em situações de perdas e luto.** São Paulo: Ed. Livro Pleno, 2000.

Área do Conhecimento CNPq 7.07.00.00-1 – Psicologia

Isabella Cristina Procópio da **SILVA** (IC– isabella.procopio@hotmail.com)¹, Cristiane Duarte **REIS** (IC)¹, Luana Ferreira **SANTOS** (IC)¹, Ellen Souza **FREITAS** (IC)¹, Mateus Souza **SILVA** (IC)¹ e Lara Brum de **CALAIS** (PQ)²

1-Curso de Psicologia; 2. Professor Orientador
Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé-MG

Palavras-chave: Bolsa Família; pobreza; transferência de renda.

APRESENTAÇÃO: O Programa Bolsa Família tornou-se uma das principais estratégias de combate à pobreza no Brasil e beneficia hoje cerca de 14 milhões de famílias em todo o país [1]. Todavia, ele ainda apresenta uma série de limitações, as quais pretendem ser discutidas neste estudo. Por meio de pesquisas bibliográficas e da análise de entrevistas realizadas com quatro beneficiárias de um município da zona da mata mineira, procurou-se investigar a percepção e a posição dos sujeitos em relação ao Bolsa Família e seus impactos sobre a vida dos beneficiários.

DESENVOLVIMENTO: Nancy Fraser, ao falar sobre a redistribuição de renda, propõe uma relação de sustentação mútua entre igualdade social e reconhecimento cultural [2]. O Brasil possui um alto grau de concentração de renda por uma parcela mínima da população, enquanto a massa da população em situação de pobreza tem dificuldades de acessar os bens e serviços públicos [3]. Os programas de garantia de renda mínima surgem teoricamente como uma proposta de reverter esse cenário e garantir que as políticas sociais atinjam seu público alvo. Entre as famílias informantes da pesquisa, um fator relevante é a pouca escolaridade dos adultos, principalmente entre os homens. O fator mais frequentemente apontado como decisivo para o abandono dos estudos foi a dificuldade de acesso à escola e em segundo lugar, a responsabilidade com família e filhos. Sobre a escolaridade das crianças, há defasagem quando comparamos a idade atual e a série em que estão matriculadas. Entre oito meninas e meninos em idade escolar, sete estão com uma defasagem de um a quatro anos, o que sugere que, apesar de mantê-los na escola, o Bolsa Família não garante a qualidade e o acompanhamento da educação. O trabalho informal caracteriza as atividades dos adultos, os homens estão todos desempregados e trabalham fazendo “bicos”, recebendo a dia. Entre as mulheres a principal ocupação é o serviço doméstico, sem carteira assinada. O trabalho na lavoura de café foi citado em todas as entrevistas. Não foi eleito um item específico para destinação do benefício, contudo, o gasto com a alimentação básica foi muito citado. Nota-se uma preocupação em direcioná-lo para o suprimento das necessidades das crianças, na compra de material escolar, roupas e calçados. Não há uma percepção clara de direitos entre as entrevistadas, a maioria diz que o programa é “uma ajuda do governo”. A palavra *ajuda* marca a fala das beneficiárias em vários momentos, o que sugere uma concepção de favor do governo. As mulheres são as responsáveis pelo recebimento e administração do benefício, segundo elas a preferência pela mulher na titularidade do cartão está relacionada ao fato delas conhecerem melhor as necessidades da casa. Nenhuma das famílias vive somente do valor repassado pelo programa, embora a soma total dos seus rendimentos seja extremamente baixa e a bolsa constitua-se na principal renda familiar. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Considerando a situação de extrema pobreza em que vivem, o valor repassado às famílias é insuficiente para promover a autonomia social e financeira destas, apesar de assegurar a satisfação das necessidades básicas. Aponta-se para a necessidade do desenvolvimento de políticas que configurem-se como porta de saída do programa. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Dez anos de Bolsa Família.** Disponível: <http://bolsafamilia10anos.mds.gov.br/infograficos>. Acesso: 08 mar. 2014. [2] FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de campo.** São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006. [3] SENNA, M. C. M.; MONNERAT, G. L.; SCHOTTZ, V.; MAGALHÃES, R. Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira?. **Revista Katálysis**, v. 10, n. 1, p. 86-94, 2007.

Área do Conhecimento (CNPq): 7.07.00.00-1 – Psicologia

Jaqueline dos Santos **OLIVEIRA** (IC – jaqueoliveiraps@gmail.com)¹, Dayane Lopes **BARBOSA** (IC)¹, Pâmela Ventura da **COSTA** (IC)¹, Amanda Santana **SALLES**(IC)¹, Fabrícia Creton **NERY** (PQ)²

1-Curso de Psicologia; 2. Professora Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: depressão, asilamento, idoso.

INTRODUÇÃO: A literatura preconiza analisar o nível de depressão e as conseqüências do asilamento em um grupo de idosos, frente ao reconhecimento clínico da depressão do idoso e suas controvérsias em relação ao diagnóstico com foco nesta fase da vida pelo fato de estarem mais nocivos a influências de sentimentos de solidão, abandono, perda da autoestima, limitações físicas e a sensação de inutilidade diante da família e da sociedade, tornando-se o problema psicológico mais comum no idoso [1]. Inserido neste contexto, o presente trabalho aborda a experiência de um Projeto de Extensão vinculado à FAMINAS, cujo objetivo foi minimizar as conseqüências do asilamento em casos de depressão. **MATERIAL E MÉTODOS:** Para a efetivação do projeto, de março a maio de 2014, foram realizadas atividades no formato de oficinas, com um grupo de idosos asilados em uma instituição localizada em Cataguases-MG, tendo como recurso metodológico a acompanhamento-intervenção. Foram realizados 19 encontros, com duração média de 4 horas. Foi feita uma coleta dos dados através da aplicação da Escala de Depressão Geriátrica (GDS). Esta escala foi aplicada com o objetivo de se obter uma avaliação inicial da Depressão no grupo de idosos asilados (antes das intervenções). Ela foi aplicada em 33 idosos, sendo que, 12 souberam informar sua idade exata, apenas 5 souberam informar o tempo de asilamento, os outros não souberam informar, tendo este dado não confirmado pela instituição, dentre estes: 1 apresentou dificuldade na fala, 1 deficiência auditiva severa, o que o impossibilitou de escutar e compreender as perguntas e 3 apresentaram déficit cognitivo. Dentre os que responderam: Quatro pessoas obtiveram nota 5, três nota 6, sete nota 7, dois nota 8, três nota 9, três nota 10, dois 11 e quatro nota 14, o que representa que a maioria obteve valores altos no instrumento, que aponta um nível alto de depressão. De acordo com o resultado pode-se considerar que os idosos recentemente asilados demonstravam um quadro de desespero maior enquanto os que cujo tempo de asilamento era maior, demonstravam desesperança e tédio exacerbados. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Durante os encontros, foram utilizadas dinâmicas de grupo e atividades que partiam do cognitivo para o físico, exercícios que se tornaram indispensáveis, pois estimulando os idosos a exercitarem partes de seus corpos, eles conseguem recuperar certos movimentos, o que causa um reflexo no âmbito psíquico, aumentando assim a autoestima. Foi promovida uma mudança na rotina dos idosos, os motivando a fazer atividades que se aprecia, eliminar ou minimizar conseqüências angustiantes de atos propostos. Algo precisa ser feito para tornar mais agradável o estar do idoso em asilos. "Usualmente a velhice significa mudança quando a onde e como vivemos"[2]. Notou-se após o acompanhamento psicológico dentro da instituição, um aumento da melhora do estado emocional, diminuindo o isolamento e colaborando para uma maior integração entre esses idosos assistidos pelo projeto. A melhora em relação ao estado emocional dos asilados após os encontros foi notória, assim como também ficou notório a necessidade de um acompanhamento profissional psicológico constante. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Embora estando em um local aqui caracterizado como uma instituição asilar trata-se de um ambiente que sofrendo algumas alterações em sua estrutura e disciplina no tratamento poderá ampliar esta qualidade de vida dos idosos frente aos desafios da depressão. **BIBLIOGRAFIA:** [1] COUTINHO, Maria da Penha de Lima, Bernard; Araújo, Ludgleydson Fernandes de Araújo; SÁ, Roseane Christina da Nov. Depressão, um sofrimento sem fronteira: representações sociais entre crianças e idosos. **Psico-USF**, v.8,n.2,p. 183-192, jul./dez. 2003.[2] Skinner, B. F.; Vaughan, M.E. **Viva Bem A Velhice:** Aprendendo a Programar a Sua Vida. São Paulo: Summus Editorial, 1983.

Área do Conhecimento (CNPq): 7.07.00.00-1 - Psicologia.

Kalícia Ingrid de Lacerda **RABELO** (IC – kah.rabelo@yahoo.com.br)¹, Marina de Oliveira **REIS** (IC)¹, Laís de Oliveira **COMINI** (IC)¹, Dayane Ribeiro **SERAFIM** (IC)¹, Harry Brandão **FERREIRA** (IC)², Giselle Braga de **AQUINO**(PQ)³

1. Curso de Psicologia; 2. Curso de Direito; 3. Professor Orientador Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé – MG

Palavras-Chave: Psicomotricidade, Contribuições, Desenvolvimento Infantil.

APRESENTAÇÃO: A Psicomotricidade foi introduzida nas escolas como um recurso psicopedagógico, visando eliminar distúrbios e preencher lacunas no desenvolvimento de crianças excepcionais [1]. Com o passar do tempo, a educação psicomotora, até então autoritária, passou a dar lugar à expressão da criança, enriquecendo a escola em seu processo de construir um novo sujeito para um novo mundo [1]. Diante disso, a educação psicomotora deve ser praticada desde a mais tenra idade, pois assim, permite prevenir inaptações difíceis de serem corrigidas quando já instaladas [2]. A Associação Brasileira de Psicomotricidade conceitua o termo como uma ciência que estuda o homem através do seu movimento nas suas diversas relações, tendo como objeto de estudo o corpo e a sua expressão dinâmica [3]. Nesse trabalho pretende-se mostrar a relevância da Psicomotricidade e suas contribuições para o desenvolvimento infantil. **DESENVOLVIMENTO:** O método de pesquisa foi a pesquisa observacional, que consiste em colher informações sobre um fenômeno observando diretamente as pessoas, a fim de realizar uma análise [4] para posteriormente se estruturar uma intervenção. Entre os meses de agosto a novembro de 2012 foi desenvolvido em uma escola pública do município de Miradouro o projeto de extensão "Trabalhando a questão da Psicomotricidade com crianças", vinculado à Faminas, com a participação de 18 crianças entre 6 e 7 anos de idade. Primeiramente, observaram-se as crianças e realizaram-se registros das impressões sobre elas, a fim de conhecê-las melhor. A partir dessa percepção realizaram-se intervenções através de diversas atividades, de duração variada, com encontros semanais, tais como brincadeiras, oficinas de música, de pintura, de recorte, colagem e de contação de histórias. O objetivo foi trabalhar a coordenação motora, a noção corporal, a socialização e a questão de valores, facilitando assim, o processo de aprendizagem e contribuindo para a formação de identidade e conquista de autonomia intelectual e afetiva das crianças. De maneira geral, observou-se que uma parte significativa das crianças apresentou certa dificuldade em realizar as atividades propostas, principalmente aquelas que envolviam noção de corpo e coordenação motora. No entanto, isso não pode ser considerado algo comprometedor ao desenvolvimento das mesmas, uma vez que todas elas encontram-se dentro da faixa etária de desenvolvimento de tais habilidades psicomotoras. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Através das observações feitas a partir do desenvolvimento do projeto percebe-se a relevância da Psicomotricidade para o desenvolvimento infantil, bem como a necessidade de se realizar propostas como essa, uma vez que a abordagem psicomotora permite a compreensão da maneira pela qual a criança toma consciência do seu corpo e das possibilidades de se expressar por meio dele, fatores indispensáveis para o seu desenvolvimento motor, afetivo e psicológico [5]. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SANTOS, E. L. S.; CAVALARI, N. **Psicomotricidade e educação infantil.** Caderno Multidisciplinar de Pós-Graduação da UCP, Pitanga, 1(3), 149-163, 2010. [2] LE BOULCHE, J. **O desenvolvimento psicomotor:** do nascimento aos 6 anos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982. [3] ABP - Associação Brasileira de Psicomotricidade. **A psicomotricidade.** 1980. Disponível em <http://www.psicomotricidade.com.br>. Acesso: 13. out. 2012. [4] MOURA, M. L. S.; FERREIRA, M. C. **Projetos de pesquisa:** elaboração, redação e apresentação. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2005. [5] CASTRO, C. B.; et al. **Psicomotricidade na educação infantil.** Monografia de Licenciatura em Educação Física, Universidade Estadual de Goiás, Caldas Novas, Brasil, 2011.

Área do Conhecimento (CNPq): 7.07.00.00-1 – Psicologia

ENVELHECER NÃO É MORRER: QUALIDADE DE VIDA NA TERCEIRA IDADE

Layra Ferreira ALMEIDA (layra.falmeida@gmail.com), Lenice Aparecida de OLIVEIRA, Juliana Braga FALCAO Joice Hellen da SILVA, Camila Cavalcanti PORTES, Lara Brum de CALAIS

1. Curso de Psicologia Faculdade Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Idoso, envelhecimento, asilo

APRESENTAÇÃO: Objetiva-se com este projeto estimular o autocuidado e a auto-percepção de cada idoso e promover também o relacionamento interpessoal destes, otimizando sua postura social juntamente com os funcionários. Identificar as demandas e limitações cognitivas dos idosos; Promover de acordo com o contexto no qual está inserido, o fortalecimento da autoestima; Potencializar o idoso que se encontra inativo, resgatando o seu potencial na sociedade, transformando sua vida; Observar as questões institucionais que refletem no cotidiano dos internos e nas relações sociais; Realizar propostas e sugestões para o aumento da qualidade da relação entre os idosos e os funcionários. A intervenção foi realizada por meio de um Projeto de Extensão vinculado à FAMINAS. O envelhecimento é uma fase da vida caracterizada e estigmatizada devido ao declínio das funções fisiológicas, tais como diminuição gradativa da coordenação motora e sensorial, dos processos cognitivos, memória, agilidade no raciocínio, atenção e outros. Proveniente a estes fatos a velhice é estereotipada como o caminho para a morte[2]. Assim o relacionamento interpessoal fica em “prejuízo”, pois a sociedade se esquece desses idosos e a própria dinâmica asilar, acabam implicitamente impondo um comodismo conformista a essas pessoas. **DESENVOLVIMENTO:** Para o desenvolvimento da proposta, foram realizadas atividades aos finais de semana, utilizando dinâmica de grupos, arte-terapia (pintura, músicas, dança...) no intuito de promover o relacionamento interpessoal, com um grupo de 44 idosos, da Casa de Assistência aos Idosos Lédia Tanus Braz, sendo 29 do sexo feminino e 19 do sexo masculino. Uma ação bem sucedida é aquela que é reforçada. Desta forma temos o propósito de utilizar sempre a música e os jogos, como reforçadores, para estimular a socialização mais participativa dos idosos dentro da instituição, reduzindo a sensação de exclusão e isolamento[1]. No grupo foram abordadas temáticas como: construir uma ponte de aproximação entre idosos e funcionários, reaproximá-los e socializá-los através de músicas de acordo com a preferência musical de cada um. Aos domingos foram realizadas arte-terapias, onde foi utilizado, giz de cera, lápis de cor, folhas de papel, entre outros. O intuito desta atividade era estimulá-los tanto nos aspectos cognitivos, referentes à inteligência, à memória, à percepção de cores e de formas, bem como estimular que extravasassem os seus sentimentos, deixassem fluir os seus pensamentos, mostrassem a sua personalidade e, desta forma, se sentissem mais felizes e com maior consciência emocional e auto-percepção. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Com o desenvolvimento do projeto foi possível perceber que um dos maiores desafios fora o de compreender o porquê dos idosos estarem no convívio asilar. Ressaltamos que todas as atividades desenvolvidas no asilo foram aplicadas com o intuito de romper com a rotina monótona que os induz a uma conduta totalmente desinteressante, artificial e que não propicia a interação nem zela pela manutenção da saúde mental e do lazer. Tal rotina maçante, que tentamos diversificar e alegrar, acaba por dificultar toda e qualquer demonstração de afeto por parte dos mesmos e atrapalha o estabelecimento do vínculo social e afetivo dentro do ambiente asilar. Percebe-se, sobretudo a necessidade de oferecer-lhes entretenimento e diversão dentro do asilo, posto que estes idosos careçam, principalmente, de uma vivência alegre, pois por mais que um familiar visite o idoso frequentemente, aquele será o seu lar definitivo. Por isso, então, verifica-se a maior necessidade de se criar uma vivência positiva e produtiva dentro do ambiente no qual estão inseridos. **BIBLIOGRAFIA:** BAUM, William M. Teoria da Evolução e Reforço. In: **Compreender o Behaviorismo**. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2005.

PAPALIA, D. E.; OLDS, Sally Wendkos. **Desenvolvimento Humano**. 7ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2000

Área do Conhecimento (CNPq): 7.07.00.00-1 – Psicologia

CONSCIENTIZAÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA: EXPERIÊNCIA DE INTERVENÇÃO JUNTO AOS JOVENS DO CONDOMÍNIO NOVA MURIAÉ.

Maira Ribeiro de SOUZA (IC – mairarsouza@yahoo.com.br)¹, Cássia Ribeiro de SOUZA (IC)¹, Bianca Garbelini JABOUR (IC)¹, Haydê Cecília Thureler SECUNHO (IC)¹, Lara Brum de CALAIS (PQ)²

1. Curso de Psicologia; 2. Professora Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Psicologia Comunitária, Juventude, Violência.

APRESENTAÇÃO: Os homicídios representam hoje a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil e afetam especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores de comunidades periféricas. Em resposta a esse desafio, o Governo Federal lançou em 2013 o Plano Juventude Viva como uma proposta que visa contribuir para a prevenção e enfrentamento da violência juvenil problematizando a sua banalização e a necessidade de promoção dos direitos da juventude [1]. Inserido neste contexto, o presente trabalho aborda a experiência de Estágio em Clínica Ampliada vinculado à FAMINAS em parceria com a Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude de Muriaé para o desenvolvimento de ações pautadas nas diretrizes do Plano Juventude Viva, visando contribuir para a prevenção e enfrentamento da violência junto aos jovens do condomínio Nova Muriaé. O estágio teve como objetivo trabalhar o empoderamento e protagonismo dos jovens e fomentar a participação juvenil para que os mesmos possam atuar como sujeitos transformadores de suas realidades. **DESENVOLVIMENTO:** Para a efetivação do estágio, desenvolvido durante o primeiro semestre de 2014, foram realizadas atividades no formato de oficinas temáticas, atividades esportivas e culturais, com jovens, em sua maioria, negros do sexo masculino com idade entre 15 e 19 anos moradores de um Condomínio planejado e ocupado por residências financiadas pelo programa “Minha Casa Minha Vida”, do governo federal, na cidade de Muriaé-MG. Tal comunidade assume características importantes para o trabalho sobre a violência juvenil, já que se configura como um território marcado por um movimento de exclusão social, altos índices de violência envolvendo jovens, uso de drogas, do tráfico de drogas bem como a presença de outras vulnerabilidades sociais relevantes. Utilizou-se como delineamento metodológico a pesquisa intervenção e como orientação teórica a Psicologia Comunitária. No total foram realizados 18 encontros, com duração de 2 horas, onde se trabalhou temas como relações sociais, relação com o território, discriminação, violência, participação social, entre outras temáticas. O estágio constituiu-se como um espaço de escuta dos jovens, buscando dar voz aqueles que muitas vezes tem seu discurso negligenciado e silenciado pela sociedade, principalmente no contexto das políticas públicas. Nesse sentido, a principal ferramenta de intervenção utilizada foi a conscientização, possibilitando além da emergência de uma condição de escuta atenta e cuidadosa, a problematização crítica das questões vivenciadas pelos jovens. Priorizou-se a participação ativa e dinâmica dos jovens na escolha dos temas e das atividades bem como na realização das mesmas, pois acredita-se que estes têm papel fundamental na construção e transformação de sua realidade. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Através do estágio pôde-se perceber a importância de se levar em consideração as especificidades e demandas próprias dos jovens e de seu território na elaboração e execução de uma intervenção, para que as ações façam sentido e sejam de fato efetivas. Viu-se que quando valorizados por meio de atividades que considerem sua realidade, os jovens participam ativamente e têm opiniões relevantes sobre assuntos pertinentes à sua realidade. Através da experiência vivenciada, foi possível perceber o potencial conscientização e enfrentamento à violência contribuindo para reflexão crítica dos jovens em relação a sua realidade. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Secretaria Nacional de Juventude. **Plano juventude viva**. Brasília, 2013.

Área do Conhecimento (CNPq): 7.07.00.00-1 - Psicologia.

SÍNDROME DE ALIENAÇÃO PARENTAL E SUA PRINCIPAL VÍTIMA

Natalia Aparecida **AGUIAR** (IC– nataliaaguaiaralves@gmail.com)¹, Tiago Nunes **SOUZA** (IC)¹, e Orientador **Sanyo Drummond PIRES**

1. Curso de Psicologia; 2. Aluno
Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé-MG

Palavras-chave: Síndrome de Alienação Parental.

APRESENTAÇÃO: Tema de grande importância e merecedor de nossa total atenção é a Síndrome de Alienação Parental, um fenômeno freqüente na sociedade atual que se caracteriza por um elevado número de separações e divórcios. Ela costuma ser desencadeada nos movimentos de separação ou divórcio do casal. O presente trabalho tem o objetivo de demonstrar a que a principal vítima de todo esse cenário e a própria criança.

DESENVOLVIMENTO: Antes de qualquer coisa, é necessário analisarmos o conceito de alienação parental. Nesse contexto, podemos defini-la como “*um transtorno psicológico que se caracteriza por um conjunto de sintomas pelos quais um genitor, denominado cônjuge alienador, transforma a consciência de seus filhos, mediante diferentes formas e estratégias de atuação, com o objetivo de impedir, obstaculizar ou destruir seus vínculos com o outro genitor, denominado cônjuge alienado, sem que existam motivos reais que justifiquem essa condição*” (DIAS, Maria Berenice. *Incesto e Alienação Parental*. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, p. 22). Como a criança é levada a odiar o outro genitor, ela acaba perdendo um vínculo muito forte com uma pessoa na qual é importante para a sua vida, com conseqüências para si e também para o pai vítima. O genitor alienado acabará se torna alguém estranho para a vida de criança, podendo desenvolver diversos sintomas e transtornos psiquiátricos. Sem tratamento adequado, ela pode produzir seqüelas que são capazes de perdurar para o resto da vida, implicando comportamentos abusivos contra a criança, instaura vínculos patológicos, promove vivências contraditórias da relação entre pai e mãe e cria imagens distorcidas das figuras paterna e materna, gerando um olhar destruidor e maligno sobre as relações amorosas em geral. A criança pode sofrer efeitos prejudiciais que variam de acordo com sua idade, características de sua personalidade, tipo de vínculo anteriormente estabelecido e com sua capacidade de resiliência, além de inúmeros outros fatores, que podem se manifestar sob a forma de ansiedade, medo e insegurança, isolamento, tristeza e depressão, comportamento hostil, falta de organização, dificuldades escolares, baixa tolerância a frustração, irritabilidade, enurese, transtorno de identidade ou de imagem, sentimento de desespero, culpa, dupla personalidade, inclinação ao álcool e as drogas, e, em casos mais extremos, idéias ou comportamentos suicidas. Esses abusos emocionais e psicológicos podem passar de geração a geração, ou seja, quando o menor chegar na fase adulta, poderá padecer de um grave complexo de culpa, por ter sido fruto de uma injustiça, e o genitor alienante, papel de principal e único modelo para a criança, poderá fazer que no futuro ela repita o mesmo comportamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Por essas razões, a Síndrome de Alienação Parental constitui em uma grave forma de maltrato e abuso contra a própria criança, que se encontra especialmente fragilizada por estar vivendo um conflito que envolve a figura de seus próprios pais e que, no final das contas, e a principal vítima desse cenário.

BIBLIOGRAFIA: [1] DIAS, Maria Berenice. *Incesto e Alienação Parental*. 2 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010. [2] TRINDADE, Jorge. *Manual de psicologia jurídica para os operadores do direito*. 4. Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

Área do conhecimento (CNPq):6.01.00.00-1 – Psicologia

ANÁLISE DO NÍVEL DE ATENÇÃO DOS INICIANTES NO PROCESSO DE HABILITAÇÃO DA CNH CATEGORIA “B”

Priscilla Lima **BARBOSA** (IC- furtadoprisilla@hotmail.com)¹, Alcides Tadeu de **Oliveira JUNIOR** (IC)², Sanyo Drummond **PIRES**(PQ)³

1. Psicologia 2. Sistemas de Informação 3. Professor
Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé –MG

Palavras-chave: Psicologia do Trânsito, Atenção, Avaliação psicológica.

INTRODUÇÃO: No Brasil é notável o crescente número de acidentes no trânsito por fatores múltiplos e sendo a desatenção um dos principais [1]. A psicologia do trânsito junto com os órgãos competentes vem tentando solucionar tais questões. A atenção tem um importante papel na ação de dirigir, levando o sujeito a responder e utilizar seus recursos cognitivos para emitir respostas rápidas por isso está tornou-se um dos pré-requisitos para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação [2]. Este trabalho tem por objetivo realizar o levantamento de dados de acordo com o teste de Atenção Concentrada (TEACO-FF). Para assim averiguar qual o nível de capacidade de atenção dos candidatos. A avaliação psicológica tem por objetivo verificar se os candidatos tem habilidade psicológica satisfatória para a condução de um veículo [4], portanto os testes têm como objetivo mitigar acidentes referentes à falta de capacidade de atenção.

MATERIAIS E MÉTODOS: Esta pesquisa avaliou os resultados presentes no banco de dados de uma clínica de avaliação psicológica credenciada pelo DETRAN sediada em Carangola do período de Janeiro a Julho de 2014, estando divididos em três faixas etárias: 18 a 25 anos, de 26 a 35 anos e os com mais de 36 anos. O teste TEACO-FF classifica o candidato em cinco níveis, sendo estes: inferior onde o candidato foi avaliado com menos de 10% de capacidade de atenção, médio inferior contendo candidatos de 11% a 30%, médio onde estão presentes que obtiveram 31% á 60%, médio superior que abriga os candidatos com 61% a 80% e superior cuja capacidade de atenção foi maior que 81% [3].

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Após análise dos resultados observou-se na faixa etária de 18 a 25 anos que 33,2% dos testes analisados se encontravam no nível médio já na classificação média superior 23,2% e superior com 31%. Quanto aos candidatos na faixa etária de 26 aos 35 anos 43,5% encontra-se na média, na média superior 30,7% e 20,7% apresenta-se na classificação superior. Os candidatos com mais de 35 anos predominantemente aparecem na média, sendo que 75% dos candidatos avaliados nesta faixa etária, na média superior encontrou-se 19,5% dos candidatos e na classificação superior 29,5%. Uma pequena parcela foi considerada inapta a prosseguir com seu processo de habilitação, sendo esta de apenas 11% os outros 89% dos candidatos pesquisados foram classificados como aptos. Esses dados demonstram que os candidatos avaliados obtiveram uma classificação no nível médio ou acima dele.

CONCLUSÃO: De acordo com os resultados encontrados os candidatos possuem capacidade de atenção que pode ser considerada satisfatória para obtenção da CNH. Percebe-se com este estudo uma diferença no nível de atenção dos candidatos, pois os homens de 18 a 25 anos sobressaem sobre as mulheres estando na classificação superior no início da vida e vai diminuindo para média durante os anos principalmente a partir dos 36 anos. Agora a mulher com 18 aos 25 anos apresenta-se na média e com o passa da idade particularmente após os 36 anos aumenta para a classificação superior, ou seja, de acordo com os candidatos avaliados os homens vão diminuindo sua capacidade de atenção concentrada de superior para média, já as mulheres aumentam da média para superior a partir do 36 anos.

BIBLIOGRAFIA: [1] ALVES, D.R.J. **Como são produzidas as lesões no trânsito**. Disponível em: http://www.abramet.com.br/conteudos/artigos/lesoes_no_transito/. Acesso em: 2 de Agosto de 2014. [2] Dalgalarrodo, P. **A atenção e suas alterações**. Em: **Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. [3] RUEDA, Fabián J. M. & SISTO, Fermio F. **Teste de Atenção Concentrada-TEACO-FF**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

Área do Conhecimento (CNPq):7.07.00.00-1 – Psicologia

Roberta Furlani do E. **SANTO** (robertafurlani@hotmail.com)¹, Tallys G. A. **BASTOS**, Simone L. **SIDNEI**, Joyce K. G. **ANDRADE**, Pollyane Andrade de Carvalho **PAIVA** (PQ)²

1. Graduanda do Curso de Psicologia; 2. Professor: Faculdade de Minas – FAMINAS - Muriaé - MG

Palavras-chaves: Competência social; síndrome de Down; inclusão social

INTRODUÇÃO: A síndrome de Down é causada pela presença de três cromossomos 21 na maior parte das células de um indivíduo. Ocorrendo desde o momento da concepção de uma criança. As pessoas com síndrome de Down, ou Trissomia do cromossomo 21, têm 47 cromossomos em suas células em vez de 46.^[1] Para que uma criança com síndrome de Down desenvolva todo o seu potencial é preciso que se inicie o quanto antes tratamentos de estimulação precoce^[2]. “O apoio educacional às crianças especiais deve iniciar-se o mais precocemente possível”^[3]. Na conferência mundial no ano de 1994 na cidade de Salamanca (Espanha) foi abordado o tema sobre a inclusão social para todos, onde discutiram e analisaram a inserção de crianças com necessidades educativas especiais, alegando que cada criança tem direitos fundamentais a educação e precisa de oportunidade^[4]. A criança com síndrome de Down tem o mesmo direito que qualquer outra criança à educação. E o contato com crianças da mesma idade pode trazer grandes benefícios, ajudando em seu desenvolvimento e testando suas capacidades e potenciais^[5]. Por isso precisam de estímulos, atenção, compreensão e proteção. Quanto melhor forem atendidas as necessidades básicas dessa criança, mais positivas serão as respostas apresentadas de adaptação, para que possam enfrentar a sociedade^[6]. **DESENVOLVIMENTO:** A avaliação sobre inclusão foi realizada na Escola Estadual Silveira Brum, em agosto de 2014, pela aluna Roberta Furlani do E. Santo, do curso de psicologia da Faminas (Faculdade de Minas) Muriaé-MG, onde a mesma teve a oportunidade de acompanhar o dia a dia escolar de crianças com síndrome de Down. O objetivo deste trabalho foi verificar como elas são integradas ao meio escolar. Esta escola realiza há anos uma proposta de inclusão. Foi utilizado um questionário qualitativo para avaliação de inclusão social, onde diretora, vice diretora e professores envolvidos com o processo relataram a importância de inserir o aluno especial ao meio sócio-escolar, como forma de desenvolvimento intelectual e psicomotor. Os alunos possuem acompanhamento com professores de apoio, por serem dependentes em suas atividades de vida diária. A escola recebe uma estrutura básica para a aprendizagem fornecida pela Secretaria de Estado de Educação, utilizando-se de computadores; brinquedos para a memória; prancha de aprendizagem; dentre outras atividades de duração variada, cujo objetivo é desenvolver as habilidades cognitivas de cada criança. Na escola possuem apenas duas crianças, cujas idades são 6 e 8 anos, matriculadas respectivamente no primeiro e segundo ano. **CONCLUSÃO:** O universo amostral caracteriza-se pequeno diante da quantidade de escolas da rede pública (municipal, estadual e federal) e particular, às quais não foram totalmente avaliadas. Os resultados demonstram que muito ainda tem que ser feito, apesar do empenho da instituição escolar, algumas carências psicopedagógicas devem ser superadas para que os resultados da inclusão sejam melhor alcançados, desde que o Estado continue-se empenhado em proporcionar uma melhor inserção do indivíduo especial à sociedade. **REFERÊNCIAS:**^[1] LÍLIA Moreira, CHARBEL, & N El-Hani, FÁBIO AF Gusmão. **A síndrome de Down e sua patogênese:** considerações sobre o determinismo genético, 2000. ^[2] GOULART, M.A & ALMEIDA. P.. **Três vivas para o bebê: Guia para mães e pais de crianças com síndrome de down.** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro e Movimento de ação e Inovação Social, 1º Ed, 32. 2013 ^[3] FONSECA, Vitor. **Programa de estimulação precoce:**s/p, 1997.^[4] UNESCO. **Declaração de Salamanca e enquadramento da ação.** IN: Conferência mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade. 47p, 1994. ^[5] COSTA, Cynthia. **Inclusão de alunos com síndrome de down.** 2013.^[6] SUNELAITIS, R. C., Arruda, D.C. & Marcom, S.S. **A repercussão de um diagnóstico de síndrome de down no cotidiano familiar:** perspectiva de mãe. In: Actual Paul Enferm, 2007

Área do Conhecimento (CNPq): 7.07.00.00-1-Psicologia

Simone L. **SIDNEI** (simone.clinica@hotmail.com)¹, Roberta Furlani do E. **SANTO**, Tallys G. Andrade **BASTOS** Loyslayny S. **SOARES**, Pollyane A. Carvalho **PAIVA** (PQ)²

1 Curso de Psicologia; 2. Professor: Faculdade Minas–FAMINAS- Muriaé - MG

Palavras-chaves: Competência social; autismo; inclusão escolar.

INTRODUÇÃO: O autismo se caracteriza por um desenvolvimento atípico na interação social e da comunicação, possui também um repertório bastante restrito de interesses e atividades. Características essas que podem levar ao isolamento da criança e de sua família^[1]. O tratamento mais eficaz do autismo de que dispomos no momento é a educação, que deve iniciar com os pais e continuar no convívio social, por isso acredita-se que a inclusão escolar pode proporcionar a essas crianças oportunidades de aprendizagem e convivências (comunicação) com outras crianças da mesma faixa etária^[2]. Foi instituída em 2012 a lei nº12.764/12 no qual estabelece para crianças autista o direito de frequentar uma escola de ensino regular e acompanhamento especializado^[3]. **Desenvolvimento:** No mês de agosto de 2014, foi feito pela graduanda de psicologia Simone Luiz Sidnei uma coleta de dados na Escola Estadual Silveira Brum em Muriaé-MG na qual se teve a oportunidade de acompanhar o dia-a-dia escolar de crianças com autismo. Esta escola se destaca por ser pioneira na cidade a trabalhar com o processo de inclusão. Em conversa com a direção da escola que confirmou o processo de inclusão no ensino regular e informou que esses alunos eram acompanhados por uma professora apoio. Com base nessa informação, foi feito um questionário cujo objetivo era verificar os seguintes dados: como se deu este processo de inclusão; quantas crianças incluídas; qual a faixa etária e se existe um método específico para se trabalhar com essas crianças. Hoje a escola conta com um total de sete alunos incluídos numa faixa etária de seis a onze anos. São acompanhados por uma professora apoio com capacitação para exercer tal acompanhamento e os alunos frequentam a mesma sala que aqueles ditos "normais" ou neurotípicos. Não há um método específico para se trabalhar com eles. Recebem os mesmos materiais e trabalham com o mesmo plano de aula, e tem apresentado um bom rendimento após a inclusão. Existe grande interesse por parte das educadoras em desenvolver um trabalho satisfatório, além disso, pode-se notar que são tratadas com muito carinho. **Conclusão:** Constatou-se que há inclusão e que esse processo se iniciou-se em 2012. Existe muito trabalho pela frente em busca de uma verdadeira inclusão, pois apesar de existir interesse da escola e dos professores, o Estado não disponibiliza materiais e formação adequados para a realização desse trabalho. O processo de inclusão precisa ser feito corretamente e adequadamente às necessidades de todos, inclusive dos não especiais.

Referências:^[1] CAMARGO. H.P. Sígilia, BOSA A. Cleonice. **Competência Social, Inclusão Escolar E Autismo:** Revisão Crítica Da Literatura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2009.^[2] COOL.C, et al. **Desenvolvimento psicológico e educação.** 2º Ed. 2004.^[3] BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo.** Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

Área do Conhecimento (CNPq): 7.07.00.00-1-Psicologia

PERSPECTIVA DA DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM NO CONTEXTO ESCOLAR.

Tallys G. Andrade **BASTOS** (IC-tallysandrade55@gmail.com)¹, Simone **SIDNEI**, Roberta **SANTO**, Kalista **FREITAS**, Pollyane A. Carvalho **PAIVA** (PQ)²

1. Curso de Psicologia; 2. Professor: Faculdade Minas–FAMINAS-Muriaé-MG

Palavras-Chaves: Dificuldade de Aprendizagem, Ambiente Social, E.O.C.A.

INTRODUÇÃO: A dificuldade de aprendizagem (DA) vem se tornando um drama dentro das instituições, a falta de conhecimento dos educadores em relação aos transtornos da aprendizagem, “rotulam” as crianças com base em seu comportamento particular dentro de sala de aula. Na Classificação Internacional de Doenças (CID10), os transtornos de aprendizagem “padrões normais de aquisição de habilidades perturbados desde os estágios iniciais do desenvolvimento. Não são simplesmente uma consequência da falta de oportunidade de aprender nem são decorrentes de qualquer forma de traumatismo ou de doença cerebral adquirida. Ao contrário, pensa-se que os transtornos originam-se de anormalidades no processo cognitivo, que derivam em grande parte de algum tipo de disfunção biológica” [1]. Muitas vezes a DA se manifesta na leitura, escrita incompleta, falta de raciocínio na aritmética, problemas estes de regulação de percepção social e interação, que podem acompanhar este transtorno, que não constituem uma dificuldade. [2] No contato com os pais a criança aprende uma série de habilidades motoras, linguísticas e afetivas, necessárias para a orientação em seu ambiente social. Esse repertório passará por contínua transformação, em decorrência do ingresso em novos grupos que reforçarão comportamentos adequados e inadequados socialmente podendo fazer a diferença entre uma deficiência a um problema verdadeiramente incapacitante. [3] **MATERIAL E MÉTODOS:** No ano de 2014, foi desenvolvido o projeto de extensão “A Psicologia no contexto escolar.” vinculado à Faminas e realizado em uma escola regular do município de Vieiras-MG. Neste projeto, realizou diversas atividades, com o objetivo de trabalhar coordenação motora e noção corporal, facilitando assim, o processo de aprendizagem e contribuindo para a formação de identidade e conquista de autonomia intelectual e afetiva das crianças. A escolha da localidade como estudo e pesquisa, foi de grande valia, tanto como forma de reunir dados, tal como as intervenções propostas num grupo de 12 crianças na faixa etária de 7 a 13 anos, do primeiro ao quinto ano do E. F. Numa parceria do Psicólogo Municipal realizou-se um teste Psicopedagógico: Entrevista Operativa Centrada na Aprendizagem. “A EOCA é um instrumento simples, espontâneo e rico nos resultados. Consiste em seus aspectos manifestos, em pôr-se em contato com o entrevistado através de uma instrução, observando seus conhecimentos, atitudes, destrezas, mecanismos de defesas, ansiedades, áreas expressão da conduta, níveis de operatividade, mobilidade” [4] Observar-se na tabela 1:

PONTOS AVALIADOS	%	PONTOS AVALIADOS	%
EM RELAÇÃO À TEMÁTICA:		EM RELAÇÃO AO PRODUTO	
Fala muito durante todo o tempo da sessão	58,4	Mostra-se desorganizado e desatento	93,3
Fala pouco durante todo o tempo da sessão	41,6	Apresenta iniciativa	16,6
Verbaliza bem as palavras	66,6	Ocupa todo o espaço disponível	60,0
Expressa com facilidade	33,4	Possui boa postura corporal	75,0
Apresenta dificuldades para se expressar verbalmente	66,6	Deixa cair objetos que pega	41,6
Conversa sem constrangimento	33,4	Apresenta os seus desenhos com forma e compreensão	58,3
EM RELAÇÃO À DINÂMICA:		Não consegue contar ou falar sobre os seus desenhos ou escrita	
O tom de voz é baixo	66,6	Se nega a descrever sua produção	58,4
O tom de voz é alto	33,4	Demonta materialização sobre os seus feitos	41,6
Sabe usar o tom de voz adequadamente	41,6	Sente-se capaz	25,0
Gesticula muito para falar	83,3	Sente-se incapaz	75,0
Não consegue ficar sentado/anda o tempo todo	66,6	Fica preso no papel e lápis	83,3
Faz atenção e concentração	16,6	Executa a atividade com tranquilidade	33,3
Muda de lugar e troca de materiais constantemente	66,6	Demonstra agressividade	66,6
Diante de dificuldades, desiste fácil	100	É criativo (a)	16,6
Faz persistência e paciência	16,6		

CONCLUSÕES: Estudo demonstra que 90% da DA é devido à falta de estímulo ocasionando uma defasagem de aprendizagem ano/série, restando somente 10% dos problemas atribuídos a transtornos mentais, visuais ou motores.

BIBLIOGRAFIA: [1] Classificação de Transtornos Mentais do Comportamento da CID10: **Descrições clínicas e diretrizes diagnósticas.** Org. Mundial de Saúde. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992. [2] FONSECA, V. **Introdução às dificuldades de aprendizagem:** 2ed. Porto Alegre: Artmed, 1995, 274 p. [3] BOLSONI, S. A. T, et al. **Habilidades sociais e problemas de comportamento de pré-escolares:** 2006,460-469p. [4] VISCA, J. **Clínica Psicopedagógica:** Epistemologia Convergente. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

Área do Conhecimento (CNPq): 7.07.00.00-1-Psicologia

DOENÇA DE HUNTINGTON: UMA INVESTIGAÇÃO DA PERCEPÇÃO DA DOENÇA PELO GRUPO DE RISCO

Tamires Maria **SOBRINHO** (IC tamires.sob@gmail.com)¹, Alyne Vieira **PINHEIRO**¹, Tânia Maria Moreira de **LIMA**¹, Hugo Borges **FINOTTI**¹, Luciana de Andrade **AGOSTINHO** (PQ)², Giselle Braga de **AQUINO** (PQ)²

1. Curso de Psicologia; 2. Professor Orientador Faculdade Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Doença de Huntington (DH); grupo de risco; teste preditivo.

APRESENTAÇÃO: A Doença de Huntington (DH) é uma doença neurodegenerativa, rara, com evolução progressiva e não apresenta cura. Os primeiros sintomas normalmente aparecem entre os 30 a 50 anos de idade, e acometem com a mesma frequência ambos os sexos. É autossômica dominante, portanto, todos os filhos de portadores da DH possuem 50% de chance de desenvolvê-la [1, 2, 3]. Por isso, o diagnóstico e o início dos sintomas da DH em um dos membros da família, causa desorganização na estrutura familiar, pode gerar sobrecarga nos membros familiares, principalmente quando um deles assume o papel de cuidador, esse além de lidar com o sofrimento vivenciado pelo seu familiar, também convive com a angústia e a incerteza de que poderá ser diagnosticado com a DH [4]. **DESENVOLVIMENTO:** O presente estudo está vinculado a um projeto da FAMINAS, que é desenvolvido em uma cidade do interior da Zona da Mata mineira. Para sua realização aplicou-se entrevistas semiestruturadas em seis participantes do projeto que possuem familiares diagnosticados com a DH. As entrevistas foram transcritas e submetidas a uma análise do discurso, a partir das categorias: a doença, o tratamento e o teste preditivo. Na primeira categoria os entrevistados demonstraram que os conhecimentos sobre a DH variam entre científicos e do senso comum, os últimos normalmente são transmitidos geracionalmente. Eles sabem que não há cura para a doença, mas carregam uma grande esperança que ela seja descoberta em breve. Eles percebem que recebem poucas informações e orientações sobre a DH, apesar de participarem de palestras, reuniões e receberem visitas de diversas instituições, mas sentem falta de um acompanhamento regular. Diante do fato de poderem desenvolver a DH sentem angústia, medo, insegurança e negação. Na segunda categoria, eles destacaram que o tratamento paliativo varia de paciente para paciente, já que cada um deve associar os tratamentos, medicamentoso, farmacológico, neurológico e fisioterapêutico, aos sintomas que apresentam. O tratamento psicológico foi visto como algo necessário, já que lidariam melhor com a confirmação da DH, ajudaria no planejamento, no esclarecimento de dúvidas e na elaboração de questões que ficam acumuladas por não terem com quem compartilhar. Na última categoria, todos eles realizaram o teste preditivo, mas preferem não conhecer o resultado, eles alegam que lidar com a confirmação é extremamente difícil, pela falta de cura, e nessas circunstâncias preferem não sofrerem por antecipação. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Percebe-se através dos discursos que há pouca informação sobre a DH, falta de acompanhamento regular e a necessidade do tratamento psicológico, visto que existem muitos sentimentos que permeiam a DH, muitos deles intensificados por ela não apresentar cura, diante disso preferem não receberem a confirmação da DH e carregarem uma esperança intensa de que a cura será descoberta em breve. Tudo isso pode adiar o início do tratamento paliativo e o processo de aceitação da DH. [1] CHEMALE, F. A. et al. **Doença de Huntington.** Porto Alegre: Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre. Departamento de Ciências Morfológicas, 2000. [2] AGOSTINHO, L. A. **Investigação molecular inter e intrageracional das repetições trinucleotídicas CAG e CCG em pacientes afetados e grupo de risco da Doença de Huntington.** Rio de Janeiro, 2011. 187p. Dissertação (Mestrado em Neurologia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. [3] COLLINS, R. C. **Neurologia.** 1.ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A, 1998. [4] SANTOS, M. F.; NASCIMENTO, L. C. Promoção da saúde das famílias. In: QUAGLIATO, E. M. A. B.; MRAQUES, M. G. N. **Doença de Huntington:** guia para famílias e profissionais de saúde. 1.ed. São Paulo: Atibaia, 2009.

Área do Conhecimento (CNPq): 7.07.00.00-1 – Psicologia

Thais Alves da SILVA (IC – Thais_alves@iclaro.com.br)¹, Geisiane de Paiva TEIXEIRA (IC)¹, Juliana Maria Rocha e Silva CRESPO (PQ)²

1. Curso de Psicologia; 2. Professor Orientador
Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé – MG

Palavra-chave: Idosos, Institucionalização, Depressão.

INTRODUÇÃO: O envelhecimento da população é um fenômeno notório e proeminente que vem modificando a sociedade em todos os aspectos, já se projeta que o grupo de idosos será maior do que o de jovens e crianças chegando a 33,7% da população brasileira, em 2060 [2]. Essa longevidade propicia uma maior procura por instituições de longa permanência que acolham essa faixa etária. Daí surge a preocupação se essas instituições estão aptas a suprir as necessidades biopsicossociais dos institucionalizados, uma vez que o ambiente configura-se como importante aliado na promoção da saúde, bem como desencadeador de patologias [3]. A depressão é uma patologia caracterizada pelo humor deprimido, que perdura por no mínimo duas semanas, atrelado a pelo menos quatro sintomas, tais como baixo ou nenhum investimento de energia nas atividades de vida diária, sentimento de culpa ou desvalia, desinteresse, dificuldade de raciocínio ou tomada de decisão, alterações nas atividades psicomotoras, sono, apetite, pensamento de morte ou ideação suicida e possíveis tentativas de suicídio [1]. O presente estudo teve como objetivo verificar a incidência do uso de antidepressivos e a possível relação com a institucionalização.

MATERIAL E MÉTODOS: Foi realizado um estudo transversal e retrospectivo junto à enfermagem dos prontuários de admissão e evolução dos internos da Obra Unida Lar Ozanam, um asilo da cidade de Muriaé. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Realizado o levantamento de dados com 67 idosos (52,23 % mulheres; 47,76% homens) com idades variando entre 53 a 98 anos, observou-se que 26 idosos, dos quais 37,5% do sexo masculino e 40% do feminino fazem uso de antidepressivos, sendo os de maior incidência a fluoxetina e sertralina. Dos idosos que fazem o tratamento da depressão, 38,46% idosos já utilizavam o medicamento antes da institucionalização, 46,15% passaram a fazer o uso após admissão na instituição e 15,38% não constavam nas fichas de admissão relatos de uso de medicamentos. Quanto à prescrição 2 idosos fazem acompanhamento com psiquiatra e os demais são atendidos por médicos de outras especialidades e nenhum deles recebem acompanhamento Terapêutico com psicólogos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Através do levantamento de dados pode-se perceber que é expressiva a incidência de depressão na instituição, principalmente no sexo feminino, e que apesar da patologia depender de outros fatores para desencadear os sintomas, a institucionalização parece contribuir para tal fato, amparando-se no número de idosos que passaram a fazer uso de psicofármacos após sua admissão. O tratamento se dá apenas pelo uso de medicamentos prescrito, basicamente, por especialistas de outras áreas médicas e não por psiquiatras como seria o indicado, não recebendo, os internos, nenhum acompanhamento psicológico, o que se configura como uma grande preocupação para os profissionais da área.

BIBLIOGRAFIA: [1] AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-IV-TR:** Manual de diagnóstico estatístico de transtornos mentais. Trad. DORNELES, C. 4 ed. Porto Alegre: 2002. [2] CARNEIRO, R. S., et al. Qualidade de Vida, Apoio Social e Depressão em Idosos: Relação com Habilidades Sociais.

Psicologia: Reflexão e crítica. Rio Grande do Sul, v. 20, n.2, p. 229-237, 2008. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/prc/v20n2/a08v20n2.pdf>>. Acesso em: 21 de Agosto de 2014. [3] IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Síntese de indicadores Sociais:** Uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, n 32, 2013. Disponível em:

<ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2013/SIS_2013.pdf>. Acesso em: 21 de Agosto de 2014.

Área do conhecimento (CNPq): 7.07.00.00-1 – Psicologia
Área do conhecimento (CNPq): 2.10.00.00-0 - Farmacologia

Thais Alves da SILVA (IC – Thais_alves@iclaro.com.br)¹, Geisiane de Paiva TEIXEIRA (IC)¹, Thamara Márcia de Paula Pereira de CARVALHO (IC)¹, Gabriela dos Passos Carneiro Batista (IC)¹, Juliana Maria Rocha e Silva CRESPO (PQ)²

1. Curso de Psicologia; 2. Professor Orientador
Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé – MG

Palavra-chave: Saúde, Idosos, Qualidade de vida.

INTRODUÇÃO: O conceito de saúde hoje não é entendido como apenas a ausência de doenças, mas sobre uma visão do homem em sua completude, bem-estar social, físico e mental [1]. Diante dessa perspectiva, a percepção que o indivíduo tem sobre sua própria saúde poderá influenciar na mesma, visto que, ela se trata de um aspecto multidimensional. No envelhecimento isso se torna mais evidente, pois as mudanças inevitáveis, geradas por influências genético-biológicas, afetarão todo âmbito da vida do indivíduo, mas se forem encaradas como um processo natural do desenvolvimento humano, os limites poderão ser minimizados pela plasticidade individual inerente do ser (potencial x limites) [3]. O presente estudo tem como objetivo analisar como idosos de uma instituição de longa permanência percebem sua saúde.

MATERIAL E MÉTODOS: Foi realizada pesquisa, utilizando o questionário sobre qualidade de vida SF-36, com 10 idosos residentes da obra Unida Lar Ozanam, um asilo da cidade de Muriaé, MG. O SF-36 é um questionário composto por 36 itens que tem por finalidade fazer uma auto-avaliação do conceito de saúde. Avaliam-se oito domínios onde a pontuação zero é o pior estado e cem é o melhor.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Os escores do questionário aplicado nos idosos foram apresentados na Tabela.

Tabela: Resultados dos domínios que compõem a qualidade de vida (SF-36) onde zero é o pior estado e cem é o melhor

Domínios	Escore									
	Nome 1	Nome 2	Nome 3	Nome 4	Nome 5	Nome 6	Nome 7	Nome 8	Nome 9	Nome 10
Capacidade funcional	0	35	5	0	15	65	85	20	5	0
Limitação por aspectos físicos	100	50	25	50	25	100	50	25	25	50
Dor	47,5	74	51	10	20	54	30	100	10	100
Estado geral de saúde	10	87	60	15	60	32	97	100	45	92
Vitalidade	30	95	85	5	60	55	95	80	60	45
Aspectos sociais	12,5	87,5	62,5	100	12,5	75	62,5	10	75	100
Aspectos emocionais	100	66,6	33,3	66,6	33,3	100	66,6	66,6	33,3	66,6
Saúde mental	20	44	64	50	24	96	68	92	60	100

Fonte: Protocolo da pesquisa

A capacidade funcional foi o domínio que apresentou os resultados mais baixos, com média de 23 pontos, seguida, numa ordem crescente de médias de resultados, pelo domínio dor 49,6 pontos, limitação por aspectos físicos 50 pontos, aspectos sociais 59,7 pontos, estado geral de saúde 59,8 pontos, vitalidade 61 pontos, saúde mental 61,8 e aspectos emocionais 63,2 pontos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Os resultados da pesquisa demonstraram diferenças significativas entre os domínios, que refletem a percepção de saúde por idosos. A capacidade funcional, que avalia se existem limitações impostas à capacidade física, e o domínio dor obtiveram menores pontuações, o que pode influenciar na saúde levando em consideração a perspectiva biopsicossocial. Nos demais domínios os escores obtidos revelam-se na média dos pontos ou acima dela. **AGRADECIMENTOS:** À Obra Unida Lar Ozanam pela coleta dos dados. **BIBLIOGRAFIA:** [1] CICONELLI, R. M., et al. Tradução para língua portuguesa do questionário genérico de avaliação de qualidade de vida SF-36 (SF-36 Brasil). **Revista Brasil reumatologia.** São Paulo, v. 39, n. 3, p. 143-150, 1999. Disponível

em: <http://www.nutrociencia.com.br/upload_files/artigos_download/qualidade.pdf>. Acesso em: 27 de agosto de 2014. [2] UNIVERCIDADE SE SÃO PAULO. Biblioteca virtual de direitos humanos. **Constituição da Organização Mundial da saúde (OMS/WHO).** Disponível em:

<<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>>. Acesso em: 22 de agosto de 2014. [3] NERI, A. L. Paradigmas contemporâneos sobre o desenvolvimento humano em psicologia e em sociologia. In: NERI, A. L. **Desenvolvimento e envelhecimento:** perspectivas biológicas, psicológicas e sociais. Coleção vivacidade. Campinas, Papius, 2001.

Área do conhecimento (CNPq): 7.07.00.00-1 – Psicologia

INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS PORTADORES DE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: UMA CONTRAPOSIÇÃO ENTRE O REAL E O IDEAL NA PERSPECTIVA DOS EDUCADORES

Vanessa Macedo de **SOUZA** (IC – vanessa.souza987@gmail.com)¹, (IC)¹Haydee **CECILIA**, (IC)¹Vinicius **ROQUE**, (IC)¹ Eloá **FURTADO**, (IC)¹, Hugo **BORGES**, Lara Brum de **CALAIS**(PQ)²

1. Curso de Psicologia; 2. Professor Orientador
Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé – MG

Palavras-chave: Inclusão, educadores, exclusão, despreparo

INTRODUÇÃO: O presente trabalho visa compreender as questões que permeiam as políticas de inclusão de alunos que possuam alguma necessidade especial em escola regular, papel do professor nesse contexto. Nesse sentido, discute que seria uma inclusão consciente e as dificuldades enfrentadas pelos educadores afirmam de que a inclusão de fato acontece. Os princípios a serem seguidos para se enquadrar nos moldes de inclusão consciente é apresentado na declaração de Salamanca

"Todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. [1]. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, 11-12). Para ser possível analisar questões que permeiam o âmbito escolar, foi realizado durante o ano de 2013 um projeto em uma escola estadual da cidade de Muriaé, a inserção na mesma permitiu observar as seguintes questões. **MATERIAL E MÉTODO:** Adotou-se uma pesquisa qualitativa, partindo de algumas perguntas sobre o tema, sendo o questionário aplicado em dez em professores regentes e professores apoio (é aquele profissional que presta suporte à criança que possui necessidades educacionais especiais). Para explorar as respostas, foram criadas categorias de análise a partir dos discursos dos participantes, conjuntamente foi realizado observações em relação ao âmbito escolar, convívio entre as crianças, suporte prestado pelos professores e possíveis impedimentos para que a inclusão aconteça. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Interação entre todos os alunos Apenas 10% disse que não há inserção desses em sala de aula. Os demais contribuintes totalizando 90% alegam que há uma ótima interação dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais com o restante dos alunos, isso foi confirmado a partir do período de observação, as crianças principalmente não levam em consideração a patologia das demais, estão sempre adaptando as brincadeiras para que todos possam fazer parte das atividades. **b) Professor visto como mediador do processo de inclusão** Há um consenso nos discursos dos professores no que diz respeito a função do professor no processo de inclusão, eles relatam que este atua como mediador da relação do indivíduo com a escola e seus demais componentes, 50% dos participantes apontam a importância do professor no processo de socialização, 50% argumentam sobre a importância de se buscar especializações para melhor atender esse aluno e facilitar o processo de aprendizado. **c) Suporte para receber alunos portadores de necessidades educacionais especiais** Levando em consideração o significado da palavra suporte para cada professor, 40% referem que não há cursos de especialização para os professores, 50% responderam que existe sim, e citaram como único exemplo o curso de LIBRAS realizado na escola, 10% participante não respondeu a pergunta. **Considerações Finais:** Nota-se que há bastante campanha para que a inclusão escolar de crianças PNEEs aconteça, porém percebe-se que o que se tem atualmente ainda difere dos moldes ideais de inclusão. Vale ressaltar que boa parte dos professores estão cientes do seu papel, porém há despreparo e pouco suporte para que a inclusão aconteça de fato. **BIBLIOGRAFIA:** [1] DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. (1994). **Princípios, Políticas e Práticas na área das necessidades educacionais especiais.** Espanha: Salamanca.

Área do Conhecimento (CNPq): 7.07.00.00-1 - Psicologia

EUTANÁSIA E PSICOLOGIA: REFLEXÕES FRENTE À FINITUDE

Vanessa **MACEDO** (IC – vanessa.souza987@gmail.com)¹, (IC)¹ Bianca **GARBELINI**, (IC)¹ Vinicius **ROQUE**, (IC)¹ Eliza **MACEDO**, (IC)¹ Lais **COMINI**, Hugo **VALENTE**(PQ)²

1. Curso de Psicologia; 2. Professor Orientador
Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé – MG

Palavras-chave: finitude, eutanásia, ética, prática profissional

APRESENTAÇÃO: A eutanásia tem se revelado como um dos temas mais complexos no campo da bioética, visto que essa discussão envolve inúmeras questões subjetivas, familiares e profissionais. Atualmente a eutanásia é um ato ilegal no Brasil, e diz respeito à ação de abreviar, voluntariamente e de forma indolor, a vida de uma pessoa cujo caso clínico seja considerado insanável [1]. De acordo com essa definição e a partir da análise das questões éticas e profissionais envolvidas, este trabalho tem o objetivo de fazer reflexões sobre o posicionamento de psicólogos frente ao tema. Percebe-se a sustentação de uma dualidade: de um lado os que defendem a liberdade de escolha do indivíduo e de outro os que defendem a manutenção da vida independente de qualquer coisa.

DESENVOLVIMENTO: Essa pesquisa foi realizada em uma cidade da Zona da Mata Mineira com quatro psicólogos, sendo todas do sexo feminino e possuindo faixa etária entre 23 a 38 anos. Foi utilizado o método de pesquisa qualitativa para conhecer a percepção dos psicólogos frente ao tema a partir de um questionário semiestruturado. Para análise do material foram criadas três categorias de análise, a saber: **Respeito à integridade, liberdade e dignidade do ser humano** Essa categoria diz respeito às atitudes éticas que devem ser tomadas pelo psicólogo frente à interrupção da vida. Foram citados, por todos os quatro profissionais, os fundamentos do código de ética, afirmando ser essencial o trabalho pautado no respeito, promoção de liberdade, dignidade, igualdade, integridade, assim como dar suporte a família, sem interferir nas decisões tomadas, buscando ao máximo a imparcialidade.

Regularização da Eutanásia No âmbito profissional os psicólogos acreditam que esse é um tema polêmico e que sua legalização envolve diversos quesitos. Quando as opiniões são convocadas a partir de seus posicionamentos subjetivos sobre a prática da eutanásia, os quatro participantes foram contra o ato, partindo da ideia de ser um crime e que o ideal é uma 'morte natural' sem 'remoção de equipamentos' e/ou aplicação de substância que levam a óbito. Uma das psicólogas cita Santo Agostinho: "Nunca é lícito matar o outro ainda que ele o quisesse, mesmo se ele o pedisse (...) nem é lícito sequer quando o doente já não estivesse em condições de viver". Mesmo com suas opiniões pessoais, os profissionais enfatizaram que seus argumentos não devem ser utilizados para manutenção da proibição ou para a descriminalização da eutanásia, pois se tratam de opiniões pessoais. **c) Preparo obtido durante a graduação para lidar com a morte** Uma das participantes formada há mais de 15 anos relata que recebeu suporte superficialmente. Os três psicólogos que formaram recentemente dizem que obtiveram suporte. Há um consenso entre os participantes de que assuntos relacionados à vida e morte deveriam ser discutidos com mais frequência. Ainda referente ao mesmo assunto, uma das psicólogas diz que temas como esses devem ser discutidos não só na graduação do nosso curso, mas em todos da área da saúde, argumentando que sempre iremos nos deparar com essas questões que normalmente são cercadas por tabus e sofrimento emocional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A eutanásia é um assunto complexo de ser discutido, porém o psicólogo deve estar preparado caso precise lidar com casos como esses. A maioria acredita, paradoxalmente às respostas dadas a partir de suas opiniões pessoais, que é necessário sempre respeitar o poder de escolha do indivíduo, mas também pautar os atos profissionais no código de ética, e não deixar que questões pessoais venham a influenciar sua prática profissional. Percebe-se ainda que é de suma importância que o profissional esteja em constante atualização e aperfeiçoamento. FERREIRA, A.B. de H. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro, Nova Fronteira, p.281, 1995.

Área do Conhecimento (CNPq): 7.07.00.00-1 – Psicologia

CONHECIMENTO LÓGICO MATEMÁTICO CONSTRUÍDO PELAS CAMADAS POPULARES

Maria Tereza Ferreira **SOUZA**¹ (IC – mterezadesouza@gmail.com),
Elizete Oliveira de **ANDRADE**² (PQ)

1 – Curso de Pedagogia; 2 – Professora UEMG / Unidade Carangola – Carangola/MG

Palavras-Chave: Matemática, conhecimento lógico, camada popular.

APRESENTAÇÃO: Para Valente (2000) a grande maioria das pessoas que não tiveram acesso a escola vê a matemática como um mundo de aridez, um amontoado de fórmulas. É assim também que temos percebido algumas pessoas das camadas populares com pouca ou mesmo sem escolarização quando se relacionam com a matemática aplicada na escola. No entanto, percebemos que muitas dessas pessoas desenvolvem conhecimentos/saberes matemáticos que lhes são peculiares quando se trata de sua sobrevivência no dia a dia. Dessa forma, esta pesquisa teve por objetivo geral entender e analisar como pessoas das camadas populares adquirem/construem o conhecimento lógico matemático em situações cotidianas. Para realizar a pesquisa foram selecionadas pessoas adultas da Comunidade rural “Borboleta”, localizada no município de Carangola/MG. A metodologia utilizada foi de cunho qualitativo, com uso de entrevistas não-estruturadas.

DESENVOLVIMENTO: De acordo com Carraher, Carraher e Schliemann (1998, p. 12): “ao nível da atividade humana, a construção da matemática não é realizada necessariamente pelas ‘leis’ da lógica”. Isso prova que a matemática pode, na verdade ocorrer por indução, não como uma função de novos conhecimentos, mas como algo já descoberto. No decorrer do dia a dia, quando lidamos com os sistemas convencionais como dinheiro e medida acabamos por adotar métodos que culturalmente são conhecidos por conhecimento lógico matemático. Das pessoas pesquisadas, a maioria disse que nunca frequentou a escola. Dona Maria disse que: “meu pai achava que mulher não tinha necessidade de aprender ler. Ele dizia que estudo era coisa pra homem, mulher tinha que saber cuidar da casa”. Já o senhor Agripino respondeu que: “[...] naquela época estudar era só para filho de rico, para quem pudesse pagar professor para educar os filhos em casa”. No entanto, no decorrer das entrevistas ficou claro que os mesmos desenvolveram técnicas que driblavam a falta de um ensino regular formal. Dona Maria identificava as notas, não pelo valor correspondente e sim pela figura que a nota apresentava, por exemplo, a nota de R\$ 50,00 ela reconhecia pela figura da onça e, quando questionada sobre como se dava troco, ela respondeu que sempre fazia as contas na casa das dezenas. O depoimento do senhor Agripino ratificou a premissa anterior ao dizer que quando menino era o responsável, por juntar as vacas, para tirar o leite: “nós tínhamos 11 vacas, cada uma tinha um nome, e eu contava pelo nome, era como se eu fizesse uma chamada, eu olhava e chamava, tinha que estar todas lá ... fulana e sicrana não estão aqui, então faltaram duas. Ninguém me ensinou a contar assim certinho, mas eu aprendi nas lida do dia”. Esses são exemplos da matemática do dia a dia que rege a vida do sujeito e que faz com que ele se sobressaia em situações cotidianas. Assim, entendemos que a matemática como ciência é importante, contudo não é a única forma de conhecimento, pois se provou que pessoas de camadas populares criam estratégias para driblar a falta dos conhecimentos da matemática formal. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Concluímos que, a construção do conhecimento lógico matemático, nesses casos, dar-se-á pela necessidade que a pessoa tem para sobreviver, com isso ela cria/aprende e repassa saberes que lhes são úteis para uma vivência digna. Pensamos ainda ser preciso compreender as situações vivenciadas por essas pessoas para que possam servir de instrumentos na instauração de novas propostas pedagógicas.

Referências: (2)CARRAHER, T. N.; CARRAHER, D. W.; SCHLIEMANN, A. D. *Na vida dez na escola zero*, 10. ed., São Paulo: Cortez, 1995; (1)VALENTE, J. *Sobre o modo de transmissão da matemática*. Caderno de Saúde Pública. Rio Cruz/RJ, 2000.

Área do Conhecimento (CNPq): Ciências Humanas – 7.08.00.00-6 – Educação

REVISITANDO A MORFOLOGIA NOS LIVROS DIDÁTICOS: UMA REFLEXÃO ACERCA DA ABORDAGEM CONFERIDA AOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS

Amanda Monteiro LEITE (IC – amanda.monteiro.leite@hotmail.com)¹; Sérgio Carvalho PORTILHO (IC)¹; Anna Carolina Ferreira CARRARA (PQ)²

1-Curso de Letras; 2. Professor Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – 36.800.000 Carangola – MG

Palavras-chave: Livros didáticos, Morfologia, Formação de Palavras.

APRESENTAÇÃO: O presente trabalho discute como a temática ‘formação de palavras (derivação e composição)’ vem sendo abordada em obras didáticas da Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental II e propõe, em decorrência dessa análise, uma reflexão linguística capaz de auxiliar os professores na tarefa de repensar a relevância deste conteúdo e as práticas pedagógicas que o envolvem. Levando em conta o tratamento simplório e opaco muitas vezes conferido ao estudo da gramática, em especial da Morfologia, na educação básica brasileira, revelado, dentre outras coisas, por uma abordagem ingênua e marginal, ou relegado à memorização de regras de estrutura e formação de palavras, a relevância desta temática transfere-se da periferia para o centro dos estudos em linguística. **DESENVOLVIMENTO:** Partindo da ideia recorrente de que o tratamento da morfologia nos livros didáticos, mais especificamente os processos de formação de palavras é ainda problemático [1], uma vez que o fenômeno é tratado tecnicamente, sem a exploração devida do valor semântico e das condições de produção da formação lexical, avaliamos a abordagem do fenômeno em duas coleções de livros didáticos para confirmarmos ou não essa proposição. Tendo isso em vista, a primeira etapa do trabalho consistiu em: (i) seleção de livros didáticos de Língua Portuguesa usados em séries do Ensino Fundamental II; (ii) o critério utilizado para a seleção do material seguiu duas vertentes: uma coleção utilizada em escolas da rede pública estadual [2] e outra utilizada em escolas de redes privadas da região [3]; (ii) foi desenvolvida, pois, uma abordagem qualitativa de uma pesquisa de caráter documental. A avaliação empreendida apontou que o caráter criativo e dinâmico da linguagem ficou negligenciado nas duas coleções, as quais não designam ao léxico a sua função principal, que é servir de instrumento às necessidades de comunicação [4]. Grande parte das atividades baseou-se em exemplos descontextualizados de incentivo à memorização, o que remete ao ensino tradicional de gramática, sem reflexão linguística, uma vez que a aquisição da linguagem se dá a partir da promoção de sentidos em textos situados em contextos de interação específicos e não da palavra isolada [5]. **CONSIDERAÇÕES**

FINAIS: A avaliação das propostas presentes nos livros didáticos selecionados nos leva a uma proposta teórico-prática que prima por uma reflexão da ‘língua em uso’. Ao buscar por isso, os principais achados de nosso estudo foram: (i) a confirmação do caráter marginal dado ao estudo da formação de palavras e seu isolamento em relação a outros tópicos que dialogam com eles; (ii) o reconhecimento de que os livros didáticos não devem ser a única opção para se trabalhar com formação de palavras e (iii) a importância de um trabalho sobre gramática que seja relevante para o uso da língua nas mais diferentes situações. **BIBLIOGRAFIA:** [1] FINAMORE, R. G.; OLIVEIRA, R. C. *A morfologia na sala de aula: uma proposta de trabalho a partir de formações lexicais por prefixação*. Juiz de Fora, 2013. 81 p. Monografia (Pós Graduação em Ensino de Língua Portuguesa) – Universidade Federal de Juiz de Fora. [2] MARCHETTI, G.; STRECKER, H; CLETO, M. *Para viver juntos 9*. São Paulo: Edições SM, 2009. [3] SETTE, M.; TRAVALHA, M. *Língua Portuguesa no Ensino Fundamental*. UNO Sistema de Ensino 6. São Paulo: Grupo Santillana, 2011. [4] BASÍLIO, M. *Teoria Lexical*. São Paulo: Editora Ática, 2004. [5] MIRANDA, N. S. *A reflexão metalinguística no Ensino Fundamental* – caderno do formador. Coleção Alfabetização e Letramento. Belo Horizonte: CEAL/FAE/UFMG, 2006.

Área do conhecimento CNPq: 8.01.00.00-7 – Linguística

PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE COMO PARÂMETRO DE MENSURAÇÃO DO DANO MORAL

Grazielle Gonçalves **SOUZA** (IC – grazy_meisje@hotmail.com)¹, Paulo Vicenté Goulart **MONTEZANO** (IC)¹, Fabrício Corrêa **PROCÓPIO** (IC)¹, Glaydson de Souza **FERREIRA** (IC)¹ e Margarida Maria **ESPÓSITO** (PQ)²

Curso de Direito; 2. Professor
Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé-MG

Palavras-chave: dano moral; princípio da razoabilidade; proporcionalidade.

APRESENTAÇÃO: Consagrado na Constituição, o dano Moral sempre esteve nos grandes debates jurídicos, principalmente em relação à possibilidade de se obter indenização por lesão ao seu objeto. O grande impasse é delimitar o valor da indenização por dano moral para que a vítima sinta-se, de alguma forma, devidamente compensada. O presente trabalho visa abordar a problemática da fixação do valor indenizatório nas ações reparatórias por dano moral com base em critérios relacionados aos princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade.

DESENVOLVIMENTO: Na lei, não existe um parâmetro de mensuração do dano moral. Contudo, existem critérios para fixação do *quantum* indenizatório em ações de reparação por danos morais, a saber: critério da tarifação e critério do arbitramento pelo juiz. Sobre a hipótese de criação de uma tabela com valores predeterminados, Bernardo¹ aduz que “o tabelamento seria o nirvana dos magistrados, livres, agora, de umas das mais árduas tarefas de sua profissão, qual seja, a fixação da reparação de danos morais”. O referido autor destaca que, o arbitramento judicial é o critério mais adequado e justo, pois soluções como o tabelamento tende a estabelecer uma uniformidade artificial, tendo em vista que as situações existenciais são sempre desiguais. Assim, não será o valor preestabelecido a melhor alternativa de se realizar a justiça – até porque tentar colocar a questão em termos legais objetivos seria tarifar a dor, hipótese absurda. De tal modo, ainda que inexistam parâmetros legais fixados, o melhor critério é o de confiar no arbítrio dos juizes, que deverão levar em conta os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade na apuração do *quantum*, atendidas as condições do ofensor, do ofendido e do bem jurídico lesado. Visando à proteção ao cidadão contra excessos do Estado, o ilustre doutrinador Moraes² assevera que o Princípio da Razoabilidade é aquele que exige proporcionalidade, justiça e adequação entre os meios utilizados pelo Poder Público, no exercício de suas atividades – administrativas ou legislativas -, e os fins por ela almejados, levando-se em conta critérios racionais e coerentes. Tal princípio é uma diretriz de senso comum, de proibição do excesso ou mais exatamente, de bom-senso, aplicada ao Direito. Ressalte-se que a idéia de razoabilidade está ligada à idéia do razoável, no sentido do que é justo e equitativo. Em consonância com tal princípio, alenca-se o Princípio da Proporcionalidade, direcionador aos demais princípios e relacionado ao justo meio utilizado para consecução de determinado fim. Toda vez que a desproporção entre os fins e os meios for manifesta, haverá violação do princípio. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Logo, o dano moral não pode ser objeto de critérios valorativos de ordem taxativa. Pelo contrário, o magistrado deverá se utilizar da razoabilidade e da proporcionalidade, que são em verdade um conjunto de garantias com a finalidade precípua de evitar manifestos excessos, pois determinam um justo equilíbrio entre o dano experimentado pela vítima e o prejuízo ocasionado pelo autor do dano. Dessa forma, o magistrado deve levar em consideração as partes envolvidas no conflito, a primariedade ou reincidência específica do réu, a intensidade da ofensa, a extensão do prejuízo, o grau de potencialidade econômica do autor do fato, a fim de evitar o enriquecimento sem causa, ou seja, respeitando as peculiaridades de cada caso e aplicando o direito ao caso concreto. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BERNARDO, Wesley de Oliveira Louzada. **Dano Moral: critérios de fixação de valor.** Rio de Janeiro: Renovar. 2005, p. 132-195. [2] MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional.** São Paulo: Ed. ATLAS, 2002, p. 367.

ANÁLISE DO REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Grazielle Gonçalves **SOUZA** (IC – grazy_meisje@hotmail.com.br)¹, Glaydson Silva **SOUZA** (IC)², Paulo Vicente Goulart **MONTEZANO** (IC)³, Fabrício Procópio (IC) e Júlio César **SIMBRA** (PQ)²

Curso de Direito; 2. Professor
Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé-MG

Palavras-chave: regime disciplinar diferenciado; princípio da individualização da pena; constitucionalidade.

APRESENTAÇÃO: Como resposta a sociedade amedrontada diante da crescente criminalidade e do poder alcançado pelas organizações criminosas, o Código Penal Brasileiro implantou o Regime Disciplinar Diferenciado – RDD, concebido na Lei 10.792/2003, que alterou a Lei 7.210/84 – a LEP, como forma de conter a violência e desarticular as facções criminosas através do isolamento de seus líderes. Porém, a medida acarretou divergências doutrinárias e jurisprudenciais acerca de sua constitucionalidade. O presente trabalho tem por escopo apresentar alguns entendimentos sobre o tema, com foco nos principais argumentos que asseguram a constitucionalidade do RDD. **DESENVOLVIMENTO:** É possível extrair da lei em comento o respeito ao princípio constitucional da individualização da pena. Este princípio garante que as penas dos infratores não sejam igualadas, mesmo que tenham praticado crimes idênticos. Isto porque, cada indivíduo possui um histórico pessoal, devendo cada qual receber apenas a punição que lhe é devida. Diante disso, alguns doutrinadores militam pela constitucionalidade do “RDD”, e outros defendem sua inconstitucionalidade. Parte da doutrina que defende a inconstitucionalidade do regime, alega a afronta ao Princípio da Presunção da Inocência e declara violação à proibição de *bis in idem*, defendendo que ocorre “dupla punição” pelo mesmo ato delitivo em virtude da rigorosa exacerbação de pena trazida pelo RDD. Entre os primeiros encontra-se Maria Thereza Moura¹, ao se posicionar diz que, o regime disciplinar diferenciado representa sobre pena cruel e degradante, que alvita o ser humano e fere a sua dignidade, infligindo-lhe castigo físico e moral. Note-se que a referida doutrinadora defende a inconstitucionalidade do RDD, e possui um posicionamento superficial que não analisa a situação na qual se encontram a criminalidade dentro dos presídios no Brasil. Em contrapartida, Masson² argumenta que o tratamento legal mais rigoroso está em sintonia com a maior periculosidade social do seu destinatário. Pois quem busca destruir o Estado, criando governos paralelos tendentes ao controle da sociedade, deve ser enfrentado de modo mais contundente. Não se pode tratar de igual maneira um preso comum e um preso ligado às organizações criminosas. E é com base nesse último posicionamento, de Masson, que o Supremo Tribunal³ de Justiça declarou a constitucionalidade da lei com fulcro no princípio da individualização da pena, uma vez que a mesma permite tratamento penitenciário desigual, seja pelo envolvimento com o crime organizado ou pelo alto risco que representam para a ordem e segurança da sociedade e dos presídios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Assim, tendo em vista toda a análise constitucional e jurisprudencial realizada, ficou evidenciada de maneira clara a constitucionalidade do RDD, visto que o regime não representa pena cruel, pelo contrário, é considerado uma forte arma no combate às organizações criminosas que atuam dentro dos presídios, agindo como um meio para alcançar a segurança garantida a todos no art. 5º da Constituição Federal. Logo, o RDD respeita os princípios constitucionais aventados, sobretudo o princípio da isonomia, pois trata igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que se desiguam, com vistas ao justo equilíbrio social que se almeja. **BIBLIOGRAFIA:** [1] MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis. **Notas sobre a Inconstitucionalidade da Lei 10.792/2003, que criou o Regime Disciplinar Diferenciado na Execução Penal.** In: CARVALHO, Salo de (Coord.). Críticas a execução penal. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. [2] MASSON, Cleber Rogério. **Direito Penal Esquemático.** 6ª ed. São Paulo: Método, 2012. [4] Hábeas Corpus 44.049-SP, rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, 6ª turma, j. 12.06.2006.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

EPG

TRABALHOS DO ENCONTRO DE PÓS

GRADUAÇÃO

INFORMAÇÃO CONTÁBIL PARA O PROCESSO DECISÓRIO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NOS MUNICÍPIOS DE MIRAI E MURIAÉ.

Gilmar Lopes de FARIA (IC – Gilmar_smf@muriae.mg.gov.br)¹,
Luciana Dinar da SILVA(IC)¹, Jorge Luís de Oliveira DAIBES (PQ)²

1. Pós Graduação em Contabilidade Decisória; 2. Professor Esp.
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG.

Palavras-Chave: Ferramenta Contábil, Informação, Decisão.

INTRODUÇÃO: BELO, VASCONCELOS e FRISCO [1] as micro e pequenas empresas estão sempre em busca de meios mais eficazes para tomarem suas decisões frente à acirrada concorrência e para manterem-se competitivas diante das rápidas transformações advindas com as tecnologias e com a abertura de novos mercados. É perceptível que tem tido mudanças no mundo empresarial, de um modo geral, vem sendo marcado pela transformação políticas, sociais e econômicas ao longo dos anos, e isto, vem afetando o processo de administrar as muitas empresas existentes nos diversos setores da economia brasileira. Muitas são as micro e pequenas empresas no Brasil que fecham as portas precocemente, pelo fato de não possuírem um planejamento e controle coerente com sua realidade empresarial e de não utilizarem recursos que lhe permita um controle mais efetivo de sua gestão produtiva, administrativa e financeira; segundo afirma NAJBERG & PUGA (2002) (apud LACERDA 2003) [2] a taxa de sobrevivência cai mais nos primeiros anos de existência por serem enfrentadas as maiores dificuldades. Com isso os gestores se viram obrigados a deter informações de cunho gerencial cada vez mais precisas e eficientes para fundamentar suas decisões de forma correta. Nesse contexto a necessidade das empresas buscarem cada vez mais ferramentas que lhes sejam propícias para acompanhar o mercado globalizado. E não há como falar da importância da informação para as organizações sem falar da relevância das informações geradas pela contabilidade, mais especificamente pela contabilidade gerencial; conforme diz MARION [3] a Contabilidade gerencial funciona como auxílio a administração da empresa no processo de redução de custos, aumento de lucratividade, planejamento estratégico, completando o pensamento SÁ [4] afirma que a contabilidade gerencial pode ser considerada como um sistema de informação destinado a auxiliar seus usuários no processo de decisão; assim esse ramo da contabilidade está voltado para fins internos. CAVALCANTE E SCNEIDERS (2008, p. 172) [5], as pequenas empresas vem evoluindo e conquistando seu espaço, demonstrando seu papel no mercado. É sendo assim necessita do auxílio das informações que são geradas pela contabilidade. É certo dizer que nos dias atuais as informações contábeis é um fator importante para que cada organização tenha condições de compreender melhor o andamento de seus negócios, a fim de que seja possível tomar decisões mais acertadas. Assim a aplicação da contabilidade gerencial tende assegurar às necessidades dos gestores no que diz respeito às informações mais seguras e reais frente ao dia-dia do processo organizacional. Diante dos fatos, o objetivo do presente trabalho foi averiguar a percepção dos micro e pequenos empresários nos municípios de Mirai e Muriaé acerca da utilização da contabilidade gerencial no processo decisório.

MATERIAL E MÉTODOS: A pesquisa teve como universo de análise as micro e pequenas empresas de diversos ramos de atividades, tendo sido selecionada como população para estudo, as empresas das cidades de Mirai (MG) e Muriaé (MG). Foram aplicados questionários, como instrumento de coleta de dados, no período de Julho a Agosto de 2014. Posteriormente, os dados foram tabulados e analisados com a utilização de técnicas quantitativas, especificamente frequência e porcentagem de incidência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Após a aplicação do questionário, obtivemos como resultado 35% faz parte do ramo de confecção; 15% posto de gasolina; 10% das empresas trabalham no ramo de acessórios de peças para carro e peças em geral; 10% mercados; 5% das empresas do ramo de produtos plásticos, principalmente os originários a partir da resina PET e embalagem para iogurte; 5% empresa de refrigeração e 30% empresas em diversos ramos de atividade. Pode-se observar 14% dos entrevistados estão a menos de 5 anos no mercado; 16% entre 5 a 10 anos e 70% já estão a mais de 10 anos. Quando questionado onde é feito a contabilidade da empresa 100% dos entrevistados tem a contabilidade de suas empresas realizadas por profissionais terceirizados, evidenciando assim que nenhuma, ou seja, 0% possui contabilidade interna; sendo uma normalidade das empresas

classificadas como micro e pequenas empresas. Hoje se percebe que a terceirização é muito mais que contratar mãos-de-obra ou serviços, terceirizar é uma estratégia, uma ferramenta administrativa que deve ser vista dentro de uma organização como a contratação de soluções, visando à competitividade, boa qualidade e permanência de uma empresa no mercado atual. Assim IUDICIBUS (2004) [6] afirma que terceirizar é buscar racionalmente os melhores resultados, reduzindo os custos de mão-de-obra, pois não tem nenhuma relação empregatícia e devido à estrutura econômica que não suportava tamanhos encargos sociais advindo da relação trabalhista. Questionado sobre no que se baseiam as decisões tomadas na empresa 55% dos entrevistados se apoiam nas experiências dos próprios proprietários; 40% demandam suas decisões de acordo com o que mostra o mercado e apenas 5% dos entrevistados baseiam-se suas decisões nas informações fornecidas pela contabilidade. Sobre a importância e utilidade da contabilidade em seu tipo de negócio 5% disseram que a contabilidade não tem nenhuma utilidade na administração de sua empresa; 85% dos entrevistados disseram que a utilidade da contabilidade é atender às obrigações fiscais e 10% orienta-se nas informações contábeis para que se possam tomar decisões, pois consideram as informações contábeis relevante, sendo um meio de obter informações de como a empresa está financeiramente e quais decisões podem ser tomadas a partir dessas informações. Dos 10% que se orientam das informações contábeis, 100% se utilização das informações do Demonstrativo de Fluxo de caixa, de acordo definição de GENTIL (2007) (apud DIAS 2013) [7] é o controle de todas as entradas e saídas de recursos financeiros do caixa, ou seja, das origens de caixa, fatores que aumentam o caixa e das aplicações de caixa, que reduzem o caixa da entidade; e apenas 30% se utilizam da Demonstração do Resultado do Exercício é uma demonstração que concentra as despesas e as receitas ocorridas num mesmo período, confrontando-as com o objetivo de se chegar a um resultado positivo ou negativo, segundo SALAZAR BENEDICTO (2004) [8] a Demonstração do Resultado do Exercício é o relatório que confronta as receitas e as despesas pertencentes a um período específico. A partir do conhecimento que possui a cerca da contabilidade gerencial, como suas informações poder contribuir para com o micro e pequenas empresas, 30% responderam que a contabilidade contribui para visualização dos lucros da empresa; 10% vantagem competitiva; 60% acreditam que a contabilidade gerencial contribui para maior segurança para tomar decisões. Forma como a contabilidade gerencial pode contribuir com suas informações no processo de tomada de decisões, 21% dos entrevistados acredita que a contabilidade tem o papel de ajudar a controlar as atividades correntes da empresa; 24% que é de planejar estratégias táticas e operacionais; 26% que é de relatar a situação econômica e financeira da empresa e 29% não acredita que a contabilidade gerencial contribua para tomada de decisões.

CONCLUSÕES: Após análise das informações conclui-se que embora os entrevistados reconheçam que a contabilidade gerencial é importante para orientar e fornecer informações relevantes nos processos decisórios, eles não procuram o profissional contábil para receber informações sobre sua empresa, onde as decisões importantes são tomadas através das vivências e conhecimento empírico dos próprios proprietários de micro e pequenas empresas. Futuros trabalhos podem tratar estatisticamente o impacto da utilização da Contabilidade Gerencial no processo de tomada de decisões.

BIBLIOGRAFIA: [1] BELO, Cristiane de Souza; VASCONCELOS, Dayanne Sartório; FRISCO, Dineiva dos Santos Costa; SARTÓRIO, Graciéli Favero. **A importância da contabilidade gerencial para o processo decisório das micro e pequenas empresas.** In: Faculdade capixaba de nova venécia, p.12. Disponível em < <http://univen.no-ip.biz/listamono/monografias/ci%20cont%20c3%a1beis/2012/a%20import%20decis%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf> >. Acesso em: 17 Ago,2014 [2] LACERDA, Joabe Barbosa. **A CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA GERENCIAL NA GESTÃO FINANCEIRA DAS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (MPMEs): NECESSIDADE E APLICABILIDADE.** Minas Gerais. **Faculdade de Ciências Contábeis de Caratinga**, 2003.[3] MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 12.ed.São Paulo: Atlas,2013. [4] SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da Contabilidade**. 2.ed. São Paulo: Atlas,1997.[5] CAVALCANTE, Carmem Haab Lutte e SCHNEIDERS, Paula Mercedes Marx. **A contabilidade como geradora de informações na gestão das micro e pequenas empresas de Iporã do Oeste SC.** **RBC- Revista brasileira e contabilidade**, ano XXXVII, n. 172, p.63-73, jul-ago, 2008. [6] IUDICIBUS, Sérgio de. **Contabilidade Gerencial**. Disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos-pdf/contabilidade-gerencial-micro-pequena-empresa/contabilidade-gerencial-micro-pequena-empresa.pdf>. Acesso em 20/08/2014.[7] DIAS, Juliana Cândida Ribeiro et al. **UM ESTUDO SOBRE A COMPLEMENTARIDADE DO FLUXO DE CAIXA E DO BALANÇO FINANCEIRO APÓS A APROVAÇÃO DA NBCASP 16.6 PARA O SETOR PÚBLICO.** **REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 3, n. 3, p. 99-120, 2013. [8] SALAZAR, J. N. A.; BENEDICTO, G. C. **Contabilidade Financeira**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.00.00-7 - Ciências Sociais Aplicadas

AValiação DA IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO ESOCIAL DO SPED - SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL, NOS ESCRITÓRIOS DA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO DO RJ (ITAOCARA, SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA, MIRACEMA)

Marciel **SOUZA** (IC – marciel.souza@ig.com)¹, Jorge Luís de Oliveira **DAIBES** (PQ)²

1. Curso de Pós Graduação em Contabilidade Decisória – Com Ênfase em Controladoria; 2. Professores
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: SPED, Informação, Contabilidade.

INTRODUÇÃO: Dentro de um cenário competitivo, a tecnologia da informação se torna imprescindível para as organizações. É fundamental que elas se adaptem aos novos modelos gerenciais, que pressupõem aprendizagem organizacional, flexibilidade para a mudança, inovação e velocidade [1]. As tecnologias de informação são ferramentas essenciais na criação de sistemas de informação integrados e coordenados. A gestão da informação é uma função que conjuga a gestão do sistema de informação e do sistema informático de suporte com a concepção dinâmica da organização num determinado contexto envolvente [2]. A tecnologia de informação, usada como ferramenta nos sistemas de informação, e as organizações têm uma mútua influência entre si. De um lado, sistemas de informação devem estar alinhados com a organização para prover as informações necessárias dentro da organização. Ao mesmo tempo, a organização deve estar atenta às diversas influências que sofre e aberta aos benefícios do sistema de informações e das novas tecnologias. Deste modo, sistemas de informação afetam as organizações, e as organizações necessariamente afetam os sistemas. A necessidade de racionalizar a informação advém de que as organizações têm de confrontar a incerteza e os eventos desordenados provenientes tanto do interior como do exterior e, contudo providenciar um esquema conceitual claro, operacional e bem definido para os participantes [3]. Quanto mais global e estruturado for o sistema de informação, entendido como um conjunto de meios humanos e técnicos, dados e procedimentos, articulados entre si, com vista a fornecer informação útil para a gestão das atividades da organização onde está inserido e quanto melhor representar a organização em funcionamento, mais flexível poderá ser essa organização, na medida em que o Sistema de Informação vai atuar sob a forma de análise da organização e seus sistemas envolventes [4]. O sistema de informação agirá como um instrumento de mudança estratégica na estrutura organizacional, colocando novos desafios e exigindo a utilização de novas metodologias com a presença de Tecnologia de Informação, na medida em que estas constituem um potencial de desenvolvimento para as organizações. A realidade nos indica uma crescente demanda da informação contábil, tornando-se de fundamental importância o aumento da qualidade das informações proporcionadas. O sistema contábil é o principal e o mais confiável sistema de informação quantitativo em quase todas as organizações. As informações da contabilidade auxiliam nas decisões que devem ser tomadas pelos gerentes dentro de uma organização. Neste contexto, o SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) deve se transformar em uma ferramenta de validade integral no processo de gestão administrativa, por sua necessidade tanto como informação, quanto planejamento e controle. Tendo em vista a ocorrência de fraudes no sistema de arrecadação tributária nacional, o SPED foi desenvolvido como um sistema de informação mais ágil e dinâmico, possibilitando uma série de avanços ao país e ao próprio ambiente de negócio, que passa a adquirir um novo nível de transparência, com o livre acesso de informações ao fisco e a identificação, cada vez mais ágil, de eventuais falhas. Permite ainda o intercâmbio de dados em tempo real entre empresas de uma mesma cadeia produtiva [5]. A informatização do sistema tributário criado pelo governo federal tem o objetivo de unificar e cruzar as informações contábeis e fiscais das empresas dentro das cadeias produtivas, a fim de aumentar a arrecadação de impostos e combater as fraudes [6]. Em apoio a implantação do SPED, utilizando o potencial da informática, o sistema contábil deve integrar a informação monetária e não-monetária, constituindo a plataforma para controle das operações e fornecimento de informações fidedignas para tomada de decisões compatíveis com a característica das organizações, melhorando dessa forma, a arrecadação de impostos e o combate as fraudes. O eSocial é um módulo do Sped, um projeto do governo federal que

abrangerá a folha de pagamento e as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais relativas à contratação e utilização de mão de obra onerosa, com ou sem vínculo empregatício. Não é exatamente uma novidade. Dentre os resultados esperados após sua implantação destacam-se o aumento da arrecadação espontânea; a participação do trabalhador no auxílio à fiscalização das obrigações trabalhistas e previdenciárias; a redução de fraudes na concessão de benefícios previdenciários e do seguro desemprego e o aumento da produtividade dos órgãos fiscalizadores. O cronograma apresentado pelas autoridades indicava o início dos trabalhos em abril de 2010 e havia a previsão de normalização da nova obrigação até março de 2012, com a implantação ocorrendo em dezembro. Somente em maio de 2014 é que se deu a liberação do manual técnico completo. Mesmo assim é preciso destacar que o manual divulgado atualmente não abrange uma enorme gama de informações técnicas, imprescindíveis para o desenvolvimento das soluções de software. A grande novidade acabaria sendo a promessa de liberação do sistema de qualificação cadastral para março de 2014. Este mesmo sistema foi retirado do ar pelas autoridades, logo no início de janeiro, devido à falta de integração entre os bancos de dados dos órgãos [7]. Diante do exposto muitas dificuldades têm sido relatadas para a implantação do sistema, relatando-se despreparo tanto profissional quanto técnico. Assim, a presente pesquisa visa responder a seguinte questão: quais as principais dificuldades enfrentadas pelos profissionais contábeis para a implantação do módulo eSocial do SPED? Visando responder esta questão, o objetivo geral do trabalho foi analisar as exigências e dificuldades da implantação do módulo eSocial do SPED na gestão contábil. **MATERIAL E MÉTODOS:** A seleção do instrumental metodológico utilizado, levou em consideração a forma como os dados foram obtidos, ficando definida a quantitativa (entrevista, opinião) como melhor forma de coleta de informações. É importante ressaltar que na pesquisa quantitativa, foi empregada a metodologia de amostragem, que consiste na obtenção de resultados sobre uma porção representativa da população. A pesquisa teve como objetivo compreender a percepção dos profissionais da contabilidade com relação aos desafios e oportunidades decorrentes do eSocial, bem como avaliar a condução do projeto por parte das autoridades. A pesquisa foi realizada em 16 (dezesseis) escritórios abrangendo os municípios de Itaocara, Aperibé, Santo Antonio de Pádua e Cambuci. O período para aplicação e execução da pesquisa, após a sua aprovação, ficou compreendido entre 5 de agosto de 2014 e 20 de agosto de 2014, sendo a mesma detalhada no estudo de caso. O método escolhido para a execução do levantamento foi a entrevista por meio de questionário, pelas vantagens que apresenta – mais versátil, mais rápido, menor custo e pode ser usado para obter a grande maioria dos tipos de dados. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Depois de realizada a pesquisa foi observado que diante das mudanças propostas pelo módulo social do SPED (eSocial), 20% considera que seu escritório dispõe de mão de obra qualificada para as mudanças, enquanto que 80% disse não estar preparado para as alterações. Considerando a necessidade de adaptação às novidades do SPED, 20% dos escritórios já participou de palestra ou cursos sobre o assunto, entretanto 80% ainda precisa de maiores atualizações. Destaca-se que para cumprir as exigências do governo, as empresas têm trabalhado bastante, pois, além dos prazos estipulados pelas autoridades, as informações a que o fisco terá acesso poderão originar vários impactos no mundo empresarial tais como multas ou acréscimos na tributação caso não se enquadrem nas normas específicas do sistema tributário brasileiro [8]. No tocante a informação de clientes por meio do escritório sobre as inovações acerca do eSocial, visando a integração com as empresas, 35% respondeu que sim e 65% ainda consideraram comunicar-se. Em relação ao fornecimento de informações por parte do governo no que diz respeito as mudanças e seu cronograma, com a adoção do eSocial 15% dos entrevistados declaram satisfatório, 20% regular e 65% ruim. Os projetos de implantação de sistemas empresariais integrados normalmente são complexos e têm grandes impactos sobre a empresa, sua organização e seus processos de negócios. Além disso, demandam grandes volumes de recursos humanos e financeiros [9]. Desta maneira, o projeto de implantação destes sistemas, exige a participação de profissionais de diversas qualificações e em tempo integral. Assim, como a contabilidade recebe informações necessárias para suas atividades de outras áreas, se faz necessário à interação direta e de forma eficiente entre os contadores e demais profissionais da organização [9]. **CONCLUSÕES:** O SPED consiste na modernização dos sistemas de informação contábil buscando

uma maior dinamização e agilidade de seus processos. Entretanto pelo fato de ser um processo gerador de grandes mudanças, muito tem sido debatido acerca das dificuldades de sua implantação, devido ao fato dos projetos de implantação de sistemas empresariais integrados normalmente serem complexos e terem grandes impactos sobre a empresa, sua organização e seus processos de negócios. Além disso, demandam grandes volumes de recursos humanos e financeiros, e maior disponibilidade de informações por parte do governo. **AGRADECIMENTOS: À FAMINAS pela realização do trabalho e ao nosso coordenador Jorge Luís de Oliveira Daibes. BIBLIOGRAFIA: [1] ABREU, A. F. Sistemas de informações gerenciais: uma abordagem orientada a negócios. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2012; [2] ZORRINHO, C. *Gestão da Informação*: condição para vencer. São Paulo: lapmei, 2008; [3] CAMPOS, M. P. Sistemas de informação e as modernas tendências da tecnologia e dos negócios. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v.34, n-6, p. 33-45, nov /dez, 2008; [4] ARIMA, R. F. *Estudo comparativo de metodologias de desenvolvimento de sistemas de informação utilizando*. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003; [5] INTERNEWS. *Desafios e benefícios da implantação do sistema público de escrituração digital*. Disponível em: <<http://www.internews.jor.br/seminario.asp?e=106>> Acesso em 23/08/2014; [6] ILARINO, S.; SOUZA, M. A.; SPED (Sistema Público de Escrituração Digital): impactos da sua implantação na empresa xx. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis e Tributos em Junho de 2010. *E-civitas Revista Científica do Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais do UNI-BH - Belo Horizonte*, vol. III, n. 1, jul-2010. ISSN: 1984-2716. Disponível em: <<http://www.unibh.br/revistas/ecivitas/e.mail>>. Acesso em 23/08/2014; [7] DUARTE, R. D. *eSocial nas organizações contábeis*: análise dos impactos do eSocial nas organizações contábeis. Disponível em < <http://www.robertodiasduarte.com.br> >. Acesso em 23/08/2014; [8] COLANGELO FILHO, Lucio. *Implantação de sistemas ERP (Enterprise Resource Planning)*: um enfoque de longo prazo. São Paulo: Atlas, 2001; e [9] WALTER, J. P.; RIBEIRO, O. D. J. *Sistema público de escrituração digital e nota fiscal eletrônica*: O Brasil evoluindo com o contribuinte. Disponível em < <http://w3.ufsm.br/revistacontabeis/anterior/artigos/vIVn02/t008.pdf> >. Acesso em 23/08/2014.**

Área do Conhecimento (CNPq): 6.00.00.00-7 – Ciências Sociais Aplicada

EPG 003

ANÁLISE DAS ORGANIZAÇÕES DE COOPERATIVAS: SEUS DESAFIOS E TENDÊNCIAS.

Edjane Aparecida Ramos **FORTINI** (IC - edjanefortini@hotmail.com)¹; Horiana Marqueline **FERRARA** (IC)¹e Jorge Luís de Oliveira **DAIBES** (PQ)²

1-Curso de MBA em Gestão estratégica de negócios; 2. Professor Faculdade Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Estratégias, Gestão e Cooperativas.

APRESENTAÇÃO: O presente trabalho visa mostrar a importância de boas administrações em cooperativas para o sucesso da mesma e seus cooperados. As cooperativas são organizações que conciliam benefícios sociais e econômicos por meios de trabalho associado e ajuda mútua. Tem importante destaque no agribusiness e na coordenação de agroindústrias, porque atuam de forma a gerar e distribuir resultados contribuindo para melhores preços pagos aos agricultores, melhores condições de compras de insumo ou mesmo industrialização e transformação da produção recebida dos cooperados, o que agrega valor aos produtos, gerando mais renda aos produtores e empregos na região onde ela se localiza [7]. Estudos feitos a respeito da gestão nas cooperativas e forma de organização buscam entender as metodologias de trabalho utilizadas, onde é visível a centralização do poder dos próprios cooperados assumirem a liderança da empresa. O crescimento industrial globalizado via empresas não-cooperativas e o controle das associadas à contratação de gerências profissionais [8]. O presente estudo tem como objetivo apontar através de uma pesquisa qualitativa e descritiva, o posicionamento da gestão na tomada de decisões e a importância da qualificação dos gestores nessas instituições. **DESENVOLVIMENTO:** O cooperativismo surgiu através de inúmeras formas de cooperação experimentada pelos homens desde a antiguidade, sendo assim uma ferramenta eficaz criada como forma facilitadora para acesso dos produtores na distribuição das políticas públicas [7]. Além de principais fatores de sucesso dos produtores ligados as cooperativas são a exploração de economias de escala, os ganhos de produtividade, a racionalização dos processos produtivos. Essa eficiência tem fomentado ao desenvolvimento rural e ao crescimento econômico da população e tem ainda uma relação muito forte com o cooperativismo, a preocupação com o desenvolvimento local, a sustentabilidade e a garantia de um ambiente que contemple as dimensões econômicas, políticas, culturais e sociais, identifica-se que, como essas organizações estão aplicando na prática o sétimo princípio do cooperativismo: interesses pelas comunidades [1]. Parte-se do pressuposto a facilidade de garantia de melhores preços de mercado e preços reduzidos na compra de insumos, complementando toda uma cadeia que repercutirá em toda a comunidade que segundo Ferreira Neto procurando aproveitar suas potencialidades própria, naturais, humanas, institucionais e organizacionais a fim de transformar os sistemas produtivos locais visando melhorar a qualidade de vida da comunidade, transformando-os em verdadeiros sujeitos no processo de desenvolvimento, participando desde a idealização até a avaliação, a incluindo, o planejamento e execução e o controle dos projetos e processos de desenvolvimento [2]. As cooperativas podem assumir importante papel na coordenação de sistemas agroalimentares, produtores agrícola e pecuário, em direção a atividades de comercialização, industrialização e produção de insumos em complementação ao estado [1]. O segredo é a transparência, democracia, a abertura dos negócios, o diálogo e um bom relacionamento com a comunidade. É lá no interior e conversar com o associado. Gerando muito diálogo com o corpo associativo. Tal tentativa está presente nas experiências Japonesas e Holandesa discutidas por Parker & Chesley [4] e Zylbersztajn, Kool, Jank & Sluis [5]. Essa capacidade coordenadora resulta da tendência de crescimento vertical das estruturas cooperativas e, nas palavras de Sexton (1986), "entender as cooperativas é entender os incentivos para a integração vertical" [2]. Ao mesmo tempo em que as cooperativas demandam gerentes qualificados para tratar dos complexos problemas do agribusiness, existe forte propensão a manter corpo gerencial formando por cooperados. O cooperativismo é um instrumento extremamente eficaz para melhorar a vida das pessoas ou para distribuir renda. Sendo uma terceira via entre o capitalismo selvagem e o socialismo que não deu certo. Ele funciona bem no

mundo e aqui no Brasil também está desempenhando seu papel, pois os cooperados buscam oportunismo nas transações e racionalidade limitado. Um mercado cooperativo mais forte traz benefícios diretos para a atividade econômica, primeiro aumentando as alternativas de financiamento o que significa maior crescimento elevando a competitividade na economia como um todo. Assim, emergem a grande necessidade de desenvolver programas internos de informação estudos realizados através de uma nova estrutura de aceitação de lideranças contratadas afligem os princípios rígidos do cooperativismo e serve de base para discussões em nível das instituições do cooperativismo internacional, como a aliança cooperativa internacional e pode introduzir novo elemento que considere os custos e benefícios de manter rígidos princípio em fase das necessidades de competir no mercado. A organização das unidades independentes e a introdução de modernos princípios de controle gerencial permitiram lidar com os custos de "Agency" associados a instalação de uma diretoria contratada, deixando o cooperado sintonizado com o negócio da cooperativa [2].

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O presente trabalho se propôs a mostrar a relevância do gerenciamento dessa estrutura baseando-se em Williamson e Sexton, tende em reorganizar as estratégias de avaliação, a fim de rever os métodos para se aumentar a eficácia dentro da gestão das associações, partindo de estrutura voltada para produção e atingindo visão de mercado mais ampla, adequando sua administração para atuar no mercado internacionalizado, encontrar novas fontes de financiamento, para atender às necessidades impostas pela escala de ações essenciais a operação em nível internacional [9]. Foi reconhecida a necessidade de contratar profissionais qualificados na área financeira para lidar com a crescente complexidade dos negócios, e para criar mecanismos facilitadores de tomada de decisão para uma atuação eficiente em mercados exigentes, contribuindo assim para o melhoramento nas práticas de gestão dentro das cooperativas [3].

AGRADECIMENTOS: A FAMINAS e ao professor Jorge Luis de Oliveira Daibes. **BIBLIOGRAFIA:** [1] **ENCONTRO DE PESQUISADORES LATINO-AMERICANOS DE COOPERATIVISMO**, 5., 2008, Ribeirão Preto. 180-ainfluencia das cooperativas no desenvolvimento comunitário da zona da mata mg. São Paulo: Mctical, 2008. p.16; [2] FERREIRA NETO, Augusto. Desenvolvimentos Comunitários. Rio de Janeiro: Blochi, 1987; [3] ZYBERSZTAJN, Dercio. **Organização de cooperativas: desafios e tendências**. Revista de Administração, São Paulo, v. 29, n. 3, p.23-32, set. 1994. Trimestral. [4] PAKER, J. V & CHESLEY, M. The pervasive Japanese co-op system. Choices, 4th Quarter, 1992 [5] Sexton, R.J. Cooperative send the for ces Shaping Agriculture Marketing. America Journal of Agricultural Economics, v. 68, n. 5, 1996; [6] ZYBERSZTAJN, D.; Kool, M.; JANK, M.S.; SLUIS, T. Holanda uma modelo de agrubusiness. Serie. Estudos temáticos PENSA. Fundação de Economia de Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 1992; [7] DORIA, Jose Carlos da Silva; GERLACK, Renata. **As particularidades das cooperativas de créditos no Brasil**. Disponível: <http://www.lpdci.org/revista> > acesso em 27 de agosto de 2014; [8] MLADENATZ, Gromoslav. **Histórias das doutrinas cooperativistas: Comfebras**, 2003; [9] WILLANSSON, O. E. **Organization form Residual Claimants end Corporation Control Journal oflaw end economics**, v. 26, junho 1993. REIS, Bricios dos Santos. **Evolução do cooperativismo de credito no Brasil e sua Realidade atual**. Economia Rural, Viçosa, V. 10, N. 3, p. 13-15, Jul./dez. 1999; SHARDONG, A. **Cooperativa de credito: Instrumento de organização econômica da sociedade**. Porto Alegre: Rigel, 2012.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.00.00.00-7-Ciências Sociais Aplicadas

Bruna do Carmo SOUZA ([IC - bruna.souza.15@hotmail.com](mailto:bruna.souza.15@hotmail.com))¹ e Jorge DAIBES (PQ)²

1-Curso de Pós-graduação em Contabilidade Decisória; 2. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

INTRODUÇÃO: O mundo pós-moderno, aliado a constante evolução tecnológica e a globalização, têm se tornado cada vez mais transformador. As mudanças vêm ocorrendo de forma cada vez mais meteórica e impactante, e não é diferente nas organizações. Todas estas mudanças, transformações e evoluções mostram um quadro cada vez mais extenso de incertezas e resultados imprevisíveis. Em um cenário como este é necessário se sobressair no mercado, possuir pontos fortes e o mínimo de fraquezas a fim de conquistar certa vantagem competitiva frente à concorrência. As organizações se interagem, influenciando a tomada de decisões, com a finalidade de suprir seus limites individuais e alcançar um potencial maior, onde cada pessoa tem a capacidade de trabalhar mais satisfeito e alcançar maior eficiência nos processos. Para administrar uma organização é preciso enfrentar novos desafios a cada dia. Por isso, as instituições em estudo nesse trabalho deve ser um sistema de atividades coordenadas por uma equipe. A cooperação entre ela é essencial para a sua existência, para que uma organização exista é necessário que haja pessoas capazes de se comunicarem e que estejam dispostas a participar e a contribuir com a ação conjunta, a fim de alcançarem um objetivo comum [1]. As empresas são feitas de pessoas para pessoas. Sendo assim, a gestão de pessoas é pedra fundamental na contribuição conceitual e prática para uma vida mais saudável e com resultados legítimos de produtividade, qualidade e desenvolvimento e competitividade sustentável [2]. O contexto de gestão de pessoas é formado por pessoas e organizações, já que as pessoas passam boa parte de suas vidas trabalhando dentro de organizações. Sendo que uma depende da outra para alcançar sucesso. Dessa forma, separar o trabalho da existência das pessoas é muito difícil, senão impossível, o que gera uma relação de interdependência entre ambas as partes. A área de Recursos Humanos (RH) é responsável pela infraestrutura oferecida aos seus colaboradores, possibilitando o desempenho correto das funções. Desde a sua contratação, treinamento e monitoramento. A administração de pessoas compreende o processo ao quais os recursos humanos são submetidos na organização, dependendo de diversas variáveis, tanto internas como externas [3]. O modelo de gestão por competência propõe a classificação em: movimentação, desenvolvimento e valorização. A movimentação refere-se às práticas de captação, internalização, transferência, promoções, expatriação, e recolocação. Já o desenvolvimento compreende as práticas de capacitação, carreira, e desempenho. E a valorização abrange as práticas de remuneração [4]. Existem ainda outros modelos de gestão de pessoal, que engloba, primeiramente, o processo de agregar pessoas na empresa, que inclui recrutamento e seleção de pessoas. O seguinte é o processo de aplicar pessoas que predomina no acompanhamento e orientação das pessoas, análise e descrição dos cargos, desenho organizacional e avaliação de desempenho. O terceiro é o processo de recompensar pessoas, responsável pelo incentivo e satisfação das necessidades, incluindo recompensas, benefícios e serviços sociais e remuneração [5]. O processo de desenvolver pessoas tem por finalidade o aprimoramento profissional e pessoal dos indivíduos. O processo de manter pessoas está vinculado à satisfação delas dentro da empresa. E por último, o processo de monitorar pessoas que acompanha e controla as atividades desenvolvidas e, ainda, verifica os resultados, através de bancos de dados e informações gerenciais. Todos esses processos se inter-relacionam, pois se há falha em um, automaticamente os outros são prejudicados. A gestão estratégica de pessoas e a estratégia da organização possuem várias dimensões influenciáveis. O órgão de Recursos Humanos é um parceiro estratégico da empresa, pois procura unir seus processos com as práticas de gestão, criando competências e comportamentos necessários, gerindo o desempenho, as recompensas e o reconhecimento, a comunicação, o treinamento e o desenvolvimento, a liderança, programas de assessoria, seleção e sucessão [6]. Com o propósito de buscar respostas a esse questionamento, a realização desta pesquisa possibilitou conhecer e compreender o funcionamento da gestão de pessoal nestas redes

de supermercado, bem como permitiu uma comparação entre o modelo sugerido nos referenciais bibliográficos e a prática. Dessa forma, baseando-se nos critérios de seleção e recrutamento, treinamento, incentivo e satisfação de seus funcionários, espera-se que a produção desse estudo traga contribuições para a discussão no que diz respeito ao funcionamento da aplicabilidade teórica na prática, apontando seus pontos negativos e positivos. De acordo com os processos apresentados, o presente trabalho teve a finalidade de analisar os processos de seleção e administração de pessoas em três redes de supermercado de Muriaé/MG. Nesse sentido, surge seguinte indagação: Quais as técnicas adotadas pelas redes de supermercado para auxiliar na administração de Recursos Humanos?

MATERIAL E MÉTODOS: A pesquisa realizada teve uma abordagem quantitativa e caráter exploratório. O método quantitativo caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas. E o caráter exploratório permite a descoberta de práticas que precisam ser modificadas e a elaboração de alternativas substitutivas. A pesquisa foi realizada durante o período de julho/2013 a outubro/2013, tendo a pesquisa um tempo transversal. À realização do trabalho de campo, precedeu a leitura e análise bibliográfica existente, além da elaboração de um roteiro de entrevista semi-estruturado. O campo de estudo resumiu-se a três redes de supermercados localizadas na cidade de Muriaé/MG, a pesquisa foi realizada com o gerente de RH de cada unidade. Junto com o questionário cada participante recebeu um termo de compromisso livre e esclarecido, para o esclarecimento dos entrevistados e respaldo do pesquisador. Nele foi explicado o objetivo da realização da pesquisa, garantindo o sigilo das informações obtidas, sendo, assim, assinado por ambos, entrevistado e pesquisador. Para melhor compreensão, as empresas estudadas foram nomeadas como: empresa A, B e C.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Após a aplicação dos questionários, os dados foram analisados e agrupados. Para um trabalho mais eficaz a Administração de Recursos Humanos deve participar efetivamente do processo de tomada de decisões na organização, facilitando o desenvolvimento de estratégias que amenizem o impacto de mudanças organizacionais nos colaboradores. Dentre as redes de supermercado entrevistadas, todas (100%) possuem um setor de Administração de Recursos Humanos, fator esse relevante dentro de uma organização. Afinal, é o RH que têm maior acesso aos funcionários, conhece suas necessidades, anseios, insatisfações, aspirações e etc. Sabe-se que o recrutamento é o passo inicial para encontrar o candidato, foi perguntado aos participantes quais as técnicas utilizadas no processo de recrutamento de pessoal, dentre as respostas obtidas, todas as redes utilizam o Curriculum Vitae como forma de recrutamento, e a empresa C tem como ferramenta de recrutamento anúncios no interior do supermercado. Já o processo de seleção é uma espécie de filtragem do recrutamento, onde são selecionados candidatos que reúnem as condições propostas pela organização. Dentro do grupo pesquisado, 100% aposta na entrevista como um método eficaz, a empresa C também utiliza como método o teste de conhecimento e capacidade e o teste de aptidão (psicológico). A entrevista de seleção é a técnica que mais influencia a decisão final, devendo, assim, ser conduzida com habilidade e tato, a fim de que possa alcançar os resultados esperados. Durante o processo de seleção algumas características/requisitos são observadas, tais como os requisitos que essas empresas adotam para contratação. As características apontadas foram: Mentais (33,3%), Indicação (33,3%), Destreza ou habilidade (33,3%) e Iniciativa (66,6%). Investir no quadro de pessoal é uma maneira eficaz e segura que uma empresa possui para alcançar seus objetivos. Sendo assim, é torna-se necessário manter as pessoas treinadas, bem preparadas e principalmente motivadas para as tarefas que irão realizar. Por isso, o programa de treinamento deve estar associado às necessidades estratégicas da organização. Neste contexto, foi perguntado se as empresas possuem programa de treinamento e desenvolvimento de pessoal, constatou-se que todas (100%) realizam essa atividade. A busca de aperfeiçoamento nessas empresas ocorre por palestras (100%), Cursos (33,3%) e Dinâmica em grupo (33,3%). A avaliação de desempenho pode ser considerada um processo dinâmico que envolve tanto o avaliado como o gerente da unidade, sendo uma técnica necessária na atividade administrativa. Visa localizar problemas de supervisão de gerência, de integração das pessoas com a organização, como também ao cargo. Seu objetivo é localizar e corrigir possíveis dissonâncias, carências de treinamento, e, através de programas (incentivos), melhorar continuamente o desempenho humano e

construir competências. Assim, quando indagado aos gerentes de RH se as redes de supermercados entrevistada possui avaliação de desempenho, 100% da amostra responderam que sim. Sendo que, dentre os objetivos citados, podemos destacar: adequação do indivíduo ao cargo, incentivo salarial ao bom desempenho, transferência/transfêrencia. Dentro da organização, as pessoas precisam de incentivos para aumentar a sua capacidade de produção. Assim, o processo de recompensar pessoas é considerado de fundamental importância para incentivar e motivar os funcionários da organização, tendo em vista de um lado os objetivos organizacionais a serem alcançados e de, outro, os objetivos individuais a serem satisfeitos. Todo funcionário tem o objetivo de alcançar novos patamares em seu emprego, e não seria diferente com relação ao salário, atingir e merecer recompensas torna o trabalhador mais dedicado ao desenvolvimento de suas funções. Dentre as empresas pesquisadas, apenas 2 possuem plano de cargos e salários, sendo estes através de bônus e adicionais por tempo de serviço.

CONCLUSÕES: Através do desenvolvimento do trabalho pode-se concluir que o órgão de Recursos Humanos é de fundamental importância dentro das empresas estudadas, uma vez que auxiliam na realização de um trabalho com maior qualidade, retendo em seu quadro de pessoal competência que se destaca frente às concorrentes. Visto que o grande desafio da Gestão de Pessoas é identificar o candidato certo para o cargo certo. Assim esse órgão contribui potencialmente para alcançar os objetivos estratégicos organizações. Como exposto, para que a organização escolha o candidato ideal para a vaga existente é necessário que ele passe pelo processo de admissão, ou seja, pelo recrutamento e seleção de pessoal existente na empresa, pois além de ser uma porta de entrada, é a primeira forma de contato entre a empresa e o entrevistado. O processo seletivo torna-se importante para a empresa, pois quando a contratação é eficaz transmite a boa imagem da empresa, pois melhora o ambiente interno, diminui custos, e conseqüentemente a rotatividade de funcionários. Sendo assim, pode-se concluir que se as pessoas são peças fundamentais para a existência e sucesso da empresa, são elas que garantem a qualidade e a excelência dos produtos e serviços prestados por uma empresa. As organizações são constituídas por pessoas, e dependem delas para atingir seus objetivos e cumprir suas missões. Assim, as pessoas ao se empenharem visando o crescimento da empresa alcançam também suas metas, ou seja, seus objetivos pessoais. Por mediação do conhecimento teórico obtido nos diversos autores pesquisados e, das entrevistas concedidas pelas redes de supermercados pesquisadas, pode-se inferir que estas poderiam incluir outras formas de recrutamento, uma vez que tem se baseado, em sua maior parte, na entrega de currículos. Entende-se o processo de divulgação de vagas como um meio de atrair pessoas qualificadas e com habilidades específicas para o preenchimento da vaga em questão, tal procedimento atrairia o maior número de interessados, já que as vagas passariam a ser ofertadas. As empresas pesquisadas reconhecem o impacto do treinamento sobre o desempenho dos colaboradores e os reflexos positivos que trazem para os resultados da organização. Por isso, seria interessante que as mesmas explorassem outras formas de aperfeiçoamento, pois prenderia, um pouco mais, a atenção do grupo. Visto que é inegável a importância do treinamento para o desempenho individual e organizacional. Por fim, constatou-se que seria interessante que todas as empresas adotassem planos de cargos e salários, visto que este fator estimula os colaboradores a atingirem os objetivos organizacionais, tendo como recompensa um aumento da remuneração. Pode-se concluir que, a implementação de novos modelos no tratamento dos recursos humanos evitaria a rotatividade e melhoraria a imagem da empresa com relação ao mercado de trabalho, refletindo-se no desempenho organizacional frente ao mercado consumidor.

BIBLIOGRAFIA: [1] GIOVANNINI, Fabrizio. A complexidade e o estudo das organizações: explorando possibilidades. Revista de Administração, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 56-66, julho/setembro, 2002. [2] FRANÇA, Ana Cristina Limongi. Práticas de recursos humanos - PRH: conceitos, ferramentas e procedimentos. São Paulo: Atlas, 2009. [3] SILVA, Alfredo Rodrigues Leite; CARRIERI, Alexandre de Pádua; JUNQUILHO, Gelson Silva. A estratégia como prática social nas organizações: articulações entre representações sociais, estratégias e táticas cotidianas. Revista de Administração. São Paulo, v. 46, n. 2, p. 122-134, abr./maio/jun, 2011. [4] DUTRA, Joel Souza. Competências: conceitos e instrumentos para a gestão de pessoas na empresa moderna. São Paulo: Atlas, 2008. [5] CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. [6] DESSLER, Gary. Administração de Recursos Humanos. 2. ed. Editora Pearson, 2003. **Área do Conhecimento (CNPq): 1.00.00.00-3 - Ciências Exatas e da Terra**

Ana Carolina Leite **MENDONÇA** (IC – aclmtombos@yahoo.com.br)¹ e Alexandre Horácio Couto **BITTENCOURT** (PQ)²

1-Curso de Farmacologia Clínica; 2. Professor Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé – MG

Palavras-chave: automedicação, medicamento, sintomas, indicação.

APRESENTAÇÃO: O Brasil assume a quinta posição na listagem mundial de consumo de medicamentos, estando em primeiro lugar em consumo na América Latina. Este fato pode estar relacionado a vários casos de intoxicação no país. De acordo com a Associação Brasileira das indústrias farmacêuticas (ABIFARMA), cerca de 80 milhões de pessoas são adeptas da automedicação [2]. A má qualidade da oferta de medicamentos, o não cumprimento da obrigatoriedade de apresentação da receita médica e a carência de informação e instrução na população em geral justificam a preocupação com a qualidade da automedicação praticada no País. Automedicar-se é administrar medicamentos sem orientação ou prescrição médica. É uma forma comum de terapia leiga, com o objetivo de tratar e/ou aliviar sintomas de doenças, ou ainda de promover o bem-estar psíquico. Mais essa prática quando feita incorretamente pode provocar danos à saúde, ou mesmo mascarar sintomas de doenças mais graves atrasando seu diagnóstico e tratamento. O objetivo deste trabalho foi pesquisar a existência da automedicação no bairro Niterói do município de Tombos – MG, através da análise de um questionário. Foram verificadas as causas da automedicação, os medicamentos mais utilizados, se houve melhora dos sintomas, quem indicou o medicamento e qual a frequência da automedicação. **DESENVOLVIMENTO:** O presente trabalho foi realizado em 216 domicílios do bairro Niterói do município de Tombos – MG, com o intuito de obter informações sobre a prática da automedicação na cidade. Foi aplicado um questionário com 11 perguntas sobre o tema com os seguintes resultados: Dos 216 entrevistados, 1 de cada domicílio, a maioria tinha entre 30 e 60 anos, sendo mais mulheres que homens. Cerca de 14 pessoas tiveram problemas com sua saúde, nos últimos 12 meses que impediram de realizar suas atividades diárias. Quando questionados quantas vezes consultou com um médico nos últimos 12 meses, a maioria respondeu de 2 a 4 vezes. Todos disseram já terem feito uso de medicamentos sem prescrição médica, sendo as principais causas: cefaléia (dor de cabeça), gripe/resfriado, cólicas abdominais/ menstruais, queimação no estômago e dores musculares. Os medicamentos mais usados para esses sintomas foram os analgésicos paracetamol e dipirona seguidos dos anti-inflamatórios diclofenaco de Potássio, Nimesulida, compostos conjugados como Sedilax, torsi-lax, tandrilax (caféina, carisoprodol, diclofenaco de sódio e paracetamol) e outros como o Buscopam (escopolamina) e omeprazol. Todos disseram ter melhorado os sintomas iniciais e apenas 07 pessoas afirmaram apresentar efeitos colaterais com o uso de medicamentos sem prescrição médica. Tais como reações alérgicas, dores abdominais, náuseas e vômitos. O medicamento usado pelo participante entrevistado foi indicado principalmente, por que havia o medicamento em casa mas foi comprado sem indicação médica. No período de 12 meses a frequência de automedicação foi de 4 a 7 vezes. Foram constatados em outros trabalhos que também utilizaram de questionários, para portadores de doença crônica, pacientes saudáveis e hipertensos. Uma maior tendência para o recurso à automedicação “sem controle profissional” nos indivíduos com doença crônica e particularmente nos hipertensos, enquanto pacientes saudáveis tende a recorrer a automedicação com o remoto controle profissional [5]. Verificou-se também nesta, e em outras entrevistas um número elevado de idosos fazendo uso de mais de 1 medicamento simultaneamente tomando em média mais de 4 medicamentos por dia [6]. Sabe-se que quanto maior a idade mais medicamentos a pessoa toma, porém o uso simultâneo de remédios sem a orientação de um profissional qualificado oferece grandes riscos. Num trabalho realizado na cidade de São Paulo com pessoas acima de 40 anos de dois domínios (favela e não favela), constatou-se que pessoas que trabalhavam tenderam a se automedicar mais que os desempregados e quanto maior a escolaridade e o acesso ao medicamento, maior foi a automedicação [7]. Supondo-se assim que a proporção de automedicação também aumente com a renda. Analisando outras

pesquisas pode-se perceber que muitas pessoas buscam tratamento nas farmácias e drogarias, por vários motivos, e por diferentes doenças. Inclusive as DSTs. As motivações que levaram elas a buscarem tal tratamento foram: a má qualidade e a demora no atendimento nos serviços de saúde pública, e até mesmo da rede de saúde particular. Outros alegam ter mais facilidade e praticidade no atendimento. Justificando a procura de farmácias com nem sempre um atendimento profissional qualificado [8]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Através desta pesquisa, e de comparações com outras, pode-se perceber que a prática da automedicação encontra-se amplamente inserida no cotidiano dos brasileiros. Observa-se no país, um elevado aumento no padrão de consumo de medicamentos pela população, o que leva ao uso incorreto ou desnecessário, resultando em conseqüências sérias como efeitos colaterais, reações alérgicas, intoxicações, etc. Estas manifestações raras vezes são conhecidas pelo paciente, e este quando não utiliza todo o medicamento adquirido, vai armazenando em farmácias domésticas para posterior utilização. Outros autores brasileiros já demonstraram o fenômeno cultural da supervalorização das terapias medicamentosas, com o medicamento simbolizando a esperança de cura para todos os males [2]. Embora haja medicamentos que podem ser adquiridos sem prescrição médica, as pessoas não devem fazer uso indevido dos mesmos, como ingeri-los na dose e na hora que lhes for conveniente. Partindo do princípio de que nenhuma substância farmacologicamente ativa é inócua ao organismo, ninguém deve tomar medicamentos sem orientação profissional. Os analgésicos, por exemplo, normalmente subestimados pela população, podem gerar dependência, sangramento digestivo e ainda mascarar doenças que podem progredir. As instruções sobre como e quando tomar os medicamentos, a duração do tratamento e o objetivo da medicação devem ser explicados a cada paciente. É muito importante também que os profissionais de saúde sejam incansáveis na busca da conscientização da população quanto ao perigo da automedicação sem uma devida orientação. Para que a saúde dos brasileiros melhore e o país evolua neste tocante. A busca da cura dos sintomas não deve ser maior que a busca da cura da doença, e é isso que a população em geral tem de entender. Cabe dizer também, que o poder público deve tomar medidas educacionais e de reflexão no assunto, para solucionar ou, ao menos minimizar o problema. A automedicação irracional e ignorante deve ser combatida com mais informação e educação sobre saúde. Diante disto este trabalho vem a contribuir com informações sobre o contexto local, sabendo que estudos sobre a utilização de medicamentos, mesmo que em pequena escala, são necessários para se documentar práticas de consumo, fornecendo elementos para proposição de medidas, além de incentivar e promover a reflexão e a discussão nesta área, estimulando a realização de outros trabalhos que venham a complementar neste campo tão amplo. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Automedicação em estudantes de medicina disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id:243227944003>. [2] A importância do profissional farmacêutico no combate à automedicação no Brasil. Disponível em: www.revistas.ufg.br/index.php/REF/article/viewfile/4616/3938. (Revista eletrônica de farmácia). [3] Fatores associados à automedicação em dor de dente: análise a partir dos profissionais dos estabelecimentos farmacêuticos da cidade de Recife-PE. Disponível em: www.scielo.org/php/index.php. [4] Automedicação: Uma abordagem qualitativa de suas motivações. Disponível em: www.scielo.org/pdf/csc/v15s1/087.pdf. [5] Automedicação: Algumas reflexões sociológicas. Disponível em: www.scielo.org/pdf/csc/v15s1/087.pdf. [6] Perfil da automedicação em idosos participantes de grupos da terceira idade de uma cidade do sul do Brasil. Disponível em: www.acm.org.br/revista/pdf/artigos/537.pdf. (Arquivos catarinenses de medicina). [7] Automedicação em adultos de baixa renda no município de São Paulo. Disponível em: www.scielo.org/pdf/rsp/v44n6/1493.pdf. [8] Automedicação: Uma abordagem qualitativa de suas motivações. Disponível em: www.scielo.org/pdf/csc/v15s1/087.pdf.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.03.00.00-5 – Farmácia.

MEMORIAL DA FUNDAÇÃO CRISTIANO VARELLA: UM ESTUDO DE SUA RELEVÂNCIA À SOCIEDADE

Horiana Marquezine **FERRARA** (IC - hmarquezine@yahoo.com.br)¹, Edjane Aparecida Ramos **FORTINI** (IC)¹ e Jorge Luís de Oliveira **DAIBES** (PQ)²

1. Curso de MBA em Gestão Estratégica de Negócios; 2. Professor Faculdade Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Memorial, Arte e Ações educativas.

Apresentação: O presente trabalho visa mostrar a relevância dos serviços prestados à sociedade do pelo Memorial da FCV. Espaço de inclusão social por meio da arte, o Memorial da FCV, é uma instituição cultural nova, que conta com: uma pinacoteca, para exposições temporárias; um educativo, onde acontecem oficinas relacionadas às exposições com alunos; e uma parte institucional, voltada ao patrono e ao hospital. Neste trabalho estaremos analisando as práticas versus teorias nos serviços prestados hoje pelo Memorial, nesses três espaço anteriormente citados. Importante tanto para a cidade quanto para região o Memorial surge para: atuar e promover ações de preservação ao Patrimônio Material e Imaterial; Difusão da arte local, regional, nacional e internacional; e incentivar a cultura. Dessa forma, contribuir para a inclusão social, enfatizando o respeito à diversidade [8]. Outro importante aspecto que fundamenta a existência dos memoriais é o fato da sociedade contemporânea viver em um período marcado pelo excesso e facilidade de informações, o que torna o momento atual cada vez mais suscetível a mudanças, acelerando o processo para a “a perda da memória”. Em virtude dos fatos apresentados o estudo, de cunho qualitativo e descritivo, também, vem debater qual a relevância das ações educativas dentro dos memoriais.

Desenvolvimento: Tendo o Memorial da FCV um espaço cultural vivo e dinâmico, que atende o público escolar de Muriaé e região, visitantes cotidiano, além das pessoas que vem de outras cidades e regiões, em busca de tratamento especializado e ficam ao redor do Hospital de Câncer de Muriaé aguardando o horário de atendimento. Pessoas essas, que antes, sem muitas opções de lazer, devido ao afastamento com o centro da cidade agora desfrutam de um espaço rico em arte e cultura. Estaremos, a partir desse ponto, analisando as práticas de atendimento adotadas no Memorial, fundamentando-as em teóricos das áreas de prestação de serviço. O Memorial promove a integração das pessoas por meio da arte num processo de mediação, observação e reflexão da mesma, sucinta Silva [7] ser através da integração que o processo de construção por meio das ações de mediar, contar ou narrar posterior, obviamente, à existência de uma realidade supostamente passada, instaurasse o mundo representado, ideológico, criado discursivamente. Na mesma linha de pensamento Faria [6] diz que a cultura necessita de mecanismos e interação que abranjam trocas de informações e conhecimento. O que acredita ser, por meio dessas ações, instituídas já no Memorial, que desenvolve nos visitantes uma valorização da cultura e das expressões artísticas que, nesses espaços dedicados a arte e a memória, são encontradas. As Ações educativas despertam nas pessoas um sentimento de responsabilidade pela perpetuação e manutenção de suas culturas, identificando-se por meio delas e despertando-as com parte atuante e responsável por tudo aquilo que acontece a sua volta, tornando-as sujeitos culturais ativos. Reafirmado por Barcellos [8] ser a segunda característica dos memoriais a atuação como grandes centros culturais, segundo o autor supracitado “Levam o nome de memorial, mais em realidade, são o Cenário pra diferentes atividades culturais, da musica e das artes plásticas, imitando de certa forma, o funcionamento das Secretarias de Cultura do Estado: Promoção geral da Cultura”. O Memorial faz da diversidade, característica da sociedade, conhecida. E de certa forma se incluir nela como um espaço de preservação e promoção geral da cultura, até mesmo para que seja criado um vínculo de pertencimento, dele para com os visitantes, e dos visitantes com a sociedade onde eles estão inseridos. Por isso um dos intuitos do Memorial da FCV é despertar nos alunos e visitantes atendidos um sentimento de pertencimento pela cultura própria, para que os mesmos preservem e valorizem o patrimônio histórico e a diversidade cultural [10], incentivando uma democratização da cultura e proporcionando assim uma melhor qualidade de vida para Muriaé e região. Por conseguinte, as ações também buscam a estimulação da consciência crítica, formando a identidade do sujeito, ativo e

participante por meio da cultura, ainda ressalto por Barcellos [8] “memorial não tem uma identidade definida conceitualmente aparecendo e diluindo suas funções ao sabor das administrações”. Segundo o mesmo a “perspectiva conceitual restrita” é essencial em nosso momento histórico, volátil onde “a memória tem sido objeto de cada vez mais iniciativas e a criação de Memoriais uma de suas práticas”, visto que, as ações culturais e educativas desenvolvidas dentro do presente Memorial auxiliam alunos, professores e visitantes a refletirem sobre as expressões artísticas, despertando em diferentes públicos, o respeito às diferenças, ou seja, a grande diversidade sócio cultural, para Silva [7] a “dimensão social de que se reveste a memória pressupõe sempre uma relação de partilha cultural no seio do grupo social em questão”. Uma vez que, é social porque ela compreende um sistema de organização e mediação cultural do ato mental de relembrar, recordar, de rememorar. De acordo com Ellwanger [5] a figura do mediador em instituições que contam com setores de ação educativa é de fundamental importância para compreensão, salienta Bonn [4] que os mediadores estabelecem um diálogo entre o que esta sendo exposto e o público que ali visita, de modo que, todas as visitas dentro da presente instituição, Memorial da FCV, se fazem guiadas. Por isso, tal necessidade e relevância dos serviços de mediação ação educativa, do Memorial que, por conseguinte possibilita a compreensão e o entendimento do acervo Institucional e das exposições. Ações educativas devem respeitar a natureza das peças e exposições, ou seja, seu contexto cultural, sua simbologia e sua significância para o próprio autor “criador” [1], como também a particularidade de cada público, enfatizado por Mistal [2] a memória individual, ao invés de estar subordinada à ação unificadora da coletividade, revela-se potencialmente como um espaço interpretativo singular, de construção de sentido, regulado pelas experiências emocionais e expectativas pessoais de cada indivíduo. Portanto, no Memorial, os atendimentos realizados com as escolas culminam na parte educativa do prédio, espaço dedicado a oficinas e ações que validam e reforçam o que foi anteriormente apresentado aos estudantes, pois sustenta Almeida [9] que o conhecimento não deriva diretamente das percepções, pois o entender se constrói na proporção direta das ações de interação, logo a necessidade de um ambiente de trabalho concreto e prático, no qual os alunos sejam ativos, consequentemente, reflitam sobre as informações anteriormente passadas e validem a visita. Ao adentrar o Memorial o visitantes, em geral, buscam relatos que ilustrem o surgimento da Fundação Cristiano Varella e conhecer um pouco do Patrono, que segundo Barcellos [8] ser “palco de homenagens” a principal característica dos memoriais. Sendo memorial espaço permanente que conserva e expõe coleções de objetos de caráter institucional, se tratando de uma instituição a serviço da sociedade, mas em contrapartida de uma instituição a serviço de fins específicos. Ainda segundo Barcellos [8] um memorial “adquire, comunica e expõe” – como qualquer museu - para fins de estudo e educação – “não se tratam dos testemunhos em geral, mas de testemunhos Específicos”. Portanto, entrando mais uma vez no campo da ideologia. E a partir daí, atraídos pela estrutura robusta do prédio, os Diferentes públicos são apresentados às instalações, e as exposições de caracteres diversos, todas as visitas são monitoradas o que garante um melhor aproveitamento e assimilação das informações [7]. Os objetos do acervo museológico são dispostos de maneira a construir um significado, um discurso visual para o visitante [1]. É nesse momento que ocorre o contato direto entre o visitante e o acervo concreto da instituição. Os elementos que compõe a exposição são selecionados ao longo de um estudo, seguindo critérios não necessariamente técnicos. Presumindo ser a exposição uma apresentação de ideias, com a intenção de informar do visitante a respeito de uma determinada forma de arte, os visitantes se movem de uma parte para a outra numa sequência projetada com um significado instrutivo e/ou estético, que utiliza técnica de interpretação espacial e sequencial de aprendizagem, visando à transmissão e comunicação de conceitos, valores e/ou conhecimentos [3]. **Considerações Finais:** O presente trabalho se propôs mostrar a relevância dos serviços prestados à sociedade do pelo Memorial da FCV. Através dele foi possível evidenciar que o Memorial da Fundação Cristiano Varella é uma instituição que visa ações educativas que melhor divulguem e disseminem a cultura e a história da instituição, assim como a do patrono, por meio de uma mediação que proporcione um entendimento e análises do que esta sendo exposto, além de lazer e entretenimento, contribuindo para um enriquecimento cultural dos públicos por ele atendido. À luz das pesquisas que sustentaram o referencial teórico deste trabalho, bem

como, dos apontamentos trazidos pelo estudo percebe-se que o Memorial da Fundação Cristiano Varela vem cumprindo seu papel institucional de relevância junto à sociedade. Futuras pesquisas poderão averiguar a percepção dos cidadãos da cidade de Muriaé e região sobre a importância do Memorial FCV, bem como mensurar através de outros métodos qualitativos ou mesmo quantitativos os impactos na cultura local e da região. **Agradecimentos:** A FAMINAS, ao Professor Jorge Luís de Oliveira Daibes pelo apoio a mim concedido e ao Memorial da FCV pela oportunidade de Trabalho e realização pessoal.

BIBLIOGRAFIA: BARBOSA, Ana Mae (org). **Inquietações e Mudanças no Ensino da Arte.** São Paulo: Cortez, 2002; [1] EXPOMUS (org.). **Caderno de Acessibilidade:** Reflexões e experiências em exposições e museus. São Paulo S/P: Expomus, 2010; MASSARANI, Luisa; Almeida, Carla. **Workshop Sul-Americano & Escola de Mediação em Museus e Centros de Ciências.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008; [2] MISTAL, B. Theories of social remembering. Maidenhead, Philadelphia: Open University Press, 2003; WILDER, Gabriela Suzana. **Inclusão Social e cultural:** Arte Contemporânea e educação em Museus. São Paulo: UNESP, 2009; Capítulo de livro. [3] AIDAR, G. Museus e inclusão social. In: Patrimônio e Educação, Ciências & Letras. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, n. 31. Porto Alegre, jan/jun. 2002, p.53-62; Dissertação de Mestrado. [4] BONN, Gabriela. **Mediação Profissional em Instituições Museais de Porto Alegre: Interação discursiva,** 2012 123 f. Dissertação (Mestrado) – faculdade de educação, universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012; Artigos e Periódicos. [5] ELLWANGER, Giovana. **Arte contemporânea nas instituições culturais: Uma abertura para o público.** In: 2013, Rio Grande do Sul. **Repositório Lume.** Rio Grande do Sul: UFRGS, 2013. p. 8 – 17; [6] FARIA, Maria de Fátima Bruno. **Cultura de Inovação: : conceitos e modelos teóricos.** RAC, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p.373-396, ago. 2014. Mensal; [7] SILVA, Jane Quintiliano Guimarães. **O memorial no espaço da formação acadêmica: (re) construção do vivido e da identidade.** *Perpectiva*, Florianópolis, v. 28, n. 2, p.601-624, dez. 2010. Semestral; Anais e Congressos. [8] BARCELLOS, Jorge. **O memorial como instituição no sistema de museus: Conceitos e práticas na busca de um conteúdo.** Versão modificada da palestra apresentada no Fórum Estadual de Museus, Porto Alegre, 1999; *Materiais retirados da Internet*. [9] ALMEIDA, Ernany Santos de. **O BRINCAR E A CRIANÇA:** Implicações da teoria de Jean Piaget. PPSI, 2013, São Paulo. **Psicologia Online** <<http://www.psicopedagogia.com.br>>. Acesso 26 ago. 2014; [10] VIVAS, Rodrigo. **O que quer dizer quando falamos história da arte no Brasil?** *Fap: Revista Científica*, Curitiba, v. 8, n. 2011, p.90-114, dez. 2011. Semestral. Disponível em: <<http://www.fap.pr.gov.br/>>. Acesso em: 24 ago. 2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.00.00.00-7 - Ciências Sociais Aplicadas

EPG 007

AVALIAÇÃO DA PRESCRIÇÃO DE BENZODIAZEPÍNICOS NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2011

Raphael Henriques e **SOUZA**¹ (rhsfarma@yahoo.com.br), Núbia Fernandes **TRANIN**¹, Alessandra Aguiar **POGGIANELLA**¹, Marcelo Silva **SILVÉRIO**²

1 – Acadêmico do curso de pós-graduação em Farmacologia clínica; 2 – Professor e coordenador do curso de pós-graduação em Farmacologia Clínica;

Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: prescrição, benzodiazepínicos, insônia

INTRODUÇÃO: A insônia, ainda hoje, é uma síndrome de difícil diagnóstico e de extrema complexidade de tratamento. Além de apresentar sérios impactos na vida do indivíduo, seja social ou profissional, pode ser reflexo de alguma doença de base importante [7]. Entre os fatores de risco mais comuns se destacam o envelhecimento (idosos inativos e/ou aposentados e viúvos), sexo feminino, trabalhos em turnos – principalmente turnos alternados. Historicamente há relatos de inúmeras drogas utilizadas para tratamento de insônia e ansiedades, como álcool e drogas opióides, que se confundem com os relatos de abuso de drogas e *overdoses* fatais. Os benzodiazepínicos vêm nesse contexto à partir dos anos 1960, quando substituíram gradativamente os barbitúricos, e se tornaram a classe de drogas mais prescritas no mundo, devido à sua segurança e eficácia, principalmente à partir dos anos 1970 [5]. Não por acaso estão entre as drogas mais prescritas do mundo, utilizados em curto prazo como ansiolíticos e hipnóticos e em longo prazo como anticonvulsivantes e distúrbios de pânico [4] [5]. Benzodiazepínicos em geral têm seu início de efeito ansiolítico rapidamente, logo nas primeiras seis semanas, sendo nesse período suficiente para até 50% dos casos. Porém, uma parcela significativa dos pacientes recai quando a medicação é suspensa, o que obriga à equipe de saúde, após a estabilização inicial, tentar manter a dose tão baixa quanto possível, realizando reavaliações constantemente. Obviamente a retirada do fármaco, quando necessária, deverá ser gradativa [1]. Estima-se que nos Estados Unidos, por exemplo, 10-12% da população utilize algum benzodiazepínico num intervalo de 12 meses e aproximadamente 2% da população consuma esses medicamentos de forma crônica [6]. Um relatório sobre o consumo dessas substâncias, elaborado pela OMS, evidenciou o potencial dano que essas substâncias podem causar à saúde do paciente e mostra que os fatores que influenciam o início e o término do tratamento com essas drogas são clinicamente incompletos [12]. Os principais efeitos adversos dos benzodiazepínicos relatados são: déficit da atividade psicomotora, interações medicamentosas (principalmente ligadas a drogas que potencializam a depressão do sistema nervoso central, incluindo o álcool) e possibilidade de desenvolvimento de dependência do paciente [2]. Estudos epidemiológicos em vários países têm demonstrado que uma parcela considerável da população (0,5-5,8%) faz uso de benzodiazepínicos há um ano ou mais. Mesmo essas drogas apresentando um perfil terapêutico seguro, não se pode deixar de considerar seu potencial de causar dependência e seu uso como drogas de abuso [3]. Sintomas de abstinência são bastante observados, mesmo em doses terapêuticas, em tratamentos por longos períodos [5]. O objetivo do presente trabalho é avaliar as prescrições de benzodiazepínicos na cidade de Juiz de Fora no primeiro trimestre de 2011. As prescrições foram avaliadas quanto aos seguintes critérios: legibilidade da prescrição, preço, especialidade médica que a prescreveu, a dosagem de utilização de cada droga estudada e sua presença na RENAME. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Foram analisados 935 prescrições aviadas por três farmácias no primeiro trimestre de 2011 no município de Juiz de Fora. Dessas, uma está localizada no centro da cidade e as outras duas em bairros próximos ao centro, a fim de que um volume maior de prescrições fossem analisadas, sendo representativas para toda cidade. Os dados de legibilidade foram avaliados segundo o seguinte critério: Legível: quando o tempo necessário para o entendimento é o tempo normal para leitura, sendo de fácil compreensão; Pouco legível ou duvidosa: quando o tempo para o entendimento foi maior que o tempo normal para leitura, sem certeza da compreensão das palavras na sua totalidade; Ilegível: quando não houve possibilidade de leitura e entendimento do conteúdo [9]. Essa avaliação foi feita por pessoas leigas, sem os vícios de leitura de quem já está

170

habitado às prescrições. Olhos treinados poderiam não classificar certas prescrições como ilegíveis. Foi avaliada também a questão financeira inerente a cada medicamento. Foi feita uma análise sobre o preço dos medicamentos, nas doses mais prescritas de cada princípio ativo para averiguar se os medicamentos mais baratos têm sido mais prescritos ou não. Os dados foram compilados e analisados pelo programa Excel 2007. A avaliação da utilização de cada droga foi feita pelo sistema de classificação conhecido como *Anatomical Therapeutic Chemical (ATC)*, associado à uma unidade de mensuração, *Defined Daily Dose (DDD)*. Este método é indicado como padrão para estudos internacionais de utilização de drogas [12].

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Foram avaliadas 935 prescrições de benzodiazepínicos (notificações de receita do tipo B) com 10 princípios ativos diferentes, coletadas em três drogarias da cidade de Juiz de Fora. Uma delas localizada no centro da cidade e outras duas em bairros próximos, visando uma amostra maior e o mais representativa possível. Para o cálculo da DDD foi utilizada a seguinte fórmula: $DDD = n^{\circ} \text{ de formas farmacêuticas} \times \text{concentração/valor da DDD padronizada}$. Para a pesquisa de preço foi utilizada a tabela de preços ABCfarma padrão de drogarias. Os resultados encontrados, em ordem crescente, foram: → Preço: Diazepam, Clonazepam, Bromazepam, Lorazepam, Nitrazepam, Clobazam, Flunitrazepam, Alprazolam, Cloxazolam, Midazolam.; → DDD: Clobazam, Midazolam, Flunitrazepam, Diazepam, Lorazepam, Cloxazolam, Nitrazepam, Bromazepam, Clonazepam, Alprazolam. Nas notificações de receita avaliadas nesse estudo, percebe-se que apenas dois estão presentes na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME). Um deles, o Clonazepam, mostrou-se altamente utilizado enquanto a utilização do Diazepam, outro medicamento presente na relação, não obteve a mesma frequência. Isso provavelmente reflete o fato de que os benzodiazepínicos são, em sua maioria, medicamentos de baixo custo e o Diazepam ser uma droga de meia-vida longa, com acentuado efeito de sonolência no dia seguinte à utilização. Os resultados se mostraram parecidos com a realidade de outros países, como Portugal. Os benzodiazepínicos mais prescritos nesse país são, nessa ordem, Alprazolam, Lorazepam, Bromazepam e Diazepam. O estudo avaliou a prescrição desta classe de substâncias nos anos de 2000 à 2007, evidenciando aumento ano a ano, exceto em 2007, onde houve queda da prescrição [8]. Outro estudo, realizado no estado de São Paulo por Noto em 2002, qualifica os benzodiazepínicos mais prescritos. Os três mais utilizados pelos médicos são, nessa ordem: Diazepam, Bromazepam e Clonazepam. Mais uma vez há diferenças em relação a prescrição em Juiz de Fora, onde o Diazepam não parece ser o benzodiazepínico de escolha. Um estudo realizado em 2010 no município de Camacho - MG indicou que os medicamentos mais prescritos seriam Diazepam e Clonazepam, devido exclusivamente ao preço. Em relação às notificações de receitas foram analisadas, quanto à legibilidade, os quesitos: nome do medicamento, que é de função primordial para o tratamento correto; data da prescrição, quesito esse que o farmacêutico utiliza como limitante para a dispensação do medicamento (até 30 dias de prescrição); posologia, que vai influir diretamente na quantidade que poderá ser dispensada pelo farmacêutico; dose prescrita e quantidade a ser dispensada. Em relação ao nome do medicamento prescrito, foram legíveis 681 (71%) prescrições, 212 (22%) foram consideradas pouco legíveis e 42 (7%) ilegíveis. Quando à data da prescrição foram legíveis 739 (79%), seis (0,65%) ilegíveis e 190 (20,35%) pouco legíveis, ou duvidosas. Em relação à posologia foram identificadas como legíveis 576 (61%) notificações de receita, 153 (16%) como pouco legíveis e 206 (23%) ilegíveis. Em relação à dose prescrita foram encontrados 790 (84,5%) legíveis, pouco legíveis 25 (2,7%) e ilegíveis 110 (11,8%). Foi observado ainda no quesito “posologia” que 10 (1%) notificações não estavam preenchidas. Esse resultado é bastante frustrante, pois a posologia muitas vezes é determinante na quantidade de formas farmacêuticas máximas que o paciente pode adquirir. A falta dessa informação, ou o não entendimento da informação contida na notificação, pode incurrir em um tratamento mal executado, além de induzir a drogaria a dispensar mais formas farmacêuticas do que o paciente necessita. Em relação à quantidade prescrita foram observados que 821 (87,8%) estavam legíveis, 19 (2,03%) encontravam-se ilegíveis, 91 (9,7%) estavam pouco legíveis e quatro (0,43%) não foram preenchidas na notificação. Houve uma prescrição em que a dose estava ilegível e a posologia estava ausente, uma prescrição de bromazepam onde o médico prescreveu uma posologia de “três ou seis miligramas”, sendo delegada ao paciente qual posologia administrar. Casos

assim denotam certa fragilidade ao tratamento uma vez que, no primeiro caso a chance de que se tenha algum erro na dispensação é bastante considerável; no segundo caso pode ser que o paciente venha a utilizar a medicação quando não houver necessidade, apenas por hábito, já que é um medicamento de reconhecido desenvolvimento de dependência. Um aspecto observado também nas notificações foi a especialidade do médico prescriptor. A grande maioria era psiquiatra ou geriatra, o que condiz com a literatura quanto aos pacientes aos quais são destinados os benzodiazepínicos. Porém algumas especialidades pouco comuns para prescrição desse tipo de medicamento também foram encontradas, tais como: cardiologista, pneumologista, ginecologista, cancerologista, gastrologista e médico do trabalho. Provavelmente o cardiologista prescreveu esse tipo de medicamento para hipertensões leves. A prescrição pelo ginecologista pode indicar tratamentos para ansiedade moderadas, provavelmente como coadjuvante de algum outro medicamento principal nesse tratamento; um parêntese a ser aberto é acerca de mulheres gestantes, pois nesse caso os benzodiazepínicos podem causar deformidades no feto [11]. O gastrologista pode ter lançado mão de um benzodiazepínico em casos de dispépsias de origem emocional, ou por stress. Os benzodiazepínicos também estão indicados como pré-anestésicos, provavelmente um uso indicado pelo cancerologista [8]. Há também outras formas de irregularidade na prescrição que cabem mais pesquisas. Em estudo publicado em 2010 foram identificados erros gritantes em outros aspectos não analisados pelo presente estudo, como por exemplo ausência dos dados do paciente e notificações sem o CRM do médico [10].

CONCLUSÕES: Conclui-se que o Brasil ainda se mostra carente em relação a políticas públicas eficientes que sirvam de diretriz para a prescrição de benzodiazepínicos. Apesar de conhecidos efeitos adversos importantes, como desenvolvimento de dependência e risco de quedas em idosos, o uso desses medicamentos é bastante difundido. Esperava-se que, sendo medicamentos de controle especial, obrigando o paciente a passar pelo médico e ser reavaliado, que o perfil de utilização desses medicamentos fosse menos abusivo. Em relação às o estudo mostrou uma defasagem muito grande. É preciso maior fiscalização dos órgãos competentes para que não sejam dadas aos pacientes notificações de receitas tão precárias e abusivamente incompletas. Por outro lado o próprio paciente tem função primordial nessa questão, visto que por várias vezes é ele mesmo quem solicita ao médico uma receita de um medicamento que já usa “a muito tempo” e, caso não seja atendido, pode vir até a trocar o profissional com quem faz o tratamento. Foi observado também que os medicamentos mais baratos são, em geral, os mais prescritos, mas não necessariamente os presentes na RENAME.

REFERÊNCIAS: [1] ANDREATINI, Roberto; BOERNGEN-LACERDA, Roseli; ZORZETTO FILHO, Dirceu. Tratamento farmacológico do transtorno de ansiedade generalizada: perspectivas futuras. *Rev. Bras. Psiquiatr.*, São Paulo, v. 23, n. 4, dez. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462001000400011&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 11 dez. 2010. doi: 10.1590/S1516-44462001000400011.

[2] AUCHEWSKI, Luciana et al. Avaliação da orientação médica sobre os efeitos colaterais de benzodiazepínicos. *Rev. Bras. Psiquiatr.*, São Paulo, v. 26, n. 1, mar. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462004000100008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 11 dez. 2010. doi: 10.1590/S1516-44462004000100008.

[3] BAKER M, GREENWOOD K, JACKSON M, CROWE S. Cognitive effects of long-term benzodiazepine use. *CNS Drugs*. 2004;18:37-48.

[4] VALENCA, Alexandre Martins et al. Therapeutic response to benzodiazepine in panic disorder subtypes. *Sao Paulo Med. J.*, São Paulo, v. 121, n. 2, 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-31802003000200009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 11 dez. 2010. doi: 10.1590/S1516-31802003000200009.

[5] HUF, Gisele; LOPES, Claudia de Souza; ROZENFELD, Suely. O uso prolongado de benzodiazepínicos em mulheres de um centro de convivência para idosos. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, June 2000. Available from <http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2000000200006&lng=en&nrm=iso>. access on 11 Dec. 2010. doi: 10.1590/S0102-311X2000000200006.

[6] TUFIK, Sergio; POYARES, Dalva. Apresentação: sono, transtornos do sono e uso de hipnoindutores em Psiquiatria. *Rev.*

Bras. Psiquiatr., São Paulo, 2011 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462005000500001&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 23 mar. 2011. doi: 10.1590/S1516-44462005000500001

[7] PINTO JR, Luciano Ribeiro et al . New guidelines for diagnosis and treatment of insomnia. **Arq. Neuro-Psiquiatr.**, São Paulo, v. 68, n. 4, ago. 2010 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-282X2010000400038&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 23 mar. 2011. doi: 10.1590/S0004-282X2010000400038.

[8] GUEDES, José Manuel Fraga Santos ; CARVALHO, Márcia Cláudia Dias de – Evolução do consumo de benzodiazepinas em Portugal continental entre 2000 e 2007. **Revista da Faculdade de Ciências da Saúde**. Porto : Edições Universidade Fernando Pessoa. ISN 1646-0480. 6 (2009) 284-295.

HUF, Gisele; LOPES, Claudia de Souza; ROZENFELD, Suely. O uso prolongado de benzodiazepínicos em mulheres de um centro de convivência para idosos. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, June 2000 . Available from <http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2000000200006&lng=en&nrm=iso>. access on 09 Aug. 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2000000200006>.

[9] SILVERIO, Marcelo Silva; LEITE, Isabel Cristina Gonçalves. Qualidade das prescrições em município de Minas Gerais: uma abordagem farmacoepidemiológica. **Rev. Assoc. Med. Bras.**, São Paulo, v. 56, n. 6, 2010 .

[10] NAPPO, Solange Aparecida et al . Prescription of anorectic and benzodiazepine drugs through notification B prescriptions in Natal, Rio Grande do Norte, Brazil. **Braz. J. Pharm. Sci.**, São Paulo, v. 46, n. 2, jun. 2010

[11] ANDRADE, Márcia de Freitas; ANDRADE, Regina Célia Garcia de; SANTOS, Vania dos. Prescrição de psicotrópicos: avaliação das informações contidas em receitas e notificações. **Rev. Bras. Cienc. Farm.**, São Paulo, v. 40, n. 4, dez. 2004 .

[12] WHO Collaborating Centre for Drug Statistics Methodology, Guidelines for ATC classification and DDD assignment 2011. Oslo, 2010.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.03.00.00-5 - Farmácia
Área do Conhecimento (CNPq): 4.06.00.00-9 - Saúde Coletiva

EPG 008

MOTIVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UM DEBATE À LUZ DE OUTROS AUTORES.

Fabiano Alves e **OLIVEIRA** (IC –biano_alves@yahoo.com.br)¹ e Jorge Luis de Oliveira **DAIBES** (PQ)²

1. Curso de MBA em Gestão de Negócios; 2. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: motivação, administração pública, teorias motivacionais

APRESENTAÇÃO: Grande parte dos objetivos traçados por uma empresa, independentemente de sua área de atuação, podem guardar relação direta com o desempenho e capacidade de seus profissionais. Miranda[2] avalia que “há uma crise geral de motivação que afeta as diversas categorias profissionais e torna-se impossível gerir qualquer atividade humana quando o trabalho perdeu completamente o sentido”. Para Vieira[1] “a Administração Pública possui características muito distintas da Administração de uma empresa privada”, embora acredite que “o Gestor de Pessoas na esfera pública pode se valer tanto das teorias de processo quanto do conteúdo para melhorar seu ambiente de trabalho e motivar as pessoas a trabalharem mais e melhor a cada dia”[1]. Para Braga[4] “Os trabalhadores do setor público, como qualquer outro na atividade laboral, tem tarefas, horários, prazos e ainda que muitos não pensem assim, necessita estar motivado, para que apresente um trabalho de excelência e almeje o aperfeiçoamento contínuo, priorizando a manutenção da sua opção profissional em detrimento de outras oportunidades que vierem a surgir”. O presente estudo, de cunho qualitativo, visa debater a motivação na administração pública. “Como fator que embarça os processos motivacionais, tem-se também que muitos se alistam nas fileiras dos concursos públicos sonhando com os fatores ambientais, como a carga horária, estabilidade e salário, ignorando o conteúdo do cargo, suas tarefas cotidianas, aquilo o que realmente motiva o servidor. Assim, temos uma armadilha motivacional, com indivíduos não satisfeitos com o trabalho e insatisfeitos com os benefícios, de forma concomitante, em uma destruidora dicotomia”[4].

DESENVOLVIMENTO: “A princípio o homem era motivado pela simples questão da sobrevivência; com a evolução do homem e da sociedade agregaram-se mais valores a estas necessidades tornando-as mais complexas”[2]. “Analisando as enquetes a respeito do assunto percebemos que existe ainda muita confusão e desconhecimento sobre o que é e o que não é motivação. A motivação é quase sempre relacionada com desempenho positivo. Muitas vezes, uma pessoa sente-se levada a fazer algo para evitar uma punição ou para conquistar uma recompensa”[3]. “Faz-se necessária à presença da motivação nas instituições, não só motivação dos funcionários, mas também motivação dos profissionais envolvidos no processo do trabalho, a fim de que obtenhamos maior prazer em desempenhar nossas funções e obter melhores resultados. Funcionários motivados mostram melhores desempenhos; demonstram maior envolvimento” [3]. “As pessoas efetivamente se envolvem, quando se emocionam pelo que fazem, percebem a possibilidade de criar, inovar, fazer diferente. A satisfação no trabalho é dinâmica, uma vez que pode deteriorar-se tão rapidamente quanto desenvolver-se. Portanto os administradores devem prestar atenção sempre nas atitudes de seus empregados”[2]. Vieira[1] acredita que é possível motivar um servidor público, embora reconhece que a princípio a ideia parece ser um pouco improvável. Para Freitas[3], “é preciso considerar que, embora as pessoas precisem ser administradas pelas organizações como seu recurso humano, não se pode perder de vista que elas são seres humanos, que querem ser felizes e ter qualidade de vida, que tem outros vínculos além daqueles que mantém com as suas organizações e que seus objetivos nunca coincidem integralmente com os da organização, ainda que possam ter muitos pontos coincidentes”. Vieira[1] tem a opinião de que: “o órgão de recursos humanos nas instituições públicas tem cabido mais a simples tarefa de admitir, registrar legalmente, remunerar, controlar e, quando necessário, punir os servidores. Ou seja, o conceito de órgão mentor ainda está muito distante da realidade da Administração Pública. Entretanto, é vital que essa visão comece a ser revista pelos dirigentes dessas organizações, pois com a evolução das técnicas e práticas de administração e o grande aperfeiçoamento das teorias sobre comportamento organizacional, a ação da área de Recursos Humanos deve ser cada vez mais orientada para a atração, fixação, motivação, treinamento, desenvolvimento e

172

encaminhamento de pessoas”, Vieira [1] ainda ressalta “tanto nas instituições públicas quanto nas demais organizações, as pessoas precisam ser vistas como um recurso estratégico capaz de produzir um diferencial em busca da efetividade organizacional e não apenas como um recurso operacional que precisa se tornar mais eficiente”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Tendo em vista todo o material teórico estudado, foi possível evidenciar que a motivação é algo abstrato, que pode ser alterado de acordo com o momento e desejos de cada indivíduo. Quando aplicado para o contexto do estudo, podemos de certa forma compreender a dificuldade de manter-se motivado, um profissional que já alguns anos têm a mesma rotina, em um ambiente sem novos desafios, sem novas experiências profissionais, sem expectativa de promoção e além de tudo, a cada troca de gestor, perde-se todo o esforço realizado com o intuito de potencializar suas competências profissionais. Nesse caso, podemos destacar apenas uma variável positiva, que ao mesmo tempo pode ser a motivação encontrada por alguns colaboradores da administração pública, a estabilidade. Os estudos científicos vêm demonstrando que fatores financeiros não são necessariamente os mais determinantes para a motivação, embora, temos que reconhecer que não se qualifica como uma regra geral, conforme pode ser comprovado pela pesquisa realizada por Freitas[3], onde, mesmo com uma população pertinente apenas há uma empresa de cunho estatal, foi comprovado que a maioria dos colaboradores da tal empresa transfere sua desmotivação ou insatisfação aos rendimentos financeiros. A literatura pesquisada denota que existem meios de se motivar um servidor público, mas para tal, o profissional tem que estar receptivo ao novo. Em relação ao gestor, cabe avaliar o perfil de seu comandado, antes de realizar qualquer ação para sanar o problema da suposta falta de motivação, pois, o mesmo fator motivacional de hoje, pode ser o fator de descontentamento posteriormente. Em todos os materiais pesquisados, a atuação de um departamento para gestão de pessoas se faz de forma quase obrigatória, havendo um ponto de preocupação com as responsabilidades executadas pelos setores de recursos humanos nos órgãos públicos. O fator comprometimento profissional, embora não tenha sido objeto de estudo, tem certa relevância, pois, é algo que também ocorre de forma abstrata e individual, por isso, se confunde quando se mapeia motivação e resultados positivos na administração pública. No entanto, na literatura, alguns autores classificam que o comprometimento se diverge da motivação, por está diretamente ligado ao envolvimento, além de ser é mais duradouro, enquanto do outro lado, a motivação está ligado a necessidade de um indivíduo. Também há casos de autores que em seus textos não fazem diferenciação entre tais fatores. Sendo assim, futuros estudos podem ajudar a entender melhor o grau de relevância de cada um desses fatores ao se analisar excelência no trabalho executado nas organizações públicas.

AGRADECIMENTOS: Ao professor Jorge Luis de Oliveira Daibes, pela orientação e parceria. **BIBLIOGRAFIA:** [1] VIEIRA, Carolina Belli et al. **Motivação na Administração Pública: considerações teóricas sobre a aplicabilidade dos pressupostos das teorias motivacionais na esfera pública.** Revista Admpg Gestão Estratégica, v.4, n.1, 2011. Disponível em: <http://www.admpg.com.br/revista2011/artigos/12.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2014.; [2] MIRANDA, Cely. **MOTIVAÇÃO NO AMBIENTE DO TRABALHO.** 2009. 83 f. Monografia - Curso de Mba em Gestão de Recursos Humanos, Escola Superior Aberta do Brasil - Esab, Vila Velha, 2009; [3] FREITAS, Sandrielli Czelusniak. **Motivação no Ambiente do Trabalho.** 2009. 52 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialista em Pedagogia da Gestão; e [4] BRAGA, Marcus Vinicius de Azevedo. **Motivação no setor público: desafios e reflexões.** 2012. Disponível em: <http://www.Administradores.com.br/artigos/negocios/motivacao-no-setor-publico-desafios-e-reflexoes/66584>. Acesso em: 25 ago. 2014. **Área do Conhecimento (CNPq): 6.02.00.00-6-Administração**

EPG 009

IMPORTÂNCIA DA DELEGAÇÃO DE FUNÇÃO E DA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS ERP NA GESTÃO EMPRESARIAL

Ana Carolina de Paula BITTENCOURT (IC – anacarolina.bittencourt@live.com)¹, Lílian Souza de ARAUJO (IC)², Juberlana Almeida FERREIRA (IC)², Janainy Pereira FERREIRA (IC)², Aline Cristina Barbosa da SILVA (IC)² e Daniel Clarismundo BORGES (PQ)⁴

1. Curso de MBA em Gestão Estratégica de Negócios; 2. Curso de Administração; 3. Professor - Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Sistema ERP, Delegação de função, Descentralização.

APRESENTAÇÃO: A tecnologia da informação tende a proporcionar cada vez mais facilidades para o cotidiano das pessoas, tanto físicas como jurídicas. Mesmo hoje, com o avanço da Gestão Empresarial, ainda existem as pequenas empresas, que na maioria das vezes, são empresas familiares, onde toda a grade de funcionários é formada por parentes. Esse tipo de empresa ainda mantém a gestão de “empresa centralizada”, onde normalmente o proprietário retém toda a informação e desempenha várias funções, como abastecimento de estoque, atendimento ao cliente, balanço financeiro, controle de fluxo de caixa, dentre outras, e desejam crescer, delegar funções, descentralizar e melhorar a forma como as informações fluem dentro da empresa, mas não sabem por onde começar. Este trabalho tem como objetivo, apresentar algumas formas de como uma empresa pode proceder na hora de crescer.

DESENVOLVIMENTO: As estruturas organizacionais centralizadas dependem de um indivíduo para tomar decisões e fornecer orientação para a empresa. As pequenas empresas costumam usar esta estrutura, uma vez que o proprietário é responsável pelas operações de negócios da companhia [2]. Obviamente, quando uma empresa “nasce”, é preciso reduzir gastos para que a mesma possa prosperar. Porém, depois de alguns anos no mercado e com o crescimento da empresa, a gestão centralizada começa a afetar a própria empresa, onde apenas o proprietário não consegue ser produtivo, a ponto de realizar várias funções correspondentes a diversos setores, onde a pessoa responsável por tudo, acaba sobrecarregada de tantas funções e serviços. A estrutura de gestão organizacional descentralizada entra quando a gestão centralizada já não favorece tanto a empresa como antes. Quando uma empresa adota a gestão descentralizada, ela passa a separar seus setores e funcionários designados para cada um. Em uma empresa, podem ser encontrados diversos setores, tais como: Financeiro, Estoque, Almoxarifado, SAC, Recepção, Vendas, dentro muitos outros. As estruturas organizacionais descentralizadas, muitas vezes têm vários indivíduos responsáveis pela tomada de decisões de negócios e gestão do negócio. Organizações descentralizadas contam com um ambiente de equipe em diferentes níveis do negócio. Indivíduos em cada nível no negócio podem ter alguma autonomia para tomar decisões de negócios [2]. Empresas que utilizam o padrão centralizado, tendem a depender de apenas uma pessoa para todos os setores, causando atrasos para tomada de ações para operações de linha de frente, por exemplo. Também é possível visualizar que empresas centralizadas possuem a mesma visão e missão do proprietário e não da empresa em si. Em contra partida, as empresas descentralizadas utilizam de pessoas com as mais diversas experiências, de diversas áreas, possibilitando estratégias de negócios mais ousadas e eficazes. Na estrutura organizacional existem gerentes responsáveis por cada setor, onde é possível encontrar vários gerentes dentro da empresa, cada um com experiência profissional em sua área, possibilitando extrair ao máximo a qualidade e o desempenho de cada setor. Os proprietários do negócio devem considerar, cuidadosamente, que tipo de estrutura organizacional pretendem utilizar em sua empresa. Pequenas organizações, tipicamente podem se beneficiar de estruturas organizacionais centralizadas, isto porque os proprietários muitas vezes se mantêm na vanguarda das operações comerciais. As organizações maiores normalmente requerem uma estrutura mais descentralizada, sendo que essas empresas podem ter várias divisões ou departamentos. Os proprietários do negócio devem considerar a alteração da estrutura organizacional em função do crescimento e expansão das operações de negócios [2]. Evidentemente que só mudar a estrutura organizacional de uma

empresa, não assegura que a mesma não precisará se preocupar com mais nada. Não se deve esquecer que para o bom funcionamento de uma empresa, as informações pertinentes de cada setor, para outro, devem estar atualizadas e sempre em movimento. A má fluência das informações dentro de uma empresa podem gerar prejuízos e transtornos para seus clientes. Como exemplo, o setor de vendas pode prejudicar as empresas caso o setor de compras e o setor de cadastro de cliente não efetuarem as suas funções ou então se houver atraso na entrega de informação entre um setor e outro. Para solucionar esse e diversos outros problemas, a partir dos anos 80, as empresas começaram a transcender de anotação em papel para sistemas integrados, como por exemplo, setores de contabilidade, vendas, serviços, dentre outros. Porém, com o tempo, foi-se desenvolvendo um sistema específico para cada setor, para atender as referentes necessidades de cada um. Problemas começaram a surgir com o tempo, pois as informações ficavam restritas e divididas para cada setor. Os Sistemas ERP (*Enterprise Resource Planning*), ou Sistemas Integrados de Gestão Empresarial, surgiram com a promessa de solucionar estes problemas, ao incorporar em um único sistema, funcionalidades que suportam as atividades dos diversos processos de negócio das empresas [1]. No enfoque tecnológico, é dada ênfase para as características tecnológicas do ERP. Uma destas definições foi feita pela empresa de consultoria DELOITTE Consulting (1998), que definiu ERP em uma de suas publicações como sendo “um pacote de software de negócios que permite a uma companhia automatizar e integrar a maioria de seus processos de negócio, compartilhar práticas e dados comuns através de toda a empresa e produzir e acessar informações em tempo real.” [1]. Com a chegada dos sistemas ERP, as empresas passaram a ter todas as suas informações, “compartilhadas” para todos os setores da empresa. Claro que as informações são restritas para o bom desempenho de cada setor, não havendo necessidade do setor de contabilidade terem acesso aos dados do setor de montagem, e vice versa, como exemplo. Apenas informações pertinentes e significativas para cada setor geralmente são compartilhadas. Internamente todo o sistema se comunica, e isso é fundamental para o andamento do negócio. Como exemplo, pode ser citado: há um setor responsável por cadastrar um novo cliente e fazer análise de crédito do mesmo, logo em seguida o setor de vendas já pode negociar um pedido desse cliente e em seguida o setor de estoque recebe a informação do pedido e separa os produtos para entrega. Quando uma empresa adota um sistema ERP, deve-se levar em consideração, diversas variáveis. A principal restrição que uma empresa pode encontrar na hora de adotar um sistema ERP é com as pessoas de seus setores. Normalmente as pessoas não gostam ou possuem medo de sair de suas “zonas de conforto” e tentarem algo novo. Também pode ser destacado a falta de contato com a tecnologia de informação, como um dos fatores que levam as pessoas a apresentarem resistência na hora de implantar um sistema ERP na empresa. Esse tipo de situação, influencia na implantação e no funcionamento do sistema na empresa. Uma vez que existem funcionários que trabalham a anos na mesma função, e desempenham seus trabalhos de forma mecanizada, com o tempo passam a se acostumar com a forma de trabalho, dificultando, muitas vezes, a utilização de um novo método de trabalho. Para lidar da melhor forma com essas situações, é essencial possuir um líder da equipe que esteja sempre em contato com as pessoas envolvidas no setor, e normalmente essa pessoa é o gerente de cada setor. O líder deve sempre motivar sua equipe, pois em casos de implantação em empresas onde o gerente ou líder não possui muito contato com a equipe, a probabilidade de existir resistência por parte das pessoas na hora de inovar, será muito maior. Com uma equipe motivada, é possível ter uma implantação com menor hesitação possível, por parte das pessoas. Para a implantação de um novo sistema nas empresas, podem ser adotadas algumas estratégias para sua implantação, porém normalmente a implantação com maior chance de sucesso é a “*Big Bang*”, na qual os módulos do escopo são implantados simultaneamente e não há a necessidade da construção de interfaces [5]. Nessa situação é implantado o sistema em todos os setores de uma vez, diferente da “*step by step*” que é uma estratégia de adaptação mais lenta. Com uma implantação rápida, toda a estrutura da empresa já começa a se familiarizar com o novo sistema, e sua resistência é menor, e também tratada de maneira mais rápida, uma vez que todos os setores adotam o sistema de uma única vez. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Esse trabalho, demonstra o processo de crescimento de uma empresa, desde seu nascimento, que na maioria das vezes possui sua organização centralizada. Pode ser observado também

as vantagens da descentralização em uma empresa, como delegar funções, influenciam diretamente em seu crescimento. A implantação de um sistema ERP na empresa apresenta uma melhor interação entre os setores da empresa, no que tange a controle e, principalmente no crescimento da mesma. Cada vez mais empresas de médio e pequeno porte visam meios para crescerem de maneira segura e eficiente, porém não sabem a partir de onde começar. Com este trabalho fica demonstrado a eficiência do sistema ERP, e que possa estar auxiliando as empresas, não apenas desgastando a temática, mas demonstrando os principais pontos de evolução, para aquelas que desejam crescer e não sabem por onde começar, possam dar seu primeiro passo.

BIBLIOGRAFIA: [1] RAMOS, A. S. M.; OLIVEIRA, M. A. Fatores de sucesso na implementação de sistemas integrados de gestão empresarial (ERP): estudo de caso em uma média empresa. In: XXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 2002, Curitiba-PR. Anais do XXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Porto Alegre-RS: ABEPRO, 2002. v. 1. [2] Centralizada vs. Estrutura organizacional descentralizada. Disponível em: <<http://finslab.com/modelos-de-negocios/artigo-1835.html>>. Acesso em: 06/06/14. [3] ALBERTIN, A. Luiz. - Aumentando as chances de sucesso no desenvolvimento e implementação de sistemas de informações. Revista de Administração de Empresas, São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, Vol 36, nº 3, p. 61-69, jul/ago/set 1996. [4] DELOITTE CONSULTING (1998). *ERP's Second Wave: Maximizing the Value of ERP – enabled process. Relatório de pesquisa publicado pela Delloite Consulting em 1998. Disponível em* <<<http://www.dc.com/whatsnew/second.html>>>. Acesso em: 10/06/14. [5] HYPOLITO, Christiane Mendes, PAMPLONA, Edson de Oliveira. **Sistemas Integrados de Gestão - SIG: Um estudo de caso sobre problemas na implantação.** Tese de Mestrado. Escola Federal de Engenharia de Itajubá, Itajubá, 2000. **Área do Conhecimento (CNPq): 6.00.00.00-7 - Ciências Sociais Aplicadas**

CONTROLES INTERNOS: UM ESTUDO DA PERCEPÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DOS SERVIÇOS DE CONTABILIDADE DA FAMINAS-MURIAÉ

Jeanne Aparecida Medeiros FERREIRA (IC – jeanneaparecida16@hotmail.com)¹, Jorge Luís de Oliveira DAIBES (PQ)²

1. Curso de Pós Graduação em Contabilidade Decisória; 2. Professor da Faculdade de Minas – FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: FAMINAS, controle interno; confiabilidade.

INTRODUÇÃO: A FAMINAS - Faculdade de Minas – atua dentro das macro áreas da educação superior: ensino, pesquisa e extensão. No ensino, a área de atuação acadêmica abrange os cursos de graduação, em bacharelado e em licenciatura, cursos de pós-graduação Lato-Sensu presencial em diversas áreas do conhecimento e cursos técnicos profissionalizantes. As linhas de pesquisa na FAMINAS estão estabelecidas dentro das grandes áreas do conhecimento: Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Exatas e da Terra e Ciências Sociais Aplicadas. Na extensão, a área de atuação acadêmica se estende a programas, projetos, prestação de serviço, produção e publicação, cursos de extensão e eventos abrangendo as seguintes áreas do conhecimento: ciências exatas e da terra, ciências biológicas, engenharia e tecnologia, ciências da saúde, ciências agrárias, ciências aplicadas e sociais, ciências humanas e linguística, letras e artes com suas respectivas linhas programáticas. A FAMINAS situa-se em uma região de desenvolvimento das mais importantes da Zona da Mata Mineira. Muriaé representa nessa região um pólo significativo que lidera, econômica e culturalmente, um grande número de municípios. O controle interno significa o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas visando proteger os ativos, gerar dados contábeis confiáveis, contribuindo para que a administração conduza as transações empresariais [1]. O controle está intimamente ligado com três funções do processo administrativo: planejamento, organização e direção. Significa um reflexo de todas as outras funções administrativas, tornando favorável a mensuração e a avaliação dos resultados da ação organizacional. Diversas organizações internacionais têm indicado os controles internos como uma forma autoritária para melhorar a confiabilidade dos indicadores financeiros, de forma a garantir que a empresa permaneça no mercado, mantendo-a em uma direção pré-estabelecida, em uma perspectiva de administração; ou seja, deve ser visto como uma série de informações e de ações que têm como meta conservar o curso das operações dentro de um caminho que se deseja atingir [2]. Vale salientar que esse não é um sistema de rotinas e procedimentos burocráticos que precise ser implementado justamente como os livros e normas indicam, para que funcione de modo satisfatório. A filosofia do gestor determinará a capacidade de implantar sistemas que mostrem circunstâncias que favoreçam a organização, atendendo suas particularidades. Portanto, pode-se inferir que os controles internos abrangem todos os sistemas da organização, bem como os métodos e procedimentos, a fim de proteger o patrimônio empresarial, assim como a demonstração de todos os registros contábeis da entidade. O presente estudo teve como objetivo capturar a percepção dos funcionários ligados aos serviços de contabilidade da Faminas acerca dos mecanismos de controles internos existentes. **MATERIAL E MÉTODOS:** Este estudo, de cunho quantitativo e natureza descritiva, foi realizado na FAMINAS, no período de abril a outubro de 2012, os respondentes foram convidados a colaborar com o estudo mediante assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que tem por objetivo assegurar o anonimato e confidencialidade dos dados obtidos, além de desistência de sua participação a qualquer momento. Para a coleta de dados foi utilizado um questionário, com perguntas objetivas, em 03 setores da instituição: Contas a Pagar, Contas a receber e Contabilidade. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O questionário 01 (um), aplicado ao Setor de Contas a Pagar teve 01 (um) respondente, que constitui o único funcionário do setor. A seguir, apresentam-se os resultados e a análise dos mesmos. Você tem acesso às normas e procedimentos de Controle Interno da FAMINAS? Os resultados da pesquisa apontam que 100% (cem por cento) dos funcionários têm acesso às normas e procedimentos de controle interno da Instituição, indicando que há ações efetivas para o bom desenvolvimento das atividades por parte dos colaboradores. Há autorização pela gerência para realização dos pagamentos?

Verificou-se que 100% (cem por cento) dos pagamentos são autorizados pela gerência, indicando que há um total controle antes da realização dos pagamentos. Os pagamentos são realizados com documentos comprobatórios? Após análise, percebe-se que todos os pagamentos são realizados com documentos comprobatórios, o que garante a segurança das atividades desenvolvidas no setor. Há controle de pagamentos para evitar atrasos? Os resultados da pesquisa mostram que 100% (cem por cento) dos pagamentos são controlados para evitar atrasos, indicando um bom andamento e padronização das atividades. Existe controle para evitar pagamentos em duplicidade? O resultado aponta que 100% (cem por cento) dos pagamentos não são controlados para evitar a duplicidade o que pode causar transtornos e até mesmo prejuízo para a empresa. Os documentos são vistoriados pela gerência e/ou supervisores? Através da pesquisa verificou-se que 100% (cem por cento) dos documentos são vistoriados pela gerência e/ou supervisores o que propicia um maior controle dos pagamentos realizados. São anexados comprovantes junto às notas fiscais, boletos, guias e outros demais pagamentos? Pode-se aferir que 100% (cem por cento) dos comprovantes são anexados às notas fiscais, boletos, guias e outros pagamentos o que demonstra controle do que realmente está sendo emitido e eficiência no trabalho desenvolvido. O questionário 02 (dois), aplicado na Contabilidade teve 03 (três) respondentes que são funcionários do setor. A seguir, apresentam-se os resultados e a análise dos mesmos. Você tem acesso às normas e procedimentos de Controle Interno da FAMINAS? Os resultados da pesquisa apontam que 100% (cem por cento) dos funcionários têm acesso às normas e procedimentos de controle interno da Instituição, indicando que há ações efetivas para o bom desenvolvimento das atividades por parte dos colaboradores. Existe algum critério de rateio para lançamentos de receita, custos e despesas por curso? O gráfico mostra que existe critério de rateio de 100% (cem por cento) dos lançamentos de receita, custos e despesas por curso. Os saldos das contas contábeis (clientes, fornecedores, adiantamentos, bancos, etc.) são conciliados com relatórios financeiros? Conclui-se que 100% (cem por cento) dos saldos das contas contábeis (clientes, fornecedores, adiantamentos, bancos, etc.) são conciliados com relatórios financeiros. É analisada pelo Setor contabilidade a retenção de tributos anteriormente ao pagamento dos documentos? O resultado mostra que 100% (cem por cento) dos funcionários do setor de Contabilidade analisam a retenção de tributos anteriormente ao pagamento dos documentos. O sistema de informação contábil influencia nas tomadas de decisões dos gestores? Conclui-se que 100% (cem por cento) das informações contábeis repassadas influenciam nas tomadas de decisões dos gestores. Após a entrega do balancete mensal ocorre alteração nos lançamentos? Em 100% (cem por cento) não há alteração nos lançamentos após a entrega do balancete, garantindo a segurança das informações emitidas para os diretores da instituição. Existe controle total do patrimônio por departamento? A pesquisa apresenta que não existe em 100% (cem por cento) um controle total do patrimônio por departamento, o que gera dificuldades no controle patrimonial da instituição. Os estoques de materiais de uso e consumo são controlados em contas específicas no setor de contabilidade conciliando com saldo real do estoque? Os estoques de materiais de uso e consumo são controlados em 100% (cem por cento) pelas contas específicas no setor de contabilidade, para a eficiência das atividades desenvolvidas. O questionário 03 (três), aplicado ao Setor de Contas a Receber teve 06 (seis) respondentes, sendo eles funcionários do setor. A seguir, apresentam-se os resultados e a análise dos mesmos. Você tem acesso às normas e procedimentos de Controle Interno da FAMINAS? O resultado demonstra que 83% (oitenta e três por cento) dos funcionários têm a acesso às normas e procedimentos de controle interno e que 17% (dezessete por cento) não têm. Diante disso podemos evidenciar que este setor merece mais atenção, pois o não acesso às normas propicia erros que podem causar transtornos e diminuir o rendimento das atividades desenvolvidas. Os cheques recebidos são endossados imediatamente ao seu recebimento de forma que somente possam ser depositados na conta bancária da instituição? 33% (trinta e três por cento) dos cheques recebidos são endossados imediatamente ao seu recebimento de forma que somente possam ser depositados na conta bancária da instituição, 50% (cinquenta por cento) às vezes são endossados e 17% (dezessete por cento) não endossam os cheques. Essa análise sugere que este departamento seja mais cauteloso diante aos endossos, evitando qualquer tipo de desvio dos cheques recebidos. Os cheques recebidos são imediatamente cruzados? 33% (trinta e três por cento) dos cheques recebidos são

às vezes imediatamente cruzados e 67% (sessenta e sete por cento) não são. Percebe-se que não há total segurança no caso de fraude ou desvio de cheques recebidos. Todos os recebimentos são registrados prontamente e depois depositados intactos no banco? Para esta questão os entrevistados apontaram que 100% (cem por cento) dos recebimentos são registrados prontamente e depois depositados intactos no banco, garantindo a segurança e eficiência do faturamento da instituição. Os recebimentos realizados nos caixas são baixados no dia que o fato ocorreu? 100% (cem por cento) dos recebimentos nos caixas são baixados no dia em que o fato ocorreu, garantindo a segurança e eficiência dos recebimentos realizados na instituição. A instituição possui uma regra específica de cobrança? Verificou-se em 100% (cem por cento) que a Instituição possui uma regra de cobrança específica o que padroniza os serviços e auxilia no controle da inadimplência. Os alunos em inadimplência são devidamente registrados nos órgãos de proteção ao crédito? Verificou-se que cerca de 67% (sessenta e sete por cento) dos alunos inadimplentes são devidamente registrados nos órgãos de proteção ao crédito e que 33% (trinta e três por cento) às vezes são registrados, podemos sugerir que haja maior controle nas normas da Instituição para a eficácia dos trabalhos deste setor. **CONCLUSÕES:** Há uma consciência formada por parte do quadro de funcionários em relação às normas e procedimentos do controle interno. Porém vale ressaltar que parte desse quadro de funcionários desconhece tais normas, comprometendo assim a eficácia das atividades desenvolvidas. Quanto a execução das tarefas realizadas embora o resultado seja satisfatório, cabe uma melhoria, pois são cometidas pequenas falhas, que se não forem sanadas, podem ocasionar uma situação desfavorável. Mediante resultados é pertinente salientar que sempre que identificado as não conformidades do referido controle, há um plano de ação elaborado pela auditoria visando reparar essas deficiências afim de que não causem danos e prejuízos à instituição.

BIBLIOGRAFIA: [1] ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria:** um curso moderno e completo. São Paulo: Atlas, 2010. [2] IMONIANA, Joshua O.; NOHARA, Jouliana J. **Cognição da estrutura de controle interno:** uma pesquisa exploratória. ENANPAD, 2004. **MANUAL DE CONTROLE INTERNO: um guia para a implementação e operacionalização de unidades de controle interno governamentais.** Controladoria Geral da União – CGU, 2007.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.00.00.00-7 – Ciências Sociais Aplicadas.

EPG 011

EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS (ARH) EM ORGANIZAÇÕES NA CIDADE DE MANHUAÇU NO LESTE DE MINAS GERAIS

Felipe Lobato **PEREIRA** (IC – lobao.cia@gmail.com)¹, Francisco de Assis **FERREIRA** (PQ)².

1-Curso de pós-graduação - especialização; 2. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Administração de recursos humanos, pessoas, gestão.

APRESENTAÇÃO: Apesar de ser uma área de estudos relativamente nova, a administração de recursos humanos é aplicável a qualquer empresa, independentemente do seu tipo ou tamanho. A administração de recursos humanos é uma área interdisciplinar [1], visto que abrange conceitos de Psicologia, Engenharias, Cibernéticas etc, tratando de assuntos que se referem a uma pluralidade de campos de conhecimento, podendo ser incluídas as áreas de administração, sistemas de informação, pedagogia, engenharia. Tais assuntos podem se referir a aspectos internos ou externos da organização. A forma de gestão da administração de recursos humanos provoca um choque nas pessoas e nas organizações. As organizações afetam a todos, todos os dias [1]. Esse conflito pode ser evidenciado desde a busca das pessoas no mercado, integração das mesmas nas organizações e sua orientação até a recompensa e monitoramento destas.

DESENVOLVIMENTO: Cada organização desenvolve a política de recursos humanos mais adequada à sua filosofia e suas necessidades [1], assim sendo, os objetivos desta estão diretamente vinculados aos daquela. Um dos principais objetivos de qualquer organização é a criação e distribuição de algum produto ou serviço, desse modo a administração de recursos humanos deve considerar os objetivos pessoais de seus colaboradores junto aos objetivos da organização. Tanto empresa quanto seus funcionários possuem interesses, expectativas e/ou anseios que podem ou não ser comuns, dependendo de diversos aspectos abrangidos pelo contexto em que ambas as partes estão inseridas [2]. Com base em dados de pesquisa de opinião pública em Manhuaçu - MG, identifica-se algumas das empresas de médio porte com maior destaque na cidade, e relaciona-se seu êxito à política de recursos humanos, visto que com base em informações fornecidas por profissionais administradores de tais organizações, a área de recursos humanos nada agregava aos objetivos da organização – sem falar que em algumas empresas nem existia esse setor. Mas a necessidade de acompanhar a competitividade e atender às demandas de mercado – Manhuaçu é polo educacional, comercial e salutar – as empresas tiveram, portanto, que transformar a administração de recursos humanos em uma área estratégica e inovadora capaz de diagnosticar as expectativas, interesses e até mesmo as deficiências do seu pessoal envolvido, para diante disso, agir de forma coerente para manter seus colaboradores motivados, produtivos e com a moral elevada. O estudo do fator humano e a resolução dos problemas atinentes a este não podem mais ficar ausentes da organização moderna, pois o homem é mais importante que a máquina. O homem é capaz de fabricar uma máquina, mas nunca se viu uma máquina fabricar um homem. (WEILL, 2008, p. 23). [3]. A administração de recursos humanos busca conquistar e manter pessoas na organização, trabalhando e dando o máximo de si, com uma atitude positiva e favorável [1], por conseguinte, ela representa, segundo CHIAVENATO [1], tudo de grandioso e pequenino que irrita e desgasta ou que alegra e satisfaz as pessoas levando-as a desejar permanecer na organização. Corporações, competitividade, mercado de trabalho, competência, desempenho e pessoas, um conjunto de conceitos que pode facilitar o entendimento das atuais políticas de gestão de pessoas. (LODI, 2007, p. 11). [4]. Dentre as organizações consideradas, uma margem de 70% que obtiveram maior destaque no mercado, agarraram-se às políticas de recursos humanos para atingir suas metas e concretizar sua missão organizacional. Observa-se no entanto, que a partir das políticas, as empresas puderam definir os procedimentos a serem implantados, que, de acordo com CHIAVENATO [1], são cursos para orientar os desempenhos das operações e atividades, tendo em vista os objetivos da organização. Esses procedimentos são como planos perenes que servem para orientar as pessoas na execução de suas tarefas guiando-as na realização desses objetivos. “Temos que investir em pessoas que acreditam que o sonho pode ser alcançado, pois elas serão o futuro

das Organizações” [5]. Segundo colaboradores dirigentes das organizações mencionadas, a ampliação de seus intuitos se deu a partir do momento que começaram a enxergar o negócio como sendo um processo de satisfação dos clientes, fornecedores, acionistas e colaboradores, bem como de seus diretores, funcionários e até mesmo de seu pessoal terceirizado. Esse último, servindo de exemplo de uma das empresas citadas, que presta serviços no ramo de eletrificação ao governo do Espírito Santo, além disso, mantém filiais em várias cidades de Minas Gerais, São Paulo e agora no exterior. Outro fator importante citado pelos dirigentes de 60% das empresas foi a manutenção de funcionários evitando a troca desgastante para ambas as partes. A organização investe na qualificação da mão de obra de que dispõe e o funcionário, por sua vez, demonstra, não só aptidão, mas também inteligência profissional para ser promovido. Isso decresceu também o índice de insatisfação dos antigos profissionais que, baseado no que disse WEIL [3], depois de anos de firma se deparavam com os hábitos de seus dirigentes de contratar chefes e gerentes externamente, sem procurar saber se tais empregados poderiam exercer essas funções e ser um colaborador muito mais eficiente do que qualquer outro externo, visto que já conhece o ambiente da organização. Organização e pessoas, lado a lado, propiciam um processo contínuo de troca de competências. A empresa transfere seu patrimônio para as pessoas, enriquecendo-as e preparando-as para enfrentar novas situações profissionais e pessoais, dentro ou fora da organização. As pessoas, por seu turno, ao desenvolver sua capacidade individual, transferem para a organização seu aprendizado, dando-lhes condições para enfrentar novos desafios. (DUTRA, 2001,p.27) [6]. Por último, mas não menos importante, salienta-se o trabalho baseado na confiança e no respeito, fatores relatados por alguns colaboradores das empresas em questão e também mencionados por WEIL [3]. “Às vezes ouço estas palavras de dirigentes: ‘Isso tudo é muito bonito, consegui altos salários para meu pessoal, consegui abono de natal, tratamento médico, dentário, estou classificando o pessoal com testes psicológicos e apesar de tudo isso a coisa não anda!’”. Isso é muito decorrente em empresas que não têm o trabalho pautado nos valores mencionados: confiança mútua e respeito humano. Os colaboradores acham plausível e valiosa essa forma de gestão na qual os dirigentes fazem reuniões periódicas e discutem os problemas da organização às claras e não às escondidas. Esse ato demonstra confiança aos colaboradores não só por saberem de determinados conflitos, como também, por serem responsáveis pela resolução dos mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A administração de recursos humanos se faz importante para uma análise detalhada das necessidades dos funcionários e do que pode ser melhorado para melhor interação no ambiente de trabalho. O objetivo da gestão de recursos humanos é ter os funcionários como colaboradores da empresa, onde cada qual, dentro de sua funcionalidade irá promover o que for essencial para o desempenho eficiente da organização como um todo. A competitividade entre organizações é fator que leva a empresa ao crescimento através do desenvolvimento de políticas de recursos humanos que visam, a cada momento, alinhar recursos que agreguem maior credibilidade e ganho de mercado ao sistema organizacional. Desta forma, para contribuir com a competitividade da empresa e permitir que a mesma não perca espaço no mercado, tem que haver equilíbrio entre os objetivos individuais e os objetivos organizacionais, de modo que garantam a satisfação da empresa bem como dos colaboradores. É de incumbência da administração de recursos humanos a seleção de colaboradores, a definição de suas responsabilidades na empresa, cuidar da remuneração e benefícios para mantê-los na organização, treinar, reciclar e monitorá-los a fim de atingir seus objetivos organizacionais.

BIBLIOGRAFIA: [1] CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos:** o capital humano das organizações. 9.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. [2] DAFT, Richard L. **Organizações:** teorias e projetos. Tradução de Cid Knipel Moreira. Revisão técnica de Reinaldo O. Silva. São Paulo: Pioneira, 2003. [3] WEIL, Pierre. **Relações humanas na família e no trabalho;** ilustrações de Roland Tompakow. 54. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008. [4] LODI, Queila. **Gestão de Desempenho por Competências como ferramenta na gestão de pessoas no Banco do Brasil S/A-agência de Dois Vizinhos-PR.** Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14173/000649463.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 de nov. de 2012. [5] BUENO, Edson. **Gestão de pessoas faz a diferença.** **Revista UniFae Business:** V Feira de Gestão - FAE, número 13 novembro 2005. Disponível em: <http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/revista_fae_business/n13/gesta_de_pessoas_faz_a_diferenca.pdf> Acesso em: 20 de nov. de 2012. [6] DUTRA, Joel Souza et al. **Gestão por competência:** um modelo avançado para o gerenciamento de pessoas. 5.ed. São Paulo: Editora Gente, 2001.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.07.00.00-9 – Ciência da Informação

Luciana de Freitas **SOUZA** (IC – luadonai5@yahoo.com.br)¹, Paulo André **LOPES** (PQ – enfermagem@faminas.edu.br)² (PQ)²

1- Curso de Pós-Graduação em Enfermagem Oncológica; 2. Professor da Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 – Muriaé – MG

Palavras-chave: Protocolo; Cirurgias; Segurança; Mastectomia.

INTRODUÇÃO : O câncer de mama é a maior causa de óbitos na população feminina brasileira, sua incidência com relação à idade mostra que o diagnóstico é raro antes dos 25 anos e começa aumentar depois desse tempo. Em geral, mais de 50% dos casos são diagnosticados em estágios avançados, gerando tratamentos muitas vezes mutilantes acarretando grande sofrimento as pacientes. Os melhores resultados no tratamento do câncer de mama são alcançados por meio de várias modalidades terapêuticas, como: cirurgia, quimioterapia, hormonioterapia e radioterapia [5]. Dentre os meios de tratamento a cirurgia é considerada o principal recurso terapêutico para desempenhar a função de controle locorregional da doença, e dessa forma evitar a sua disseminação. No Brasil, estimam-se 52.680 novos casos nos anos de 2012 e 2013. Em 2010, ocorreram 12.812 mortes por causa da doença. O câncer de mama acomete aproximadamente um milhão de mulheres a cada ano em todo o mundo, sendo a neoplasia mais frequente na população feminina [1,2,3,4]. Quando mulheres são submetidas a procedimentos cirúrgicos devido ao câncer de mama, torna-se relevante considerarmos o apoio de toda equipe multiprofissional e especialmente a atenção psicológica [3]. No mundo anualmente sete milhões de pacientes sofrem complicações após intervenções cirúrgicas, e desses um milhão vão a óbito. Os problemas associados à segurança cirúrgica são bem conhecidos nos países desenvolvidos, porém menos estudados nos países em desenvolvimento. No Brasil o assunto é pouco debatido e a Organização Nacional de Acreditação (ONA) vem trabalhando para tornar cada vez mais efetivo a adesão ao Protocolo de Cirurgias Seguras [6]. Na prática, o Protocolo de Cirurgia Segura implica na utilização de um check list para verificação de pontos-chaves antes da assistência pré-operatória, o protocolo tem como objetivo garantir condutas adequadas para o planejamento e realização dos procedimentos invasivos e cirúrgicos, atendendo assim as necessidades individuais dos pacientes garantindo uma prática clínica com qualidade e segurança [6]. Conforme preconizado pelo protocolo de cirurgia segura \ a verificação pré-operatória e /ou pré-procedimento invasivo é de fundamental importância no processo de segurança, sendo estes denominados Marcação do Sítio Cirúrgico e ou Lateralidade, este procedimento constitui-se na sinalização dos locais a serem operados, onde se caracteriza por distinção entre direita e esquerda, ou seja, o local correto para realização do procedimento. Outro cuidado preconizado pelo protocolo de cirurgia segura e o *TIME OUT*, definido como o momento em que a equipe realiza uma pausa antes da incisão cirúrgica, este momento é extremamente importante para que a equipe estabeleça uma padronização dos cuidados e ações para continuidade do ato cirúrgico. O *TIME OUT* constitui-se da seguinte forma: 1) A apresentação de cada membro da equipe pelo nome e função; 2) A confirmação da realização da cirurgia correta no paciente correto, no sítio cirúrgico correto; 3) A revisão verbal, uns com os outros, dos elementos críticos de seus planos para a cirurgia, usando as questões da Lista de Verificação como guia, onde está descrito e definido os itens que devem ser revisados por uma única pessoa, 4) A confirmação da administração de antimicrobianos profiláticos nos últimos 60 minutos da incisão cirúrgica; 5) A confirmação da acessibilidade dos exames de imagens necessários [6,7]. No ano de 2008 a preocupação com infecções em sítio cirúrgico foi alvo de uma grande campanha a nível mundial, intitulado “Cirurgia Segura Salva Vidas”. Este desafio foi implementado com a finalidade reduzir a ocorrência de danos aos pacientes submetidos a procedimentos cirúrgicos, definindo padrões de segurança que devem ser aplicados em todos os países membros da Organização Mundial de Saúde (OMS) [4]. Mediante a necessidade de se implantar medidas de padronização de assistência aos pacientes cirúrgicos, torna-se relevante observarmos o processo estrutural estabelecido para a assistência transoperatória. Dentro deste contexto podemos mencionar a

importância da avaliação dos pacientes no período pré-operatório pelo cirurgião, anesthesiologista, enfermeiro do centro cirúrgico e enfermeiro da Unidade de Internação Cirúrgica. Desta forma fica evidente que o objetivo essencial estabelecido pela OMS é diminuir a morbi-mortalidade em pacientes cirúrgicos, fornecendo às equipes cirúrgicas e administradores hospitalares orientações sobre a função de cada indivíduo e do padrão de uma cirurgia segura. Também tem como objetivo oferecer um instrumento de avaliação uniforme do serviço para a vigilância nacional e internacional [4]. Para testar a lista de verificação, um estudo desenvolvido pela OMS foi realizado entre outubro de 2007 e setembro de 2008 em oito hospitais, situados em oito diferentes cidades do mundo, as quais representaram as diferenças econômicas e a diversidade populacional do planeta. Neste estudo foram investigados 7.688 pacientes, sendo que 3.733 antes da instituição da lista de verificação e 3.955 após; os resultados demonstraram que o número de grandes complicações reduziu de 11 para 7% e o número de mortes de 1,5 para 0,8% [10,11]. O objetivo da pesquisa é avaliar a importância do protocolo de cirurgias seguras em pacientes submetidas à mastectomia no Hospital do Câncer de Muriaé, verificando os resultados mediante adesão dos profissionais envolvidos no protocolo, reforçando a melhoria na qualidade de assistência. Infelizmente a mastectomia tem em si um caráter agressivo e traumatizante para a vida e saúde da mulher, visto fato de prejudicar sua dimensão bio-psico-socio-espiritual, proporcionando alterações na sua imagem corporal, identidade e autoestima, podendo repercutir na expressão de sua sexualidade e também despertar sintomas de depressão e ansiedade. A mulher mastectomizada depara-se com grandes mudanças na sua imagem corporal, autores como Talhaferro tem questionado essas alterações e toda a dimensão dos fatores nocivos acarretados as mulheres submetidas a este procedimento [3]. A sexualidade feminina é um fenômeno abrangente, envolvendo o sexo, o prazer, o desejo, a auto-imagem, a aceitação do corpo, a sensação de bem estar consigo mesma, estes fatores quando equilibrados proporcionam segurança. A perda da mama faz a mulher sentir dificuldades em expressar sua intimidade, evitando praticar esportes e atividades que envolvam a exposição do corpo. Neste caso fica evidenciado que muitas mulheres mastectomizadas tornam-se frágeis, uma vez que a mama tem sinônimo de beleza e sexualidade [8].

MATERIAL E MÉTODOS Trata-se de uma pesquisa descritiva com caráter qualitativo dos dados. Os dados foram coletados na Fundação Cristiano Varella (FCV) na cidade de Muriaé – MG. Trata-se de um hospital de grande porte com 146 leitos que oferece serviços especializados em oncologia. Os dados constituem-se da análise de 47 cirurgias de mastectomia ocorridas no segundo semestre de 2012, as informações foram coletadas junto ao banco de dados da instituição no sistema informatizado [8,9]. Como critério para análise foram selecionados pacientes no pré-operatório e acompanhados no pós-operatório, sendo estes submetidos à avaliação do protocolo de cirurgia segura pelos seguintes profissionais: cirurgião, anesthesiologista, enfermeiro da unidade de internação cirúrgica e enfermeiro do centro cirúrgico. Foram analisados dados de 47 pacientes submetidos à Mastectomia Radical com linfadenectomia em idade entre 40 e 60 anos, no período de junho a dezembro de 2012. A escolha do procedimento de mastectomia se deve ao fato de que no Brasil, o câncer de mama representa a principal causa de mortalidade entre as mulheres e também por se tratar de um procedimento cirúrgico que implique em órgãos com lateralidade [2]. O centro de estudos da Fundação Cristiano Varella autorizou o desenvolvimento da pesquisa nos prontuários analisados, estando ciente e de acordo com os objetivos da pesquisa, a privacidade, a confidencialidade das informações e de que os resultados seriam utilizados exclusivamente para fins científicos. Foi preservada a identidade dos sujeitos da pesquisa, dentro dos aspectos éticos definidos na resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, sobre a pesquisa com seres humanos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO Ao aplicarmos a metodologia qualitativa de análise dos dados coletados verificaram que em 47 prontuários de pacientes submetidas à cirurgia de Mastectomia Radical com Linfadenectomia analisadas no período, observou-se que o preenchimento do Protocolo de Cirurgia Segura foi realizado em 42 (89%) procedimentos. Mediante a análise foi possível verificar que em 05 (11%) dos casos o protocolo não foi adequadamente realizado, sendo que em 02 situações as cirurgias foram canceladas. Em outras 02 situações não existem comprovações no prontuário quanto ao motivo do não preenchimento do mesmo, em 01 caso foi iniciado o preenchimento, porém o mesmo não foi concluído. Ao correlacionarmos estes dados

com os indicadores de reinternação dos pacientes submetidos a procedimentos cirúrgicos na instituição decorrente de possíveis complicações ocorridas pós-procedimentos percebe-se uma eficácia do protocolo utilizado na instituição, visto que se objetiva com sua implantação garantir condutas adequadas para o planejamento e realização dos procedimentos cirúrgicos. As complicações cirúrgicas implicam em aumento na estada hospitalar em 10 a 15 dias, risco de reinternação, necessidade de assistência em Unidade de Terapia Intensiva, duplicação dos casos de óbito e aumento dos custos hospitalares [10]. A inquietação em torno da segurança do paciente cirúrgico ganhou forças a partir de dados revelados que demonstraram que as complicações decorrentes de atos cirúrgicos eram responsáveis por casos de morbi-mortalidade em todo o mundo. Segundo dados publicados em 2008, no ano de 2004 foram realizadas 234 milhões de cirurgias no mundo, correspondendo a uma cirurgia para cada 25 pessoas; dois milhões evoluíram para óbito no período perioperatório e cerca de sete milhões apresentaram complicações, sendo que 50% destas foram consideradas evitáveis [10].

CONCLUSÕES Este estudo possibilitou analisar a importância da adesão ao Protocolo de Cirurgias Seguras. Embora não tenha ocorrido adesão em 100% dos pacientes, foi possível identificar através dos dados coletados que não houve morte nem complicações nas cirurgias em que se fez adesão ao Protocolo de Cirurgias seguras. Por ser um programa em fase de amadurecimento desde sua implantação, mesmo com resultados positivos pontuamos como prudentes a prática de ações gerenciais e educativas, objetivando a adesão integral de todos os procedimentos cirúrgicos à lista de verificação / Protocolo de cirurgias e ações para promover a melhoria contínua da comunicação, clareza e detalhes nos registros por partes dos profissionais envolvidos no processo cirúrgico. Torna-se fundamental o envolvimento das equipes para efetividade e adesão ao protocolo. Foi possível um melhor acompanhamento e, por outro lado até mesmo uma antecipação das intervenções necessárias em todo período trans – operatório destas pacientes. Além disso oferecer a equipe envolvida e aos pacientes segurança para realização dos procedimentos, minimizando e evitando as complicações. Mediante a observação dos dados é possível correlacionamos a eficácia da adesão ao Protocolo de Cirurgia Segura com a ausência de reinternação das pacientes submetidas à Mastectomia. Torna-se cada vez mais necessário a adoção de medidas que proporcionem maior segurança aos procedimentos cirúrgicos, o Protocolo de Cirurgia tem-se mostrado uma excelente ferramenta, principalmente quando evidenciamos que 89% dos pacientes não tiveram complicações que os levasse a uma reinternação devido ao procedimento cirúrgico. Deste modo fica o legado para o aprimoramento do gerenciamento e adesão plena ao Protocolo de Cirurgia Segura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

[1] SMITH RA, GIUSTI RA. Epidemiologia do câncer de mama. In: Bassett LW. Doenças da mama: diagnóstico e tratamento. Rio de Janeiro: Revinter; 2000. p.290-9.[2] Brasil. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer - INCA. Conhecendo o Viva Mulher; Programa Nacional de Controle do Câncer do Colo do Útero e de Mama. Rio de Janeiro: INCA, 2001.[3] TALHA FERRO, B; LEMOS, S. S; OLIVEIRA, E. Mastectomia e suas consequências na vida da mulher. *Arq Ciênc Saúde*, 2007 jan-mar;14(1):17-22. [4] OMS, ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Segundo desafio global para a segurança do paciente: Cirurgias seguras salvam vidas (orientações para cirurgia segura da OMS) Organização Mundial da Saúde. Rio de Janeiro: Organização Pan-Americana da Saúde; Ministério da Saúde; Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2009. Disponível em: <<http://www.repositorio.proqualis.net/files/serve.php?fileid=2570>>. Acesso em 30/04/2013. [5] PINOTTI, J.A; BARROS, A.C.S.D. **Tratamento cirúrgico do câncer de mama**. In: Oliveira HC, Lemgruber I, Costa OT. Tratado de ginecologia. Rio de Janeiro: Revinter, 1997. p.1002-17.[6] Organização Pan-Americana de Saúde, Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Manual Cirurgias Seguras Salvam Vidas. Brasília, 2010.[7] Joint Commission. Sentinel event statistics. December 31, 2006. Disponível em: <<http://www.jointcommission.org/SentinelEvents/Statistics>>. Acesso em 30/04/2013. [8] MINAYO, M.C. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis-RJ, ed. 23, 2004.[9] INTERACT SA 6.4. INTERACT- Sistema informatizado SA 6.4 (Produção). Fundação Cristiano Varella. Acesso em 07/05/2013. [10] ELIANE Cristina Sanches Maziero. Avaliação da implantação do programa cirurgia segura em um hospital de ensino. Curitiba; 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/dspace.c3sl.ufpr.br> > Acesso em: 02/05/2013.[11] FERRAZ, E. M. A cirurgia segura. Uma exigência do século XXI. *Rev. Col. Bras. Cir.*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 4, p. 281-282, 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rcbc/v36n4/a01v36n4.pdf>>. Acesso em: 13/05/2013.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.04.00.00.0- Enfermagem

INCLUSÃO DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

Fernando Carvalho **LEITE** (IC – fcleite21@yahoo.com.br)¹ e Jorge Luís de Oliveira **DAIBES** (PQ)²

1- MBA em Gestão de Negócio; 2. Professor Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé-MG

Palavras-chave: deficiente físico, mercado de trabalho, inclusão social.

APRESENTAÇÃO: Numa tentativa de mudar o histórico de marginalização e discriminação impostas aos deficientes físicos ao longo dos anos, a legislação brasileira implantou o sistema de reserva de cotas através da Lei N. 8.213/91, visando a inclusão do deficiente físico no mercado de trabalho. Apesar da grande conquista e do grande aumento no número de pessoas com deficiências, hoje, com empregos formais, ainda existem muitas barreiras que impedem a efetivação plena da referida lei. O presente trabalho, através de estudo bibliográfico e dados estatísticos, pretende demonstrar os principais entraves enfrentados pelas empresas que precisam se adequar a exigência normativa.

DESENVOLVIMENTO: A Assembleia Geral das Nações Unidas na Resolução N. 2.542/75 declarou que “O termo pessoa portadora de deficiência, identifica aquele indivíduo que, devido a seus “déficits” físicos ou mentais, não está em pleno gozo da capacidade de satisfazer, por si mesmo, de forma total ou parcial, suas necessidades vitais e sociais, como faria um ser humano normal.” [1], conceito adotado pela legislação brasileira. “De acordo com estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS) existem cerca de 610 milhões de pessoa portadoras de algum tipo de deficiência no mundo hoje, dos quais cerca de 390 milhões (63,3%) fazem parte da população economicamente ativa. No Brasil, por sua vez, segundo dados do Censo de 2000, há por volta de 24,6 milhões de pessoas com deficiência (visual, auditiva, física ou múltipla), o que representa cerca de 15% da população brasileira.” [2] O art. 4º do Decreto nº 3.298/99 [3] esclarece que é considerada pessoa com deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias: (I) deficiência física, (II) deficiência auditiva, (III) deficiência visual, (IV) deficiência mental e (V) deficiência múltipla. O artigo 93 da Lei N. 8.213/91 [4] exige que empresas com 100 empregados ou mais tenham em seu quadro de funcionários 2% de beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, 3% de 201 a 500, 4% de 501 a 1000 e a partir daí 5%. Para se comprovar o enquadramento da empresa na norma legal, exige-se a comprovação da condição de deficiente do empregado contratado, o que pode ser feito através de laudo médico ou por meio do Certificado de Reabilitação Profissional, segundo o Ministério do Trabalho. No caso de descumprimento, a empresa receberá uma multa para cada funcionário não contratado. A legislação determina também em seu artigo 93, parágrafo 2º que a empresa somente pode dispensar um empregado inserido através do sistema de cota se ocorrer a contratação de um substituto em condição semelhante (inclusive ao final do contrato de trabalho por prazo determinado ou dispensa motivada no contrato de trabalho por prazo indeterminado). Portanto, a lei em comento não é apenas uma norma de inclusão social, mas sim uma verdadeira norma garantidora de emprego. Infelizmente, a legislação creditou apenas às empresas a responsabilidade pela inclusão do deficiente físico no mercado de trabalho, o que não contribuiu muito para a verdadeira inserção social destas pessoas. Diante do grave histórico de abandono que sofreram os deficientes físicos, é inquestionável a necessidade de se criar ações afirmativas como forma de acelerar sua inclusão na sociedade, mas é necessário que se crie um mecanismo viável e funcional. Para que se efetive a lei de cotas é necessário muito mais do que obrigar as empresas a contratar pessoas com algum tipo de deficiência, é preciso começar o trabalho de inclusão lá no seio da família que na maioria das vezes não acredita que o deficiente seja capaz de desempenhar qualquer atividade profissional e que, por isso, não se preocupa em garantir um bom estudo ao deficiente, de acordo com TELFORD (1978 p. 55) “todas as atividades que visam o desenvolvimento global do indivíduo vão refletir direta ou indiretamente na sua capacitação para uma vida independente, produtiva e integrada socialmente.” [5] É preciso também exigir que órgãos governamentais efetivem a Lei de Acesso, para que os deficientes não desistam de se

profissionalizar diante dos inúmeros obstáculos que enfrenta diariamente como a dificuldade do acesso pelo transporte público ou pelas vias públicas (falta de rampas, ausência de semáforos para deficientes visuais, corredores estreitos, entre outros), é necessário, ainda, que sejam disponibilizados curso de treinamentos e capacitação profissional destas pessoas, o que facilitaria sua entrada no mercado de trabalho. Segundo ROMITA (1991, p.6.) “Os portadores de deficiência não necessitam de medidas preferenciais, mas sim de remoção das barreiras que impedem a sua inserção no mercado de trabalho” [6]. A triste realidade é que apesar do grande número de pessoas com algum tipo de deficiência, as empresas disponibilizam um grande número de vagas, mas na maioria das vezes não conseguem preencher seus quadros de funcionários especiais. A inclusão do deficiente no mercado de trabalho enfrenta muitos problemas, seja pela dificuldade de localização destas pessoas no mercado, seja pela falta de capacitação destes profissionais e até mesmo pela simples falta de informação. Embora haja uma preocupação das empresas em recrutar profissionais com algum tipo de deficiência, não se consegue localizar estas pessoas, mesmo utilizando os meios de comunicação com publicação de editais, redes sociais, disponibilização de vagas nos SINES, ainda assim não se consegue contratação suficiente. É importante ressaltar que não se está questionando, ainda, a qualificação destas pessoas, mas na grande dificuldade de contratação de deficiente independente de sua especialização. Para que haja verdadeira inclusão é necessário ir muito além, o deficiente precisa acreditar em sua capacidade laboral, a família precisa dar suporte para que este deficiente se capacite, os Órgãos Governamentais precisam garantir a acessibilidade destas pessoas aos cursos profissionalizantes, tanto garantindo facilidade de locomoção como também disponibilizando cursos que os capacitem para as atividades cotidianas do mercado de trabalho, para que assim as empresas consigam contratar PROFissionais. É importante ressaltar, que as empresas, como parte da sociedade e também responsável (única responsável de acordo com a Lei de Cotas) pela inclusão do deficiente físico no mercado de trabalho, precisam se preparar para receber estes novos empregados, tendo muitas vezes que realizar obras para adequação do espaço físico de sua empresa às necessidades dos deficientes, além disso, precisam manter sua produção competitiva no mercado mesmo contratado pessoas com algumas limitações. Sendo assim, as empresas que contratam deficientes, não podem fazê-las apenas e tão somente para o **cumprimento das cotas, mas sim** porque são pessoas com capacidades e habilidades como outro ser humano qualquer. A Inclusão social vai muito além do simples cadastro profissional do deficiente, é necessário resgatar sua dignidade humana, sua autoestima, dar-lhes oportunidade para que possam mostrar suas capacidades, competências e habilidades. Quando as empresas contratam apenas para atender a legislação vigente e não pagar multa, acabam priorizando deficientes com menos limitações para que não necessite fazer muitas adaptações, além disso, deixa o contratado numa função subalterna, não explorando suas verdadeiras habilidades. Uma boa solução para o problema de recrutamento de deficientes físicos seria estabelecer uma comunicação entre os sindicatos, entidades de classe e empresas, devendo os dois primeiros elaborar um banco de dados dos deficientes (dados pessoais e qual o tipo de deficiência, habilidades profissionais e área de atuação), enquanto as empresas disponibilizariam, de acordo com suas acomodações físicas e função desempenhada, as vagas existentes que poderiam ser preenchidas por estas pessoas com necessidades especiais. Para que seja um processo justo e duradouro, o sistema de reserva de cotas precisa garantir a inclusão dos marginalizados pela deficiência, mas também deve ser satisfatória para quem contrata, não só pela ação social que realiza, mas também pela lucratividade que pode ter com pessoas capacitadas, que desempenham com maestria as funções que lhes são confiadas. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** através do estudo realizado, ficou claro que, não obstante a conquista do deficiente físico com a promulgação da Lei de Reserva de Cotas, sua efetivação plena está muito distante de acontecer. Não resta dúvida que existe um abismo entre a oferta de vagas e os deficientes que necessitam e querem trabalhar. É preciso construir uma ponte para ligar estes dois elos, possibilitar ao empresário que quer, e precisa contratar, encontre este profissional que espera por uma oportunidade de emprego. Além disso, é necessária uma conscientização de que a implementação da lei pode e deve ser lucrativa tanto para o contratado como também para o contratante. Para dar efetividade às políticas públicas compensatórias, o ponto de partida da inclusão deve ser a garantia não só do direito de ir e

vir, mas o direito de se locomover com dignidade. Deve-se responsabilizar não só as empresas e os empresários pela inclusão dos marginalizados pela deficiência, mas a sociedade como um todo. O esforço deve ser conjunto, Estado, empresa e sociedade. Todos são igualmente responsáveis pela efetiva compensação que se busca com as ações afirmativas. As empresas, por sua vez, devem primar pelo respeito ao princípio constitucional do valor social do trabalho e da livre iniciativa, para que se efetive plenamente a cidadania inclusiva. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS e ao professor Jorge Daibes, coordenador de Pós-Graduação da FAMINAS – Muriaé, pelo apoio e disponibilidade a mim oferecida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: [1] ONU, Resolução nº 2.542/75. **Declaração do Direito das Pessoas Portadoras de Deficiência.** Disponível em:

<<http://www.ppd.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=306>> Acesso em: 28/08/2014. [2] SCHEUERMANN, Teresinha Helena. **A Inclusão do Deficiente Físico no Mercado de Trabalho.** Disponível em:

http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11372

Acesso em: 26/08/2014. [3] **Decreto nº 3.298/99.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm> Acesso em: 26/08/2014. [4] **Lei nº 8.213/91.** Disponível em:

< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm > Acesso em: 26/08/2014. [5] ROMITA, Arion Sayão. **Trabalho do Deficiente:** In JTB 17-812,1991. [6] TELFORD, W. Charles, SAWER, M James. **O indivíduo Excepcional.** 4º ed. Rio de Janeiro Zahar Editores,1978.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.00.00.00-7 – Ciências Sociais Aplicadas

EPG 014

IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DE CONTEÚDO E DA PESQUISA AÇÃO PARA A TOMADA DE DECISÃO NO CONTEXTO ADMINISTRATIVO

Paulo Gilberto dos Santos JUNIOR (IC – paulo_guarulhos@yahoo.com.br)¹, Jean Carlos Barbosa da SILVA (IC)², Gideone Rodrigues MATTA (IC)², Isaias Zeferino de FARIA (IC)², Lillian Souza de ARAÚJO (IC)³ e Daniel Clarismundo BORGES (PQ)⁴

1. Curso de MBA em Gestão Estratégica de Negócios; 2. Curso de Sistemas de Informação; 3. Curso de Administração; 4. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Pesquisa e ação, Tomada de decisão, Administrativo.

APRESENTAÇÃO: Dentre os diversos métodos para a realização de pesquisa e análise científica, três podem ser destacados para o meio corporativo: Pesquisa (quantitativa ou qualitativa), análise de conteúdo e pesquisa e ação [1]. Pesquisas sociais que privilegiam a subjetividade individual e grupal requerem uma metodologia que congrega o espectro singular nelas incluso. Assim, uma das etapas mais determinantes para quem pretende realizar uma pesquisa é a definição exata das técnicas de coleta e das técnicas de análise dos dados [2]. Esse trabalho visa demonstrar a diferença de impacto das metodologias citadas dentro de uma organização. Não é objetivo desse trabalho descrever como todos os processos são realizados, porém será demonstrado brevemente cada processo para uma melhor compreensão. **DESENVOLVIMENTO:** No meio corporativo muitas vezes é necessário serem utilizadas ferramentas para apoiar as tomadas de decisões. Nesse trabalho algumas ferramentas serão apresentadas: *PESQUISAS* – Existem diversos métodos de pesquisas, porém as mais utilizadas são: Quantitativas e Qualitativas. A verificação do modo como as pessoas consideram uma experiência, uma ideia ou um evento são características de pesquisas qualitativas, que se prestam ainda para casos em que o objetivo é a “demonstração lógica das relações entre conceitos e fenômenos, com o objetivo de explicar a dinâmica dessas relações em termos intersubjetivos” [3]. Muito utilizada para aquisição mais profunda e detalhada dos dados. Uma pesquisa qualitativa permite não só obter respostas sobre determinada questão, como também permite explorar e se aprofundar melhor as respostas do entrevistado. Diferente da pesquisa quantitativa, que é mais “engessada”, não permite se aprofundar nas respostas, tudo se resume em uma resposta direta ao que está sendo perguntado. A possibilidade de exploração de determinadas respostas fica limitada. Se um questionário quantitativo não for bem elaborado, dados importantes podem não ser contemplados. Para melhor compreensão, pode-se exemplificar um típico caso de pesquisa quantitativa com a seguinte pergunta: “Você possui filhos?” essa pergunta leva o entrevistado a responder simplesmente “Sim ou Não”, a menos que haja uma segunda pergunta exploratória do tipo: “Se Sim, quantos?”, pode-se perceber que começou a se aprofundar na resposta do entrevistado, porém isso só acontece se tais respostas forem previstas no desenvolvimento do questionário. Perguntas como essas poderiam ser mais aprofundadas, perguntando “Qual a idade dos seus filhos”, é possível visualizar o como um questionário quantitativo pode ser limitado se não for bem desenvolvido. É muito recomendado que se utilize dos dois meios de pesquisa para uma melhor obtenção dos dados, quantitativo e qualitativo, pois um complementa o outro. Como no exemplo citado anteriormente, a pergunta “Você possui filhos?”, poderia ter sido feita no questionário quantitativo, e depois em uma entrevista qualitativa, a resposta sim ou não poderia ser mais explorada, obtendo melhores resultados. Godoy (1995) reflete que: A pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos vão se definindo a medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo [2]. **ANÁLISE DE CONTEÚDO** – Nada mais é do que o tratamento dos dados, sendo utilizados para analisar os dados colhidos na Pesquisa citada anteriormente, subdividido em “Pré-análise; Exploração do material; Tratamento dos resultados: inferência e interpretação”. Segundo Bardin (2011), envolve a leitura “flutuante”, ou seja, um primeiro

contato com os documentos que serão submetidos à análise, a escolha deles, a formulação das hipóteses e objetivos, a elaboração dos indicadores que orientarão a interpretação e a preparação formal do material [2]. **PESQUISA E AÇÃO** – Para ser elaborada é necessário um grupo, pois ela demanda em opiniões coletivas, uma vez que é possível melhorar o entendimento unindo vários pontos de vista. Muito utilizada em ambiente educacional. Possui características das Pesquisas e da Análise de conteúdo. Pode-se perceber que é necessário traçar uma organização para utilizá-las. Como primeiro passo coleta-se os dados, podendo-se utilizar métodos de pesquisas mais rápidos como a pesquisa quantitativa, que permite que os dados sejam colhidos através de formulários, porém esse método é muito “engessado”, como já citado anteriormente. Para conseguir coletar os melhores dados, utilizar-se de pesquisa quantitativa, pode ocorrer uma maior interação com o entrevistado tornando a conversa menos formal, deixando o candidato menos apreensivo, podendo, dessa forma, se obter dados mais precisos. Pode-se utilizar os dois métodos citados anteriormente para maior aquisição de dados, ou até métodos adicionais. Para uma análise dos dados coletados através da pesquisa qualitativa, é utilizada a análise de conteúdo, para tal ferramenta ser bem aproveitada, deve-se fazer uma boa coleta de dados, em caso de dados de entrevista, deve-se transcrever exatamente o que foi informado, não perdendo nem um mínimo detalhe. Com os dados em mãos, o primeiro passo é utilizar da leitura fluente para uma rápida organização dos dados coletados. Em seguida as informações “parecidas” são agrupadas em categorias, para melhor localização das informações, para que no próximo passo possa ser feita a análise dos resultados, tentando interpretar ao máximo tanto o que os dados revelam claramente como as informações ocultas dentro dos mesmos. Após toda a análise são demonstrados os principais problemas encontrados. A Pesquisa e Ação possui o mesmo princípio da Pesquisa e da Análise de Conteúdo, porém ela não termina quando identifica os problemas, nesse ponto ela traça uma proposta de ação, através de seus colaboradores, para resolver determinada situação e a acompanha até o final. Após determinado período, o responsável pela pesquisa e ação retorna um contato para saber como anda a solução proposta para o problema. Claramente essa metodologia utilizar-se-á de mais tempo, porém causa mais efeito por não se restringir a apenas identificar e sim identificar, tratar e acompanhar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Pode-se ver claramente uma grande diferença entre a junção dos métodos de Pesquisa com a Análise de conteúdo com a Pesquisa e ação. Enquanto Pesquisa e ação não se limita a apenas identificar o que está acontecendo, mas também em tratar e acompanhar a solução proposta para auxiliar o meio corporativo, a Análise de conteúdo se limita a apenas na identificação através dos dados colhidos na Pesquisa feita e “deixar a empresa cuidar do resto, pois nosso serviço está concluído”. Com essa demonstração é possível identificar que as empresas que utilizarem do método de Pesquisa e ação, poderão obter tomadas de decisões mais eficientes e eficazes. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS pela realização do trabalho. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Sommer, R., & Amick, T. (2003). **Pesquisa - Ação:** Ligando Pesquisa à Mudança Organizacional (Série: Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais, Nº 04; Tradução Hartmut Günther). Brasília, DF: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental. (Originalmente publicado em 1984). [2] CÂMARA, R. H. **Análise de conteúdo:** da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. Gerais: **Revista Interinstitucional de Psicologia**, Brasília, 6 (2), jul - dez, 2013, 179-191p. [3] Mendes, A. M. (2006). **Escuta e ressignificação do sofrimento:** uso de entrevista e análise categorial nas pesquisas em clínica do trabalho. In Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho (Org.), *Anais Eletrônicos do II Congresso de Psicologia Organizacional e do Trabalho*. Brasília, DF. Retrieved May 06, 2006, from <http://www.sbpot.org.br/iicbpot/anais.asp> [4] Godoy A. S. (1995a). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, 35(2), 57-63. [5] Godoy, A. S. (1995b). Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, 35(4), 65-71. [6] Bardin, L. (2011). **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.00.00.00-7 - Ciências Sociais Aplicadas

Paulo Gilberto dos Santos JUNIOR (IC – paulo_guarulhos@yahoo.com.br)¹, Isaias Zeferino de FARIA (IC)², Gideone Rodrigues MATTA (IC)², Mauricio de Lima SANTOS (IC)², Juberlana Almeida FERREIRA (IC)³ e Daniel Clarismundo BORGES (PQ)⁴

1. Curso de MBA em Gestão Estratégica de Negócios; 2. Curso de Sistemas de Informação; 3. Curso de Administração; 4. Professor Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Engenharia social, Segurança da informação, Segurança Empresarial.

APRESENTAÇÃO: As pessoas estão dependendo cada vez mais da Internet hoje em dia. A comodidade para acessar qualquer informação, de qualquer lugar, torna a ideia de manter seus documentos na internet cada vez mais vantajosa, onde ao invés de carregarmos em nossas carteiras um cartão de crédito, um aplicativo instalado em um *smartphone* irá fazer essa validação dos dados bancários e ao mesmo tempo utilizar-se do mesmo para verificar extrato bancário, pagar ou agendar pagamentos pelo próprio aparelho. Essa é uma das várias funções já disponíveis hoje em dia. Tais facilidades sempre irão atrair olhares mal-intencionados, principalmente de pessoas que querem utilizar-se de meios ilícitos para tentar roubar informações importantes.

DESENVOLVIMENTO: As vantagens que a tecnologia traz também podem ser uma coisa perigosa, pois quanto mais dependentes as pessoas se tornam da tecnologia, mais pessoas mal-intencionadas existirão para se aproveitarem das informações que são confiadas aos computadores, *smartphones* ou na internet. Onde existem informações de alto nível, sempre existirão pessoas que desejam utilizá-las para obtenção de lucro. Nas grandes empresas existe um alto nível de investimento em sua infraestrutura tecnológica, para impedir ataques *hacker* que podem gerar roubo das valiosas informações contidas nos servidores. Milhares de dólares são investidos em *hardwares* robustos e *softwares* eficientes, para manter o sistema funcionando e seguro, porém o que muitas empresas se esquecem é que nem sempre a fragilidade do sistema está na infraestrutura da tecnologia da informação e sim em sua própria gestão de pessoas. A informação é diferente de outros produtos de consumo ou bens duráveis. Ela não é destruída ou perde seu valor só por ser utilizada por alguém. Seu valor estratégico pode até ser diminuído se alguém a usa ou com o passar do tempo, mas, em outros casos, ela também pode ser incrementada pelo uso e disseminação. Da mesma forma, a utilização da informação por vários usuários normalmente agrega mais valor a ela ao invés de deteriorá-la [3]. Independente do alto investimento aplicado nas redes de computadores e em servidores robustos, com seus Firewall bem elaborados e perfeitos, por mais frio que possa parecer, a frase “onde houver um ser humano, sempre haverá uma falha na segurança” é confirmada por todos os especialistas em segurança da informação, uma vez que as pessoas na maioria das vezes usam mais a emoção do que a razão. Existem empresas especializadas para testar os sistemas de proteção da empresa e seus funcionários, e muitos casos demonstram que a parte informatizada das empresas, seus servidores, firewall, rede, etc., são bem protegidos, porém quando os funcionários são expostos a engenharia social, a história muda de figura. Engenharia Social é a aplicação de conhecimentos empíricos e científicos de um modo sociável de acordo com as necessidades humanas para obter informações (como dados pessoais e contas bancárias). É uma ação onde se manipula uma possível “vítima” de modo que ela não perceba e acabe fornecendo as informações pedidas pelo engenheiro social. A engenharia social passa muitas vezes despercebida por muitas pessoas, pois as vítimas adquirem confiança pelo “agressor” e assim se tornam alvo fácil de ser manipulado e enganado por ele. O “agressor” finge ser funcionário motivado e amigo que estuda a empresa e pessoas percebendo onde estas não estão realmente capacitadas e que possam lhe fornecer informações importantes causando-lhes danos financeiros [4]. Normalmente uma pessoa mal-intencionada utilizada da confiança para tentar persuadir a vítima, se passando por agentes responsáveis ou simplesmente tentando adquirir uma amizade com a vítima, porém pode-se utilizar de outros meios como envolver a vítima em uma situação onde ela sinta “pena” do atacante, envolvendo assim as emoções. A falha de segurança em

relação ao ser humano é praticamente impossível de ser corrigida, mas pode ser evitada, aplicando treinamentos especializados contra engenharia social, a prevenção não será 100% efetiva, porém os funcionários estarão melhor preparados para lidar contra ataques de engenharia social. Para que as empresas possam saber se existe tal fragilidade em sua equipe, a melhor maneira é contratar profissionais de segurança da informação especializados em testes de penetração e engenharia social para empresas, que aliás é um nicho muito pequeno no Brasil atualmente. Normalmente esses profissionais que também são conhecidos como *hackers* éticos, elaboram um contrato com a empresa onde só o seu responsável saberá que a empresa irá passar por tentativas de ataques aos sistemas para tentar identificar vulnerabilidades para que as mesmas possam ser corrigidas, e também utilizarão da engenharia social para tentar coletar dados importantes que podem facilitar acesso ao sistema e aos dados da empresa. Após as tentativas de invasão, a empresa recebe um relatório explicando quais foram as vulnerabilidades encontradas e como podem estar se protegendo contra elas. As empresas devem ter a responsabilidade de informar aos colaboradores sobre como pode ocorrer um erro sério quando informações não públicas são tratadas da forma errada. Uma política de segurança bem desenvolvida, combinada à educação e treinamento adequados, aumenta bastante a consciência do empregado sobre o tratamento correto das informações comerciais corporativas. Uma política de classificação de dados ajuda você a implementar os controles adequados para a divulgação das informações. Sem uma política de classificação de dados, todas as informações internas devem ser consideradas confidenciais, a menos que seja especificado o contrário [2]. É importante salientar que, independente do hardware, software e plataforma utilizada, o elemento mais vulnerável de qualquer sistema é o ser humano, o qual possui traços comportamentais e psicológicos que o torna susceptível a ataques de engenharia social. Dentre essas características, podem ser destacadas: VONTADE DE SER ÚTIL – O ser humano, comumente, procura agir com cortesia, bem como ajudar outros quando necessário. BUSCA POR NOVAS AMIZADES – O ser humano costuma se agradar e sentir-se bem quando elogiado, ficando mais vulnerável e aberto a dar informações. PROPAGAÇÃO DE RESPONSABILIDADE – Trata-se da situação na qual o ser humano considera que ele não é o único responsável por um conjunto de atividades. PERSUASÃO – Compreende quase uma arte a capacidade de persuadir pessoas, onde se busca obter respostas específicas. Isto é possível porque as pessoas têm características comportamentais que as tornam vulneráveis a manipulação [1]. Uma primeira recomendação para evitar ataques de engenharia social, é a educação e o treinamento, e também incentivar os funcionários, por exemplo, para que leiam o livro “A Arte De Enganar”, nele é possível observar relatos e experiências vividas por seu autor, Kevin Mitnick que foi um dos maiores *hackers* em sua época. Não é uma solução 100%, porém com essa simples atitude, os integrantes da empresa podem conhecer certas artimanhas utilizadas por *hackers* para ludibriarem suas vítimas, adquirindo assim um melhor ponto de vista sobre as ações em que possivelmente um *hacker* estaria tentando coletar dados. Obviamente existem diversos outros materiais na Internet que possibilitam visualizar práticas comuns de ataques *hacker*. É muito importante deixar todos os membros da empresa conscientes de que, a informação que eles dispõem da empresa é muito importante e exige muita responsabilidade de cada um para manter em segurança essas informações. A forma de agir dos engenheiros sociais devem ser explicadas de forma clara para todos. Outra recomendação a ser feita, é de aplicar protocolos de segurança ou políticas de segurança, onde os colaboradores devem seguir rigorosamente as recomendações propostas, além de prevenir a respeito das trocas de senhas ou informação das mesmas. Incentivar a atualização sempre que possível das senhas por outras, de preferência senhas que sejam mais difíceis de serem descobertas, evitando principalmente datas, de qualquer situação, a utilização de caracteres especiais, na medida do possível, como por exemplo: “!@#%&”. Sempre que um membro da equipe deixar a empresa, deve-se imediatamente remover seus dados de acesso ao sistema, e efetuar a troca das senhas, caso ele seja um usuário com acessos privilegiados Investimento em equipamento físico também ajuda na prevenção de ataques, bem como seguranças e/ou câmeras de vigilância, instalados nos principais pontos de acesso da empresa. Não permitir acesso de funcionários de um determinado setor para outro, cujo cargo não corresponde com o setor. Nível de permissão nos sistemas, ou controles de acesso cujo funcionário é limitado ao acesso as informações apenas

necessárias para o desempenho do seu serviço, também fazem parte desse conjunto de ações. Essa pratica evita que qualquer usuário possa criar ou alterar dados importantes da empresa, inclusive criar novos usuários para acessar o sistema, ou até mesmo instalar softwares indevidos ou mal intencionados que irão prejudicar a empresa, como desde roubo de informação ou até apagar dados importantes. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Com o avanço da tecnologia, as empresas nos dias de hoje não devem se preocupar apenas com a parte tecnológica, mas principalmente com o material humano disponível. Através de treinamentos de suas equipes, é possível reduzir drasticamente o índice de ataques de elementos mal-intencionados. As ações apresentadas nesse trabalho poderão reduzir consideravelmente as investidas de *hackers* contra a empresa. Como pode-se perceber, a maioria das ações envolvem as pessoas colaboradoras da empresa. Deve-se sempre conscientizar os membros envolvidos na instituição e limitar acessos desnecessários à determinadas informações e/ou setores da empresa. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS pela realização do trabalho.

BIBLIOGRAFIA: [1] SILVA FILHO, A. M. **Entendendo e Evitando a Engenharia Social:** Protegendo Sistemas e Informações. Revista Espaço Acadêmico, 07 dez. 2004. [2] MITNICK, K.; SIMON, W. L. **A Arte de Enganar.** Local de publicação MAKRON BOOKS, 2003. 284 p. [3] SILVA, Abner. O. **Engenharia Social:** O Fator Humano na Segurança da Informação. *Padeceme* (Rio de Janeiro), v. 23, p. 4-28, 2010. [4] SILVA, C. S. **Engenharia Social:** O Elo Mais Frágil da Segurança nas Empresas. REAVI - Revista Eletrônica do Alto Vale do Itajaí, v. 1, p. 29-40, n. 2 (2012).

Área do Conhecimento (CNPq): 1.03.00.00-7 - Ciência da Computação
Área do Conhecimento (CNPq): 6.00.00.00-7 - Ciências Sociais Aplicadas

UM DEBATE À LUZ DAS TEORIAS E MÉTODOS QUE PODEM AUXILIAR AS PRÁTICAS DE GESTÃO EMPRESARIAL

Rosilêa Aparecida de Oliveira **MUNIZ**, (IC – rosileamuniz@quataalimentos.com.br)¹ e Jorge Luis de Oliveira **DAIBES**, (PQ)²

1-MBA em Gestão de Negócios; 2. Professor Faculdade de Minas – FAMINAS – 36.880-000 – Muriaé – MG

Palavras-chave: administração, gestão, empresas.

APRESENTAÇÃO: Este trabalho trata-se de um estudo qualitativo, com abordagem descritiva, e levou em consideração análises e estudos científicos já realizados. Atualmente no Brasil existem mais de 17 milhões de empresas registradas e ativas, dentre estas, 18,67% aproximadamente estão estabelecidas em apenas 5 localidades do país, sendo esses locais São Paulo, Rio Janeiro, Belo Horizonte – Minas Gerais, Brasília – Distrito Federal, e Curitiba – Paraná [1], entretanto, apesar do grande volume de empresas abertas e ativas, fluxo entre a abertura e fechamento ou até a inatividade de empresas atualmente no país é bem intenso, e pode-se dizer, que um dos vilões do desempenho das empresas é a falta de gestão empresarial estratégica, muitas empresas são abertas sem um direcionamento estratégico, sem um plano de negócios, que dite a direção que a organização deve ir. Esse quadro atual tem se tornado cada vez mais notório e mais recorrente, e tem, também, sido objeto de grandes discursões, isso, na tentativa de minimizar os impactos, algumas vezes, fatais, causados aos diversos setores do país. Desta forma, o presente estudo objetiva debater, através das teorias abordadas na literatura pesquisada os métodos que podem auxiliar nas práticas de gestão empresarial.

DESENVOLVIMENTO: “Para o gerenciamento de um negócio é necessário que haja elaboração de informações. São elas que dão respaldo à tomada de decisão. Portanto, estabelecer parâmetros para a produção de informações e facilitar o fluxo destas para os diversos públicos interessados passam a ser elementos importantes para a sobrevivência empresarial, pois, afinal, constituir uma base de informações é construir uma base para a tomada de decisão.” [2] O que o pesquisador Djair Roberto Fernandes cita em sua pesquisa científica, publicada pela UNIFAE, é uma grande realidade, porém, pouco discutida e tratada na maior parte das empresas brasileira existentes. “Existem dezenas de teorias, mas muitas são de difícil aplicação.” [3], nada mais é que fato a frase enfatizada pelo especialista em gestão de pessoas, Eduardo Ferraz, em seu artigo publicado pela revista eletrônica Exame [3], e isso se pode perceber facilmente nas técnicas utilizadas pela maior parte das empresas brasileiras, que são de pequeno e médio porte, que representam cerca de 99% do leque empresarial do Brasil, isso ocorre muitas das vezes por falta de conhecimento, ou por expectativas irreais vindas dos investidores iniciais, e totalmente fora da realidade do negócio e do investimento. Para se ter um empreendimento, é necessário possuir algumas informações, o que para alguns, é difícil de se obter, e por isto, simplesmente abrem mão da análise inicial, que sem saberem, poderia determinar o sucesso ou o fracasso de suas iniciativas. Atualmente, para se abrir um negócio, basta ter a vontade, nenhuma análise prévia é feita, a idealização é muitas vezes angariar maiores recursos financeiros para si, na pessoa do sócio-administrador ou/proprietário, entretanto, pelos resultados, várias dessas empresas tem seu ciclo de vida de cerca de anos apenas. Porém, existem métodos que se aplicados com maior frequência, pode-se dizer, que tudo seria diferente, e o mais conhecido é o método da análise SWOT, Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats, ou Forças, Fraquezas, Oportunidades, e Ameaças, que objetiva à instituição o auto-conhecimento e o conhecimento do meio ao qual está inserida, é uma técnica elaborada pelo americano Albert Humphrey, na Universidade de Stanford, entre o período de 1960 e 1970 [4], o conceito, de forma prática, leva à análise os pontos positivos e negativos do negócio, internamente e externamente, facilitando assim que um plano de ação seja facilmente implementado, até mesmo por empresas de pequeno porte, com poucos recursos inclusive, neste método é possível que seja feita uma análise do mercado ao qual o empreendimento está estabelecido ou que deseja estabelecer-se, fazendo com que os investimentos feitos gerem os resultados desejados, e não de maneira aleatória, como vem acontecendo. Apesar, da praticidade teórica, o que se pode ver, é uma resistência à renovação empresarial, aonde as práticas administrativas são provenientes de tradições familiares, e de conhecimentos sem baseamento científico, e em muitos casos, sem comprovação de

eficácia e eficiência, de modo geral, ineficazes e ultrapassados, as empresas caminham de mal a pior, não se encontra controle nelas e comina em seu fechamento, ou demasiado endividamento. O método de análise, idealmente, deve ser aplicado de forma prévia, ou seja, antes da abertura do negócio, para facilitar o fluir e o andamento do mesmo, mas na maioria dos casos, isso não ocorre, e para estes casos, pode-se implementar o método de análises, utilizando-se de recursos contábeis, baseados na DRE e no balancete da empresa, estes métodos podem ser usados em empresas que possuem ou não uma análise SWOT, são as análises Vertical e Horizontal da DRE, análises de endividamento e liquidez e indicadores de atividade, que são técnicas que confrontam informações contábeis geradas pela empresas com o objetivo de obter o posicionamento da saúde da empresa, são técnicas que exigem um conhecimento mais abrangente por parte do gestor, e por isso, nas últimas décadas tem-se ouvido cada vez mais sobre controladoria dentro das empresas, departamentos estes criados com o objetivo de efetuar controles, não mais contábeis e fiscais apenas, como anteriormente, mas também, controles de gestão e planejamento, auxiliando assim, na tomada de decisões baseadas em fatos, e números que demonstrem realisticamente a posição atual da empresa, e desta forma, os erros e atitudes desproporcionais são evitadas, esses setores são geridos por controllers, que em alguns casos são representados por administradores, gerentes, supervisores, que devem ser pessoas com uma variada gama de conhecimentos específicos, dentre eles, conhecimentos contábeis, financeiros, tecnológicos e domínio de métodos de análise quantitativa, nesta técnica, infelizmente não basta querer, como muito se faz, é preciso de um suporte estrutural mais elevado para de fato se ter algo assim, é necessário que a empresa tenha um sistema de informação gerencial eficiente, que corresponda às suas necessidades, para que as informações geradas a partir deles possam ser confiáveis e seguras, pois, a partir deles, serão gerados dados que influenciaram no andamento de toda atividade da organização [5].

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O estudo que se propôs a debater, através das teorias abordadas na literatura pesquisada, os métodos que podem auxiliar nas práticas de gestão empresarial, sendo assim, percebe-se que embora teoricamente as possibilidades para o sucesso sejam grandes, a resistência a esses métodos ainda são reais, e maiores que se pode imaginar, muitos, nem ao menos sabem da existência da maioria desses procedimentos, apesar de alguns esforços governamentais, como implementação de cursos ligados a área de gestão de negócio e abertura de financiamentos estudantis, por meio dos órgãos como Senai, Sesc, programas como ENEM, SisU, Prouni, ainda é um grande desafio a mudança que se deseja, e infelizmente, para muitas empresas, esta mudança é inalcançável, ainda há muito para ser feito, além de métodos, de conhecimentos, a mente de empresário deve ser mudada, deve estar aberta para novas possibilidades. O Controle estratégico ainda não é algo tão presente nas empresas brasileiras, porém já pode ser visto nas maiores empresas, e algumas delas, por dominarem tais conceitos, ultrapassam o limite do tempo e chegam a marca de mais de cem anos de existência, como acontece com a Universidade Mackenzie, que tem como data de constituição o ano de 1870, a Universidade é mantida pelo Instituto Presbiteriano Mackenzie, é considerada a segunda empresa mais antiga do país, ficando atrás apenas para Casa da Moeda, que foi instaurada em 1694, segundo pesquisa feita pela Editora Abril, em sua revista eletrônica Exame [6]. Por isso, apesar da aparente estaticidade das mudanças referente à liberdade de gestão empresarial, os estímulos ao crescimento devem continuar, bem como estudos sobre novas técnicas e métodos que influenciem a gestão empresarial estratégica. Ao que se ver, a uma grande movimentação por parte do mercado, como um todo, impulsionando a renovação empresarial, métodos novos de gestão estratégica, que inclui uma gestão renovada do que se tinha até aqui, métodos diferentes de gestão de pessoas, de recursos, de imagem, e com o passar o tempo, poderá se perceber que quem não aderir às imposições desta crescente demanda de mercado, de fato, não mais fará parte deste meio. Pelo caminhar das pesquisas científicas à respeito do tema discutido, e pelas exigências atuais do mercado, é possível afirmar, que futuros estudos com métodos estatísticos poderam medir os impactos que as práticas de gestão empresarial, desta forma, será possível que a análise das práticas empresariais e de seu desempenho possam ser correlacionadas, permitindo deste modo validar os métodos por este artigo abordado.

BIBLIOGRAFIA:[1]

<http://www.empresometro.com.br/Site/Estatisticas;>

[2]

FERNANDES, Djair Roberto. Uma contribuição sobre a construção

de indicadores e sua importância para gestão empresarial. http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v7_n1/rev_fae_v7_n1_01_dejair.pdf[3] <http://exame.abril.com.br/pme/noticias/a-principal-ferramenta-para-ajudar-na-gestao-de-uma-empresa>; [4] <http://www.significados.com.br/swot/>; [5] OLIVEIRA, Luis Martins; JUNIOR, José Hernandez Perez; Silva, Carlos Alberto dos Santos. *Controladoria Estratégica*. 8º Ed. São Paulo: Atlas, 2011; [6] <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/34-empresas-que-estao-no-brasil-ha-mais-de-100-anos#1>.

Área do conhecimento (CNPq): 6.02.00.00-6 – Administração

EPG 017

UNIVERSIDADES CORPORATIVAS E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL E FORMADORA DE MÃO-DE-OBRA PARA A ÁREA DE PETRÓLEO, GÁS, ENERGIA E BIOCOMBUSTÍVEIS.

Álvaro Gonçalves de **BARROS** (PQ – alvaro.barros@ifrj.edu.br)¹

1 – Professor – Curso Técnico em Informática – IFRJ – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – Campus Arraial do Cabo – RJ. Técnico de Suporte em Informática da UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense. Instrutor e Coordenador da Cisco Network Academy IFRJ-CAC / UENF

Palavras-chave: *universidade corporativa, capacitação, mercado, profissionais, qualificação.*

Apresentação: O mercado de Petróleo, Gás, Energia e Biocombustíveis está em constante transformação sendo um segmento globalizado e de suma importância para a economia, sendo assim, profissionais qualificados são cada vez mais requisitados e necessários, porém, há grande carência destes. Vagas existem, mas, profissionais capacitados que atendam aos requisitos, não. Pode-se notar esta afirmação em texto publicado no *Jornal Extra* (2012), conforme segue: “*Vamos nessa, o Brasil precisa de você*”. A convocação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) reflete bem o momento que o mercado de trabalho na área de Petróleo e Gás vive: há muitas vagas e poucos trabalhadores qualificados. E vão jorrar ainda mais oportunidades: a estimativa é que sejam abertas, até 2015, 50 mil vagas anuais para cargos de nível técnico”. Diversas empresas do setor de energético e petrolífero, buscando e pesquisando novas fontes de energia, necessitam de profissionais capacitados e altamente qualificados, neste sentido, tais empresas tem investido em treinamentos e cursos para seus funcionários e, também, destinando recursos para que setores educacionais busquem criar mecanismos de auxílio na pesquisa e capacitação profissional. QUARTIERO & CERNY (2005) afirmam que: “*a Educação Corporativa consiste em um projeto de formação desenvolvido pelas empresas, que tem como objetivo institucionalizar uma cultura de aprendizagem contínua, proporcionando a aquisição de novas competências vinculadas às estratégias empresariais*”. Empresas como a Petrobras, possuem Universidades Corporativas e investimentos no âmbito educacional através de projetos como o PFRH (Programa de Formação de Recursos Humanos), onde se destina recursos para pesquisas e projetos. Este estudo visa um levantamento da educação corporativa a distância dentro das empresas do setor de Petróleo, Gás, Energia e Biocombustíveis, atrelado a utilização e emprego das universidades corporativas que ofertam treinamentos e capacitação profissional utilizando a educação a distância e ambientes virtuais de aprendizagem, dentro do escopo de estudos do projeto PFRH2 do IFRJ Campus Arraial do Cabo, buscando uma consolidação do pensamento de utilização de metodologia EaD nos processos de capacitação e qualificação profissional na área de Petróleo, Gás, Energia e Biocombustíveis. **Desenvolvimento:** uma pesquisa sobre o futuro do trabalho em 2020 realizada pela PRICE, empresa de consultoria anglo-americana, citada por BRAUER & ALBERTIN (2010) afirma que, atualmente, as empresas já lidam com a escassez de recursos humanos qualificados e que o ritmo de mudança será ainda mais intenso. A educação a distância consolida-se a cada dia como uma metodologia de levar conhecimento e capacitação aos diversos setores da sociedade. Empresas estão cada vez mais investindo em treinamento para seus funcionários, buscando uma qualificação

frente às novas exigências da competitividade global. O segmento das empresas que atuam na área de Petróleo, Gás, Energia e Biocombustíveis é de suma importância para a economia brasileira e mundial. A constante necessidade de se investir, inovar e buscar melhorias nas fontes de energia, melhorar as práticas e processos industriais e administrativos, faz frente a uma constante necessidade de capacitação dos profissionais envolvidos. Neste sentido, evolui-se no setor empresarial e corporativo a Educação Corporativa, buscando ofertar cursos de capacitação e qualificação dentro das empresas, para seus funcionários e colaboradores. Tais cursos e treinamentos podem, muitas vezes, serem disponibilizados pelas próprias empresas ou por escolas e organizações que não estejam diretamente inseridas no segmento corporativo próprio da empresa em questão. Também no que tange os processos de capacitação e formação do conhecimento dentro das empresas, principalmente, como foco deste estudo, as que fazem parte da área de Petróleo, Gás, Energia e Biocombustíveis, muitas delas, possuem estruturas próprias para qualificação de seus profissionais e colaboradores, quer na modalidade presencial, quer com a utilização de metodologia EaD (Ensino ou Educação a Distância). Éboli (2002) cita sobre a Educação Corporativa afirmando que é um método para o acompanhamento e desenvolvimento dos talentos humanos alinhados às estratégias de negócio da organização, assim como, Nuti apud Éboli (2012) ressalta que, o mundo corporativo investe cada vez mais em programas educacionais, afim de, formar líderes, aumentar suas competências e melhor qualificar os funcionários, acabaram criando suas próprias universidades. Tratando-se da Educação Corporativa, muitas empresas, como a própria Petrobras fez a partir do ano 2000, criaram as Universidades Corporativas. Neste sentido, novamente Nuti apud Éboli (2012) corrobora que o termo “universidade” é um simbolismo, já que as Universidades Corporativas não são reconhecidas pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura). A pesquisa buscou levantar, dentro do escopo do projeto do PFRH2 do Instituto Federal do Rio de Janeiro, Campus Arraial do Cabo, que trata de utilização de ferramentas EaD para oferta de cursos e capacitação profissional, analisar empresas do setor de Petróleo, Gás, Energia e Biocombustíveis situadas na região de Macaé e Lagos, buscando a consolidação de Universidades Corporativas e práticas da Educação Corporativa a Distância pelas empresas pesquisadas tanto com ofertas dentro de suas Universidades Corporativas ou através de agentes externos para qualificação profissional com metodologia a distância para corroborar com o objetivo do projeto, que é a oferta de cursos na área de Petróleo, Gás, Energia e Biocombustíveis pelo IFRJ em ambientes virtuais de aprendizagem. Foi levantada uma lista das empresas do setor e selecionado um total de 10 empresas para a realização da pesquisa. Todas as empresas selecionadas atuam na área de Petróleo e com ligação direta para prestação de serviços com a Petrobras, sendo tais empresas, multinacionais. O resultado do levantamento apontou que todas as empresas investem bastante em qualificação profissional, porém, oficialmente, somente 10% relatou que possui uma Universidade Corporativa, no caso, a própria Petrobras e que utiliza a Educação Corporativa a Distância em processos de qualificação e capacitação profissional. De todas as empresas pesquisadas, 100% relataram que utilizam ou utilizariam cursos utilizando a modalidade da Educação a Distância para qualificação de seus profissionais, também apontaram a necessidade de qualificar constantemente seus colaboradores, tanto com cursos presenciais quanto com cursos em ambientes virtuais de aprendizagem. Sobre o conceito e utilização da Educação Corporativa a Distância, todas as empresas pesquisadas informaram que tal modalidade é bastante atrativa e prática, principalmente no que tange a possibilidade de capacitar profissionais em situações de dispersão geográfica, com possibilidade de ultrapassar barreiras físicas e temporais impostas para realização de treinamentos presenciais, permitindo uma possibilidade de se treinar mais profissionais e, com redução de custos, atendendo a constante necessidade de gestão do conhecimento, entretanto, ressaltaram a dificuldade de quebrar os paradigmas junto aos seus funcionários para se dedicar a tal modalidade de ensino, uma vez que, a fuga de mecanismos tradicionais de capacitação, como os treinamentos presenciais, gera uma necessidade de disciplina por parte do próprio profissional que estará se capacitando, além dos recursos de tecnologia da informação envolvidos nos processos de ensino e aprendizagem. **Considerações finais:** seguindo a própria revisão bibliográfica, assim como, os resultados apontados pela pesquisa e levantamento feito nas empresas de Petróleo, Gás, Energia e Biocombustíveis

sobre o tema da qualificação profissional e a necessidade de se preparar e capacitar os profissionais envolvidos nesta área e mercado, notou-se uma grande oportunidade para expandir e intensificar a utilização de ambientes virtuais de aprendizagem no emprego dos processos educacionais de qualificação, tanto inseridos em Universidades Corporativas, na Educação Corporativa a Distância quanto através de entidades externas às empresas, no caso do próprio projeto do PFRH2 aqui apresentado, os Institutos Federais e demais instituições de ensino, onde, podem e devem prover ambientes, cursos e treinamentos utilizando a Educação a Distância com todos os seus recursos pedagógicos para ofertar programas de gestão do conhecimento e capacitação profissional em uma área de grande carência e necessidade de profissionais altamente qualificados e em constante aperfeiçoamento. Neste sentido, segue-se o estudo para criar cursos a serem oferecidos pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro, Campus Arraial do Cabo, com a adoção do ambiente virtual de aprendizagem Moodle para docentes, discentes e demais interessados na comunidade regional conforme planejamento inicial do projeto, buscando análises futuras dos resultados que serão alcançados. **Agradecimentos:** à Petrobras, por fomentar e incentivar pesquisa no âmbito dos projetos do PFRH2 em parceria com o IFRJ e demais empresas que participaram através das respostas a pesquisa. Também à FAMINAS Muriaé, pela oportunidade de incentivar pesquisas através de eventos como o ENIC, permitindo a exposição e debate de ideias e inovações. **Referências Bibliográficas:** BRAUER, Marcus & ALBERTIN, Alberto L. **Educação corporativa a distância: por que tanta resistência?** Artigo. Revista Redige. Senai, Rio de Janeiro, 2010.

EBOLI, M. O. **Desenvolvimento das pessoas e a educação corporativa.** In: **Vários Autores. As pessoas na organização.** São Paulo: Gente, 2002.

NUTI, Silvana. **Universidades Corporativas.** Reportagem. Revista InTech. São Paulo, 2012. V

QUARTIERO, E. M. & CERNY, R. Z. **Educação corporativa: mundo do trabalho e do conhecimento: aproximações.** São Paulo: Cortez, 2005.

FIGUEIREDO, Diana. **Setor de Petróleo e Gás tem alta empregabilidade.** Jornal EXTRA OnLine. Emprego – Capacitação. 10/07/2012. Disponível em:

<http://extra.globo.com/emprego/capacitacao/setor-de-petroleo-gas-tem-alta-empregabilidade-5432748.html> Acessado em 17/11/2013.

Área de Conhecimento: 7.08.00.00-6 – Educação

AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM MOODLE COMO FERRAMENTA DE APOIO AO ENSINO PRESENCIAL NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO – CAMPUS ARRAIAL DO CABO: UMA ANÁLISE INICIAL FRENTE AOS DOCENTES.

Álvaro Gonçalves de **BARROS** (PQ – alvaro.barros@ifrj.edu.br)¹

1 – Professor – Curso Técnico em Informática – IFRJ – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – Campus Arraial do Cabo – RJ. Técnico de Suporte em Informática da UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense. Instrutor e Coordenador da Cisco Network Academy IFRJ-CAC / UENF

Palavras-chave: Moodle, Ambiente Virtual de Aprendizagem, ensino presencial.

Apresentação: O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Campus Arraial do Cabo, IFRJ CAC, é uma instituição de ensino federal, situada na cidade de Arraial do Cabo, Região dos Lagos, Estado do Rio de Janeiro. No IFRJ CAC são oferecidos os seguintes cursos: Técnico em Informática (integrado ao ensino médio, no turno da manhã); Técnico em Manutenção e Suporte a Informática (na modalidade PROEJA, ofertado para jovens e adultos no turno da noite; e Técnico em Meio Ambiente (concomitante/subsequente ao ensino médio, no turno da noite). Também é oferecido um curso de Técnico em Serviços Públicos, na modalidade de Educação a Distância, pela Rede E-Tech, vinculado ao Núcleo de Educação a Distância do IFRJ Campus Pinheiral onde, tal curso está iniciando o seu primeiro período a partir de setembro de 2014. O Campus Arraial do Cabo atende a estudantes de toda a Região dos Lagos, tendo alunos vindos de várias cidades como Rio das Ostras, Cabo Frio, Iguaba Grande, Araruama, Búzios, São Pedro da Aldeia, entre outras e, com isso, atende a uma média de mais de 300 alunos por semestre, distribuído entre os cursos presenciais regulares em todos os períodos de cada curso. Nas aulas presenciais dos cursos técnicos, diversas são as matérias aplicadas, tanto as chamadas propedêuticas quanto as disciplinas técnicas relativas a cada carreira de estudos onde, em grande maioria, são aulas consideradas normais, clássicas, ministradas em sala de aula com quadro-branco, recursos multimídias como datashow ou em laboratórios, ou seja, uma aula como todas as outras nas mais diversas escolas e instituições de ensino existentes, gerando, muitas vezes, desinteresse e falta de estímulo em aprender, sendo o professor o único detentor do conhecimento e o aluno apenas um receptor dos conceitos passados em sala. MORAN (2009) afirma: *“a escola é previsível demais, burocrática demais, pouco estimulante para os bons professores e alunos. Não há receitas fáceis, nem medidas simples. Mas essa escola está envelhecida nos seus métodos, procedimentos, currículos”*. Neste sentido, uma grande questão discutida é: como tornar as aulas mais atrativas para os alunos, mais produtivas, prazerosas, trabalhar melhor a construção do conhecimento e utilização de recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação gerando motivação tanto para discentes quanto para os docentes no processo de ensino e aprendizagem? MORAN (2009) também traz que o ensino atual *“predomina uma visão conservadora, repetindo o que está consolidado, o que não oferece risco nem grandes tensões”*. Ferramentas utilizadas na Educação a Distância, como os Ambientes Virtuais de Aprendizagem, podem trazer inúmeras transformações nos processos educacionais, com a inserção dos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação, as chamadas TICs, no contexto educacional. Docentes precisam utilizar as possibilidades das ferramentas da Tecnologia da Informação para auxiliar aos alunos em um processo de aprender a aprender. FREIRE (2009) reforça que haja uma concepção de aprender a aprender. Neste contexto, MORAN (2009) também contribui afirmando que é um absurdo que os cursos continuem centrados quase integralmente na sala de aula e que a educação a distância ainda seja vista com desconfiança, quando não, com resistência ativa. Trabalhar a mudança, onde, a sala de aula passe a ser um ambiente de início e fim de atividades de ensino e aprendizagem, levando os alunos a trabalhar e melhorar a construção do conhecimento através das ferramentas da EaD em horários fora do tradicional espaço de sala de aula é uma grande oportunidade. Neste sentido, MEDEIROS (2002) afirma que, a utilização de ambientes virtuais de aprendizagem no

processo educacional presencial, no espaço clássico de sala de aula, com o avanço das tecnologias, permite uma maior socialização e ampliação do conhecimento e traz novas formas de acesso e de práticas educacionais oferecendo múltiplas possibilidades de acesso a informação.

Desenvolvimento: O Instituto Federal do Rio de Janeiro disponibiliza desde julho de 2013 um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle para todos os *Campi*, com servidores dedicados e o serviço disponibilizado 24 horas por dia e 7 dias por semana. Tal serviço é oferecido para todos os docentes e demais servidores que quiserem utilizar, podendo ser empregado como ferramenta de apoio ao processo de ensino e aprendizagem em todos os cursos regulares presenciais, técnicos, graduação e pós-graduação, em cursos de extensão e demais oportunidades de ensino e, também, em cursos totalmente na modalidade a distância. Visando a consolidação da teoria, na qual, aponta as diversas oportunidades da utilização de AVAs no processo de construção do conhecimento no ensino presencial clássico, tem-se buscado um planejamento para a implementação e disponibilização deste recurso no IFRJ Campus Arraial do Cabo. Visando uma difusão e início de utilização do AVA institucional, foi aprovado junto a Pró-Reitoria de Extensão, através do Edital número 10/2014, um projeto de extensão sobre a utilização de AVA no IFRJ, na qual, prevê a oferta de cursos e capacitação para a utilização do AVA Moodle para os professores que quiserem adotar o recurso em suas aulas nas diversas matérias. Este estudo buscou fazer um levantamento inicial sobre o conhecimento do que é um AVA e sua utilização básica pelos docentes do IFRJ CAC. Foi elaborado uma pesquisa com perguntas objetivas de múltipla escolha e algumas questões com opções para serem selecionadas. A pesquisa foi aplicada com a utilização de formulário eletrônico enviado para todos os servidores do IFRJ CAC através de e-mail corporativo. Um total de 22 docentes respondeu à pesquisa, sendo estes, pouco mais de 50% dos professores lotados no Campus Arraial do Cabo. Com a análise dos resultados pôde ser verificado que, dos docentes que responderam a pesquisa, 23% destes responderam que não sabem o que é um Ambiente Virtual de Aprendizagem e 77% sabem o que é. Também foi observado que 64% dos docentes já participou ou ainda participa de algum curso com a metodologia EaD e, 36% nunca fez nenhum curso ou capacitação a distância. Dos docentes que já participaram de algum curso a distância, apenas 36% atuou como docente e 64% atuou como aluno, tutor ou outros. Ao questionamento sobre o conhecimento do Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle, um quantitativo de 59% respondeu conhecer o AVA Moodle e, 41% informou que não conhece. Quando perguntado sobre os que gostariam de utilizar o Moodle como ferramenta de apoio ao ensino presencial nas aulas, um total de 77% dos docentes respondeu que gostariam de utilizar, 9% respondeu que não gostaria e 14% não respondeu a esta pergunta, apontando que, das afirmações que desejam dispor do AVA Moodle em suas aulas como ferramenta de apoio ao ensino, até mesmo os que responderam não conhecer, demonstram o desejo de passar a conhecer e utilizar o recurso, mostrando claramente que é uma questão a ser difundida e capacitada a utilização entre todos os professores e alunos. Sobre o AVA Moodle Institucional, disponibilizado pelo IFRJ para todos os *Campi*, foi questionado se os docentes sabiam do recurso oferecido desde julho de 2013 e, como resposta, os dados apontaram para uma situação preocupante, onde, 45,5% respondeu saber que há na instituição o recurso, 45,5% dos docentes respondeu não saber se há o AVA Moodle disponível e 9% respondeu que não existe um Ambiente Virtual de Aprendizagem para a utilização pelos docentes, ou seja, mais de 55% dos docentes pesquisado não sabem da existência e, de ter a disposição, um recurso tão engrandecedor no processo de construção coletiva do conhecimento e de seus diversos recursos pedagógicos inseridos. **Considerações finais:** Conforme aponta toda a revisão bibliográfica sobre o tema, a implantação da EaD está cada vez mais consolidada, suas ferramentas e recursos são capazes de implementar uma educação de qualidade com um ganho real no processo de construção do conhecimento e, dentre os diversos recursos vindos desta modalidade de ensino, os Ambientes Virtuais de Aprendizagem, em especial, o Moodle, é uma ferramenta que pode e, deve, ser implementada no cenário da educação clássica presencial, para apoio às atividades escolares presenciais, tanto em cursos técnicos quanto em graduação e pós-graduação, além dos cursos de extensão e demais capacitações e treinamentos. A disponibilização do AVA Moodle, permite ultrapassar as barreiras da sala de aula, possibilitando a troca e compartilhamento do conhecimento entre os próprios alunos e entre

os alunos e professor, com a utilização de todas as possibilidades pedagógicas existentes como os fóruns, tarefas, disponibilização de material didático, apostilas, slides, vídeos, chats, wikis, e outros que, disponibilizados 24 horas por dia e 7 dias por semana, permitem que todos os envolvidos possam acessar de qualquer lugar em que haja uma conexão com a internet e um dispositivo computacional, até mesmo um telefone celular que tenha acesso a rede. Os estudos e as respostas afirmam que o objeto do projeto de extensão submetido e aprovado é viável e fundamental, uma vez que, permitirá capacitar todos os docentes que queiram fazer uso do ambiente e, também, difundir uma ferramenta de Tecnologia da Informação e Comunicação, institucional, que muitos ainda desconhecem a existência. Como conclusão, há de se trabalhar a preparação e planejamento de cursos de capacitação para aqueles interessados, mostrando, demonstrando e aplicando a diversidade do AVA Moodle e suas funcionalidades, na qual, após os processos de treinamento, fazer com que os docentes adotem com seus alunos. Após o início da utilização pelos docentes, o trabalho continuará pois, há de se fazer um acompanhamento para coleta e análise dos resultados, verificando a eficiência e eficácia da utilização do AVA Moodle. **Agradecimentos:** A FAMINAS Muriaé pela oportunidade de participar do XI ENIC e aos docentes e técnicos administrativos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – Campus Arraial do Cabo, que auxiliaram na pesquisa respondendo as questões enviadas. Também a Pró-Reitoria de Extensão do IFRJ pelo incentivo a pesquisa e extensão com fomento em editais para submissão de projetos.

Referências Bibliográficas: FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** Editora Paz na Terra. Coleção Leitura. 39ª Ed, 2009. MEDEIROS, M. **Ambientes Virtuais de Aprendizagem: o desafio de novos trajetos na produção do conhecimento como criação.** In: Congresso Ibero-americano de Informática Educativa, 2002. MORAN, J. M.. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá.** 4a ed. Campinas, Papirus, 2009.

Área de Conhecimento: 7.08.00.00-6 – Educação

Álvaro Gonçalves de BARROS (PQ – alvaro.barros@ifrrj.edu.br)¹

1 – Professor – Curso Técnico em Informática – IFRJ – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – Campus Arraial do Cabo – RJ. Técnico de Suporte em Informática da UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense. Instrutor e Coordenador da Cisco Network Academy IFRJ-CAC / UENF

Palavras-chave: redes de computadores, transmissão de dados, problemas; plc.

Apresentação: a tecnologia da informação está em constante desenvolvimento, buscando acompanhar a própria sociedade que vem diariamente se tornando cada vez mais conectada. Neste sentido, CARVALHO (2011) nos mostra que mobilidade, computação em nuvem, banda larga e a necessidade de acessar dados, mudarão para sempre segmentos de mercado, como saúde, educação, transporte, segurança, entretenimento, entre outros. O mundo real e o digital estão convergindo. O acesso à internet é crescente e, em uma progressão vertical. A questão permanente e preocupante é: como tratar e trabalhar a disponibilidade destes dados, gerenciar e permitir o fluxo das informações nas redes de maneira eficaz e eficiente com segurança e garantia, provendo informações em tempo e no local necessário. Pretende-se neste estudo buscar uma análise de transmissão de dados via rede elétrica (PLC – Power Line Communications) como forma de suprir carências de meios de transmissão para prover acesso a redes de computadores e dispositivos interconectados. **Desenvolvimento:** redes PLC permitem a comunicação de dados e tráfego utilizando estruturas já prontas da rede elétrica, sendo assim, desnecessário o processo de novo cabeamento específico para tráfego de dados e/ou implementação de redes sem fio. O PLC utiliza RF – radiofrequência em MHz – sobre a rede elétrica, com sinais operando na faixa de 1,7 a 30MHz, permitindo a transmissão junto a rede elétrica, que opera na faixa de 50 a 60 Hz, ou seja, os dois sinais podem trafegar simultaneamente sobre o mesmo meio de transmissão devido a estar em canais separados. O PLC trabalha na camada 2 do modelo de referência OSI, ou seja, a camada de enlace, permitindo que possa ser utilizado normalmente em redes TCP/IP, possibilitando redes domésticas e emprego em LANs, MANs e WANs, incluindo a internet, que é uma rede baseada no protocolo e aplicações TCP/IP. O emprego de PLC está dividido em duas categorias, uma de tráfego de dados ou acesso até a residência e outro que seria o acesso dentro das residências. Determinados estudos mostram que o PLC seria mais eficaz que a tecnologia a cabo ou outras sem fio para prover o acesso no interior das residências (MAJUMDER; CAFFREY, 2004). Tratando-se da aplicação para uma rede interna, poderia ser direcionado para ambientes corporativos onde, com a utilização de equipamentos conectados, transformaria todas as tomadas de rede elétrica em conexões de dados para computadores, telefones e outros dispositivos e acessórios. Para se utilizar a rede elétrica em transmissão de dados, utiliza-se um equipamento como “adaptador PLC” que, conectado a uma tomada elétrica, funcionaria como um modem, convertendo os sinais entre a rede elétrica e os dispositivos de transmissão e recepção interconectados. Sobre possíveis problemas, MAJUMDER (2004) e CAFFREY (2004) apontam que as linhas de transmissão de rede elétrica são consideradas hostis para o tráfego de dados, pois, não foram projetadas para tal finalidade, sendo assim, pode haver problemas como ruídos, impedâncias variáveis e altos níveis de atenuação, o que geraria perda de dados durante o fluxo das informações entre o emissor e o receptor. Neste sentido, CARVALHO (2006) *apud* MENG *et. al.* (2005) afirma que o ruído em linhas de potência constitui um problema significativo para a transmissão de dados, visto que, ele dificilmente pode ser modelado como um ruído gaussiano branco. A diversidade das características elétricas dos dispositivos conectados à rede pode alterar as características da linha. O sinal pode variar de acordo com o tempo ou frequência, influenciando o desempenho da transmissão dos dados de acordo com a localização do transmissor e do receptor na infraestrutura da linha de transmissão. CARVALHO (2006) corrobora afirmando que uma tomada próxima de uma fonte ruidosa pode apresentar, inclusive, interferência mais baixa comparada a outra que se situe a uma distância maior com equipamentos domésticos em funcionamento, uma vez que, ao se

ligar tais equipamentos conectados a rede, a função de transferência do canal é alterada. Também são fontes típicas de ruídos as ligações de equipamentos que utilizam algum tipo de chaveamento, seja eletrônico ou mecânico. “O canal entre duas tomadas de uma casa apresenta uma função de transferência complicada. Em tal meio, a amplitude e a fase do sinal podem variar drasticamente com a frequência. Embora o sinal possa chegar ao receptor com poucas perdas em determinadas frequências, para outras, ele pode ser completamente destruído” (MAJUMDER; CAFFREY, 2004). Este estudo buscou uma análise da implementação em um ambiente pequeno, simulando um ambiente residencial ou corporativo para uma rede de dados com poucos equipamentos conectados visando à análise do tráfego gerado e problemas que poderiam surgir e causar perda ou impactos na transmissão, principalmente com a utilização de equipamentos eletrodomésticos sendo ligados na mesma rede de transmissão. Foram utilizados adaptadores PLC modelo Powerline AV500, que suportam velocidades de tráfego de, até, 500Mbps (megabits por segundo) e distâncias de, até, 300 metros, além de, criptografia de 128 bits para segurança dos dados transmitidos e conectados na rede elétrica do laboratório e interligando alguns computadores. Também foram utilizados equipamentos eletrodomésticos como: aspiradores de pó, secadores de cabelo, estabilizadores de voltagem, forno de micro-ondas, utilização de luz de iluminação, entre outros. Após a conexão dos adaptadores na rede elétrica e interligação dos cabos dos adaptadores até os dispositivos computacionais, foi feito o pareamento dos adaptadores. Parear os equipamentos é necessário para que eles se conectem em um mesmo grupo dentro da rede elétrica utilizada. Estando todos os dispositivos adaptadores PCL já pareados e conectados por cabos de rede UTP aos computadores, ficou estabelecido o enlace físico da rede, conforme descrito anteriormente, um enlace de camada 2 do modelo OSI e, seguiu-se, para a configuração lógica da rede com as implementações dos protocolos de rede, TCP/IP e aplicações, juntamente com compartilhamentos a serem acessados. Inicialmente foram feitos testes de conexão da rede com o comando “ping”, afim de, testar a conexão entre os pontos de origem e destino, já que, sendo o comando um pacote ICMP (Internet Control Message Protocol), gera a solicitação, chamada “echo request” e uma resposta, chamada “echo reply”, dentro da rede, podendo analisar os resultados observando o tempo resposta dos pacotes ou pela perda dos mesmos, seguindo pelo compartilhamento de arquivos e dados, copiando e disponibilizando para acesso entre os computadores.

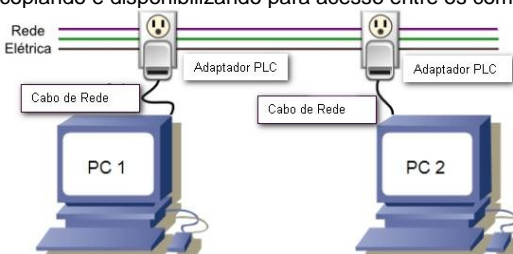


Figura 1: implementação da conexão de uma rede PLC.

Na busca por reduzir os domínios de broadcast de camada 3 do protocolo modelo OSI, utilizou-se rede com máscara de 28 bits, permitindo o endereçamento de 14 hosts possíveis. Com a rede configurada e implementada, inicialmente sem nenhum outro equipamento sendo utilizado para tentar gerar interferência, apenas os computadores e adaptadores PLC conectados, como uma rede local interna, a funcionalidade deu-se dentro do esperado, com taxas de transmissão dentro da expectativa, inclusive, comparando com outros tipos de redes bastante utilizadas e consolidadas, ultrapassando a velocidade média de 300 Mbps que seria alcançada com a adoção de redes sem fio padrão 802.11n e velocidades de 100Mbps de redes cabeadas padrão Fast Ethernet, com poucas perdas de dados ao analisar respostas aos comandos ICMP. Os testes com cópias e transferências de dados também fluíram adequadamente, chegando a uma velocidade próxima da especificada. O acesso a aplicações da pilha do protocolo TCP/IP também foi satisfatório para um ambiente de rede local. Com os testes iniciais concluídos, seguiu-se para a utilização, em paralelo, de equipamentos que poderiam influenciar nos sinais e nas frequências de transmissão pela rede elétrica, como os eletrodomésticos. Ao se fazer testes com a iluminação sendo ligada e desligada, notou-se um pouco de perda de pacotes e, em alguns momentos, um tempo de espera um pouco maior na transferência, porém, nada que tenha impactado a rede, entretanto, quando

demais eletrodomésticos foram sendo acionados, ficou demonstrado, conforme a bibliografia já havia apontado, a influência que degradou o sinal e a transferência dos dados, diminuindo consideravelmente a velocidade de transmissão e o tempo de transferência dos dados, assim como, o tempo de resposta e perda de pacotes quando foi observado os resultados de pacotes ICMP. Os testes realizados com a utilização do comando “ping” para se analisar pacotes ICMP ao mesmo tempo em que equipamentos como secador de cabelo, micro-ondas e/ou aspirador de pó estavam em uso, demonstrou claramente a perda e interferência do sinal na frequência, afetando e retornando uma grande perda de pacotes na rede, influenciando na degradação do sinal e da performance da transferência dos dados e informações pela rede elétrica.

Considerações Finais: através da pesquisa e dos testes realizados, ficou constatado que, a implementação de redes de computadores e dispositivos computacionais utilizando rede elétrica como meio de transmissão e enlace de dados é possível com a utilização de adaptadores PLC conectados na rede já existente, que para o cenário residencial e corporativo com pequena quantidade de equipamentos, pode ser utilizado como alternativa para implantação e acesso por redes cabeadas tradicionais UTP com equipamentos como switches e, também, para alternativas a redes sem fio, gerando menor custo devido a não necessidade de grandes investimentos em equipamentos e cabeamento, entretanto, pode haver situações e momentos de ruídos nas transmissões, gerando perda dos dados e informações. Ainda no contexto residencial, ficou constatado interferência que impactou na transmissão dos dados ao se utilizar determinados equipamentos eletrodomésticos, resultando muitas vezes na perda de conectividade e de pacotes na rede devido a grande interferência gerada na rede elétrica com picos de ruídos provocados por estes equipamentos. Como este estudo foi inicial, será dada continuidade ao mesmo, afim de, buscar maiores esclarecimentos com testes e conclusões em ambientes maiores e com demandas de tráfego de dados e informações mais exigentes.

Referências Bibliográficas: CARVALHO, Solange; Sociedade conectada, mundo conectado; Disponível em: <<http://convergecom.com.br/tiinside/12/09/2011/sociedade-conectada-mundo-conectado/#.U9efoPIdVPM>>; Acesso em 29/07/2014. CARVALHO, Fabrício Braga Soares de; Aplicação de Transmissão de Dados via Rede Elétrica para o Canal de Retorno Digital; Campina Grande-PB. 2006. Dissertação de Mestrado (Engenharia Elétrica) – Universidade Federal de Campina Grande. MAJUMDER, A.; CAFFREY, J. - **Power Line Communications: An Overview.** IEEE Potentials, v. 23. October/November 2004.

Área de conhecimento (CNPq): 1.03.00.00-7 - Ciência da Computação

VERIFICAÇÃO DO USO DA CONTABILIDADE GERENCIAL NUMA ENTIDADE DO TERCEIRO SETOR: O MODELO DE GESTÃO DE RESULTADO PROPOSTO PELO TERMO DE PARCERIA

Eliene Barbosa de OLIVEIRA (IC-elienecoimbra@yahoo.com.br)¹ e Jorge Luís de Oliveira DAIBES (PQ)²

1-Ciências Contábeis – Universidade Federal de Viçosa – UFV – 36570-000 – Viçosa- MG; 2. Professor Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000- Muriaé – MG.

Palavras – chaves: Entidades do Terceiro Setor, Contabilidade Gerencial, Termo de Parceria.

APRESENTAÇÃO: O objetivo deste artigo foi verificar se há o uso de práticas de Contabilidade Gerencial para mensuração do desempenho administrativo e orçamentário numa entidade do Terceiro Setor, ingressa no Modelo Gestão de Resultados, por meio da execução de um Termo de Parceria. A literatura pesquisada discorre sobre a Contabilidade Gerencial e seus instrumentos de gestão, apresentando superficialmente os aspectos relevantes de instrumentos mais tradicionais, como o orçamento e mensuração de desempenho. O estudo foi delimitado numa fundação do Terceiro Setor, da área de cultura, meio ambiente, planejamento urbano e desenvolvimento de tecnologia, localizada em Belo Horizonte. O instrumento de pesquisa foi um levantamento, construído a partir de revisões bibliográficas relacionadas ao objeto e análise de relatórios de desempenho disponibilizados pela entidade. O estudo levantou dados sobre a Fundação Israel Pinheiro, sobre o modelo de Gestão de Resultados e sobre o Termo de Parceria. **Desenvolvimento:** A sociedade é composta por três setores distintos que dão impulso ao desenvolvimento da economia mundial. O primeiro é o governo, responsável pelas questões sociais. Sua principal função é criar e desenvolver serviços, sendo grande parte de natureza coletiva. O Segundo Setor é o privado, responsável pelas questões individuais, direcionado à atividade produtiva. O Terceiro Setor é constituído por organizações sem fins lucrativos e não governamentais, as ONG's, instituições religiosas, organizações de voluntariados, fundações, entidades de classe, associações e diversas outras que têm como objetivo gerar serviços de caráter público propiciando o desenvolvimento político, econômico, social e cultural no meio em que atuam [10]. Essas surgiram com a falência do Estado e, em consequência disso, houve uma maior participação desse setor privado nas causas sociais [1]. O Terceiro Setor surge nos anos 70 e dissemina-se nos anos 80 e 90 para caracterizar as organizações que se definem pela flexibilidade e eficiência do mercado, combinado com a abrangência do setor privado a contabilidade pode ser um instrumento de suma importância para qualquer entidade, seja ela do Primeiro, Segundo ou Terceiro Setor [2]. A contabilidade tem como objetivo a geração de informações que podem ser utilizadas por vários usuários, buscando-se sempre atingir a finalidade dos mesmos. A contabilidade subdivide-se em áreas de estudos, tal como a Contabilidade Gerencial. Essa, num significado mais resumido está direcionada para a administração da empresa ou entidade, buscando identificar informações econômicas e financeiras que se adaptem de modo válido e eficaz no modelo decisório vigente [6]. Todo procedimento, técnica, informação ou relatório contábil feito para utilização da administração na tomada de decisões entre as alternativas conflitantes, ou na avaliação de desempenho, recai na Contabilidade Gerencial. Pertencem ao campo da Contabilidade Gerencial a contabilidade de custos, todos os procedimentos contábeis e financeiros relacionados ao orçamento empresarial, ao planejamento empresarial, fornecimento de informes contábeis e financeiros para decisões entre custos de ações alternativas, medidas de desempenho, entre outros [3]. Não será objeto desse estudo levantar todas as ferramentas gerenciais elencadas em nossa literatura, mas sim, das principais observadas na Fundação, a saber, a mensuração dos desempenhos administrativo e orçamentário, objetivando identificar se a entidade do Terceiro Setor conhece e utiliza alguns instrumentos de Contabilidade Gerencial. Para tal, serão apresentados, brevemente, os que foram objeto do instrumento de análise, visto todos os outros serem amplamente tratados na literatura sobre Contabilidade Gerencial e outras. O orçamento, como um dos instrumentos da Contabilidade Gerencial, tem como uma de suas principais funções fornecer informações aos gestores responsáveis por dirigir e controlar as operações da empresa. Configura-se também como

188

atrativo de recursos, fundamental na elaboração de projetos. Esses projetos devem ser elaborados baseados em orçamento, com objetivo definido, evidenciando os recursos financeiros necessários para atingi-los. Dessa maneira, os doadores terão acesso às informações de onde e como os recursos cedidos serão aplicados. A divulgação das metas propostas no orçamento e o grau de atingimento das mesmas são úteis no processo de prestação de contas, gerando credibilidade da organização junto à população [8]. Assim sendo, a prática orçamentária possibilita uma visão ampla da situação financeira da entidade, evidencia suas prioridades e promove alternativas para otimizar os recursos, através de uma gestão transparente, eficaz e eficiente, fonte primordial para tomada de decisão. Tendo em vista que o século XX foi marcado pela exploração sem precedentes dos recursos naturais, nesse contexto, o Sistema Estadual de Meio Ambiente, por meio da Fundação Estadual do Meio, (FEAM), lançou o Programa Ambientação – Educação Ambiental em Prédios Públicos de MG, com o objetivo de estimular a reflexão dos servidores públicos para mudança de hábitos e assim adotar novas atitudes que levem em consideração os cidadãos com o meio ambiente [4]. O Ambientação está alinhado com diversas legislações, estaduais e federais, tais como as Leis Estaduais 18.031 de 2009, que instituiu a Política Estadual de Resíduos Sólidos, e 16.689 de 2007, que define a obrigatoriedade da coleta seletiva em prédios públicos e as Leis Federais 9.795 de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e a 12.305 de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos [7]. Para continuidade da política pública, a FEAM abriu no final do ano de 2012, edital para seleção de nova OSCIP para continuidade da execução do Programa, tendo como vencedora do certame a Fundação Israel Pinheiro, a qual assinou Termo para os anos de 2013 a 2014. Essa Fundação foi criada em 1994 com intuito de preservar a memória de seus inspiradores, João Pinheiro e Israel Pinheiro, mantendo seus ideais desenvolvimentistas e ações principalmente à frente de governos e instituições públicas. Possui como missão: desenvolver, implementar e orientar ações e projetos sociais sustentáveis. Tem como valores os princípios da legalidade, ética, transparência e compromisso social e, por fim, tem como visão: ser uma instituição líder na gestão de projetos de interesse público e referência no Terceiro Setor. Suas áreas de atuação são cultura, meio ambiente, planejamento urbano e desenvolvimento de tecnologia. A sede da Fundação está localizada em Belo Horizonte e atualmente ela é a executora da política pública, no modelo de Gestão de Resultados, através de dois Termos de Parcerias, da área de meio ambiente, a saber, Programa Minas Sem Lixões e o Programa Ambientação, esse último, foco desse estudo [3]. Para gestão orçamentária e mensuração do desempenho administrativo, o Estado impõe requisitos administrativos e legais totalmente novos para essas entidades, que passam a ter que conciliar a promoção de determinado serviço social com a condição de parceira do Estado obrigando-se a prestar contas sobre os recursos utilizados e os resultados alcançados. Por fim, o modelo demanda controle e acompanhamento constante das parcerias, tornando imperativa a necessidade de controle interno (exercido pelos próprios órgãos estatais e pela Auditoria Geral do Estado e externo (exercido pelo Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado) [9]. O Termo de Parceria é um instrumento menos rigoroso que os convênios na aplicação dos recursos recebidos do governo. Não é necessário seguir a legislação de licitações, Lei nº 8.666/93, devendo a instituição cumprir seu Regulamento de Compras e Contratações (RCC). Tal regulamento vem para reger as modalidades dos processos de compras, as hipóteses de dispensa e inexigibilidade, sobre as faixas de valores, sobre as formas de recrutamento e seleção. A gestão administrativa do Termo trabalha concomitantemente com as análises financeiras e orçamentárias da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado que, recentemente vem mudando sua imagem perante as Organizações Sem fins Lucrativos (OSCIPs) de órgão punitivo para órgão de acompanhamento e orientação. As ações administrativas e financeiras do TP são analisadas por uma Comissão de Checagem Amostral, que na realidade realiza uma auditoria interna nos processos de compras e contratações do período em questão, analisando os aspectos legais, orçamentos, fornecedores e os pagamentos. Tal checagem amostral traz à tona necessidade de formas de controles eficazes que garantam cumprimento do RCC. A nota de execução administrativa é calculada pela totalidade dos processos do período, divididos pela quantidade de processos em conformidade com o RCC, ou seja, através da seguinte fórmula: Nº de processos de compras ou contratações / Nº de processos de

compras ou contratações analisados x 100%. Para cada percentual auferir-se uma nota, que varia de 0 a 10, a saber: de 0% a 69,99% de cumprimento, nota 0; de 70% a 79,99, nota 5; de 80% a 89,99, nota 6; de 90% a 99,99, nota 8 e para 100% de cumprimento nota 10. Os períodos analisados foram todos os quadrimestres de 2013 e o primeiro quadrimestre de 2014 e as notas obtidas foram respectivamente 6, 8, 8 e 8. Já para gestão orçamentária, a OSCIP utiliza-se do controle dos gastos, distribuídos em rubricas pertencentes à mesma natureza. As despesas possuem valores fixados, os quais devem ser cumpridos conforme pactuado no programa de trabalho, o que infere diretamente na mensuração do resultado de execução. Através dos relatórios financeiros disponibilizados pela instituição, verifica-se que o orçamento tem sido executado em conformidade com o plano de trabalho, mensurado através do índice de execução orçamentária, calculado pela Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), o qual está com a descrição de satisfatório. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O objetivo deste trabalho foi verificar o uso de práticas de contabilidade gerencial numa entidade do Terceiro Setor, localizada em Belo Horizonte, Minas Gerais. Para tanto, realizou-se uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa e sem replicação a nenhuma outra entidade. Não foram realizadas entrevistas, uma vez que a amostra dos dados foi por acessibilidade. A instituição investigada é uma Fundação que está há mais de 20 anos no mercado, uma vez que foi fundada em 1994. Apresenta missão, valores e visão claramente definidos o que contribui para o alcance dos objetivos estratégicos da organização e, diante da experiência no campo de atuação da cultura, meio ambiente, planejamento urbano e desenvolvimento de tecnologia, assinou, em 2013, junto ao Estado de Minas Gerais, por meio da Fundação Estadual do Meio Ambiente, o Termo de Parceria 033/2013 - Programa Ambientação, que é um programa de educação ambiental nos prédios públicos de Minas Gerais. Constatou-se que por força da legislação das OSCIPs e por exigência do Termo de Parceria, a Fundação utiliza as demonstrações contábeis para prestação de contas ao governo mantendo dessa forma em dia toda sua escrituração, uma vez que o modelo de gestão para resultados exige periodicamente essa mensuração. A arrecadação financeira vem do repasse do estado o qual é gerido através de um planejamento operacional periódico, com base no plano estratégico, construído em comum acordo com o Órgão Estatal Parceiro, no qual inclui o plano financeiro e institucional para toda vigência do Programa. A Fundação utiliza um orçamento, detalhado, chamado de Memória de Cálculo, em que se compara o valor orçado com o que foi efetivamente realizado. Verificou-se que a mesma mede seus resultados sistematicamente, utilizando tanto medidas financeiras quanto não financeiras. Os indicadores utilizados para avaliação da performance administrativa e financeira do Programa são: índice de cumprimento do regulamento de compras e índice de execução orçamentária. Conclui-se que a organização investigada possui algumas práticas de Contabilidade Gerencial, pela necessidade de mensuração de desempenho imposta pelo modelo de Gestão para Resultados, tais como gestão orçamentária e mensuração de desempenho administrativo. Cabe aqui também ratificar que as variações no índice de desempenho administrativo destacam que a entidade tem condições técnicas para uma boa execução, entretanto, não há explicações ou apontamentos dos problemas e deficiências que levam a entidade a sofrer declínio nas notas de cumprimento de Regulamento de Compras. Para levantamento desses fatores, recomenda-se um estudo bem elaborado e aprofundado sobre o assunto, abordando as questões administrativas, financeiras e operacionais. O não alcance da excelência no desempenho administrativo pode induzir a uma percepção de inexistência de controle e deficiência gerencial, além de refletir no desempenho de execução orçamentária, uma vez que as inconformidades nos processos de compras, viagens e contratações podem acarretar devoluções de numerário, além de indicar que a entidade não está seguindo o planejamento orçamentário e realizando seus processos em tempo hábil de ser analisado e realizado com todas as conformidades exigidas por seu Regulamento e expresso no Termo de Parceria. Futuros trabalhos poderão avaliar e medir estatisticamente os impactos nas estruturas patrimoniais dos demonstrativos contábeis advindos do uso das práticas de contabilidade gerencial nas entidades do Terceiro Setor, bem como apurar o melhor tipo de custeio que pode ser aplicado ao Programa e avaliar a existência de um Sistema de Informação Gerencial adaptado à realidade da instituição. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS e à Fundação Israel Pinheiro e em especial ao Programa Ambientação pelo apoio concedido.

BIBLIOGRAFIA: [1] ANDRADE, R. P.C.; IOSCHPE, E. B. (org.). In: **3º Setor: Desenvolvimento Social e Sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2005. [2] CARRIO, R. M. **Organizações privadas sem fins lucrativos:** a participação do mercado no Terceiro Setor. Tempo Social, Vol.12, nº 2, 2000. **Anais eletrônicos...**Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-070200000200015&script=sci_arttext>. Acesso em 08/08/2014. [3] Fundação Israel Pinheiro. Disponível em: <<http://israelpinheiro.org.br/>> Acesso em 08/06/2014. [4] Fundação Estadual do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.feam.br/>>. Acesso em: 08/06/2014. [5] IUDÍCIBUS, Sérgio. **Contabilidade gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998. 332 p, il. [6] NEVES, S.; VICECONTI, P. E. V. **Contabilidade avançada e análise das Demonstrações Financeiras**. 8. ed. São Paulo: Frase Editora, 1999. [7] Programa Ambientação – Programa de Educação Sócio Ambiental. Disponível em: <<http://www.ambientacao.mg.gov.br/programa.index.logic>>. Acesso em: 08/06/2014. [8] PADOVEZE, Clóvis. **Orçamento Empresarial**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012. [9] PECL, A.; Et.al. **Oscips e termos de parceria com a sociedade civil:** um olhar sobre o modelo de gestão por resultados do governo de Minas Gerais. **Rev.de Administração Pública**, Rio de Janeiro, vol. 42, no 6, p. 1137-1162, dez. 2008. [10] SOUZA, L. M. **Parcerias entre a Administração Pública e o Terceiro Setor:** Sistematização e regulação. São Paulo, 2010. 288 p. Tese (Doutorado Direito do Estado). Faculdade de Direito – Universidade de São Paulo. **Área do Conhecimento (CNPq): 6.00.00.00-7 - Ciências Sociais Aplicadas**

APLICAÇÃO DE “NOC” COMO MONITORAMENTO PROATIVO DE INFRAESTRUTURA, SEGURANÇA E COMO INDICADOR DE DESEMPENHO DE HARDWARE/SOFTWARE E SERVIÇOS EM EMPRESAS COM UMA DIVERSIDADE TECNOLÓGICA

Aginaldo Marques **LEMS** (IC – agnaldoml@gmail.com)¹ e Alexandre Horácio Bittencourt (PQ)²

1-Gestão de Projetos e Negócios em TI; 2- Professor
Faculdade de Minas – FAMINAS – 36880-000 – Muriaé – MG.

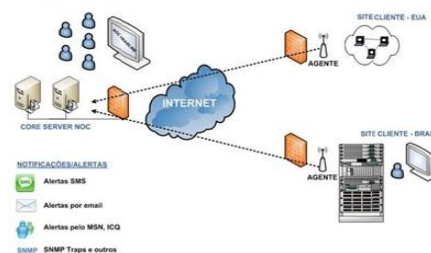
Palavras-chave: NOC; ambiente crítico; indicadores; monitoramento.

APRESENTAÇÃO: A crescente demanda por alta disponibilidade nos serviços, softwares e equipamentos de tecnologia da informação (TI) dentro das organizações exige cada vez mais controle e pró-atividade no tratamento dos eventos que afetam as ferramentas tecnológicas primordiais ao funcionamento do negócio (empresa). O monitoramento pode ser realizado em serviços, sistemas, ativos e qualquer dispositivo que possui IP. O *network operation center (NOC)* pode ser classificado como uma central de monitoramento com um ou mais softwares configurados com ajustes finos, objetivando o gerenciamento de ambientes críticos e heterogêneos. Tal solução ou soluções, vêm facilitar os controles com indicadores de desempenho e é claro também de falhas de qualquer equipamento de uma miscelânea de diversos fabricantes e, inclusive, com recursos e funções tecnológicas diferentes que proporcionem aos técnicos de TI as informações necessárias para tomar as devidas ações, em tempo hábil para minimizar o *downtime*. O NOC é composto de agentes e plug-ins (*plug-in, add-in ou add-on*) que são *scripts* ou programas compilados, sendo que muitos destes plug-ins usam em sua maioria o protocolo *SNMP (Simple Network Management Protocol)*, no qual é possível garimpar informações precisas de quase todos os equipamentos que possuam uma ou mais interfaces de rede – sejam de fibra óptica, *ethernet* ou outras mídias. O NOC pode ir muito além de simplesmente monitorar a rede, ele pode se tornar responsável pela tomada de ação cada vez que um alerta for ativado, ele pode executar um *script* previamente escrito com a rotina para tratar determinado problema na rede. O princípio do NOC é administrar e gerenciar redes em qualquer local/distância através de uma conexão, internet ou link direto (MPLS- *Multi Protocol Label Switching*), por exemplo. Os técnicos precisam levar em conta a redundância de link para efetividade do NOC. Canais diferentes de comunicação sejam eles: internet, SMS, 3G/4G link redundante, devem ser considerados para que monitoramento seja efetivo, quer dizer redundante, para que em caso de parada dos links normais contratados, os outros darão suporte para conexão remota. Podemos citar, também, a criação de *KPIs*, que são indicadores chave de desempenho (*Key Performance Indicator*), com base em cada produto e ambiente. Essas informações permitem a auditoria dos acordos de nível de serviço *Service Level Agreement 24/7 (SLA)* encontrados na empresa, auxiliando no dimensionamento e maximização da lucratividade das operações de tecnologia da informação, conforme recomenda os frameworks *Information Technology Infrastructure Library (ITIL)* e *Control Objectives for Information and related Technology (COBIT)*. Qualquer recurso tecnológico pode ser monitorado pelo módulo e ser policiado através da modelagem de indicadores de SLA. Os plug-ins desenvolvidos poderão ser para uso com ou sem agentes, tendo uma gama de alternativas de coleta como: *Simple Network Management Protocol (SNMP)*; Diretamente via camada de aplicação dos protocolos de rede (como por exemplo: *HTTP, SMTP, FTP, SSH, Telnet, SMB, LDAP, POP3, IMAP, DNS, Ping*, etc.). O monitoramento via camada de aplicação corresponde às interações entre o servidor alvo e o NOC como se fosse um cliente da aplicação; monitoramento de Transações Sintéticas que são ações executadas em tempo real em hardwares, softwares e serviços monitorados (Experiência do usuário final e Execução de Queries); *Scripts* e APIs (*Application Programming Interface*). Nos sistemas operacionais Windows (OS,s), os logs e comportamentos das interfaces são garimpadas através do Monitor de Performance do Windows (*Perfmon*) bem como do *WMI (Windows Management Instrumentation)*. Em sistemas operacionais Linux, os logs e comportamentos garimpadas com *scripts* de comandos ao sistema operacional. **DESENVOLVIMENTO:** Este estudo foi realizado no período de março a agosto de 2014, no TI de uma faculdade, na

cidade de Muriaé, na zona da mata mineira. Pretendeu-se avaliar ferramentas gerenciais que tivessem um custo benefício mais adequadas ao porte da instituição. Nas pesquisas realizadas objetivou-se a identificação do melhor produto dentre diversas opções de mercado, sejam eles *freewares* ou comerciais pagos, analisando todos os relógios indicadores, opções de funcionamento, condições de ambiente operacional, recursos para serem investidos, bem como as parametrizações e ajustes finos com objetivo que tal produto vai atender a demanda e o budget que a corporação tem condições de arcar. Devido à complexidade do projeto que envolve uma série de questões, deve-se estabelecer análises, comparações, testes, e, posteriormente, decidir por um a melhor solução, ou se for o caso a aquisição de mais de uma solução, de acordo com a complexidade e porte da empresa. Neste contexto, identificou-se no mercado vários softwares de natureza "free", mas tais modelos não atenderam as necessidades, pois a parametrização é mais trabalhosa devido a cada equipamento ter que ser instalado um a um, com configurações específicas em determinados casos, muitas vezes sem suporte do fabricante e apoio somente de fóruns. Os softwares de *NOC* avaliados, a partir das análises e pesquisas, foram definidos como de natureza comercial, visando a um ambiente mais controlado com informações mais precisas e tendo, também, o apoio técnico da empresa detentora do produto, fornecendo atualizações frequentes para monitorar todo tipo de equipamento que estiver conectado à rede. Dentre as várias opções de mercado, os principais softwares analisados foram o **System Center Configuration Manager - Também por SCCM da Microsoft, Solarwinds - Network Performance Monitor, PRTG - Network Monitoring Software, NetWall** -Monitoramento da Infraestrutura de TI, Dígito tecnologia, Sondalt. Depois de todos os passos feitos em relação a análise dos produtos ofertados e com o apoio da equipe técnica, passa-se para o próximo passo que é a negociação comercial com o fornecedor/fabricante, sendo que as condições comerciais são definidas pela quantidade de informações que o *software* vai sinalizar no ambiente operacional. Finalizado o processo de compra, nas condições adequadas a empresa, inicia-se a configuração, parametrização e ajustes finos dos *plug-ins* e agentes que vão apresentar os relógios de informações técnicas e detalhadas. Tal processo não é um trabalho simples, mas um desafio para o profissional ou equipe de profissionais que vão dar continuidade ao projeto *NOC*. Pelos trabalhos de análise das ferramentas de monitoramento, foram identificados que muitas delas tinham a possibilidade de desenvolvimento de agentes / *plug-ins* que poderiam detectar automaticamente vários recursos da infraestrutura de TI com o objetivo de facilitar o trabalho de cadastramento dos itens de configuração a serem monitorados. O aplicativo sugere a configuração dos indicadores e parâmetros de monitoramento baseando-se em seus modelos de configuração, além de permitir também a edição personalizada dos parâmetros descobertos. Sem qualquer intervenção do administrador, o resultado da descoberta traz algumas informações básicas, tais como o nome do dispositivo, o sistema operacional instalado, a descrição do tipo de equipamento (estação, servidor, impressora, switch, dentre outros), os processos e o *status* dos serviços executados nas máquinas. Em alguns casos, traz também o nome do fabricante do equipamento, dentre outras informações adicionais. No caso de uma ferramenta paga, a maioria das configurações para os equipamentos já vem previamente configuradas cabendo ao técnico que for operar o software somente escolher o que vai ser monitorado e como, pois existem parcerias das empresas de hardware com a empresa que desenvolve a ferramenta do *NOC*. Dessa forma, automatizando o máximo o processo de cadastramento de equipamentos e tecnologias, isso tudo sem falar do pós venda em caso de pane nos sistemas, em que os técnicos da empresa que não tiverem condições de resolver, podem pedir suporte junto à base de conhecimento do produto ou até mesmo à equipe técnica. O sistema de monitoramento foi projetado para consultar parâmetros de funcionamento de centenas ou milhares de equipamentos simultaneamente em diversas redes e gerar alertas programados de acordo com os valores individuais coletados e através de uma combinação dos parâmetros dos diversos sistemas em uso dentro e fora da organização. A coleta de dados é feita através de um agente e *plug-ins* instalados na rede para coleta dos dados locais de todos os dispositivos gerenciados. A coleta dos dados também pode ser feita direto na nuvem, sem instalação de agente e equipamentos distribuídos como *Firewall*. A confiabilidade e o controle das informações fornecidas pelos dispositivos gerando segurança que evitará o acesso indevido de

usuários ou outros sistemas com a utilização do recurso *Access Control List* ou Lista de Controle de Acesso (*ACL*). Informações importantes foram garimpadas usando a versão *TRIAL* (demonstração de software por tempo limitado) disponibilizada gratuitamente na internet, como segue um exemplo do que foi detectado automaticamente pelo software com *SNMP* e *agentes*: Disponibilidade(*ICMP- Internet Control Message Protocol*): Espaço em disco: verifica o espaço em disco/partições; *Load Average* Linux: verifica a carga de *load average* do Linux; carga de CPU Windows: verifica a carga de CPU do Windows; memória: verifica a memória RAM; *Swap*(área de memória virtual, também conhecido como memória de troca): verifica a memória *swap* do Linux; Tempo de resposta de portas *TCP(Transmission Control Protocol)*; processos: verifica o número de instâncias de um processo; *Status* da interface de rede: verifica o *status* da administração, *status* da operação e tráfego da interface de rede. Alguns tipos de coletores e sensores disponíveis: monitoramento de tráfego de rede através de protocolo *SNMP Traffic, Netflow, sFlow* e *Jflow*. Monitoramento completo da plataforma Windows através de *WMI, SNMP* e componentes. Alguns recursos de monitoramento da plataforma Windows: memória total e consumida, carga da CPU, espaço em disco total e livre, consumo de rede, disponibilidades dos serviços, terminal services, processos *WMI* e outros. Monitoramento de banco de dados: MS SQL Server 2005/2008/2012, MySQL, Oracle SQL e ADO SQL. Monitoramento de correio eletrônico: MS Exchange Server 2003/2007/2010/2012 protocolos de correio como SMTP, POP, IMAP e IIS SMTP. Monitoramento de virtualização: VMWARE, Xenserver, Hyper-V, Virtuozzo e Amazon CloudWatch. Servidores Linux todas as versões através de protocolo SSH. Monitora e coleta logs de protocolos: *ICMP, SNMP, SNMP Custom, DNS, PORT, FTP, HTTP, HTTPS, Syslog, Radius, VoIP, QoS, IP-SLA* e Coletores customizados. O *NOC* Carregará a biblioteca de *Management Information Bases (MIBS)* personalizados do fabricante, se tornando uma ferramenta capaz de monitorar qualquer tipo de ferramenta que possui IP. O profissional somente saberá manter e atualizar o software *NOC* se tiver conhecimentos técnicos aprofundados de funcionamento de um ambiente crítico onde as tecnologias implantadas como: *Switches, router's, Firewall* de borda, *no-break*, servidores em cluster, *workstations* que estarão interligados por protocolos de rede (camada OSI), tecnologias de virtualização, tais como: *Vmware vSphere, vCenter Operations Management, Microsoft Hyper-V Server, Citrix XenServer, Red Hat. Redes Virtuais LANs/VLAN Trunking Protocol (VLANs/VTP)*, sistemas operacionais (OS's) de mercado, como Microsoft, *HP UX, SOLARES, Linux* com diversas distros, citando os principais como Red Hat, Novell e *freewares* como Cent OS, Ubuntu etc, são de configurações complexas e o contexto do ambiente, dependendo do cenário, terá uma solução de *NOC* desafiadora para ser implantada. Imagine o cenário: temos um servidor *WTS(Windows terminal server)* em que todos os funcionários da empresa utilizam dele, os mesmos funcionários não encerram suas sessões, simplesmente as deixam abertas, dessa forma o consumo de memória vai crescendo e crescendo, quando chegar a 70% de memória utilizada é disparado um alarme no *NOC*, esse alarme avisa que ali pode ter alguma coisa errada acontecendo, ou seja, os controles apresentam algum procedimento que fogem à normalidade, caso não seja tratado quando chegar a 90%, então é executado um *script* que vai desconectar todos os usuários que estão inativos por mais de três horas, liberando memória para o servidor continuar funcionando normalmente. Todo cenário acima não precisou de intervenção humana, o técnico só vai saber o que aconteceu quando for verificar os logs do *NOC*. O sistema de monitoramento pode, ainda, consultar serviços externos ao ambiente de TI da empresa como: site da organização, servidores de email, serviços online prestados por fornecedores ou mesmo serviços de Cloud.

MONITORAMENTO PROATIVO



CONSIDERAÇÕES FINAIS: Conclui-se que, os serviços de monitoramento e indicadores de desempenho em "TI" contribuem para uma eficiente gestão dos investimentos tecnológicos nas empresas de todos os tamanhos, inclusive na empresa em estudo. Esse procedimento contribui para que se antecipem aos problemas de infraestrutura, bem como garantir a imediata resposta em caso de sinais de falha, nos equipamentos e sistemas. Os benefícios são percebidos em todos os momentos, principalmente nos picos de produção da organização, nos quais se exige muita performance e aceleração de carga dos equipamentos e links, e vão proporcionar o aumento do nível de controles e informações importantes para tomada de decisões, bem como ações vitais para restabelecer as funcionalidades ideais desejadas pré-programadas. Afinal com todo este aparato de tecnologias em pleno funcionamento, o resultado de todas estas ações não poderia deixar de ser a performance aumentada, com desempenho superior de funcionamento de todos os equipamentos, e, consequentemente contribuindo para aumentar o desempenho de toda a corporação. Outro item importantíssimo gerado pelos investimentos em NOC, é a confiabilidade de todo o ERP ou ERP's (*Enterprise Resource Planning*) e softwares diversos que funcionarão em sua plenitude, gerando credibilidade de gestão para o CEO (*Chief Executive Officer*). Assim, o departamento de TI poderá se dedicar mais a tarefas estratégicas fazendo com que os investimentos em "TI" sejam convertidos em soluções altamente eficazes e que proporcionem um "ROI" (*Return on Investment*). Dessa forma, a empresa economizará tempo de todos os técnicos especialistas em TI, propiciando que eles executem atividades mais estratégicas e inovadoras.

REFERÊNCIAS: COBIT - Disponível em: <https://www.google.com.br/?gws_rd=ssl#q=cobit&tbs=lr:lang_1pt&lr=lang_pt> Acesso em: 29 ago. 2014.

Monitoramento de rede NOC - Disponível em: <https://www.google.com.br/?gws_rd=ssl#lr=lang_pt&tbs=lr:lang_1pt&q=monitoramento+de+rede+NOC>, Acesso em: 29 ago. 2014.

Netwall - Disponível em: <http://www.netwall.com.br/monitoramento_infraestrutura_ti.php> Acesso em: 29 ago. 2014.

PRTG:Network Monitoring Software - Disponível em: <http://www.paessler.com/prtg?utm_source=google&utm_medium=cp&utm_campaign=Brazil_PRTG_Search_English&utm_adgroup=prt_g_traffic_grapher&utm_adnum=002&gclid=CjwKEAju-JqgBRCAyqjoic27nIQSjABBTpFEH3r4PAa6woejO1PfsEHiz0xJe7pMOG8B621_gPc6hoCzFrw_wcB> Acesso em: 29 ago. 2014.

ROI - Disponível em: <https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#lr=lang_pt&q=ROI&tbs=lr:lang_1pt>, Acesso em: 29 ago. 2014.

SLA 24/7 - Disponível em: <https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#lr=lang_pt&q=SLA+24%2F7&tbs=lr:lang_1pt>, Acesso em: 29 ago. 2014.

System center 2012 - Disponível em: <<http://www.profissionaisti.com.br/2014/07/system-center-configuration-manager-2012-r2-automatizando-processos-em-ambientes-de-ti/>>, Acesso em: 29 ago. 2014.

Solarwinds - Disponível em: <http://www.solarwinds.com/pt/?gclid=CjwKEAju-JqgBRCAyqjoic27nIQSjABBTpFEstTiSEaoseiAUjJT1AcnhBN7gNqtxmZgbr0dvQpUYRoCpwbw_wcB&CMP=KNC-TAD-GGL-BR_BRAND-X-DL-LATAM&ef_id=VAd2RgAAAK6Bcwzr:20140904022300:s>. Acesso em: 29 ago. 2014.

ITIL - Disponível em: <<http://www.itil-officialsite.com/>>, Acesso em: 29 ago. 2014.

Wikipédia - Disponível em: <https://www.google.com.br/?gws_rd=ssl#q=wikipedia> Acesso em: 29 ago. 2014.

EPG 022

AVALIAÇÃO DO ÁCIDO ASCÓRBICO (VITAMINA C) NA CICATRIZAÇÃO CUTÂNEA DE CAMUNDONGOS

Kelly Cristina da SILVA (IC- Kellycristinasilva1@hotmail.com)¹, Amanda Marini da SILVA (IC)², Leonardo Luiz de FREITAS (IC)², Aline Araujo LOPES (PQ)³, Alexandre Horácio Couto BITTENCORT (PQ)^{1,2}

1. Curso de Pós-Graduação em análises clínicas; 2. Curso de Biomedicina; 3. Biomédica; 4. Professor Faculdade de Minas- FAMINAS- 36880-000- Muriaé-MG

Palavras-chave: ferida, ácido ascórbico, cicatrização.

INTRODUÇÃO: A cicatrização de feridas é formada por uma cascata de eventos celulares e moleculares coordenada, que interagem para que ocorra a repavimentação e a reconstituição do tecido. Tal evento envolve fenômenos bioquímicos e fisiológicos que tem desempenho harmonioso a fim de garantir a restauração tissular. A perda tecidual pode atingir a derme completa ou incompletamente, podendo atingir todo o órgão, chegando ao tecido celular subcutâneo [1]. A criocirurgia é o uso do frio para provocar destruição de tecidos com finalidade terapêutica. O mecanismo deste processo provoca dois efeitos: cristalização da água intra e extracelular, que conduz à morte da célula e à trombose vascular, gerada pelo congelamento dos vasos da região que complementam a necrose tissular. Isto produz a destruição do tecido e o estroma promove trama para reparação posterior da ferida. As formas de aplicação do nitrogênio líquido podem ser por jato aberto, quando o spray é aplicado livre sobre a pele, através de sondas fechadas, pontas fechadas que, estando congeladas, são comprimidas sobre as lesões. A forma de aplicação depende da origem e da forma da lesão a ser tratada [2]. A forma como as feridas são tratadas afeta a taxa de cura, tempo de cicatrização, o retorno a função normal e a aparência final. O tratamento das lesões cutâneas depende da fase de cicatrização da ferida e pode incluir utilização de antissépticos e de antibióticos, limpeza mecânica ou química, irrigação da área afetada, aplicação de curativos e de agentes tópicos [3]. Em 1928, o médico Albert Szentgyorgyi, conseguiu isolar a vitamina C, dando-lhe o nome de ácido hexurônico. Em 1932, dois grupos de pesquisadores conseguiram o isolamento da vitamina C em forma cristalina. A estrutura química foi identificada e o produto sintetizado sob a forma fisiologicamente ativa pouco depois; em 1938 o ácido ascórbico foi oficialmente aceito como nome químico da vitamina C. Ele acontece naturalmente em alimentos sob as formas reduzidas (geralmente designada como ácido ascórbico) e a forma oxidada (ácido desidroascórbico). Ambos são fisiologicamente ativos e são encontrados nos tecidos orgânicos. A denominação de ácido ascórbico foi atribuída para referir-se à sua função na prevenção do escorbuto. O termo vitamina C deve ser utilizado como descrição genérica para todos os compostos que exibem atividade biológica qualitativa de ácido ascórbico [4]. O ácido ascórbico participa dos processos celulares de oxirredução, previne o escorbuto (doença provocada pela carência de vitamina C), é essencial na defesa do organismo contra infecções e primordial na integridade das paredes dos vasos sanguíneos. É essencial para a formação das fibras colágenas existentes nos tecidos da derme, cartilagem e ossos no corpo humano [5]. O objetivo deste estudo foi avaliar a influência da vitamina C na cicatrização de feridas cutâneas. **METODOLOGIA:** O presente estudo foi aprovado pelo comitê de ética e pesquisa da FAMINAS- Faculdade de Minas, Muriaé, Minas Gerais, Brasil. Oitenta camundongos (*Mus musculus*), Swiss, descendentes do biotério da Universidade Federal de Viçosa (UFV), sendo quarenta machos e quarenta fêmeas pesando aproximadamente 30g (± 2g), com 8 semanas de idade e foram submetidos aos procedimentos experimentais de cicatrização de feridas cutâneas. Os animais foram anestesiados com 10ul de Acepromazina (1g/10mL) com o auxílio de uma gavage e em seguida foram segurados em decúbito ventral com a pata inferior direita em extensão e realizado a raspagem do pelo na região do músculo inferior deste membro, feito assepsia com um chumaço de algodão contendo álcool 70% e um corte epitelial e levemente muscular de uma área de 2mm de comprimento (medido com paquímetro) feito com um bisturi de lamina nº 20. Imediatamente após o corte, foi colocado com o auxílio de um material metálico, nitrogênio líquido em cima do corte, onde este material ficou imerso no nitrogênio líquido 30 segundos e prensado sobre a lesão por 15 segundos. Com o paquímetro medindo as feridas, foram fotografadas as dimensões das lesões e os camundongos foram colocados em suas gaiolas individuais com

água e ração livre e levados para o biotério para recuperação da anestesia e observados suas recuperações nas primeiras 3 horas. Os animais foram separados em 20 grupos de 4 animais: 5 grupos de machos e 5 grupos de fêmeas tratados com 20ul de ácido ascórbico (200 mg/mL), 5 grupos controle de machos e 5 grupos controle de fêmeas tratados com 20ul de soro fisiológico. A cada 4 dias 1 grupo de macho e fêmea tratados com vitamina C e 1 grupo de machos e fêmeas tratados com soro fisiológico foram sacrificados. Antes da eutanásia mediu-se o tamanho das feridas. **RESULTADOS E DISCURSAO:** Foram feitas as medidas das feridas com o auxílio de um paquímetro e obteve-se os seguintes resultados e suas medias:

Macho teste (tamanho em mm)	Dia 4	Dia 8	Dia 12	Dia 16	Dia 20
	1	0	0,9	1	1
	0	0,5	1	2	0
	0	0,5	1	0	0
	1	1	0	0	0
Média	0,5	0,5	0,72	0,75	0,25

Macho controle (tamanho em mm)	Dia 4	Dia 8	Dia 12	Dia 16	Dia 20
	2	0	0,2	0,8	0
	1	0,8	0	0,8	1
	0,2	0,8	1	1	0
	0	1	1	1	0
Média	0,8	0,65	0,55	0,9	0,25

Fêmea teste (tamanho em mm)	Dia 4	Dia 8	Dia 12	Dia 16	Dia 20
	1,5	1	1	1	1
	0	2	1	2	1
	1,5	1,5	2	0	1
	1,2	1,5	1	1	0,8
Média	1,05	1,5	1,25	1	0,95

Fêmea controle (tamanho em mm)	Dia 4	Dia 8	Dia 12	Dia 16	Dia 20
	2	1,1	1	1	0,8
	0	0	1	1	0
	1	0,5	0,1	0	0
	2	0,5	0,1	0,5	1
Média	1,25	0,52	0,55	0,62	0,45

Após realizar-se o estudo, fez-se a comparação do macho teste com seu controle e fêmea teste com seu controle. No dia 4 do macho, observou-se que o teste obteve uma media menor do que o do controle, significando uma melhor cicatrização. A fêmea do mesmo dia também obteve uma cicatrização melhor no uso da vitamina C do que no controle. No dia 8 do macho, obteve-se melhor media de cicatrização no teste do que no controle, mas a da fêmea obteve-se melhor resultado no controle, com uma diferença considerável uma da outra. No dia 12 o macho controle obteve menor media em relação ao macho teste, o que entende-se que o controle obteve melhor cicatrização. A fêmea controle deste dia também obteve melhor media do que o teste. Já no dia 16, o macho teste obteve melhor resposta de cicatrização do que o controle, mas a fêmea do controle neste dia teve uma resposta melhor do que as do teste. E no ultimo dia, dia 20, tanto o macho teste quanto a fêmea teste teve a melhor media de todos os dias, sobressaindo uma melhor cicatrização comparada aos seus respectivos controle.

Portanto, pode-se observar que durante o uso de 20 dias de vitamina C houve uma melhor cicatrização epitelial. As medias das fêmeas geralmente são maiores que as do macho devido ao hormônio que influencia na cicatrização. No estudo feito por Pace, et AL. [6] foi realizado um retalho cutâneo de 10 x 3 cm no dorso de 24 ratos machos Wistar e observado os efeitos das substâncias: vitamina C, vitamina E e Gingko biloba, que foram aplicadas por via intraperitoneal durante 14 dias. Observou-se que a porcentagem da área de viabilidade do retalho no grupo Vitamina C foi superior às porcentagens das áreas de viabilidade dos retalhos nos grupos Vitamina E e Gingko biloba. A média de viabilidade do retalho no grupo Vitamina C foi 78%, no grupo Vitamina E foi 75,12% e no grupo Gingko biloba foi de 72,16%. O autor concluiu que a viabilidade do retalho cutâneo dorsal e a neovascularização do retalho foi maior nos grupos que receberam substâncias antioxidantes. **CONCLUSOES:** conclui-se então que o uso do ácido ascórbico (vitamina C) no uso contínuo de 20 dias auxilia no processo de cicatrização. Mas deve-se levar em conta sexo, estresse e idade. Estudos histológicos serão realizados posteriormente para analisar a cicatrização interna à epitelial. **BIBLIOGRAFIA:** [1] MANDELBAUM, Samuel Henrique; SANTIS, Érico Pampado Di; et al. **Cicatrização:** conceitos atuais e recursos auxiliares -Parte I*. An bras Dermatol, Rio de Janeiro, jul./ago. 2003; 78(4):393-410. [2] POZIOMCZYK, Claudia Schermann; KÖCHE, Bruna; et al. **Avaliação da dor em criocirurgia de ceratoses actínicas.** An Bras Dermatol. 2011; 86(4):645-50. [3] VALENTE, Fernanda Soldatelli. **Terapia tópica na cicatrização de lesões cutâneas provocadas por congelamento com nitrogênio líquido em ratos Wistar.** Programa de pós-graduação em veterinária. Porto alegre, 2014. [4] ARANHA, Flávia Queiroga; BARROS, Zianne Farias; et al. **o papel da vitamina c sobre as alterações orgânicas no idoso.** Rev. Nutr., Campinas, maio/ago, 2000. 13(2): 89-97. [5] AZULAY, Mônica Manela; LACERDA, Carlos Alberto Mandarim de; et al. **Vitamina C,** An. Bras. Dermatol, Rio de Janeiro, vol.78 no.3. May/June 2003. [6] PACE, Daniele; CAMPOS, Antônio Carlos; GRAF, Ruth. **Efeito de substâncias antioxidantes (vitamina C, vitamina E e Gingko biloba) na viabilidade de retalho cutâneo dorsal em ratos.** rev. soc. bras. cir. plást. 2006; 21(2): 77-81.

Área do Conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2 – Biomedicina
 Área do Conhecimento (CNPq): 2.11.00.00-4 – Imunologia

Pollylian Assis **MADEIRA** (PQ – pollylian_ms@hotmail.com) e Constança Maria Leite **RODRIGUES** (PQ – constancaleite@yahoo.com.br)

1-Coordenadora do Curso de Turismo; 2. Professora de Libras Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG / Unidade Carangola
36.800-000 – Carangola – MG

Palavras-chave: Turismo, Libras, Inclusão Social.

APRESENTAÇÃO: Entende-se que o turismo é uma atividade que pode ser desenvolvida como forma de conscientizar a comunidade, os setores público e privado a aceitar e contribuir com a quebra de barreira na comunicação entre ouvintes e surdos, proporcionando o acesso das pessoas surdas aos serviços voltados para a atividade turística através da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). A metodologia utilizada para o estudo envolveu a pesquisa bibliográfica; identificação de instituições que desenvolvem a ideia da Libras e contribuem para o desenvolvimento social e participação das pessoas com surdez; estudos de legislação; visita guiada aos monumentos da cidade e entrevista com os alunos surdos de uma escola estadual do município de Carangola. Neste artigo verifica-se a importância da Libras para a inclusão dos surdos no meio social e no turismo.

DESENVOLVIMENTO: A inclusão social de pessoas com deficiências vem sendo um assunto relevante nos estudos atuais. O Turismo vem desenvolvendo o seu corpo de pesquisa sobre o assunto há pouco tempo, se comparado a outras áreas do saber, mas já é observada a sua multidisciplinaridade ao se tratar da inclusão social. Por isso, mostra-se a preocupação em estudar e atender a todos os públicos. O trabalho torna-se interessante para destacar a importância do lazer para pessoas com surdez, principalmente no município de Carangola. O artigo retoma um trabalho de conclusão de curso (orientado pelas pesquisadoras) desenvolvido por uma aluna do Curso de Turismo da FAVALE em 2010, que se intitulou “A inclusão de pessoas surdas no turismo”. Após a retomada da pesquisa e verificada a importância da disciplina “Libras” no Curso de Turismo como acréscimo de uma nova língua observou-se também a possibilidade de estudos na área de educação e inclusão social. Assim, a pesquisa foi retornada na proposta deste artigo pela relevância da inclusão de pessoas com surdez ao meio social e ao turismo. Um trajeto foi elaborado para que os alunos surdos atendido pela Escola Estadual de Educação Especial Walton Batalha Lima pudessem conhecer um pouco da história do município, visitando alguns atrativos turísticos e patrimônios culturais tombados, como a Faculdades Vale do Carangola – FAVALE (hoje, UEMG / Unidade Carangola), a Escola Regina Pacis, a Estação Rodoviária Wingston Mendes de Souza e o Museu e Arquivo Histórico Geográfico Carangolense. Através da pesquisa foi possível perceber que os alunos/turistas aqui referenciados, foram capazes de participar efetivamente da visita guiada comprovando que pode haver inclusão dessas pessoas no mundo turístico. A necessidade de comunicação/expressão da comunidade surda vai muito além da busca por compreensão da língua. A Libras é um diferencial na identificação dos surdos, e o seu surgimento veio quando o Brasil ainda era uma colônia portuguesa governada pelo imperador Pedro II, no Rio de Janeiro, em 1856, e o primeiro órgão no país a desenvolver trabalhos com surdos surgiu em 1857, hoje Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES [1]. Mesmo com língua própria, os surdos ainda sofrem com a diversidade e o preconceito, visto que a sociedade ainda não reconhece ou não conhece a Libras. O papel da língua de sinais na educação é um fator relevante na vivência social dos surdos, pois promoverá um maior entendimento entre a cultura surda e ouvinte. Entretanto, o desafio de inclusão na sociedade continua, mesmo com a oficialização da Libras, como meio legal de comunicação e expressão, oriundos de comunidades surdas do Brasil e sua regulamentação através do decreto nº 5.626/2005 [2]. A importância desse decreto está na normatização da Lei nº. 10.436/2002 para que a constituição social dessa língua minoritária ocorra, valorizando a surdez não como deficiência e sim como diferença linguística. Apesar de a legislação existir, ainda não se encontra um número de profissionais suficiente com competências adequadas para atender a demanda de surdos. Todavia, as pessoas com surdez, também são penalizadas com essa falta de

formação de profissionais, resultando em fracasso e evasão escolar por esta barreira de comunicação. De acordo com o Ministério do Turismo (2009), o Turismo Social é praticado promovendo a igualdade, equidade, solidariedade e o exercício da cidadania em busca da inclusão. Para garantir o direito à acessibilidade deste público, foram criadas leis para orientar os estabelecimentos no cumprimento do Código Mundial de Ética do Turismo [3]. As leis brasileiras garantem aos deficientes e ou diferentes o exercício de seus direitos quanto ao turismo, cultura e lazer, mas a experiência do turismo inclusivo vai a passos lentos no país. Essa é uma questão que, além de envolver mudanças de paradigmas que fazem alusão ao respeito à diversidade, à solidariedade, à aceitação das diferenças, também precisa passar pela reengenharia de vários processos ligados ao turismo, para que a inclusão possa ser efetivamente concretizada. É preciso então, compreender como, na prática se desenvolvem tais processos. O turismo é uma atividade econômica de prestação de serviços, que tem nos recursos humanos o seu principal elemento [4]. O bom atendimento ao turista é o principal fator de avaliação do produto e existem localidades com enorme potencial turístico que não conseguem decolar seu desenvolvimento pela ausência de investimentos em capacitação de recursos humanos. O turismo depende de uma infinidade de serviços especializados, os quais, por sua vez, dependem de profissionais com as mais variadas especializações. Quanto à questão que envolve a prestação de serviços com qualidade no setor turístico, trabalhar neste significa servir às pessoas, ajudando-as a satisfazer seus desejos de viajar e de viver experiências no seu tempo livre, envolvendo o cuidado com respeito, dignidade, cortesia e consideração. A satisfação do turista é ponto essencial para o sucesso de qualquer empreendimento ou atuação. Em muitos casos em que a prestação de serviços no turismo é realizada sem qualidade, a questão se volta para a falta de profissionais qualificados, sem aperfeiçoamentos ou até mesmo sem especialização na área em que atua. Assim, na atividade turística onde a prestação de serviço é o diferencial, é fundamental que os recursos humanos tenham técnicas e qualidade para atender as necessidades constantes da sociedade. A questão do turismo inclusivo no Brasil é de muita relevância, uma vez que ele pode ser utilizado como uma ferramenta para diminuir as desigualdades sociais, através de suas atividades que proporcionam educação, lazer e cultura e os meios para que as pessoas possam dele participar. Essas atividades turísticas possibilitam o respeito às diferenças e necessidades de cada indivíduo, independentemente de suas limitações, aliando harmonia e respeito às comunidades e locais visitados. No entanto, apesar da evolução acerca da necessidade de se projetar espaços que atendam a todas as pessoas, o tema ficou por muito tempo esquecido. O Governo Federal, ciente da lacuna existente entre o discurso e a realidade, reorganizou ações de acessibilidade que constam no Plano Nacional de Turismo 2013 – 2016 “O Turismo fazendo muito mais pelo Brasil” [5]. O turismo acessível, portanto, engloba uma série de comportamentos, preocupando-se quanto ao atendimento qualificado, investimento na capacitação dos turismólogos, adquirindo novos idiomas e alterando os projetos arquitetônicos, para que os espaços possam também ser acessíveis e inclusivos, recebendo pessoas com todo tipo de diferença ou deficiência. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Ao final do trabalho desenvolvido, foi observada, através da entrevista informal realizada com os alunos/turistas surdos, a satisfação em conhecer a cultura da sua localidade, com um olhar diferenciado, desvendando curiosidades, adquirindo conhecimentos e valorizando o espaço em um mundo novo. A professora e intérprete de Libras que participou desta visita guiada percebeu que, após este projeto, ocorreram melhorias nos comportamentos dos participantes, pois alguns diminuíram a agressividade, timidez, melhorando a autoestima e favorecendo a iniciativa de um trabalho interdisciplinar e sócio interacionista. Nos trajetos visitados foram observadas algumas conquistas em termos de acessibilidade como: rampa e corrimão em alguns pontos turísticos. Entre os ouvintes, percebeu a curiosidade em verificar a funcionalidade da Libras, mas no município de Carangola, a lacuna continua grande, não havendo nos ambientes visitados, profissionais para atendimento de tal público, pois os surdos não apresentam características externas sobre sua diferença linguística, apenas quando se comunicam na língua gesto-visual. Tal fato comprova que, apesar do tema Libras como inclusão estar sendo debatido teoricamente, o mesmo não vem acontecendo na prática da sociedade carangolense. Diante da realidade encontrada, percebe-se que algumas pessoas, paulatinamente, vem despertando em desenvolver a qualificação

profissional para o atendimento desse público, mas ainda precisa haver mudanças de paradigmas na sociedade quanto ao valor da língua gesto-visual brasileira. Atualmente, em Carangola, existe curso de Libras, com o objetivo de fomentar a Língua Brasileira de Sinais, fortalecer e possibilitar a comunidade surda da nossa região com uma futura associação proporcionando maior vínculo social entre as demais associações. "As pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza e o direito de ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza" [6].

BIBLIOGRAFIA: [1] MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) (Verbetes). Dicionário Interativo da Educação Brasileira. Educa Brasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2006. [2] Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que Regulamenta a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm> Acesso em: 25 de março de 2014.

[3] BOITEUX, B. Legislação de turismo. Tópicos de direito aplicados ao turismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003. [4] IGNARRA, Luiz Renato. Fundamentos do Turismo. 2. ed. São Paulo: Thomson, 2003, p. 72. [5] Plano Nacional de Turismo 2013 – 2016 Disponível em:

<http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/plano_nacional/downloads_plano_nacional/PNT_-_2013_2016.pdf> Acesso em: 20 de fevereiro de 2014. [6] SANTOS, Boaventura de Souza. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. São Paulo: Lua Nova, n. 30, 1997, p. 105-124.

Área do Conhecimento (CNPQ): 6.13.00.00-4 –Turismo

EPG 024

ANÁLISE DO ICMS TURÍSTICO EM MINAS GERAIS NO PERÍODO DE 2009-2013 SOB A PERSPECTIVA DO CICLO POLÍTICO

Alice Rodrigues Borges LAZARONI(IC-alicerodriguesb@hotmail.com)^{1,4}; Gilberto Maurício Frade da MATA (IC)⁴, Magnus Luiz EMMENDOERFER (PQ)³; Jorge DAIBES,².

1. Curso de Pós Graduação em Contabilidade Decisória; 2. Professor Faculdade de Minas – FAMINAS- 36880-000 – Muriaé – MG; 3. Professor Universidade Federal de Viçosa – UFV- 36.570-000- Viçosa- MG; 4. Mestrando(a) em Administração pública Universidade Federal de Viçosa – UFV- 36.570-000- Viçosa- MG.

Palavras- Chaves: Gestão Pública do Turismo; Políticas Públicas, Investimento Público.

APRESENTAÇÃO: O turismo é uma atividade que envolve diferentes setores da sociedade e que pode influenciar, de forma direta ou indireta, o desenvolvimento de uma localidade. Quando planejado adequadamente, pode impactar o desenvolvimento local/regional, melhorando a qualidade de vida da população residente, contribuindo para a distribuição de renda e a geração de divisas (SOUZA, 2006). Para que a atividade turística seja desenvolvida é importante que haja atuação conjunta dos diversos setores que fazem parte da sociedade; seja do poder público, do setor privado, ou da sociedade civil organizada representada, por exemplo, por conselhos, fóruns, orçamento participativo. O desenvolvimento turístico tem como desafios diversos problemas dentre os quais se destaca infraestrutura, geração de emprego, qualificação de mão-de-obra, falta de recursos, questões ambientais e mobilização da comunidade local. Dentro deste contexto de resolução de problemas, surgem as políticas públicas, que visam atender uma demanda da sociedade o que o ente público percebeu como merecedor de intervenção. Elaborar políticas públicas é um processo incerto, onde as fronteiras entre as fases de sua elaboração não são sempre nítidas podendo ser estabelecidas de forma sequencial ou alternada (DIAS, MATOS, 2012). Neste sentido, para que a política tenha efetividade deve ser bem planejada e comunicada em suas fases com os diversos agentes envolvidos. Assim, para que o desenvolvimento turístico ocorra em determinada localidade, é importante que aja um diálogo entre os diferentes agentes envolvidos na atividade, sejam eles do poder público, do setor privado e da sociedade civil, pois são estes os responsáveis por promover criar e desenvolver as políticas públicas de turismo, buscando a solução de problemas, como a falta de recursos por exemplo. Uma forma de se compreender as fases da política pública pode ser por meio da ótica do ciclo político. Para Secchi (2010), o ciclo político pode ser compreendido como um modelo de análise ou esquema de visualização que divide a vida política em fases ou etapas e ajuda a gestores, políticos, administradores e pesquisadores a criarem um referencial comparativo mesmo em casos diferentes. No turismo, assim como em outros setores, as políticas públicas são criadas pelo governo para solucionar um problema público, que é demanda da sociedade ou que foi percebido pelo ente público como merecedor de intervenção, decorrente da falta de estrutura ou de investimento direto na atividade. Neste contexto o presente estudo busca compreender a política do ICMS turístico em Minas Gerais por meio do modelo do ciclo político. Minas Gerais foi a pioneira nos ICMS turístico no país, a política foi aprovada pelo governo de Minas no ano de 2009, tendo surgido da necessidade de investir nos municípios que possuíam potencial turístico, mas não tinham recursos para destinar para a atividade, além disso, por meio do ICMS turístico o Estado pretendeu repassar não apenas o recurso, mas estruturar o município para que este se tornasse apto a desenvolver a atividade. O ICMS turístico teve sua origem por meio da lei 18.030/2009 que transfere parcela do ICMS estadual para o turismo. O ICMS é um imposto estadual que possui como fato gerador a circulação de mercadorias, a prestação de serviços de transporte (interestadual e intermunicipal) e de comunicação, sua alíquota varia de estado para estado. A parcela do ICMS a ser distribuída aos municípios deve seguir os critérios estabelecidos no § 1º do art. 150 da Constituição do Estado, no total são 18 critérios que definem o repasse para as mais diversas áreas como Patrimônio Cultural, Esporte, Educação, Recursos Hídricos, dentre as quais destacamos o turismo. Tais repasses são criados com a finalidade de destinar parte do que é recolhido pelo imposto estadual para a execução de outras ações que beneficiem os

195

municípios na melhoria da gestão e na busca por maior justiça fiscal. Diante do exposto, tem-se como problema de pesquisa a seguinte pergunta: Como a política do ICMS turístico pode ser compreendida na perspectiva do ciclo político? Para isso buscou-se compreender como os recursos de ICMS repassados ao setor do turismo em Minas Gerais no período de 2009 a 2013, ocorreram na perspectiva do ciclo político. Utilizou como modelo a definição Secchi (2010) que considera sete fases ou etapas básicas: i) Identificação do problema, ii) Formação de Agenda, iii) Formulação de Alternativas, iv) Tomada de decisão, v) Implementação, vi) Avaliação e vii) Extinção. Tais fases irão retratar como os repasses de ICMS destinados ao turismo foi criado em Minas Gerais, quem o idealizou, quando este passou a ser visto pelo governo como um problema público merecedor de intervenção, em qual fase o ICMS Turístico se encontra dentro do ciclo político e qual a percepção dos gestores de circuitos turísticos ou de secretários municipais de turismo sobre os repasses no que se refere a sua implementação, avaliação e extinção. **DESENVOLVIMENTO:** Para atingir aos objetivos propostos, classificou-se a pesquisa de acordo com Vergara (2005) que a define de duas formas: quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins a presente pesquisa pode ser classificada como descritiva, pois procurou descrever os repasses do ICMS aplicados ao setor do Turismo em Minas Gerais na perspectiva do ciclo político. Quanto aos meios, pode ser caracterizada como bibliográfica e documental porque utilizou destas técnicas para a realização da coleta de dados. A coleta de dados ocorreu a partir de dados bibliográficos, documentais e entrevistas com roteiro semiestruturado. Em relação às entrevistas os dados foram coletados com os gestores e secretários municipais de turismo em um evento do setor na cidade de Belo Horizonte. Para a análise documental foram utilizadas atas de reuniões da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), decretos, resoluções, balanços patrimoniais dos municípios, projeto de lei, lei publicada, listas dos municípios contemplados pela política e os valores recebidos anualmente de ICMS turístico. Para a análise de dados, foi utilizada a análise de conteúdo, “fundamental para o estudo das motivações, das atitudes, dos valores, das crenças e tendências” (VALADARES, 2013). Neste sentido, os instrumentos utilizados na coleta de dados e os métodos de análise de dados foram definidos de acordo com os objetivos específicos da pesquisa. **Identificação do problema:** O problema público foi identificado por meio de um trabalho realizado pela secretaria estadual de turismo –SETUR que desde a sua criação buscou desenvolver uma política pública de turismo mais descentralizada, buscando incluir a participação popular. Com o programa de regionalização do turismo em 2004 a política de turismo ganhou força dentro do estado por meio da criação de circuitos turísticos, que possibilitaram uma melhor gestão da atividade (Emmendorfer *et al.* 2007). Os circuitos são um conjunto de municípios com objetivos comuns- que se organizam por meio de uma estrutura formal para trabalhar o turismo regional, são representados por uma federação denominada FECITUR- Federação dos circuitos turísticos de Minas Gerais que é responsável por representar as 43 associações de circuitos do estado frente a entes públicos e privados, bem como promover uma integração entre os mesmos (Fecitur, 2009). O ICMS turístico surge então de uma demanda dos circuitos por recursos; **Formação de agenda:** Para que um problema entre na agenda devem ser estabelecidas três condições segundo Coob e Eder (1983) *apud* Dias e Matos (2012): Atenção, resolubilidade e competência. No ICMS turístico as três condições foram atendidas, **Atenção:** quando diferentes atores públicos representados pela secretaria estadual de Turismo e pelo atual presidente da Assémbleia Legislativa de Minas Gerais e atores privados: FECITUR perceberam o problema como merecedor de Intervenção. A **resolubilidade** também foi satisfeita, pois a entrada do problema nas agendas públicas era um passo dado para garantir a continuidade da política por meio da aprovação do ICMS turístico, e a **competência** também foi garantida, quando tocou os entes públicos. Assim fica estabelecida todas as condições podendo o problema entrar na agenda pública. **Formulação de Alternativas:** Antes de se pensar no critério Turismo o projeto de lei nº 23/2003 do deputado Diniz Pinheiro foi desarquivado e renumerado para (Projeto de Lei- PL) nº 637/2007, sendo levado à avaliação pela Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa de Minas Gerais que concluiu no dia 15 de Maio de 2007, publicado no diário do legislativo no dia 22/05/07 pela constitucionalidade, juridicidade e legalidade do projeto. Sendo aprovado por esta comissão o projeto passa por novas avaliações sendo modificado. Por meio de um trabalho conjunto entre SETUR e FECITUR foi

acrescentado ao projeto de lei nº 637/2007 a emenda 16 que incluía o critério turismo nos repasses do ICMS estadual. **Tomada de Decisão:** Após passar por várias comissões dentro da assembleia legislativa de Minas Gerais, o projeto de lei 637/2007 foi aprovado e se tornou lei em 12/01/2009 sendo denominado de lei nº 18.030/2009, que inclui além de outros critérios de distribuição do ICMS estadual, o turismo. Em 2010 é publicado decreto nº 45.403, que determinou a documentação que o município deveria apresentar para atender aos requisitos exigidos para receber o repasse (Minas Gerais, 2010). Os critérios a serem cumpridos anualmente para receber o recurso, conforme determina a secretaria estadual de turismo são: Participar do Programa de Regionalização do Turismo no Estado de Minas Gerais, ou seja, ser um circuito turístico reconhecido pela SETUR; Ter uma política municipal de turismo implementada e elaborada; Possuir Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), constituído e em funcionamento regular; Possuir Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR) constituído e em funcionamento (MINAS GERAIS, 2011). Enviada a documentação a SETUR irá analisá-la, só serão contemplados os municípios que cumprirem todos os requisitos exigidos. A secretaria de estado de fazenda será a responsável por calcular os valores recebidos pelos municípios de ICMS semanalmente, de acordo com a fórmula matemática elaborada para tal fim. Para o critério turismo será destinado à parcela de 0,1% de todo ICMS arrecadado no estado. O recurso que o município recebe é transferido para prefeitura que opta por sua destinação, podendo repassar ou não para o fundo municipal de turismo o recurso recebido. O conselho municipal de turismo tora-se responsável por fiscalizar o recurso, opinando sobre como o fundo deve ser gerido. A SETUR terá até o dia 15 de julho de cada ano para divulgar a lista de municípios habilitados, caso aja algum recurso o resultado final devere ser fornecido pela secretaria até o dia 15 de agosto do ano divulgado. **Implementação:** Destaca-se que o ICMS turístico foi aprovado em 2009, no entanto sua implementação só teve início em 2010, para o recebimento de repasses em 2011. Das 44 cidades que receberam o recurso em 2011, apenas 30 destas continuaram a receber o recurso em 2012. Das 63 cidades que receberam o recurso em 2012, 53 destas continuarão a receber o recurso em 2013. No ano de 2013 foram habilitadas 128 cidades, destas apenas 25 recebem o recurso desde 2011, o que mostra que uma vez habilitado e não cumprido os requisitos a cidade pode deixar de ser contemplada pela política. **Avaliação:** Para avaliar a política foram entrevistados gestores, turismólogos e secretários municipais de turismo em um evento da área e por email. A maioria dos entrevistados destacou o ICMS turístico como motivador para a continuação dos municípios na política dos circuitos turísticos. Alguns fatores críticos foram levantados em relação ao ICMS turístico como: falta de transparência dos municípios habilitados na prestação de contas dos recursos; parcelas transferidas muito pequenas; fundo não sendo movimentado e fiscalizado pelo conselho; dificuldade na habilitação por ser a documentação analisada por critérios e não por pontuação, conselhos criados para cumprir requisitos legais. Mas pontos positivos também foram ressaltados como: maior desenvolvimento e interesse dos administradores municipais em organizar a atividade turística, estímulo para participarem dos circuitos, aliado a estes fatores destaca-se o número crescente de municípios que vem conseguindo se habilitar o que demonstra que a política apesar das deficiências relatadas tem atingido ao seu objetivo de desenvolvimento turístico. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** o presente estudo buscou compreender como o ICMS turístico ocorreu em cada fase do ciclo político, foi utilizado o modelo de Secchi (2010) que contemplou sete fases ou etapas, não tendo sido analisada a última fase denominada de extinção, por não ter a política previsão pra acabar. Observou-se que o turismo é uma atividade que se bem trabalhada pode mudar a realidade do município, promovendo não apenas desenvolvimento econômico, mais social. É uma atividade dinâmica que possibilita a atuação de diferentes setores tais como governo, entidades privadas e sociedade civil organizada, sendo estes os principais impulsionadores do desenvolvimento turístico. Neste contexto o ICMS Turístico atua de forma a motivar e catalisar ações que estimulem na adequação e implantação dos municípios, de projetos, programas e políticas que visem o desenvolvimento turístico regional, em especial os relacionados com as políticas para o turismo dos Governos Estadual e Federal. No entanto, a prestação de contas dos recursos é falha, não expondo para o cidadão como foram gastos os recursos do ICMS Turístico. Ressalta-se assim a importância dos conselhos municipais de turismo- COMTUR para fiscalizar os recursos recebidos, garantindo que tais valores estão

sendo usados realmente para o turismo, podendo configurar um espaço de ocorrência da gestão social, se tais conselhos atuarem ativamente no exercício de suas funções. Percebeu-se também que caso o valor da parcela da parcela destinada do ICMS estadual para o turismo não aumente, a atividade tende a sofrer prejuízos, uma vez que com o aumento do número de municípios recebendo o recurso, o valor tende cada dia a ser menor, o que pode inviabilizar a execução de determinados projetos. **Bibliografia:**

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

EMMENDOERFER, Luana; SILVA, Luís F. T. B; EMMENDOERFER, Magnus L. FONSECA, Poty C. **A Formação dos Circuitos Turísticos Mineiros: Uma Política Pública Descentralizada e Democratizante?**. Observatório de inovação do turismo-Revista Acadêmica. Volume II- Número 4 –Dezembro 2007. FECITUR- Federação dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais: **Estatuto Social, 2009**. Disponível em: <<http://fecitur.org.br/?p=42>>. Acesso em 26/02/2014

MINAS GERAIS. Assembleia de Minas Gerais. **Decreto 45.403 de 18/06/2010**.

Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=45403&comp=&ano=2010>>.

Acesso em 10/02/2014

MINAS GERAIS. Assembleia de Minas Gerais. **Lei 18.030 de 12/01/2009**. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?ano=2009&num=18030&tipo=LEI>>.

Acesso em 09/01/2014.

MINAS GERAIS. Assembleia de Minas Gerais. **Projeto de Lei complementar PLC 637/2007**. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/documento.html?a=2007&n=637&t=PL&doc=6>.

Acesso em 08/02/2014.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo, Cengage Learning, 2010.

SOUZA, C. **Desenho Constitucional, instituições federativas e relações intergovernamentais no Brasil pós-1988**. In: FLEURY, S. Democracia, Descentralização e Desenvolvimento: Brasil & Espanha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 187-201.

VALADARES, J.L. **Orientação Empreendedora na Administração Pública: Análise da Trajetória e das Implicações da Criação e Manutenção do Cargo de Empreendedor Público em Minas Gerais** - Brasil. Viçosa. 2013. 122p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Administração - PPGUFV, Universidade Federal de Viçosa.

Área do Conhecimento do (CNPq): 6.13.00.00-4 -TURISMO

EPG 025

FISIOLOGIA, PRINCIPAIS PATOLOGIAS E TRATAMENTO PARA DISTURBIOS DO CÁLCIO

Carla **NICIA**(IC- carlalimam@gmail.com)¹, Alexandre Horácio Couto **BITTENCOURT** (PQ)¹

1. Curso de Farmácia; 2. Professores Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Cálcio, Distúrbios do Cálcio, Tratamentos

INTRODUÇÃO: O cálcio um dos principais componentes minerais do osso, também constitui um dos mais importantes minerais necessários à função celular geral. A ocorrência de anormalidades deste mineral, pode resultar não apenas numa grande variedade de disfunções celulares, mas em distúrbios da sustentação estrutural do corpo até e perda da capacidade hematopoética [1]. Para executar essas várias funções, o íon Ca^{2+} precisa estar disponível na concentração apropriada. A concentração sérica e o balanço corporal total de cálcio são mantidos em precisos limites por poderoso mecanismo interativo homeostático [4]. A deficiência ou o excesso de reguladores secundários (calcitonina, prolactina, hormônio do crescimento, insulina, hormônio tireoidiano, glicocorticóides e esteróides sexuais) dentro de uma faixa fisiológica não produzem distúrbios da homeostasia do cálcio, como aqueles observados em situações de deficiência ou de excesso de PTH e de vitamina D [7]. Além desses reguladores hormonais, o próprio cálcio, o fosfato e outros íons, como o sódio e o fluoreto, e diversas drogas (difosfonatos, plicamicina e diuréticos) também alteram a homeostasia do cálcio [4]. Restrição do cálcio dietético, por exemplo, causa aumento na eficiência da absorção do cálcio [2]. Em condições habituais, somente 20-30% do cálcio ingerido é absorvido. O cálcio ingerido, em geral complexado a sais e proteínas, deve ser solubilizado. Para que isso ocorra, é necessária a atuação das enzimas digestivas em pH relativamente ácido. Portanto, em situações que impeçam acidificação adequada, como na gastrite atrófica, na pós-gastrectomia ou na má absorção intestinal, a absorção ficará prejudicada [3]. A presença de oxalatos (frutas e vegetais), fitatos (cereais e farinhas) em excesso induz a formação de sais de cálcio insolúveis impedindo a absorção de cálcio. Da mesma forma, a tetraciclina e o sulfato ferroso diminuem a absorção de cálcio quando ingeridos concomitantemente [2]. A eficiência da absorção intestinal de Ca^{2+} está inversamente relacionada com a ingestão de cálcio, de modo que uma dieta com baixo teor de cálcio resulta em aumento compensatório na absorção fracionária, devido, em parte, à ativação da vitamina D. A intensidade dessa resposta diminui consideravelmente com a idade. Determinados fármacos, como os glicocorticóides e a fenitoína, deprimem o transporte intestinal de Ca^{2+} [2]. Alguns componentes da dieta, como por exemplo, o fitato e o oxalato, deprimem a absorção de Ca^{2+} ao promover a formação de complexos não-absorvíveis. Os estados mórbidos associados a esteatorréia, diarreia ou má absorção intestinal crônica também promovem a perda fecal de cálcio [6]. Os diuréticos que atuam no ramo ascendente da alça de Henle aumentam a calciúrese. Em contraste, os diuréticos tiazídicos desacoplam singularmente a relação entre a excreção de Na^+ e Ca^{2+} , com conseqüente redução da calciúria [9]. Algumas substâncias podem aumentar a excreção renal de cálcio como excesso de proteínas, sódio ou diuréticos não-tiazídicos, agravando o déficit do organismo [2]. **FISIOLOGIA DO SISTEMA:** O Ca^{2+} desempenha importante papel no acoplamento de excitação-contracção muscular. O potencial de ação estimula a liberação de Ca^{2+} do retículo sarcoplasmático. O Ca^{2+} liberado ativa a contracção através de sua ligação à troponina, abolindo o efeito inibidor desta última na interação entre actina e miosina. Ocorre relaxamento muscular quando o Ca^{2+} é bombeado de volta ao retículo sarcoplasmático, restabelecendo a inibição da troponina [2]. O Ca^{2+} é essencial para o acoplamento de excitação-contracção no músculo cardíaco, bem como para a condução dos impulsos elétricos em determinadas regiões do coração, particularmente através do nó Átrio Ventricular (AV). O Ca^{2+} é responsável pelo início da contracção nos músculos vasculares e outros músculos lisos e, com freqüência, transporta uma importante fração das correntes despolarizantes nesses tecidos. Por conseguinte, os bloqueadores dos canais de Ca^{2+} exercem efeitos profundos na contratilidade do músculo cardíaco e do músculo liso vascular, bem como na condução de impulsos dentro do coração. Esses fármacos têm aplicações importantes no tratamento da angina, das arritmias cardíacas e da hipertensão [9]. **FISIOPATOLOGIAS DAS DOENÇAS**

197

(DISTURBIOS DO CÁLCIO) A Hipocalcemia é uma concentração sanguínea de cálcio inferior a 8,8mg por decilitro de sangue. A concentração sérica de cálcio pode diminuir em decorrência de vários problemas distintos. No decorrer do tempo, a hipocalcemia pode afetar o cérebro e causar sintomas neurológicos (por exemplo, confusão mental, perda de memória, delírio, depressão e alucinações). Esses sintomas são reversíveis se a concentração de cálcio for restaurada [8]. Os principais sinais e sintomas da hipocalcemia consistem em tetania e fenômenos correlatos, como parestesias, aumento da excitabilidade neuromuscular, laringospasmo, câimbras musculares e convulsões tônico-clônicas. Algumas causas incluem: privação de cálcio e vitamina D, observada em estados de malabsorção, hipoparatiroidismo, pseudo-hipoparatiroidismo, insuficiência renal renal crônica avançada, ingestão exagerada de fluoreto de sódio, hipomagnesemia [2]. A privação combinada de Ca^{2+} e de vitamina D promove rapidamente o desenvolvimento de hipocalcemia. Essa combinação de eventos é observada nos vários estados de má absorção e também ocorre em consequência de dietas inadequadas. A Hipercalcemia é uma concentração sanguínea de cálcio superior a 10,5mg por decilitro de sangue. A hipercalcemia pode ser causada por um aumento da absorção gastrointestinal ou pelo aumento da ingestão de cálcio. Os indivíduos que ingerem grandes quantidades de cálcio, como fazem ocasionalmente aqueles com úlceras pépticas que ingerem uma grande quantidade de leite e também tomam antiácidos que contêm cálcio, podem apresentar hipercalcemia. De modo similar, uma dose excessiva de vitamina D pode afetar a concentração a concentração sérica de cálcio aumentando a absorção do mesmo trato gastrointestinal. No entanto, a causa mais comum de hipercalcemia é o hiperparatiroidismo, a secreção excessiva do hormônio paratiroidiano por uma ou mais das quatro glândulas paratiroides [7]. Frequentemente, os indivíduos com câncer apresentam hipercalcemia. Os cânceres dos rins, dos pulmões ou dos ovários geralmente secretam grandes quantidades de uma proteína que produz efeitos similares aos do hormônio da paratiroides. Esses efeitos são considerados uma síndrome paraneoplásica [6]. Comumente, os sintomas iniciais da hipercalcemia são: a constipação, a inapetência, a náusea, o vômito e a dor abdominal. Os rins podem produzir quantidades anormalmente elevadas de urina. Quando ocorre a produção excessiva de urina, o líquido do organismo diminui e o indivíduo pode apresentar sintomas de desidratação [7]. A hipercalcemia muito grave frequentemente causa sintomas de disfunção cerebral como, por exemplo, confusão mental, distúrbios emocionais, delírio, alucinações, fraqueza e coma. Posteriormente, podem ocorrer arritmias cardíacas e a morte. Pode ocorrer a formação de cálculos renais contendo cálcio nos indivíduos com hipercalcemia crônica. Quando a hipercalcemia é grave e prolongada, pode ocorrer a formação de cristais de cálcio nos rins, os quais produzem lesões permanentes [9]. O hiperparatiroidismo primário (HPP) é a causa mais comum de hipercalcemia em pacientes ambulatoriais, enquanto que a hipercalcemia humoral maligna representa a causa mais comum de hipercalcemia em pacientes internados. Mais de 90% dos casos de hipercalcemia estão relacionados ao HPP ou hipercalcemia humoral maligna [4]. A osteoporose, durante muitos anos, foi definida como uma redução da massa óssea total do esqueleto que, no entanto, era qualitativamente normal. A osteoporose, portanto, foi redefinida como uma doença sistêmica caracterizada por redução da massa óssea e deterioração de sua microarquitetura, com conseqüente aumento da fragilidade óssea e susceptibilidade a fraturas após traumatismo mínimo [1]. A osteoporose é um problema de saúde pública importante e crescente que acomete mulheres e homens idosos da sociedade ocidental. Em geral, é descrita como primária ou secundária. A osteoporose secundária é causada por doença sistêmica ou por determinados medicamentos, como glicocorticóides ou fenitoína [10]. Em 1948, Albright e Reifstein concluíram que a osteoporose primária era constituída de 2 entidades distintas: uma relacionada com a perda de estrogênio na menopausa e a outra, com o envelhecimento. Dados que corroboraram esse conceito foram publicados por Riggs e colaboradores (1982), propondo que a osteoporose primária representa 2 condições fundamentalmente diferentes: a osteoporose tipo I, em que a perda de osso trabecular deve-se à falta de estrogênio na menopausa, e a osteoporose tipo II, que consiste na perda de osso cortical e trabecular em homens e mulheres, causada por ineficiência dietética e ativação do eixo da paratiroides com a idade [4]. A osteoporose primária ocorre em decorrência da deprivação estrogênica do climatério ou do próprio processo de envelhecimento. É muito influenciada por fatores

genéticos, embora outras variáveis modificáveis como atividade física e hábitos alimentares também contribuam para seu desenvolvimento [5]. A osteoporose secundária é definida como resultante de condições clínicas ou uso de medicamentos que contribuem ou estão associados à osteoporose. A incidência de osteoporose secundária é maior na população masculina, podendo corresponder a 64% dos casos de osteoporose em homens, enquanto que atinge cerca de 30% das mulheres. A causa mais freqüente em ambos os sexos é o uso de glicocorticóides para tratar doenças inflamatórias crônicas [1]. A densidade mineral óssea (DMO) e o risco de fraturas na idade avançada refletem o teor máximo de mineral ósseo no esqueleto maduro (massa óssea máxima) e a taxa subsequente de perda óssea. Nas mulheres, a perda de estrogênio na menopausa acelera a taxa de perda óssea durante vários anos. Os principais reguladores da massa óssea do adulto incluem atividade física, estado endócrino reprodutivo e ingestão de cálcio [2]. Existem vários métodos utilizados para a avaliação da massa óssea, como a densitometria por raios X de dupla energia (DEXA), tomografia computadorizada, ressonância magnética, ultra-som, radiografia simples e biópsia óssea. No entanto, somente a densitometria óssea é indicada para o diagnóstico de osteoporose [6]. Testes laboratoriais adicionais também devem ser realizados [10].

TRATAMENTO FARMACOLÓGICO: O tratamento para Hipocalcemia varia de acordo com a causa subjacente. A reposição de cálcio pode ser realizada pela via oral ou intravenosa. Os indivíduos com hipocalcemia crônica podem corrigir o problema utilizando suplementos de cálcio pela via oral. Após a manifestação dos sintomas, a administração intravenosa pode ser necessária. A administração concomitante de suplementos de vitamina D ajuda a aumentar a absorção do cálcio proveniente do trato gastrointestinal [3]. A bibliografia mostra que o tratamento para Hipercalcemia depende da magnitude e das causas do aumento da concentração de cálcio no sangue. Quando a concentração sérica de cálcio não é superior a 11,5mg por decilitro de sangue, frequentemente é suficiente a correção de causa subjacente. Os indivíduos com função renal normal e uma tendência à hipercalcemia geralmente são orientados a ingerir grandes quantidades de líquido, o que estimula os rins a excretar cálcio e ajuda a prevenir a desidratação [5]. Quando a concentração de cálcio encontra-se muito alta (superior a 15mg por decilitro de sangue) ou quando ocorrem os sintomas de disfunção cerebral, é instituída a administração intravenosa de líquidos até a normalização da função renal. Os diuréticos (por exemplo, furosemida) aumentam a excreção de cálcio pelos rins, representando a base fundamental do tratamento [10]. Geralmente, o hiperparatiroidismo é tratado através da remoção cirúrgica de uma ou mais glândulas paratiroides. Vários outros medicamentos podem ser usados para tratar a hipercalcemia quando os outros métodos não são bem sucedidos. Eles incluem a plicamicina, o nitrato de gálio, a calcitonina, os bifosfonatos e os corticosteróides. Os medicamentos atuam basicamente inibindo a saída do cálcio dos ossos. A hipercalcemia causada pelo câncer é particularmente difícil de ser tratada. Em determinadas ocasiões, a hipercalcemia pode ser potencialmente fatal. Com freqüência, esses pacientes apresentam grave desidratação, devido ao comprometimento dos mecanismos de concentração renal causado pela hipercalcemia [2]. Os bifosfonatos (etidronato, pamidronato) intravenosos mostram-se muito eficazes no tratamento da hipercalcemia. Esses agentes atuam como potentes inibidores da reabsorção óssea pelos osteoclastos [9]. Com o uso de bifosfonatos, observa-se uma resolução da hipercalcemia em vários dias, e o efeito costuma persistir por várias semanas, entretanto, pode-se repetir o tratamento depois de um intervalo de 7 dias, se houver necessidade [3]. A calcitonina tem se mostrado útil como tratamento auxiliar em grande número de pacientes, atua especificamente sobre os osteoclastos para inibir a reabsorção óssea e pode ser útil no controle da hipercalcemia [7]. O nitrato de gálio foi aprovado pela *Food and Drug Administration (FDA)* para o tratamento da hipercalcemia dos processos malignos e está sendo objeto de estudos clínicos para o tratamento da doença de Paget avançada [1]. O nitrato de gálio é um potente inibidor da reabsorção óssea, que foi aprovado para tratamento da hipercalcemia associada a neoplasias malignas [2]. A plicamicina (mitramicina) é um antibiótico citotóxico, que também diminui as concentrações plasmáticas de Ca^{2+} ao inibir a reabsorção óssea. Em virtude de sua toxicidade, a plicamicina (mitramicina) não constitui a droga de primeira escolha no tratamento da hipercalcemia. Os glicocorticóides não desempenham um papel bem definido no tratamento agudo da hipercalcemia. Entretanto, os corticosteróides administrados em

altas doses (por exemplo, 40 a 80mg/dia de prednisona) podem ser úteis em situações nas quais a hipercalcemia resulta de doenças como a sarcoidose, o linfoma ou a hipervitaminose D [2]. Em geral, prescreve-se a prednisona por via oral, em doses de 30-60mg ao dia, embora a administração de doses equivalentes de outros glicocorticóides seja eficaz [7]. Os agentes farmacológicos utilizados no tratamento da osteoporose atuam ao diminuir a taxa de reabsorção óssea, retardando assim, a taxa de perda óssea, ou ao promover a formação óssea. Como a remodelagem do osso é um processo acoplado, os fármacos anti-reabsortivos acabam diminuindo a taxa de formação óssea [2].

CONCLUSÕES: O cálcio é elemento fundamental na fisiologia humana, distúrbios em seu metabolismo podem trazer consequências graves, a revisão deste assunto é essencial ao farmacêutico para o entendimento de patologias e conhecimento tratamentos relacionados aos distúrbios do cálcio.

AGRADECIMENTOS: À FAMINAS pela realização do trabalho.

BIBLIOGRAFIA: [1] BRANDÃO, C.; HAVACHE, O. M. *Osteoporose*. Manual de Doenças Osteometabólicas. Rio de Janeiro. 2007. [2] GOODMAN & GILMAN. *As Bases Farmacológicas da Terapêutica*. 10ª ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2003. [3] KATZUNG, B. G., M.D., PhD. *Farmacologia: básica e clínica*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. [4] MYCEK, M. J., PhD; HARVEY, R. A., PhD; CHAMPER, P. C., PhD. *Farmacologia Ilustrada*. 2 ed. Trad. Ricardo M. O. Filho et al. Porto Alegre: Atmed, 1998. [5] NIEMAN, D. C. *Exercício e saúde*. Como se prevenir de doenças usando o exercício como seu medicamento. 1ª ed. São Paulo: Manole, 1999. [6] PLAPLER, P. G. Osteoporose e exercícios. *Rev. Hosp. Clín. Fac. Med.* São Paulo. 1997. [7] RANG, H.P.; DALE, M. M.; RITTER, J. M. *Farmacologia*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001. [8] RENNÓ, A. C. M.; DRIUSSO, P.; FERREIRA, V. Atividade física e osteoporose: uma revisão bibliográfica. *Fisioter. Mov.* 2001. [9] SILVA, P. *Farmacologia*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. [10] SZEJNFELD, V. L. Reumatologia. In: PRADO, F. C.; RAMOS, J.; VALLE, JR. *Atualização terapêutica*. 20ª ed. São Paulo: Artes Médicas, 2001.

EPG 025

PERCEÇÃO DO ENFERMEIRO FRENTE A CONTAMINAÇÃO POR ACIDENTE DE TRABALHO COM MATERIAL PERFUROCORTANTE ENTRE TRABALHADORES DE ENFERMAGEM

Aline Boalento CAMERINI (IC – alinecamerini@yahoo.com.br)¹, Soraya Lúcia do Carmo da Silva LOURES (PQ)²

1. Curso de Pós-Graduação em Enfermagem do Trabalho; 2. Professora
Faculdade de Minas - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Acidente de trabalho, enfermagem, material perfurocortante.

INTRODUÇÃO: No ambiente ocupacional, os acidentes de trabalho configuram-se entre um dos problemas que causam impactos na vida do trabalhador - o qual provoca lesão corporal ou perturbação funcional que pode ocasionar a morte, a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho, além de contribuir para o aumento dos custos econômicos e sociais [1]. Diante das perdas associadas aos acidentes de trabalho, reforça-se a importância da promoção de saúde e a prevenção de doenças, na tentativa de atenuar os riscos e as condições inadequadas de trabalho e incorporar a melhoria na qualidade de vida das pessoas, visando também, o controle e redução dos gastos com assistência médica, tanto em nível do setor público quanto privado de atenção à saúde [2]. Dentre as classes de trabalhadores que se encontram mais suscetíveis a acidentes de trabalho, o profissional de saúde está exposto a um risco maior de adquirir determinadas infecções, imunologicamente preveníveis, do que a população em geral. O risco de adquirir infecções sanguíneas por lesões perfurocortantes é a grande causa da preocupação entre os trabalhadores de saúde, sobretudo, os profissionais de enfermagem e a administração dos hospitais em todo o mundo [3]. Nesta ambiência, os acidentes envolvendo a manipulação de materiais perfurocortantes contaminados com fluídos biológicos são os mais prevalentes entre os trabalhadores de enfermagem, sendo contar que são responsáveis pela transmissão de 60 diferentes tipos de patógenos ou espécies, principalmente em relação ao Vírus da Hepatite B (HBV), Vírus da Hepatite C (HCV) e Vírus da Imunodeficiência Adquirida (HIV) [2]. Esta realidade remete a necessidade das instituições hospitalares e/ou as unidades de saúde, implantarem medidas para melhorar as condições de trabalho e de segurança no trabalho da equipe de enfermagem, como também, aquelas pautadas nas possibilidades de mudanças de comportamentos mediadas pela educação permanente para práticas de biossegurança [4]. Sendo assim, a prevenção de acidentes no ambiente laboral relaciona-se diretamente com a melhoria de vida do trabalhador e sua participação na promoção de condições salubres no trabalho, além da adoção de medidas e barreiras de proteção coletiva [2]. Considera-se que a promoção de saúde e a prevenção de doenças no ambiente laboral, encontram-se relacionadas à participação de todos os atores envolvidos no cenário do cuidado em saúde, o apoio da instituição e ao reconhecimento, por parte dos trabalhadores, dos riscos ocupacionais. Somam-se também ações mais eficazes para a garantia da saúde dos trabalhadores estão mais no âmbito da Economia, da Ciência e Tecnologia requerendo, portanto, uma abordagem institucional [5]. Diante do exposto e considerando que os acidentes de trabalho entre os profissionais da equipe de enfermagem configuram uma questão preocupante em decorrência de sua elevada prevalência, o presente estudo que teve como objetivo geral analisar os riscos de contaminação por acidente de trabalho com material perfurocortante entre trabalhadores de enfermagem.

MATERIAL E MÉTODOS: O presente estudo classifica-se em pesquisa quali-quantitativa que é um método que associa análise estatística à investigação dos significados das relações humanas, privilegiando a melhor compreensão do tema a ser estudado, facilitando desta forma a interpretação dos dados obtidos [6]. Para coleta de dados, utilizou-se como instrumento um questionário previamente elaborado, semiestruturado, com questões relacionadas a aspectos demográficos (sexo, idade, profissão, tempo de serviço, setor de trabalho), questões voltadas para ocorrência de acidentes envolvendo material perfurocortante e condutas tomadas imediatamente após o acidente de trabalho (notificação ou não). Participaram da pesquisa 30 profissionais de enfermagem, destes, 15 enfermeiros e 15 técnicos de enfermagem de unidades hospitalares e unidades básicas durante os meses de

199

agosto e setembro de 2013. A amostra foi satisfatória devido ao fato de se ter percebido no decorrer da pesquisa respostas repetitivas. Os profissionais participaram voluntariamente da pesquisa, em consonância com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Resolução 196/96 – Sobre pesquisas Envolvendo Seres Humanos. Os dados colhidos na pesquisa foram analisados e discutidos conforme a opinião do público entrevistado. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Após a análise dos dados, verificou-se que a categoria profissional mais acometida por acidente de trabalho com material perfurocortante é a dos técnicos de enfermagem (60%) em relação aos enfermeiros (26,66%). Este resultado justifica-se pelo motivo de que os técnicos de enfermagem estão em contato direto com o paciente, realizando curativos, administrando medicamentos e outros procedimentos que os mantém em contato com o risco de acidente, enquanto na rotina dos enfermeiros prevalece o trabalho burocrático (relatórios, fechamentos, notificações...) e supervisão do serviço [2]. Em relação ao gênero, dos 30 profissionais entrevistados, a maioria, ou seja, 22 (73,4%) eram do gênero feminino e 08 (26,6%) do masculino, sendo que, a maioria apresentou-se na faixa etária entre 20 e 30 anos com média de 5 a 8 anos de trabalho. O grande contingente de profissionais do gênero feminino em atividades hospitalares apresenta um caráter histórico, sendo que as primeiras, chamadas de cuidadoras, desenvolviam atividades voluntárias, realizando partos ou auxiliando os doentes [2]. Em relação ao ambiente de trabalho em que os profissionais entrevistados atuam, observou-se que 20 (66,7%) profissionais trabalhavam em unidade básica de saúde, sendo que 05 (25%) destes profissionais relatam história de acidentes com material perfurocortante durante o trabalho. Por outro lado, 10 (33,3%) trabalhavam em unidade hospitalar e 08 (60%) relataram que já se acidentaram em diversos setores, tais como, centro de terapia intensiva, centro cirúrgico, pronto socorro e enfermaria. Vale ressaltar que as instituições hospitalares são ambientes que favorecem a ocorrência de acidentes com material perfurocortante, vez que, estes profissionais passam por um longo período dentro deste ambiente de trabalho e, mantendo um contato ininterrupto com os pacientes, somando-se ainda a elevada frequência de procedimentos invasivos, intensidade e dinâmica de trabalho [2]. Dentre os objetos que mais se encontram associados à incidência de acidentes, observou-se neste estudo que as agulhas causaram a maioria das inoculações com 10 (76,92%) profissionais atingidos, em sequência a lâmina de bisturi com 02 (15,38%) profissionais e scalp/ jelho atingindo apenas 01 (7,7%) profissional. Comumente a ocorrência de acidentes com a agulha deve-se ao seu intenso manuseio pela equipe de enfermagem no preparo e administração de medicações, na realização de exames, sem contar ainda com a falta de preparo de alguns profissionais e a não utilização de equipamentos específicos [4]. Esse achado converge com as justificativas dos entrevistados, sendo que, os mesmos citaram que a situação mais prevalente foi a necessidade de agilidade na execução das atividades rotineiras (46,15%), seguido pelo cansaço físico e mental (30,76%), pela ausência de equipamentos de proteção (EPI) (15,38%) e pouca experiência profissional (7,7%). Desse modo, os riscos a que estão expostos os trabalhadores inseridos na equipe de enfermagem são maiores ou menores de acordo com a atividade exercida pelos mesmos [7]. Vale mencionar que mesmo diante da ausência de contaminação dos profissionais que participaram deste estudo e do alto índice de acidentes sem investigação (53,84%), não pode deixar de evidenciar a letalidade das doenças (HIV, HBC, HCV) e os vários prejuízos que estas ocasionam a saúde do indivíduo [2]. Aspecto relevante que foi observado neste estudo é que 10 (76,92%) profissionais de enfermagem que já se acidentaram não realizaram notificação por achar o acidente irrelevante, displicência, desconhecimento do protocolo de rotina e sobrecarga de trabalho. Por outro lado, 03 (23,08%) profissionais notificaram e explicitaram a relação da notificação com aspectos epidemiológicos e jurídicos. Diante dessa realidade, vale mencionar que cabe a instituição de saúde abordar mais a questão dos acidentes de trabalho e a exposição aos materiais perfurocortantes, esclarecendo aos profissionais a relevância de se notificar o ocorrido, a busca pelo atendimento médico nos primeiros momentos que seguem o acidente e sensibilização quanto à utilização correta dos equipamentos, bem como, às precauções padrão. É preciso ainda que esta conscientização seja capaz de reduzir fatores tais como, medo de perder o emprego, a insegurança e o receio de punição, situações estas que também contribuem para a subnotificação dos acidentes [5]. Nesse sentido, observa-se que sobre as orientações prestadas

aos trabalhadores pelas instituições, foi constatado que 25 (83,33%) trabalhadores já foram orientados quanto aos riscos e medidas preventivas ao manusear materiais perfurocortantes e 05 (16,67%) trabalhadores relataram descaso da instituição por não abordar tal tema. Em virtude da ausência de informações e orientações estes mesmos trabalhadores juntamente com outros 07 (23,33%) já esclarecidos não utilizam o equipamento de proteção individual (EPI) de forma correta. Assim sendo, é evidente que a educação continuada dos profissionais de enfermagem deve estar associada às circunstâncias do cotidiano desses profissionais, como atualização sobre mecanismo de proteção, sensibilização sobre os riscos na manipulação de dispositivos e seu descarte, bem como, oferecer condições ocupacionais seguras [8]. **CONCLUSÕES:** O presente estudo permitiu investigar a contaminação por acidente de trabalho com material perfurocortante entre trabalhadores de enfermagem no período de agosto a setembro de 2013. Neste contexto, evidenciou-se elevado índice de acidentes de trabalho onde que a agulha foi o objeto principal em relação à maioria destes eventos, sobretudo, devido a necessidade de agilidade na execução das atividades rotineiras. Foi possível verificar ainda que o ambiente de atuação do profissional de enfermagem, também traz riscos a saúde do trabalhador devido ao excesso de atividades que contribuem para o desgaste físico e mental, somando-se ainda ao excesso de horas trabalhadas, escassez de EPI em decorrência da carência financeira da instituição, além da baixa remuneração dos profissionais. Outro fator analisado neste estudo refere-se à subnotificação dos acidentes, sendo possível observar que as justificativas basearam-se na displicência dos profissionais, irrelevância do acidente, desconhecimento do protocolo de rotina e sobrecarga de trabalho. No entanto, é preciso levar em conta que as lesões ocasionadas pelos materiais perfurocortantes não se configuram nos maiores riscos a saúde do trabalhador, mas, os agentes biológicos veiculados pelo sangue e secreções corporais, principalmente o HIV e HBV que podem ser transmitidos através de acidentes com material perfurocortante contaminado. Diante dos resultados encontrados é de suma importância a atuação do enfermeiro do trabalho na prevenção de acidentes com isso, sugere-se a atuação deste na implantação de protocolo de ações pós-acidente de trabalho, programa de educação permanente, reuniões clínicas e/ou seminários temáticos sobre prevenção e controle dos acidentes envolvendo materiais perfurocortantes no intuito de sensibilizar tais profissionais a reconhecerem a seriedade da questão, os riscos a que estão expostos e a responsabilidade individual de cada profissional no contexto da prevenção. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. *Saúde do Trabalhador*. 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/saude/saude-do-trabalhador/acidentes-de-trabalho>> Acesso em: 15 junh. às 10:30 [2] ASSIS, D. C., RESENDE, D. V., SILVA, A. M. B., MIRANZI, M. AS. Fatores predisponentes à ocorrência dos acidentes de trabalho com material perfurocortante entre trabalhadores de enfermagem. *Saúde Coletiva*, v. 9, n. 56, p. 51-55 51, 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/842/84223413004.pdf>>. Acesso em: 16 junh. 2014 às 9:45h [3] SIMÃO, S. A. F.; SOARES, C. R.; SOUZA, V.; BORGES, R. A. A.; CORTEZ, E. A. *Acidentes de Trabalho com Material Perfurocortante Envolvendo Profissionais de Enfermagem de Unidade de Emergência Hospitalar*. Jul/set 2010. Disponível em: <<http://www.facenf.uerj.br/v18n3/v18n3a11.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2011 às 19:25h. [4] RIBEIRO, A. S.; GABATZ, R. I. B.; NEVES, E. T.; PADOIN, S. M. M. Caracterização de acidente com material perfurocortante e a percepção da equipe de enfermagem. *Cogitare Enferm.*, v. 14, n. 4, p. 660-6, 2009. Disponível em: <<file:///C:/Users/Microsoft/Downloads/16379-56813-3-PB.pdf>> Acesso em: 15 junh. 2014 às 19:20 [5] LIMA, P. V. S. F., ALVES, I. M., SANTOS, C. T. B. Atividade de educação em saúde voltada para a prevenção de acidentes do trabalho com material perfurocortante: relato de experiência. *Revista Eletrônica Gestão & Saúde*, v. 5, n. 1, p.166-74 166, 2014. Disponível em: <<http://gestaoesaude.unb.br/index.php/gestaoesaude/article/view/636/pdf>> Acesso em: 28 julh. 2014 às 18:50h [6] FIGUEIREDO, N. M. A. *Método e Metodologia na Pesquisa Científica*. 3 ed. São Caetano do Sul: Yendis, 2008. [7] SPAGNUOLO, R. S.; BALDO, R. C. S.; GUERRINI, I. A. *Análise epidemiológica dos acidentes com material biológico registrados no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador – Londrina – PR*. Março/ 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2008000200013>. Acesso em: 01 set. 2011 às 19:15h [8] ARAÚJO, T. M.; CAETANO, J. A.; BARROS, L. M.; LIMA, A. C. F., COSTA, R. M. Acidentes de trabalho com exposição a material biológico entre os profissionais de Enfermagem. *Rev. Enf. Ref.*, v. 3, n. 7, p. 7-14, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-02832012000200001> Acesso em: 20 junh. às 20:15h.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.04.00.00-0 - Enfermagem

ÍNDICE REMISSIVO DE AUTORES**A**

Adriana de Freitas SOARES	CBS 006; CBS 012; CBS 020
Adriana Fialho TEIXEIRA	CBS 055; CBS 068
Adriano Cesar PEREIRA	CBS 050
Adrielle Maria de Souza COSTA	CSA 025; CSA 027
Afonso Caricati NETO	CBS 010
Agnaldo Marques LEMOS	EPG 021
Airton Bouzada LOPES	CSA 014
Alana Maria de Souza MOTTA	CBS 127; CBS 133; CBS 137
Alanna de Souza GOUVÉA	CBS 007
Alberione Coelho MARTINS	CSA 014; CSA 016
Alcides Tadeu de Oliveira JUNIOR	CET 001; CET 002; CET 003; CET 004; CET 013; CET 014; CET 015; CET 018; CET 019; CET 020; CET 021; CSA 078; CET 016
Alcione OLIVEIRA	CSA 032; CSA 033
Alessandra Aguiar POGGIANELLA	EPG 007
Alessandra Aparecida MARTINS	CSA 066
Alex Santos CARRARO	CBS 052; CBS 056; CBS 075
Alexandra Aparecida Ribeiro VIEIRA	CBS 033
Alexandre Horácio Couto BITTENCORT	CBS 052; EPG 021; CBS 076; CSA 004; CSA 010; EPG 005; EPG 022; EPG 025
Alice FREITAS	CBS 036
Alice Rodrigues Borges LAZARONI	EPG 024
Aline Araujo LOPES	EPG 022
Aline Cristina Barbosa da SILVA	CSA 001; CSA 002; EPG 009
Aline Reis AMIM	CSA 002; CSA 003; CSA 007; CSA 009
Aline Ribeiro MURTA	CBS 041
Aline Ribeiro Murta ABREU	CBS 031
Aline Soares de FREITAS	CBS 111; CBS 095
Alinne Barbosa CHICARELI	CET 008; CET 009
Álvaro Gonçalves de BARROS	EPG 017; EPG 018; EPG 019
Alyne Vieira PINHEIRO	CSA 067; CSA 082
Amanda Branca BAESSO	CBS 088; CBS 103
Amanda Duarte Moreira TOLENTINO	CBS 082; CBS 107
Amanda Laviola de ANDRADE	CBS 044; CBS 052; CBS 054; CBS 073; CBS 123
Amanda Marini da SILVA	EPG 022
Amanda Monteiro LEITE	CSA 088
Amanda Santana SALLES	CSA 073
Ana Beatriz Lacerda SIMÃO	CSA 043; CSA 044; CSA 052
Ana Carolina de Paula BITTENCOURT	EPG 009
Ana Carolina Leite MENDONÇA	EPG 005
Ana Carolina MARTINS	CBS 027; CBS 029; CSA 055
Ana Carolina Pereira SOUZA	CSA 042
Ana Caroline de Oliveira PRADO	CSA 037; CSA 039; CSA 053
Ana Caroline Ferreira Placides CUNHA	CBS 003; CBS 016
Ana Clara R. Caldas ANDRADE	CBS 037; CBS 040
Ana Flávia Freitas DIAS	CBS 037; CBS 040
Ana Karlla Furtado de MIRANDA	CBS 045; CBS 053; CBS 058
Ana Lúcia CONTINO	CSA 071
Ana Luiza Riguete NARDE	CBS 090; CBS 112; CBS 113
Ana Maria Luciano LIGEIRO	CBS 037; CBS 040
Ana Maria Luciano Ligeiro da MATA	CBS 034; CBS 039
Ana MONTEIRO	CSA 065
Ana Paula Fernades de MOURA	CBS 100; CBS 105; CBS 117; CBS 118; CBS 084; CBS 086; CBS 087
Ana Paula Soares de SOUZA	CBS 077; CBS 078; CBS 095
Ana Paula VEGI	CSA 021
Anália Aparecida de PAIVA	CBS 033; CBS 035
Anderson Corrêa RODRIGUES	CSA 034; CSA 035

Anderson Kristhian Reis LOURENÇO	CSA 042; CSA 056; CSA 057; CSA 058
Angela Gabriela Moreira MANSO	CBS 123; CBS 131
Ângelo MILANI	CBS 062
Anna Carolina Ferreira CARRARA	CSA 088
Arthur Freitas Varizi PEREIRA	CSA 007; CSA 009; CET 029; CSA 003
Arthur Ouverney de Oliveira MENDONÇA	CBS 053
Arthur Calzolari de ARAÚJO	CET 005; CET 007; CET 028
Augusto Gomes da NÓBREGA	CSA 049
Aurelio Baesso BICALHO	CBS 046; CBS 047; CBS 048; CBS 067; CBS 064
Aline Boalento CAMERINI	EPG 026

B

Bárbara Cerqueira da ROCHA	CSA 034; CSA 035
Bárbara Lucia Morais de Oliveira VIEIRA	CBS 126
Bethania Oliveira Roberto MARINHO	CBS 127; CBS 133; CBS 137; CBS 138
Bianca Garbeline JABOUR	CSA 067
Bianca GARBELINI	CSA 086
Bianca Garbelini JABOUR	CSA 076
Brenda Marque de SOUSA	CBS 129; CBS 121; CBS 124; CBS 125; CBS 132; CBS 136; CBS 122
Brenno De Paiva FAGUNDES	CSA 042; CSA 055
Bruna do Carmo SOUZA	EPG 004
Bruna Maria Magro PEREIRA	CBS 052; CBS 056; CBS 073
Bruno Estevam PEREIRA	CET 035
Bruno TAVARES	CBS 008
Bruno Tavares COSTA	CBS 054
Bárbara Cerqueira da ROCHA	CSA 034; CSA 035
Bárbara Lucia Morais de Oliveira VIEIRA	CBS 126
Bethania Oliveira Roberto MARINHO	CBS 127; CBS 133; CBS 137; CBS 138
Bianca Garbeline JABOUR	CSA 067; CSA 086; CSA 076
Brenda Marque de SOUSA	CBS 129; CBS 121; CBS 124; CBS 125; CBS 132; CBS 136; CBS 122
Brenno De Paiva FAGUNDES	CSA 042; CSA 055
Bruna do Carmo SOUZA	EPG 004
Bruna Maria Magro PEREIRA	CBS 052; CBS 056; CBS 073
Bruno Estevam PEREIRA	CET 035
Bruno Tavares COSTA	CBS 008
Bruno Tavares COSTA	CBS 054

C

Camila Cavalcanti PORTES	CSA 075
Camila de Paula GRUPPI	CSA 019; CSA 020; CSA 021; CSA 037; CSA 039
Camila Ferreira PAES	CBS 006; CBS 012; CBS 020; CBS 022
Camila Marques Silva DAHER	CSA 068
Camilla Lopes do CARMO	CBS 091; CBS 096; CBS 097; CBS 098; CBS 114; CBS 116
Carla de Souza FERREIRA	CBS 130; CBS 134; CBS 135; CBS 137; CBS 138
Carla NICIA	EPG 025
Carmen L. A. PAIVA	CBS 019
Carolina Cruz de SOUZA	CBS 007
Cássia Guerra PUSSENTE	CBS 016
Cássia Ribeiro de SOUZA	CSA 076
Cássia Stiti de PAULA	CSA 026; CSA 027; CSA 028
Cauara Souza de OLIVEIRA	CBS 033; CBS 035
Cesar Gonçalves de CARVALHO	CSA 015
Cibelly Lúcia dos SANTOS	CSA 069
Cintia Aparecida Fernandes de PAULA	CSA 057
Clarissana Araújo BOTARO	CBS 096; CBS 114
Cláudia Gomes da SILVA	CBS 003; CBS 123; CBS 131
Claudinéia Aparecida Pasco de ASSIS	CBS 035
Constança Maria Leite RODRIGUES	EPG 023
Crislan Barbosa GUEDES	CET 029; CSA 003; CSA 009; CSA 007
Cristiane Duarte REIS	CSA 069; CSA 072
Cristiano Andrade Quintão Coelho ROCHA	CBS 083; CBS 090; CBS 099; CBS 104; CBS 112; CBS 113; CBS 115

D

Dalila Cassin COSTA	CBS 094; CBS 102; CBS 117
Damon Perpétuo de Sales PEDROSA	CET 005
Damon Perpétuo de Sales PEDROSA	CET 034
	CET 001; CET 002; CET 003; CET 004; CET 005; CET 006; CET 007; CET 008;
	CET 009; CET 011; CET 012; CET 013; CET 017; CET 018; CET 019; CET 020;
	CET 021; CET 022; CET 023; CET 024; CET 025; CET 027; CET 028; CET 030;
	CET 031; CET 032; CET 033; CET 035; CET 036; EPG 009; EPG 014; EPG 015
Daniel Clarismundo BORGES	CSA 071
Daniela da Silva PEDROSA	CBS 138
Danielle GUIMARÃES	CBS 062
Danúbia Oliveira SANTOS	CET 008; CET 009; CET 010; CET 017; CET 023; CET 024
Davi Cândido ROCHA	CSA 073
Dayane Lopes BARBOSA	CSA 029
Dayane Nogueira SOARES	CSA 074
Dayane Ribeiro SERAFIM	CBS 119
Dayse Xavier Amaro LEVATE	CET 009; CET 031
Débora Cristina De PAIVA	CSA 060; CSA 063
Debora Dornelas Gomes PEREIRA	CBS 129; CBS 132; CBS 136; CBS 120; CBS 123; CBS 124; CBS 125; CBS 127;
	CBS 128; CBS 131; CBS 134; CBS 137
Denise Felix QUINTÃO	CBS 001
Diamilla Fernandes Marques da SILVA	CSA 056; CSA 057; CSA 058
Diego Henrique MACHADO	CBS 077; CBS 078; CBS 082; CBS 107
Diego Scalla Gonçalves DUTRA	CBS 004
Douglas C. de A. VIEIRA	CBS 034; CBS 039
Douglas Moreira CAMERINI	CET 006; CET 011; CET 027
Douglas Souza FREITAS	CSA 041; CSA 045; CSA 046; CSA 047
Drieli Pedrosa SILVA	

E

Edjane Aparecida Ramos FORTINI	EPG 003; EPG 006
Edson de Paula Lima JUNIOR	CSA 015; CSA 016
Eduarda Pereira Machado DINIZ	CBS 009
Elenice Silvério MOREIRA	CBS 009
Eliane de Paiva CARVALHO	CBS 028
Elidiane Aparecida PILLER	CBS 036; CBS 041
Eliene Barbosa de OLIVEIRA	EPG 020
Elináia Edna de OLIVEIRA	CBS 001
Elisa Alves PEREIRA	CBS 083; CBS 099; CBS 104; CBS 115
Elisa Caroline DARBY	CSA 050; CSA 051
Eliza de Oliveira MACEDO	CSA 070
Eliza MACEDO	CSA 086
Elizabele Borges CORREIA	CBS 111; CBS 118
Elizete Oliveira de ANDRADE	CSA 087
Ellen de Souza FREITAS	CSA 069
Ellen Souza FREITAS	CSA 072
Ellisson Cerqueira FERREIRA	CBS 031
Eloá Pedrosa FURTADO	CSA 067; CSA 070; CSA 085
Emanuelly Cristina de OLIVEIRA	CSA 053; CSA 040
Emerson Santos da SILVA	CBS 013; CBS 010
Erick Flávio Gonçalves BARBOSA	CSA 038; CSA 048; CSA 049
Estéfane Rufino da SILVA	CBS 083; CBS 099; CBS 104; CBS 115
Eustáquio Luiz Paiva de OLIVEIRA	CBS 088; CBS 103; CBS 105
Ezequiel A. Mázala VIEIRA	CET 006; CET 011

F

Fabiano Alves e OLIVEIRA	EPG 008
Fabio Jose COUTINHO	CSA 014; CSA 015; CSA 016; CSA 051; CSA 062
Fábio José Pacheco dos REIS	CET 007; CET 028; CET 036
Fabíola Martins CASTRO	CSA 029
Fabília Creton NERY	CSA 073
Fabício Corrêa PROCÓPIO	CSA 059; CSA 089
Fabício de Paula GRUPPI	CSA 023; CSA 022
Fabício Monteiro de Castro e CASTRO	CBS 089; CBS 092; CBS 093; CBS 102; CBS 111; CBS 117
Fabício PROCÓPIO	CSA 090
Felício BREIJÃO	CBS 049

Felipe da Silva COSTA	CBS 002
Felipe Delano Ferreira SENA	CSA 018
Felipe Ferreira de SOUZA	CBS 045; CBS 058
Felipe Giraldo Dias BAËSSO	CBS 046; CBS 047; CBS 048; CBS 060; CBS 067
Felipe Lobato PEREIRA	EPG 011
Felipe Paula da SILVA	CSA 015
Felipe Rocha do AMARAL	CET 012; CET 013; CET 014
Felippe Tricotti OLIVEIRA	CBS 077; CBS 078; CBS 081; CBS 095; CBS 118
Fernanda Alves MATHIAS	CBS 044; CBS 058; CBS 063; CBS 066; CBS 074
Fernanda Antônia da Silva Salgado NEVES	CBS 130; CBS 135; CBS 138
Fernanda Carolina OLIVEIRA	CSA 017; CSA 018; CSA 056; CSA 057; CSA 058
Fernanda Mara FERNANDES	CBS 005; CBS 007; CBS 008; CBS 009; CBS 013; CBS 015; CBS 016; CBS 053; CBS 059; CBS 121; CBS 122; CBS 126
Fernanda Sarah BECALITO	CSA 013
Fernanda Trindade SIQUEIRA	CBS 051
Fernando Carvalho LEITE	EPG 013
Fernando Gomes SCHETTINI	CSA 048
Flávia Fialho CAMPOS	CBS 035
Flávia Lúcia Estevam da Costa FRANCO	CSA 058
Flávia Verônica Batista CAMPOS	CBS 111
Franciane Demarque TEIXEIRA	CSA 066
Francielle Braga de OLIVEIRA	CBS 041
Francielle Braga de SOUSA	CBS 032
Francine Rubim de RESENDE	CBS 119; CBS 120; CBS 121; CBS 124; CBS 125; CBS 126; CBS 128; CBS 133; CBS 136; CBS 127
Francisco Carvalho CORREA	CSA 017; CSA 018; CSA 026; CSA 027; CSA 028; CSA 060; CSA 063; CSA 014; CSA 015; CSA 049
Francisco de Assis FERREIRA	CSA 012; EPG 011
Francisnei Pedrosa da SILVA	CBS 003; CBS 016
Franklin Sanches NOGUEIRA	CET 031; CET 032; CET 033; CET 035

G

Gabriel Rodrigues DE OLIVEIRA	CSA 043; CSA 044
Gabriel Vicente Coelho da SILVA	CBS 046; CBS 047; CBS 048; CBS 067
Gabriela de Brito SANTOS	CBS 083; CBS 084; CBS 093; CBS 094; CBS 097; CBS 098; CBS 099; CBS 102; CBS 104; CBS 115; CBS 116; CBS 117
Gabriela dos Passos Carneiro BATISTA	CSA 084
Gabriela Maria Riguete RIBEIRO	CBS 011; CBS 059
Gabriela Reis NUNES	CBS 119; CBS 120; CBS 121; CBS 125; CBS 128; CBS 129; CBS 132; CBS 133
Gabriella de Souza AZEVEDO	CSA 042; CSA 055
Geisiane de Paiva TEIXEIRA	CSA 071; CSA 083; CSA 084
Genuzi Franchine GOMES	CSA 037; CSA 039
Geórgia Cristina Martins BERNARDO	CBS 006; CBS 012; CBS 020; CBS 022
Geovani BARBOSA	CSA 065
Gideone Rodrigues MATTA	CET 022; CET 023; CET 025; CET 026; EPG 014; EPG 015
Gilberto Maurício Frade da MATA	EPG 024
Gilmar Lopes de FARIA	EPG 001
Gisele de Souza SILVA	CBS 030; CBS 036; CBS 041; CBS 074
Giselle Aparecida de Oliveira FONSECA	CSA 030; CSA 038; CSA 048; CSA 049
Giselle Braga de AQUINO	CSA 067; CSA 068; CSA 070; CSA 074; CSA 082
Glaydson de Souza FERREIRA	CSA 059; CSA 089
Glaydson Silva SOUZA	CSA 090
Gleidson MINARINI	CBS 049
Graciele Cardoso MILANE	CET 025
Graciele Moreira SABINO	CBS 130
Graciele Sabino MOREIRA	CBS 127; CBS 134; CBS 137; CBS 138
Graziela A. Ferreira de CARVALHO	CBS 005
Grazielle Gonçalves SOUZA	CSA 059; CSA 089; CSA 090
Guilherme TUCHER	CBS 027; CBS 028; CBS 029
Gustavo Gomes RIBEIRO	CBS 095; CBS 098; CBS 111

H

Harry Brandão FERREIRA	CSA 074
------------------------	---------

Hátylla Roberta Carneiro de SOUZA	CBS 080; CBS 100; CBS 105
Haydee CECILIA	CSA 085
Haydeê Cecília Thureler SECUNHO	CSA 076; CSA 067
Hediane Garcia SILVA	CBS 035
Helena A. R. BENEDITO	CSA 020
Helena Clélia Bouzada FRAGA	CSA 011
Helena de A. R. BENEDITO	CSA 019; CSA 021
Hellen B. RESENDE	CSA 019; CSA 020; CSA 021; CSA 025
Henrique Manoel Freitas de CARVALHO	CSA 036; CSA 054
Horiana Marquezine FERRARA	EPG 003; EPG 006
Hugo BORGES	CSA 085
Hugo Borges FINOTTI	CSA 082
Hugo Guedes VIANA	CBS 027; CBS 029
Hugo VALENTE	CSA 086
Hygo da Silva BRAGA	CBS 060; CBS 064

I

Iasmin Martins GUIMARÃES	CBS 089; CBS 092; CBS 093; CBS 109; CBS 110; CBS 101; CBS 108
Igor Jose de Oliveira GALO	CET 012; CET 015; CET 016; CET 013; CET 022; CET 026
Iramara Laviola CARVALHO	CBS 080; CBS 094; CBS 100; CBS 102; CBS 105
Irene Laysa Demolinari DEMARQUE	CBS 006; CBS 012; CBS 020
Isabela C. LOURENÇO	CSA 025
Isabela Carvalho LOURENÇO	CSA 017
Isabela Carvalho LOURENÇO	CSA 018
Isabella C. de A. VIEIRA	CBS 004
Isabella Cristina Procópio da SILVA	CSA 069; CSA 072
Isabella Netto de Almeida CASTRO	CBS 084; CBS 086; CBS 087; CBS 094; CBS 102; CBS 117
Isaias Zeferino de FARIA	CET 018; CET 019; CET 021; CET 025; CET 026; EPG 014; EPG 015

J

Jailton Loures da Rocha JÚNIOR	CSA 045; CSA 046; CSA 047
Janainy Pereira FERREIRA	CSA 002; CSA 008; EPG 009
Jandeli A. Rosa SILVA	CBS 005
Jaqueline Alves NUNES	CBS 001
Jaqueline dos Santos Oliveira	CSA 073
Jean Carlos Barbosa da SILVA	CET 023; EPG 014
Jeanne Aparecida Medeiros FERREIRA	EPG 010
Jefferson Braz de OLIVEIRA	CET 029; CSA 006
Jefinny de Paula Dias SOUZA	CET 007; CET 028; CET 036
Jessé do Nascimento FARIA	CET 001; CET 002; CET 003; CET 004; CET 018; CET 019; CET 020; CET 021
Jéssica Cristina PIRES	CBS 079
Jéssica Cristina Pires da SILVA	CBS 118
Jéssica de Almeida BRAGA	CSA 005; CSA 013
Jéssica Luiza de Oliveira SILVA	CBS 053
João P. Moreira GOMES	CET 006
João Paulo Caldeira BREIJÃO	CBS 030
João Pereira Motta JÚNIOR	CSA 005; CSA 013
Joice Hellen da SILVA	CSA 075
Jordana Archetti Duarte VICENTE	CSA 041
Jorge CAMPOS	CSA 038; CSA 048
Jorge DAIBES	EPG 004
Jorge José DOS SANTOS	CET 030
Jorge Luis de Oliveira DAIBES	EPG 001; EPG 002; EPG 003; EPG 006; EPG 008; EPG 010; EPG 013; EPG 016; EPG 020; EPG 024
José Cláudio Bouzada de ANDRADE	CBS 015; CBS 052; CBS 054; CBS 073
José Clovis de Oliveira Guimaraes BRETAS	CET 025
José Geraldo da COSTA	CET 008; CET 009; CET 010; CET 027
Jose Gustavo P. TAVARES	CBS 010
José Mauro da COSTA	CET 011
Joseane LOURENÇO	CSA 065
Josete Amadeu Almeida LAVORATO	CBS 126
Joyce K. G. ANDRADE	CSA 079
Jozadak de Oliveira MENDES	CSA 015

Juberlana Almeida FERREIRA	CSA 001; CSA 002; EPG 009; EPG 015
Juliana Braga FALCAO	CSA 075
Juliana CORDEIRO	CSA 004; CSA 010; CSA 012
Juliana de Castro RODRIGUES	CSA 051; CSA 056
Juliana Maria Rocha e Silva CRESPO	CSA 083; CSA 084; CBS 066; CBS 067; CBS 044; CBS 045; CBS 054; CBS 058; CBS 074; CBS 060
Juliana Maria Rocha Silva e CRESPO	CBS 072; CBS 069
Juliana Paschoal NAVAS	CBS 090; CBS 112; CBS 113
Juliana Rosa RIBEIRO	CBS 080
Juliana Vargas DONÁ	CBS 088
Julio César Simbra SOARES	CSA 023; CSA 090; CSA 043; CSA 052; CSA 045; CSA 046; CSA 047; CSA 044
Julyana Vargas DONÁ	CBS 103

K

Kalícia Ingrid de Lacerda RABELO	CSA 074
Kalista FREITAS	CSA 081
Kamilla Neves Ciuldin SILVA	CSA 034; CSA 035
Kamilla Pereira FAZOLO	CBS 059
Karen Moreira da SILVA	CBS 111; CBS 077; CBS 078; CBS 079; CBS 081; CBS 085; CBS 086; CBS 087; CBS 095; CBS 118
Karina de Carvalho PARDÓCIMO	CSA 029
Karine Fumian da SILVA	CBS 120; CBS 121; CBS 122; CBS 124; CBS 125; CBS 128; CBS 132; CBS 136
Kassia Elisa VARDIERO	CBS 085
Kátia A. M. Simas CAMPOS	CBS 008
Kátia Gomes da SILVA	CBS 003; CBS 123; CBS 131
Keila Dias de OLIVEIRA	CSA 030; CSA 038; CSA 048; CSA 049
Kellen Saraiva dos SANTOS	CBS 037; CBS 040
Kelly Cristina da SILVA	EPG 022
Kennia Neves CIULDIN	CSA 030
Kerolaine Maia FERREIRA	CSA 005
Kesia Alves de OLIVEIRA	CBS 085; CBS 091; CBS 096; CBS 114; CBS 116

L

Laís de Oliveira COMINI	CSA 086; CSA 074
Lais FERREIRA	CBS 033
Lara Brum de CALAIS	CSA 072; CSA 075; CSA 085; CSA 076
Laura Rezende RODRIGUES	CBS 090; CBS 112; CBS 113
Layra Ferreira ALMEIDA	CSA 075
Lays Vieira SILVA	CSA 050
Leandro Dias da SILVA	CET 012; CET 013; CET 014; CET 015; CET 016
Lenice Aparecida de OLIVEIRA	CSA 075
Lenise LANTELME	CSA 068
Leonardo J. VIEIRA	CBS 005
Leonardo Luiz de FREITAS	CBS 059 EPG 022
Letícia A. ROSA, Sílvia M. MATTOS	CBS 004
Letícia do Carmo FERREIRA	CSA 041
Lidiane de Andrade LACERDA	CBS 130; CBS 134; CBS 138; CBS 135
Lidiane Figueiredo dos SANTOS	CBS 002
Lílian Fernanda Pereira Vaz MACHADO	CBS 031
Lílian Souza de ARAÚJO	CSA 001; CSA 002; CSA 008; EPG 009; EPG 014
Lívia Fonseca Gomes da SILVA	CSA 060
Lívia Novaes da S. GOMES	CBS 009
Lorena AGOSTINE	CBS 008
Lorena Agostini MAIA	CBS 012
Lorena Braga Bernardino MADRIAGA	CBS 003; CBS 016
Lorena Dornelas Souza de ALBERGARIA	CBS 042; CBS 065
Loyslayny S. SOARES	CSA 080
Luana de Souza Pereira CARMO	CBS 013
Luana Ferreira dos SANTOS	CSA 069; CSA 072
Luana Laureano da SILVA	CSA 065
Luana R. Mendes da SILVA	CBS 005
Luani Simtob de CARVALHO	CET 026
Lucas Dionísio ROCHA	CET 010; CBS 011; CBS 014; CET 017; CET 022; CET 024

Luciana Agostinho ANDRADE	CBS 018; CBS 019; CBS 021; CBS 003; CBS 022; CSA 082
Luciana Aurora SILVA	CBS 031; CSA 066
Luciana de Freitas SOUZA	EPG 012
Luciana Dinar da SILVA	CSA 032; CSA 033; EPG 001
Luciana R. COSTA	CSA 001
Luciana Xavier SENRA	CSA 070
Lucilene Imaculada de BARROS	CBS 096
Ludimila Assis SILVA	CBS 079
Ludmila Helena GUIMARÃES	CET 006
Ludmilla Cordeiro RIBEIRO	CBS 013
Luis Eduardo Bousada CALAIS	CET 001; CET 002; CET 003; CET 004; CET 012; CET 013; CET 014; CET 015; CET 016
Luisa Souza BITTENCOURT	CSA 017; CSA 040; CSA 050; CSA 051; CSA 053
Luiz Augusto Bagle FRANCISCO	CSA 011

M

Magnus Luiz EMMENDOERFER	EPG 024
Maira Ribeiro de SOUZA	CSA 076
Mara Luiza Gonçalves FREITAS	CSA 006
Marcela Brum de SOUZA	CBS 027; CBS 029
Marcelo Alexandre do Valle THOMAZ	CSA 030; CSA 037; CSA 039; CSA 040
Marcelo de Castro PEREIRA	CET 031; CET 032; CET 033; CET 035
Marcelo José da SILVA	CET 001; CET 002; CET 003; CET 004; CET 022
Marcelo Silva SILVÉRIO	EPG 007
Marcelo Thomaz do Valle THOMAZ	CSA 038
Marciel SOUZA	EPG 002
Marcos Natan SANTOS	CBS 086
Marcos Natan Santos COSTA	CBS 081
Marcos Peres VICENTE	CBS 046; CBS 047; CBS 048; CBS 067
Marcos Vinicius da Silva PALADINI	CSA 063
Margarida Maria ESPOSITO	CSA 024; CSA 054; CSA 059; CSA 089
Maria Clara F. FERREIRA	CSA 008
Maria da Penha MACHADO	CSA 003; CSA 007
Maria das Graças Lopes SOUZA	CSA 004; CSA 010; CSA 012
Maria Eliza FRANZINI	CBS 057; CBS 061
Maria Eliza Franzini GONÇALVES	CBS 043; CBS 072
Maria Júlia ZANELA	CSA 029
Maria Olívia M. CALAIS	CSA 009
Maria Tereza Ferreira SOUZA	CSA 087
Mariana Aparecida Gonçalves ARAÚJO	CBS 032; CBS 038
Mariana Condé GOMES	CBS 043; CBS 057; CBS 072; CBS 061
Mariana de Almeida AZEVEDO	CBS 022
Mariana F. NUNES	CBS 023; CBS 024; CBS 025; CBS 026
Mariana Navarro Domingos dos SANTOS	CBS 031
Mariana Rodrigues MIRANDA	CSA 030; CSA 031; CSA 061; CSA 062; CSA 064
Mariana Viana ALVARENGA	CBS 013
Marilene do Nascimento ARAÚJO	CSA 005
Marina de Oliveira REIS	CSA 074
Marina Matias LEONARDO	CBS 011; CBS 066
Marina Penna COUTO	CSA 060; CSA 063
Marlon Vicente Citrangulo FERREIRA	CSA 041
Marly Cristina FERNANDES	CBS 037; CBS 040
Maryana Vargas DONÁ	CBS 088; CBS 103
Mateus de Moraes DIAS	CET 033
Mateus Guarçoni Almeida SILVA	CSA 022; CSA 031; CSA 061; CSA 064
Mateus Souza SILVA	CSA 072
Matheus Carvalho Bittencourt FERREIRA	CSA 052; CSA 043; CSA 044
Matheus José da Costa TRINDADE	CBS 082; CBS 107
Matheus M. BASTOS	CSA 019; CSA 020
Maurício de Lima SANTOS	CET 017; CET 023; CET 024; EPG 015
Mauro Sergio de Paula SANTOS	CSA 037; CSA 039; CSA 040; CSA 053
Max Jordan de Souza DUARTE	CBS 007; CBS 011; CBS 014
Mayara Maria Fazonato PACHECO	CBS 089; CBS 092; CBS 093; CBS 101; CBS 108; CBS 109; CBS 110

Maycon Ariel da SILVA	CSA 036; CSA 054
Maycon Lucas Cordeiro EMILIO	CET 009; CET 027
Mayla Cardoso Fernandes TOFFOLO	CBS 119; CBS 130; CBS 133; CBS 135
Mayra Fonseca da Silva FREITAS	CSA 017; CSA 018; CSA 063
Michel Bevilaqua RESGALA	CBS 006; CBS 020
Micheline Luíza de Souza LOPES	CBS 044
Michely Mirian Rodrigues CARDOSO	CBS 042; CBS 065; CBS 103
Mila Silva RIBEIRO	CBS 043; CBS 057; CBS 061; CBS 072
Milayne Fumian Cruz OLIVEIRA	CBS 027; CBS 029
Millena Valdiero MARTINS	CBS 034; CBS 039
Mônica Félix de ALVARENGA	CBS 030; CBS 038
Monique Fernandes SILVA	CBS 034; CBS 039

N

Naiara Caroline e SILVA	CBS 033
Naiara Aparecida de LAIA	CSA 071
Naiara de Cássia CAMPOS	CBS 090; CBS 112; CBS 113
Natalia Aparecida Aguiar	CSA 077
Nataly Scala ROCHA	CBS 123; CBS 131
Nathany da Rocha NAVAS	CBS 032
Nayara Aparecida Bagle FRANCISCO	CSA 011
Nayra Moreira FERNANDES	CBS 056; CBS 063; CBS 066
Nicole Barbosa DRUMOND	CBS 119; CBS 120; CBS 122; CBS 124; CBS 128; CBS 129; CBS 132; CBS 133; CBS 136
Nilo Sergio de OLIVEIRA	CET 001; CET 002; CET 003; CET 004; CET 017; CET 018; CET 019; CET 020; CET 021; CET 024
Nilton de Freitas JUNIOR	CET 008; CET 010; CET 011; CET 014; CET 015; CET 016; CET 026; CET 029; CET 034; CSA 001; CSA 008
Nilvanda BARROS	CSA 066
Nitielli Lorryne SANTOS	CBS 079; CBS 085; CBS 086; CBS 087
Núbia Fernandes TRANIN	EPG 007

O

Osmarina de Oliveira MEDEIROS	CSA 022; CSA 023
-------------------------------	------------------

P

Pablo Lemuel Emerick de ANDRADE	CSA 040; CSA 053; CSA 055
Paloma Aparecida Pacheco LUCARELI	CET 027
Paloma Martins SILVA	CBS 032
Pâmela Ventura da COSTA	CSA 073
Patrícia Aparecida da SILVA	CBS 083; CBS 099; CBS 104; CBS 115
Patrícia Penna COUTO	CSA 060; CSA 063
Patrick F. da SILVA	CBS 015
Paula Fernandes Meneguete Dala PAULA	CSA 034; CSA 035
Pauliane Sousa SILVA	CBS 080; CBS 100; CBS 105
Paulo André LOPES	EPG 012
Paulo Arthur Henriques GONZALEZ	CET 005
Paulo César dos Santos JUNIOR	CSA 052; CSA 043; CSA 044
Paulo Gilberto dos Santos JUNIOR	CET 017; CET 022; CET 023; CET 024; CET 025; CET 026; EPG 014; EPG 015
Paulo Henrique Teixeira de OLIVEIRA	CSA 029
Paulo Vicente Goulart MONTEZANO	CSA 059; CSA 089; CSA 090
Paulo Victor de Oliveira SANTOS	CBS 069; CBS 071; CBS 076
Pedro de Paula CORRÊDO	CET 030
Pedro Gabriel de Arêdes JÚNIOR	CSA 056; CSA 057; CSA 058
Pedro H. S. COSTA	CSA 025
Pedro Henrique BELAN	CSA 006
Pedro Henrique de Souza COSTA	CSA 040; CSA 050; CSA 051
Pedro Henrique Rodrigues de ARÊDES	CSA 042; CSA 056; CSA 057; CSA 058
Pedro Paulo de Andrade CAVALHER	CSA 005; CSA 011; CSA 013
Philipe Ouverney Oliveira MENDONÇA	CSA 055
Poliana Aroeira Braga Duarte FERREIRA	CSA 032; CSA 033
Poliana Bartole Resende FÓFANO	CBS 119; CBS 120; CBS 121; CBS 122; CBS 124; CBS 126; CBS 128; CBS 129; CBS 132; CBS 136; CBS 125

Poliane de Azevedo PEREIRA	CBS 081; CBS 087
Pollyane Andrade de Carvalho PAIVA	CSA 066; CSA 079; CSA 080; CSA 081
Pollylian Assis MADEIRA	EPG 023
Polyana Aparecida da Silva CAMPOS	CBS 126
Priscila Ramos RIBEIRO	CET 005; CET 034
Priscilla Lima BARBOSA	CSA 078

R

Rafael Gonzalez de OLIVEIRA	CBS 101; CBS 108; CBS 109; CBS 110; CBS 023; CBS 024; CBS 025; CBS 026; CBS 084; CBS 094; CBS 106;
Rafael Guarçoni Almeida SILVA	CSA 030; CSA 031; CSA 061; CSA 064
Rafael Rodrigues MIRANDA	CSA 062
Rafaela CARNEIRO	CSA 034; CSA 035
Rafaela Ferreira da SILVA	CBS 016; CBS 021
Raimundo Nonato de Oliveira NETO	CSA 016
Randara Caneschi SANTOS	CBS 043; CBS 057; CBS 061; CBS 072
Raphael de Souza VASCONCELOS	CBS 004; CBS 013
Raphael Furlani CUMANI	CBS 030
Raphael Henriques e SOUZA	EPG 007
Raquel Luciana RIBEIRO	CBS 037; CBS 040
Raquel Silva CARNEIRO	CSA 037; CSA 039
Reinaldo Emílio MINARINI	CET 005; CET 007; CET 028; CET 036
Renan Pereira PIRES	CET 034
Renata de Prado SOUSA	CET 032
Rhayane Marques da CONCEIÇÃO	CBS 079; CBS 081
Ricardo Resende BERSAN	CSA 025; CSA 055
Riviane M ^ª F. F. LAVIOLA	CSA 025
Roberta Furlani do E. SANTO	CSA 079; CSA 080
Roberta Lopes FERREIRA	CSA 005
Roberta SANTO	CSA 081
Roberta Vieira TEXEIRA	CBS 009
Roberta Xavier BRUNO	CBS 079; CBS 080; CBS 081; CBS 085; CBS 086; CBS 087; CBS 088; CBS 091; CBS 095; CBS 096; CBS 097; CBS 098; CBS 100; CBS 105; CBS 114; CBS 116; CBS 118
Roberto Furtado de Miranda NETO	CSA 024
Rodolfo Ribeiro BERNARDO	CSA 052
Rogério de Souza da SILVA	CBS 034; CBS 039
Romagnolo de Oliveira FREITAS	CSA 024
Romina Malafaia SOUZA	CSA 027
Romullo Carneiro de MELO	CSA 003; CSA 006; CSA 008; CSA 007; CSA 009; CET 029
Rômulo da Silva GRIPP	CBS 007; CBS 011; CBS 014
Rômulo Simão RIBEIRO	CSA 043; CSA 044; CSA 052
Ronaldo José Pacheco JUNIOR	CBS 045; CBS 063; CBS 070; CBS 044; CBS 055; CBS 056; CBS 058; CBS 074
Rosângela Freitas STOQUE	CSA 045; CSA 046; CSA 047
Rosângela Vilela MONTEIRO	CSA 066
Rosiléa Aparecida de Oliveira MUNIZ	EPG 016
Rubia A. C. SILVA	CBS 017

S

Samilla Delgado ANTUNES	CBS 050
Samuel Bani SILVA	CBS 103
Samuel Ferreira da SILVA	CBS 042; CBS 043; CBS 046; CBS 047; CBS 048; CBS 050; CBS 051; CBS 055; CBS 056; CBS 057; CBS 061; CBS 062; CBS 063; CBS 064; CBS 065; CBS 068; CBS 070; CBS 071; CBS 073; CBS 075
Sanyo Drummond PIRES	CSA 069; CSA 077; CSA 078
Sara Linhares Belinato da SILVA	CSA 004; CSA 010; CSA 012
Schirleiny Schimith NOVAES	CBS 045; CBS 058; CBS 066
Sérgio Carvalho PORTILHO	CSA 088
Sílas FILGUEIRA	CSA 023
Silvério Rodrigues MIRANDA	CSA 031; CSA 061; CSA 062; CSA 064
Sílvia Polyana Fazolo SILVA	CBS 106; CBS 114
Simone da Silva ELIS	CSA 031; CSA 032; CSA 033; CSA 061; CSA 062; CSA 064

Simone L. SIDNEI	CSA 079; CSA 080; CSA 081
Sônia Maria Dal SASSO	CSA 031; CSA 061
Soraya Lucia do Carmo da Silva LOURES	CBS 032; CBS 033; CBS 035; CBS 036, EPS 026
Stanley Carneiro dos SANTOS	CSA 014; CSA 038; CSA 048; CSA 049
Stefanine LACERDA	CSA 019; CSA 029; CSA 034; CSA 041
Stefanine Michaelle Gomes Alvim LACERDA	CSA 035; CSA 020; CSA 021; CSA 022; CSA 036; CSA 050; CSA 051; CSA 016; CSA 062; CSA 064; CSA 065

T

Taciana Gomes de PAULA	CBS 031; CBS 036; CBS 041
Tallys G. Andrade BASTOS	CSA 079; CSA 080; CSA 081
Tamara De FÁTIMA	CBS 062
Tamara Priscila Ribeiro SILVA	CSA 001; CSA 002; CSA 008
Tamires Maria SOBRINHO	CSA 082
Tânia Maria Moreira de LIMA	CSA 082
Tatiane Aparecida Pereira e SILVA	CSA 060
Távia MUNIZ	CBS 008
Taylor FREITAS	CSA 032; CSA 033; CSA 065
Tayna Porfiro COSTA	CSA 018; CSA 017; CSA 050
Thailane Costa da SILVA	CBS 010
Thainá Veggi de ANDRADE	CBS 051
Thais Alves da SILVA	CSA 071; CSA 083; CSA 084
Thaís de Oliveira SIMÃO	CBS 054; CBS 059
Thais Maciel de SOUSA	CBS 006; CBS 012; CBS 020
Thais Messias GONÇALVES	CBS 085
Thaís Miranda de OLIVEIRA	CSA 053
Thaís O. SIMÃO	CBS 015
Thaís Priscila Evaristo BRAZ	CSA 045; CSA 046; CSA 047
Thaís R. VARGAS	CSA 019; CSA 020; CSA 021
Thais S. MACIEL	CBS 019
Thalison C. RESENDE	CET 029; CSA 003
Thalison Costa RESENDE	CSA 009
Thalison Custodio RESENDE	CSA 007
Thamara Márcia de Paula Pereira de CARVALHO	CSA 084
Thamara Veríssimo Campos Silva MELO	CSA 013
Thamiris Calcagno Vidon BRUNO	CBS 055; CBS 068
Thamyres Rezende FURTADO	CBS 032
Thatiane Martins Moreira OLIVEIRA	CBS 090; CBS 112; CBS 113
Thayanara Donato Finote TOLEDO	CBS 001
Thays A. APOLINÁRIO	CBS 008; CBS 019
Thiago Andrade MENDONÇA	CET 031; CET 032; CET 033; CET 035
Thiago Silva de PAULA	CBS 027; CBS 029
Tiago Nunes SOUZA	CSA 077

V

Valquíria Eveline RABELO	CBS 107; CBS 082
Vanessa Macedo de SOUZA	CSA 067; CSA 071; CSA 085; CSA 086
Vanessa SOUZA	CSA 070
Victor Arruda Gonçalves RODRIGUES	CET 010
Victor Hugo Ferraz da SILVA	CBS 007; CBS 011; CBS 014; CBS 059
Victor Lins Cunha NARDE	CET 030
Vilson RIBAS	CSA 032
Vilson RIBAS	CSA 033
Vinicius R. de ALMEIDA	CSA 070
Vinicius ROQUE	CSA 085; CSA 086
Vinícius Sabadin MENDONÇA	CBS 030
Vitor de Oliveira FARIA	CSA 022; CSA 023
Vitor Farage Machado da ROCHA	CSA 041; CSA 045; CSA 046; CSA 047
Vittoria Silva LACERDA	CET 036

W

Washington Luiz de BARROS	CET 030
---------------------------	---------

Watilon Fazolin SANTANA	CET 006
Werkison Martins VERMELHO	CBS 054; CBS 075
Wesley Bruno Oliveira ALMEIDA	CSA 014; CSA 016
Wesley Carneiro SANTOS	CSA 022; CSA 023
Wesley Patrick do Amaral OLIVEIRA	CET 012; CET 014; CET 015; CET 016
Wesley Vieira MORAES	CBS 036; CBS 041; CBS 044; CBS 045; CBS 052; CBS 056; CBS 063; CBS 066; CBS 074
Willian de Jesus BRAGA	CET 008; CET 010; CET 031; CET 032; CET 033; CET 035